

À minha família Bárbara, Catarina e Vicente.

AGRADECIMENTOS

Um projecto desenvolvido ao longo de cinco anos cruza necessariamente com muitas pessoas que dedicaram o seu tempo para colaborar com o trabalho, e que merecem a justa referência da sua amabilidade.

Agradeço a todos os entrevistados a disponibilidade e a partilha das suas experiências, começando por Sua Excelência o Presidente da República Prof. Aníbal Cavaco Silva, e a Primeira-dama Dr.^a Maria Cavaco Silva, e seguindo a ordem dos Anexos, o Ex-Presidente Dr. Jorge Sampaio, a Ex-Primeira-Dama Dr.^a Maria José Ritta, o Ex-Presidente Dr. Mário Soares, a Ex-Primeira-Dama Dr.^a Maria Barroso, o Ex-Presidente Gen. Ramalho Eanes, a Ex-Primeira-Dama Dr.^a Manuela Eanes, o Ex-Chefe da Casa Militar Gen. Garcia dos Santos, o Secretário-Geral Dr. Arnaldo Pereira Coutinho, o Ex-Secretário-geral Dr. José Vicente Bragança, o Ex-Secretário da Presidência Dr. Luís Pereira Coutinho, o Eng. Vasco Martins Costa, o Ex-mordomo, o Sr. João Casteleiro, o Sr. Joaquim Antunes, o Eng. Manuel Neves, o Arq. José António Saraiva, a Arq.^a Luísa Cortesão, o Arq. José Fernando Canas e Arq. Júlio Teles Grilo, o Arq. João Luís Carrilho da Graça, o Prof. Rui Barreiros Duarte e Arq.^a Ana Paula Pinheiro, a Dr.^a Silvana Bessone, o Eng. António Saraiva, a Inês Beirão Correia, o Paulo Sérgio Perdigão, a Arq.^a Susana Veiga Simão, a Dr.^a Isabel Silveira Godinho, o Hi Reinold Sahl, o Arq. Roland Lehner, a Prof.^a Ivana Kyzourová, o Prof. Juan Hernández Ferrera, o Dr. Marco Lattanzi, a Dr.^a Marina Renda, o Emb. Almeida Ribeiro, o Prof. Andei Batalov e Prof.^a Tatiana Ivanovna Krasheninnikova, o Arq. Helge Pitz e Arq.^a Ita Heinze-Greenberg, o Arq. Chef Michel Goutal, o Arq. Chef Damien Déchelette, a Arq.^a Ritah Lopes, a Dr.^a Eva Grangier-Menu, a Dr.^a Caroline Picard, a Dr.^a Christiane Naffah-Bayle, a Dr.^a Jehanne Lajaz, a Dr.^a Béatrix Seule e a Dr.^a Kerstin Manz. A quase todos os entrevistados nacionais é devido um agradecimento suplementar pelo facto de terem feito a verificação do texto e a sua correcção, de modo a ficar exactamente como gostariam de ver o seu contributo.

Agradeço à Emb.^a Luísa Bastos de Almeida os contactos determinantes para as entrevistas em Viena e em Moscovo. O mesmo agradecimento dirijo à Dr.^a Kerstin Manz, fulcral para Paris e Berlim, ao Arq. Roland Lehner para Praga, ao Prof. Juan Hernández para Madrid e ao Prof. Gianluigi Colalucci para Roma.

Agradeço também o contacto do Dr. Arnaldo Pereira Coutinho para a visita à embaixada de Portugal no Vaticano, à Dr.^a Isabel Silveira Godinho o contacto com a Dr.^a Béatrix Seule e à Arq.^a Ritah Lopes o contacto com o Arq. Damien Déchelette.

Agradeço ainda o empenhamento do Dr. Mário Martins nos contactos com Moscovo e Washington, e ao Emb. Helmut Freudenschuss os contactos no BHO e BDA em Viena e ao Emb. Mário Godinho de Matos o apoio para o contacto no Kremlin.

Agradeço ao Gen. Ramalho Eanes o contacto que tornou possível a entrevista com o Gen. Garcia dos Santos, e à Dr.^a Manuela Eanes a disponibilização de fotografias pessoais e o contacto que tornou possível a entrevista com o Arq. José António Saraiva. Agradeço ao Dr. Arnaldo Pereira Coutinho o convite para conhecer o Dr. Luís Pereira Coutinho que abriu a porta para as entrevistas. Agradeço ao Eng. António Saraiva o contacto com a Inês Beirão Correia para a visita a Alter do Chão. Agradeço ao meu colega Arq. Francisco Pimenta da Gama o contacto para a entrevista com o Sr. João Casteleiro e à Lúcia Marques o contacto com o Sr. Joaquim Antunes.

Agradeço ao Luís Boito e à Susana Gouveia as conversas pessoais que partilharam sobre histórias da Presidência, bem como ao Oliveira Silva, Glória Ribeiro, Teresa Pinto, Emília Monteiro e ao mordomo Jorge Lopes. Agradeço ao Vítor Gomes a cedência das imagens de Belém. Agradeço à Susana Rodrigues e à Fátima Simões a pesquisa nos arquivos digitais da Direcção de Serviços de Documentação e Arquivo da Presidência da República, à Patrícia Diniz a sugestão da pesquisa no Arquivo Digital da Direcção de Serviços de Documentação e Arquivo da Presidência e à Carla Marisa Correia de Brito a disponibilização de tese de mestrado em Documentação e Informação.

Agradeço à Dr.^a Silvana Bessone a disponibilização de fotografias não publicadas do Museu dos Coches e aos Arquitectos Prof. Rui Barreiros Duarte e Ana Paula Pinheiro a disponibilização de imagens 3D e esboços do projecto do museu.

Agradeço ao meu amigo Prof. José Maria Lobo de Carvalho as várias conversas sobre o tema e a leitura e crítica de resumos, e à minha mulher Prof.^a Bárbara Massapina Vaz, o apoio permanente e as múltiplas conversas sobre o trabalho e a leitura e crítica de vários textos. Agradeço ao Prof. Javier Rivera Blanco a amizade de ler os textos fundamentais do trabalho e partilhar os seus comentários comigo.

Agradeço ao Dr. João Vieira a autorização de acesso à informação e à Rita Vale o auxílio na pesquisa efectuada no Arquivo Histórico da DGEMN no Forte de Sacavém. Agradeço à Dr.^a Eugénia Costa as sugestões de pesquisa nos arquivos da Assembleia da República, Palácio de S. Bento.

Agradeço à Dr.^a Isabel Raposo Magalhães e ao Dr. Elísio Summavielle a amizade de partilharem demoradamente o seu conhecimento fruto da experiência vivida por dentro dos acontecimentos, incluindo a disponibilização de livros, revistas e informação antes de publicada. Agradeço ao Dr. Raúl Leite a amizade de esclarecer muita informação sobre o Instituto José de Figueiredo, oferecendo revistas e textos.

Agradeço à Presidência da República, nas pessoas do Chefe da Casa Civil Dr. José Nunes Liberato e Dr. Arnaldo Pereira Coutinho a contínua confiança de sempre facilitarem o que fosse útil para o meu trabalho, e o facto de terem tornado possível muitas das deslocações internacionais.

Agradeço a ambos a leitura de todos os Anexos de 02 a 36 ao longo dos anos em que os textos foram sendo produzidos, e ao Dr. Arnaldo Pereira Coutinho também a revisão de todas as redacções destes Anexos, com notas e sugestões.

Agradeço à Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Universidade de Lisboa, representada pelo Presidente do Conselho Directivo, Prof. João Pardal Monteiro, bem como aos professores do Curso de Doutoramento os novos conteúdos que aprendi. Em cada disciplina descobri algo de positivo e construtivo para este trabalho.

Agradeço ao Prof. José Aguiar, orientador desta investigação, pela disponibilidade no acompanhamento evolutivo da pesquisa e do trabalho. Agradeço o contínuo suporte científico e as referências conceptuais e metodológicas na condução do tema, as sugestões bibliográficas e as ideias estruturantes, bem como a revisão de todo o texto, limando coloquialismos, imprecisões e omissões. Agradeço a amizade de dispensar tempo das suas férias a este trabalho, propondo melhorias que me fizeram aprender. Agradeço a confiança no tema e na pertinência do conteúdo, e no apoio e determinação na recondução da linha certa, mesmo quando vacilei no caminho a seguir.

Agradeço aos meus filhos e mulher a compreensão e a amizade incondicional.

Resumo

Este trabalho tem como objectivo sustentar que o principal significado cultural do Palácio de Belém, o *Valor Primordial*, é a sua afectação simbólica à Presidência da República, a sua adequação à função que alberga desde que existe República em Portugal. Defende-se que esta afectação constitui um exemplo paradigmático dum valor intangível, tanto funcional como histórico, que se sobrepõe ao valor tangível arquitectónico e se torna responsável pela actual "aura patrimonial" do Palácio. E que este valor intangível, iniciado em 1910 e que se tem vindo a construir e a cimentar, incrementou a relevância do valor arquitectónico com classificações que vão subindo de importância à medida que a acumulação histórica e simbólica, e agora arquitectónica, se vai somando.

O estabelecimento desta clarificação conceptual, mais que uma mera consciencialização, resulta em consequências muito operacionais, uma vez que fornece uma linha orientadora estratégica para as todas as acções necessárias, do quotidiano às intervenções extraordinárias.

Palavras-Chave

Conservação do Património, Funções de Estado, Palácio de Belém, Presidência, Significado Cultural, Valor Primordial, Exemplaridade.

Abstract

This work aims to support that the main cultural significance of the Palace of Belem, is *Primordial Value*, is its symbolic connection to the Presidency, its suitability for the housed function within the Palace since there is Republic in Portugal. It advocates that this allocation is a paradigmatic example of an intangible value, both functional and historical, which overrides the architectural tangible value and becomes responsible for the current "heritage aura" of the Palace. And that this intangible value that started in 1910 is being built and getting stronger, has been pulling the architectural value up in importance as the historical, symbolic, and now architectural accumulation, keeps being added.

The establishment of this conceptual clarification, more than a mere awareness, results in very operational consequences, as it provides a strategic guideline for all necessary actions, from everyday needs to the extraordinary interventions.

Keywords

Heritage Conservation, State functions, Belem Palace, Presidency, Cultural Significance, Primordial Value, Exemplariness.

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Conceptualização	2
1.3. Objectivos.....	3
1.4. Pertinência	4
1.5. Metodologia e organização da tese	7
 2. TEORIA DA CONSERVAÇÃO EM PORTUGAL	 15
2.1. Evolução dos conceitos na área da conservação	15
2.2. A “Pré-história” da conservação no nosso território	17
2.3. Maneirismo, Barroco e Neoclassicismo	21
2.4. Da revolução francesa ao final do séc. XIX.....	26
2.5. Conservação do património no princípio do séc. XX.....	54
2.6. Da Primeira Guerra Mundial até 1939.....	62
2.7. Da Segunda Guerra Mundial até 1974	78
2.8. A Democracia	92
2.9. Contemporaneidade após 2000.....	110
2.10. Uma síntese possível do capítulo	117
 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PALÁCIO DE BÉLEM.....	 127
3.1. A emergência das quintas	127
3.2. A casa inicial	130
3.3. Salões e jardins	131
3.4. Propriedade da Coroa.....	133
3.5. Nova campanha de obras	140
3.6. Invasões francesas e o regresso da Corte do Brasil	146
3.7. A rainha e os príncipes em Belém	148
3.8. D. Carlos e D. Manuel II: o fim da monarquia	155
3.9. Instalação da Residência Oficial do Presidente da República.....	166
3.10. Palácio de Belém com novas comodidades para o Chefe de Estado	184
3.11. Após a revolução democrática	197
3.12. A construção da Democracia	202
3.13. Autonomia administrativa, financeira e patrimonial	228
3.14. A DGEMN de novo como projectista.....	238
3.15. O Palácio de Belém com arquitecto residente	244

4. REPRESENTAÇÃO DO ESTADO	264
4. 1. Imaterialidade e legibilidade	264
4.1.1. O “Chefe de Estado”	265
4.1.2. Particularidades físicas e circunstanciais do Palácio de Belém	266
4.1.3. O vínculo à simbólica presidencial	268
4.2. “Intersubjectividade”	269
4.2.1. O sentir dos Presidentes	269
4.2.2. O sentir das Primeiras-damas	273
4.2.3. Áreas privadas da Residência Oficial do Chefe de Estado	274
4.3. Elementos formais responsáveis pelo “sentido”	276
4.4. Percurso para as recepções com o Chefe de Estado	278
4.5. Dever/desejo de Exemplaridade	280
4.6. Exigência/desejo de cumprimento regulamentar	284
4. 6. 1. Regulamentação aplicável e a aplicabilidade da regulamentação	284
4. 6. 2. As convenções e regulamentos internacionais sobre o ambiente	286
4. 3. 3. As iniciativas nacionais para o ambiente	289
4.7. Análise quantitativa no Palácio de Belém	290
4.7.1. Caracterização da construção	291
4.7.2. Adequação funcional	293
4.9. Quadro comparativo e analógico com congéneres internacionais	294
4.9.1. Da origem senhorial e/ou real dos conjuntos edificados	296
4.9.2. Caracterização funcional e descrição quantitativa	303
4.9.3. Gestão e manutenção	310
4.9.4. O <i>Patrimonio Nacional</i> em Espanha	322
4.10. Programas de manutenção e inspecção	325
4.11. Novos cenários de transformação e evolução do Palácio de Belém	332
4.11.1. Novos cenários	332
4.11.2. Continuidades naturais	338
5. CONCLUSÕES	340
a) O dever/desejo de Exemplaridade sempre renovado	341
b) Clarificação conceptual	348
c) Chave operativa	350
d) Critérios de intervenção	354
e) Manutenção como estratégia	360
f) Novos instrumentos de gestão patrimonial	363

ÍNDICE DE IMAGENS.....	366
ÍNDICE DE TABELAS	381
ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	382
BIBLIOGRAFIA	383

Associado a este LIVRO I, documento provisório:

PLANTAS DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM . PISO 0 . (cotas 6.40 a 8.50).....	escala 1/800
PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM . PISO 1 . (cotas 9.00 a 13.00).....	escala 1/800
PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM . PISO 2 . (cotas 13.50 a 16.00).....	escala 1/800
PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM . PISOS 3 E 4. (cotas 16.50 a 24.50).....	escala 1/800

PLANTAS DA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO

PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM . PISO 0 . (cotas 6.40 a 8.50).....	escala 1/800
PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM . PISO 1 . (cotas 9.00 a 13.00).....	escala 1/800
PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM . PISO 2 . (cotas 13.50 a 16.00).....	escala 1/800
PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM . PISOS 3 E 4. (cotas 16.50 a 24.50).....	escala 1/800

BARRAS CRONOLÓGICAS COMPARADAS

ESTATÍSTICAS NO PALÁCIO DE BELÉM . CARACTERIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO (Tabela 1)
ESTATÍSTICAS NO PALÁCIO DE BELÉM . ADEQUAÇÃO FUNCIONAL (Tabela 2)

UNIDADES DE PROJECTO

MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	escalas diversas
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO.....	escalas diversas
LOJA DO MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	escalas diversas
RENOVAÇÃO DA FRENTE URBANA DO PALÁCIO.....	escalas diversas
NÚCLEO DE INFORMÁTICA E GABINETES PARA O MUSEU.....	escalas diversas
ESQUADRA DE SEGURANÇA INTERNA DA PSP.....	escalas diversas
REABILITAÇÃO DA CASA DO REGALO.....	escalas diversas
REABILITAÇÃO DO PÁTIO DOS BICHOS E RAMPA DE HONRA.....	escalas diversas
REABILITAÇÃO DOS VIVEIROS DA CASCATA.....	escalas diversas
AUDITORIA ENERGÉTICA AO PALÁCIO DE BELÉM.....	escalas diversas
REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DA CIDADELA DE CASCAIS.....	escalas diversas
RENOVAÇÃO DA COBERTURA DO ANEXO DO SÉC. XIX.....	escalas diversas
NÚCLEO DE SANITÁRIOS DO PALÁCIO DE BELÉM.....	escalas diversas
ACESSIBILIDADE À RESIDÊNCIA OFICIAL E NOVOS SANITÁRIOS.....	escalas diversas

LIVRO II

ANEXO 01

Teoria da Conservação e Restauro Internacional.....A01-1 / A01-158

LIVRO III

ANEXO 02

Audiência com S. Ex.^a o Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva

Gabinete Audiências no Palácio de Belém.

Dia 10 de Maio de 2011, entre 12.00h e 13.00h.....A02-1 / A02-5

ANEXO 03

Audiência com a Primeira-dama, Dr.^a Maria Cavaco Silva

Jardim da Arrábida no Palácio de Belém.

Dia 13 de Maio de 2011, entre 15.30h e 17.00h.....A03-1 / A03-5

ANEXO 04

Audiência com S. Ex.^a O Ex-Presidente da República Jorge Sampaio

Casa do Regalo.

Dia 16 de Maio de 2012, entre 12.00h e 13.30h.....A04-1 / A04-6

ANEXO 05

Audiência com Ex-Primeira-dama Maria José Ritta

Residência particular do casal.

Dia 11 de Junho de 2014, entre 15.30h e 17.30h.....A05-1 / A05-6

ANEXO 06

Audiência com S. Ex.^a O Ex-Presidente da República Mário Soares

Fundação Mário Soares.

Dia 14 de Fevereiro de 2012, entre 16.00h e 17.00h.....A06-1 / A06-5

ANEXO 07

Audiência com a Ex-Primeira-dama Maria Barroso Soares

Gabinete na Fundação *PRO DIGNITATE*, Fundação de Direitos Humanos.

Dia 26 de Março de 2012, entre 10.30h e 12.00h.....A07-1 / A07-5

ANEXO 08

Audiência com S. Ex.ª O Ex-Presidente da República Ramalho Eanes

Gabinete de Trabalho do General Ramalho Eanes.

Dia 30 de Junho de 2011, entre 11.30h e 13.00h.....A08-1 / A08-7

ANEXO 09

Audiência com Ex-Primeira-dama Dr.ª Manuela Eanes

Residência particular do casal Ramalho Eanes.

Dia 15 de Maio de 2014, entre 18.00h e 19.45h.....A09-1 / A09-12

ANEXO 10

Audiência com Gen. Garcia dos Santos, Ex-Chefe da Casa Militar (1976-1981)

Residência do General Garcia dos Santos.

Dia 15 de Julho de 2011, entre 15.00h e as 17.00h.....A10-1 / A10-4

ANEXO 11

Entrevista com o Secretário-geral Dr. Arnaldo Pereira Coutinho

Gabinete do Secretário-Geral, Palácio Nacional de Belém

Dia 15 de Fevereiro de 2011, entre 15.00h e 17.30h.....A11-1 / A11-11

ANEXO 12

Entrevista com o Ex-Secretário-geral Dr. José Vicente Bragança

Casa do Regalo

Dia 15 de Fevereiro de 2011, entre 15.00h e 17.30h.....A12-1 / A12-6

ANEXO 13

Conversas com o Ex-Secretário da Presidência Dr. Luís Pereira Coutinho

Inseridas em visita à Cidadela de Cascais

Dia 27 de Março de 2012, entre 11.30h e 15.00h.....A13-1 / A13-4

ANEXO 13A

Conversas com o Ex-Secretário da Presidência Dr. Luís Pereira Coutinho

Passeio pelo Palácio de Belém

Dia 19 de Abril de 2012, entre 15.00h e 17.30h.....A13A-1 / A13A-7

ANEXO 14

Audiência com Ex-Director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais Eng. Vasco Costa
Escritório na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro.

Dia 23 de Maio de 2014, entre 10.30h e 13.00h.....A14-1 / A14-8

ANEXO 15

Conversa com Sr. João Casteleiro, Ex- Mordomo do Palácio de Belém

Palácio de Belém

Dia 15 de Abril de 2014, entre 15.00h e 20.00h.....A15-1 / A15-15

ANEXO 16

Conversa com Sr. Joaquim Antunes, Ex-Auxiliar Administrativo da Presidência

Palácio de Belém

Dia 15 de Julho de 2014, entre 15.00h e 19.00h.....A16-1 / A16-8

ANEXO 17

Entrevista com o Engenheiro Manuel Neves

Algures sobre o Oceano Atlântico, a 40 000 pés de altitude

Dias 4 de Abril 2009 e 28 de Março 2011, entre 21.00h e 23.30h..... A17-1 / A17-8

ANEXO 18

Entrevista a José António Saraiva, arquitecto, director do Semanário "o SOL"

Sala de reuniões na redacção do jornal "o SOL"

Dia 26 de Maio de 2014, entre 16.00h e 17.30h.....A18-1 / A18-6

ANEXO 19

Entrevista a Luísa Cortesão, arquitecta ex-DGEMN

Sala dos Arquitectos da *Parques de Sintra - Monte da Lua*, junto a Monserrate

Dia 12 de Junho de 2012, entre 12.00h e 13.00h.....A19-1 / A19-2

ANEXO 20

Entrevista a José Fernando Canas, arquitecto ex-DGEMN

Gabinete do arquitecto na Direcção Geral do Património Cultural

Dia 2 de Abril de 2014, entre 15.00h e 16.00h.....A20-1 / A20-4

ANEXO 21

Entrevista a João Luís Carrilho da Graça, arquitecto

Atelier do arquitecto.

Dia 31 de Março de 2014, entre 10.00h e 11.00h.....A21-1 / A21-7

ANEXO 22

Entrevista ao Professor Doutor Rui Barreiros Duarte e Arq.ª Ana Paula Pinheiro

Gabinete dos arquitectos RBD / APP

Dia 20 de Junho de 2014, entre 15.30h e 20.30h.....A22-1 / A22-14

ANEXO 23

Entrevistas com Dr.ª Silvana Bessone, Directora do Museu Nacional dos Coches

Picadeiro Real de Belém, Museu Nacional dos Coches

Dia 30 de Maio, 16, 17 e 27 de Julho de 2012.....A23-1 / A23-20

ANEXO 24

Entrevista com Eng. António Saraiva, Presidente da Fundação Alter-Real

Sede da Companhia das Lezírias.

Dias 1 e 6 de Agosto de 2012.....A24-1 / A24-8

ANEXO 25

Visita à Coudelaria de Alter do Chão, acompanhada por Inês Beirão Correia

Sede da Fundação Alter-Real

Dia 6 de Agosto de 2012.....A25-1 / A25-19

ANEXO 26

Entrevista com Paulo Sérgio Perdigão, Escola Portuguesa de Arte Equestre

Palácio Nacional de Queluz.

Dias 5, 15 e 24 Julho e 16 Agosto de 2012, almoços e visitas a Queluz..... A26-1 / A26-13

ANEXO 27

Visita à "Real Escuela Andaluza del Arte Ecuestre",

Jerez de La Frontera, Espanha.

Dia 18 Agosto de 2012.....A27-1 / A27-11

ANEXO 28

VISITA À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, PALÁCIO DE S. BENTO

Arq.ª Susana Veiga Simão.

Dia 15 de Maio de 2012, entre 10.30h e 13.00h.....A28-1 / A28-33

ANEXO 29

VISITA AO PALÁCIO DA AJUDA

Dr.ª Isabel Silveira Godinho.

Dia 23 de Outubro de 2012, entre 14.30h e 18.30h.....A29-1 / A29-15

LIVRO IV

ANEXO 30

VISITA AO PALÁCIO DE HOFBURG

PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO

“EUROPEAN CONGRESS ON THE USE, MANAGEMENT AND CONSERVATION OF BUILDINGS
OF HISTORICAL VALUE BORN IN THE PAST, USED TODAY, PRESERVED FOR THE FUTURE”

Viena, Áustria, dias 9 a 12 de Maio de 2012.....A30-1 / A30-71

ANEXO 31

ENTREVISTA COM A DIRECTORA DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO DO CASTELO DE
PRAGA, REPÚBLICA CHECA

Professora Doutora Ivana Kyzourová

Praga, dias 26 a 28 de Novembro de 2012.....A31-1 / A31-48

ANEXO 32

ENTREVISTA COM O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA E JARDINS DO
PATRIMÓNIO NACIONAL DE ESPANHA

VISITAS AO PALÁCIO DO EL PARDO E PALÁCIO DE ARANJUEZ

Professor Doutor *Juan Hernández Ferrera*

Madrid, dias 18 a 21 de Março de 2013. A32-1 / A32-64

ANEXO 33

ENTREVISTA COM UM DOS DIRECTORES DE CONSERVAÇÃO DE
IL PALAZZO DEL QUIRINALE. VISITA AO PALÁCIO

Doutor *Marco Lattanzi*

Roma, dias 26 a 29 de Março de 2013.....A33-1 / A33-69

ANEXO 34

ENTREVISTA COM DOIS DIRECTORES DE CONSERVAÇÃO
DOS MUSEUS DO KREMLIN . VISITA AOS NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS

PhD Andrei Batalov e PhD Tatiana Ivanovna Krasheninnikova

Moscovo, dias 23 a 29 de Julho de 2013.....A34-1 / A34-85

ANEXO 35

ENTREVISTA COM O ARQUITECTO RESPONSÁVEL PELA REABILITAÇÃO DO
SCHLOSS BELLEVUE. PALÁCIO PRESIDENCIAL ALEMÃO

Arquitecto Helge Pitz

Berlim, dias 1 a 5 de Março de 2014.....A35-1 / A35-43

ANEXO 36

VIAGEM A PARIS COM VISITA AO PALAIS D'ÉLYSÉE, AO PALAIS DU SÉNAT, CHÂTEAU DE
PIERREFONDS, MOBILIER NATIONAL E CHÂTEAU DE VERSAILLES

VISITAS E ENTREVISTAS COM OS ARCHITECTES EN CHEF E COM OS DIRECTORES

Paris, dias 23 a 30 de Março de 2013.....A36-1 / A36-82

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento

Conservação do Património e Funções de Estado sugere uma dicotomia entre duas perspectivas opostas que necessariamente coexistem em edifícios históricos ocupados por órgãos de representação do Estado. Por um lado, os critérios doutrinários que apelam à conservação cultural, à preservação da herança e reacção à mudança, evitando o desvirtuar do tecido original. Por outro, as exigências de um organismo vivo, pleno de necessidades de resposta a problemas funcionais, da actividade quotidiana e de actualização regulamentar. Sem um objectivo comum, os dois polos conflituam entre pesos e importâncias, disputando o protagonismo, que parece sujeito às sensibilidades de quem está no comando, ora mais cultural, ora mais funcional.

O exemplo do Palácio de Belém é paradigmático desta polaridade. Se não restam dúvidas da importância do respeito pelo conhecimento e observância das referências doutrinárias, onde a actuação exemplar é requerida num edifício histórico classificado como Monumento Nacional, também não restam dúvidas sobre a necessidade de cumprimento cabal das exigências funcionais, de segurança e de protocolo, onde só a satisfação plena dos seus requisitos representa convenientemente o primeiro órgão de soberania do Estado.

Como resolver a conflitualidade, mantendo o desejo e ambição de melhor actuar dentro de cada tema?

Como estabelecer uma base de concertação entre dois opostos, onde ambos os polos se revejam e a assumam como seu objectivo individual primordial, e do qual resulte o benefício do conjunto?

Defende-se que a resolução da dicotomia pode encontrar-se no esclarecimento do *Significado Cultural* do objecto, o *Valor Primordial*, o valor fundamental que não pode ser suprimido sob pena do edifício perder sentido e relevância cultural. A explicitação do valor ou valores vitais do referido objecto pode definir um rumo, uma estratégia, um princípio-guia que transforma um conflito potencial num impulso efectivo, bicéfalo mas convergente, em que cada um dos polos, procurando a melhor resposta às suas necessidades e fazendo o melhor na área de saber, contribui para o sucesso do conjunto. Determinar o *Valor Primordial* do Palácio de Belém, certamente não define receitas de intervenção mas traça o objectivo do colectivo, onde as partes conflituantes, ao invés de se afrontarem, se concentram na execução da sua contribuição.

1.2. Conceptualização

O aprofundamento teórico dos temas do Património, um conceito cada vez mais alargado e abrangente, solicita um destrinçar dos valores envolvidos em cada objecto patrimonial. Esta solicitação prende-se com a necessidade de compreender os “passados”, os “sentidos”, as “presenças” e as “potencialidades” de cada artefacto, o “Significado Cultural” na síntese da Carta de Burra, garantindo que esse valor encontra um consenso alargado entre esclarecidos que valide tais posições, e que permita definir uma matriz de pensamento e contexto para melhor decidir. Emerge a necessidade de perceber o que define a “aura patrimonial”, qual o valor maior, o *Valor Primordial*, quais os fundamentos que tornam determinado edifício insubstituível, por nos oferecer algo impossível de encontrar noutro edifício. Qual o valor que se possa considerar a essência do objecto patrimonial com valor cultural, aquele que o caracteriza e que não pode desaparecer, sob pena de se esvair a sua razão de existência enquanto tal. Um valor que é construído pelo passado, que existe e significa no presente, e que de tão intrínseco, pertence também ao futuro. Um valor maior que muitas vezes não prejudica outros valores menos determinantes que na articulação entre si constroem uma base fundamental, robustecem ou acrescentam dimensão a esse valor maior.

Esta elucidação parece hoje decisiva em todos os domínios da actividade patrimonial, seja para um gestor ou administrador, um conservador ou um arquitecto interventor. Perceber qual o papel cultural primordial desempenhado por determinado edifício histórico ou artístico, potencializa uma correcta abordagem da sua gestão, no sentido amplo do termo: como o respeitar, como o utilizar, como o divulgar e explorar culturalmente, como conservar, como intervir, com quem e segundo que critérios e procedimentos, em função de uma adequada análise e clarificação dos determinantes e dos complementares.

Todavia, esta destrinça deve ser entendida em todos os casos como uma interpretação possível, a considerada mais plausível e melhor fundamentada face aos dados disponíveis, mas não necessariamente única e certamente não definitiva. Inevitavelmente qualquer interpretação é sempre fruto de um tempo e de um lugar, de onde resulta uma cultura e um conhecimento que muda o olhar do interpretador. E o próprio *Valor Primordial* pode variar ao longo do tempo, pode acentuar-se ou desvanecer.

1.3. Objectivos

O presente trabalho tem como objectivo sustentar que o principal significado cultural do Palácio de Belém, o *Valor Primordial* é a sua afectação simbólica à Presidência da República, a sua adequação à função que alberga, a sua ligação material à "aura presidencial", o seu vínculo à simbólica presidencial desde que existe República em Portugal. Defende-se que esta afectação constitui um exemplo paradigmático dum valor intangível, tanto funcional como histórico, que se sobrepõe ao valor tangível arquitectónico e se torna responsável pela actual "aura patrimonial" do Palácio. E que este valor intangível, iniciado em 1910 e que se tem vindo a construir e a cimentar, incrementou a relevância do valor arquitectónico, com classificações que vão subindo de importância à medida que a acumulação histórica e simbólica, e agora arquitectónica, se vai somando.

Certamente resultante em primeira instância da clareza com que o Palácio de Belém veiculava e promovia os valores republicanos que se desejavam e que se procuravam transmitir, foi este o palácio escolhido em 1910. No contexto das disponibilidades existentes, as melhores condições de representação do papel que se pretendiam da Residência Oficial do Presidente da República podiam encontrar-se em Belém. Sobriedade, depuração e modéstia ornamental, mas distinto e com presença, com espaços de dignidade para as recepções de representação do Estado que estavam acomedidas ao cargo do Presidente, em sítio acessível e bem localizado, num "lugar" com memória, ao lado do Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, míticos testemunhos da glória dos Descobrimentos, repetidamente revisitados para o enaltecimento dos feitos da nação.

O estabelecimento desta clarificação conceptual, mais que uma mera consciencialização, resulta em consequências muito operacionais, uma vez que fornece uma linha orientadora estratégica para as todas as acções necessárias, do quotidiano às intervenções extraordinárias.

"Pensar global, agir local", praticar no detalhe com a visão do conjunto actual, sem deixar de reflectir o conjunto do passado e a ideia do conjunto do futuro. Fazer a boa gestão da mudança no edificado, como refere José Aguiar (in Custódio, 2010: 234), acompanhando a evolução do papel presidencial, dos requisitos da função e da orgânica da instituição, rumo a uma exemplaridade que se acredita sempre procurada, e actualmente desejada, na gestão inevitável de compromissos da melhor solução no âmbito das doutrinas da Conservação Patrimonial e permanente actualização regulamentar.

1.4. Pertinência

Afirmar que albergar a residência e sede do Chefe de Estado é o mais relevante valor patrimonial de Belém, poderá ser entendido como um problema meramente filosófico, um não-problema, tão-somente uma habilidade linguística ou um jogo de palavras como defendeu Wittgenstein (in Baraquin, 2007: 392). Contudo, defende-se que tal revelação resulta do discernimento que emerge da evolução dos conceitos na Área da Conservação e Restauro, e da “descoberta” da dimensão imaterial do património. Dimensão intangível que, antes de ser identificada, foi traduzida na valorização arquitectónica do edifício, confundindo-se com ele, sobrevalorizando os seus verdadeiros atributos físicos.

A hermenêutica que agora se coloca prende-se com a contemporaneidade. Transferir o valor primordial do Palácio de Belém para o “vínculo à simbólica Presidencial” é uma problemática do Património de hoje. Este vínculo traduziu-se num primeiro reconhecimento como Edifício de Interesse Público em 1967 e atingiu, depois de incrementado com as obras de arquitectura contemporânea em 2003 e 2004, a classificação de Monumento Nacional em 2007. Um valor que se constrói e robustece. Um exemplo onde as intervenções de arquitectura contemporânea dignificaram o tecido histórico, e o palácio é reclassificado como consequência da adição moderna. Pela acumulação ao longo do tempo, o Palácio de Belém é um palimpsesto que contém em si a maior parte da informação sobre si próprio, que mantém a disponibilidade da existência do objecto de estudo para ser repetidamente “inquirido”, permitindo permanentes releituras, abrindo novas perspectivas a partir de novas assimilações selectivas, sempre consequência irrepitível dum contexto e de um autor, mas que permite constantes novas perspectivas que actualizam a Significação Cultural do objecto edificado.

Neste sentido, uma perspectiva actual pode conduzir a apreciação a uma arquitectura despojada, de casa tipo senhorial, volumetricamente equilibrada nos corpos principais, mas modesta e sem espectacularidade. Não sendo um exemplo do melhor que se construiu em Portugal, é certamente um exemplo bem representativo do que George Kubler designou por arquitectura chã (2005: 25), paralelepipedica, formalmente austera, articulada por adição, deixando o processo explícito no somatório das coberturas. Na sua sobriedade, o Palácio de Belém mantém-se mais próximo da realidade portuguesa que os Palácios da Ajuda ou Mafra, na verdade episódios extemporâneos insuflados por realidades efémeras.

Nas volumetrias envolventes no interior do perímetro do palácio, encontramos uma arquitectura pombalina corrente, valorizada pela sua integração no conjunto.

A excepção encontra-se em algum requinte decorativo e exuberância barroca no interior dos salões de aparato, e na qualidade construtiva e arquitectónica dos Viveiros de Pássaros, o melhor exemplar artístico do Palácio de Belém herdado do passado régio. De elevado valor arquitectónico, do melhor que se construiu na Europa, assinala-se também o antigo Picadeiro real, transformado em Museu dos Coches em 1905, data em que é “subtraído” ao perímetro do Palácio.

O conjunto edificado entra assim no século XX com 15 000 m², dos quais apenas 140 m² são apreciáveis como exemplares da arquitectura barroca, e cerca de 1000 m² revelam interiores de gosto decorativo palaciano, muito alterado. O Anexo do séc. XIX, actual Casa Civil, construía-se no final daquele século segundo desenho neoclássico, no registo mais vulgar do seu tempo, na medida em que era largamente aceite e tido como adequado na linha de sucessão natural da arquitectura, na linha *Beaux-Arts*.

Não obstante, a própria “aura de presença” do Palácio assumiu uma posição cimeira na hierarquia urbana local, definindo critérios de evolução edificatória para os espaços envolventes desde o reinado de D. José. São exemplos a edificação a Nascente do eixo da Calçada da Ajuda com todos os equipamentos hípicas de apoio ao picadeiro real, o desenho a Poente/Norte “dos Praços de Cima”, actual Jardim Tropical, e a configuração do terreiro a Sul, na sua expansão até ao rio, impondo o desfogo das vistas a partir da varanda do Palácio e do Jardim dos Buxos. A delicadeza da sua implantação, em anfiteatro confrontado ao rio, e assente sobre um pódio escalonado em dois níveis demarcado com os torreões laterais e a casa de fresco central, não diminuem a firmeza da sua afirmação como regente do espaço envolvente, em particular os planos a Sul.

Porém, é com a implantação da República e a instalação da Residência Oficial do Chefe de Estado e Sede da Presidência no Palácio de Belém, que se inicia uma história paralela entre a República e o edifício, palco de todos os principais acontecimentos quotidianos relacionado com o mais alto cargo da magistratura, tendo sido pontualmente o cenário do poder político nacional, principalmente quando foi necessário impor um comando centralizado dos destinos do País, como foram os momentos após a revolução democrática.

Tal acumulação de factos e acontecimentos, somados ao presente exercício de funções, revestem as paredes e os espaços de uma “aura patrimonial”, de um valor simbólico e icónico, que se robustece em cada ano que passa e que vinca mais explicitamente, em cada mandato, a Significação Cultural do edifício. A relevância

simbólica, social e cultural da “função alojada” alarga a esfera de influência do edifício, como espaço e como realidade, à dimensão nacional.

Nos primeiros anos da República as intervenções de arquitectura são praticamente inexistentes. Após o projecto cuidado, ainda que anacrónico, de Luis Benavente na transformação dos “cómodos” da Arrábida na residência para o Chefe de Estado, e as operações mínimas e miméticas dos arquitectos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) até à década de 90, fugazmente bafejada por uma pequena intervenção de critérios actualizados de Luísa Cortesão, foi só em 2003 que a contemporaneidade crítica chegou ao Palácio na sua expressão total. Duas obras foram as responsáveis, o Centro de Documentação e Informação de Carrilho da Graça e a obra do Museu da Presidência, de Rui Barreiros Duarte e Ana Paula Pinheiro, seguida em 2004 da execução do projecto museológico e a inauguração do Museu da Presidência. Nesta data a Loja do Museu e a Renovação da Frente Urbana do Palácio estabelecem um novo diálogo com o público, oferecendo um embasamento digno à fachada Sul do Palácio na sua relação com a Praça Afonso de Albuquerque, ao mesmo tempo que “abrem” uma porta de entrada para o cidadão.

Após quase um século de consolidação de memória na construção da “aura patrimonial” do Palácio, de valorização incorpórea definidora do *genius loci* aludido por Norberg-Schulz (1979), o Palácio é capitalizado arquitectonicamente com o encaixe de intervenções contemporâneas que materializam a sua dimensão de servidor público, catapultando o real valor arquitectónico do conjunto com tais adições. Valor aquele que, mais uma vez, se compõe de uma amálgama heterogénea de valor histórico e documental, injectado de valor cenográfico e arquitectónico, ambos envolvidos no “mistério” do cenário presidencial, e que materializam a Significação Cultural do Palácio de Belém.

A questão de partida, ao assumir que o valor patrimonial fundamental do Palácio de Belém assenta na sua afectação icónica, implica que essa competência deve então ser estimulada, defendida e exercitada. E que deve ser evidenciada, prevalecendo como estruturante na tomada das decisões, em harmonia estética e funcional com as existências, numa ética dialogante entre os valores artísticos do passado e os valores arquitectónicos (artísticos + regulamentares) do presente. Ou seja, o *Valor Primordial* torna-se a chave conceptual operativa que transforma ortodoxias patrimoniais ou funcionalistas divergentes ou conflituantes em braços executores de uma política comum, dirigida para um objectivo com o qual cada uma se identifica individualmente, sendo afinal o mesmo.

Tal ocorre porque o primado da simbólica presidencial acarreta o dever/desejo da exemplaridade, de onde resultam implicações arquitectónicas no presente e no

futuro. Neste quadro teórico, as opções de intervenção física sobre o edificado devem contribuir para reforçar a legibilidade deste valor intangível que constitui o cerne deste património cultural.

No âmbito restrito da conservação e restauro, as opções nas intervenções devem pautar-se pela correcção e esclarecimento doutrinário, mas também pelas melhores práticas e metodologias. As opções devem evidenciar a solenidade protocolar, a sobriedade e isenção, intemporalidade, encimadas pelo valor pedagógico do exemplo, elegendo uma estética com ética, preferencialmente evidente. No âmbito funcional, devem assegurar a naturalidade do desempenho da função, a actualização de sistemas e equipamentos de modo a oferecer todas as valências disponíveis num edifício contemporâneo, em constante aproximação ao cumprimento regulamentar.

A importância da clarificação dos objectivos conceptuais prende-se com a convicção de que metade de um bom projecto está num bom conceito orientador, esclarecido, elegante e sóbrio, com grande capital de confiança mas humilde no pousar da mão.

Como exercício conceptual de premonição futura, esboça-se a possibilidade do picadeiro real ser reintegrado no complexo do Palácio de Belém e analisam-se as potencialidades resultantes, ainda que apenas como visão estratégica conjunta. Um desejo de reintegração orgânica da unidade edificada separada pelo tempo, mas que se mantém morfologicamente, e que ao mesmo tempo se revela capaz de responder a necessidades objectivas das funções de Estado.

Adicionalmente coloca-se neste cenário e pela primeira vez desde há um século, a oportunidade do Palácio de Belém, no desempenho da sua exemplaridade, permitir o usufruto público do picadeiro para a prática equestre, retomando a sua função original, volvidos cem anos. Seria um modelo de promoção da Alta-Escola equestre nacional, paradigma da utilização respeitadora da Significação Cultural do objecto, numa operação exemplar de relevante valor cultural, única e irrepetível.

1.5. Metodologia e organização da tese

Pretende-se uma tese conceptual, partindo de uma premissa inicial que se procurará defender e sustentar, com entradas monográficas de análise do objecto de estudo, de contextualização na sua realidade temporal, comparadas pontualmente com exemplos externos internacionais.

A metodologia projecta-se em três grandes fases. Depois da problematização inicial com a identificação do campo de investigação, o trabalho desenha um primeiro Enquadramento Teórico do tema, seguido da Contextualização do objecto de estudo, para servir de base à análise do *sentido do objecto*, da Representação do Estado que lhe está acometida. Termina-se com uma conclusão das reflexões e o esboço de cenários futuros, hipotéticos e naturais.

A Introdução e da Conclusão utilizam um discurso de ideias absorvidas, onde as ideias citadas se apresentam integradas em prosa própria. Os capítulos de exposição do trabalho refere as citações de modo formal.

Conteúdos do Capítulo 2. Teoria da Conservação em Portugal.

Este enquadramento será apoiado pela Revisão Literária, seguindo uma selecção dos conteúdos tidos por mais pertinentes, na consciência que uma escolha pressupõe eleição e rejeição. Procura-se uma abordagem holística, que analisa os movimentos na teoria da Conservação e Restauro desde a sua génese, cruzando-a com os factos preponderantes da História da Arquitectura, integrada também no processo histórico, inevitavelmente interpretado a partir da nossa contemporaneidade.

Este capítulo articula-se com o Livro II. Anexo 01 "Teoria da Conservação e Restauro Internacional". As cronologias serão organizadas em paralelo, permitindo análises diacrónicas, mas também sincrónicas, cruzando conceitos migradores de diferentes galerias temáticas, seguindo a estratégia de conhecimento e acção de Edgar Morin (1994: 178). Procura-se o método que promove análises cruzadas para a criação de sínteses, argumentações sustentadas em convicções fundamentadas.

Abordam-se os escritos fundamentais, as "Cartas" e as Declarações e Resoluções de seminários ou congressos que materializam o percurso do pensamento e assinalam as variantes nas preocupações, revelando a evolução dos paradigmas, no sentido emprestado de Thomas Kuhn (1962: 84). Textos e acontecimentos que constituem uma base de conhecimento, plataforma de entendimento que permite relacionar factos e enquadrar os conceitos, garantindo que as convicções não sejam mais que mera "tagarelice", no dizer de Gilles Deleuze (in Pita, 1999: 302). Convicções mutáveis no tempo, mas que resumem os critérios e o conhecimento vigente, e de certa maneira as vinculam ao espaço-tempo em que se afirmaram.

Pretendem-se quatro objectivos neste capítulo: 1) Esclarecer o Devir da teoria que enforma a Conservação e Restauro, que constrói a matriz de critérios que pautam a *praxis* actual e que conduziu à tomada de consciência da existência de valores imateriais com igual direito à preservação e relevância histórica e cultural; 2) Reconhecer as constantes contaminações entre autores, percebendo quando

existem saltos qualitativos, quando existem reformulações síntese de pensamentos já nascidos; 3) Perceber quando e como se opera a transferência da unidade da obra de arte assente na “Unidade Estilística” para a “Harmonia Estilística”, como emerge a apetência pelo equilíbrio intergeracional baseado numa exigência por discursos plásticos díspares, mas que se “sentem” integradas e dialogantes com o tecido histórico; 4) Como se situa o nosso País em cada momento, qual o grau de consciência doutrinária, como se estrutura e se desenvolve a praxis em Portugal.

Conteúdos do Capítulo 3. Contextualização.

O percorrer sobre a evolução edificada do Palácio de Belém beneficia de alguns trabalhos de análise histórica que estão disponíveis, relatando factos e cronologias de acontecimentos sobretudo do passado mais remoto. O material gráfico e os processos administrativos dos trabalhos executados estão disponíveis, alguns publicados. A evolução no século XX é complementada com entrevistas a alguns dos protagonistas actuais e do passado, nomeadamente Presidentes, Primeiras-damas, Secretários Gerais, Mordomos e Funcionários Administrativos, bem como aos técnicos da DGEMN que trabalharam no Palácio desde a década de 60 do séc. XX, permitindo conhecer as experiências na primeira pessoa, incluindo as dos arquitectos projectistas responsáveis por intervenções no palácio. Encontrar as prioridades, os constrangimentos, as facilidades e potencialidades definidas em cada momento da história do edificado, num trabalho identificável como de investigação activa, na medida em que o autor opera como investigador monitorizador, sendo inclusivamente operador.

Neste capítulo visam-se três metas: 1) Relacionar os testemunhos descritos pelos não-arquitectos com a evolução do conjunto edificado, com a obra dos arquitectos que operaram sobre os edifícios, com a doutrina de intervenção no Património que os contextualizou, e com as novas preocupações que se impõem sobre as estruturas edificadas; 2) Sistematizar a informação existente com conteúdos ainda não relacionados, que moldaram a forma física da residência oficial do Chefe de Estado e lhe foram somando significado, processo que culminou na Classificação de Protecção cimeira do Estado – Monumento Nacional -, símbolo máximo da Estima Pública e direito a salvaguarda; 3) no plano técnico operativo sobre o objecto de estudo, comparar graficamente as diferentes fases da construção, elaborando um estudo evolutivo das plantas e ocupações, bem como uma barra cronológica que localize o Palácio de Belém em cada conjuntura histórica.

Conteúdos do Capítulo 4. Representação do Estado

O cumprimento de uma missão de representação do Estado, e por consequência do País, reveste-se de uma importância singular a que os políticos terão sido sensíveis em 1910. Esta consciência suscita a questão: porque foi o Palácio de Belém o escolhido para esta função? Talvez as várias vezes que esteve afectado para recepção de visitantes estrangeiros, a transferência da propriedade real para o Estado em 1908, destinando-se “definitivamente” à acomodação de visitantes do Estado ou dos reis, que lhe proporcionava salões e zonas residenciais; depois da República, o isolamento da construção no interior dos jardins, dentro de um perímetro de segurança, sem janelas directas para a via pública; a localização na cidade, a proximidade ao rio, com alguma austeridade formal útil ao contexto político que repudiava a realeza, poderão ser algumas das razões.

Neste capítulo é também efectuada uma análise quantitativa, com adições qualitativas, de todo o complexo do Palácio de Belém, explanando em duas tabelas as percentagens e totais que permitem aperceber as proporções, as faltas e as tendências respeitantes a diferentes temas de Caracterização da Construção e Caracterização Funcional.

A análise do capítulo será complementada com aporias panorâmicas, estabelecendo comparações com exemplos de presidências estrangeiras, nos seus modos de actuar e intervir, bem como os modelos de exercício do dever da exemplaridade, no âmbito da conservação e restauro dos bens imóveis à sua guarda.

Pretende-se neste capítulo atingir quatro objectivos: 1) Identificar os fundamentos do *Valor Primordial* do Palácio de Belém, do “sentido do ser” do objecto que tornam determinado edifício insubstituível; 2) Caracterização dos factores que mantêm esse valor operativo e que são por isso fulcrais; 3) Identificar proporcionalidades e tendências do conjunto edificado e das funções que comporta; 4) Reflectir sobre a inevitável e desejada evolução regulamentar, das exigências de segurança de intrusão, contra riscos de incêndio, das garantias de acessibilidades, das exigências na qualidade alimentar, do comportamento térmico e eficiência energética, que impõem uma atenção constante sobre o espaço edificado do primeiro órgão de soberania do Estado. E onde os princípios e conceitos doutrinários devem ser respeitados, se possível de modo exemplar.

A dificuldade desta exemplaridade reside na delicadeza da actividade da reabilitação funcional, na medida em que implica opções de projecto, o que por sua vez acarreta a eleição valorativa dos elementos a preservar e defender, e as partes a

sacrificar, substituir ou alterar em caso de necessidade para acolher as exigências regulamentares ou áreas de requisitos específicos. Esta valorização não é estática, mas sim ajustável a cada contexto, tornando-se mais fina e exigente à medida que a pressão do novo é menor sobre o antigo, obrigando a menos sacrifícios.

O cumprimento de novos objectivos imporá novas pressões sobre a doutrina da Conservação do Património, tendentes ao encontro de novos compromissos.

No Documento Provisório são incluídas plantas com a organização funcional do Palácio de Belém, identificando cada espaço para melhor compreensão dos espaços descritos no texto. Igualmente congrega também um conjunto de Plantas com a Cronologia da Construção, que nos permitem visualizar graficamente as manchas de ocupação do perímetro do Palácio de Belém, na sua dimensão actual, bem como uma mancha mais alargada que considera os antigos "Prazos de cima", actual Jardim Colonial.

Anexam-se ainda folhas síntese das obras mais recentes, apelidadas Unidades de Projecto, que pretendem facilitar, ainda que de forma muito sucinta, a visualização da dimensão e complexidade de cada intervenção referida.

Inclui-se ainda dois quadros A3 com a Análise Quantitativa e Qualitativa no Palácio de Belém relativos à "Caracterização da Construção" e a "Adequação Funcional", bem como uma Barra Cronológica Comparativa que articula numa grelha temporal alguns dos episódios mais marcantes das histórias do: "Palácio de Belém", "Arquitectura e Movimento Moderno", "Conservação e Restauro", "Arte e História Geral".

Juntam-se finalmente um conjunto de desenhos esboçados pela leitura interpretativa de plantas mais antigas, de descrições, de análise de registos e testemunhos no local, comparando-os com fotografias da actualidade.

Os Anexos

O anexo 01 (LIVRO II) pretende reunir uma contextualização internacional mais desenvolvida que as linhas referidas no texto principal. Resulta de uma recolha elaborada para o trabalho que se revelou muito estimulante e definidor dos enquadramentos e conceitos de cada época, e que serviu para aprofundar cada momento da história na sua dimensão europeia.

O texto do "Documento Provisório" principal pode assim ser mais concentrado sobre a situação nacional, e por sua vez sobre o contexto do Palácio de Belém, remetendo para o anexo sempre que se impôs uma explicação das envolventes de cada episódio.

Os LIVROS III e IV reúnem as audiências e entrevistas, que deram lugar por vezes a longas conversas, elaboradas ao longo de quatro anos, iniciadas logo que se esclareceu o rumo do trabalho. A primeira entrevista foi curiosamente a que parecia mais difícil, directamente a Sua Excelência o Presidente da República em exercício de funções, e que por isso mesmo abriu as portas demovendo quaisquer receios dos outros entrevistados, se porventura os houvesse.

As entrevistas agrupam-se em cinco conjuntos distintos, de onde se procurou recolher diferentes perspectivas e informações.

No primeiro grupo, iniciado com a entrevista ao actual Presidente e Primeira-dama, tal como dos anteriores Presidentes e Primeiras-damas, procurava-se conhecer o Palácio de Belém visto pelos seus olhos e pelas suas experiências. A perspectiva pessoal de cada personalidade sobre os espaços que utilizam e utilizaram, os que apreciam e os que não gostam, os pareceres sobre o que deveria ser feito, o que expressamente pediu para mudar e as obra(s) que mais o(s) marca(ram); matéria de elevado valor documental que foi ainda possível reunir, recolhendo o conjunto completo dos representantes da Democracia.

As entrevistas desenrolaram-se num regime semi-dirigido, onde os entrevistados foram convidados a expressarem livremente as suas perspectivas, mediante um esclarecimento prévio por escrito explicitando os conteúdos que se gostaria de estudar. Durante as entrevistas, e se porventura a conversa fluía para temas externos ao de Belém, retomava-se o direccionamento com uma nova pergunta sobre o tema pretendido.

Este grupo desenrola-se do Anexo 02 ao Anexo 09, da actualidade para o passado.

Outro grupo com os depoimentos do Chefe da Casa Militar do Presidente Ramalho Eanes e dos Secretários-gerais, do mordomo anterior e do Sr. Antunes (antigo funcionário, impedido do General Craveiro Lopes), permite a compilação das vivências desde os cargos das mais altas chefias, das chefias da intendência da instituição ao quotidiano do pessoal. Pretendeu-se a construção de um testemunho dos diferentes acontecimentos percebidos e de vários prismas. Neste grupo foi incluído o testemunho do ex-Director-geral da DGEMN, pela sua responsabilidade directa nestes processos, enquanto chefe máximo da instituição que prestava apoio para os projectos e obras na instituição presidencial.

Este grupo desenrola-se do Anexo 10 ao Anexo 16, respeitando a hierarquia e a cronologia da actualidade para o passado.

O terceiro grupo colige os projectistas, arquitectos e engenheiros interventores no Palácio de Belém, neste caso por ordem cronológica. As entrevistas começam com o Eng. Manuel Neves, que permitiu reconstituir o pendor das decisões dos falecidos arquitectos, que sempre acompanhou, e por todas as obras que foram também projectos e fiscalizações da sua autoria. O Arq. José António Saraiva, o autor do primeiro livro sobre o Palácio de Belém, encontra-se neste grupo pela sua formação académica e abordagem nas preocupações próprias da disciplina.

Os restantes arquitectos são os interventores recentes, dos quadros da ex-DGEMN aos vencedores dos concursos do Museu e o Centro de Documentação e Informação (CDI), recolhendo a história destes projectos, sensibilidade aos lugares e ao conjunto do Palácio, procurando perceber o que os moveu e as razões das suas opções de projecto.

Este grupo compreende do Anexo 17 ao Anexo 22, do passado para o presente.

O quarto grupo inicia-se com as questões relacionadas com o Museu dos Coches, outrora parte integrante do Palácio de Belém, seguindo-se as visitas relevantes no âmbito da problemática do cavalo Lusitano e do seu reconhecimento. Paralelamente efectuaram-se duas outras entrevistas em palácios nacionais, de S. Bento e Ajuda, com a nossa homóloga na Assembleia e com a Directora do Palácio da Ajuda, no sentido de aferir dificuldades e modos de operar em edifícios do Estado, guardadas as diferenças de dimensão e função alojada.

Este grupo desenrola-se do Anexo 23 ao 29, por ordem cronológica das visitas.

O quinto e último grupo refere-se às visitas de estudo e missões internacionais. Neste conjunto reuniram-se as entrevistas feitas aos responsáveis identificados em cada relatório de viagem. Pretendia-se conhecer os modelos de intervenção, equipas, modos de executar, tutelas e enquadramentos, critérios de intervenção, apontamentos das suas histórias. As entrevistas foram feitas sempre na língua materna dos oradores ou em inglês, sendo transcritas para papel em tradução simultânea em cada momento, sendo reescritas em Portugal, pelo que não puderam ser verificadas pelos comunicadores.

As deslocações alargaram-se sempre a outros centros de interesse, mais ou menos relacionados com os temas e problemáticas tratadas neste trabalho, pelo que se mantiveram como documento de uma vivência e experiência acumulada durante os anos curriculares de desenvolvimento do doutoramento.

Este grupo considera do Anexo 30 ao Anexo 36, por ordem cronológica das visitas.

2. TEORIA DA CONSERVAÇÃO EM PORTUGAL

2.1. Evolução dos conceitos na área da conservação

O conceito de Património nasce na esfera jurídica, referindo-se ao conjunto de bens propriedade de uma determinada pessoa ou colectividade.

A mesma perspectiva é válida para o contexto arquitectónico e cultural, que corresponde ao conjunto de bens pertença de uma população, região ou país, cuja importância pode ser local ou planetária, e que ultrapassa largamente a sua tradução em montante monetário.

O sentimento de defesa do Património surge pelo desejo de preservar o que se entende ser identitário e nosso, por celebrar o que pensamos ser a nossa História e aquilo que nos define enquanto comunidade cultural. Este entendimento está sempre a ser reescrito e é selectivo, premiando as pistas que constroem um passado que nos orgulha, sem necessariamente omitir as menos lisonjeiras. Todavia, «[...] o *património não tem nada a ver com história; apesar de utilizar conhecimentos e vivificar o estudo histórico, o Património não é um inquérito sobre o passado mas a sua celebração, não é um esforço por saber exactamente o que realmente aconteceu, mas antes uma profissão de fé num passado ajustado aos propósitos contemporâneos.*»¹ (Lowenthal, 1998: x).

O historiador procura confrontar os dados que a pesquisa vai mostrando, questionando a sua autenticidade e fiabilidade. Reflecte e apresenta probabilidades induzidas a partir dos dados que dispõe, evitando afirmações infundadas, mas tantas vezes multiplamente repetidas por efeito da citação contínua. Efectivamente, «Os nossos sinais do passado são muito fracos, e os meios de que dispomos para recuperar o seu significado continuam a ser extremamente imperfeitos.» (Kubler, 2004: 32). Com base na leitura de outros textos, de documentos ou correspondência trocada, gravuras em diversos suportes, o historiador “compõe” a sua versão dos acontecimentos, segmentando os momentos e articulando as razões que os explicam, de uma forma necessariamente pessoal ou seguindo outro autor, que não será simplesmente arbitrária apenas porque se funda em dados que lhe parecem corresponder aos pontos fundamentais da situação. Ele procura correlacionar num sistema de causa-efeito os diferentes dados que conseguiu reunir, e lhe chegaram até si moldados de determinada forma, no intuito de traçar uma história que “conte” um

¹ «In fact, heritage is not history at all; while it borrows from and enlivens historical study, heritage is not an inquiry into the past but a celebration of it, not an effort to know what actually happened but a profession of faith in a past tailored to present-day purposes.» (tradução livre).

passado devidamente estruturado. O produto desta selecção é necessariamente Menor que o passado, por ser uma fracção dos eventos e das pessoas ², e por outro lado Maior, por os relacionar com o que antecedeu e o que sucedeu, as expectativas e as consequências desse passado³. Por esta razão «[...] é tão fácil não distinguir o que chamamos ficção, e o que chamamos história. [...] Porque, sendo uma selecção de factos organizados de certa maneira para tornar o passado coerente, é também a construção de uma ficção.» ⁴ (Saramago, 2010: 21)

Na consciência de que a história corresponde assim à melhor interpretação possível face aos dados disponíveis, o historiador procura a imparcialidade na exposição das suas conclusões (Lowenthal, 1998: 118) almejando pela neutralidade um rigor universal, que nunca pode escapar à personalidade, cultura e conhecimento de quem interpreta. E bem assim, o historiador informado sabe que a História nunca está para sempre escrita, uma vez que depende dos dados sobre os quais se baseou. E da mesma maneira que Aljubarrota descrita por Portugueses ou Espanhóis explica-se sobre diferentes razões, teve diferentes desenvolvimentos e o resultado deveu-se a diferentes motivos, também novas descobertas podem implicar o reescrever da história sobre verdades assumidas.

Umberto Eco refere que a diferença entre história e ficção literária reside no facto de que a primeira está sempre sujeita a correcção, ao contrário da segunda. É sempre possível encontrar novos factos que rescrevam o modo como descrevemos o passado histórico, enquanto não tem sentido questionar os factos da literatura. Estes são como foram escritas e não são corrigíveis. A verdadeira razão pela qual D. João V manda erigir o convento de Mafra pode sempre ser fundamentada em novos dados a descobrir; que Baltasar e Blimunda se amaram não é refutável.

O cultor do Património encontra-se numa posição intermédia entre a história e a ficção literária. A sua meta não é necessariamente o rigor histórico. A missão é clarificar o passado sob uma perspectiva actual, facilitar a sua descodificação para servir estratégias contemporâneas. «O cultor do Património, ainda que historicamente escrupuloso, procura desenhar um passado que fixe a identidade e melhore o bem-

² «History is less than the past because only a fraction of all events have been noted, only a few of all past lives are remembered, and only fragments of flawed records survive in decipherable form. Least accessible [...] [are] the thoughts and feelings of tis inhabitants.» (Lowenthal, 1998: 113).

³ «History is more than the past because it deals not only with what took place back then, but with myriad consequences of events that go on unfolding beyond their participants' lifetimes. History is not just what happened at the time but the thoughts and feelings, hunches and hypotheses about that time generated by later hindsight.» (Lowenthal, 1998: 114 e 115).

⁴ «A conclusão, certa ou errada, a que cheguei, é que, em rigor, a história é uma ficção.» (Saramago, 2010: 21).

*estar do indivíduo ou da colectividade.»*⁵ (Lowenthal, 1998: xi). A objectividade histórica, entendida como leitura de rigor científico, com pretensões de isenção e imparcialidade não é um objectivo do Património, que pretende, isso sim, conectar-nos com os nossos antepassados, devidamente escolhidos, estimular o sentimento de pertença ao grupo, local, regional ou patriótico, fundando o nosso passado em raízes honradas pelo tempo, na construção de uma (a nossa) identidade.

Todavia, longe de ser um conceito claramente definido, imutável e universalmente aceite, o conceito de Património resulta sempre de «*Valores estatuídos por convenção*» (Pereira, 2004: 9). Necessariamente resulta da cultura e de valores de amplitude global de um grupo civilizacional, e do respeito mais específico que advém do reconhecimento do valor do objecto em presença, como nos ensinou Cesare Brandi.

Sendo convencionado, o conceito foi naturalmente evolutivo ao longo dos tempos, apoiando-se na fundamentação histórica e justificando-se nas suas pesquisas para construir o seu “mito” patrimonial, o “legado” que nos une e identifica, e se transforma na explicação que se assume e em que se acredita.

Na sua celebração através do tempo, a salvaguarda e a protecção deste Património conduziu a diversas abordagens de “conservação”, sujeitas às variações do contexto, do sentir e do saber.

2.2. A “Pré-história” da conservação no nosso território

O território da futura nação de Portugal implanta-se num local periférico do Mediterrâneo, onde se encontram diversos vestígios que recuam a presença humana até ao Paleolítico, seguida da neolitização (Garcia, 1981: 25) que estabelece as primeiras povoações.

Os desenvolvimentos sociais e culturais foram quase sempre resultado de contaminações providas de encontros com outros povos crescidos no centro do mediterrâneo, e que se iniciam no período da Proto-História, na época que antecede a ocupação romana. Os primeiros contactos terão sido com os Fenícios, que se mantiveram do séc. XII ao VI a.C. (França, 1980: 9) data em que surge a primeira referência aos “Lusitanos” (Garcia, 1981: 30). Seguem-se os Gregos e os Cartagineses, estes últimos fundamentalmente para recrutar mercenários.

⁵ «*The heritage fashioner, however historically scrupulous, seeks to design a past that will fix the identity and enhance the well-being of some chosen individual or folk.*» (tradução livre).

A partir de 218 a.C. os romanos conquistam o lado Nascente da Península, chegando ao nosso território em cerca de 195 a.C. «A romanização corresponde [...] à primeira urbanização do território, e ao primeiro surgimento de uma arquitectura complexa, especializada e de colonização sistemática» (Fernandes, 1993: 30) A influência romana, mais real pelo incremento das relações comerciais com o resto da Europa conhecida do que pela força militar, começa a acentuar-se a partir do séc. I a.C. (Garcia, 1981: 34).

Após seis séculos de ocupação romana, a península é invadida por grupos de suevos, vândalos e visigodos, (Torres, 1974: 22) que aproveitam a perda de coesão de um império em desmoronamento, e que lutam também entre si até à unificação visigótica no séc. VI e à conversão do rei Recaredo ao Cristianismo no ano de 585 (França, 1980: 12).

Por volta de 715 estava concluída a invasão islâmica da Península, territórios que mantiveram ocupados por quatro séculos. Os vestígios muçulmanos construídos são escassos, talvez pela brandura dos materiais de construção utilizados (taipas, adobes e alvenarias pobres), pela pequena dimensão e a sobriedade do edificado, que facilitou a apropriação posterior, como são exemplos os bairros de Alfama, os Castelos de Alcácer do Sal ou Silves, ou a mesquita de Mértola, que mantém o *mihrab* encastrado, mas que foi transformado em igreja na época manuelina.

A preservação resultava da simples renovação dos espólios existentes, num espírito de total reutilização e transformação simbólica, com iconografia actualizada aos tempos e à religião ou poder vigente.

Ao longo do séc. XII vai implantando-se uma arquitectura românica no Norte do território, acompanhando a expansão para Sul, com a ajuda de Cruzados flamengos e ingleses. Em períodos de escassez geral, o importante era a materialização da nova ordem, pelo que as mesquitas conquistadas eram “purificadas” com água benta (Anexo 01: 6), de acordo com as instruções do Papado em Roma e restituídas de imediato à Fé Cristã.

«Nos primeiros tempos da monarchia, em quasi todo o período affonsino, os artistas e os obreiros eram em geral arabes ou mouros. O portuguez era como os seus reis, soldado ou agricultor. Para as especulações estheticas faltava-lhe a paz, a tranquillidade, a riqueza. Mal lhe chegava o tempo para desbravar o sólo e para bater os inimigos, que de todas as partes rodeavam a pequena sociedade nascente, aventureira e aguerrida.»(Ortigão, 1896: 33)

Em ciclo contrário, surge a arquitectura gótica, geograficamente distribuída primeiro pelo centro e Sul por importação directa dos monges de Cister no mosteiro de Alcobaça, apenas 50 anos após a cabeceira da abadia de St. Denis (Anexo 01: 7). Apesar de estender obras entre 1195 e 1252, pouca influência teve na arquitectura

nacional, ficando obra isolada (Fernandes, 1993: 37). As Ordens religiosas passam a acompanhar a conquista para a Sul, instalando-se nos territórios com mosteiros e conventos. A partir de meados do séc. XIII iniciam-se diferentes obras de influência cisterciense, de iniciativa das ordens Templária, Hospitalária, de Malta, mais nobres e cariz mais forte do período "primário ou inicial" do gótico, com o seu expoente maior em Santa Maria do Olival em Tomar.

Com a conquista de Faro, D. Afonso III praticamente desenha em 1249 as actuais fronteiras de Portugal continental. Os mouros vencidos eram aldeados nas Mourarias e espalhados nos arrabaldes hortícolas. Os Judeus arrumados em Judiarias, os edifícios religiosos absorvidos para a nova religião vencedora, reutilizando o ambiente sagrado com pragmatismo depois de reformulados os atributos simbólicos.

Em 1385 inicia-se o mosteiro que consagrava a vitória na Batalha (Neto, 1997: 13) e que se construiu até ao séc. XVI, numa linguagem mais amadurecida pelo «[...] *sentir mediterrânico, [que] se desenvolveu mais horizontalizante, mais chão, do que seriam os predicados góticos originais, mais ascensionais.*» (Massapina Vaz, 2011: 120) O mesmo Rei D. João I fazia urbanizar a cidade de Lisboa. Desde 1467 a Câmara passa a poder aforar terrenos baldios para sempre, e não apenas por três vidas como até então, o que fomentava a construção (França, 1980: 18) e convidava a opções de durabilidade a pensar em herdeiros, ou de reciclagem do tecido construído existente. O escasso gótico português, fundado no modelo cisterciense de Alcobaça, integrava-se com naturalidade na sensibilidade lusitana contaminada pelo despojamento mudéjar, facilitando a migração de estruturas edificadas de uma religião para outra, de códigos de poder de um modelo para outro. Este pragmatismo era mais evidente no Sul, sendo no Norte metamorfoseado em granito, com resistências do românico. O Mosteiro da Batalha exercia a sua influência espelhada numa terceira tendência, mais exuberante e decorada, que se distingue mais claramente a partir do séc. XV.

Com a epopeia dos Descobrimentos, Portugal liberta-se das suas fronteiras físicas: «*O país já não está metido naquela redoma em que o quisera meter o Papado do século XII, nem envolvido pela cadeia de castelos que o separa de Espanha. O mar é a grande porta de ligação com o mundo de além-Pirenéus.*» (Torres, 1974: 88)

As riquezas e conhecimento da expansão marítima para Índia e Brasil traduziam-se em arquitectura num estilo que tomava o nome do Rei D. Manuel, o Venturoso. (1469-1521) Na abordagem lusitana de volumetria contida, o "manuelino" apresentou-se festivo e decorado com temas naturalistas, e com motivos inspirados nos mares e nos mundos recém-descobertos, entre 1490 e 1520 tendo as suas obras mais relevantes nas capelas imperfeitas da Batalha, no Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, em Lisboa.

A reutilização inscrevia-se na lógica de continuidade que já se registara das obras romanas para o românico, sendo as primeiras também uma evolução das gregas. O Gótico, e depois o Manuelino servia por sua vez como linguagem para o “restauro”, ou para a reedificação de partes destruídas, ou para a conclusão de catedrais românicas ou romanas, ou anteriores. Utilizando os mesmos materiais, em qualquer obra se aplicava a nova linguagem e o conhecimento estrutural e construtivo do momento (Anexo 01: 8), com naturalidade de quem melhora o legado que recebera dos antepassados.

Já com D. João III (1502-1557) difunde-se a várias edificações no Alentejo e Algarve, algumas apenas em adições a construções existentes, dentro da *praxis* da reutilização. Neste reinado sentem-se também os ventos da Renascença em Portugal, importada como “estrangeirada” porque baseada nos clássicos italianos através da divulgação da tratadística, numa primeira fase de Diego de Sagredo, depois e principalmente de Serlio. A obra mais importante dessa influência materializou-se no claustro do Convento de Cristo em Tomar projectado por Diogo de Torralva em 1527. A política cultural de D. João III segue a sua piedade religiosa e devoção ao Vaticano, mas apadrinha as artes e as Humanidades, criando a Universidade de Coimbra e enviando a expensas da Coroa cerca de 300 bolseiros para Paris.

Luís Vaz de Camões, Garcia de Resende, Pedro Nunes, Francisco de Holanda, Miguel de Arruda, Garcia da Orta ou Damião de Góis são alguns dos nomes que se evidenciaram nas ciências e nas artes durante este reinado ecléctico, onde o renascimento dos clássicos vindo de Itália não trouxe a ainda muito frágil, imberbe e inconsistente emergência das primeiras preocupações com a preservação do legado. O “distanciamento histórico” fundado por Petrarca (Anexo 01: 10) não encontrava terreno de aplicação no nosso território.

O Papado regressa a Roma tinha que reconstruir uma capital do mundo, mantendo os testemunhos do passado, que lhe interessava enaltecer. O Devir da continuidade temporal é interrompido. Pela primeira vez, nos ciclos intelectuais, o passado recente é preterido na estima pelo mais antigo, símbolo de nobreza artística e respeito pelo Homem e pela vida na Terra (Anexo 01: 11). Mas em Portugal este espaçamento temporal não era sentido, onde a lógica era de construir novo ou reutilizar o que estivesse disponível, dentro da linha que sempre acontecera.

As bulas papais de protecção dos edifícios a que se reconhecia valor histórico não tinham eco no nosso país. Na verdade estes eram textos muito dirigidos para algumas obras, e todos os Papas seus subscritores encetaram campanhas de renovação de catedrais, de troços de cidade, destruindo muito do que encontravam. Na prática, a eficácia de tais bulas era tendente a zero.

2.3. Maneirismo, Barroco e Neoclassicismo

Após a ocupação Filipina e a Restauração da Independência em 1640, passa-se por um período de hesitações entre os condicionalismos económicos e militares da ainda frágil e recente independência política, e o desejo de renovação e afirmação da retomada nacionalidade (Fernandes, 1993: 55).

O contexto sociocultural encontrou numa linguagem despida que George Kubler intitulou “arquitectura chã” a sobriedade de expressão que servia a escassez da sua realidade. Um “estilo” que amadureceu desde meados do séc. XVI, e que Kubler situa fora dos confinamentos temporais e espaciais tradicionais (Horta Correia in Kubler, 2005: 9), localizando-o entre 1521 e 1706: «Aproveitando a ideia de Júlio de Castilho do “estilo chão”, designei-a por “arquitectura chã”. Esta arquitectura difere do “estilo desornamentado” de Espanha [...] pela sua emancipação das normas académicas e das formas italianizantes. O estilo “chão” português é como que uma arquitectura vernácula, mais relacionada com as tradições de um dialecto vivo do que com os grandes autores da Antiguidade Clássica, e que surgiu numa geração antes de o “estilo desornamentado” ter aparecido em Espanha e lhe sobreviver durante várias gerações.» (Kubler, 2005: 25)

Durante a maior parte do séc. XVII, e principalmente após 1640, intensificam-se as relações económicas com a Flandres, contaminando o imaginário lusitano com as suas formas racionais e pragmáticas. Por outro lado, oferecia-se como uma via Maneirista de encarar o Renascimento italiano, uma atitude experimental de desrespeito pelos preceitos da tratadística conducente a uma construção útil e económica (Idem: 197). Mas a sua raiz principal funda-se no complexo das tradições de carácter militar e comercial, surgindo integrada no Devir da história nacional e ibérica. «A arquitectura “chã” e o “estilo desornamentado” provavelmente comungaram de um fundo comum de desenho militar e do Formernüding (cansaço formal) que se segue a épocas de sobrecarga ornamental (Manuelino em Portugal, Plateresco em Espanha), mas diferem em todos os outros aspectos.» (Kubler, 2005: 202)

Com a reconquista da independência a arquitectura expressa-se por maior austeridade e severidade no tratamento das superfícies exteriores. O Concílio de Trento decretara em 1563 a extinção da nudez, e o decoro imperava na Europa Maneirista (Anexo 01: 19). No exterior da arquitectura queria-se seriedade que revelasse o desejo de decência que atravessava os países mais cultos. As viagens a Roma são mais frequentes e a coroa financia alguma formação em casos pontuais. No séc. XVI divulga-se a Tratadística de Serlio, Vignola ou Palladio, em linguagem

vernáculo e por isso acessível, conotando os modelos propostos com opções de bom gosto (Anexo 01: 22).

O gótico mantém-se dominante na Inglaterra, onde o Protestantismo encontra a materialização da diferença. Para vincar a força da Igreja Católica revigorada pelas novas linhas estratégicas e medidas práticas implementadas pela Contra-Reforma, o Papa Clemente VIII (1592-1605) procura transformar Roma na cidade mais bela do Cristianismo para glorificar Deus e a Igreja, imprimindo exuberância nas expressões artísticas (Anexo 01: 24).

Com a consolidação política e económica cresce a influência estilística italiana entre 1690 e 1717, onde se edifica a única verdadeira obra "barroca" no país (Fernandes, 1993: 57). A ornamentação e o douramento de talha e volutas no reinado de D. João V correspondem, por sua vez, também uma reacção à austeridade da Restauração típica dos ciclos culturais.

A partir de 1717 regista-se um afastamento entre o "barroco do Norte", encabeçado pelo Porto e por Braga, capital tradicional do poder religioso, com obras em Trás-os-Montes e ao longo do Douro, associado à Igreja e o "barroco da Corte" a Sul, grandioso e exuberante, financiado pelo ouro do Brasil e símbolo do absolutismo da monarquia portuguesa, onde se reconhecem as formas italianizantes com aporias *rocaille* francesas, aplicados sobre gramática da tradição chã portuguesa⁶. Os períodos expressionistas tendem a multiplicar as formas de revelação, pelo que os modelos se dividem por tendências regionais, reciclando e lançando pontes simbólicas a valores locais, materiais da região, com códigos reconhecíveis pelas comunidades.

Em Portugal a singeleza dos orçamentos não permitem conceber revisões estilísticas nos edifícios icónicos. Se tal modelo se regista em muitos países, no nosso território a construção ou completamento procede-se por adição, sem destruir o que já existe. Acontecera com as adições de portais Manuelinos e vai revelar-se particularmente activo durante o Barroco, onde um altar em talha dourada marcava facilmente a nova expressão de actualidade.

O fomento das viagens e o olhar sobre o passado do Renascimento fizera eclodir um novo tipo de diletantismo entre as camadas intelectuais, que se interessam por antiguidades, tornando-se lentamente num negócio de especialistas: os antiquários, para quem se torna crescente a importância da autenticidade material dos artefactos transaccionados (Anexo 01: 24). Em paralelo nasce a musealização em diversos países da Europa, iniciando-se as predações de arte para a construção e engrandecimento

⁶ São exemplos as grandes obras dos Palácios de Mafra, Queluz e Necessidades, Aqueduto das Águas Livres, Ópera do Terreiro do Paço (destruída pelo terramoto).

dos acervos. O restauro das peças ganhava novos contornos de cientificidade, com novas atitudes de reconhecibilidade para se legitimar o valor de antiguidade aos corpos originais.

D. João V casara com D. Maria Ana , princesa da Áustria. A sua riqueza fugaz permitia-lhe atrair e financiar a arte, e estar atento aos movimentos europeus por intermédio dos bolseiros que financiou.

O primeiro alvará nacional de protecção patrimonial e o primeiro alvará real do mundo sobre esta matéria (Jokilehto, 1986: 389) deve-se a D. João V, o monarca que comprou o Paço de Belém, que determinava em 20 de Agosto de 1721, na sequência da criação da Academia de Real de História no ano anterior, que:

“Hei por bem que d’aqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo nem em parte qualquer edificio, que mostre ser d’aquelles tempos (assim designados: Phenices, Gregos, Persos, Romanos, Godos e Arabios) ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estatuas, mármores e cippos em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros phenices, gregos etc; ou laminas, ou chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros ou caracteres [...] nem encubram ou ocultem alguma das sobreditas cousas: e encarrego ás camaras das cidades e villas d’este reyno tenham muito particular cuidado em conservar e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto; e logo que se achar ou descobrir alguma de novo, darão conta ao secretario da dita Academia Real para elle a comunicar ao director e censores, e mais académicos; e o dito director e censores, com a noticia que se lhes participar, poderão dar a providencia que lhes parecer necessária para que melhor se conserve o monumento assim descoberto. Etc.» (Ortigão, 1896: 154 e 155)

E que todas as câmaras das cidades e vilas do reino tivessem *“muito particular cuidado em conservar e guardar todas as antiguidades”* que testemunhassem a *“venerável antiguidade, assi Sagrada como Política [...] e conhecimento dos séculos passados”* até ao *“reynado do Senhor Rey D. Sebastião.”*

O alvará resultava do livre arbítrio do rei absolutista, que legalmente protegia os seus haveres: *“E desejando eu contribuir com o meu Real poder, para impedir hum prejuízo tão sensível e tão danoso à reputação, e glória da antiga Lusitânia, cujo Dominio e Soberania foi Deus servido a dar-me.”* (Rodrigues in Custódio, 2010: 20 e 21).

A publicação por D. João V deste alvará régio de protecção dos monumentos antigos marca a emergência em Portugal do 'objecto patrimonial' enquanto 'Monumento histórico'. Os monumentos antigos são referidos enquanto vestígios da história passada da nação portuguesa, cuja análise e estudo permitiria escrever essa mesma história, sendo a sua conservação preconizada na medida em que *«podem servir para ilustrar, e testificar a verdade da mesma Historia.»*

Deste modo, a noção de 'Monumento' vê alargada o seu âmbito de aplicação, não se restringindo apenas aos monumentos intencionais ou portadores de valor de arte, mas referindo-se a todos os vestígios que pudessem testemunhar ou informar a história de um determinado período. Assim, ao mesmo tempo que se afirma o monumento não intencional, este transforma-se em documento de um significado maior que ele próprio.

Assumida a noção de 'monumento-documento', qualquer acto que colocasse em causa a preservação da materialidade do documento passava a ser encarado como um acto de vandalismo, na medida em que a sua destruição seria também a destruição da história que ele nos conta.

No entanto, no séc. XVIII nenhum país europeu, muito menos Portugal, estava já suficientemente maduro para responder às implicações de um alvará desta amplitude. Ainda que o emergente "monumento histórico" se dirigisse essencialmente ao "objecto arqueológico", a impreparação cultural mantinha estas problemáticas longe das preocupações lusas. O terramoto de 1755 que destruiu Lisboa e outras cidades do Sul no reinado de D. José, afasta por completo qualquer tipo de curiosidade neste domínio.

Após a calamidade as prioridades da arquitectura ganham um sentido mais pragmático e uniformizado, de modo a fazer frente à rápida reconstrução da baixa lisboeta. D. José entrega os destinos da capital nas mãos de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que organiza uma equipa de arquitectos e engenheiros militares como Eugénio dos Santos, Manuel da Maia e Carlos Mardel para reconstruírem a cidade abalada.

Todos os prédios no vale da baixa da cidade que haviam resistido são arrasados para redesenhar por inteiro, pela primeira vez no mundo, um troço de cidade a esta escala. Definem-se hierarquias nas praças e nas ruas, tudo em traçado ortogonal de acordo com os valores mais ortodoxos do Iluminismo racionalista baseado em tipologias multifuncionais e multifamiliares.

As igrejas são reduzidas em número, dando total prioridade a um modelo que suscite e promova o comércio e as indústrias locais.

Despótico mas actuante, o Marquês de Pombal no papel de Ministro das Obras Públicas recusa a deslocação do centro da cidade para Belém e impõe uma série de reformas para melhorar a construção e aumentar a sua resposta a futuros sismos na mesma área da Baixa, tudo integrado num amplo projecto de pré-fabricação de múltiplos elementos construtivos.

As fundações passam doravante a ser assentes sobre estacaria de pinho verde ou eucalipto com 1.50 ou 2.00m de profundidade, cravadas em terrenos com água salgada. As estacarias seriam em seguida encabeçadas por lintéis de fundação sobre

os quais se erguiam as paredes principais e que uniam o lajão que revestiria o piso térreo. Até ao primeiro piso a construção desenvolvia-se em arcada de cantaria ou tijolo-burro, para transformação do esforço de corte dos movimentos horizontais dum - possível sismo em esforços de compressão pela forma do arco ⁷. As esquinas passam a ter os cunhais travados por cantaria. As empenas laterais de cada edifício foram sobrelevadas um metro acima da cobertura de telhado, sendo baptizados de “guarda-fogos” no intuito de impedir a propagação do fogo de uns edifícios para os contíguos, como acontecera no dia do terramoto.

No interior das paredes-mestras de alvenaria e sobre o piso de arcaria de pedra era construída uma “gaiola” de madeira com portais travados nas diagonais com as “cruzes de Santo André” ⁸. As caixas de escada tornam-se núcleos mais resistentes que funcionam como espinhas dorsais e núcleo resistente em caso de sismo. A “gaiola” e os pavimentos de madeira constituem uma unidade construtiva treliçada autoportante. A sua ligação à estrutura das paredes exteriores era executada por gatos em ferro, capazes de se libertar do peso da parede, se necessário⁹. Os prédios são limitados a quatro pisos de altura, mais a loja no piso térreo e as águas furtadas na cobertura. As paredes das fachadas de alvenaria resistente são condicionadas na sua altura, que não pode exceder a dimensão igual à largura da rua¹⁰. Ainda assim, para melhorar o comportamento e a capacidade resistente destas alvenarias, os vãos passam a ser guarnecidos a cantaria para evitar a ruptura pelos pontos de fragilidade introduzidos nas paredes pelas portas e janelas.

Também pela primeira vez se executava uma operação de pré-fabricação e coordenação dimensional de elementos desenhada à escala urbana, sendo as partes de cantaria, carpintarias e marcenarias executados fora da cidade, transportadas em peças e montadas no local. São executados poucos modelos de cada elemento

⁷ Esta solução funcionava também para controlo da ascensão de humidades num local onde os níveis freáticos se situam praticamente à cota do chão. O risco dos assentamentos diferenciais das bases dos arcos implicava a execução das fundações assentes em estacaria, para garantir o funcionamento de conjunto do piso térreo (A informação fundamental deste tema foi apreendida com o Prof. Gaspar Nero, *Curso Patologias do Edificado*, Fundec IST, Julho 2009.)

⁸ O travamento nas diagonais das paredes impedia a alteração da geometria dos portais e o consequente esmagamento dos pisos. A estrutura de madeira ficava a salvo da podridão provocada por humidades ascensionais graças ao piso térreo em cantaria.

⁹ Em caso de desmoronamento da parede, os gatos quebravam e deixam cair a parede, mantendo-se a gaiola intacta, com as pessoas a salvo no interior.

¹⁰ Para além da salubridade resultante da insolação garantida por esta exigência, se as paredes exteriores de um dado edifício rússsem num abalo sísmico, não atingiriam o prédio de frente, evitando que a queda de uma parede pudesse instabilizar as paredes fronteiras.

construtivo (guarnecimento de vãos, caixilhos ou portas) a ser aplicados nos locais previstos de acordo com a hierarquia do prédio, rua ou praça.

Uma arquitectura de pendor utilitário que definiu um momento fulcral e inovador da arquitectura portuguesa (Fernandes, 1993: 60).

Contemporânea desta vasta acção de renovação urbana foi a intervenção em Itália de Giovanni Antinori (1734-1792), um arquitecto que trabalhou em Lisboa na Casa dos Bicos após o terramoto de 1755; o restauro do obelisco na Piazza Montecitorio em Roma é-lhe encomendado com a definição papal explícita de não reintegrar os hieróglifos desaparecidos, constituindo o primeiro exemplo de reconhecibilidade entre original e adição (Anexo 01: 27)

Todavia, este exemplo mantinha-se à margem da *praxis restauradora*, que se caracterizava pela regra da dissimulação da intervenção, pelo “aggiornamento” dos edifícios, que significava actualizá-los, corrigi-los no gosto, apagando-lhe os desvios a que não se reconhecia qualidade. Mas uma nova consciência começava a despontar. As escavações em Herculano e Pompeia renovavam o gosto e o respeito pela antiguidade. Winckelmann era traduzido de alemão para inglês e italiano, reintroduzindo o valor artístico nas peças a que se reconhecia já valor histórico. Emmerich de Vattel defendia pela primeira vez em 1758 o conceito dos objectos patrimoniais que “honram a sociedade humana” de “assinalável beleza” e que deveriam ser preservados por todos em caso de conflito armado por não terem valor militar (Anexo 01: 30).

2.4. Da revolução francesa ao final do séc. XIX

O iluminismo na Europa trazia novas propostas de sociedade. John Locke, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau atribuíam o poder político à Nação, lentamente transferindo-o do soberano para a Vontade Geral. A ousadia de tais ideais conduziram os seus defensores ao cárcere, os seus livros ao Índice ou à fogueira. Contudo, a Declaração de Independência dos EUA seria proferida em 1787 materializando a República, sendo mais um rastilho para a Revolução Francesa no velho continente (Anexo 01: 33) ¹¹.

Se num primeiro momento algumas das destruições do Património visam a venda e a transformação em armas para alimentar a máquina de guerra contra os Estados Absolutistas que procuravam repor a monarquia em França, depois de 1792, é o ódio do período do Terror que destrói também por repúdio ao “feudalismo, aos

¹¹O fundamental deste resumo baseia-se em Françoise Choay, Jukka Jokilehto, Pierre Nora, Martinez Justicia

monumentos do preconceito e da tirania". As poucas vozes de defesa que se fazem ouvir principalmente na Assembleia Constituinte, são cautelosas para evitar ser tomadas por contra-revolucionárias, e com isso possíveis candidatas à guilhotina. Se por um lado existe uma descoberta de um património imenso desconhecido dos intelectuais e do povo em geral, por outro a eminência da sua perda suscitava raciocínios de protecção dos mais esclarecidos e menos enraivecidos (Anexo 01: 37).

A legislação actuava nas duas direcções; tanto fustigava a destruição, cobrindo-a com justificação moral e jurídica, ao mesmo tempo que fazia referência à exigência de protecção, deixadas a escrito com descrição e algum cuidado.

A partir de 1799, e durante o império Napoleónico, a França vai concentrar-se na gestão dos acervos resultantes das pilhagens praticadas nos países ocupados em Museus, que conhecem nesta altura um grande impulso, reforçando a importância dos objectos históricos e artísticos na definição das sociedades cultas.

As invasões francesas vão acender os sentimentos nacionalistas em todas as nações europeias, que após a retoma da independência se vão lançar em campanhas de restauro dos seus monumentos, como afirmação da sua soberania e ancoragem histórica.

Nos finais do séc. XVIII Portugal é um país rural, pobre e grandemente analfabeto, sem ambientes urbanos nas cidades equiparáveis às congéneres europeias, com uma nobreza dependente da Coroa e alheia aos movimentos intelectuais da Europa.

Passado o momento da renovação urbana pombalina, a arquitectura torna-se até ao final de oitocentos uma actividade menor, subsidiária da "construção" (Portas, 1973: 154), quer seja pela falta de personalidades singulares notáveis, quer seja pela desconsideração a que a classe dos arquitectos estava votada, já que eram sempre substituídos por estrangeiros em obras de responsabilidade da Coroa, ou porque nem sequer eram chamados nem tidos como necessários para as poucas obras da burguesia (Idem: 155), pequena e sem capacidade de industrialização.

Culturalmente continua-se o modelo proposto por Pombal com a criação de escolas de nível médio como a Aula do Comércio (1759) e o Colégio dos nobres (1761) a reforma da Universidade de Coimbra (1772), bem como a formação da Academia Real da Marinha (1779), Academia do Nu (1780), a Academia de Fortificações, Artilharia e Desenho (1790) e, a de maior impacto cultural, a Academia Real das Ciências de Lisboa (1779) (Garcia, 1981: 159).

Politicamente Portugal é uma monarquia absolutista, e por isso participa em 1791 num exército com espanhóis contra a França Jacobina, mas é derrotado. Como os

Portugueses não cumprem o bloqueio continental decretado por Napoleão, Junot invade Portugal.

Num plano secreto com a Inglaterra, D. João, príncipe regente, desloca a capital do Império e a Corte para o Rio de Janeiro. Os ingleses comandados pelo Duque de Wellington travam várias batalhas e fazem recuar os franceses, que regressam por três vezes, retirando-se para Espanha definitivamente em 1811. Mas as pilhagens francesas, o esforço de guerra, e os pagamentos a Inglaterra deixam o país em ruína financeira. O país é inundado de produtos ingleses produzidos a baixo custo fruto de uma revolução industrial desconhecida no nosso país. D. João concede regalias aos ingleses em retribuição pelos serviços prestados, facultando-lhes livre comércio com o Brasil, a maior fonte de receitas de Portugal.

Após as ocupações napoleónicas «[...]Portugal] *passa a ser um país ocupado por tropas estrangeiras; tropas culturais, entende-se, o que não quer dizer que não sejam das mais ofensivas e das mais opressoras.*» (Silva, 1996: 96).

A ocupação inglesa não foi menos danosa para Portugal, e os mais esclarecidos estavam descontentes com as limitações que a estrutura lhes impunha. Em 1820 dá-se um pronunciamento militar que expulsou os regentes ingleses e exigiu o regresso do Rei e da capital para Lisboa.

O Vintismo consagrava uma nova Constituição Liberal em 1822, baseada na Constituição Espanhola de 1812 e na Francesa, que D. João VI foi obrigado a assinar. Apesar da nacionalização dos bens da Coroa e do encerramento de alguns conventos e mosteiros considerados desnecessários, na verdade «[...] *a liberdade que o liberalismo dava a Portugal, com o seu culto de uma liberdade eterna e teórica, era, muito simplesmente, a liberdade de morrer de fome e a conclamação da iniciativa privada apenas serviu, na realidade, para o privar de iniciativa.*» (Silva, 1996: 109) Plena de contradições, a actuação vintista revelou-se bastante precária na actividade socioeconómica.

A situação torna-se muito mais difícil com a declaração de Independência do Brasil em Setembro de 1822. D. João deixara o seu primogénito D. Pedro como regente no Brasil para conter os ideais independentistas, e traz consigo D. Miguel. As Cortes Constituintes, sentindo a admiração de D. Pedro por Napoleão, forçam o seu regresso a Portugal. Em vez de regressar, D. Pedro proclama a independência e torna-se o primeiro Imperador do Brasil.

Quando D. João VI morre, D. Pedro é filho ilegítimo de Portugal, mas também o herdeiro ao trono. Mas D. Miguel é um absolutista convicto que já tentara um golpe militar para se apoderar do poder em vida de D. João VI. As diferenças entre irmãos e oposição de convicções mergulham o país numa luta entre liberais e absolutistas que só terminaria em 1834.

Durante este período a agricultura está moribunda, a indústria assente em métodos tradicionais asfixiada pelo impacto de invasão dos produtos ingleses industrializados apoiados pelas máquinas a vapor desde meados do século anterior (Garcia, 1981: 149), e o comércio em derrocada com a perda do mercado brasileiro. Ao contrário de outros países europeus, Portugal, pilhado por franceses e depauperado por ingleses, não tem condições para se lançar no restauro dos testemunhos do seu passado.

O recuo dos franceses catalisara o investimento dos Papas em Roma, na redescoberta da cidade berço, como se de uma nova Renascença se tratasse. Stern e Valadier restauram o Arco de Tito e o Coliseu com reconstituições fundamentadas quanto possível, mas capazes de redesenhar a morfologia global do monumento e definir a sua leitura enquanto objecto concluído. Em 1832 Quatremère de Quincy iria teorizar o modelo lançando as bases de uma nova escola (Anexo 01: 44) ¹².

Em França, a restauração da monarquia de Julho iria permitir a François Guizot fundar o Serviço Francês de Monumentos Históricos, catapultando Vitet e Mérimée na missão de “classificar” os edifícios históricos da França por grau de importância (Anexo 01: 47). Face ao estado geral de abandono e degradação, havia que restaurar o brilhantismo dos monumentos testemunhos do antigo regime. No contexto positivista da época, Vitet defendia a exigência de conhecimento da história de cada edifício para melhor intervir. Esta nova investigação enquadradora assegurava uma indução esclarecida para o completamento das partes em falta, ou transformadas por adições posteriores. Cento e cinquenta anos antes do seu reconhecimento mundial, Vitet referia o património intangível das tradições e costumes locais como monumentos a preservar (Anexo 01: 49). Mérimée defendia que os vários estratos históricos dos monumentos deveriam ser preservados, desde que tivessem valor artístico.

Abraçados na missão de defender o património para o Estado, a Comissão dos Monumentos Históricos produziu teorização, consciencialização escrita de critérios, de atitudes a observar nas intervenções (Anexo 01: 51), como a célebre frase de Napoléon Didron, no Boletim Arqueológico I, de 1839: *«Perante monumentos antigos, é preferível consolidar que reparar, melhor reparar que restaurar, melhor restaurar que refazer, e melhor refazer que embelezar; em nenhum caso se deverá algo adicionar, e sobretudo nada suprimir.»* (in Jokilehto, 1986: 287) ¹³

¹²O fundamental deste resumo baseia-se em Françoise Choay, Jukka Jokilehto, Pierre Nora, Martinez Justicia, José Aguiar, Maria Helena Maia, Françoise Bercé e Maria João Neto

¹³ *«Bulletin Archéologique I, 1839 : En fait de monuments anciens, il vaut mieux consolider que réparer, mieux réparer que restaurer, mieux restaurer que refaire, mieux refaire qu'embellir ; en aucun cas, il ne faut rien ajouter, surtout rien retrancher.»* (tradução livre).

A Comissão recusa a inovação sobre monumentos, assumindo um discurso de "antes a morte que a desonra da alteração" que seria celebrizado por Ruskin. Todavia, as posições eram muito heterogéneas. Bourassé alertava para a responsabilidade de não deixar perder os testemunhos pátrios por simples inacção, propondo ainda a distinção entre monumentos vivos e monumentos mortos, a principal linha das Recomendações da Conferência de Madrid em 1904, cinco décadas depois (Anexo 01: 53).

Neste contexto, Viollet-le-Duc reflecte sobre a profissão e teoriza num primeiro manual de actuação para os edifícios, defendendo a forma original, a substituição das partes danificadas por peças da mesma origem, cortadas e aplicadas segundo as mesmas técnicas construtivas, correctamente interpretadas e executadas. Defendia claramente que as diferentes épocas encontradas deveriam ser respeitadas como documentos de si próprias, tal como Boito veio a defender em 1883 e um século depois se exprimiu com toda a clareza na Carta de Veneza. Defendia também que a atitude correcta numa intervenção era de abnegação da personalidade do restaurador, ou seja, humildade e descrição, corrigindo apenas onde existisse instabilidade estrutural ou onde as partes estivessem desaparecidas, alertando em 1843 e antecedendo Ruskin, que um restauro podia ser mais danoso que os séculos e os revolucionários, que só destruíam, mas não adicionavam nada (Anexo 01: 56) ¹⁴.

Nesta linha, quando o tempo ou os sucessores não tivessem cumprido o projecto original, competia ao arquitecto vivo, restaurador, fazer cumprir o desejo do arquitecto falecido. Se a obra cruzava a sua vida, era seu dever moral reconduzir a obra no seu curso até à conclusão do projecto original, que poderia ainda não ter sido atingido, apagando os erros e desvios, respeitando a natureza, os materiais e as técnicas construtivas do objecto original, como se "restaurasse o projecto" ao restaurar a obra. O que não significa que alguma vez tenha tentado enganar o documento histórico. Sempre que acrescentou assumiu a sua adição e a sua obra. E acrescentou mais duas ideias novas: a manutenção como prática a privilegiar, capaz de evitar os restauros, que ganha corpo no final de séc. XX, e a pertinência da reutilização funcional dos monumentos, que seria retomada na Carta de Veneza, um século depois, sendo ainda hoje um valor consensual (Anexo 01: 61).

O prestígio e coerência do discurso de Viollet-le-Duc tornavam-no numa referência internacional, influenciando gerações ao longo de quase dois séculos, transformando-se num paradigma.

¹⁴ O fundamental deste resumo baseia-se em Françoise Bercé, Françoise Choay, Jukka Jokilehto, Pierre Nora, Munõz Viñas, José Aguiar, Maria Helena Maia e Maria João Neto.

Por contraponto, emergia o discurso literário de Ruskin toldado de nostalgia romântica, defendendo a preservação dos tecidos originais e os ambientes tradicionalistas e bucólicos, os únicos onde encontrava autenticidade, mas que pouco trunfos poderiam ter contra a espectacularidade oferecida pelos restauros “científicos” e positivistas do modelo francês (Anexo 01: 68).

Em Portugal, após as batalhas de Almostrim e Asseiceira, D. Miguel assume a derrota e assina a paz em Évora-Monte em 1834 partindo para o exílio definitivo.

As duas décadas que antecederam este período «[...] constituem um momento crucial na evolução das noções de património e restauro em Portugal. Neste período, perfeitamente individualizável e que grosso modo se pode identificar com o Romantismo, definem-se os problemas a tratar, escrevem-se os textos doutrinários e fazem-se as experiências de restauro que servirão de referência às gerações futuras.» (Maia, 2007: 43).

Após a Revolução Liberal e a assinatura de paz, D. Pedro IV promulga o decreto de 30 de Maio de 1834 que determina a extinção dos «"Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios e quaisquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, [e] estabelece que todos os seus bens seriam "incorporados nos próprios da Fazenda Nacional". Constituíam excepção apenas os objectos litúrgicos, "Vasos Sagrados, e paramentos, que sirvam ao Culto Divino", que seriam "distribuídos pelas Igrejas mais necessitadas das Dioceses"» (Soares in Rodrigues, 2014: 10). Nesta sequência os bens móveis e imóveis afectos a entidades laicas e religiosas privadas são colocados pela primeira vez sob a gestão do Estado, tomando-se consciência pública do seu estado de conservação, que em grande parte dos casos era de degradação. Desta consciência nascia uma opinião pública sobre o destino e os modos de gestão e conservação, uma opinião de indivíduos sobre a actividade de outros indivíduos relativa aos “bens patrimoniais” que pertenciam a todos.

Muitos conventos já haviam sofrido com o terramoto de 1755, sendo em seguida pilhados pelas invasões francesas. Por influência europeia, o desenvolvimento da causa liberal foi aumentando o desagrado pelo clero regular, que foi perdendo poder e capacidade financeira para fazer face às permanentes necessidades de manutenção e reposição do roubado ou degradado, pelo que o fim da guerra civil encontra muito do património da Igreja num estado de conservação precário.

Após 1834, a Igreja sofre uma perda do seu protagonismo e respeito, seguida da real perda dos seus pertences que são profanados, pilhados, vendidos abusivamente em ambientes vandálicos típicos pós-revolucionários. Mesmos quem se interessava pela salvaguarda do património «[...] dominados pelos ventos revolucionários, adoptavam

uma posição anti clerical e uma visão estética romântica, responsabilizando os frades pelo estado de degradação dos imóveis e pela descaracterização da sua unidade estilística.» (Neto, 2001:66).

Nos primeiros anos do liberalismo e após 1834, o cerne do problema situa-se na afectação do imenso património que repentinamente se encontra sob a responsabilidade do Estado. As intervenções nos edifícios visam criar condições para albergar as novas funções, numa perspectiva pragmática, sujeitas à sensibilidade individual de quem os ocupa, e à disponibilidade orçamental para dar largas “à imaginação” ou para simplesmente se acomodar com o mínimo de alterações, acabando por preservar por dificuldade de fazer mais.

Muitos destes espaços construídos foram convertidos em hospitais, universidades, quartéis, serviços públicos vários. Mas os primeiros legisladores liberais não eram totalmente insensíveis a valores patrimoniais. Pelo contrário, desde o primeiro momento que se elaboram as “Instrucções” que procuram evitar, por um lado o roubo ou desvio: *«Tomar posse, sem demora” de todos os bens, “pondo em prática todas as medidas de segurança, que se tornam necessárias para prevenir o [seu] extravio [...]»* (Soares in Rodrigues, 2014: 10), principalmente das jóias e alfaia de joalharia; por outro lado, evitar o estrago, *«suster a venda de quadros e pinturas, mas também a impedir a [sua] deterioração... [e] proceder imediatamente á sua classificação e colocação em um só edeficio, onde possa fiscalizar-se a sua arrecadação, e conveniente conservação, athe que definitivamente se estabeleça a Galleria, ou Gallerias que devem formar-se com aquellas mencionadas pinturas, muitas das quaes são preciosíssimas”»* (Idem: Ibid).

Se por um lado é pela primeira vez na história que o cidadão individual se sente com direito para olhar e opinar sobre edifícios que sente agora como pertença do colectivo, por outro lado, é resultado dessa pertença que os edifícios estão a ser alvo de ocupações onde na generalidade estão ausentes preocupações de ordem estética ou histórica. A reutilização dos bens imóveis acabava caracterizada na imprensa, também livre de se exprimir, em palavras semelhantes às de Herculano *«buscai os mais veneráveis edifícios: ou jazem por terra, ou foram destinados para estabelecimentos que de necessidade os estragaram”»* (Maia, 2007: 103) Na sua opinião, entre os “arrasadores” e os “reformadores”, em Portugal se repartiu *«com justiça, segundo nos parece, a porção de honrarias que tocava a cada uma destas castas de vândalos”»* (Maia, 2007: 105).

Mas a extinção das Ordens não surgiu como um acto impulsivo ou puramente economicista. A sua concepção foi iniciada no reinado de D. Maria I, porventura por influência francesa, sendo paulatinamente preparada em termos da reforma religiosa e do valor e destino dos bens patrimoniais. *«Os inúmeros arrolamentos de bens levados*

a cabo pela junta de Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens regulares, particularmente a partir de 1820, são disso exemplo. Com eles, equaciona-se o valor pecuniário dos objectos e a sua utilidade [...]. O valor de arte, então, raramente se coloca.» (Soares in Rodrigues, 2014: 14).

Silva Carvalho, o Ministro da Fazenda, no processo de discussão na Câmara dos Deputados sobre a alienação dos imóveis, propõe em 1834 que o Estado conserve, para além dos que sejam úteis para a instalação de serviços públicos, os que representem a «conservação de obras de antiguidade ou de primores de Arte e os que mereçam ser venerados como monumentos de grandes feitos ou épocas Nacionais» (Gazeta Official do Governo, n.º 69 de 18-IX-1834, p. 355).

Os critérios oficiais para a venda dos bens imóveis seriam formalmente estabelecidos pelo decreto de 15 de Abril de 1835, onde se exceptuavam «As obras e Edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como Monumentos históricos de grandes feitos, ou de Epocas Nacionais.» (Soares in Rodrigues, 2014: 10). Para assegurar a eficácia e o rigor na aplicação dos critérios estabelecidos na lei, em Portaria de 19 de Fevereiro de 1836, o ministro do Reino Luís Mouzinho de Albuquerque atribuiu à Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779 por D. Maria I, a missão de fazer o «[...] levantamento sistemático dos edifícios que “se tornam dignos de ser conservados, e entretidos por conta do Governo como monumentos Públicos;» (Idem: 11).

Ainda que a aplicação prática de todas estas medidas tivesse muitas lacunas operativas e que se tivessem registados muitos abusos e extravios, o cenário nunca se comparou à destruição da França revolucionária nem ao desbarato a que a Espanha submeteu o seu património eclesiástico. E tiveram no Rei-Soldado e sua filha D. Maria II conscienciosos soberanos que formalizaram um enquadramento legal educado e esclarecido para a época.

O encaixe maciço de um vasto património móvel e imóvel colocava novos problemas, e situava-os na esfera do Estado, e como tal, do domínio público. A somar ao debate internacional nestas matérias que chegavam amiúde a Portugal pela mão de exilados como Almeida Garrett, misturavam-se sentimentos nacionalistas de retoma de um futuro saído de um conflito civil.

João Baptista Leitão de Almeida Garrett (1799-1854) afirmava existir uma relação directa entre a expressão edificada e os valores de uma nação, na medida em que os sentimentos se revelam pela arte e técnica de um povo. Refere que «"D. Manoel quis eternizar-se com a fábrica do mosteiro de Belém"» (Lima in Rodrigues, 2014: 18) contemplando a «"torre antiga, e veneranda, - hoje mal conservado monumento das

glórias de Manoel"; e o "templo que a piedade, e fortunas appregao de Manoel o feliz: padrão sagrado de glória, e religião; esmero d'artes protegidas d'um rei"» (Idem: 19).

Numa primeira fase até 1828 Garrett tem a arquitectura clássica como símbolo de uma expressão liberal e progressista, nas suas palavras de «[...] rasgos nobres, proporções em grandes poucos enfeites, simples em tudo» (Idem: 17), sendo que a simplicidade é a «[...] primeira lei de todas as belas-artes.» (Idem: Ibid); pelo contrário a «[...] Gothica nasceu entre ferros, e sob a escravidão militar, e religiosa. Lanços curtos, muitos requifes, rendados, e recortados são o seu character e cunho". Ou seja, a apreciação estética do autor tem como ponto de partida e fundamento maior razões ideológicas.» (Idem: Ibid).

Contudo, após o segundo exílio em Inglaterra onde permanece três anos, Garrett absorve a nova tendência generalizada da Europa em considerar a arquitectura gótica como a arte nacionalizada, em detrimento da clássica, importada de Roma e da Grécia: «"Fatigados de grego e de romano em architecturas e pinturas, começámos a olhar para as belezas de Westminster e da Batalha; e o appetite embotado da regular formusura dos Pantheons e Acropolis, começou, por variar, a inclinar-se para as menos clássicas porém não menos lindas nem menos elegantes formas da architectura e sculptura gothica", "o antiquado agradou por novo, o obsoleto entrou em moda: arte mais fina, gosto mais delicado.» (Idem: 19).

Ainda que muito num âmbito literário, aliás como em Inglaterra, os escritos de Garrett acordavam as consciências entorpecidas pelo turbilhão de acontecimentos sociais e políticos. As suas posições tomavam o aspecto de manifestos e eram predominantemente de contestação contra o abandono ou contra as más opções tomadas nas operações de "restauro" das poucas obras que existiam. «A influência das opiniões de Garrett foi muito vasta e a indignação perante a adulteração dos monumentos tornou-se um lugar-comum na imprensa da época. A terminologia que nomeia os monumentos nacionais, o património e o restauro, e o respeito pela arquitectura antiga nas obras de conservação é já, no princípio da década de 40, voz corrente na imprensa ilustrada e nos jornais.» (Rosas in Custódio, 2010: 45).

Em 1846 Almeida Garrett publica as *Viagens na Minha Terra*, onde cruza o romance de ficção com a análise social do estado do país naquela data. Frei Dinis simbolizava os valores do Portugal absolutista, Carlos os predicados do liberalismo, que atravessam as descrições de locais que Garrett visita, e que lhe permitem opinar sobre os cenários que encontra: «Ali estão – olhai para eles - defronte uns dos outros, os monumentos das duas religiões, o qual mais expressivo e loquaz, dizendo mais alto que os livros, que os escritos, que as tradições, o pensamento das idades que os ergueram e que os deixaram gravados sem saber o que faziam.» (Garrett, 2013: 138). Antes de Ruskin na

Lâmpada da memória, publicado em 1849, Garrett lembrava que os edifícios eram mais perenes na manutenção da mensagem do que os próprios livros. A viagem decorria de Lisboa a Santarém; na chegada ao destino, e no mesmo registo interventivo, lamentava a incompreensão e os maus tratos a que a ignorância votava tais testemunhos pátrios: «*Santarém é um livro de pedra, em que a mais interessante e mais poética parte das nossas crónicas está escrita. Encadernado em esmalte verde e prata pelo Tejo [...] o magnífico livro deveria durar sempre [...] [mas] o povo, de cuja história ela é o livro, ainda existe; mas esse povo caiu em infância; deram-lhe o livro para brincar; rasgou-o, mutilou-o, arrancou-lhe folha a folha [...].*» (Garrett, 2013: 145). Garrett fazia distinção entre a degradação associada a eventos da história, com a degradação decorrente da incúria ou do desrespeito, que desprezava: «*As ruínas do tempo são tristes mas belas. As que as revoluções trazem ficam marcadas com o cunho solene da História. Mas as brutas degradações e as mais brutas reparações da ignorância, os mesquinhos concertos da arte parasita, esses profanam, tiram todo o prestígio.*» (Garrett, 2013: 145).

Mas no discurso mais actualizado da sua época, Garrett bramava contra a arbitrariedade das intervenções casuísticas, que resultavam na pior das consequências nefastas sobre o património construído. «[...] Garrett denuncia os “refacimentos modernos, adições, melhoramentos de algum cantor de aldeia que pretendeu corrigir estas antigualhas”, que assim lhe surgem “pintados e repintados por pincéis de cada vez mais grosseiros e ignorantes, e sobretudo empenhados sempre em modernizar, pôr à moda e fazer bonito o que lhes parecia tosco e grosseiro, só porque era simples e original.» (Maia, 2007: 76). Num discurso totalmente coetâneo ao de Ruskin, Garrett assumia o discurso da contracultura da época, no sentido contrário, moralizador, da prática corrente. E não era o único.

Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896), arquitecto e arqueólogo propunha que «*A Architectura pode ser que seja de todas as Artes a que devem os governos com preferência animar; pois ela transmite à posteridade lembrança das grandes acções cívicas e Militares. Só os chefes das nações podem executar estes monumentos que a perpetuam.*»¹⁵ Possidónio passara a sua infância no Brasil, para onde a sua família o levava nas invasões francesas, onde passa toda a juventude até 1824, data em que vai estudar para a *Escola de Belas-Artes*¹⁶ de Paris, e daí para Roma em 1829, onde fica

¹⁵ Possidónio da Silva, *O que foi e é a architectura e o que aprendem os architectos fora de Portugal*, Lisboa: s.n. 1833 (Maia, 2007: 37).

¹⁶ *École des Beaux-Arts* (tradução livre).

um ano. Volta a Paris para trabalhar no *Palácio Real* e *Palácio das Tulherias*¹⁷, até 1833, quando regressa a Portugal para se tornar Arquitecto da Casa Real. Nesta data escreve a comunicação que esclarece no seu título a proveniência do saber. A sua visão privilegiada, no sentido da sua proximidade à Coroa e ao prestígio de vir formado de França, país “fundador do liberalismo”, contaminava a estratégia dum novo Estado saído duma guerra civil e que se queria legitimar e engrandecer.

Em todo o caso, o discurso da mensagem perpetuada antecipa o teor da mesma frase da *Lâmpada da memória* que seria publicada em 1849.

Outro autor se destacava no discurso pela defesa do património. Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (1810-1877), logo em 1834 reflectia com uma maturidade que antecipa vários autores:

«Um grande edificio, fosse qual fosse o destino que o seu fundador lhe quisesse dar, é sempre e de muitos modos um livro de história. [...] Os castelos, os templos e os palácios, tríplice género de monumentos que encerra em si a arquitectura da Europa moderna, formam uma crónica imensa, em que há mais história que nos escritos dos historiadores. Os architectos não suspeitavam que viria o tempo em que os homens soubessem decifrar nas moles de pedra afeixoadas e acumuladas a vida da sociedade que as ajuntou, e deixavam-se ir ao som das suas inspirações, que eram determinadas pelo viver e crer e sentir da geração que passava. Eles não sabiam, como os historiadores, que no seu livro de pedra, também como nos daqueles, se podia mentir à posteridade. Por tal motivo foi a arquitectura sincera.» (Alexandre Herculano, *Duas Épocas e Dois Monumentos ou A Granja Real de Mafra* (1834) in *Opúsculos*. Vol. II: 139 in Maia, 2007: 89).

Por um lado, o entendimento da sobreposição histórica - muitas histórias transformadas numa “crónica imensa”- antecipa o raciocínio respeito pelas diferentes “épocas de um edificio” de Prosper Mérimée de 1842; a “história escrita nos edificios” antecipa Ruskin de 1849, como referido, e na ideia da mentira à posteridade, antecipa Boito já no final do século.

Este entendimento de honestidade reconhecida aos monumentos iria ser fulcral para estabelecer o primado da preservação da matéria original: se os edificios são testemunhos fiáveis, então a sua matéria deve ser preservada porque constitui porventura das poucas fontes originais de informação sobre as técnicas, a tecnologia, o conhecimento e a capacidade de edificar das gerações que nos antecederam.

Esta articulação de autores revelam um quadro conceptual a par com as preocupações mais avisadas da Europa. «Almeida Garrett, quer enquanto director da *Revista de Bellas Artes*, quer pela inclusão na sua obra literária de toda uma condenação da situação a que subjaz uma sugestiva noção de património, contribuirá para a construção de um discurso, de que Alexandre Herculano, nas

¹⁷ *Palais Royal* e *Palais des Tuilleries* (tradução livre).

páginas do Panorama, delimitará os contornos [...]cabe no entanto a Alexandre Herculano o mérito de ter sido o primeiro a produzir um texto coerentemente estruturado, em que são lançadas as bases teóricas do discurso patrimonial português da primeira metade de oitocentos.» (Maia, 2007: 68, 69).

A relevância da questão surgia com um ténue murmúrio de reivindicação diletante afogada pelo contexto conturbado do país. Herculano procurava aumentar a dimensão das suas palavras e as consequências de as ignorar recorrendo «[...] sistematicamente [ao] julgamento do futuro, isto é, das gerações vindouras e do julgamento dos países "civilizados" como ameaça e reforço da sua posição.» (Maia, 2007: 91).



Fig.1. Almeida Garrett



Fig.2. Alexandre Herculano



Fig.3. Ramalho Ortigão



Fig.4. Possidónio da Silva

Para Herculano «"desprezar os monumentos [característica da primeira fase] não é tão repreensível como guerrear-los até à morte" [...]» (Idem: 92) no sentido de os alterar a ponto de os fazer desaparecer enquanto realidades históricas. Herculano colocava o problema dos critérios nas intervenções.

Se os monumentos eram um valor a preservar por serem testemunhos da história pátria, então havia que os salvaguardar e restaurar quando se encontrassem degradados. «Desde 1830 que em Portugal se assistia à divulgação da terminologia "restauro" ou "restauração" com o sentido de renovação ou de reintegração no estado primitivo.» (Tomé, 2002: 128). Para além disso, «A unidade de estilo sofria influências românticas, historicistas e nacionalistas, mas participava igualmente de um conceito lógico e estrutural dominado por um cientismo, comunicado pelo pensamento positivista.» (Neto, 2001: 107). A unidade de estilo era portanto sinal de conhecimento científico e de bom gosto esclarecido. Pelo menos para todas as intervenções onde fosse necessário o "restauro". Isto porque gradualmente nascia a consciência de que a conservação continuada podia dispensar o restauro: a «[...] atitude de Luís Mousinho de Albuquerque face à intervenção no património edificado: distinguindo claramente entre as obras de conservação e restauração, opta pelas primeiras, reservando as

segundas para casos em que tal se “mostre indispensável”, atitude que se reflectirá em grande parte da sua intervenção como responsável pelas obras que, no início da década de 40, os Serviços de Obras Públicas efectuarão nos mosteiros da Batalha e Alcobaça.» (Maia, 2007: 56). Estas obras tornaram-se modelos de intervenção reconhecidos e apontadas como exemplos a seguir. Mouzinho de Albuquerque excluía da operação de restauro a hipótese de correcção ou melhoria do edificado «[...] defendendo que a intervenção deve restringir-se à cópia ou fiel imitação o que, sob o ponto de vista metodológico, leva a que as partes mutiladas ou destruídas sejam substituídas pela sua exacta reprodução, quando existam originais, ou por analogia com o existente quando tal não aconteça [...]» (Maia, 2007: 356). O modelo de conservar, preferível a restaurar, mantinha-se muito próximo da máxima evolutiva de Napoléon Didron de 1839, ou de afirmação de que uma boa manutenção dispensaria o restauro de Viollet-le-Duc de 1843, mostrando que os responsáveis nacionais andavam muito próximos do pensamento mais esclarecido na Europa.

Só no que respeita ao restauro dos vitrais se afastará Mousinho de Albuquerque uma vez que, na ausência das peças ou partes originais propõe o uso de vidros lisos de cor, talvez por economia, talvez para deixar o registo evidente da intervenção conservando a qualidade e tonalidade da luz. «Não por acaso, será este o aspecto mais criticado das obras realizadas segundo as orientações que estabeleceu.» (Maia, 2007: 356). Nesta opção era a sua estratégia ainda mais esclarecida, dentro da lógica dos trabalhos de Stern, Valadier e Ross, uma opção de essencialização da forma, que assegurasse a continuidade das formas e as tonalidades cromáticas, mas assumisse a adição contemporânea.

A preferência pela conservação contra o restauro era transversal a vários deputados e altos responsáveis do Estado, embora na sua maioria movidos por razões de ordem mais económica que conceptual. A escassez geral pedia contenção nas intervenções, e por isso apontava para acudir apenas os pontos críticos, numa lógica muito mais próxima da manutenção e de suspensão da degradação, do que de refazimentos, restauros (no sentido criativo) ou alindamentos.

«O deputado Souza Azevedo equaciona claramente a questão quando afirma que o objectivo é conservar os monumentos “em bom estado, em quanto as nossas condições financeiras nos impedem de os aperfeiçoar.» (Maia, 2007: 58). O próprio Alexandre Herculano, sem corrigir esta afirmação, concorda reforçando a pertinência da opção porquanto não existia «[...]”em todo o Reino artífices que sejam capazes de os acabar.”» (Idem :Ibid). Estas posições esclarecem quanto aos princípios subjacentes; sendo possível, o trabalho adequado seria “acabar” os edifícios, o que pressupõe claramente a continuidade em estilo, dentro de uma linha violletiana de completar o edifício a um estádio nunca antes existido; não sendo possível, havia que o preservar

para não deixar degradar nem vilipendiar, dentro de uma linha de raciocínio romântico alinhado com o que Ruskin viria a escrever seis anos depois. Na verdade esta dualidade traduzia um pouco os vértices da problemática europeia desta metade do séc. XIX.

Um certo carácter panfletário explica que «[...] *Herculano clame por uma lei de defesa do património desconhecendo, ou escolhendo desconhecer, que a referida lei não só já existe como se encontra em vigor.*» (Maia, 2007: 73). Se é certo que o acesso à informação não se compara com os padrões actuais, também é verdade que Herculano desenvolveu toda a vida uma carreira literária, tendo introduzido a historiografia científica em Portugal com a publicação da *História de Portugal*, tendo sido sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, colaborador redactor de várias revistas, director da *O Panorama*, Deputado às Cortes, perceptor do futuro Rei D. Pedro V, cargos que lhe permitiram saber que o Alvará de 20 de Agosto de 1721 publicado por D. João V «[...] *fora reeditado em 1802 e não só continuava em vigor como, tanto em 1844 como em 1860, seria considerado adequado pelos responsáveis pela sua aplicação, desde que feitos os ajustes à nova realidade.*» (Idem: Ibid).

É também em 1840, por ocasião das obras no Mosteiro dos Jerónimos, cujas obras se tornaram modelos do que se deveria evitar e em cujas cartas de crítica se esboçam linhas de actuação que deveriam ser seguidas assinadas pelo Ministro do Reino, que constitui «[...] *o primeiro documento em que muito objectivamente se apontam os princípios em que deveriam reger o restauro de monumentos e a primeira vez em que o Governo chama a si a responsabilidade de fiscalização deste tipo de obras.*» (Maia, 2007: 58).

Mas o poder político crescente de Costa Cabral desde 1839, confirmado em 1842 com o golpe de Estado pacífico no Porto, reforça a tendência ditatorial de direita liberal, focada no crescimento económico do país, com a abertura de estradas para facilitar trocas, formação de grupos económicos, fomento das exportações. «*O problema dos monumentos desaparecerá dos textos oficiais.*» (Maia, 2007: 65). Apesar dos radicais liberais do Setembrismo terem obrigado o afastamento de Cabral em 1846, e de ele ter regressado em 1849 e novamente deposto pelo movimento de Regeneração de Portugal liderado pelo Duque de Saldanha, os planos de fomento económico protagonizados por Fontes Pereira de Melo foram preponderantes durante a estabilidade política que durou quase meio século.

Entretanto, enquanto os portugueses olhavam para os problemas sociais e económicos, «*O património móvel ia desaparecendo, pois aproveitando a ignorância e desatenção nacionais, o South-Kensington-Museum, de Londres, secretamente*

mantém entre nós agentes seus com ordem para vindimarem o País de todos os objectos de arte que apareçam [...]» (Idem: 185).

Por outro lado, D. Maria II casara com D. Fernando II em 1837, que tendo pouco interesse pela política, se empenhava como protector das artes, sendo ele próprio um artista romântico. Com grande fortuna pessoal que recebera como compensação em abdicar dos direitos sucessórios ao trono da Áustria, vai utilizar parte dos seus bens e influência pessoal numa acção filantrópica e cultural em prol da popularidade da monarquia como instituição benemérita dedicada à Nação, em contraponto aos ideais republicanos incendiados pela Revolução Francesa (Neto, 1997: 60).

D. Fernando II contagiou a sociedade lisboeta com hábitos eruditos como a ópera, o teatro, as exposições de arte, os concertos de música sinfónica e de câmara. Foi presidente honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Academia Real de Belas-Artes, e até da RAACAP. Ao seu empenho e apoio mecenático faltou um serviço de monumentos como havia sido criado em França por Guizot, o que acabou por deixar D. Fernando isolado como cavaleiro defensor das artes e do património (Idem: 61).

As condições de carestia de vida das populações obrigavam a que o médico da Batalha tivesse pedido o lugar de responsável pelas obras do Mosteiro da Batalha porque não conseguia viver da sua profissão (Maia, 2007: 65). Detectada por D. Fernando II em 1852, esta situação foi corrigida e Fontes Pereira de Melo cria uma repartição de "Monumentos históricos, edifícios públicos, obras de aformoseamento e recreio público" no Ministério das Obras Públicas. Para o comando das obras na Batalha é enviado um arquitecto. Contudo, na generalidade dos casos, a conservação dos monumentos era entregue a arquitectos sem nenhuma preparação específica, de onde resultavam soluções pouco informadas.

Neste período António Feliciano de Castilho, advogado e escritor romântico director da *Revista Universal Lisbonense* que fundara e dirigia desde 1841, «[...]“advogava (...) a ideia da substituição dos telhados por amplos terraços de um asfalto que então se começava a fabricar em Lisboa” e isto para servir de “jardim e passeio, de mirante e estendal (...) A saúde das mulheres, e o desenvolvimento das crianças ganharão por aí trezentos por cento, ao mesmo tempo que se hão-de aperfeiçoar o asseio e a economia da vivenda”. Isto foi escrito em 1843, muito antes do manifesto de Le Corbusier e Pierre Jeanneret *Les cinq points d'une architecture nouvelle* (1927) no qual [...] [este é] “o local privilegiado da casa”[...]» (Toussaint, 2012: 154). Apesar de se ter encontrado no centro da polémica da *Questão Coimbrã*, a proposta de Castilho libertava-se do tradicionalismo da paisagem para propor uma medida de alcance higienista muito próxima do discurso de uma modernidade que iria despontar cerca de 80 anos depois.

Em meados de oitocentos, Latino Coelho, engenheiro militar e secretário perpétuo da Academia de Belas Artes, partilhava uma visão romântica muito alinhada com o discurso que Ruskin celebrizou: «*"As nações que lêem nos seus livros a narrativa das suas façanhas e a lenda dos seus desastres, querem, além disso apalpar a história e reproduzir à imaginação a sua idade heróica, tocando as pedras cimentadas gloriosamente com o sangue dos seus guerreiros."*» (Maia, 2007: 174). Com lucidez, sublinhava que o valor evocativo era o que sobressaía e conferia valor patrimonial às edificações sem valor arquitectónico, que na sua ingenuidade estética, revelavam a sua genuinidade construtiva.

Este discurso vai-se apurando, na senda positivista de dividir para compreender, consolidando e esclarecendo os conteúdos e significados dos conceitos de valor histórico e valor artístico dos monumentos. Este mesmo raciocínio seria muito melhor esclarecido por Riegl 50 anos depois, formalizando a aceitação dos edifícios tornados monumentos pela aquisição simbólica.

Em todos os países existe durante o séc. XIX uma grande proximidade entre a actividade do arquitecto revivalista e a actividade do restauro, tornando subtis e por vezes difíceis de medir as distâncias entre ambos. Trabalhando com os mesmos materiais e procurando linguagens semelhantes, a diferença residia substancialmente na abordagem e filosofia da intervenção, impondo conhecimento ambicioso e postura humilde. E claramente que se mantinha uma divisão entre a massa crítica, de raiz literária e de espírito romântico, e os operadores reais, os interventores inspirados pelo desejo de unidade formal.

Em meados do século, «[...] com a criação do Ministério das Obras Públicas em 1852 gera-se uma cisão entre a "conservação moral" – que continua a cargo do Ministério do reino e/ou de organismos por ela tutelados – e a "conservação real" – que passa para o novo ministério – do património edificado e que marcará não só a segunda metade do século XIX como todo o século seguinte.» (Maia, 2007: 354).

A 22 de Novembro de 1863 é fundada a Associação dos Arquitectos Civis, formalizada por Alvará de 15 de Fevereiro de 1864 e designada por Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (RAACAP), por Joaquim Possidónio da Silva que pretende assumir um papel corporativo por um lado, mas de defesa da qualidade do trabalho da arquitectura e arqueologia, por outro. Na mesma ocasião, a Associação obtém do Estado a cedência do arruinado Convento do Carmo, para aí instalar a sua sede e um Museu de Arqueologia, que viria a ser inaugurado em 1866 (Neto, 1997: 63). A experiência do "que aprendera fora de Portugal" esclarecia Possidónio sobre as vantagens de manter as relações da RAACAP com o pensamento

na Europa, pelo que procurou estabelecer relações com as mais importantes congéneres estrangeiras (Neto, 2001: 86).

A nova estratégia estatal com a criação das Obras Públicas, a estruturação corporativa e a assunção de cientificidade na abordagem dos restauros conduziu ao desenhar de um padrão mais nítido. *«Na década de 1870 [...] detecta-se a acentuação da liberdade de recriação a partir das referências existentes, na busca de um efeito cenográfico que não perde de vista a procura paralela de uniformização formal [...] [e] uma espécie de retorno à metodologia definida nos anos 40 por Luís Mousinho de Albuquerque, combinada com a procura da pureza original [...] [bem como] a mesma procura da forma pristina [...] mas dotada de um novo rigor documental [com] exclusivo recurso à anastilosis como meio de reconstrução [...]»* (Maia, 2007: 325).

Emocionalmente, o momento era de unificações europeias, da Itália 1870 e da Alemanha em 1871, suscitando sentimentos nacionalistas e a necessidade de os consolidar e exhibir. Mesmos os países de fronteiras estabilizadas foram invadidos por estes sentimentos. Em 1875 foi criada uma comissão para elaborar um *«[...]projecto de reforma do ensino artístico e de organização dos serviços de museus, monumentos históricos e arqueologia [...]Propôs-se então a criação de uma Direcção Geral de Belas-Artes e Monumentos dentro do Ministério das Obras Públicas, organizada em quatro repartições: ensino, museus, monumentos e arqueologia.»* (Rodrigues in Custódio, 2010: 19). Urgia procurar e estabelecer critérios de intervenção discutidos. No mesmo ano Lino d'Assumpção publicava *«[...] no Diccionario de termos de Architectura (p.134), definia restauro como a "Profanação que se tem feito em arte e que tem por fim encher lacunas e substituir o velho pelo novo. Esta palavra tem que ser eliminada do vocabulário artístico e substituída pela de conservação.»* (Aguar in Custódio, 2010: 233).

O ambiente era propício ao investimento no passado de cada povo, no qual os monumentos desempenhavam um papel determinante. Portugal vivia uma década de uma leve recuperação económica, facilitando um olhar sobre a cultura. Quando numa viagem pelo estuário do Sado a Rainha D. Maria II mostrou interesse em conhecer as ruínas de Tróia, de imediato foi constituída uma sociedade para as escavar e descobrir, liderada pelo primeiro duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, sob a protecção do rei D. Fernando II (Raposo in Custódio, 2010: 52).

Apesar de sempre ter havido cuidado com os edifícios singulares, em especial os palácios e os monumentos erigidos para assinalar qualquer efeito histórico ou patriótico, é no principalmente no séc. XIX que surge a teorização as práticas do restauro e a relevância dos monumentos nas sociedades, tornando-se num dos mais

importantes vectores culturais da época. É neste século que «[...] o monumento histórico e/ou nacional recebeu uma valorização continuada e sistemática levando à criação de organismos oficiais estruturados para o inventariar, classificar e restaurar, e à criação de múltiplas sociedades particulares igualmente vocacionadas para a sua conservação e restauro.» (Rosas in Custódio, 2010: 44).

Neste contexto a RAACAP é acometida pelo Ministro das Obras Públicas de uma missão, por Portaria de 24 de Outubro de 1880, de elaborar um *Relatório acerca dos edifícios que devem ser classificados de monumentos nacionais* (Neto, 1997: 70). Apesar das dificuldades inerentes a fazer um trabalho deste nível pela primeira vez, acentuado pelo desconhecimento generalizado das entidades regionais que haviam de responder aos inquéritos, foi tentada uma classificação em seis classes, com base no valor histórico e artístico de cada monumento, propondo-se também a criação de uma "comissão inspectora de monumentos nacionais", à semelhança da experiência francesa iniciada em 1830 (Idem: 71).

«Tanto a direcção-geral como as comissões de belas-artes e monumentos estavam encarregadas de superintender, fiscalizar e melhorar a guarda, a conservação, a reparação, a inventariação e a exposição dos monumentos nacionais.» (Rodrigues in Custódio, 2010: 19). Em 1880 a RAACAP nomeou uma comissão entre os associados com o objectivo de fazer um levantamento dos edifícios que pudessem merecer uma classificação de Monumentos Nacionais. Esta comissão identificou 76 monumentos na categoria identificada. *«Os critérios de selecção eram dominados pela identificação histórico-simbólica das construções, privilegiando-se a época medieval e o tempo dos descobrimentos marítimos enquanto os valores artísticos tinham uma leitura deficitária e secundária.»* (Neto, 2001: 87).

No ano seguinte, o então ministro das Obras Públicas decide encarregar Possidónio da Silva, presidente da RAACAP de fazer o levantamento das plantas e cortes de todos esses monumentos, acompanhados de memórias descritivas do seu estado de conservação. Possidónio executou o trabalho entre 1882 e 1884, que publicou no boletim da RAACAP sob o título: *"Relatório e mappas acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionais, apresentados ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, em conformidade da portaria do Ministro das Obras Públicas, de 24 de Outubro de 1880."* (Rodrigues in Custódio, 2010: 26).

O único edifício que tinha um levantamento desenhado era o Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha, elaborado por James Murphy e publicado em Inglaterra em 1795. A publicação de 1884 dava conta das dificuldades na elaboração dos levantamentos, que pretendiam ser um diagnóstico da situação. *«Com a renovação*

da CMN (1894), a palavra de ordem era "inventário" [...] algo que fundaria o renascimento artístico e cultural português, uma espécie de bases laicas e positivas dos fundamentos da cultura material da nação portuguesa.[...] no entanto, ficou pela segunda vez adiado.» (Custódio, 2011: 409).

Contudo, e apesar de contar com sócios correspondentes como Viollet-le-Duc, o que poderia entusiasmar a um discurso actuante e definidor de critérios, a RAACAP «[...] não produzirá nem reproduzirá textos que abordem sob o ponto de vista prático ou teórico de forma consistente o problema do restauro [...]» (Maia, 2007: 259). Possidónio da Silva, com 79 anos nesta data, já dificilmente consegue inverter a morosidade dos trabalhos.

Neste período, entre 1880 e 1881, Portugal é múltiplas vezes visitado por Alfredo de Andrade, nas suas "visitas artísticas", das quais elabora relatórios, por solicitação da Academia de Belas-Artes de Lisboa. Já um arquitecto experiente, Andrade alarga a sua atenção aos aglomerados urbanos históricos, em que viria a trabalhar no futuro. Andrade designa-as de "Vilas Velhas", sobre as quais toma notas, faz desenhos, olhando como se olhasse para património para casas de arquitectura populares e autóctones (Ferreira in Rodrigues, 2014: 316). «O espírito subjacente às suas viagens em Portugal é o da procura das "origens" e da identidade da arte nacional através de uma metodologia assente no confronto directo com a obra, usando exemplarmente o desenho como instrumento de investigação e de representação.» (Idem: Ibid).

A "encomenda" da Academia de Belas-Artes era muito interessante, e revelava um caminho voltado para o Realismo, a descoberta do Portugal profundo, trabalhador, agricultor e operário, que os trabalhos de Malhoa e Columbano personificavam. Por outro lado, esta pesquisa e atenção sobre os tecidos urbanos anónimos, sem monumentos, antecipava em 40 anos as propostas de preservação da *arquitectura povera* de Giovannoni.

A presença de tão ilustre técnico em Portugal não podia deixar indiferentes os que com eles se relacionavam, e a quem reconheciam competência e actualidade, razão pela qual lhe foram sucessivamente oferecidos cargos de responsabilidade no nosso País.

O meio intelectual do final do séc. XIX em toda a Europa está dividido em dois paradigmas do restauro, um interventor conotado com a França e um conservador originário de Inglaterra. Com grande capacidade de síntese, é em Itália que Camillo Boito vai afinar uma formulação de princípios ao longo de algumas tentativas limadas nos congressos onde submetia as suas ideias, onde conjugava o melhor das boas práticas que se conheciam e que ele tem o mérito de eleger e sistematizar, culminando na formulação da Primeira Carta do Restauro Italiano em 1883. Como

debate teórico, escreve também um livro sob a forma de um diálogo entre dois opostos, um defensor de Viollet-le-Duc, outro defensor de Ruskin, contribuindo para a clarificação dos opostos.

Mas a materialização da síntese prática encontra Boito no trabalho do amigo português Alfredo de Andrade, "*arquitecto e pintor, lusitano de nascença e italiano de coração*" como gostava de se intitular (Anexo 01: 86) ¹⁸.

Da formação em pintura retira Andrade a paixão da investigação pelo desenho como ferramenta de aproximação ao edifício existente, deixando um espólio de cerca de 50 quadros e 1500 desenhos, aos quais somou 10 000 de desenhos de arquitectura.

O facto de Andrade nunca ter cortado as ligações a Portugal, permitiu-lhe contribuir activamente para o estudo da temática da Conservação e Restauro em terras lusas, realizada através de relatórios e "visitas artísticas" várias que fez no nosso país entre os anos de 1880 e 1881 a convite da Academia de Belas-Artes de Lisboa, que tinham como objectivo a realização de um Museu Nacional (Ferreira in Rodrigues, 2014: 316). Andrade respeitava muito a arquitectura vernácula, algo que muito lhe interessara nas suas visitas em Portugal, onde pensava poderem residir as "origens" da identidade da arte nacional (Idem: Ibid). Andrade foi também fundador dos salões da Promotora e manteve sempre amizade com personalidades nacionais de onde se destacava Gabriel Pereira, movendo-se em circuitos onde se podiam encontrar Sousa Viterbo ou Ramalho Ortigão (Casanova in Rodrigues, 2014: 27).

Em 1882 e 1886 recusa alguns cargos de responsabilidade e prestígio em Portugal, nomeadamente o de director do futuro Museu Nacional (Ferreira in Rodrigues, 2014: 316), porque o seu entusiasmo está virado para Itália, onde o debate intelectual era naturalmente mais estimulante e esclarecido, e onde Alfredo d'Andrade encontrava já uma carteira de encomendas que o levam a ser oficialmente integrado na Comissão para a preparação da Exposição Nacional de Turim em 1884.

Na sua actividade, propõe-se induzir dos elementos recolhidos em obra, procurando rigor filológico, fazendo fotomontagens pioneiras das suas propostas sobre fotografias. Alfredo de Andrade ajustava os critérios das suas intervenções em função da ponderação dos valores históricos e arquitectónicos, materializando os postulados de Boito, antes ou depois de Boito os ter escrito, ao longo das cerca de 300 obras que realizou em Itália (Anexo 01: 83). A admiração de Camillo Boito por Alfredo d'Andrade leva-o a consultá-lo antes de tomar decisões, a pedir-lhe que corrija os seus textos e a afirmar que as capacidades de Andrade se deviam encontrar em todos os que recebem a responsabilidade de intervir no Património construído (Anexo 01: 84).

¹⁸O fundamental deste resumo baseia-se em Teresa Ferreira, Françoise Choay, Jukka Jokilehto, José Aguiar

A teorização do conhecimento começava a estruturar-se. A tomada de diligências para o inventário dos monumentos era uma realidade em quase todos os países europeus. A par com este investimento no levantamento, conhecimento e estruturação de novos serviços para os monumentos, tentava-se uma iniciativa inspirada no *Arts and Crafts* Inglês, denotando o acompanhamento que se fazia à problemática internacional. Mas a origem era anterior ao movimento inglês. As primeiras tentativas para introduzir o ensino-técnico profissional em Portugal foram tentadas durante o Setembrismo, no âmbito das reformas de Passos Manuel. «*Inspirado pelo Conservatoire des Arts et Métiers e pela École Polytechnique, criados, em França, pela Convenção de 1794, Passos Manuel, pelos Decretos de 18 de Novembro de 1836 e de 5 de Janeiro de 1837, cria, respectivamente, os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e Porto, e, pelos Decretos de 11 e 13 de Janeiro de 1837, a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto, vindo a substituir o Real Colégio dos Nobres e a Academia Real da Marinha e do Comércio do Porto.*» (Verdelho da Costa, 1997: 30). Mas a instabilidade e as sucessivas reformas impedem o processo, que se viria a efectivar apenas após o Inquérito Industrial de 1881, cuja comissão integrava António Augusto de Aguiar.

Como consequência do inquérito, pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1883 eram criados os Museus Industriais de Lisboa e do Porto, e pelo Decreto de 3 de Janeiro de 1884 criadas oito Escolas Industriais (Três em Lisboa e no Porto, uma Coimbra e nas Caldas da Rainha) e de Desenho industrial na Covilhã (Idem: 33). A estratégia visava a criação de mestres-artistas, capazes de trabalhar nos ofícios com qualidade, capacidade crítica e criativa, com conhecimentos de materiais e de desenho geométrico para melhoria das capacidades técnicas individuais, para acompanhar o progresso inevitável da indústria, da construção e da ornamentação. Afinal o que Morris defendia, exactamente nesta data, em Inglaterra.

Infelizmente, ao contrário daquele país, o nível de industrialização era em Portugal muito incipiente, e a formação destes quadros não tinha qualquer saída para os seus recém-formados. Mas no campo da construção ganhavam-se artífices com outra capacidade e outras valências culturais.

Para a implementação do projecto decreta-se em 3 de Fevereiro de 1888 a possibilidade de contratar professores no estrangeiro, necessariamente especializados nas matérias. Por iniciativa de Emídio Navarro «*Entre 1888 e 1889 vieram para o país cerca de três dezenas de estrangeiros, sobretudo italianos, suíços e alemães (com excepção de dois ou três austríacos e franceses), alguns dos quais se viriam a radicar em Portugal.*» (Idem: 39). Entre eles destaca-se pelo trabalho desenvolvido em Portugal, Ernesto Korrodi.

Estes artistas traziam a sua história e a sua experiência, o que implicou o cruzamento de conhecimento sobre as actividades gráficas, de desenho, de construção, influenciando a formação nestes domínios. Mais uma vez, Portugal não estava longe da realidade europeia. Mais uma vez, era o contexto social e económico de um país diminuto, virado para uma produção de resposta a um pequeno mercado nacional, pouco apostado na exportação ou nas relações comerciais com as colónias, que acentuava a periferização que geograficamente existia.

Em 1894 é criada a Comissão dos Monumentos Nacionais que parecia finalmente receber as atribuições de salvaguarda activa, determinando as necessidades conservação e de intervenção nos já identificados Monumentos Nacionais. «*A protecção e defesa dos monumentos, assim como a sua conservação e restauro, nesse tempo, não podiam ser dissociadas do “culto dos monumentos” e promoção da sua propaganda. Uma das funções da Comissão dos Monumentos em 1894 era a da promoção da propaganda e o “culto publico pela conservação e pelo estudo d’esses monumentos, e de velar por elles.”*» (Custódio, 2011: 94). A CMN tinha como objectivos estudar, classificar, inventariar e promover o património nacional, propor intervenções fazer reparos às obras em curso, apontar os erros e a incúria do Estado nos casos de abandono ou negligência. Como os vogais eram personalidades reconhecidas em cada local e não eram remuneradas, gozavam de bastante liberdade para exercer a crítica, que era também tida como sinal de cultura (Idem: 271).

Nesta Portaria de 27 de Fevereiro, onde se inclui o *Regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais* de 1894, faz-se uso do termo “culto dos monumentos”, cerca de dez anos antes do título da publicação de Riegl.

Ramalho Ortigão (1836-1915) é um intelectual romântico, apaixonado, figura cimeira da Geração de 70 que se bate em duelo com Antero de Quental na *Questão Coimbrã*, em defesa de Castilho, e de onde sai ferido. Acredita nos seus princípios fundamentais: com a implantação da República demite-se imediatamente do cargo de Bibliotecário da Real Biblioteca da Ajuda e parte para um exílio voluntário para Paris, onde permanece até 1912. Neste contexto de fortes convicções, publica em 1896 *O Culto da Arte em Portugal*, num registo típico da época. A tónica é a da lamentação pela realidade constatada, uma modernidade que se rejeita:

«[...] é a humilhação e a vergonha do nosso tempo, incapaz de pagar com igual carinho ao futuro aquillo que deve á providência, aos sacrificios e aos desvelos do passado. O nosso ideal da arte de construir é que a obra se faça em pouco tempo e por pouco dinheiro.»

«Adoptamos, como material typico do nosso systema de edificar, o ferro, o tijolo e a pasta. A casa cessou de ser uma obra de architectectura para se converter em uma empreitada de engenharia e os dedicados artistas da pedra, da madeira e do ferro forjado abdicam da sua

antiga missão perante os subalternos obreiros encarregados de fundir, de amassar e de enformar a vapor a habitação moderna e o moderno edifício publico – a gare, o quartel, o mercado ou a cadeia.» (Ortigão, 1896: 6).

A crítica tendia a associar a edificação do seu tempo a construção civil, sem qualquer mérito artístico, como se esta dimensão tivesse para sempre esquecida. Ainda que o seu tempo fosse mais atento e conhecedor do passado, mais capaz e consciente do seu presente e dos vários movimentos intelectuais em curso: «Ao século XIX coube patentear o estudo mais dedicado e o conhecimento mais perfeito da arte antiga. A sciencia archeologica e a critica d'arte nunca em nenhum outro período da civilização chegaram á eminencia atingida pelos investigadores contemporâneos. É também em sua maneira um colossal monumento, dos mais gloriosos para a intelligencia, o que erigiu a erudição do nosso tempo[...].» (Idem: 7). Ortigão acredita na competência do seu tempo e na disponibilidade que a acumulação de saber lhe permite, mas que não trata com o devido respeito. E pretende corrigir ideias tomadas por boas que considera erradas, afirmando a convicção de que cada adição do tempo era executada com a lógica desse tempo, numa estratégia de ampliação natural, assumida sem reflexões de fundo. Para Ortigão, o restauro “nasce” no séc. XIX, quando se olha para o passado e para as suas obras:

«D'esse novo critério resultou a attenção especial com que todos os povos cultos principiaram a considerar a obra material do passado; e assim nasceu, com uma nova palavra, a nova maneira de restaurar os edificios públicos.» (Idem:10).

«[...] era preciso no século XV requestar a intervenção regia para bulir em duas pedras de um velho monumento, operação que hoje se realiza com menos formalidades, e até, como é sabido, sem formalidade nenhuma. Era porém entendido como doutrina corrente não desdizer da nobreza de uma cidade que cantarias de stylo romano se transpuzessem do edificio a que pertenciam para edificio de stylo completamente diverso. Aquillo que modernamente se entende pelo neologismo restaurar é operação desconhecida dos antigos. A obra architectonica seguia sempre e invariavelmente quer em novas edificações, quer em reparação de antigas, o systema e o stylo da epocha em que era feita.» (Idem:12).

«[...] vemos por toda a Europa. E mais particularmente em Hispanha e em Portugal, edificios em cujos stylos sobrepostos perfeitamente se espelha o independentismo das influencias diversas através das sucessivas phases da construcção por diferentes vezes interrompida.» (Idem:13).

Se por um lado Ortigão fazia o discurso Ruskiano da defesa pelos vários tempos da construção, por outro via como degeneração de estilo e desrespeito pela fábrica original os restauros que não atingissem o *restabelecimento puro do estilo primitivo*. Mais uma vez, dentro das ambiguidades próprias do seu tempo, Ortigão considera exemplar o trabalho de “restauro” do Castelo de Pierrefonds, ao mesmo tempo que no contexto nacional, vê os restauros como uma arma mortífera contra os nossos monumentos (Neto, 2001: 108).

Como vários antes dele, refere que a acção destruidora se podia aplicar pelo abandono ou pelo "restauro", ambas lamentáveis:

«Levaria muito tempo e seria excessivamente triste ennumerar todos os attentados de que teem sido e continuam a ser objecto, perante a mais desastrosa indiferença dos poderes constituídos, os monumentos architectonicos da nação, os quaes assignalam e comemoram os mais grandes feitos da nossa raça, sendo assim por duplo titulo, já como documento histórico, já como documento artístico, quanto ha, sobre a terra em que nascemos mais delicado e precioso para a honra, para a dignidade, para a gloria da nossa patria.

Dos desacatos de lesa majestade nacional, a que tenho a dôr e a vergonha de me referir, uns teem character anonymo, outros affectam directamente a cumplicidade official. [...]

A auctoridade, incerta, vagamente definida, a quem tem sido confiada a conservação e a guarda da nossa architectura monumental, procede com esse enfermo, de quem se incumbiu de ser o enfermeiro, por dois methodos differentes: umas vezes deixa-o morrer; outras vezes para que elle mesmo não tome essa resolução lamentável, assassina-o. Na primeira hypothese a calamidade correlativa chama-se abandonar. Na segunda hypothese a catastrophe correspondente chama-se restaurar, - galicismo technico, recentemente introduzido no vocabulário nacional, mas ainda não definido vernaculamente na applicação pratica.» (Idem: 16 e 17).

Em sinal contrário, Ortigão mostra-se conhecedor dos novos materiais, como o cimento, cuja utilização defende no âmbito dos restauros. Ramalho Ortigão chega a considerar excessivo o zelo de não utilizar os materiais modernos à disposição do projectista. Ortigão mostra nova nebulosa de reflexões, que parece ir contra os parágrafos anteriores. Aqui defende como adequada a utilização de materiais novos no âmbito do restauro; ali chama ao "restauro" uma catástrofe equivalente à incúria e ao abandono. Esta discrepância de opiniões gera um inevitável paradoxo, no sentido em que a proposta de utilização de cimentos em restauros seria forçosamente bastante interventiva, alteradora, e sabemos agora também danosa, modificadora da realidade material do monumento:

«Notam-se alguns excessivos e infundados rigores de zelo, como na parte em que ao restaurador repugna adoptar, para o fim de pôr o monumento ao abrigo das intemperies, processos de resguardo mais perfeitos que os conhecidos ao tempo da construcção primitiva, taes como, por exemplo, o emprego de cimentos modernos na vedação de uma cobertura, etc.»(Idem: 22).

Na verdade, Ortigão dirige-se mais para o aspecto estético, para o resultado visível do trabalho efectuado. Se os novos materiais forem empregues onde não se vê, não só não o preocupa como lhe parece bem. Neste sentido é bastante mais superficial que Ruskin, que dirige a sua atenção sobre a matéria original, e que a valoriza enquanto seja a autêntica: só a fábrica da edificação original, com os seus materiais e soluções

técnicas transporta significado e valor enquanto testemunho. E curiosamente Ortigão cita demoradamente Ruskin:

«Dizem inglezes que metade da sua arte contemporânea se deve á iniciativa e á propaganda do grande crítico nacional John Ruskin, que Tolstoi considera um dos maiores homens do seculo, e a quem Carlyle chamava o ethereal Ruskin. Este glorioso campeão da esthetica e da arte em todas as suas mais complexas e mais variadas manifestações não pode deixar de ser lembrado por todos os que se interessam por taes assumptos. [...] Grande homem de acção, gloria dos da sua raça, tomando por divisa To day, Ruskin não se emparedou, como na maioria dos criticos, na torre ebúrnea dos extases poéticos e das contemplanções expeculativas.» (ORTIGÃO, 1896: 118 e 119).

«Meditemos na maravilhosa obra operada por Ruskin n'um sentido esthetico, que á primeira vista se afigura retrogrado, mas que encerra talvez em gérmem o destino futuro [...]» (Idem:123).

Apesar da admiração revelada, não parece ter acompanhado a consistência global das preocupações de Ruskin, tendo-lhe apenas tomado de empréstimo o tom “reclamativo” e fatalista, que não deixava de ser um estilo de época, sinal de intelectualidade contestadora. A inconsistência é ainda mais gritante na proposta cénica:

«Pobre cidade de Évora, um dos nossos mais vastos e mais preciosos museus de arqueologia e d'arte, preferindo como Santarem ser uma estúpida collecção de praças largas e ruas novas! Por toda a Europa, os velhos bairros históricos são hoje o tesouro das cidades que os possuem. Em muito logares, onde esses bairros não existem, estão-os inventando, estão-os reconstituindo em homenagem erudita e piedosa á tradição histórica, á poesia do passado.» (Idem:79).

Ao lamento da destruição da malha histórica em prol de uma ideia espúria de modernidade, posição romântica e alinhada com o pensamento de salvaguarda do património, Ortigão propõe em seguida, como exemplo louvável, para as cidades que não tendo cascos históricos, construírem em “homenagem erudita”, ideia que dificilmente veríamos a Ruskin, que defendia a protecção do que era realmente antigo, e não a recriação de espaços a fingir que eram antigos.

Mais científico e esclarecido, era o texto em defesa dos inventários e levantamentos do património existente, na medida em que, para preservar, há que saber o que existe:

«O arrolamento da nossa riqueza artística, que se propõe effectuar o ministério da instrucção publica e das bellas artes é [...] a pedra fundamental de toda a construcção destinada a dar á arte portugueza o logar que lhe compete na historia geral da nacionalidade, na orientação do sentimento colectivo do povo [...]. Este repositório tornar-se-ia o espelho em que se achariam reflectidas, com todas as suas modalidades, segundo as influencias especiaes de cada época, de cada phase de cultura, de cada estadio social, todas as forças emotivas, todas as aptidões estheticas da nossa raça. A historia dos seus monumentos é para cada povo a historia da sua

individualidade, porque não ha monumento artistico que não traduza, mais ou menos directamente, a acção intellectual da sociedade que o concebeu.

A ideia do inventario projectado não é - honra nossa – inteiramente nova.» (Idem:153).

Ortigão tem razão porque o desconhecimento é negligente e deixa o património comum à mercê de quem decida fazer o que quiser. E uma cultura de protecção passa necessariamente pela troca de saberes, pelo consenso nas opções tomadas, pela concordância nos critérios fundamentais. Neste sentido, o conhecimento do que existe é determinante para a sua vigilância e para que se considerem correctamente as múltiplas prioridades das necessidades de conservação. Tal como é fulcral, em seguida, acompanhar as intervenções, seja de conservação, seja de restauro, evitando o cenário alertado por Alfredo de Andrade em 1878: «[...]para que d'aqui a pouco não pareçamos um povo sem passado e sem história, ou para melhor dizer, como uns ignorantes que rasgamos as nossas memórias.» (Maia, 2007: 221).

Para contrariar a ignorância e promover a sensibilização da opinião pública foi proposta por Ramalho Ortigão, seguindo o modelo existente em alguns países europeus, designadamente em França, a afixação de uma placa com vinte centímetros de largura em ferro fundido com a gravação: «*Monumento Nacional. Recomenda-se ao respeito e ao amor do povo este edifício, que é um sagrado documento da tradição gloriosa da nossa pátria.*» (Custódio, 2011: 286).

A classificação era uma das competências da recém-criada Comissão dos Monumentos Nacionais em 1894, que a resgatava à pasta da Instrução Pública, estabelecendo uma disputa entre os dois pelouros que se manteve aos dias de hoje (Neto, 1997: 72). A CMN estava dependente da Direcção Geral de Obras Públicas do importante Ministério das Obras Públicas, que estava encarregue dos edifícios nacionais e das grandes obras públicas, tais como as redes ferroviárias e viárias, os portos, a ampliação das malhas de cidades e a modernização do país com investimento nas grandes unidades industriais (Custódio, 2011: 281). Os monumentos eram parte de uma grande preocupação, cujo enfoque tinha também outras preocupações.

Talvez por isso, em Assembleia Geral da RAACAP Rosendo Carvalheira é peremptório na apreciação sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão, ao afirmar que «"daria melhores resultados, se a sua organização fosse diversa do que é actualmente"» (Neto, 1997: 74). Carvalheira falava com conhecimento de causa, uma vez que na RAACAP se reuniam as personalidades mais conhecedores e informados da disciplina, com vários correspondentes no país e nas principais capitais da Europa e da América (Custódio, 2011: 296).

Em resposta à sua pressão e em consequência de outra mudança governamental, é extinta a dita comissão e criado em Dezembro de 1898 o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, com as competências definidas em 11 artigos para «classificar [...]estabelecendo as regras d'estas classificações», «estudar e aprovar os respectivos projectos de conservação, reparação e restauro [...]», «Propôr, por iniciativa própria, as medidas necessárias para conservação, reparação e restauração[...]», «Fiscalizar superiormente a rigorosa execução do trabalho [...]», «Consultar sobre todos os assumptos que [...] lhe sejam submetidos pelo Ministro das Obras Publicas», «Mandar proceder aos levantamentos», «Elaborar monographias históricas, descritivas e artísticas dos mais importantes monumentos[...]», «Colligir, archivar [...] os documentos», «Elaborar os regulamentos especiaes[...]» e «Administrar os fundos proprios que, [...] sejam descriptos no orçamento de Estado.» (Neto 1997: 75). As novas atribuições eram explícitas. Dez anos depois existiria uma primeira lista, na véspera da República. Entre 1898 e 1902, a COMN apresentava «[...] divisão dos vogais efectivos em dois grupos: os de nomeação ministerial e os de qualidade, estrutura que irá doravante tornar-se efectiva na tradição portuguesa do serviço de património.» (Custódio, 2011: 310).

Em 1901, os engenheiros organizam-se na Associação dos Engenheiros Portugueses. Por analogia constituiu-se em Lisboa a Sociedade dos Architectos Portugueses na mesma altura, que pretendia defender o território específico dos actos próprios de uma profissão em emergência. A sua primeira delegação teria sede no Porto, contando com associados como Ventura Terra e Adões Bermudes.

Ainda assim a reflexão teórica de projecto é bastante pobre em Portugal durante a segunda metade do séc. XIX. A pouca documentação que chegava ao nosso país, praticamente centrada na RAACAP, onde se conheciam as principais correntes e a polémica que se debatia na Europa, acabava absorvida pelos teóricos e intelectuais críticos e literários, com pouca repercussão na *praxis*. Apesar de que «O MOP requeria, desde 1882, não apenas estudos gráficos das construções antigas executados por profissionais, como ainda a redacção de memórias descritivas para que os governos adoptassem o melhor “sistema de restauração”.» (Idem: 507). na verdade, os architectos ou engenheiros restauradores redigiam com referências circunstanciais e só raramente revelavam alguma menção a teorias e tendências conceptuais ou artísticas que estivessem subjacentes às opções tomadas (Idem: 509).

As memórias descritivas centravam-se na descrição do local, do programa, das condicionantes e as opções para as resolver, avançando sobre as opções de materiais e a sua proveniência. Raros são os processos documentados com fotografias do antes e do depois, e quase nulas as fotografias do decursos da obra. Reflexão sobre

a presença do valor patrimonial, ou sobre doutrina de intervenção ou crítica sobre posições tomadas ou que se recusassem, são inexistentes.

Mas as operações não eram arbitrárias nem desprovidas de enquadramento. Os técnicos que trabalhavam sob a esfera de influência dos principais responsáveis dos Monumentos Nacionais regiam-se por um «[...] conjunto de princípios e regras relativamente simples e adequadas ao estágio do desenvolvimento desta disciplina em Portugal.» (Idem: 511). O respeito pela historicidade do monumento, pela preservação dos seus valores artísticos e documentais, e o primado da “conservação”, entendido como correcção e substituição de telhados, intervenções em infiltrações, nas caixilharias e estabilização estrutural, limpeza de lixos, entulhos, construções clandestinas ou ervas daninhas, eram princípios defendidos por todos os responsáveis da área, e que se revelaram muitas vezes decisivos na preservação da edificação.

Os critérios e as ideologias de restauro podiam ser conhecidos e defendidos, mas as restrições orçamentais permanentes conduziam os profissionais dos monumentos a moldarem as suas perspectivas teóricas à realidade que os envolvia, com o objectivo pragmático de salvar o mais possível, enquanto assistiam a falências de outras edificações onde não podiam acudir.

No *Relatório ministerial de fundamentação e respectivo Decreto de criação do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*, (in DG, n.º 294 de 30 de Dezembro de 1898), toma-se consciência que o trabalho desempenhado pela Comissão dos Monumentos, apesar de importante, tinha a sua actividade cerceada por atribuições restritivas. «Assim, parece-me indispensável sujeitar os projectos de obras de qualquer natureza, em monumentos nacionaes, á aprovação previa de uma corporação technica, que, sob o ponto de vista esthetico exclusivamente, os aprecie, por forma que seja conservada a pureza do character historico e do estylo do monumento.» (Idem: 678).

Os pareceres destas “corporações técnicas” revelavam a bagagem dos subscritores. Luciano Cordeiro (1844-1900), no seu *Parecer da Comissão dos Monumentos Nacionais a respeito do restauro da Sé Velha de Coimbra*, de 21 de Maio de 1893, denotava o seu nível de esclarecimento face aos restauros de então, considerando que «É claro que todos estes grandes monumentos architectonicos teem soffrido no decorrer dos seculos fundas e largas modificações, mas não o é menos que seria contraproducentes e absurdo querer o levar a uma redução e restituição completa – mais ou menos imaginosa – da traça primitiva, os trabalhos chamados de restauração, fazendo desaparecer o cunho, a obra e o pensamento que outras epochas foram fixando ou adicionando em taes monumentos e que a bem dizer continuam a ser historia. Em vez, então, de se dizer que restauramos melhor se dicera que destruíamos

e truncávamos. A que teríamos de reduzir essa mesma Sé Velha de Coimbra se nos propussemos a fazer desaparecer della quanto não podessemos verificar ou não devêssemos supôr da sua contrucção e decoraçãõ inicial?» (Idem: 732).

O mesmo autor, no *Parecer da Comissão dos Monumentos Nacionais a respeito do restauro da Sé Velha de Lisboa*, de 15 de Agosto de 1896, alertava para a ideologia vigente, que na sua opinião, «[...] não poucos monumentos tem estragado já, das restaurações ou das restituições deles á chamada traça primitiva que na maioria dos casos não existiu jamais nestes colossos fabricados durante seculos, atravez das preocupações, das necessidades, do gosto de diversas gerações.» (Idem: 734).

Pese embora todas as dificuldades, Portugal dava os primeiros passos da modernidade esclarecida que culturalmente falando se iniciara em 1890 (Real, 2007: 102) e que adoptaria o positivismo como a doutrina racionalista de maior influência social no Portugal contemporâneo, enformando a mentalidade das elites estudantis entre a década de 80 do século XIX e a década de 30 do século XX. É assim, sob esta visão positivista da razão, que a modernização portuguesa das ciências se efectua na entrada do século XX, abrindo caminho para divergências futuras (Idem: 110).

2.5. Conservação do património no princípio do séc. XX

A escala das unidades fabris em Portugal nunca chegou a permitir a eclosão dos conflitos sociais desencadeados pelos excessos da exploração da mão-de-obra operária que se registaram noutros países da Europa. A fraca urbanidade e um ruralismo generalizado facilitava a escolha "romântica" pela proximidade à natureza e ao renascimento do gosto tradicional e popular.

Mas alguns ventos da modernidade chegavam ao nosso país através das trocas comerciais que se tornavam culturais, e os novos programas de equipamentos públicos como escolas, hospitais ou as estações de caminhos-de-ferro, colocavam novos problemas efectivamente funcionais e economicistas, num registo para além da problemática do "estilo".

Operava-se uma cisão entre os architectos românticos que se mantinham nos revivalismos dos cânones *Beaux-Arts*, e os engenheiros e os formados nos politécnicos que avançavam novas soluções técnicas, utilizando novos materiais capazes de reprodutibilidade industrial para glorificar a arte artificial (Anexo 01: 90). Ser moderno tornava-se lentamente uma opção moral, de resposta pragmática aos problemas que a realidade colocava, remetendo os revivalistas para a esfera dos decoradores especializados e historicistas.

No campo do restauro em Portugal, percebia-se a utilidade de listar para reconhecer as carências. A inventariação patrimonial do país era uma necessidade conhecida desde 1894.

Em 1901, pelo Decreto de 30 de Dezembro publicado no Diário de Governo n.º 153 de 12 de Junho de 1902, são aprovadas as *«bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, e bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco.»* (Imprensa Nacional, 1910: preâmbulo), entendendo-se como Monumentos Nacionais os edifícios *«cujas conservação represente, pelo seu valor histórico, arqueológico ou artístico, interesse nacional.»* (Idem: Art.º 1).

A prática de restauro em Portugal, sempre frugal e dispersa, tinha tido em oitocentos alguns exemplos que constituíam o património de conhecimento prático acumulado no início de novecentos. As intervenções de referência nos Mosteiros da Batalha ou Jerónimos, ou as sés de Coimbra e Lisboa *«[...] procuravam a recuperação da forma original [...] inserindo-se mais claramente num processo criativo de teor revivalista.»* (Tomé, 2002: 30).

O país pautou-se pela polémica a propósito do restauro do Mosteiro dos Jerónimos e o aparecimento de uma nova geração de arquitectos com actividade nas comissões e conselhos dos monumentos. Uma portaria de 1840 elaborada por ocasião das obras do mosteiro alertava para que *«"nos edifícios designados com Monumentos Públicos a cargo do Governo, se não façam obras de reparo ou reforma, que alterem a ordem e plano segundo o qual foram construídos, por isso que da conservação da sua antiga forma e desenho depende o merecimento que os qualifica primores de arte, ou de recordação histórica e de Glória Nacional.»* (Tomé, 2002:17). Contudo, as obras do mosteiro são foco de controvérsia, principalmente no que à conclusão da antiga ala dos dormitórios diz respeito (Neto, 1997: 74), mostrando que as bases legais tinham prosas bastante abertas e eram interpretadas de acordo com os códigos de descodificação que cada qual dispunha.

Arquitectos e literários alimentam uma discussão sobre a diferença entre restauros empíricos e o restauro moderno, veiculando os novos critérios de intervenção. Esta nova geração toma contacto com a cultura de restauro europeia por via da sua participação em congressos internacionais de arquitectos, por exílios políticos, por viagens e visitas de estrangeiros ou de Alfredo de Andrade a Portugal.

Rosendo Carvalheira participa no VI Congresso dos Arquitectos em Madrid de 1904, enquanto presidente da RAACAP (Verdelho da Costa, 1997: 85); Ramalho Ortigão enquanto crítico e académico:

«... Sou membro do VIº Congresso Internacional dos architectos, que neste anno se reúne em Madrid, e no qual vivamente desejo assistir, porque nelle se vão discutir com a cooperação dos primeiros architectos do mundo as questões d'arte que mais particularmenre me interessam como crítico, como académico de Merito da nossa Academia de Bellas Artes e como antigo presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais de q. ultimamente me demitti mas em que q. continuo a trabalhar diligentemente como simples vogal q. preferi ser e em cuja qualidade espero ainda fazer como final de vida alguma coisa útil ao meu tempo» (Alves, 2009: 132)¹⁹.

Na linha dos anteriores, este encontro foi um momento extremamente importante no princípio do século, que a longo prazo se revelou de grande impacto em Portugal. O resumo das conclusões do congresso foi publicado no Boletim da RAACAP²⁰ consolidando a dicotomia entre os monumentos “vivos” e “mortos”, respeitando o que merecesse e sublinhando as diferenças das peças adicionadas (Rosas, 1995: 251). Esta orientação manteve-se como fio condutor durante o período republicano, com o acréscimo qualitativo que bebia nos ensinamentos da prática de Andrade; *«[...] instalou-se na cultura de restauro a necessidade de se procederem a estudos prévios de modo a informar o architecto sobre a física dos edifícios, a história e a arte da sua construção [...]»* (Custódio, 2010: 104).

Mas tal como nos outros países, havia que clarificar o que era de valor, e isso pressupunha a inventariação. Na Acta da sessão de 2 de Março de 1903 do Conselho dos Monumentos Nacionais, onde esteve presente Alfredo de Andrade e depois de agradecer a sua nomeação como Membro Honorário da Comissão, ficou registado que *«O snr. Andrade: pelo que tem ouvido o serviço faz-se aqui como em outros paizes. Na Italia tem muitos correspondentes, comissões locais, até mesmo em localidades pouco importantes.»* (Custódio, 2011: 685).

Desde 1893 até 1910, o serviço de protecção aos monumentos privilegiou a análise, os diagnósticos, os relatórios, as inspecções, mais numa lógica consultiva e menos interventiva. Os vogais não remunerados faziam o trabalho de campo, que depois não tinha consequências por falta de meios humanos e financeiros. *«Era o ministério das Finanças que definia o valor de uso e troca dos edifícios, deliberava e executava sobre as alienações dos bens [...] isto é, um conjunto de razões exteriores a qualquer valorização cultural.»* (Idem: 241).

Havia consciência de que os grandes edifícios estavam mais defendidos de alienações, de agressões e de ordens de demolição, que as obras mais pequenas e anónimas. Os Palácios Régios encontravam-se também sob a alçada da família real, e

¹⁹ BNP, E19/799 – ORTIGÃO, Ramalho a ORTIGÃO, Vasco Ramalho (Jeco), 1904, Fevereiro 20, Madrid.

²⁰ Congresso Internacional de Architectos”, Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, 4.ª série, Tomo X, n.º 4, Lisboa, Typ. Lallémant, 1904, pp. 194-197.

por isso o perigo de utilizações abusivas ou degradantes, ou demolições, não se colocavam, para além do que já acontecia antes. Contudo, o valor era reconhecido por mérito próprio do edifício, e não por grau de perigosidade, uma vez a lista incluía o Palácio da Pena e o Palácio da Ajuda, igualmente propriedade da coroa.

Todos os monumentos escolhidos tinham necessariamente valor histórico, mas também artístico. Um monumento, por maior que fosse a seu valor de memória, mas sem valor arquitectónico ou artístico evidente, não tinha qualquer encaixe nas preocupações governamentais.

A manutenção da escassez na primeira República eterniza o modelo, que não está desatento nem ignora as necessidades, mas que na prática mantém o que o Estado Novo viria a apelar de incúria e abandono, e que era o que se verificava na realidade. Foi por oposição a esta inércia, que Portugal assistiu em seguida a um modelo interventor, de glorificação dos monumentos pátrios, como nunca se havia feito, e que colhia a melhor aceitação junto da opinião pública.

Mas o tema não estava estabilizado e os resultados das poucas intervenções suscitam comentários e reflexão. Surgem manifestos, crítica literária, debate-se principalmente o que não deve ser feito, revelando fundamentação em autores estrangeiros, em discursos de posturas semelhantes. Sobre como fazer, há sempre um certo vazio, ficando um pouco a cargo de cada autor, perante cada problema, encontrar a solução que o seu conhecimento e sensibilidade lhe aconselham. *«Muito claros na identificação do que consideravam não dever ser feito, os defensores do património arquitectónico eram quase sempre muito vagos quando se tratava da identificação concreta de caminhos alternativos a seguir, o que deixava os profissionais responsáveis pelas obras entregues a si mesmos face à necessidade de intervir.»* (Idem: 63).

A somar aos domínios da ética da conservação, o conhecimento arqueológico tornava-se igualmente condição de formação do arquitecto, principalmente o restaurador de monumentos de cada nação. *«No séc. XIX, a Arqueologia assume um inusitado protagonismo, sob impulso do desenvolvimento historiográfico e das necessidades de conhecimento dos vestígios do passado, determinados pela afirmação nacionalistas das nações europeias.»* (Tomé, 2002: 47).

A evolução dos conhecimentos e métodos de levantamento dos edifícios tenderam a aumentar o protagonismo e a importância da participação dos arquitectos, conduzindo a que em 1903 a Sociedade de Arquitectos Portugueses se destacasse da Real Associação que continha também os arqueólogos. *«No dealbar do século XX, a arqueologia portuguesa estava, pois, definitivamente consagrada como especialidade científica autónoma, posta ao serviço da discussão das grandes*

questões históricas. E não terá sido apenas por coincidência que as primeiras listas de classificação como monumentos nacionais de um bom número de sítios arqueológicos portugueses [...] surgiram cerca de cinco meses antes da implantação da República, por iniciativa de Leite de Vasconcelos.» (Raposo in Custódio, 2010: 56).

Também no contexto da pintura se definiam modelos e se exercitavam os critérios de abordagem no restauro. O restauro dos Painéis de S. Vicente constituíram um trabalho de referência de Luciano Freire, enquanto pertencente à Academia Real das Belas-Artes, inserido no âmbito de um programa nacional de 1909 onde se definia que o restauro *«deveria constituir, primeiro, em fixar a tinta que ameaça desprender-se e depois em impregnar a madeira de substâncias que a tornem menos sensível às variantes de temperatura e, quando possível, refractária à acção (...) dos insectos que a corroem; em proceder a lavagens que façam desaparecer não só a tinta aplicada nos trechos repintados, como as sucessivas camadas de óleo, vernizes e pó que cobrem os quadros (...) e finalmente, em cobrir de tons aproximados os pontos em que a tinta haja saído, mas sem a pretensão (...) de ocultar a ruína sofrida.»* (Cruz in Custódio, 2010: 121).

Surgia escrita a intenção clara não de refazer as faltas, mas antes de assegurar a continuidade formal, a passagem de umas linhas da geometria de um lado da lacuna para o outro, exactamente para a minimizar a um ponto de insignificância, mas sem pretender fazê-la desaparecer. Nas notas escritas por Luciano Freire, a propósito do seu trabalho sobre os Painéis de S. Vicente procurou fazer doutrina: *«[...] o preenchimento de faltas de tinta eram numerosas (...) foi feito tendo apenas em vista restituir aos painéis o aspecto harmónico inicial, sem procurar disfarces condenáveis principalmente em documentos desta natureza. O facto de se distinguir os sítios onde se operou, será por muitos atribuído a imperícia do restaurador, pois será julgado por eles preferível o perfeito disfarce. E foi o querer satisfazer a este desejo o que perdeu muitos restauradores.»* (Cruz in Custódio, 2010: 121).

Esta opção podia fornecer analogias transdisciplinares para a arquitectura. E se no início do século esta opção tinha de ser explicada, a partir da década de trinta ela constitui a regra entre os esclarecidos.

A arquitectura somava de vários domínios mas começava a ganhar a sua autonomia. O "Projecto de Classificação" da Comissão de Classificação do Conselho e Monumentos Nacionais de 1907 propunha 51 Monumentos Pré-Históricos, 58 Monumentos Lusitano-romanos, 170 Religiosos, 61 Militares, 109 Civis, entre os quais não se encontrava o Palácio de Belém.

No ano seguinte ampliavam a lista para 465 monumentos. Os elementos elegíveis referiam-se exclusivamente ao objecto arquitectónico, isolado, sem considerar a sua envolvente, recheio ou tradições, no registo normal da época.

No mesmo ano, no artigo da *A reforma do ensino de architectura*, *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes*. Sociedade dos Arquitectos Portugueses, ano IV, publicado em 1908, José Alexandre Soares defendia que «[...] o architecto é sobretudo um artista [...] é-lhe indispensável conhecer perfeitamente a História da Arte e os estylos architectonicos das grandes epochas da civilização que precederam a nossa, não só para compreender os monumentos antigos e poder restaura-los, com plena consciencia, mas para poder utilizar esses estylos com discernimento, supprindo assim a falta de um estylo contemporaneo que ainda não logrou condensar-se e cristalizar-se, nos nossos tempos [...]» (Soares, 1908: 21). Os revivalismos eram uma solução provisória, que resolvia também os requisitos úteis para operar nos restauros. Mantinham-se opções mais decorativas, com influência directa do desenho *art nouveau* francófono, moderadas à escala e procura de simplicidade nacionais. «O eclectismo, o individualismo e exacerbação romântica, a busca no passado e nas raízes históricas pouco precisas ou indefinidas, perpassarão as gerações modernas e tantos dos seus architectos [...]» (Adalberto Dias in Serpa, 1983: 115). A doutrina organizava-se de acordo com a divisão “monumento vivo” e “monumento morto” celebrado em Madrid em 1904; A filosofia de Beltrami ou os escritos de Riegl eram praticamente desconhecidos e não tinham qualquer repercussão em Portugal.

Contudo, nascia ténue uma nova sobriedade contra o eclectismo do final do século anterior, revivendo o espírito românico, então considerado por alguns como «[...] um possível arquétipo da “verdadeira” architectura portuguesa, tese suportada pela existência da vetusta *Domus Municipalis* românico-medieval no castelo de Bragança.» (Fernandes (b), 1993: 64).

Os melhores contributos encontram-se na encomenda pública de edifícios de programa “funcional”, como os liceus Camões de Ventura Terra, em 1907, e a maternidade Alfredo da Costa em 1909, o Passos Manuel, de Carvalheiras em 1909, e o Sanatório da Parede terminado em 1912 (Portas, 1973: 167). A elite culta da sociedade portuguesa oferecia resistência à mudança para um modelo de sociedade fabril assente da dinâmica da alta burguesia mercantil, que consideravam fazer perigar os valores da identidade nacional (Tostões, 2000: 157). Tal como na Inglaterra de Morris, a resistência aumentou pela forte actividade na construção em “Béton de Cimento Armado” até 1910, principalmente pelas concessionárias Hennebique a laborar com o primeiro cimento “Portland” da fábrica de Alhandra em produção desde 1894 e que se autopromovia como segura contra incêndios e abalos sísmicos, duradoura e inalterável (Idem: 161).

Alguma legislação monárquica surgira fragmentária e por vezes contraditória, com uma eficácia quase nula. Apesar da Lei de protecção de D. João V de 1721, que

Jokilehto refere como a primeira conhecida, revista em 1802, «[...]será necessário esperar por 1910 (Decreto 19/11/1910) para que seja regulamentada a “venda e conservação de objectos de valor artístico e arqueológico” proibindo a saída de obras de arte e objectos arqueológicos de um país que há quase um século se reconhecia a saque.» (Custódio, 2010: 64). Logo após a implantação da República, a protecção dos bens artísticos e o controlo da fuga de obras de arte para o estrangeiro colheu de diversas fontes: da *Lei das Antiguidades e Belas-Artes* de 1902, que teve a colaboração de Camillo Boito, e da *Lei da Conservação dos Monumentos* de 1909, ambas italianas, do projecto-lei espanhol sobre garantias a salvaguardar na exportação de belas-arts de 1902, e o *Acto das Antiguidades*, de 8 de Junho²¹ de 1906, a primeira lei americana de preservação do património cultural.

Nos primeiros anos da República, até Novembro de 1911 e continuado em 1912 e 1913, assiste-se a um real empenhamento legislativo e reformador na protecção e salvaguarda do património, actuando como crítica explícita aos anteriores dirigentes, que o haviam negligenciado. «Em 1910, Portugal passava a contar com um lote de 455 monumentos nacionais[...] [que] atestam o espírito da época, quando as antiguidades e os monumentos históricos e artísticos ocupavam a totalidade dos classificados.» (Custódio, 2011: 433).

Por Decreto de 26 de Maio de 1911 era criado o Museu Nacional de Arte Contemporânea e o Museu Nacional de Arte Antiga sendo para seu director nomeado José de Figueiredo, que inicia uma série de reformas na exposição permanente do museu seguindo modelos actualizados. No âmbito das reformas, José de Figueiredo criava no ano seguinte a oficina de Restauro do Museu Nacional de Arte Antiga então na dependência da Inspecção-geral de Belas Artes ²².

Os serviços artísticos e arqueológicos foram integrados no Ministério da Instrução Pública, revelando a consciência do valor seminal do Património, e foram publicados os decretos fundadores e organizadores das instituições responsáveis por cada área. Para operacionalizar e conferir credibilidade, e garantir a qualidade das opções tomadas, foram colocadas «[...] nos pontos chave das instituições criadas ou reformadas importantes personalidades da vida artística e cultural portuguesa, com funções de direcção de conselhos e comissões de monumentos, de museus, de arrolamentos e inventários das operações de restauro.» (Custódio, 2010: 86)

A nova Constituição Republicana e a Lei da Separação da Igreja do Estado de 20 de Abril de 1911 aceitavam todas as confissões e a liberdade de culto, mas definia as condições e estabelecia, no Capítulo IV, “Da propriedade e encargos dos edifícios e

²¹ *Antiquities Act, of June 8* (tradução livre).

²² Isabel Raposo Magalhães, *O IJF/IPCR E A FORMAÇÃO*, in Encontro do IPCR 4 “A História, a Formação e as Boas Práticas em Conservação e Restauro”, Lisboa 2005, CD-ROM.

bens" as regras de arrolamento, inventário e de intervenção das entidades e instituições públicas na salvaguarda do património móvel e imóvel da Igreja católica «[...] numa manifestação de sobreposição dos interesses públicos sobre os interesses particulares.» (Idem: Ibid) A estratégia revelava a influência do modelo francês da III República, que defendia o controlo Estatal dos bens eclesiásticos e da salvaguarda da igreja secularizada, em vigor desde 1905 e estruturada pelo pensamento do Ministro Antonin Proust (1832-1905), autor de *A Arte na República*²³. «Entre 1890 e 1910, muitos países da Europa tinham estabelecido por via constitucional as bases dos seus sistemas integrados de defesa e salvaguarda, não apenas dos monumentos nacionais, mas de todos os "elementos dispersos" que constituíam, à data, o horizonte de bens culturais da sua herança.» (Idem: 89)

Em Portugal, um novo diploma republicano repetia os conteúdos do diploma de 1902. Pelo Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911, publicado no Diário de Governo de dia 29 do mesmo mês, referia serem considerados Monumentos Nacionais os «[...] imóveis cuja conservação represente, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico, interesse nacional [...] [ou] algum interesse, sob o ponto de vista artístico ou histórico.»

A tutela dos palácios nacionais, assim designados a partir de 1910, foram entregues ao Ministério das Finanças em 1912, embora a intervenção técnica de conservação e restauro ficasse a cargo do Ministério do Comércio e Comunicações desde 1920, e depois da Direcção Geral de Belas-Artes até 1926, na criação da AGEMN. A afirmação das regiões no contexto nacional encontrava nos edifícios religiosos e nos palácios, quando existiam, os símbolos da antiguidade e da importância desempenhada no passado. A sua nacionalização revelava a evidência da nova ordem vencedora, da sobreposição dos interesses do colectivo sobre a outrora propriedade privada.

No contexto da nova República «O Estado aparece como substituto dos antigos mecenas e protectores da arte e quanto mais democrático é, mais obrigações tem para com o artista. A arte é tida como via, por excelência, de educação e afirmação dos meios populares onde tem a sua origem.» (Neto, 2001: 94).

Após a implantação da República foram distribuídos diversos espaços do património imóvel do novo Estado por diferentes entidades e associações, incluindo «[...] os edifícios palacianos [que] são também alvo de numerosos pedidos oficiais e particulares de utilização do espaço.» (Monge in Custódio, 2010: 113). A ideia de "afecção do património a uma função útil" não era, nestes casos, um sinónimo directo de salvaguarda ou garantia de boa manutenção. Por vezes, essa afectação era uma entrega a uma actividade que lhe garantia o pagamento das despesas de intendência, mas que acarretava muitas vezes mudanças e alterações. A

²³ *L'Art sous la République* (tradução livre).

“classificação” funcionava assim como uma ferramenta estatal para impor pela lei o respeito pela materialidade do edificado, e de alguma maneira evitar a utilização desses edifícios por privados, mais difíceis de controlar e cercear.

Outros palácios mantinham funções de representatividade do país, agora com novo regime político. «O Palácio da Ajuda assume a dupla função de garde-meuble das colecções dos antigos paços reais, centralizando a redistribuição deste património, e continua a desempenhar as funções de representação que tinha [...] [na] monarquia; aí têm lugar banquetes e recepções promovidas pelos representantes da República.» (Monge in Custódio, 2010: 116).

2.6. Da Primeira Guerra Mundial até 1939

Nos primeiros anos da República, o país vê-se envolvido no primeiro conflito mundial, tomado como uma oportunidade de afirmação do jovem regime republicano perante os aliados europeus. A canalização do esforço de guerra para as débeis forças militares afastava qualquer pretensão de investimento em conservação ou restauros de motivação cultural. Os anos seguintes do pós-guerra impuseram sobriedade, eficiência e rapidez nas construções, onde a linguagem maquinista e industrial se apresentava como a opção adequada ao contexto (Anexo 01: 105).

Os fundos provenientes das compensações da Primeira Grande Guerra foram aplicados, entre outras, em obras de conservação em alguns edifícios classificados, em especial entre 1921 e 1924 (Custódio, 2010: 102). Apesar de não ter sofrido as destruições físicas de outros países da Europa, as difíceis condições de vida das populações, agravadas pela economia de guerra, haviam já levado a várias revoltas, quedas de governos, ao assassinato de Sidónio Pais e diversa instabilidade política e social. Só em 1920 há dez ministérios diferentes, sete em 1921 (Saraiva, 1991: 102).

Ao nível da actividade cultural, o academismo reinante era pontualmente abalado por episódios fugazes, investidos por artistas como Amadeo Souza-Cardoso, culpado de fazer uma exposição que contaminava o «[...] *nosso lindo Portugal*» com «*a doença futurista*» (França, 1972: 15), Almada Negreiros, o “Poeta do Orpheu e Tudo” contra o país «*adormecido desde Camões*» (Idem: 16), como Fernando Pessoa ou Raul Leal, cuja «[...] *acção foi uma espécie de fogo de palha, rapidamente consumido...*» (Idem: 21). Os movimentos de ruptura europeus não tinham ecos em Portugal.

Neste contexto, a 17 de Outubro de 1920 é fundada a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN), dirigida pelo engenheiro José Abecassis Júnior, que em articulação com os Conselhos de Arte e Arqueologia, intervém no Convento de Cristo, nos Jerónimos, em Alcobaça ou em Maфра, obras coordenadas

por Adães Bermudes, o primeiro arquitecto a dirigir superiormente os restauros enquanto Director dos Monumentos e Palácios Nacionais do Ministério da Instrução Pública entre 1926 e 1929. (Custódio, 2010: 103).

Nestes trabalhos Viollet-le-Duc é uma referência histórica mas não dogmática (Idem: 128), admitindo-se a conservação de adições e uma leitura crítica dos resultados compositivos, na linha de pensamento de Boito. Com alguma actividade a partir de 1921, a AGEMN conhece o pico máximo de intervenções em 1923, com obras simultâneas em 64 monumentos. Contudo, com a quebra dos fundos de compensações de guerra a actividade da AGEMN extingue-se em três anos. Mas as obras em curso continuam. *«Entre Junho de 1926 e Abril de 1929, sob a responsabilidade da 3ª Repartição, continuam, iniciam-se e concluem-se um total de setenta e nove obras. [...] a experiência técnica adquirida durante os anos de gestão da AGEMN, assim como da 3ª Repartição, acabaram por facilitar os primeiros anos de vida da DGEMN.»* (Idem: 131).

No ano de 1929 Raul Lino (1879-1974) era já um arquitecto com obra feita e reflexões escritas. Conduzido para Inglaterra em 1889 com dez anos de idade, seguia para a Alemanha em 1893 onde continuou os estudos e trabalhou com Albrecht Haupt, marcando a sua formação e opções estéticas que pautariam a sua vida (Fernandes, 2000: 93). Regressado a Portugal com 18 anos terminou os estudos e inicia uma carreira de projectista privado a par com actividade no Ministério das Obras Públicas.

Autor de obra extensa de cerca de 700 projectos, homem culto e esclarecido, amante de música, teatro e literatura, Raul Lino marcou de forma indelével a arquitectura portuguesa pela doutrina que defendeu, liderando uma campanha de conservadorismo de gosto baseados nos solares eruditos e semieruditos referidos em *A Nossa Casa* de 1918, *A Casa Portuguesa* de 1929 e *Casas portuguesas* de 1933, recusando sempre o primado aos materiais industriais sobre os tradicionais. *«Raul Lino foi contagiado pela visão plástica da arquitectura portuguesa do século XVI [...], dentro de parâmetros culturais historicistas, nutrindo especial interesse pelo exótico e pelo antiquariato, expresso no gosto pelas artes ornamentais.»* (Neto, 2001: 225).

Mas não defendia os revivalismos. Em 1918, escrevia a propósito de *A Nossa Casa*, *Apontamentos sobre o Bom Gôsto na construção das casas simples*:

«Será ainda preciso dizer-se que não podemos hoje pretender fazer obras góticas, românicas ou de qualquer outro estilo para cuja realização já as circunstâncias determinantes se escoaram num passado que nunca poderá voltar? Tam impossível é criar hoje qualquer obra manuelina como tornar a descobrir o caminho marítimo para a Índia! [...] A par dos nossos conhecimentos históricos, a faculdade que adquirimos de sentir qualquer obra de arte, e que faz com que não só a respeitemos mas que a possamos também amar, não justifica que entremos na cómoda esteira das imitações, que só têm logar próprio no teatro [...]» (Lino, 1923: 111).

Raul Lino defendia que os valores regionais e os materiais tradicionais eram naturalmente adequados ao lugar, ao clima, à paisagem, à identidade do sentir cultural, contrapondo com simplicidade e sabedoria: *«Lúcio Costa não quer ouvir falar em tradição [...] [sendo] uma herança que nos oprime. A isto tenho de obtemperar que a tradição a mim pessoalmente nada oprime nem aflige. Sinto-a tão pouco das minhas costelas o próprio peso.»* (Lino in Fernandes, 1973: 101).

Mas o contexto político e social havia mudado, e iria mudar ainda mais. Em 28 de Maio de 1926 um golpe de estado colocava Portugal sob uma Ditadura de direita, que se manteria sem ditador até 1932.

A nova ditadura procurava mostrar a sua modernidade aceitando modelos formais modernos, contaminados pelo gosto cubista e depurado que se exercitava por influência da *Bauhaus* e *L'Espirit Nouveau*. Os arquitectos, formados na década de vinte e passados pelo "estágio" de Paris (Portas, 1973: 173) procuram justificar os partidos estéticos adoptados através de questões da funcionalidade na resposta aos programas e a economia da construção como razão para a depuração e racionalismo construtivo. Durante dez anos, com obras de referência como o Capitólio de Cristino da Silva de 1929, o Instituto Superior Técnico por Pardal Monteiro iniciado em 1927, a garagem do Comércio do Porto de Rogério de Azevedo em 1928, o Pavilhão de Rádio em Oncologia, por Carlos Ramos em 1930, o cinema Éden de Cassiano Branco em 1930, a arquitectura em Portugal perfila-se ao lado do que se passa na Europa, onde *«[...] uma certa cortina de equívocos, baseada numa semântica isenta de carga ideológica progressista ajudou ambas as partes, por um lado os autores a conseguir a aceitação dos projectos, por outro, os responsáveis culturais do regime a aprovar projectos [...]»* (Massapina Vaz, 2011: 219). A linguagem correspondia honestamente à utilização das possibilidades do betão armado, articulando dois dos vectores estruturantes do Movimento Moderno – o técnico e o formal- mas sem o terceiro vector - o ideológico-, sem compromissos de resposta social, mantido num registo mais epidérmico e formalista, conduzindo Ana Tostões a designá-lo por (ainda apenas) Modernismo (Tostões, 2015: 580).

A postura revolucionária do Movimento Moderno que se afirmava nos CIAM que desde *La Serraz* desempenhavam um papel motor na divulgação dos ideais maquinistas e funcionalistas do Movimento, era pouco conhecida ou ignorada em Portugal, sem que algum português tivesse participado (Anexo 01: 110).

A partir de 1927 passa a ser exigida a formação em arquitectura para os autores e responsáveis de projectos de restauro em monumentos em Portugal (Tomé, 2002: 82), revelando abertura do novo regime à contemporaneidade. Para Adães Bermudes, a qualidade dos resultados no restauro de monumentos podia resumir-se simplesmente

por confiar tal responsabilidade «[...] a architectos de comprovado valor e com suficiente abnegação de si mesmos para compreenderem a oportunidade de sacrificarem a sua inspiração e a sua personalidade à obra que lhes fosse confiada.» (Custódio, 2010: 145).

Pelo Decreto n.º 16 791 de 30 de Abril de 1929, ano da queda da bolsa em Wall Street e da construção da Villa Savoye (Anexo 01: 112), funda-se a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em Portugal (DGEMN), no seio do Ministério do Comércio e Comunicações. Esta entidade que herda os técnicos e competências da AGEMN e da 3ª Repartição de Monumentos e Palácios Nacionais, e seria responsável pelos principais capítulos da história da conservação e restauro nacional por várias décadas. «A gestão era pensada de molde a manter, até onde fosse possível, o pessoal operário com experiência, resultante da escolha profissional ou da confiança técnica superior.» (Idem: 130).

Munidos com quadros técnicos experientes, competia à nova DGEMN a elaboração de projectos de todas as especialidades para as obras de conservação, de reparação ou restauro dos monumentos e dos palácios nacionais. Segundo um modelo inovador, mesmo em contexto europeu (Pereira, 2004: 36) competia à nova instituição assegurar a execução desses projectos, por administração directa ou mediante consultas de empreitada, mantendo em ambos os casos equipas de fiscalização sobre o decurso dos trabalhos, fulcral na salvaguarda do cumprimento dos critérios pretendidos em sede de obra. À semelhança das metodologias que propuseram Vitet e Mérimée na monarquia de Julho francesa, «Marques da Silva introduziu o conceito de Projecto Preliminar como instrumento de análise imprescindível a uma conscienciosa decisão.» (Idem: 147).

Com este desígnio, deveriam os técnicos da Direcção dos Monumentos Nacionais visitar os edifícios e palácios nacionais para estabelecer os diagnósticos e propor as providências necessárias para a sua conservação, definindo as prioridades em função das patologias e da qualidade intrínseca dos objectos. Por operacionalidade, em contextos de simples conservação, reparação ou consolidação, e que não implicavam alterações de forma ou de estrutura, os projectos e respectivas estimativas de custos podiam ser reduzidos a uma Memória Descritiva com uma listagem dos trabalhos a executar, acompanhados de uma estimativa, ou melhor, já de orçamento ou orçamentos comparados. Quando fosse necessário projecto, cabia à equipa fazer um Estudo Preliminar, acompanhado das restantes peças escritas. Para início das obras, ambas as situações requeriam análise e aprovação superior.

À mesma direcção de serviços cabia ainda «[...] a responsabilidade de formular os preceitos técnicos e todas as regras a serem observadas, quer no tratamento e conservação, quer na execução das obras de reparação ou restauro dos monumentos nacionais.» (Neto, 2001: 206).

Apesar do recrutamento de pessoal projectista assentar principalmente na experiência profissional e nas provas dadas, o crescimento das obras e das incumbências da DGEMN excedia a capacidade de resposta da instituição, que se desdobrava para acompanhar o surto de construção resultante da aposta do regime em acudir ao desemprego pelas obras públicas.

O então Director-geral Eng. Henrique Gomes da Silva manteve uma continuidade na condução da casa desde 1929 até 1960, data dos seus 70 anos. Apesar de alguma controvérsia que o terá levado a solicitar a demissão em 1931, não consumada, e algumas críticas aos preceitos e critérios utilizados no trabalho da DGEMN em 1949, Gomes da Silva mantém uma prestação firme, respeitando e executando as orientações ideológicas do regime.

Ao congresso de Roma de 1930, que antecedeu o de Atenas, não foi possível enviar nenhum representante nacional por alegadas dificuldades financeiras, perdendo-se «[...]a oportunidade de transmitir à comunidade internacional aspectos relevantes da inovação portuguesa no campo da conservação em museus e no restauro pictórico.» (Custódio, 2010: 133). Naturalmente que a troca de informação não ocorreu, e como tal as matérias discutidas não foram apreendidas, nem estabelecidos os contactos futuros que permitem a actualização do conhecimento.

Do mesmo modo, nenhum dos arquitectos com responsabilidades no património nacional, a título estatal ou privado, participou no congresso de Atenas em 1931. Do Consulado de Portugal foi enviado um representante que assina pelo nome de A. Zuzuzoglou, desconhecendo-se pormenores desta identidade. A actualidade e clareza de critérios que se discutiram passaram ao lado de Portugal (Anexo 01: 116, 117), o que poderia ter sido relevante para os técnicos de um país com poucos recursos e com uma estrutura institucional de salvaguarda e conservação dos monumentos ainda embrionária.

Na verdade, a estratégia reflexiva dos congressos era pouco interessante para o Estado Central, que lentamente desenhava uma analogia entre a presença dos monumentos pátrios e os valores histórico-ideológicos defendidos pelo regime, de onde resultavam evidentes os critérios de intervenção no património arquitectónico. «O estatuto assumido pelos monumentos é indissociável da intenção nacionalista de reconduzir Portugal na tradição do seu passado épico [...]» (Neto in Custódio, 2010: 157) de onde as operações de restauro devem contribuir para clarificar esse passado

através da reintegração estilística e salvaguarda da “*unidade de estilo*” na sua “*concepção primitiva*”, ancorando os monumentos na ancestralidade da sua existência.

Apesar de tudo, os sete princípios da Carta de Atenas, que foram incluídos na legislação de diversos países, também chegaram ao nosso país, evidenciados pelos arquitectos próximos à escola italiana, sendo vertidos em legislação sobre servidões administrativas e zonas de protecção em 1932. «*Também a valorização dos monumentos e zonas de protecção entraram na legislação portuguesa (Decreto-Lei n.º 21.875 de 18 de Novembro de 1932), o que de algum modo significa que a circulação de informação se fez entre a Sociedade das Nações e o Estado português. [...] quanto à colocação de postes de transporte e distribuição de electricidade e de linhas telegráficas e telefónicas nos monumentos, as recomendações de Atenas não chegaram a ser necessárias, dado que o governo português de Domingos Augusto Alves da Costa tinha-se adiantado através da publicação do Decreto nº 18.123 de 20 de Março de 1930.*» (Custódio, 2010: 133) ²⁴.

Apesar destes subtis pontos de encontro e até pré-disposição premonitória, a prática em Portugal era bastante conservadora e desinteressada pelos conceitos e práticas que eram discutidas pelos congéneres europeus. Discutidas, mais do que praticadas, porque na verdade, as diferentes *praxis* generalizadas nos países da Europa encaminhavam-se para direcções muito semelhantes à portuguesa, no caminho para os extremismos políticos, tanto para a direita como para a esquerda.

Em 1932 Oliveira Salazar torna-se Presidente do Conselho de Ministros vitalício. Duarte Pacheco é convidado para Ministro das Obras Públicas e Comunicações, iniciando um processo de investimento no património, que para si não só «[...] *era uma das apostas culturais-ideológicas do regime, mas porque a sua personalidade era sensível à importância do passado histórico no estabelecimento da identidade nacional.*» (Neto, 2001: 158).

A nova postura do Estado é da retoma da grandiosidade da Nação, que fora perturbada por episódios desde a Revolução Liberal após as Invasões Francesas, e que culminou na 1ª República, onde diferentes vontades dividiram e espalharam um futuro que o novo regime se propõe retomar. A nova unidade encontrada à volta da figura do “Salvador da Pátria” permitiria traçar o novo e correcto rumo, que precisava de ser

²⁴ Segundo Miguel Tomé, esta área de protecção era anterior. «A salvaguarda da envolvente dos monumentos estava prevista desde 1924, na Lei n.º 1700, onde se previa a definição de territórios de protecção num raio de 50 metros em torno dos edifícios [...]» (Tomé, 2002: 92).

lembrado através dos muitos testemunhos desse passado glorioso interrompido. Nas palavras de Salazar, por ocasião da inauguração em Braga:

«Restauração material, restauração moral, restauração nacional; não me acode ao espírito nenhum outro exemplo mais expressivo que a dessa magnífica peça arquitectural – hoje a Biblioteca e Arquivo de Braga – há setenta anos incendiada, em destroços aguardando através de dois regimes diferentes de muitos governos contrários que nós a restaurássemos, restituíssemos à pureza das suas nobres linhas...» (Salazar, 1935-37: 145).

Neste registo, que o novo regime apelida de “*era da restauração*”, a DGEMN constituiu o braço executor da política de recuperação dos valores histórico-ideológicos do regime, utilizando os monumentos como símbolos materiais dos valores das épocas áureas nacionais.

Henrique Gomes da Silva da DGEMN fazia aprovar no I Congresso da União Nacional 26 e 28 de Maio de 1934 a estratégia ideológica do “restaurar, restaurar, restaurar...” dentro dos princípios de unidade transversal a todos os monumentos.

Se na fundação da instituição em 1929 o Director do Serviço de Monumentos era Adães Bermudes, logo no ano seguinte e até 1947, o Director passa a ser Baltazar de Castro. Homem que viajou pela Europa para estudar a disciplina do restauro, iniciara a sua actividade na Direcção de Obras Públicas do Distrito do Porto, tendo transitado para a 3.ª Repartição sob a orientação do seu Director Adães Bermudes. Durante a Primeira República, intervém num vasto conjunto de templos românicos nortenhos, como S. Pedro de Lourosa, S. Frutuoso de Montélios ou S. Pedro de Balsemão, onde constrói uma linha actuante que iria implementar enquanto Director dos Monumentos da DGEMN, dos Serviços do Norte até 1936, e nacional desde essa data até 1947. (Tomé, 2002: 325). *«Será [...] Baltazar de Castro o responsável pela estabilização, durante a década de 30, dos conceitos e metodologias de trabalho que nortearão as práticas futuras.»* (Tomé in Custódio, 2010: 169).

No cumprimento da missão que lhe é acometida, a arquitectura destaca-se das restantes artes pelo seu papel evocador. Para a classe profissional dos arquitectos o período até 1943 é de franco reconhecimento público e institucional. Por iniciativa do ministro Duarte Pacheco, a qualificação profissional dos arquitectos é equiparada à dos engenheiros ao nível do funcionalismo público, tornando-se determinante no projecto de edifícios e no planeamento urbanístico (Tomé, 2002: 22).

As prioridades estabelecidas nesta área na “*era da restauração*” recaem sobre os períodos áureos da formação da nacionalidade, dos descobrimentos e restauração da independência, este último mais moderado, por conveniência das relações com a ditadura de Franco.

A estratégia programática requeria uma doutrina de restauro que evidenciasse a origem secular dos edifícios que testemunhavam a história validada pelo regime, justificando assim a remoção de todos os elementos que perturbassem a evidência da leitura pretendida. A prática conduzia ao *Restauro Estilístico*, defendendo-se os preceitos da “pureza de estilo”, recriando os elementos perdidos, ou nunca terminados, na linha intervencionista de inspiração “*Violletiana*”, a linha mais divulgada na Europa. Apesar da utilização da pedra e da recriação em estilo medieval, o betão não era recusado, embora sempre camuflado.

José Pessanha reflectia na *Revista de Arqueologia*, logo em 1932, sobre o restauro da igreja de S. Pedro da Lourosa, enunciando o princípio do Congresso de Madrid de 1904: «[...] é um monumento vivo. Não é portanto, uma ruína a conservar: é um edifício a restaurar.» (Pessanha in Tomé, 2002: 57). Todavia, transpira claramente o seu conhecimento das teorias de Boito, e possivelmente já do conteúdo da Carta de Atenas, atestando o nível de divulgação que poderia existir entre os especialistas do património: «[...] respeitar o material, a técnica e o sistema construtivo; refazer o menos possível; nada inventar, sem todavia, ocultar a sua acção, que deve, pelo contrário, ficar bem manifesta e documentada, de modo que não pareça ter pretendido iludir.» (Idem: Ibid).

A reutilização ou re-funcionalização dos monumentos era outra das preocupações da disciplina neste período. Muitas vezes a organização das novas apropriações e os sistemas distributivos do programa evidenciavam a sua modernidade, por vezes funcionalista, edificados segundo uma plástica medieval. Tal como defendera Viollet-le-Duc em meados do século anterior, uma das prioridades era encontrar uma função útil para estas edificações, no sentido de as tornar necessárias, de modo a justificar as intervenções e a subsequente conservação. A estratégia de intervenção procurava, sempre que possível, vincular o objecto patrimonial a uma qualquer função que lhe assegurasse uma razão de vida; «[...] uma grande quantidade de imóveis então classificados, tais como as grandes fortificações e os mosteiros de implantação rural, viam-se desprovidos de ocupação, o que, associado à sua tipologia, escala e localização, colocava sérios problemas de gestão e conservação.» (Idem: 172).

Todavia, a nova função, por muito adaptável que fosse à estrutura do edifício, ou mesmo a mesma função agora actualizada, implicava sempre transformações que colidiam mais ou menos com a malha e matéria existente, obrigando a compromissos. O maior ou menor conhecimento das problemáticas da disciplina que se debatiam nos congressos de especialidade desde o 1º Congresso Internacional de História de Arte realizado em 1873, em Viena, os Congressos em Roma de 1881, 1882 e 1883,

IV Congresso Internacional em Bruxelas em 1874, ²⁵, Haia em 1889 e 1909, Madrid em 1904 ou Atenas em 1931 (Anexo 01: 89) não era referido pelos autores das intervenções, pelo que o seu nível de esclarecimento tem que ser estimado a partir dos seus projectos e obras, necessariamente temperado pela consciência de que também no estrangeiro, os arquitectos restauradores diziam uma coisa e faziam outra. A eliminação das adições dissonantes era uma prática corrente, e que tendeu a aumentar pela estratégia ideológica que presidia às orientações da “entidade” adjudicante. Sem qualquer contradição, igualmente se respeitavam adições posteriores que se considerassem de valor ou não prejudiciais. Como sempre, um critério de valores pautava as escolhas, tomadas caso a caso, a par com o defendido pelos especialistas.

Por outro lado, o gosto pela depuração e funcionalidade era resultante do espírito do tempo. Os arquitectos conheceriam os ideais e a plástica modernistas, essencialistas, pelo que a supressão da ornamentação e o apreço por uma estética crua e despida em pedra, como que em estado bruto, ao mesmo tempo que satisfazia esse apelo purista, conduzia para uma linguagem que podia ser conotada como a moralidade, com a autenticidade das “catedrais” originais (Tomé, 2002: 170).

O fomento das Obras Públicas, designadamente na reabilitação do Património, que absorvia muita mão-de-obra desqualificada e atenuava as dificuldades sociais do desemprego tinha efeitos sociais colaterais. «“Não se dão esmolas; procura dar-se trabalho”, era a máxima de Duarte Pacheco.» (Neto, 2001: 165).

Na década de trinta, o aumento da qualidade de vida, da redução dos dias de trabalho, e principalmente as férias remuneradas fizeram eclodir o turismo, até então privilégio único das camadas mais abastadas. O regime depressa «[...] reconheceu a importância económica desta “indústria sem chaminé” [...]» (Idem: 168).

No I Congresso Nacional de Turismo, realizado em 1936 foi louvado o trabalho da DGEMN na recuperação do património que se pretendia exhibir aos turistas, alertando para a necessidade de observar a sua manutenção futura, para poder continuar a poder dispor dos «[...] monumentos como grande arma turística.» (Idem: 169).

Alguma reflexão teórica surgia fora dos circuitos institucionais da DGEMN.

Raul Lino escrevia *Casas Portuguesas, Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples* que marcaria várias gerações. Lino defendia que o arquitecto era como um orquestrador a quem cabia harmonizar os milhares de ritmos e melodias emanados

²⁵ «A secção portuguesa destes congressos esteve constituída entre Londres e Roma pelos arquitectos Adões Bermudes, José Luís Monteiro, Rosendo Carvalheira, Ventura Terra e José Alexandre Soares.» (Custódio, 2011: 221).

das texturas, cores e acabamentos dos diferentes materiais (Lino, 1933: 82). Contra a doutrina funcionalista, Lino contrapunha que a tarefa mais difícil do arquitecto não era vencer problemas técnicos ou económicos, mas sim transformar uma massa inerte de diferentes materiais numa «[...] obra orgânica com aspecto de coisa viva.» (Lino, 1933: 75) Esta prosa, que reflectia o discurso de Frank Lloyd Wright veiculado por *A Arquitectura orgânica* de 1910²⁶ tinha um propósito cultural de apologia da tradição e dos valores da “portugalidade”:

«O arquitecto portanto, bom conhecedor do idioma do seu país, terá que ir criando no emprego desta linguagem plástica os neologismos necessários, e tratará do aportuguesamento das formas cuja importação é inevitável na evolução de todas as coisas. Não usará de arcaísmos mas opor-se-á a tudo que tenda à desnacionalização da nossa arquitectura doméstica.[...] não introduzirá impensadamente maneiras de construir, de resultado económico por vezes duvidoso, que discordem das condições físicas do nosso país; não aplicará estilos de arquitectura em antagonismo com a índole da nossa gente; não ofenderá a nossa paisagem irrompendo nela formas estranhas e agressivas [...]» (Lino, 1933: 74).

Mais alinhado com o Movimento Moderno, Jorge Segurado relativizara em *Arquitectura da Casa Portuguesa e do seu carácter*, de 1926, a evidência desses “neologismos de aportuguesamento”, que na sua opinião, se podiam encontrar em Espanha, França e mesmo na Itália, e que eram característicos de cada País simplesmente por estarem construídos nos seus territórios (Segurado in Rodrigues, 2010: 157). Por influência europeia, o tema da habitação estava no centro do debate da disciplina, o que promovia as preocupações modernas, e com elas o discurso da funcionalidade e da plástica maquinista. A dicotomia da arquitectura entendida no par de “opostos” «[...] arte versus técnica, sinónimo de construção utilitária, seria resolvida pela primeira geração modernista que opera nos anos 20-30» (Tostões, 2015: 579), através do critério de evidência de que a forma e a fachada deveriam corresponder ao sistema de construção utilizado (Idem: 580). Rogério de Azevedo acentuava esta preocupação em *A Arquitectura no Plano Social* de 1934, defendendo que pela arquitectura “doméstica” se media o grau de civilização de um povo e que tendia à depuração. «A beleza não reside na prolixidade, mas na boa escolha de motivos, que não devem ser em demasia; antes falem do que sobejem.» (Azevedo in Rodrigues, 2010: 247).

²⁶ «Na arquitectura orgânica é completamente impossível abordar separadamente o edifício, a sua organização, o terreno e a paisagem. [...] Uma grande coisa, por oposição à reunião discordante de uma série de pequenas coisas.» (Wright in Rodrigues, 2010: 91). Em *Uma autobiografia: na natureza dos materiais*, de 1932: «A Arquitectura assemelha-se à música, nesta capacidade de ser sinfonia.» (Idem: 227).

Porfírio Pardal Monteiro, um dos primeiros modernos portugueses, que depois do projecto da Estação do Cais do Sodré em 1925, onde inicia uma geometrização da decoração tendente à sua abolição, despede-se do supérfluo no Instituto Superior Técnico (IST) em 1927, exactamente quando Duarte Pacheco era o Director do IST. Da relação nasce uma amizade que vai proliferar ao longo de múltiplos trabalhos, durante mais de uma década.

Para responder à encomenda pública, Pardal Monteiro estrutura o seu *atelier* a uma escala europeia, tornando-se numa escola paralela à academia, por onde passaria também Luís Benavente, um dos intervenientes no Palácio de Belém. Entre projectos de vulto como a Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Lisboa de 1933, os projectos das Gares Marítimas de Alcântara e Rocha Conde de Óbitos de 1934, Pardal Monteiro reflecte sobre a disciplina, publicando na recém-criada revista *Architecture d'Aujourd'hui*, da qual se torna correspondente e onde dará visibilidade internacional à sua obra até 1938 ²⁷. «*Dirão que hoje a arquitectura é talvez demasiado utilitária e pouco "artística", mas há que reconhecer que ontem era excessivamente "artística" e pouco utilitária. [...] Uma reacção contra uma acção exagerada, teve como era natural, os seus exageros inevitáveis.*» (Pardal Monteiro in Rodrigues, 2010: 256).

Impulsionador da primeira arquitectura moderna em Portugal, Pardal Monteiro sempre conseguiu manter uma imagem de monumentalidade que se traduzia em intemporalidade, que se desenhava como um protótipo de arquitectura de regime. «*Cada grande estilo foi, sempre, o mesmo em todos os países, mas em cada um ele foi, sempre, afinal uma modalidade nacional do estilo universal.*» (Idem: Ibid).

Na verdade, a partir de 1938, as suas relações com Duarte Pacheco resfriaram e conhecem uma ruptura que lhe veda o acesso aos grandes projectos públicos.

Em 1936 é criada a Junta Nacional de Educação (JNE) (Lei n.º 1941 de 11 de Abril de 1936) enquadrada e tutelada pelo então designado Ministério da Educação Nacional, «*[...] entidade a quem competia orientar, e promover, todas as acções legislativas relacionadas com a protecção normativa, e a valorização dos bens culturais nacionais.*»²⁸ Apesar de ser naturalmente ideologicamente orientada, a JNE agregava na organização das suas "secções" e "subsecções" representantes de museus, palácios nacionais, monumentos mas também de instituições do sector e relacionadas, sempre representadas ao mais alto nível por personalidades de reconhecido mérito técnico e científico, «*[...] mesmo que algumas dessas personalidades fossem minoritária e ideologicamente "neutras", ou "dissonantes", mas*

²⁷ Durante a II Guerra Mundial a revista fica temporariamente e secretamente sediada no seu atelier.

²⁸ Elísio Summavielle, *Património Cultural (1973-1976)*, texto gentilmente cedido pelo próprio antes da publicação no "Dicionário do 25 de Abril" (direcção do Prof. António Reis, edições Figueirinha)

cujo contributo se considerava ser da maior utilidade. Terá sido esse, também, um dos factores decisivos relativamente à coerência, eficácia, e à estabilidade da JNE, na orientação das políticas patrimoniais ao longo de toda a ditadura.»²⁹ O Estado criava assim uma entidade para a regulamentação normativa do património e dos activos culturais da nação que sobreviveria à ditadura.

Em 1937 a revista *Arquitectura Portuguesa* publicava alguns artigos de opinião que analisavam os restauros executados pela DGEMN, que defendiam como tónica comum que as envolventes dos monumentos nacionais deviam ser expurgadas das construções que contra eles se haviam erigido (Tomé, 2002: 93). De facto, as intervenções, na sua maioria, integram ou passam a integrar a eliminação de adições “dissonantes” no exterior, bem como a abrir espaço de contemplação para adros ou para correctas tomadas de vista sobre o edifício, o que podia ser enquadrado na doutrina da Carta de Atenas de 1933, ou mesmo, nos casos mais subtis, na *praxis* de Alfredo d'Andrade ou antevisão das propostas de *diridamento* de Giovannoni. O espaço exterior deveria tornar-se num contexto neutro, por exemplo ajardinado, onde o edifício restaurado surgia como peça excepcional com destaque urbanístico (Tomé in Custódio, 2010: 171).

Na linha das exposições internacionais de Paris de 1937 ou de Nova Iorque em 1939, nascia a ideia das Comemorações do Duplo Centenário da “Nação”, na Fundação em 1140 e da Restauração da Independência em 1640. A partir de Março de 1938, a encomenda pública está dirigida para este desígnio, e as opções estéticas da arquitectura têm objectivos ideológicos a respeitar, de modo a tornar este no maior acontecimento político-cultural do regime.

A dupla comemoração procurou vincar de forma indelével a figura dos heróis e dos símbolos da Nação, de modo a serem adorados e venerados como míticos de uma Nação de oito séculos, de novo pujante. Neste contexto foram seleccionados um conjunto de monumentos a intervir, elegendo os que melhor representavam uma ideia definida pelo regime, que depois seriam intervencionados com operações de restauro que lhe assegurassem uma imagem de “recuperados” inevitavelmente na linha da ideologia vigente. Os castelos eleitos e as “eternas linhas das nossas fronteiras”, nas palavras de António Ferro, evitavam assunção de posturas contra o país vizinho, por cortesia diplomática, apresentando-se «[...] como um monumento à indomável vontade lusitana de independência, de fixação de fronteiras e de defesa heróica da Nação.» (Neto, 2001: 151).

²⁹ Idem.

Os palácios nacionais, também símbolos de uma monarquia centenária, são igualmente intervencionados nas suas diferentes necessidades. Em Queluz, o investimento centrava-se no objectivo de criar condições para hospedar as figuras ilustres e convidados do Estado que visitassem o país durante a efeméride. Os valores despendidos aumentam todos os anos desde 1938 (Neto in Custódio, 2010: 162). Se os valores reduziram drasticamente depois, as obras continuaram a aumentar, prosseguindo com a dinâmica e a capacidade de resposta que estava montada.

A meta da exposição de 1940 impunha códigos de interpretação que não sendo pré-definidos, eram certamente ideologicamente orientados, de modo a minimizar arbitrariedades e sensibilidades individuais. Os “monumentos nacionais” testemunhavam a história e ajudavam à sua descodificação, cada qual associado a determinado momento ou época. O saneamento de adições “ou desvios” dessa pureza original era uma missão cultural e pedagógica, de modo a tornar os monumentos fáceis de interpretar.

A DGEMN enquanto instituição não professava uma escola, uma corrente pré-estabelecida por uma eventual concertação superior, devidamente fundada em conhecimento procurado. Mas individualmente existiam competências sérias, resultado de deslocações e pesquisas isoladas, que suportavam os discursos escritos nas memórias descritivas e nas publicações que a DGEMN mantinha regulares, fundamentalmente os *Boletins*.

Em jeito de primeiro balanço da actividade da nova instituição, em Setembro de 1935 a DGEMN publicava os primeiros *Boletins* que se manteriam até 1966, e que se introduziam com a intenção de «[...]submeter à apreciação do País [...]» o trabalho por ela desenvolvido. Num discurso típico da época vangloria os monumentos «[...] que o Passado nos legou [e que] constituem, como se sabe, um dos mais preciosos quinhões da nossa herança de povo civilizador, de povo-guia; são, por assim dizer, páginas vivas da história da nacionalidade.»³⁰ O texto da comunicação de Gomes da Silva apresentava-se com carácter pedagógico, conduzindo o leitor comum, a quem se dirige para difundir o conhecimento que se movimentava apenas nos ciclos mais restritos da profissão, a perceber a relevância do trabalho executado. Para tal, explica que esses monumentos, religiosos ou militares estavam há séculos arredados da comiseração geral, e que «As raras vozes que se erguiam para reclamar a sua conservação não achavam eco nos lugares onde deviam ser escutadas; e, se excepcionalmente alguma hesitante obra de defesa se empreendia, quase sempre a desorientação comum, secundada pela ignorância dos interventores, a tornava inútil

³⁰ Comunicação apresentada por Henrique Gomes da Silva no I Congresso da União Nacional, de 26 a 28 de Maio de 1934, e publicada no primeiro *Boletim*.

e até por vezes nociva.» Ao referir o problema sempre presente das intervenções a que Victor Hugo apelidava de *Vandalismo restaurador*, mobilizava a postura corrente dos finais do século anterior, das posições de Ruskin e Morris na versão nacional e mais ligeira de Ramalho Ortigão, mas também dos escritos fundamentados de Luciano Cordeiro ou Raul Lino.

Efectivamente desde 1863 que existia a RAACAP, que desde 1894 se conhecia a importância da classificação, que em 1908 eram inscritos 465 monumentos nessa classificação; mas a escassez estrutural do país sempre haviam mantido tais iniciativas longe das intervenções no terreno, pelo que a imagem geral era de abandono ou incúria, por vezes de delapidação ou de transformações clandestinas e espúrias para resolver problemas imediatos de apropriação indevida.

*«la já adiantada a faina demolidora quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi chamada a promover, metodizar, executar a necessária obra de defesa e restauração. Uma nova actividade se desenvolveu então, à sombra do Estado, guiada pelo dever, engrandecida pelo culto da Arte e da Tradição, aquecida pela mais viva fé nacionalista.»*³¹ E da mesma forma que um Estado autoritário tem mais capacidade de executar grandes obras de urbanismo, também tem mais capacidade de executar grandes campanhas de intervenções “restauradoras” dos símbolos edificados da Pátria, se assim o entender, como foi, e é geralmente, o caso.

A comunicação de Gomes da Silva mostrava-se operativa, definido a *Orientação técnica a seguir no restauro dos Monumentos Nacionais* para a todos devolver «[...] a pureza da sua traça primitiva», salvando-os dos atentados contra eles «[...] cometidos nos séc. XVII e XVIII.» O texto fixava «Anteriormente a 1926 [...]»³² a data fim do abandono, a mesma data da instauração da ditadura e da fundação da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, da qual a DGEMN era herdeira, e a partir da qual se havia iniciado um modelo de *Serviço dos Monumentos* análogo ao sistema que a Guizot havia implementado em 1830. Tal como em França, algumas vezes se haviam levantado contra as intervenções executadas, que Henrique Gomes da Silva minimizava:

«Sem dúvida que uma obra desta magnitude e importância, levada a efeito sem que tivessem sido consultados todos aqueles que se supõem elevados espíritos críticos, altas e imprescindíveis capacidades artísticas, não podia deixar, por parte de alguns, de suscitar críticas, por vezes contraditórias. Outros, então, para reprovarem a orientação seguida, socorrem-se de opiniões, que reputam autorizadas, de sumidades que apresentam como os melhores arqueólogos e

³¹ Idem.

³² Ibidem.

críticos de arte, tanto nacionais como estrangeiros, só para poderem afirmar que determinado restauro foi feito à luz de um falso critério artístico e que em determinada obra se deixaram de seguir os preceitos técnicos mais convenientes.

Por isso, se nos afigura que a tese Monumentos Nacionais; orientação técnica a seguir no seu restauro, não podia ser apresentada em momento mais oportuno.

É evidente que, fosse qual fosse a orientação a seguir nos trabalhos a executar, sempre essas críticas surgiram de um ou outro lado.»

Os *Boletins* publicitavam a confiança de uma missão cumprida, certa da sua honestidade e da consonância com o poder político que a encomendara. Mas a isto acrescia uma fé real na correcção dos critérios utilizados, na justiça das opções tomadas e na competência dos técnicos que o haviam realizado. Tal como afirmado, a DGEMN conseguira o feito de juntar os poucos técnicos especializados num só organismo do Estado, a operar de Norte a Sul, numa campanha de obras nunca vista no território. E actuara convicta do esclarecimento dos seus critérios, uma vez que nada se executara «[...] sem que houvessem sido precedidos de um meticoloso estudo, baseado nos ensinamentos colhidos pela experiência dos seus técnicos e até nas opiniões daqueles cuja autoridade, na verdade, se impõe.»³³

A estratégia dos estudos preliminares da DGEMN era apresentada como alicerçada na história, seguindo o modelo que defendera Vitet em 1835, exactamente um século antes, o mesmo que referia Alfredo d'Andrade ou escrevia Camillo Boito em 1883. A assunção das competências de conservação e “restauração” dos monumentos nacionais pelo Estado apresentava-se em sintonia com os preceitos da então recente Carta de Atenas, onde nenhum português estivera, mas cujos princípios eram conhecidos. E finalmente, com a publicação dos *Boletins*, a DGEMN igualmente se mostrava alinhada com Boito e com os preceitos finais da Carta de Atenas de 1931. Não só no sentido de organizar a informação relativa às intervenções, como de publicar a história compilada e os critérios da intervenção, «[...] como se fez o seu restauro e quais as directrizes que a ele presidiram. E já que se ousa criticar a orientação seguida não podemos deixar de, ainda que a traços largos, salientar quais foram essas directrizes antes e depois de 1926, para que o País melhor se aperceba das razões que obrigaram a seguir um e outro critério, tão diferentes eles são.»³⁴

Nos *Boletins* apresentava-se o trabalho da instituição sob a forma de relatórios da intervenção. Iniciava-se a apresentação do edifício a intervir com uma pequena monografia histórica, fotografias da obra no decurso dos trabalhos, e por último

³³ Idem.

³⁴ Ibidem.

reunia-se uma série de elementos visuais entre plantas e fotografias que mostravam a transformação operada, com fotos do antes e do depois.

O trabalho apresentado era considerado pelos próprios como digno de realce e orgulho institucional. Ao contrário de intentar esconder a transformação operada, ou pelo menos evitar passar elementos de informação aos que criticavam o trabalho da DGEMN, as publicações apresentavam as obras sem autorias individuais, assumidas como responsabilidade da instituição. O património intervencionado era devolvido ao público liberto dos assim considerados atentados e excrescências a que estivera sujeito antes de 1926. Neste contexto e num tom institucional, Gomes da Silva afirmava-se como corrector desses desvios, *a bem da Nação*, terminando a sua comunicação em letras maiúsculas:

«Por isso não podemos deixar de chegar às seguintes conclusões:

- 1) — IMPORTA RESTAURAR E CONSERVAR, COM VERDADEIRA DEVOÇÃO PATRIÓTICA, OS NOSSOS MONUMENTOS NACIONAIS, DE MODO QUE, QUER COMO PADRÕES IMORREDOUROS DAS GLÓRIAS PÁTRIAS QUE A MAIORIA DELES ATESTA, QUER COMO OPULENTOS MANANCIAS DE BELEZA ARTÍSTICA, ELES POSSAM INFLUIR NA EDUCAÇÃO DAS GERAÇÕES FUTURAS, NO DUPLO E ALEVANTADO CULTO DE RELIGIÃO DA PÁTRIA E DA ARTE;*
- 2) — O CRITÉRIO A PRESIDIR A ESSAS DELICADAS OBRAS DE RESTAURO NÃO PODERÁ DESVIAR-SE DO SEGUIDO COM ASSINALADO ÊXITO, NOS ÚLTIMOS TEMPOS, DE MODO A INTEGRAR-SE O MONUMENTO NA SUA BELEZA PRIMITIVA, EXPURGANDO-O DE EXCRESCÊNCIAS POSTERIORES E REPARANDO AS MUTILAÇÕES SOFRIDAS, QUER PELA ACÇÃO DO TEMPO, QUER POR VANDALISMO DOS HOMENS;*
- 3) —SERÃO MANTIDAS E REPARADAS AS CONSTRUÇÕES DE VALOR ARTÍSTICO EXISTENTES, NITIDAMENTE DEFINIDAS DENTRO DE UM ESTILO QUALQUER, EMBORA SE ENCONTREM LIGADAS A MONUMENTOS DE CARACTERES ABSOLUTAMENTE OPOSTOS.»*

O Director da DGEMN lembrava que os monumentos eram testemunhos da história, como primeiro referido no alvará de D. João V de 1721, e repetidamente reequacionado por Milin em 1790 (Anexo 01: 34), Dussaulx em 1792, Possidónio da Silva em 1833, Silva Carvalho em 1834, Alexandre Herculano no mesmo ano, Mérimée em 1842 (Anexo 01: 51), Garret em 1846, Luciano Cordeiro em 1893 ou Riegl em 1903. Igualmente apela ao valor educativo do Património aludido pela Constituinte francesa em 1792 no decreto 18 do Vindeniário, ano II (Anexo 01: 35) ³⁵.

No ponto dois conduzia a obra a integrar-se na sua “beleza primitiva” reconstruindo as faltas mediante a indução a partir do fragmento como proposto por Vitet em 1837 (Anexo 01: 48), e evocava o vandalismo bramado por Hugo em 1825 (Anexo 01: 49), e

³⁵ O fundamental desta informação baseia-se em Françoise Choay, Jukka Jokilehto e Françoise Bercé, José Aguiar, Maria Helena Maia, Maria João Neto, Miguel Tomé e Jorge Custódio.

reflectido por Viollet-le-Duc em 1843 (Anexo 01: 57) como tão destruidor como a acção do tempo, que Ruskin iria celebrar em 1849 (Anexo 01: 67).

No terceiro ponto espelha convictamente a proposta de Didron de 1839 de preservação dos acrescentos encontrados (Anexo 01: 51), defendido como estratégico por Mérimée em 1842, por Gilbert Scott em 1864 (Anexo 01: 65), Boito em 1883 (Anexo 01: 78), Riegl em 1903 (Anexo 01: 105) e formalizado pelos participantes no Congresso que redigiu a Carta de Atenas de 1932 (Anexo 01: 117).

Naturalmente que os estudos que deveriam garantir a “severa indução” de Vitet conducentes à restituição da “beleza primitiva”, tinham a profundidade que se entendia necessária, que a eliminação das dissonâncias se apresentavam apenas como salvadoras da incúria e da ignorância anterior, e que os critérios apresentados eram os tidos por convenientes.

Mas a verdade é que o discurso, apesar de demagógico, era esclarecido e conhecedor da problemática passada e recente, e a dicotomia entre o dito e o executado na obra não se afastava da prática geral na Europa da época. Tal como a fundamentação dos despachos superiores, que «[...] são peças de reflexão e sabedoria, de grande ponderação e consciência de Estado. É claro que usam a terminologia oficial da época, mas isso todos os ministérios e organismos da função pública o faziam.» (V. Costa, Anexo 14: 7) E os trabalhos da DGEMN, entre as restituições inventivas e os restauros, tinham «[...] também notáveis trabalhos de engenharia e arquitectura [...] regularmente publicados num precioso arquivo, disciplinarmente mantido. [...] Independentemente dos critérios adoptados, as obras da DGEMN foram, no seu conjunto, responsáveis pela preservação de uma parte considerável do património arquitectónico português, tendo sido muitas delas estritamente preventivas.» (Pereira, 2004: 14)

No âmbito científico da conservação e restauro, a partir do Decreto n.º 26.175 de Dezembro de 1935, e sob a direcção de João Couto e Manuel Valadares, a oficina do Museu Nacional de Arte Antiga, inicia uma actividade de investigação científica ³⁶.

2.7. Da Segunda Guerra Mundial até 1974

À data da Exposição do Mundo Português, decorria já um ano inteiro do maior conflito mundial da história, que haveria de terminar com cerca de 70 milhões de mortos, a devastação de cidades inteiras e inúmeros testemunhos patrimoniais perdidos,

³⁶ Isabel Raposo Magalhães, *O IJF/IPCR E A FORMAÇÃO*, in encontro do IPCR 4, Lisboa, 2005.

roubados, queimados ou bombardeados (Anexo 01: 120). Por não ter participado belicamente no conflito, embora tivesse mantido diversas relações comerciais com ambos os lados, Portugal escapa à destruição generalizada não sentindo os problemas de restauro com que o centro da Europa se confrontava.

A linguagem funcionalista do primeiro pós-guerra começava a surgir na Europa contaminada por alusões à tradição, ao vernáculo, ao lugar, à expressividade pessoal, utilizando referências aos sítios, às texturas e cores dos materiais regionais, com duas décadas de desfasamento da Casa Errazuris de 1930, de Le Corbusier no Chile (Anexo 01: 122). Emergia uma nova geração «[...] de terceira via que re-inicia o processo de relação com o contexto sem medo da história. [...] O método moderno é plenamente adoptado, isto é, numa verdadeira perspectiva de modernidade que não pode ser parada no tempo.» (Tostões, 2015: 587). Se por um lado os CIAM conheciam contestação interna e posições contraditórias fruto da nova abordagem do *Team X*, também no seio das doutrinas do restauro se colocavam novos problemas, principalmente no âmbito da autenticidade. A destruição e bombardeamento, por vezes intencional, que conduzia ao desaparecimento de referenciais simbólicos e religiosos, e à eliminação de tecidos urbanos estruturantes de algumas cidades, reclamavam pela sua reposição. Ainda que réplicas materiais, repunham o valor referencial dos “objectos-símbolo” agregador de comunidades, colocando claramente a tónica na relevância cultural, mais que na materialidade original (Anexo 01: 124). Praticamente todos os países europeus reconstruíram partes de monumentos ou tecidos urbanos históricos (Anexo 01: 125).

Nos anos do Pós-guerra acentuou-se o desfasamento estrutural de Portugal para a Europa democrática. Com uma indústria incipiente, com 40% da população a trabalhar na agricultura e politicamente mais isolado pela derrota dos fascismos, os discursos nacionalistas que haviam informado as operações de restauro nos Monumentos Pátrios foram suavizados. Salazar percebe que deve dar sinais de democratização, procedendo a uma revisão constitucional que permitia a formação de novos partidos, dissolvendo a Assembleia Nacional e convocando eleições anunciadas como *tão livres como na própria Inglaterra*.

Neste contexto de aparente abertura política, aumentaram as críticas aos modelos de restauros estilísticos e de depuração das envolventes, dirigidos nomeadamente à DGEMN, que simbolizava a política cultural do regime, e funcionava com um modelo de gestão assente na obediência aos objectivos de “reconstrução nacional”, com tudo o que isso implicava de “ressuscitador”, através de metodologias que favoreciam o empirismo das opções e o pragmatismo na obra, mas que garantiam uma cautelosa

gestão dos parques recursos sem falhar o objectivo da completude final. Contudo, apesar de invocada em quase todos os projectos a *reintegração na feição original*, na prática procuravam-se soluções de higienização, de clarificação urbana, de eliminação de estratos que perturbassem a unidade assumida como original.

A filosofia personalizada pelo Director do Serviço de Monumentos Baltazar da Silva Castro desde 1930, começa a ser posta cada vez mais em causa por Raul Lino, então Chefe da Repartição de Estudos e Obras da própria DGEMN, que em múltiplos pareceres que lhe são solicitados sobre os projectos da casa, expõe por escrito as suas reflexões críticas, defendendo uma nova ética de restauro baseada no reconhecimento do valor documental do monumento e na irreversibilidade do processo histórico, onde o ressuscitar de épocas passadas não tinha cabimento.

Igualmente num artigo publicado no IX *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, assinado por um *ilustre académico*, era criticada a estratégia da instituição. «*Lino, sem se referir concretamente à actividade da DGEMN, estabelece uma dura crítica às teorias enunciadas pelo arquitecto francês Viollet-le-Duc que acusa de responsáveis pela fabricação de novos monumentos, devido à obsessão da pureza de estilo, que tudo expurga, sem ter em conta a poética da alma de cada construção [...].*» (Neto, 2001: 236).

Na sua formação académica e trabalho na Alemanha, Raul Lino tivera contacto com as teorias de Ruskin e Morris, desenvolvendo uma posição crítica em relação à unidade de estilo, mas que claramente se posicionava em contraciclo com a orientação vigente. Acima de tudo, a relativização proposta por Lino turvava a limpeza e evidência restauradora capaz de “repor” a clareza monumental que inspira a devoção patriótica de um “passado” glorioso, a que a DEMN estava acometida.

Todavia, a polémica que rodeou o restauro da Sé de Lisboa colocou em confronto duas estratégias que definiam os modelos preconizados: a da unidade de estilo que defendia a demolição da capela-mor barroca para recriar uma cabeceira românica versus a da autenticidade que defendia a preservação do corpo existente. «*A vitória deste último partido assinalou a deslocação dos valores de autenticidade, até então fixados na forma e no estilo, para a matéria e a história.*» (Tomé in Custódio, 2010: 172).

Porventura para dar alguma resposta à elevação do tom das críticas, ou por considerar relevante a alteração do sentido que os critérios do restauro estavam a tomar, o Director-geral da DGEMN promove em 1948 o afastamento de Silva Castro e coloca Raul Lino na Direcção do Serviço de Monumentos.

Ainda assim, com a segurança e consciência da dimensão do empreendimento de ter conseguido evitar o desaparecimento de uma herança difícil recebida tanto da Monarquia Constitucional como da Primeira República, a DGEMN organiza uma exposição intitulada *15 anos de obras públicas 1932-1947*, patente no Instituto Superior

Técnico em 1948 e no Porto no ano seguinte, onde se divulgava o trabalho investido. «A DGEMN apresentava a documentação relativa ao sector dos monumentos sob as sugestivas legendas: *Dar vida às pedras é tornar o passado presente*

Monumentos Nacionais, padrões da raça nos caminhos da História.» (Neto, 2001: 153).

As comemorações dos 15 anos de Obras Públicas do regime que apresentavam orgulhosamente a restauração do património nacional operado pelo Estado Novo foram assinaladas pela publicação de um álbum ilustrado por fotografias de alto contraste, onde os monumentos intervencionados surgiam protagonistas em envolventes passivas com céus vigorosos, em discurso de uníssono ideológico. Exceptuavam-se as posições de Raul Lino, já Director do Serviço de Monumentos, que no próprio catálogo da exposição colocava já a sua perspectiva pessoal em defesa dos valores da autenticidade material.

Na mesma data realiza-se o I Congresso Nacional de Arquitectura e de Engenharia, que se dedicou ao Habitar, tema que o fim da guerra impunha como internacional. A mensagem do Lino surgia ainda menos audível, já que não era assunto preocupante nem prioritário, e lembrava contestações românticas, mais literárias que factuais.

Apesar de Raul Lino se reformar em 1949, continuou a sua actividade contra a reintegração estilística como vogal da Junta Nacional de Educação, embora com resultados moderados, já que a prática se mantinha enraizada na estratégia do regime, com a teoria e debate ideologicamente afastados. Na verdade, a DGEMN raramente aceitava a ideia da reintegração estilística, mesmo quando a praticava, apresentando-a sempre como uma *indução* fundamentada em vestígios concretos, o que o tornava um reprimido com valor histórico. Sem critérios apriorísticos nas intervenções que conduzissem as soluções (Tomé, 2002: 69) cada intervenção emergia como condição de respeito resultante do local, do programa, e dos valores em presença. A execução de elementos em falta em formas e materiais idênticos ao existente seguia simplesmente o modo de fazer ancestral, entendendo o monumento como um produto de múltiplas gerações, onde o completamento das partes não beliscava a concepção inicial. Desta acção estavam excluídos a estatuária e a pintura mural, consideradas de autor, e por essa razão, irreproduzíveis dentro de um novo quadro conceptual de "restauro".

A investigação histórica e algum conhecimento do percurso dos edifícios constituía fundamentação necessária e suficiente para assegurar um restauro respeitável, e na verdade, apreciado pela maioria da população. «Inegavelmente, o falso só existiria se fosse considerado como tal. A técnica construtiva e a linguagem formal por si só garantiam o necessário carácter de autenticidade, relegando para segundo plano o valor da autenticidade material e o carácter de autenticidade.» (Tomé, 2002: 46)

Os critérios de diferenciação visual dos acrescentos, no âmbito da problemática da autenticidade de linguagem defendida por Boito ou na Carta de Atenas, não eram praticados, como em quase nenhum dos países europeus, preferindo-se sempre uma unidade estilística à volta de um ideal de forma pristina (Maia, 2007: 262). Contudo, muitos foram os exemplos de reforços estruturais com cintamentos em betão armado nos projectos da DGEMN a partir da década de trinta (por exemplo no coro no Convento de Cristo em Tomar), em consonância com o definido pelos especialistas na área da conservação e como tal ratificado na Carta de Atenas. Por outro lado, existiram casos de respeito pela materialidade, com exemplos em que o próprio Director-geral Gomes da Silva «[...] a propósito dos trabalhos de restauro do Castelo de Leiria, conduzidos por Ernesto Korrodi, condenava também o uso de betão armado em substituição dos pavimentos de madeira.» (Tomé, 2002: 81).

Raul Lino repudiava igualmente a utilização de materiais modernos nos trabalhos de conservação dos monumentos, contrariando o critério de deixar marca nítida da intervenção ou restauro. O esclarecimento da sua argumentação quanto à defesa da autenticidade material do tecido histórico resultava da sua percepção contaminada pela visão plástica da arquitectura portuguesa do séc. XVI (Neto, 2001: 225), mas não significava concordância com os postulados de Atenas. Na sua visão tocada de romantismo, Raul Lino não sobrevalorizava as qualidades estilísticas nem o momento da criação, por considerar que «[...] o tempo de vida era essencial para definir o carácter do monumento, o que fundamentava a necessidade de preservar as contribuições das várias épocas.» (Tomé, 2002: 132) Contudo, a aplicação de materiais novos prejudicava o despertar dos sentimentos e manchava o carácter pitoresco que um monumento devia poder suscitar (Neto, 2001: 270). Lino não negava o valor do restauro, mas condenava as opções mais radicais. Entendia que a tarefa do conservador, ao contrário do restaurador, requeria soluções de compromisso; «"Aquele que à sua conservação se dedica tem de ser simultaneamente médico e cura de almas, - médico para ministrar os tratamentos de que o monumento enfermo necessita, cura atento para perscrutar a alma das gerações que erigiram a obra e a foram aperfeiçoando, à sua maneira e com maior ou menor felicidade, no rodar dos séculos".» (Tomé, 2002: 133).

Por esta altura, desenvolviam-se em Portugal as maiores escavações arqueológicas que o país conheceu. Em 1947, um lavrador de Torre de Palma, Concelho de Monforte, chamado Joaquim Inocêncio descobre sem querer que o arado embatera em mosaicos da mais importante Villa Lusitano-Romana. «Os jornais deram relevo ao acontecimento e pouco depois, estava no local o Professor Dr. Manuel Heleno "O achado deu brado e ao conhecimento do Diretor do Museu Etnológico, que para ali se deslocou no dia 22 do dito mês, com o fim de acautelar as antiguidades

descobertas e preparar escavações metódicas". Descobriram-se também pavimentos de edificações próximas, tais como os de uma igreja, mas o que principalmente interessa aos lavradores foi ter-se posto à luz do dia o maior e melhor assento de lavoura da Lusitânia Romana até agora explorado em Portugal, é um dos mais valiosos do mundo Romano."»³⁷ Guardadas as devidas diferenças, actuava como Herculano e Pompeia, e tornava os achados arqueológicos em motivo de interesse de todo o país culto, repondo de novo o registo da antiguidade e autenticidade material dos elementos no topo das prioridades a considerar. O paradigma da conservação arqueológica seguia também outros modelos, e todos os achados encontrados entre 1947 e 1962 foram aplicados sobre bases de betão com 20cm de espessura e tornados num "puzzle" transportável e levado para as reservas do Museu de Arqueologia, onde se encontram actualmente ³⁸.

A manobra de abertura política pró-democrática do pós-guerra, materializada nas eleições Presidenciais de 1949 entreabriu a porta à crítica da actuação do regime e à actividade da DGEMN. Assumindo a face da instituição, Gomes da Silva saiu em defesa dos seus serviços na imprensa diária lisboeta (Custódio, 2010: 205).

Porém, a partir da década de cinquenta, a DGEMN adere ao *International Burgen Institut*, um centro de estudos sobre castelos históricos que revela novas perspectivas sobre o restauro. Gomes da Silva envia os técnicos ao estrangeiro frequentar cursos, seminários e congressos que lhes abriam novos horizontes. Viagens e contactos internacionais com outros modos de operar começam a mostrar outras opções que igualmente satisfazem o resultado final "restaurado", mas se percebem mais respeitadoras da matéria e da simbólica histórica, e mais consentâneas e atentas às críticas ao trabalho anterior.

O reconhecimento dado ao Barroco no Congresso Internacional de História de Arte realizado em Portugal em 1949 contagia a actuação da DGEMN que começa a ter maior sensibilidade para as adições barrocas nos edifícios, moderando as suas remoções. «Sem negar a constante inclinação pelo tratamento da arte medieval e manuelina, começa a existir um interesse crescente pela arte pós-renascimento.» (Neto, 2001: 188) Como nova prática, começam a ser constituídos pequenos núcleos locais, na proximidade ou dentro do edifício de origem, onde são preservados os espólios encontrados nos monumentos, ao contrário do era usual até então (Tomé, 2002: 127).

³⁷ In *Lavoura Portuguesa*, n.º.3 – 4ªMarço - Abril - 1967

³⁸ De acordo com António Carvalho, Director do Museu de Arqueologia, em visita particular às reservas do museu.

No âmbito da actividade privada, e após a Exposição do Mundo Português e a morte de Duarte Pacheco em 1943, a encomenda pública de edifícios onde os arquitectos haviam conquistado uma posição de respeito para a classe profissional (Portas, 1973: 193) reduz substancialmente, dirigindo-se o esforço financeiro do país para as infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias, pontes e barragens, seguindo a nova estratégia de Ferreira Dinis.

Aproveitando o momento de balanço, surgem iniciativas de reflexão sobre a obra feita. Em 1946 surgiam em Lisboa as ICAT, *Iniciativas Culturais Arte e Técnica*, movimento cívico contra a opressão do regime, e no Porto a ODAM, *Organização dos Arquitectos Modernos*, promotores da ideologia moderna (C. Duarte, 1986: 15), que tardiamente fazia sentir em Portugal a doutrina dos CIAM, mas já temperada pela sensibilidade do *Team X*.

É neste ano, em 19 de Novembro de 1946 que se funda o Laboratório de Engenharia Civil (LEC), pelo Decreto-Lei nº. 35957 de 19/1946, a partir do Centro de Estudos de Engenharia Civil, sediado no Instituto Superior Técnico, e do Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais do Ministério das Obras Públicas ³⁹, fundado em 1898 e que era então gerido pelo Eng. António Maria Fernandes. As perspectivas da experimentação e da investigação científica uniam-se com o objectivo de prestar assessoria e consultoria avançada técnica a entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, tal como dar apoio à indústria da construção.

Em 1948, na mesma data da exposição da DGEMN, a classe dos arquitectos convoca e realiza o referido I Congresso Nacional de Arquitectura e de Engenharia onde o tema do restauro esteve ausente, mas onde se manifestam mais abertamente as convicções políticas e culturais, com sinais de recusa em aceitar censura e normas estilísticas nacionais, cuja imposição se tornara mais evidente em 1940. A componente ideológica, o terceiro vector operativo do Movimento Moderno entrava na arquitectura nacional e «*A afirmação da arquitectura moderna transformava-se em problema político.*» (Tostões, 2015: 580). Perante a ideia de uma arquitectura nacionalista, Cotinelli Telmo relativiza a pretensão de que a arquitectura possa encontrar a fórmula representativa do momento e da nacionalidade, lembrando que tal seria pedir-lhe faculdades de profeta. No ano do Congresso publica a *Arquitectura Nacional-Arquitectura Internacional* onde ironiza: «*Colocado perante o problema do portuguesismo da sua obra, o Arquitecto tem buscado imitações, estetizações de tudo o que se superficial, exterior, lhe revela o passado; tem procurado afinidades de elementos decorativos e apor símbolos, mais nada. Nesta posição de criador de cascas para as polpas novas de aerogares, estações de caminhos-de-ferro, edifícios*

³⁹ Site do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC),

industriais e no trabalho forçado de imaginar para elas um portuguesismo evidente, tem chegado a deixar de ser quem é, para – cúmulo! – se imitar falsamente a si próprio.» (Cotinelli Telmo in Rodrigues, 2010: 339)

A classe dos arquitectos faz sentir de novo a influência do moderno das vanguardas, mais purista e menos monumental, embora com maior consciência social, ao qual acrescentam uma forte influência da nova arquitectura brasileira⁴⁰, divulgada pelo impacto fenomenal da exposição *Brazil Builds* e do seu catálogo, que chegou a mais de uma centena de países. Como consequência da sua posição mais contestatária, a arquitectura passa por novo período de “resistência”(Portas, 1973: 193), conhecendo alguma oposição surda e silenciosa do regime. Os obstáculos levantados pelos Ministérios travam inovações, optando muitas vezes por soluções de projecto-tipo quase anónimos nos equipamentos que se vão fazendo em escolas, hospitais, tribunais, quartéis e nos poucos bairros de habitação construídos no país (Idem:196).

A Câmara Municipal de Lisboa segue neste período um caminho diferente, cedendo a algumas das reivindicações da classe, encomendando alguns projectos a arquitectos e vendendo os terrenos com os projectos aprovados. Destes modelos resultam obras de referência como o *Bairro das Estacas* de Formosinho Sanchez e Ruy Athoughia, em 1954, os edifícios na Infante Santo de Alberto Pessoa em 1955, ou a Fundação Calouste Gulbenkian em 1959-1969, executada com Ruy Athoughia e Pedro Cid.

No Porto funda-se em 1951 o grupo português dos CIAM. Se a influência do *Team X* se revela mais em 1953, no Porto desenha-se já uma tendência mais humanista, mais regionalista e respeitadora do local, recusando esquemas formais funcionalistas ortodoxos (C. Duarte, 1986: 16). Fernando Távora, que mantém contactos regulares com outros membros internacionais dos CIAM, pesquisa sobre o *Problema da Casa Portuguesa* de 1947 onde reflecte sobre a fusão de modernidade e tradição⁴¹, que explora em obras como a Escola do Cedro em Vila Nova de Gaia em 1958, e o Convento de Gondomar de 1961. Também o seu discípulo Siza Vieira assume o mesmo sentido de expressionismo fenomenológico na Casa de Chá da Boa Nova, em Matosinhos em 1958 e a Piscinas de Leça da Palmeira em 1961, que reinterpretem valores e técnicas e de modos de construir regionais, absolutamente reconhecíveis e identificáveis, numa abordagem irrepreensivelmente funcionalista e moderna.

Em 1951, no mesmo ano do CIAM revisionista do Porto, o Arq. Luís Benavente da DGEMN inicia o projecto de decoração da Residência da Arrábida no Palácio de

⁴⁰ «O livro *Brazil Builds* constitui um enorme êxito entre a nova geração. Vai ser a referência de todo um grupo e influenciar directamente a produção da primeira metade da década.», (Tostões, 2006: 370).

⁴¹ A casa popular «[...] fornecerá grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções.» (Távora, in Tostões, 2006 : 373).

Belém, aplicando tectos em caixotões com motivos florais, pilastras e colunas com capitéis coríntios onde nunca haviam existido. No ano seguinte, Benavente ascende a Director do Serviço de Monumentos, onde se mantém até que em Agosto de 1958, é colocado em comissão de serviço em S. Tomé e Príncipe para trabalhar em diversos projectos e obras em igrejas e fortalezas em várias "províncias ultramarinas", em comissões sucessivamente adiadas até à sua reforma em 1972, já com novo Director-geral na DGEMN. O afastamento do então Director dos Monumentos terá sido motivado por uma qualquer incompatibilidade com o Director-geral, sem que Benavente tenha deixado o lugar de Director de Serviços.

Quando em 1953 se projectou a nova praça das Portas da Cidade/ Matriz em Ponta Delgada «[...]em moldes pombalinos [...]», gerou uma oposição publicada no "Não! Manifesto à cidade de Ponta Delgada dos Arquitectos e Estudantes de Arquitectura, micaelenses", revelando-se esclarecido «*E quando hoje, só por mascarada alguém se atreve a usar punhos de renda e a exigir a barriga da perna na meia justa [...] eis que surge uma arquitectura concebida nos mesmos moldes, expressando a mesma vida, contentando-se com os mesmos ideais estéticos, e limitando-se às mesmas formas construtivas e às mesmas possibilidades técnicas do tempo do Marquês de Pombal!...*» (Rodrigues, 2010: 370) O Manifesto assumia a consciência da sua contemporaneidade e o dever de exercer o seu lugar na história, ilustrando a posição com imagens comparadas com os alçados projectados, primeiro com caravelas e coches, coevos da arquitectura, e depois com automóveis e aviões, revelando a incongruência. Assumo modernista e contestatário, o manifesto mostrava-se alinhado com Pane, Rogers e Zevi, exigindo uma nova arquitectura para um novo tempo. Num artigo posterior, *Arquitectura ou mascarada?*, João Correia Rebêlo, relembra que o pombalino, «[...] o que fez foi analisar a situação económico-social em que tinha de actuar, medir as possibilidades dos materiais e técnicas de construção que então dispunha, considerar as tendências e ideais estéticos da época, harmonizar tudo isso num todo plástico e aceitar a expressão resultante como coisa natural, lógica, certa. [...] Arquitectura autêntica, pois traduz toda a realidade histórica do momento em que surgiu.» (Rebêlo in Rodrigues, 2010: 372)

É também em 1953 que Ricardo Espírito Santo Silva, à data talvez o maior coleccionador de arte do país, decide fundar a FRESS, a fundação com o seu nome, com o objectivo principal de garantir a continuidade das técnicas manuais e oficinais que se estavam lentamente a perder nas artes e ofícios. A Fundação Ricardo Espírito Santo Silva surgia como um Museu-Escola, capaz de transmitir a arte do saber-fazer dos Mestres para os aprendizes, invertendo o ciclo de abandono e desinteresse a que começava a ser votado o sector.

Entre 1955 e 1960, em resposta ao desiderato do regime em encontrar um suposto "estilo Português", organiza-se o "*Inquérito à Arquitectura Popular*". Coordenado por Keil do Amaral, o trabalho revelou, ao contrário da unidade, a pluralidade dos valores tradicionais e das suas preocupações com as exigências climáticas e construtivas locais. O grupo do Norte orientado por Távora e Filgueiras conduziu a pesquisa num registo mais antropológico premiando a relação do edificado com a morfologia e os modos de vida. O grupo do Sul procurou um levantamento mais sistemático e instrumental, apoiada em critérios de forma, economia, técnicas e materiais aplicadas (Portas, 1973: 201). A sua publicação tornava-se uma fonte de inspiração para regionalizar o modernismo, vincando a procura e o respeito pelas arquitecturas vernáculas a que se assistia um pouco por toda a Europa.

A partir da década de sessenta, tal como no resto da Europa, o tema da cidade é cada vez debatido⁴², e começa a tomar relevo a necessidade de encontrar referências urbanas que completem a teoria regionalista. A Carta de Gubbio em 1960 alertava pela primeira vez para as perdas de identidade dos centros históricos a que as reconstruções do Pós-guerra e os desenvolvimentos urbanos seguintes conduziam. Em Portugal, debatia-se a construção da cidade nova. Olivais Norte 1956 e Sul a partir de 1960, Chelas, Peniche e Zambujal são algumas das urbanizações executadas.

Mas o esforço de guerra nas colónias começada em 1961 obrigou ao cancelamento de alguns programas habitacionais de promoção pública, obrigando os arquitectos a procurar trabalho em clientes particulares, em empreendimentos turísticos no litoral e Algarve, nos edifícios de escritórios e centros comerciais (C. Duarte, 1986: 20).

Em 1960, ao fim de trinta e um anos no comando da DGEMN, Henrique Gomes da Silva aposenta-se de Director-geral, passando o testemunho ao Eng. José Pena Pereira da Silva, que tomava o lugar até 1976. As preocupações da *Carta de Gubbio* de 1960 passam despercebidas, bem como a alternância de Giovannoni que dava lugar a pensadores como Croce e Pane (Anexo 01: 128, 129). Na cultura da DGEMN poucas são as mudanças. Os *Boletins* publicaram-se até 1966, data do término da obra da reconstrução do Paço dos Duques de Guimarães. Oficialmente inaugurado em 1959 procurava-se reaver a representatividade de um importante edifício civil medieval na "cidade-berço" da nação, a partir de um objecto que se encontrava muito alterado e degradado.

⁴² Os estudos sobre o desenvolvimento da cidade contemporânea, do valor cenográfico e estruturação dos espaços urbanos com Kevin Lynch ou Gordon Cullen, à importância das tradições e permanências das invariantes de Christopher Alexander, aos modelos evolutivos com Françoise Choay ou Lewis Mumford, ou à manutenção da pluralidade de idades e multifuncionalidade no espaço urbano com Jane Jacobs, e liberdade de ser um estranho entre iguais na cidade com George Simmel ou Susan Kent. (Anexo 01: 128)

«Legitimado pelo uso de seguro das fontes documentais, Rogério Azevedo percorreu uma dupla metodologia de trabalho: indutiva na interpretação dos vestígios materiais, e dedutiva na identificação da filiação formal do edifício original a partir de dois pressupostos – a cronologia e a geografia [...]» (Tomé in Custódio, 2010: 168) Mais do que rigor histórico, pretendia-se ideal histórico. O investimento a fazer dirigia-se ao ressuscitar de um coração, que se desejava fundamentado, mas em última instância uma realidade renovada que unisse a Nação em orgulho pátrio. Neste contexto, a pré-existência funcionou como argumento, como ponto de partida e baliza histórica, sugerindo oportunidades de projecto de uma realidade ressuscitada, e no final, como âncora dessa nova realidade à história do País. Inicialmente com um programa de funções locais, o edifício toma uma dimensão nacional, e assume o papel de residência presidencial no Norte do País, ao que permanece vinculado pela tradição ainda hoje, com áreas destinadas ao efeito, sem que exista qualquer documento ou fundamentação legal para tal.

Mas existem algumas evoluções positivas. O Plano Director do Porto de Auzelle de 1962, que previa a demolição de parte significativa das partes degradadas do centro da cidade, teve a oposição expressa de Távora, bem como da DGEMN, onde a contenção caracterizava a maior parte das intervenções. Paulatinamente a DGEMN deixava os modelos de restauro estilísticos por opções que entendiam o edifício a intervencionar na globalidade da sua existência «[...] procurando a harmonia e a “unidade potencial” das várias partes que formam o edifício.» (Tomé, 2002: 204)

Na década de sessenta, a participação na *Carta de Veneza* (Anexo 01: 135, 136) continua esse processo de contaminação de novos modelos e novas atitudes, sinal dos novos tempos. O Director-geral Pereira da Silva decide participar e leva consigo o novo Director do Serviço de Monumentos João Vaz Martins, nomeado desde 1961 para o lugar de Benavente em Lisboa, criando uma sobreposição com o também Director de Serviços em comissão de serviço no ultramar. Apesar de Benavente ter participado efectivamente como assistente nos trabalhos do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos, «[...] na célebre Carta de Veneza [...] surge como colaborador Luís Benavente, em representação de Portugal, quando, na realidade, quem participou na redacção da Carta, em representação da DGEMN, foi o então director do Serviço de Monumentos, em funções, o arquitecto João Vaz Martins.» (Neto, 2001: 231)

Luís Benavente continua a sua actividade ligado ao património, e em 1968 apresenta uma comunicação intitulada *A Salvaguarda e a valorização dos sítios históricos*⁴³, no

⁴³ *La sauvegarde et la mise en valeur des sites historique* (tradução livre).

Colóquio sobre a salvaguarda da paisagem e dos sítios históricos ⁴⁴, realizado em Lisboa entre 20 e 24 de Setembro (Idem: Ibid).

Talvez com o propósito de vincar a sua ligação à Carta de Veneza, Luís Benavente traduz o texto para português ⁴⁵. João Vaz Martins, pelo seu lado, conclui as “Obras de Santa Engrácia” destinadas a Panteão Nacional, em apenas dois anos, o que representava o fecho da abóbada literal e emblemático, o remate da actividade da DGEMN. Vaz Martins deixa a “sua” obra assinada na cúpula, dentro do registo proposto por Boito, Carta de Atenas, e que Vaz Martins terá aprendido em Veneza.

Das treze resoluções do II Congresso de Arquitectos e Especialistas de Edifícios Históricos, a primeira foi a famosa *Carta de Veneza* de 1964, sendo a segunda a criação do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), uma organização não-governamental global associada e apadrinhada pela UNESCO. Oficialmente nascia uma organização cuja missão era promover a conservação, protecção, o uso e a valorização de monumentos isolados, centros urbanos históricos e sítios com valor cultural em todos os países. Gerava-se um movimento de trocas de ideias, doutrina, ideais e orientações globalizando os critérios de intervenção. O ICOMOS vinha juntar-se ao ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*) que se sededeu em Roma em 1959, depois de aprovado na nona sessão da Conferência Geral da UNESCO em Nova Deli em 1956. Com objectivos homólogos, o ICCROM⁴⁶ dirigia-se para o treino e especialização nas ferramentas e apetências para as exigências da conservação e restauro de qualquer obra de arte do mundo. A sua actividade de formação iniciada em 1966 envolveu até aos dias de hoje mais de 6600 profissionais da área. Os primeiros cursos de conservação de edifícios e centros históricos iniciaram-se desde logo com o apoio da Universidade de Roma; em 1968 ministram-se cursos de pintura mural em parceria com o Instituto Central de Restauro; em 1974, cursos sobre princípios da conservação de objectos e materiais, e em 1975 cursos sobre conservação preventiva de colecções de museus.

A divulgação de saberes tomava dimensão internacional.

Os primeiros contactos do ICOMOS Internacional para a formação de uma Comissão Nacional Portuguesa foram iniciados logo em 1965, embora só fosse possível a sua concretização muito mais tarde ⁴⁷. Contudo, muitos técnicos da JNE e da DGEMN,

⁴⁴ *Colloque sur la sauvegarde du paysage et des sites historique* (tradução livre).

⁴⁵ Mais tarde seria Sérgio Infante a repeti-lo, numa edição do ICOMOS Portugal de 1986. (Aguar in Custódio, 2010: 220).

⁴⁶ Sigla estabilizada apenas em 1978, em vigor. Informação no site oficial ICCROM.

⁴⁷ Site ICOMOS Portugal

como o Vaz Martins, Elísio Summavielle Soares, Peres Guimarães ou Lixa Filgueiras, tornaram-se desde logo sócios individuais do ICOMOS Internacional e participavam nas reuniões comitê internacional ⁴⁸.

É também em 1965, pelo Decreto-Lei n.º 46758 de 18 de Dezembro, que se procede à fusão do laboratório do Museu Nacional de Arte Antiga com as oficinas de restauro de mobiliário e talha, a oficina de tecidos e tapeçaria e com a oficina de beneficiação de pintura que muitos anos funcionara no Convento de S. Francisco e que fora deslocado para a oficina do Museu Nacional de Arte Antiga em 1946 onde se instalara sem enquadramento oficial. O novo instituto, tendo «[...] como sede um edifício que foi o primeiro do Mundo a ser estudado e construído especialmente para a instalação de serviços desta natureza, [...] [recebia] [...] em homenagem a quem tão altos e devotados serviços prestou à arte, o nome de José de Figueiredo.» ⁴⁹

Este novo instituto compreendia duas secções. Uma primeira formada por um laboratório equipado para a análise e estudo das obras de arte e preparação do seu restauro, «[...] apetrechada com material para exames de raios X, de raios infravermelhos e de raios ultravioletas, para fotografia à luz rasante e à luz de lâmpadas de sódio para macro e microfotografia.» ⁵⁰ Uma segunda secção das oficinas referidas, às quais se somava uma nova oficina de escultura. Na dependência desta secção ficavam equipas móveis de restauradores que deveriam percorrer o país para inventariar e proceder às intervenções mais prementes e menos complexas nos locais onde encontrassem o património em risco, o que efectivamente aconteceu. «Foi a época exaltante das brigadas de trabalho onde se realizou um trabalho titânico de levantamento do estado de conservação do património a nível nacional e de programação do seu tratamento e recuperação em estreita e profícua colaboração com as Direcções Gerais do Património Cultural e dos Edifícios e Monumentos Nacionais.» (R. Magalhães, 2007: 1) O Decreto-Lei n.º 46758 estipulava também que «[...] salvo autorização do Ministro da Educação Nacional, o restauro de obras de arte pertencentes ao Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, bem como pertencentes a particulares quando inventariadas, só pode ser executado pelo Instituto» ⁵¹, justificada na responsabilidade e especificidade a que as operações de restauro obrigavam, e nos perigos de perda cultural, se mal conduzidos.

Neste ano de 1965 é reestruturada a JNE redefinindo-se as suas “secções” de “Antiguidades e Belas Artes”, e “Bibliotecas e Arquivos” compreendendo a primeira as

⁴⁸ Elísio Summavielle em conversa particular no seu gabinete da DGPC no âmbito deste trabalho.

⁴⁹ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 46758, de 18/12/1965

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ibidem.

"subsecções" de "Arqueologia", de "Artes Plásticas", de "Museus", de "Protecção e Conservação de Monumentos e Obras de Arte", e de "Música e Teatro". O lado normativo da Cultura estava assim assegurado pelo Ministério da Educação Nacional, através da JNE, ficando o lado executivo ao cuidado da DGEMN, dos Museus Nacionais e do IJF ⁵².

A consciência técnico-científica, mas também cultural do restauro, mostrava-se operativa e actuante à escala nacional, com as responsabilidades bem definidas.

Em 1967, Cesare Brandi, o fundador em 1939 do Instituto Central do Restauro de Roma, e ao qual presidira até 1960, visita Portugal e alguns dos locais de maior significado cultural e artístico do nosso país, cujas impressões resume num capítulo de um livro "o Manuelino" e num texto intitulado "A passo de homem: Portugal" ⁵³ publicado em 1970. O seu texto fundamental "A Teoria do Restauro" publicado em 1963 era conhecido por poucos em Portugal, mas o seu conteúdo foi sendo gradualmente reconhecido. Os temas por ele tratados, sobretudo no âmbito do restauro de pintura, mantinham-se numa esfera muito particular, ainda pouco divulgada no nosso país.

O turismo de Verão desperta depois de 1968 de modo acelerado, transformando-se num dos sectores da actividade económica mais produtivos e lucrativos, absorvendo a construção civil para o seu desenvolvimento, tornando-se uma das mais importantes fontes de criação de emprego. Ainda assim, cerca de milhão e meio de portugueses activos deixam o país em pouco mais de dez anos, o que se traduziu num crescimento demográfico negativo até 1973. A agricultura perde 800 000 activos (Barreto, 1997: 41) a que se soma o êxodo rural como resposta a uma indústria que desponta a partir de 1968 e se mantém em crescimento até 1976.

Na Europa longínqua, as correntes epistemológicas de recusa da ortodoxia racionalista aplicavam-se na arquitectura pela abertura aos movimentos pós-modernos. Por outro lado nos Estados Unidos da América, a implosão de Pruitt-Igoe em St. Louis era apresentado pelos detractores do moderno como a prova derradeira da inaptidão do funcionalismo, que convidava a olhar de novo a tradição e os seus ensinamentos (Anexo 01: 141).

Lentamente surgiam as preocupações ecológicas, a par com o movimento mais existencialista e defensor dos valores históricos: à preservação da diversidade ambiental, correspondia a preservação da diversidade cultural. O Estruturalismo questionava o rigor dos resultados da indução, tal como nos restauros se duvidava da "veracidade" dos refazimentos por indução. Procuram-se alternativas (Anexo 01: 142).

⁵² Elísio Summavielle, *Património Cultural (1973-1976)*, texto gentilmente cedido pelo próprio antes da publicação no "Dicionário do 25 de Abril" (direcção do Prof. António Reis, edições Figueirinha)

⁵³ "A passo d'uomo: Portogallo" (tradução livre).

2.8. A Democracia

A revolução de 25 de Abril de 1974 iria acelerar os efeitos de concentração metropolitana. Desde 1970 crescia a especulação fundiária e imobiliária, perante o impasse na promoção pública de habitação, com bairros de habitação clandestina em grande expansão até 74, pelo aumento da permissividade da administração. Também a nível externo a conjuntura se alterava: a procura de mão-de-obra estrangeira diminuía muito nos países que mais a tinham recebido, e a Europa, em dificuldades económicas e sociais, levantava barreiras aos imigrantes nacionais. Com a independência das colónias, em 1975 Portugal recebe de 500 000 a 600 000 “retornados” dos territórios do ultramar. Chegavam em situações económicas difíceis, tendo alguns deixado tudo o que tinham. Ainda que sem situações de conflito, as consequências sociais e económicas fizeram-se sentir ⁵⁴.

Após 1974, para responder às carências habitacionais acumuladas, montaram-se equipas para as operações de realojamento. Com o entusiasmo pós-revolucionário, ajudado por falta de outros trabalhos, foram criadas 170 equipas de *Serviço de Apoio Ambulatório Local*, os SAAL, que trabalharam de modo descentralizado, com projectos e apoio técnico dado pelas brigadas que actuavam nos bairros degradados, onde existiam as barracas e onde as pessoas se queriam manter, correspondendo a um dos períodos da nossa cultura arquitectónica recente mais debatidos e referenciados em todo o mundo, internacionalizando a sigla SAAL (C. Duarte, 1996: 23).

O modelo das “aldeias portuguesas de Portugal” ⁵⁵, devolvidas à sua “traça primitiva”, limpas de impurezas de tempos recentes, mas com acrescentos ou reconstruções segundo princípios miméticos para não colidir com a imagem de peças de museu pretendida, que fora eficaz na propagandística do regime tornando-se em símbolo turístico divulgador da necessidade da salvaguarda do património arquitectónico, inverte-se em meados da década de 70. Em paralelo com o que de mais esclarecido se fazia na Europa, quase coevo da intervenção de Bolonha, lança-se o programa de “Renovação urbana da área Ribeira-Barredo” ⁵⁶ no Porto, segundo um estudo de

⁵⁴ «Não se conhecem hoje [...] as consequências económicas, profissionais, sociais, e culturais deste autêntico fenómeno de integração. Esta foi certamente o resultado de políticas voluntaristas de assistência e de acolhimento, mas o esforço das autoridades públicas não é concerteza a única explicação: muito se deverá também às características próprias da sociedade portuguesa, aos seus padrões culturais e comportamentos familiares» (Barreto, 1997: 39).

⁵⁵ Como Marvão, Monsanto, Óbidos, Castelo Mendo, Almeida ou Monsaraz. Muitas das aldeias históricas localizavam-se na raia fronteiriça, o que «[...] traduzia a vontade de criar uma teia de redutos identitários contra alienante invasão cultural.» (Tomé in Custódio, 2010: 174).

⁵⁶ Cujas intervenções se pautava por princípios de Reabilitação Urbana, ainda que a palavra então empregue fosse “renovação”.

Fernando Távora, no preciso local onde se instalara, dois mil anos antes, a povoação romana *Portucale* (Carvalho, 1983: 175) ⁵⁷. Em 1974, é criada o "Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo" – o CRUARB – equipa multidisciplinar para pôr em prática o estudo de Távora. Os objectivos principais ⁵⁸ são definidos com a "Comissão de Moradores", possível depois da revolução de Abril, resultando numa experiência ímpar em Portugal, referência nacional e internacional no âmbito da "conservação integrada".

O Conselho da Europa proclama 1975 o Ano Europeu do Património Arquitectónico estabelecendo a reabilitação urbana como um vector estratégico das cidades europeias, na *Declaração de Amsterdão*, defendendo a sua importância na vida contemporânea na *Recomendação de Nairobi* em 1976 (Anexo 01: 144).

Neste ano de celebração é criada em Portugal a Direcção-Geral do Património Cultural pelo Decreto-Lei n.º 409/75 de 2 de Agosto, assinada por Veiga Simão, com a tutela do Ministério da Educação Nacional desde 1971 e apostado em democratizar o ensino e a cultura. A nova instituição DGPC substituíra a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais criada pelo Decreto-Lei n.º 582/73 de 5 de Novembro (Alarcão, 2014: 236).

«Ainda que algo "diluída" até à sua extinção em 1977, a presença normativa da JNE no sector do "Património Cultural" manteve-se na plenitude de funções durante algum tempo, no quadro da Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica (SEACIC). As respectivas Secções, e alguns dos seus membros, entre outros convidados externos, foram participando também em reuniões no âmbito de uma "Assessoria Técnica" - grupo interministerial, criado para a SEACIC, o qual estaria na base da posterior criação, e regulamentação [...] em 1980, do Instituto Português do Património Cultural.» ⁵⁹

⁵⁷ *«It is generally accepted that the precise location of Portucale was exactly the area of Ribeira-Barredo.»*, Bairro de alto prestígio até ao final do século XIX, torna-se progressivamente decadente por via da industrialização e dos transportes no Douro. A partir de meados do século XX é alvo de diversos estudos de intervenção, incluindo propostas de demolição e renovação total, não executadas.

⁵⁸ O cumprimento do primeiro objectivo requereu a aquisição dos imóveis pelo município, facilitada pela vontade dos proprietários em venderem de modo a poder fazer obras e reformular tipologias para lhes melhorar a habitabilidade. O segundo objectivo dirigiu-se a uma criteriosa escolha dos materiais utilizados nas reabilitações, mantendo as cores tradicionais dos paramentos, e na reconstrução dos edifícios irrecuperáveis preservando a mesma imagem. O terceiro procurou criar equipamentos sociais inexistentes, como escolas para diferentes graus de ensino, um lar de terceira idade, um museu, uma biblioteca e um centro comunitário. Requalificou-se a Praça da Ribeira, fomentando-se as actividades comerciais para assegurar a miscigenação funcional.

⁵⁹ Elísio Summavielle, *Património Cultural (1973-1976)*, texto gentilmente cedido pelo próprio antes da publicação no "Dicionário do 25 de Abril" (direcção do Prof. António Reis, edições Figueirinha). A título de exemplo, Summavielle recorda alguns dos nomes das personalidades desta *«[...] "Assessoria Técnica", multidisciplinar [e] ideologicamente plural, mas sempre unida por uma cada vez maior necessidade de*

A JNE seria extinta pelo Decreto-Lei n.º 70/77 de 25 de Fevereiro, ficando as responsabilidades normativas entregues à nova DGPC.

Com a abertura democrática, a DGEMN perde o suporte político que havia caracterizado a sua história. Contudo, nos últimos anos a DGEMN fora o único organismo público que tinha dado trabalho a arquitectos afastados do regime (V. Costa, Anexo 14: 7) revelando um certo descolamento da política do regime, afirmando-se pelo plano técnico e conhecimento dos locais. Entre 1974 e 1976 o Director-Geral da DGEMN trabalha com os novos dirigentes políticos do País, estabelecendo relações cordatas com o General Garcia dos Santos, então Secretário de Estado das Obras Públicas e futuro Chefe da Casa Militar do Presidente Eanes, o que permitiria à DGEMN retomar os trabalhos no Palácio de Belém após o 25 de Abril. O Eng. Pereira da Silva, homem fiel ao anterior regime mas inserido numa estrutura carreira técnica e não nomeado politicamente, consegue manter-se no lugar de Director-Geral da DGEMN até à sua reforma em 1977, sendo sucedido pelo Eng. João Castro Freire, que se manteria até 1989. No período do saneamento político, a DGEMN foi uma das Direcções Gerais que manteve o seu dirigente máximo, por vontade dos trabalhadores ⁶⁰.

Todavia, o protagonismo das verdades pátrias inquestionáveis que a DGEMN ajudara a construir, depois de atravessar uma década de 60 muito menos unívoca, acaba objecto de fortes críticas que se podiam dizer mais alto, mais informadas por novos critérios. Os trabalhos mais antigos eram olhados com discordância, pela distância temporal e a alteração de mentalidade que lhe correspondiam, embora alguns casos fossem desde logo, à data, bastante discutíveis à luz do enquadramento teórico coevo. As críticas justas em muitos casos, não eram contudo ideologicamente isentas, e recusavam ver que a actuação da instituição não era muito diferente do que acontecera em quase todos os países. Ignoravam também que alguns dos seus técnicos procuraram acompanhar a reflexão internacional da disciplina, sendo que *«Muitos dos restauros levados a cabo pela DGEMN foram objecto de elogiosas apreciações por parte dos principais arquitectos e técnicos internacionais, num momento de definição de estratégias de actuação, com a Carta de Veneza de 1964 e a criação do ICOMOS [...] no ano seguinte.»* (Custódio, 2010: 200)

autonomização do sector.»: João de Freitas Branco, Maria José Mendonça, Alice Beaumont, Abel de Moura, Ayres de Carvalho, João Bairrão Oleiro, Natália Correia Guedes, Artur Gusmão, Raul Lino, Pedro Vieira de Almeida, Formosinho Sanchez, Peres Guimarães, Elísio Summavielle Soares, Cláudio Torres, Cabeça Padrão, Viana de Lima, Lixa Filgueiras, Nunes de Oliveira, Francisco Alves, Adília Alarcão. (Idem)

⁶⁰ Elísio Summavielle em conversa particular no seu gabinete na DGPC no âmbito deste trabalho. «O pessoal de esquerda da casa disse ao novo governo para não fazerem mal ao Director Geral porque ele tratava bem toda a gente.»

Paulatinamente a DGEMN deixava os modelos de restauro estilísticos por opções que entendiam o edifício a intervencionar na globalidade da sua existência, incluindo a sua história. «O passo fundamental para esta interpretação foi o conhecimento do monumento, realizado através de mecanismos de análise histórica, técnica e artística.» (Tomé, 2002: 210) Do conhecimento surge o respeito pela sua carga simbólica, e o objecto passa a ser lido como testemunho e repositório de um passado que nos explica enquanto indivíduos, e qualquer operação de intervenção sobre a sua malha edificada pode apenas almejar a conseguir a harmonia da expressão artística, e não a restituir um qualquer edifício a uma conjecturada fase inicial, onde os factos que lhe conferem valor não se tinham ainda registado. Mas evitar a cópia mimética implica a introdução de uma nova linguagem, que deve respeitar pela forma e pelo material o que já existia antes e conseguir no final a necessária unidade visual do conjunto, a harmonia que confere sentido ao global.

Quando ICOMOS da Austrália adopta a primeira Carta de Burra, em 1979 (Anexo 01: 144)⁶¹, Beja desenvolveu o "Plano de Salvaguarda e Recuperação do Centro Histórico", pioneiro no método e estratégia de actuação, procurando articular os princípios da "conservação integrada", de salvaguarda e reabilitação com o desenvolvimento económico e urbanístico de toda a cidade e território envolvente ⁶². Évora desenvolveu uma gestão urbana participada, enquadrada na estratégia do seu Plano Director Municipal, que englobaram uma análise urbanística, histórico-morfológica, sociodemográfica e habitacional do seu centro histórico, para definição das opções e acções de intervenção, donde resultou uma reabilitação exemplar que lhe valeu a inscrição na lista do "património mundial".

Durante esta década de 70 desenvolve-se o programa das Pousadas Históricas, já iniciado na década de 50, e que se dirigia a encontrar destinos "úteis" aos edifícios históricos ⁶³, mas que em 1970 já se apresentava numa perspectiva de "Defesa do

⁶¹ Actualizada em 1981, 1988 sendo oficialmente datada de 1999.

⁶² Vasco Massapina, o autor, sintetizava os objectivos nas palavras-chave do plano: «Parar as destruições - proteger; combater a degradação - restaurar; garantir o futuro - reabilitar». O pioneirismo deste plano repercutiu-se na aprovação em Diário da República, que demorou uma década (só em 16/04/89), por indefinição do enquadramento legal a estabelecer, situação colocada pela primeira vez por este plano. (V. "Síntese da Proposta de Zonamento").

⁶³ «É a António Ferro [...] que devemos as primeiras pousadas modernas em Portugal [...] [uma] espécie de "novas unidades hoteleiras personalizadas" [...]» (Fernandes in Caldas, 1999: 159). que se mantém no registo de obra nova de gosto tradicional, como são exemplos Santa Luzia em Elvas e São Gonçalo em Amarante de 1942, São Brás de Alportel em Loulé em 1944, São Lourenço em Manteigas e São Martinho do Porto em 1948. O período que José Manuel Fernandes apelida de Pousada "Casa Portuguesa". Segue-se um período entre as décadas de 50 e 60 de pousadas em Monumentos Nacionais, como solução de encontrar um fim útil para ocupar as construções que se pretendiam reabilitar para evocação pátria, como no Castelo de

Património" (Fernandes in Caldas, 1999: 169). Promovido pelo Estado, através do Turismo que adquiria ou tomava posse dos edifícios históricos, competia depois à DGEMN dotá-los de condições turístico-hoteleiras, iniciando-se a aceitação das autorias, consideradas estímulos para a qualidade e aumento de prestígio das obras ⁶⁴. O sucesso das pousadas gerou um surto de iniciativas semelhantes por parte dos privados, movidos pelo que parecia uma solução para os mosteiros e conventos devolutos pelo País: «[...] pode e deve partir-se do princípio que nem todas as pretensões de reutilização deste tipo são negativas, dependendo quase sempre – ou tão só – dos programas e da sua compatibilidade com o monumento.» (Pereira, 2004: 22) Num projecto paradigmático de 1972, com obra estendendo-se de 1976 a 1985, em Santa Marinha da Costa, Fernando Távora introduzia a modernidade moldada pela tradição, oferecendo uma interpretação sábia dos princípios mais rígidos da Carta de Veneza. Távora «Diluiu a distinção entre tradição e modernidade, questionando a própria noção de modernidade: “a modernidade não é senão a capacidade de viver com o mundo, e logo com o passado, para produzir o novo”.» (Tomé, 2002: 215). Embora mantendo como válidos os princípios base da autenticidade e da distinção, Távora propunha «[...] novas visões do tema, mais abertas, referindo e aceitando aspectos da ampla possibilidade de transformação e de modernização das obras, em função de cada contexto cultural e social [...]» (Fernandes in Custódio, 2010: 241).

Em atitude oposta, a reabilitação da Casa dos Bicos em Lisboa, projecto de Manuel Santa Rita e Manuel Vicente de 1983 foi contestada por actuar como uma obra nova afirmativa sobre uma estrutura existente, utilizada para servir o confronto «[...] como uma desresponsabilização conceptual e ética no entendimento dos valores do passado, interpretado cenograficamente pela redução de dados históricos a uma imagem e não os considerar uma totalidade significativa, referindo ainda o excessivo desejo de forma [...] em claro contraste com a contenção [...] que caracterizou as intervenções coevas da DGEMN [...]» (Tomé, 2002: 230).

Tornava-se claro que o conceito subjacente à intervenção, a atitude de abordagem era determinante no resultado final. Deste novo contexto emergia o entendimento de

Óbidos de 1950, Forte da Berlenga de 1953, Pousada de Lóios de 1965, São Filipe em Setúbal do mesmo ano e Rainha Santa Isabel no Castelo de Estremoz em 1960. Com a publicação do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa em 1961, a linguagem plástica das pousads encomendadas pela DGEMN começa a denunciar o modernismo regionalista, dentro do registo esclarecido da época, com exemplos em São Bartolomeu, Bragança de 1959, São Teotónio em Valença de 1962, Santa Bárbara em Oliveira do Hospital em 1971 (projecto de 1965), Santa Clara em Odemira e Vale do Gaio de 1971.

⁶⁴ Deste período assinalam-se as Pousadas do Castelo de Palmela de 1979, Nossa Senhora da Oliveira em 1980 ou D. Dinis em Vila Nova da Cerveira de 1982.

que o património cultural se deveria colocar na esfera da Cultura e não das Obras Públicas. Encorajado pelo Conselho da Europa, desde a década de sessenta, e principalmente na de setenta, que se começava a defender as vantagens de fazer uma gestão patrimonial holística, entre bens naturais e os produzidos pelo homem. Neste sentido, foi criada uma Comissão Organizadora para estudar a criação do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural (ISPCN), decretado pelo Despacho de 20 de Junho de 1977, assinado por David Mourão-Ferreira então Secretário de Estado da Cultura ⁶⁵. Três anos depois era criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) em 1980 (pelo Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de Abril e regulamentado pelo DL n.º 34/80 de 2 de Agosto) sob a tutela da Secretaria de Estado da Cultura, englobando a ainda recente DGPC e o mais recente ISPCN. «*Pela primeira vez defendia-se que o património cultural devia estar alojado na tutela da cultura e não no Ministério da Educação (como acontecia no país desde 1913), nem nas obras públicas.*» (Rasquilho e Custódio, 2010: 300).

O novo instituto, dirigido por Natália Correia Guedes, tinha uma estrutura complexa, com direcção tricéfala, um conselho consultivo, seis conselhos sectoriais, cinco departamentos, um serviço de inspecção técnica e serviços administrativos (Alarcão, 2014: 235), com Departamento do Património Arquitectónico, Departamento de Museus e Departamento de Conservação e Restauro, que passava a tutelar o Instituto José de Figueiredo (IJF).

Pretendia-se globalmente integrar os trabalhadores que no sector da cultura, o Estado mantinha em situações precárias de indefinição jurídica e administrativa. Nesta data «*[...] foi delineada e implementada uma verdadeira política cultural, levada a cabo em diversas frentes: formação, reestruturação de carreiras, investigação, intervenção e divulgação.*» (Magalhães, 2007: 9) Abriram-se concursos para novas carreiras, reformularam-se os quadros de pessoal, estreitaram-se relações com instituições estrangeiras, através de estágios, visitas de especialistas, desenvolvimento de trabalhos de inventário, investigação, conservação e publicação de colecções, com incremento de exposições temporárias e serviços educativos. O trabalho em equipa era fomentado pelo novo momento político e social, suscitado pela nova estrutura do novo IPPC, que se abria às universidades, às autarquias e associações de defesa do património, contaminada pelos refugiados políticos que regressavam com novas

⁶⁵ Da Comissão faziam parte, «*[...] os nomes de António Viana de Lima, João Manuel Bairrão Oleiro, Fernando Peres Gusmão, Fernando Azevedo, João Palma Ferreira, Joaquim Carmelo Rosa. Justo é também recordar João de Freitas Branco que, em 1975, enquanto Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente do 3.º Governo Provisório, criou a Direcção-Geral do Património Cultural, bem como Rúben Andresen Leitão, um brilhante defensor do património e da sua gestão integrada.*» (Alarcão, 2014: 234)

visões, trocando experiências e conhecimento, incrementando a multidisciplinaridade e a pluralidade de perspectivas sobre os problemas e soluções (Alarcão, 2014: 236).

Em Outubro de 1980 são formalmente aprovados os estatutos da Comissão Nacional Portuguesa pela Comissão Executiva Internacional do ICOMOS. A escritura pública do ICOMOS –Portugal realizar-se-ia em Dezembro de 1982, com a primeira Assembleia Geral em Março de 1983 ⁶⁶, iniciando uma ligação mais estreita às preocupações internacionais. A sede original do ICOMOS Portugal era na DGEMN ⁶⁷.

A partir de 1981, o IPPC vai promover, sob a tutela do ministério da Cultura, e com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) os primeiros cursos para técnicos, técnicos auxiliares e artífices de conservação e restauro, no sentido de formalizar a formação pluridisciplinar que se sabia necessária para o desempenho da profissão. O ingresso exigia o secundário completo e era antecedido de provas de aptidão. Dos 450 candidatos foram seleccionados 36 que após os cursos viriam a ocupar vagas no quadro do IJF nas áreas de pintura, pintura mural, escultura, documentos gráficos e têxteis ⁶⁸. A estrutura e profundidade dos cursos ministrados era revelador de uma nova importância concedida ao sector, com especialistas estrangeiros de competência reconhecida ⁶⁹.

O mesmo Decreto-Lei n.º 245/80 instituía cursos para artífices na área da talha, mobiliário e têxteis, cujo papel era ressaltado no preâmbulo do diploma e para os quais se criavam também novas carreiras no Estado.

Com novos quadros técnicos e científicos especializados, a partir de 1985 iniciam-se cursos de formação na conservação e restauro de património integrado, preparados pelo Departamento de Conservação e Restauro do IPPC e com a comparticipação financeira do IEFP, mas ministrados fora das cidades, nos locais onde existiam necessidades, aproveitando para formar, durante 1 ou 2 anos, técnicos nos próprios locais. «O João Palma Ferreira mandou os técnicos sair dos gabinetes. Recordo-me de o ouvir: o “Património não se conhece nos livros, conhece-se no terreno!” Foi um

⁶⁶ Fonte: site oficial do ICOMOS Portugal.

⁶⁷ Elísio Summavielle em conversa particular no seu gabinete da DGPC no âmbito deste trabalho.

⁶⁸ «Estes cursos, de 3 anos seguidos de mais dois de estágio, cujo plano de estudo foi aprovado por diversas portarias em Setembro e Outubro de 1980, contaram com professores recrutados entre os melhores profissionais, tanto a nível nacional como internacional, existentes à época: professores do Instituto Superior Técnico, da Faculdade de Letras de Lisboa, da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa, especialistas ligados a museus, bibliotecas e arquivos portugueses, do Instituto de Conservação de Madrid, do Laboratório dos Museus de França, do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, do Departamento de Conservação do Museu Victoria & Albert, da Universidade de Louvain-la-Neuve, do Instituto Real do Património Artístico de Bruxelas (IRPA), etc» (Magalhães, 2007: 9).

⁶⁹ «[...] alguns nomes, que dispensam apresentação: Madeleine Hours, Agnès Ballestrem, James Black, Liliane Masschelein-Kleiner, Segolene Bergeon, Myriam Serck [...]» (Idem: 15).

período fantástico. O IPPC era o gestor, o organizador. O IJF era o braço executor. Distrito a distrito, fazia-se o levantamento, conheciam-se as necessidades e prioridades, intervinha-se e recuperava-se escultura, talha ou mobiliário. Articulados com a DGEMN que tratava do edifício – coberturas, consolidação estrutural, redes técnicas - depois o IJF tratava o património integrado»⁷⁰. No desenvolvimento destas missões conjuntas, necessariamente se trocavam saberes, onde os técnicos de ambas as instituições aprendiam com os outros tornando-se mais sensíveis às preocupações que informavam cada uma das actividades, ao mesmo tempo que produziam um resultado final mais interessante e esclarecido, que espelhava já a exigência de multidisciplinaridade nas operações de conservação e restauro.

Na demanda das abordagens pluridisciplinares, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil promove em 1985 um primeiro grande encontro sobre os «[...] nobres e tradicionais temas relacionados com o património[...]»⁷¹, intitulado ENCORE, tirando partido da sua vasta equipa de investigadores e técnicos especializados em áreas científicas díspares mas complementares, desde a física e química dos materiais, à arquitectura e ciências sociais. A articulação desta multiplicidade de perspectivas da experimentação e investigação que haviam estado na origem da instituição, colocava-a numa posição privilegiada para aglutinar sinergias e dinamizar a reflexão sobre temas onde a multidisciplinaridade se impunha. O congresso é assistido por centenas de participantes portugueses, com larga participação de especialistas e interessados provenientes de países de língua oficial portuguesa.

Na década de 80, em paralelo com a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, surge a manifestação das tendências recentes das novas gerações na exposição "Depois do Modernismo". Apesar do eclectismo confuso, revelador da influência das correntes pós-modernas, apresentava-se como uma clara ruptura com o período de rigor, contenção formal e continuidade com o ideário do modernismo da geração anterior (C. Duarte, 1996: 25).

No empréstimo de formas, modelos de construção e na utilização de materiais vernaculares, a arquitectura moderna misturava-se com a tradição em novas sínteses que respeitavam o *espírito do lugar*, que defendiam o respeito pelos valores simbólicos dos Sítios (Anexo 01: 145)⁷², e que iriam conduzir ao reconhecimento da relevância do Significado Cultural enunciado em Burra.

⁷⁰ Isabel Raposo Magalhães, em conversa particular no novo Museu dos Coches, no âmbito deste trabalho.

⁷¹ José Vasconcelos Paiva, Editorial do 3.º Encontro ENCORE, Abril de 2003.

⁷² O fundamental desta informação baseia-se em Kenneth Frampton, Bruno Zevi, Kate Nesbit, Josep Maria Montaner, Robert Venturi, Christian Norberg-Schulz, Thomas Kuhn e Edgar Morin.

A multidisciplinaridade vai definindo os seus contornos ao nível das Cartas de Património, de Jardins Históricos em Florença (ICOMOS 1982), Cidades Históricas e das Áreas Urbanas Históricas (ICOMOS Washington, 1987), Recomendação de Paris da salvaguarda da diversidade da cultura tradicional e popular em 1989.

Desde a revolução de Abril que a DGEMN estuda uma reformulação da orgânica para se adaptar aos novos desafios, o que ocorre pelo Decreto-Lei 204/80 de 28 de Julho, adaptando-se ao nascimento do IPPC, e de certo modo, resistir ao seu crescimento. As duas instituições deveriam trabalhar em complementaridade, mantendo a divisão do lado normativo (ex-JNE e agora IPPC) e o lado executivo (sempre da DGEMN). «A Natália Correia Guedes dava-se muito bem com o Pena da Silva. O normativo e o executivo coexistiam bem e trabalhavam em conjunto»⁷³.

Num sinal claro de acompanhamento das problemáticas internacionais, o Director-geral Castro Freire apostava no modelo da “conservação integrada” como metodologia de actuação, fazendo a sua apologia no 1º Encontro de Quadros das Obras Públicas de 13 a 15 de Dezembro de 1983 (Idem: 40).

Na divisão de tarefas, o IPPC ficava com a gestão de palácios e monumentos, e com incumbências normativas e com a salvaguarda do património por meio de pareceres vinculativos, obrigatórios em todos os edifícios classificados e respectivas áreas de protecção. Em alguns casos, a DGEMN fez a fiscalização de obras lançadas e aprovadas pelo IPPC, uma vez que mantinha quadros com competências que não existiam na jovem estrutura do IPPC, ficando a cargo do IJF os restauros do património integrado, como referido.

Em 1989, sob a presidência do IPPC de António Lamas, os cursos do IPPC e do IJF são integrados no sistema de ensino nacional, no âmbito do Ensino Superior Politécnico, criando-se a Escola Superior de Conservação e Restauro (ESCR), com dupla tutela do Ministério da Cultura e Educação, no sentido de conferir graus académicos de bacharelato ou licenciatura aos formandos para implementar carreiras técnicas superiores nesta área. As aulas teóricas decorriam no Palácio Pombal nas Janelas Verdes, sendo as aulas práticas de laboratório ministradas no IJF, que disponibilizava as suas instalações, biblioteca e arquivos a professores e alunos, assim como dispensava vários professores para assegurar cadeiras de Seminários e Estágios curriculares obrigatórios dos cursos (Magalhães, 2007: 12). Na verdade, apenas os bacharelatos acabaram por funcionar, mas o trabalho cresce no IJF, que nesta altura «enche com

⁷³ Elísio Summavielle em conversa particular no seu gabinete na DGPC no âmbito deste trabalho. Na opinião de Maria João Neto, esta parceria raramente terá acontecido (Neto in Caldas, 1999: 41),

*peças até à porta, fruto das exposições que se tornam seguidas e nos obrigaram a trabalhar permanentemente sob pressão de prazos.»*⁷⁴

Neste mesmo ano, é criado o Bacharelato em Conservação e Restauro no Instituto Politécnico de Tomar pela Portaria n.º 623/89 de 5 de Agosto, impondo-se desde os primeiros cursos como uma escola de excelência com uma forte componente prática, muito dirigida para o mercado de trabalho do conservador-restaurador.

No ano lectivo de 1998/99 o ensino da ESCR passa para a tutela exclusiva do Ministério da Educação por força do Decreto-Lei n.º 38-A/98 de 26 de Fevereiro, e passa a funcionar na Universidade Nova de Lisboa que criou uma licenciatura de 5 anos de duração nesta área de conhecimento. *«Os alunos, alguns docentes e até alguns funcionários do IJF passam para a Universidade Nova, que criou um bacharelato para completar a formação desses alunos transitados. Até estes alunos terminarem o curso, não entrou mais ninguém para concluir esse ciclo.»*⁷⁵

No final desse ano lectivo o IJF é extinto e no seu lugar é criado o Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) pelo Decreto-Lei n.º 342/99 de 25 de Agosto, *«[...] com novas atribuições e uma esfera de actuação muito mais alargada a nível da conservação e restauro do património móvel nacional.»* (Magalhães, 2007: 11)⁷⁶ Apesar da nova divisão, o agora IPCR continuou a prestar apoio ao curso ESCR da Universidade Nova até ao ano lectivo de 2000/2001, estabelecendo-se uma parceria que incluía também os Museus Nacionais que constituíam uma fonte inesgotável de peças tanto para diagnóstico, como tratamento e recolha de informação museológica e artística (Idem: 12).

Do alargamento gradual das suas competências, e de um novo entendimento por um modelo de gestão dividido por áreas temáticas, o XI e XII Governos Constitucionais decidem pela criação do novo Instituto Português de Museus (IPM, pelo Decreto-Lei n.º 278/91 de 9 de Agosto), pela extinção do IPPC e a criação do Instituto Português de Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR, pelo Decreto-Lei n.º 106-F/92 de 1 de

⁷⁴ Raúl Leite em conversa ocasional em Belém, no âmbito deste trabalho.

⁷⁵ Isabel Raposo Magalhães, em conversa particular no novo Museu dos Coches, no âmbito deste trabalho.

⁷⁶ *«De entre as competências do recém-criado Instituto, mantiveram-se as que respeitavam ao apoio e à formação na área da conservação e restauro num espectro alargado de competências, nomeadamente, e a nível superior, na colaboração com várias instituições de ensino: no acolhimento de estagiários de várias licenciaturas em conservação e restauro; na leccionação de módulos no âmbito de cursos como o do Mestrado em Arte, Museologia e Património da Faculdade de Letras ou o de Química Analítica Aplicada da Faculdade de Ciências, ambos da Universidade de Lisboa; coorientando mestrados e doutoramentos.»* (Magalhães, 2007: 11)

Junho)⁷⁷, conservando cerca de 200 monumentos ao seu cuidado, os mais importantes do ponto de vista histórico e arquitectónico, e a responsabilidade de promover as suas obras de conservação e reabilitação. Em alguns casos, a importância do património à guarda do IPPAR conduziu a que os projectos fossem, mediante concursos ou convites, adjudicados a arquitectos de craveira capazes de assumir tal tarefa, mantendo os técnicos do instituto um papel de fiscalizadores das opções e do andamento dos trabalhos. Contudo, e porque esses arquitectos privados eram geralmente grandes nomes do panorama nacional, era com muita cautela que alguém se opunha a qualquer opção, tornando-se os responsáveis do IPPAR por vezes mais em assistentes que fiscais. Outros projectos, em número diminuto na Direcção Regional do Norte e menos ainda em Lisboa, foram desenvolvidos por arquitectos da instituição, como são exemplos paradigmáticos a Reabilitação do Mosteiro Beneditino de S. Martinho de Tibães, adquirido em 1986 pelo IPPC sob a presidência de António Lamas, ou o restauro da Torre dos Clérigos ambos por João Carlos Santos, como autor e coordenador de equipa de projecto.

Em paralelo, o Turismo de Portugal elaborava desde 1980 um plano de múltiplas pousadas em Monumentos Históricos, onde a DGEMN era chamada para os projectos, empreitada e fiscalização, ou apenas para licenciamento, (que podia ser também do IPPC) e nesses casos de acompanhamento e fiscalização. Retomava-se o tema das décadas de 50 e 60, mas agora numa perspectiva de "Pousada Moderna em Monumentos Histórico" (Fernandes in Caldas, 1999: 173) dentro dos critérios iniciados por Távora, e que denunciava adesão aos princípios da Carta de Veneza. Neste âmbito executam-se as pousadas de Almeida em 1987, do Alvito em 1993, D. Maria I em Queluz, bem como a pousada do Mosteiro da Flor da Rosa no Crato em 1995, ou a dos Convento dos Lóios em Arraiolos.

A versatilidade programática da pousada, que podia apresentar mais ou menos quartos, com salas maiores ou menores, mais concentrada ou dispersa, aliando à preservação do bem construído a afectação a um fim útil e gerador de vida económica nas terras do interior, tornava as pousadas num projecto nacional estruturante. Portugal, onde no Congresso do Turismo de 1936 se elogiava o trabalho da DGEMN em prol do turismo, esteve na linha da frente na tendência para a apropriação turística do património, em paralelo com o repto lançado em Paris em 1976 e cuja formalização surgiria na Carta do Turismo Cultural de 1999, sob o nome de "desenvolvimento", incentivado e apresentado como perigo.

⁷⁷ «Os períodos expansivos são volúveis ao "engordamento" da administração da função pública. No património isso foi flagrante, e de alguma maneira foi dada roda livre às instituições. O problema é que depois se isolaram, deixou de haver diálogo e perdeu-se o conjunto.» Elísio Summavielle em conversa particular no seu gabinete na DGPC no âmbito deste trabalho.

As Cartas Internacionais, as recomendações, Resoluções e outras decisões resultantes de encontros de especialistas multiplicam-se na década de oitenta e noventa, sendo que reforçam os critérios da Carta de Veneza, alargando o seu âmbito de aplicação a contextos específicos como os Jardins, o mundo subaquático, as cidades históricas, o tecido social a par com os ambientes construídos, o património intangível, etc. A partir da *Declaração de Nara* de 1994 sobre autenticidade compreende-se a pluralidade de entendimentos do valor patrimonial, impedindo a definição de critérios fixos e impondo a ponderação de cada activo cultural de acordo com a cultura que o estima e lhe reconhece valor (Anexo 01: 146). No mesmo ano, a *Carta de Aalborg* colocava-se contra a expansão desnecessária das cidades e contra os desperdícios das demolições nas renovações urbanas, defendendo a preservação das soluções tradicionais, alinhando-se com o discurso das Cartas do Património (Anexo 01: 147).

A reconciliação da história da conservação com a história da arquitectura moderna ocorreu no ano de 1988 com a fundação na Holanda do DOCOMOMO Internacional, para protecção dos edifícios do Movimento Moderno que o tempo tornara histórico (Anexo 01: 144). Perante as demolições e transfigurações descuidadas de arquitecturas modernas, Hubert-Jan Henket e Wessel de Jonge, professores de Escola de Arquitectura da Universidade Técnica de Heindhoven, empenham-se na criação de uma instituição sem fins lucrativos destinada a proteger edifícios icónicos do Movimento Moderno que fiquem em perigo de desaparecimento, ao mesmo tempo que difundem, divulgam, trocam ideias, apresentam casos exemplares de sucesso na reabilitação e re-funcionalização de edifícios do Movimento Moderno⁷⁸.

Ainda em 1989 reforma-se na DGEMN o Eng. Castro Freire sendo sucedido pelo Eng. Vasco Martins Costa, que se manteria Director-geral até 2007.

A hipótese da extinção da DGEMN começa a ser comentada nos corredores.

O novo Director-geral havia presidido à Comissão Liquidatária do Fundo Fomento da Habitação (FFH) criado em 1969 e que fora extinto em 1982, procedendo-se a uma lenta transferência das competências para outros organismos, cessando na criação do sucedâneo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) em 1987⁷⁹. Para quase todos os técnicos da DGEMN, Vasco Costa entrara com a missão de encerrar a casa, o que não correspondia à verdade⁸⁰.

⁷⁸ Site do do.co.mo.mo Internacional.

⁷⁹ Ao qual sucederia o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o actual Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), formado em 2007.

⁸⁰ «Sei que sempre se disse isso e que muita gente o tem como certo, mas não passam de vozes da reacção. Aliás o meu discurso de tomada de posse é claro sobre as minhas intenções, e eu sou uma pessoa de uma só cara [...]O meu discurso de tomada de posse definia a estratégia que depois segui a par e passo: ligação da instituição às universidades, aos laboratórios, à investigação na área patrimonial.

Efectivamente, a DGEMN não cessa a actividade, e pelo contrário multiplica-a e abre portas a novas ferramentas e processos, abrindo concursos para admissão de pessoal. Tutelar dos então outros cerca de 2800 edifícios de valor patrimonial (os cerca de 3000 classificados menos os mais importantes a cargo do IPPAR), a DGEMN mantinha os seus quadros com pessoal experiente e as equipas montadas que asseguravam a preservação com soluções melhores ou menos boas em função do esclarecimento e interesse pessoal de cada chefe e equipa, mas que asseguraram uma continuada conservação e actualização regulamentar, funcional e de segurança da estrutura e contra risco de incêndios de múltiplos edifícios históricos no país, com projecto de todas as especialidades e fiscalização pela DGEMN⁸¹.

Portanto, a ideia de que vim para encerrar a DGEMN, é simplesmente e completamente falsa.[...] Na verdade eu fui para a DGEMN de algum modo contrariado. [...]Ao terminar as funções no Instituto Nacional de Habitação, estava pronto a regressar ao meu lugar de origem, e o Secretário-de-Estado chamou-me e propôs-me a direcção da DGEMN, ao que respondi que iria ter uma conversa nesse dia para analisar uma eventual aposentação antecipada, para ir trabalhar na privada, e que no dia seguinte lhe responderia. O Secretário-de-Estado aceitou esperar, mas disse-me que eu, que já tinha sido subdirector em dois sítios, tinha agora a oportunidade de ser director geral. E foi com este discurso que acabou por me convencer a aceitar.» (V. Costa, Anexo 13: 5). «[...] eu sabia que havia trabalho a fazer na DGEMN, havia problemas para corrigir, mas isso eu aceitava bem; a ideia de endireitar a casa era uma missão que me agradava. Quando entrei fiz um levantamento das funções de todos os serviços e tentei perceber o desempenho dos funcionários, e percebi logo que a casa tinha potencial. Devo acrescentar que quando cheguei descobri gente de muito valor, e com quem aprendi muito. Havia dirigentes e técnicos da velha guarda, de carreira, com saber acumulado, de grande delicadeza e competência invulgares. E com eles aprendi a perceber a casa e a sua vocação.» (Idem: 5 e 6).

Foi com o 3º Secretário de Estado, o Dr. Álvaro Magalhães, que se manteve durante cinco anos e que foi o dirigente com quem o Director-geral manteve a melhor relação, dos 22 Secretários de Estado que teve ao longo dos seus 17 anos à frente da DGEMN, que se lançaram os projectos base de reafirmação da DGEMN. O Dr. Álvaro Magalhães permite uma proposta de reformulação: «"Se acredita na casa, faça uma proposta." E eu fiz uma proposta que englobava linhas de estratégia e a redução do quadro de 640 para 180 pessoas. Mas depois achei que por um lado, estava a ser optimista quanto à capacidade de trabalho dos técnicos que ficariam, tanto mais que os tempos eram de instabilidade política e social; por outro, estava a ser violento na redução dos efectivos e que poderiam vir a fazer-me falta. Então reformulei a proposta e apresentei-a com 360 funcionários, o que foi aceite.» (V. Costa, Anexo 14: 6)

⁸¹ Como são exemplo o Convento de Santa Maria em Semide pela GSRP (Arq. Vítor Mestre), a Sé da Lamego (1991) pela DREMC (Arq. Maria Fernandes), o Teatro Nacional de S. Carlos (1991) pela DRML (Arq.s Nuno Beirão Trindade Chagas, Luísa Cortesão, Júlio Grilo, Patrícia Soares), a Igreja de São Domingos em Lisboa (1992), pela DRML (Arq.s Fernando Canas, Ângelo Silveira, Seabra Gomes, Nuno Beirão), o Palácio Foz (1993), pela DRML (Arq. Luísa Cortesão), a Igreja da Misericórdia em Torres Novas (1993) da DRML (Arq.s Fernando Canas, Teles Grilo, Ângelo Silveira), o Convento de Santa Clara para Biblioteca Municipal em Portalegre (1994) pela DREMS (Arq. José Sousa), a Igreja de Santa Leocádia em Chaves (1996) pela DREMN (Arq.s Augusto Costa e Andrade e Silva), a Sé de Viseu (1996) pela DREMC (Arq. Maria Fernandes), a Quinta da Nossa Senhora da Oliveira, Residência Oficial do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo (1997) pela DSEP (Arq. Luísa Maria Brito e Cunha), o Santuário de Nossa

Em paralelo, e de acordo com a orgânica da DGEMN, a instituição mantinha uma área de apoio directo a todos os departamentos e entidades estatais que não tinham quadros técnicos, para elaboração de projectos, lançamento de procedimentos de obra, acompanhamento e fiscalização, incluindo apetrechamento, nomeadamente à PSP, GNR, Polícia Judiciária, Tribunais, Prisões, Instituto das Pescas, Instituto Português de Museus, Academia Nacional de Belas-Artes, Instituto da Vinha e do Vinho, Instituto de Promoção Ambiental, Instituto de Navegabilidade do Douro, Arquivo Histórico da Torre do Tombo, Cinemateca Portuguesa, Teatros Nacionais, Capelas e Ermidas várias.

Consciente da realidade em mudança para a Era da Informação, o Director-geral Eng. Vasco Costa inicia em 1994 um ambicioso projecto intitulado SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico) correspondente a um modelo integrado de gestão territorial, articulado entre o ordenamento do território e a salvaguarda dos valores patrimoniais, que integrava ferramentas como a Carta de Risco e o Inventário de Património Arquitectónico e Conjuntos Urbanos ⁸². Por sua vez, a Carta de Risco pretendia ser uma ferramenta de análise sucinta, expedita e eficaz, para análises qualitativas e quantitativas de profundidade variável sobre as patologias e os factores de degradação dos imóveis ou conjuntos urbanos, estabelecendo o seu grau de risco, a inserir no planeamento territorial. Mais do que um simples levantamento, a Carta de Risco tinha uma grelha de análise que conduzia a um

Senhora do Cabo Espichel (1997) pela DRML (Arq.s Ana Rosa Freitas, Fernando Canas, Manuel Seleiro, Vítor Mestre), o Convento de Santos-o-novo em Lisboa (1998) pela DREL (Arq. Olga Moreira da Silva), a Capela da Nossa Senhora do Socorro na Enxara do Bispo (1998) pela DRML (Arq.s Teles Grilo, Ângelo Silveira, Seabra Gomes), o Castelo do Sabugal (1998) pela DREMN (Arq. Paula Araújo da Silva), a Ermida da Nossa Senhora da Purificação no Sirol (1998) pela DRML (Arq. Ana Rosa de Freitas), o Forte de Santo António em Évora (1998), pela DRES (Arq. José Sousa), o Observatório Astronómico da Ajuda (1998), pela DREL (Arq. Pedro Rosa), o Forte da Ínsua, em Caminha (2000), pela DREMN (Arq. Paula Araújo da Silva), a Sede do Instituto Camões em Lisboa (2000) pela DSEP (Arq. Pedro Vaz), os Sinos e torres sineiras da Basílica da Estrela (2000) pela DRML (Arq. Teles Grilo), as Muralhas de Évora (2000) pela DRES (Arq. António Albardeiro), a Ermida de S. Brás em Évora (2001) pela DREMS (Arq. António Albardeiro), o Palácio Mateus em Vila Real (2000) pela DREMN (Arq. Gabriel Andrade e Silva), a Capela de S. Jacinto (2001) pela DRML (Arq.s Teles Grilos, Patrícia Soares), a Igreja Matriz das Brotas em Mora (2002) pela DREMS (Arq. José Sousa), a Pousada de Palmela (2002) pela DRML (Arq. Manuel Raposo), a Fonte do Ídolo em Braga (2002) pela DREMN (Arq. Paula Araújo da Silva), a Residência Senhorial dos Castelo-Melhor em Santiago da Guarda (2003) pela DRML (Arq. Luísa Cortesão), para citar os mais significativos na comemoração dos 75 anos da fundação da DGEMN.

⁸² O SIPA corresponde a um conjunto de produtos de informação e documentação de onde se destacam, conforme exibido no site www.monumentos.pt (actualmente integrado no IRHU, "Estudo Histórico-Artístico e Urbanístico", "Carta de Risco de Edifícios e Estrutura Construída", "Estudo/Parecer de Impacto Patrimonial", "Inventário de Conjunto Urbano", "Inventário de paisagem", "Reigisto/Levantamento fotográfico Métrico rectificado de Património", "Inventário para a Carta Municipal do Património" e o "Inventário de Património Arquitectónico".

diagnóstico e que permitia identificar, localizar e quantificar as patologias evidentes, permitindo uma noção imediata dos trabalhos necessários (V. Costa, Anexo 14: 4). A lei orgânica da DGEMN é actualizada ⁸³ e passa a incluir uma Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação mais forte e actuante. «É também nesta altura que aposto na pesquisa e aprofundamento da arquitectura de Terra, que acaba com as Conferências Internacionais sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra.» (V. Costa, Anexo 14: 6)

Na consciência do espólio acumulado e do novo que diariamente se produzia, o Director-geral desenvolve também o Inventário que conduziu à criação do Arquivo da DGEMN no Forte de Sacavém. Para ali foram enviados os espólios de desenhos e partes escritas dos projectos reunidos ao longo de sete décadas de actividade da mais antiga direcção-geral do País. Um projecto de reabilitação produzido por uma técnica da DGEMN, Arq. Luísa Cortesão, com especialidades todas por engenheiros da casa, na boa tradição da DGEMN, criou condições excepcionais, operadas por técnicos arquivistas especializados, para tratamento, inventariação e arquivação de um acervo único, abrindo portas a colecções particulares de arquitectos singulares do País.

A partir de 1994, sob a direcção da Dr.ª Margarida Alçada, inicia-se a publicação da revista *Monumentos*, que dava conta da actividade da instituição e se debatiam pontos de vista sobre diferentes abordagens de intervenção no património (V. Costa, 1994: 3), revista reputada de grande qualidade pelos entendidos.

No mesmo ano, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil promovia o 2º ENCORE, o Encontro sobre Conservação e Restauro, de novo com uma enorme adesão do meio técnico nacional e internacional de expressão lusíada que totalizavam, somados com o primeiro encontro, cerca de um milhar de participantes ⁸⁴. A troca de conhecimento e divulgação científica de trabalhos e experiências difundiam doutrina e estabeleciam valores a salvaguardar entre técnicos e especialistas.

No mesmo âmbito, o LNEC havia colaborado com a Câmara Municipal da capital, elaborando um estudo para «[...] apoiar e fundamentar tecnicamente as operações de reabilitação que a Câmara Municipal de Lisboa pretende levar a efeito no Bairro Alto em Lisboa. Com esse objectivo o LNEC desenvolveu uma análise tipológica sobre as principais anomalias ambientais, funcionais e construtivas, verificáveis nos edifícios

⁸³ «Nas propostas que apresentei trocava 80 fiscais que a casa tinha por 40 engenheiros e arquitectos; trocava um maior número de menor valia técnica por um menor número de maior valia técnica. Apesar de não implicar aumento de despesa, de se terem recolocado muitos daqueles técnicos, nunca chegou a ser aprovada a contratação dos novos técnicos, apesar da Direcção-Geral da Administração Pública secundar a nossa proposta.» (V. Costa, Anexo 13: 6).

⁸⁴ José Vasconcelos Paiva, Editorial do 3.º Encontro ENCORE, Abril de 2003.

*habitacionais deste bairro.»*⁸⁵ O trabalho começava por uma abordagem da evolução dos conceitos fundamentais da teoria geral da conservação e reabilitação, analisando alguns exemplos mais divulgados e os seus contextos legais e financeiros, bem como os problemas metodológicos e projectuais subjacentes, no sentido de formar uma atitude crítica sustentada e esclarecida por exemplos anteriores.

Na actuação prática, hoje como sempre, a relação com o património resulta da capacidade de afastamento ao objecto, que permite olhá-lo com o respeito que conduz à sua conservação, ou à conservação do que são os seus valores históricos ou arquitectónicos. Duas grandes lições vieram de um arquitecto exterior aos circuitos da Conservação e Restauro. Na reconstrução de um troço de tecido urbano na Baixa de Lisboa após o incêndio de 1989, mas cujas obras começaram a ter resultados depois da 2000, *«Siza preferiu uma intervenção discreta desprovida de marca autoral. [...] aparentemente desconcertante pelo seu minimalismo, constitui uma importante lição de rigor ao evitar qualquer vedetismo retórico [...]»* (Pereira, 2004: 44). Na verdade, a marca autoral está lá muito bem marcada, porque embora discreta num relance, ela é muito evidente no pormenor. Siza Vieira conseguiu assegurar a continuidade histórica do local, sem apagar o ambiente de área histórica da cidade que constituía a base da sua significação cultural, sem que, em momento algum, tivesse falseado a história com mimetismos ou fingimentos históricos. Cada edifício que acrescentou é absolutamente moderno, com plantas de grande rigor que denotam todo o acréscimo de conhecimento que a modernidade nos ensinou e que respondem aos requisitos de habitações contemporâneas, com excepção do estacionamento, cuja falta resulta de uma opção ideológica. Cada edifício e cada pormenor são contemporâneos (da entrada no edifício ao caixilho da janela), e no entanto preservam a escala, a morfologia, a geometria base e a atitude face ao espaço público que já existia no lugar. Para Siza Vieira, o fundamental foi preservar a unidade do tecido urbano; o mais importante, *«[...] independentemente se gosto ou não, é essa integridade.»* (Siza in Léon, 2011: 184)⁸⁶.

Em 1992, Siza é contactado para fazer o restauro da Casa de Chá da Boa Nova, em Leça da Palmeira. Tal como Le Corbusier em relação à Villa Savoye, Siza entra no edifício com o objectivo de actualizar a cozinha e propõe-se corrigir os pormenores que não haviam ficado bem, que entretanto já não gostava, bem como pequenos detalhes que na sua perspectiva podiam melhorar. Dentro de dias tem já consciência

⁸⁵ Resumo na capa de "Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto", António Reis Cabrita, José Aguiar, João Appleton, LNEC, CML, 1992.

⁸⁶ *«[...] independentemente de si me gusta o no, es esa integridad.»* (tradução livre).

de que se tira umas partes, tem que tirar outras, até que chega à consciência de que está prestes a considerar demolir e fazer outro. *«Pus-me a pensar como sair daquele atoleiro e então interiorizei que quem havia feito aquele edifício era outro arquitecto.»* (Idem: 187) ⁸⁷ e que o projecto tinha a sua coerência e que se lhe queria corrigir umas partes, teria que o corrigir todo. *«E pensei também que mesmo que não gostasse desse arquitecto tinha que respeitar o seu trabalho no sentido de criar um ambiente integral, contando com a integridade da sua arquitectura. E solidarizei-me com ele, restabeleci o respeito por esse arquitecto e comecei simplesmente a recuperar tudo o que estava.»* (Idem: 188) ⁸⁸.

Se a capacidade de distanciamento é fulcral no respeito pela obra sobre a qual se vai intervir, se *«[...] é necessário para que o respeito se substitua à familiaridade»* (Choay, 1982: 49), a dificuldade ao actuar sobre um projecto próprio, elaborado há muitos anos, será manifestamente mais difícil, e só possível a pessoas ímpares.

Neste posicionamento Siza foi maior que Corbusier, conseguiu respeitar um Siza anterior e dar uma lição de humildade perante um edifício que percebeu ser já uma entidade cultural, e que mesmo tendo sido ele o arquitecto do projecto original, já não tinha o direito de o mudar porque ele já não era dele, pelo menos já não era só dele. Siza conseguiu fazer a síntese da problemática da Conservação e Restauro, ao distanciar-se e tomar uma atitude de conservador de peça cultural, num contexto onde tudo o convidava a actuar como projectista de obra nova.

No campo das obras das Pousadas, Souto Moura optou no Mosteiro de Santa Maria do Bouro por congelar a imagem que tinha do mosteiro. A sua mãe havia estado ali recolhida a recuperar a saúde no único corpo que ainda mantinha funções, e Souto Moura recordava a vegetação nas coberturas e sobre os muros das paredes largas de granito⁸⁹. A sua relação de proximidade era com a ruína e não com um convento que ali existira num passado anterior. Por isso decide na elaboração do projecto em 1992 encontrar uma nova função com uma nova vida, para continuar a história do edifício a partir da inevitável situação actual. *«O projecto tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício. Trata-se de uma nova construção [...] e não da recuperação do edifício na sua forma original. Para o projecto as ruínas são mais importantes que o "mosteiro", já que são material*

⁸⁷ *«Me puse a pensar en cómo salir de ese atolladero, y entonces interioricé que el que había hecho el edificio era otro arquitecto.»* (tradução livre).

⁸⁸ *«Y pensé además que aunque no me gustaba ese arquitecto tenía que respetar su trabajo en el sentido de crear un ambiente integral, contando con la integridad de su arquitectura. Y me solidaricé con el otro, restablecí mi respeto por ese arquitecto y empecé simplemente a recuperar lo que ya estaba.»* (tradução livre)

disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a história.» (Moura, 2001: 5) Na obra terminada em 1996, ao invés de restaurar com uma aproximação filológica, repondo o que era evidente em busca do ambiente e dos valores sensoriais próprios do mosteiro, Souto Moura optou por registar e fixar a imagem da ruína que encontrou e cuja imagem se sedimentara na memória colectiva da vizinhança «[...] originou uma relação dialéctica das qualidades visuais, entre materiais tradicionais que desenham, simplificada, novas formas e os materiais novos que se dispunham segundo procedimentos antigos.» (Tomé, 2002: 233) Souto Moura propôs uma alternativa ao antigo como modelo de referência, preferindo o utilizar e perpetuar o estado actual do edifício. Não sendo uma ruína arqueológica, o ambiente escolhido tira partido da intensidade dos materiais crus e rudes, como convidando os hóspedes a acomodar-se na ruína. Nas partes novas, Souto Moura executa com o mesmo granito *«que não é antigo nem novo, é o mesmo material de sempre»*⁹⁰, mas seguindo tecnologias e expressão contemporânea, *«porque os antigos não me perdoariam se soubessem que eu tinha novas potencialidades e tinha feito como eles.»*⁹¹.

Maior polémica rodeou o projecto da valorização do Monumento de Sagres do Arq. João Carreira, primeiro prémio de um concurso público para a elaboração de um centro de exposições, de uma cafetaria, restaurante e uma loja. A solução propunha integrar as construções do Estado Novo em novas volumetrias de linguagem contemporânea, modernista e racionalista. Para atenuar a polémica, que envolveu também a comunidade civil, e evitar os problemas estabilidade das arribas e dos ventos que lhe eram atribuídas, foi decidido cancelar a "Alameda das Descobertas" e a obra foi finalizada em 1997 *«Pela primeira vez, patrimonialistas, arquitectos e ambientalistas encontravam-se profundamente divididos [...] instaurando] uma nova discussão: o da reutilização dos monumentos e o da compatibilidade da obra nova com a memória recente ou longínqua.»* (Pereira, 2011: 823). A problemática da gestão do património e da obra de requalificação que adicionava com nova linguagem era discutida por todo o país, fora da comunidade científica, publicada nos principais jornais diários.

Sinal da evolução e abertura do sector ao mercado é a criação, no mesmo ano de 1997, do GECORPA – o Grémio do Património, *«[...] uma associação de empresas e profissionais que exercem a actividade na fileira da reabilitação do edificado e da conservação do Património.»* Pretendia-se constituir uma agremiação de empresas

⁸⁹ Souto Moura em seminário do do.co.mo.mo na Fundação Calouste Gulbenkian, 27 de Março de 2015.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Ibidem.

cujo mérito fosse certificado para garantir a qualidade aos donos de obra⁹². No âmbito da divulgação, este grémio apostou desde o último trimestre de 1998 na sua revista “Pedra & Cal”, uma publicação de referência que conseguiu sobreviver ao longo de décadas, contando já com 58 números.

2.9. Contemporaneidade após 2000

A procura por multidisciplinaridade no campo da Conservação é consequentemente acompanhada pela especialização, multiplicando-se as iniciativas internacionais de divulgação e debate de critérios entre especialistas.

No ano 2000, assinava-se a *Carta de Cracóvia* onde, apesar de terem participado o Director-Geral e o Subdirector Geral da DGEMN, o Eng. Vasco Costa regressa a Lisboa antes da redacção final, sendo a Carta assinada pelo Dr. Elísio Summavielle pela DGEMN ⁹³. A Carta colocava-se uma nova perspectiva intergeracional no património, lembrando que apesar dos aspectos positivos na economia local, o Turismo deveria ser considerado como um risco, sendo determinante estudar modelos sustentáveis e não dependentes apenas dos visitantes (Anexo 01: 148). Mas a tónica estava a mudar para esse objectivo estratégico em resposta a «[...] uma sociedade de consumo ávida de produtos e serviços culturais» (Lobo de Carvalho, 2007: 321), reforçado por ventos de contracção económica que se anunciavam.

Nesse ano 2000 é criada pelo Dec. Lei n.º 215/2000 de 2 de Setembro decide criar a Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A., uma empresa de capitais exclusivamente públicos ⁹⁴, mas que se pretendia que funcionasse como uma empresa privada, para gerir a “Paisagem Cultural de Sintra” inscrita em Dezembro de 1995 na lista do Património de Sítios do património Mundial, na 19ª sessão do Comité do Património

⁹² Informação fornecida pela sede. No site do GECORPA, os objectivos apresentados para o GECORPA são:
«1. Promover a reabilitação do edificado e da infraestrutura, a valorização dos centros históricos, das aldeias tradicionais e do Património, como alternativa à construção nova, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento sustentável do País;

2. Zelar pela qualidade das intervenções de reabilitação do edificado e do Património, através da divulgação das boas práticas e da formação especializada, promovendo a qualificação dos recursos humanos e das empresas deste setor e defendendo os seus interesses;

3. Contribuir para a melhoria do ordenamento e da regulação do setor da construção e para a mudança do seu papel na economia e na sociedade.»

⁹³ «[...] eu não participei na assinatura da Carta, foi o Dr. Elísio Summavielle que assinou pela DGEMN. Eu estive nas primeiras reuniões apenas, mas não tive vontade de continuar.» (V. Costa, Anexo 13: 7).

⁹⁴ Tem como estrutura Accionista: 36% do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, 34% do Instituto dos Museus e Conservação, 15% do Turismo de Portugal e 15% da Câmara Municipal de Sintra.

Mundial da UNESCO em Paris, a primeira da Europa a obter tal classificação nesta categoria ⁹⁵. A missão da empresa criada em 2000 era recuperar, conservar e abrir à fruição pública o património de Sintra, que se encontrava tutelado por várias entidades da Administração Central. A sustentabilidade financeira para a execução dos projectos e obras, e para a manutenção e funcionamento de toda a estrutura, deveria provir apenas das receitas de bilheteira, sem apoios do Estado. Inaugurava-se em Portugal um modelo de gestão "sustentável" que promovia, por um lado, a excelência científica e doutrinal das intervenções através de equipas escolhidas de alta preparação teórica e técnica, e por outro, a independência das disponibilidades orçamentais do Estado, cada vez mais difíceis de conseguir.

No ano seguinte é publicada a Lei de Bases do Património (Decreto-Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro), completa e estruturada, mas que tentara conduzir as responsabilidades de intervenção no Património para a exclusiva esfera do IPPAR. Num equilíbrio ministerial, as Obras Públicas⁹⁶ conseguiam salvaguardar no n.º 3 do Art.º 45º que «*As obras ou intervenções em bens imóveis classificados nos termos do Art.º 15º da presente lei, ou em vias de classificação [...]*» podiam ser autorizadas e executadas pelas entidades «*[...] nos termos da lei*». Com esta ressalva final reintegrava-se a aceitação da lei orgânica da DGEMN, em vigor, e que lhe definia tal competência. Na verdade, pareceria caricato que por decreto se extinguísse a "competência" de uma instituição que contava já com 69 anos de idade e um largo historial de obra feita, entregando-a na totalidade a uma instituição muito mais recente e já reestruturada, sem quadros suficientes para abarcar todo o universo do que já estava ao seu cuidado. Ainda assim Elísio Summavielle, então o 5º Subdirector-Geral da DGEMN, propõe ao Eng. Vasco Costa uma reformulação da lei orgânica da DGEMN no sentido de convergir os serviços internos da casa e unir esforços e valências técnicas disponíveis nos "Edifícios" e "Monumentos", direccionando-os todos mais para a reabilitação, uma vez que a grande obra nova começava a escassear e a reabilitação tornava-se constante. A divisão tradicional da instituição não fazia agora o mesmo sentido, sendo preferível unir esforços para melhorar a resposta aos novos desafios.

Em 2002, o DOCOMOMO Internacional em crescimento significativo, deslocava-se para Paris, para a Cidade da Arquitectura e do Património no Palácio de Chaillot ⁹⁷.

⁹⁵ Prof. António Lamas no Seminário "Gestão e Conservação de Património em Uso", Cidadela da Cascais, 18 de Março de 2015.

⁹⁶ Sendo João Cravinho o Ministro e Crisóstomo Teixeira o Secretário de Estado.

⁹⁷ *Cité de l'Architecture et du Patrimoine au Palais de Chaillot* (tradução livre). Site do do.co.mo.mo.

Em 2003, o LNEC promovia mais um grande Encontro sobre Conservação e Restauro, o 3º ENCORE, com o intuito de debater entre especialistas «[...] temas relacionados com o património arquitectónico classificado, [...] [que abrangia] também o estudo do património urbano mais geral e do parque edificado recente, procurando em todos esses domínios proceder ao balanço do conhecimento adquirido na última década, detectar lacunas a colmatar, perspectivar novas linhas de abordagem e fomentar o seu estudo e investigação.[...][Para tal organizava-se] em três grandes temáticas – património arquitectónico, património urbano e parque edificado recente –, para cada uma das quais foram propostas as seguintes abordagens específicas: história, teorias e conceitos; aspectos sociais, ambientais e de sustentabilidade; estratégias e metodologias de intervenção (planeamento, análise e diagnóstico, projecto, obra); materiais e técnicas de conservação e de reabilitação; economia e garantia da qualidade; ensino e formação; casos de estudo.»⁹⁸ Integrado nas comemorações dos 150 anos do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, o encontro revelou-se internacionalmente relevante, com cerca de 30% de comunicações provenientes de outros países, onde se destacava o Brasil, mas também a Bélgica, Espanha, Equador, México e Moçambique⁹⁹.

Em Setembro de 2004, com a mudança de governo, iniciam-se novas movimentações de reavaliação dos diferentes organismos do Estado. A sobreposição teórica que existia com o IPPAR, ambos os organismos dedicados ao património cultural, retomava constantemente este problema. A divisão normativa e executiva que esclarecia funções no passado era cada vez menos clara, com o IPPAR envolvido na execução de projectos e obras; a divisão era agora apenas, entre os edifícios classificados, os importantes do IPPAR e “os outros” da DGEMN.

A inexistência de uma linha dura, de critérios apriorísticos como lhes chama Miguel Tomé, «[...] proporcionou um conjunto de intervenções que se diferenciavam de acordo com os programas, as motivações e os períodos de evolução dos conceitos.» (Tomé, 2002: 69). Efectivamente nas duas últimas décadas de existência da DGEMN, com a direcção do Eng. Vasco Costa, nunca houve directivas internas ou critérios “orientadores” próprios da instituição, que ultrapassassem ou que definissem diferentes ou mais específicos princípios de intervenção do que os conhecidos e debatidos no meio da Conservação, e aos quais cada técnico acedia em função da sua curiosidade e capacidade. Naturalmente que os trabalhos, quando em fase de desenvolvimento, eram expostos e discutidos com as chefias intermédias e, muitas

⁹⁸ José Vasconcelos Paiva, Editorial do 3.º Encontro ENCORE, Abril de 2003.

⁹⁹ Idem.

vezes, principalmente na definição das grandes opções dos projectos, directamente com o Director-Geral. Esta estratégia mantinha a liberdade e a diversidade de soluções, revelando a democracia e a polivalência da instituição¹⁰⁰.

É neste contexto que a DGEMN, historicamente integrada no Ministério das Obras Públicas, passa para o Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Nos equilíbrios cada vez mais difíceis, pretendia o Director-geral conseguir a consolidação da casa proporcionado pelo SIPA, deslocando a instituição para a gestão de uma nova linha de financiamento. «Mas as coisas sofreram rápidas mudanças. A Secretária-de-Estado Dr.^a Rosário Águas, que me desafiou a mudar, tinha uma verba de 30 milhões de euros provenientes de fundos EFTA destinada à promoção cultural dos castelos e nós, graças ao SIPA, fizemos em 15 dias um projecto chamado “Rota dos Castelos”, para investir esses fundos a que se acrescentaria a componente nacional de mais 15%.

A DGEMN, que não tinha autonomia financeira, iria gerir 30 milhões de euros, seria o focal point deste investimento, dirigido ao projecto “Rota dos Castelos”. E para consolidar essa estratégia de futuro, mudámos para o Ambiente, até porque as Obras Públicas eram as pontes, as estradas e as auto-estradas, já não eram o património.

Aconteceu que a Dr.^a Rosário Águas que deveria assumir a Secretaria de Estado no Ministério do Ambiente, acabou por ser deslocada para outro Ministério e tudo se logrou.» (V. Costa, Anexo 14: 5). De repente, a DGEMN, historicamente e estruturalmente conectada com as obras públicas, estava fora do seu ambiente e tornava-se um corpo estranho no novo ministério, perdendo os seus apoios tradicionais.

A partir de Fevereiro de 2006, o Professor António Lamas entra para o lugar de Presidente do Conselho de Administração na Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A. e a operação ganha contornos de eficácia que lhe começam a valer diversos galardões internacionais do Turismo e do Património, tornando o modelo muito mediático e interessante para os dirigentes políticos, que vêm aqui uma opção com valias científicas e culturais, sem despesas para o erário público ¹⁰¹.

¹⁰⁰ «No levantamento funcional que foi feito no primeiro mandato do Primeiro-ministro Sócrates enviei uma lista das nossas competências com 153 funções. Eles não acreditaram que fosse possível e vieram verificar. Após a sua análise, acabaram por aceitá-las, discordando apenas de três, ficando então o número em 150 funções atribuídas à DGEMN. E eu aceitei essa redução, até porque não criava qualquer tipo de dúvidas da dimensão crítica dos trabalhos e das respostas que a casa podia proporcionar.» (V. Costa, Anexo 14: 6).

¹⁰¹ Elísio Summavielle acautela a generalização desta opção, que deve ser comedida, uma vez que «Uma Sociedade Anónima do Estado depende de quem lá esteja. O António Lamas fez um óptimo trabalho, mas o seu antecessor saiu com uma pulseira electrónica.», Conversa particular no seu gabinete da DGPC.

No ano seguinte, em 28 de Fevereiro de 2007 era lançado pelo LNEC o "Guia Técnico de Reabilitação Habitacional" que surgia de uma solicitação do Instituto Nacional da Habitação ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no sentido de criar um documento técnico de referência de orientação metodológica que incorporasse a informação do Guião publicado em 1992, adicionada com as novas preocupações relativas às questões urbanas, sociais e de sustentabilidade e comportamento passivo adequado dos edifícios reabilitados. O documento pretendia-se tecnicamente sólido mas em linguagem acessível, destinado a «[...] apoiar todos aqueles que directa ou indirectamente se encontram envolvidos na árdua tarefa de conservar os tecidos urbanos e reabilitar o nosso património edificado: decisores políticos e responsáveis autárquicos, projectistas, promotores, empresas, proprietários, moradores, associações de defesa do património, Gabinetes Técnicos Locais e Gabinetes de Centros Históricos, Sociedades de Reabilitação Urbana, etc.»¹⁰². Era evidente a consciência de que a responsabilidade de cuidar do património estava já muito descentralizada, e tinha múltiplos centros de pequena decisão relevantes, os quais era importante equipar com a melhor informação possível.

Nesse Verão, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), aprovado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 124, de 4 de Agosto de 2005, e publicada como Decreto-Lei n.º 96/2007 de 29 de Março, é decidida a extinção da DGEMN, bem como a extinção do Instituto Português de Património Architectónico e do Instituto Português de Arqueologia, ao mesmo tempo que é criado o Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico (IGESPAR) no âmbito do Ministério da Cultura, com a missão da «[...] gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico classificado do País.» Esta opção, por um lado, servia os interesses economicistas, optando pelo encerramento da Direcção Geral mais antiga do país, e premiando uma instituição recente, que nascera Instituto Português do Património Cultural - IPPC em 1980, doze anos depois se transformava em Instituto Português do Património Architectónico - IPPAR em 1992, e também era nesta altura extinto para algo de novo, agora Instituto Público. «A adesão de Portugal à política europeia de redução do papel do Estado teve efeitos graves na área do património a partir de 2007. Gerou fragilidades insuspeitas, dada a explosão global de interesses financeiros interessados na cultura-mundo dos valores do património. Rompeu com o equilíbrio das estruturas oficiais, implicando a extinção da DGEMN. Ora a DGEMN fora o primeiro organismo do Estado que percebera o alcance cultural e social da Internet

¹⁰² Preâmbulo do "Guia Técnico de Reabilitação Habitacional".

na área cultural.» (Custódio, 2010: 348) ¹⁰³. Efectivamente foi extinta a continuidade e mantida a efemeridade, mudando-a. Embora devesse ser lido com o sentido de "Orientador e Regulador", o nome de "Gestão" dava uma subtil nova orientação ao novo sentido de "bem a explorar".

Por outro lado, pretendia-se a centralização das decisões estratégicas para o património e cultura na capital, sob uma só tutela, deixando liberdade de actuação e gestão corrente às regiões. Na lógica da criação do IGESPAR estava a aglutinação das instituições que funcionavam apartadas e «[...] divididas em quintalinhos temáticos.» ¹⁰⁴. Se em 1996, aquando do Plano Mateus (Decreto-Lei n.º 124/96 de 10 de Agosto) o investimento do Estado era de 70% e o investimento das autarquias era de 30% do total do investimento no património, em 20 anos os valores trocaram de posição. *«Esta alteração muda completamente a perspectiva que é necessário ter sobre a gestão do património. A verdade é que hoje existe muita capacidade técnica instalada localmente, seja pelo desenvolvimento das escolas, das universidades, da deslocação dos técnicos a partir dos grandes centros. Eles estão perto dos seus problemas; conhecem-nos bem, têm a mesma formação e competências.*

Eu não posso estar no Chiado a ler o jornal e ficar convencido que sei o que se passa em Guimarães.» ¹⁰⁵ Por esta razão a reformulação pretendia-se estratégica – de "descolonização" como refere Elísio Summavielle, dando poder de decisão aos Directores Regionais, equiparado ao do Director-Geral na capital, com vencimento e regalias iguais. *«Temos Lei do Património. Tudo está regulamentado. Agora é fazer cumprir a Lei. Lisboa passa a ter um papel mais arbitral, apenas para redimir problemas. De resto as regiões têm autonomia de gestão.»* ¹⁰⁶

Deste raciocínio congregador ficavam de fora os Museus e a Conservação e Restauro. O Instituto Português de Museus (IPM) criado pelo Decreto-Lei n.º 278/91 de 9 de Agosto e o Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) criado pelo Decreto-Lei n.º 342/99 de 25 de Agosto eram extintos e fundidos no Instituto de Museus e Conservação (IMC) por força do Decreto-Lei n.º 97/2007 de 29 de Março. O ainda chamado Instituto José de Figueiredo passava a ter nova tutela e começa a colaborar

¹⁰³ «Mas a mudança nas prioridades do Património já se começavam a sentir, como uma onda que lá vem. Desde 2003 que era visível que a tónica ia passar do Património para o Turismo. Os nomes das rubricas foram começando a mudar e as verbas começaram a mudar de rubrica. Em 2007 o que estava feito e em desenvolvimento começou a ser abandonado. Com a extinção da DGEMN começou a desfazer-se o que estava feito. A verdade é que as coisas funcionam por modas, e em 2003 já se percebia que as verbas para o Património iam ser cerceadas.» (V. Costa, Anexo 14: 5).

¹⁰⁴ Elísio Summavielle em conversa particular no seu gabinete da DGPC, no âmbito deste trabalho.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Ibidem.

com a Universidade de Évora na instalação local do Laboratório Hércules, uma unidade de investigação com vários «[...] equipamentos de ponta com a capacidade de desenvolver investigação inovadora que compreende a análise *in situ* não destrutiva, microanálise, análise química de alta resolução e desenvolvimento de materiais e produtos inovadores, tornando-se único em Portugal e um dos mais atractivos do seu tipo na Europa.»¹⁰⁷

Cinco anos depois, numa nova reforma, neste caso no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) do XIX Governo Constitucional, foi criada a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) pelo Dec. Lei n.º 115/2012 de 25 de Maio, tendo como «[...] missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional.» A retoma do nome da DGPC criada em 1977 correspondia ao terminar de um ciclo de integrações que ficara, na perspectiva de Elísio Summavielle, incompleto em 2007. «No IGESPAR não tinha conseguido unir os Museus e Conservação. Não tinha sentido não falarmos com a entidade que estava na ala Sul do Palácio da Ajuda. Hoje, quem quiser fazer uma estratégia para o património global do país tem uma casa. Diz-se que é ingerível. Não concordo, nem o Nuno Vassallo e Silva concorda. É gerível, claro, e com autonomia regional.»¹⁰⁸

Em Janeiro de 2010 o DOCOMOMO muda de sede para Barcelona, para a Fundação Mies van der Rohe. Nesta data o DOCOMOMO conta já com 70 países sendo apenas 69 grupos membros, uma vez que Portugal e Espanha se associaram e se apresentavam, como ainda hoje se apresentam, como DOCOMOMO Ibérico. É neste contexto que depois de encabeçar a candidatura do DOCOMOMO Ibérico à presidência internacional, e de ser para tal eleita pelos restantes, a presidência internacional do DOCOMOMO comece a ser assegurada por Ana Tostões, com sede em Barcelona. Todavia, por dificuldades de gestão e corte nos apoios necessários por parte da fundação catalã, a sede da Instituição Internacional foi deslocada formalmente em 2013, efectivando-se materialmente (com a deslocação dos arquivos e processos administrativos) em 2014 para o Instituto Superior Técnico em Lisboa, onde

¹⁰⁷ Site do "Laboratório Hércules, Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda."

¹⁰⁸ Elísio Summavielle em conversa particular no seu gabinete da DGPC, no âmbito deste trabalho. Mas as opiniões dividem-se: « [...] a este novo organismo falta alma e dimensão, não passando de uma resposta apressada à necessidade governamental de redução de custos na Administração Central e de limitação do poder decisório das chefias intermédias. Mantém-se a fragmentação, o individualismo, as assimetrias e o empobrecimento gradual das instituições que permaneceram na sua dependência, ao mesmo tempo que a gestão privada de monumentos, palácios e museus ganha terreno e as Direcções Regionais da Cultura vêem alargados os seus campos de acção e competências.» (Alarcão, 2014: 237)

se encontra sedeada, cumprindo um papel prestigiante para o país na promoção do interesse sobre este património emergente que padece de distância mas que é igualmente representativo de arte e cultura.

Efectivamente a perspectiva sobre os edifícios modernos mantém-se ainda intimamente ligados ao aspecto funcional. A modernidade dos edifícios liberta-os das invasões de massas de visitantes, pelo que a perspectiva turística não é ainda a predominante. O Ciclo Cultural que se inicia quando o Ciclo Funcional termina e o qual facilmente se reconhece como histórico, não existe ainda. As intervenções em edifícios modernos surgem referidas como “reutilização”, tal como o título do seminário do DOCOMOMO em Lisboa, em 27 de Março de 2015. A re-funcionalização acaba por passar por vezes pela substituição de elementos secundários da construção, que sendo geralmente de fabrico industrial, não se compadecem das reparações de manutenção tradicionais (Anexo 01: 152), apesar de merecerem a mesma estima e terem direito à mesma protecção.

2.10. Uma síntese possível do capítulo

O Homem sempre investiu na edificação de símbolos identitários, que começaram na articulação hercúlea de pedras em posições singulares às quais se atribuíam carácter sagrado. O valor imaterial destes símbolos foi sempre reconhecido pelas culturas que os fizeram, bem como pelas suas adversárias. O empenho na construção também conheceu o empenho na sua destruição pelos seus inimigos.

O investimento artístico e construtivo sempre foi aplicado na materialização de “objectos-símbolo” de ancoragem e transmissão dos valores das comunidades. O que era estimado sempre foi conservado. O que foi variando ao longo da História foi o objecto da estima e a abordagem conservativa.

Noam Chomsky (2014: 140) diz que a linguagem foi a alavanca que permitiu o desenvolvimento de outras capacidades. Mas a evolução da própria linguagem será certamente devedora da evolução da escrita, que permitiu estudar o passado do pensamento e construir a Teoria. Quando os ideogramas originais que representavam conceitos e ideias, são substituídos pelos grafemas, que começam a traduzir palavras, na escrita hieroglífica, seguida de sons fonéticos na escrita alfabética, abrem-se novas potencialidades. A complexidade da linguagem e do pensamento desenvolvem-se graças à possibilidade de registar raciocínios e de construir novas reflexões sobre as primeiras considerações. A escrita torna-se o motor da Teorização.

É nessa linha que o monge Guido d'Arezzo decide no séc. X inventar um modo da escrever a música, para permitir estudar e construir o passado da música que conduziram ao seu amadurecimento.

As relações comerciais no Mediterrâneo, a romanização do espaço europeu, a exportação de “maçons” da Igreja Cristã para toda a esfera do mundo ocidental durante o românico e o gótico (Ortigão, 1896: 41) promoveram a divulgação e a uniformização dos valores e dos gostos, do modo de edificar e de venerar o sagrado, globalizando-os neste território. Colocadas sob a mesma batuta, as diferentes regiões, apesar das variações e desfasamentos, sentiram os mesmos momentos históricos. Os “objectos-símbolo” das comunidades, bem como as suas lendas e tradições, foram sendo construídos, preservados, melhorados numa linha de continuidade natural. A estratégia de *presentificação* do valor evocativo de cada edificação, i.e. de trazer para o presente essa memória, conduzia a actualizar os códigos referenciais para manter a adoração e a pertinência do objecto enquanto aglutinador de comunidades. Neste contexto não fazia sentido intervir sem ser para corrigir e melhorar, dentro da evidente linguagem técnica e construtiva de cada época.

A emergência do sentimento que modela o conceito de Património ocorre no Renascimento por uma confluência de circunstâncias pela primeira vez reunidas. O sentimento de sobrevivência à fome e à peste negra que mataram um terço da população europeia conduziram a um surdo descrédito na ortodoxia cristã e uma nova valorização do passado greco-romano, afinal com outra liberdade de pensamento. Colocavam o tempo antes ao surto para uma fase anterior da história. Ao olhar para trás, homens como Petrarca viram mais ao longe, evidenciando o afastamento histórico. Mas esta dimensão de afastamento não significava estranheza, mas uma subtil familiaridade ancestral, onde se reconheciam arquétipos da contemporaneidade renascentista. Durante séculos o Homem conheceu outras culturas às quais não reconheceu valor. A ancestralidade não era condição suficiente. Fundamental para o “sentimento de respeito” referido por Françoise Choay (1982: 49) foi o regresso do Papado a Roma em 1377 e definitivamente em 1420. Depois de uma luta de poder que revelou ideologias distintas no seio da cristandade, o Papado vencedor, com desejo de afirmação da sua ancoragem histórica, encontra nas ruínas de Roma os testemunhos desse seu passado que pretende glorificar. Contudo, desta vez importa cuidar da mudança, para não lhe apagar o valor do testemunho que se quer revelar, e principalmente evitar a transformação em cal das pedras dessas ruínas. Surgem os primeiros documentos de protecção a edificações que se veneram como modelos de perfeição para atingir e se possível superar. Durante os séc. XV e XVI multiplicam-se as viagens a Roma e nascem coleccionadores e antiquários. E se para os humanistas as ruínas contextualizam os textos literários e para os artistas as ruínas

servem de cânones para novas produções, para os coleccionadores e os antiquários importa a autenticidade dos objectos reunidos e comercializados.

Durante o séc. XVII e o XVIII, o trabalho de limpezas, complementos e actualização de obras antigas, para os coleccionadores e para os museus que se formavam em toda a Europa, fomentou o gosto pelas obras do passado. Em meados de setecentos Cavaceppi é o primeiro a registar por escrito as partes que acrescenta nos seus restauros da escultura, legitimando como originais as restantes. Na mesma data, Antinori recebe do Papa a encomenda de restaurar o Obelisco de Montecitorio sem acrescentar qualquer falsificação histórica. Pela primeira vez a adição é executada com formas essencializadas, claramente discerníveis do original. Pontualmente rasgavam-se caminhos inovadores de interpretação e intervenção no património.

O Iluminismo e o desejo de compreender a realidade envolvente, procuravam sistematizar para conhecer a arte, tendencialmente encerradas nas colecções e acervos museológicos. O apreço pela fidelidade histórica faz nascer novo desejo do clássico, iniciando um novo ciclo de classicismo. Fundamentado na cientificidade do conhecimento neoclássico, o esteta do séc. XVIII assume que neoclassicismo é o estilo adequado para todos os restauros e complementos. Tendente à unidade morfológica sempre procurada, o neoclassicismo utiliza códigos construtivos e materiais idênticos, ao mesmo tempo que é considerado mais elegante que a austeridade do românico, menos bárbaro que o gótico e mais sóbrio que o barroco.

A lenta evolução dos conceitos iria conhecer um golpe abrupto perante a devastação patrimonial ocorrida na Revolução Francesa. O sentimento de premonição de perda e perda efectiva foram motores da reflexão teórica sobre os valores a preservar e sobre o modo de o fazer.

Primeiramente pela tomada de consciência por parte dos novos responsáveis políticos do valor material envolvido nos bens que passavam para seu poder e que era necessário proteger da destruição e pilhagem. Em 1790 surgem as primeiras palavras a apelar à moderação, à protecção dos “monumentos históricos” da França, construídos pelo “génio”, capazes de “narrar os grandes acontecimentos da nossa história”, para em 1792 ser decretada a eliminação dos vestígios da feudalidade. A destruição decretada pelos governantes fazia nascer uma consciência do valor documental, histórico e artístico do que se perdia. Ao abrir as portas de locais onde nunca ninguém entrara, enquanto uns pilhavam e destruíam, outros deslumbravam-se com a qualidade dos trabalhos, e sentiam a perda perpetrada. Mas as posições de defesa e tolerância com o património eram tomadas com muitas precauções, principalmente durante o Período do Terror, onde levantar a voz em defesa de um

objecto ou edifício histórico poderia conotar o defensor como contra-revolucionário, integrando-o no contingente dos 17 000 guilhotinados entre 1792 e 1794.

Durante a primeira década do séc. XIX a Europa assiste a um novo momento de globalização com as invasões francesas, que contaminam as diferentes nações com novas ideologias políticas, mas também culturais. Igualmente global era a Revolução Industrial, com impacte real em datas diferentes em cada país, mas que tendeu a criar problemas idênticos em todos os territórios.

Os processos industrializados remetiam o trabalho manual para um “passado” ultrapassado pela “modernidade” industrial. Novos materiais, mais rapidez, menos custos, novos pragmatismos na construção, gerindo novos programas funcionais de equipamentos públicos seculares, determinantes para as populações, marcavam um novo contexto, tornando o “passado” numa disciplina para ser estudada pelos teóricos de conhecimento dileteante, científico e especializado.

Motivados pela invasão dos espaços sagrados de cada nação pelas tropas francesas, bem como pelos efeitos alienantes dos novos modelos de vida industrial, quase todos os países europeus iniciam uma actividade legislativa na protecção do seu património edificado, sentindo-se impelidos a restaurar os seus “objectos-símbolo”, como afirmação da independência reconquistada.

A emergência da imprensa permitia tornar públicos os comentários dos intelectuais, que se tornam interventivos, escrutinando a profissão de restaurador com inclemência, sendo normalmente muito objectivos nas críticas do que não se devia fazer, deixando em aberto o que deveria ter sido feito. A crítica tornava-se corrente. Em Itália, Raffaele Stern teve que explicar bem as razões do trabalho de consolidação no Arco de Tito, que acabou à data por ser considerado insatisfatório.

É pela acção de Guizot, com a criação do Serviço Francês dos Monumentos Históricos e pela actividade técnica e científica de Vitet, Mérimée, Didron, Bourassé, com contributos científicos de Victor Hugo, que nasce uma real doutrina, um conjunto esclarecido de critérios que esboçam uma estratégia a seguir em face dos restauros. Valores como conservar é manter o que existe, intervir implica conhecer o objecto em profundidade, evitar os complementos, respeitar as adições com valor, intervir preferencialmente pelo princípio de intervenção mínima seguindo como ordem progressiva consolidar, reparar, restaurar, refazer, não embelezar, não adicionar e nada suprimir, mas também não negligenciar a necessidade de intervir, foram princípios nascidos nesta data cuja actualidade se mantém. Determinante para o conhecimento da realidade patrimonial do país foi também a impressionante lista de objectos classificados em França que passa de 934 a 3000 de 1840 a 1849.

Num contexto que condena as produções artísticas barrocas, demasiado recentes por as considerar degenerações dos estilos medievais e do renascimento, a intervenção

de restauro servia para consolidar estruturas e corrigir patologias, mas também para operar uma censura estética contra degenerações que desvalorizavam o monumento original. Goethe havia sumarizado que a promiscuidade entre as diferentes formas de arte era o signo mais claro da decadência artística (Maia, 2007: 146), pelo que uma boa intervenção deveria repor a unidade estilística da obra e pautar-se por passar despercebida, disfarçando o que acrescentava. O conceito de integridade do conjunto e da autenticidade do projecto original serão as linhas condutoras que determinarão a remoção dos acrescentos posteriores, que são vistos como degradação e não como parte da história do edifício, em especial os mais recentes, aos quais evidentemente, não se reconhecia nem valor histórico pela proximidade, nem valor estético, por conflituar com a pureza da forma original.

A esta regra excluía-se as obras de autores de qualidade reconhecida, como ocorrera com os frescos da Capela Sistina de Miguel Ângelo, que na campanha de decoro saída do Concílio de Trento, foram sido pintadas por cima por Volterra sem destruir o original, estando o primeiro autor ainda vivo, por se considerar desde logo que seria um crime destruir.

Como sempre, a base conceptual que conduz as opções do restauro resulta do sistema de valores de cada sociedade em cada tempo histórico, que sustenta e modela o conceito de *autenticidade* que se vai proteger (Rivera Blanco, 2008: 135). Até ao final do séc. XIX em França, e meados do séc. XX em Portugal, o valor de autenticidade é respeitado, sempre que se investiga, interpreta e se continua ou até se aperfeiçoa o tecido construído existente. Não se atenta contra o património, se afinal se está até a beneficiar o seu estado de conservação, melhorando alguns dos seus aspectos funcionais e estilísticos. Desrespeitoso seria alterar o estilo ou não completar o que seria previsível, e na falta de dados concretos, incorrecto seria não propor na continuidade estilística, garantindo o encerramento coerente do objecto global. Se a matéria é substituída por outra, refazendo-se partes inteiras, é porque o fundamental é a forma e a estrutura global, e não é simplesmente reconhecido valor ao material em si, à manualidade do trabalho do artesão. Só na escultura e na pintura se reconhece valor por ser obra de artista, e não de artesão, que é visto como um operário.

O valor atribuído à matéria surge como consequência da revalorização do trabalho manual operado por contraponto à industrialização da sociedade. Os movimentos de Arte Nova, nomeadamente o liderado por Morris, pretendiam promover o trabalho dos artífices, elevando-o a uma categoria de artista, contra o anonimato dos produtos industriais. Começa a ser reconhecido valor à matéria que construía os edifícios, uma vez que neles se encontrava o produto do trabalho de gerações antepassadas, dos

artífices que se estavam agora a promover. Em paralelo, o robustecimento do pensamento positivista conduzia vários países da Europa, entre os finais do séc. XIX e os anos 30 do séc. XX, a investir no inventário, no registo fotográfico e no recurso ao laboratório para a correcta análise de suportes e materiais (Custódio, 2011: 185). Em 1888 é criado o primeiro laboratório de conservação dentro do *Staalichen Museum*, o Museu Real de Berlim, seguido do *British Museum* em 1919, do Museu do Louvre em 1925/31, do *Fine Arts Museum* de Boston em 1927/28 e do *Metropolitan Museum* de Nova York em 1930.

A análise química e física pretendia evitar erros de interpretação e correspondia a um desiderato da civilização enciclopédica e iluminista (Idem: 396).

A polarização do confronto entre conservação de Ruskin e o restauro de Viollet-le-Duc sintetizada por Boito (Tomé, 2002: 128) surgia posteriormente no início do séc. XX como chave operativa para gerir as ambiguidades e idealismos do romantismo. Tornavam-se paradigmas de polos opostos, aplicados com intensidades e sucessos diferentes, numa constante revisão das teorias confrontadas com a realidade de cada obra. Os *limites* e os excessos experimentados nestas épocas de mudança (Duarte, 1992: 24), desenhavam em cada nova obra novas fronteiras de inovação ou crise cujo avanço ou recuo dependia da correcta conjugação de provocações.

O advento da Primeira Guerra Mundial e a eclosão do Movimento Moderno sulcou uma linha de separação entre os que se mantiveram na continuidade das *Beaux-Arts* e os que procuraram na indústria e nas potencialidades da engenharia, as fundações de uma nova arquitectura social. Nesta data, o capital de conhecimento na área da Conservação e Restauro contava já com episódios de reflexão escrita, com posturas divergentes e bases de consenso em vários países da Europa. Separando-se dos activistas dos CIAM, a disciplina da conservação mobilizava técnicos especializados na área, vulgarmente afastados das vanguardas e das reivindicações modernas. As problemáticas do restauro estilístico versus conservação, o estudo das técnicas tradicionais e dos sistemas construtivos antigos absorvem as suas preocupações, longe das potencialidades da standardização e das reclamações sociais. Pelo seu lado, o racionalismo elegeu a construção com os materiais provenientes da indústria, repudiando os tradicionais. A separação das linguagens ocorreu inclusivamente ao nível dos profissionais, que se afastaram, dividindo-se entre arquitectos do projecto (ditos modernistas) e o da conservação e restauro (ditos ecléticos e historicistas). Tal dicotomia vem reencontrar-se nas décadas 50 a 80, com pontes de ligação personalizadas em apenas alguns arquitectos, mantendo-se a separação no geral.

No Segundo pós-Guerra Mundial, quando os arquitectos modernos procuram de novo a inspiração da História e tradição, a semântica moderna vem miscigenar-se com os

materiais tradicionais e em seguida com a linguagem tradicional. Quando os arquitectos modernos começam a usar o soalho, a pedra aparelhada, a telha ou os rebocos de cal, a continuidade material era total e as confrontações de linguagem surgiam com naturalidade. Tal como acontecera na passagem do românico para o gótico: o material base era a pedra e a linguagem de qualquer ampliação era executada dentro da linha da nova linguagem sem qualquer hesitação.

Contudo, os compartimentos do saber não se mantiveram estanques, encontrando-se sintomas de modernidade na utilização de betão em reabilitações e repristinos, como no caso emblemático do Campanile da Praça de S. Marcos, e na organização funcional das alterações impostas em várias edificações históricas, da mesma maneira que a pureza formalista do moderno mais ortodoxo, rapidamente surge contaminado por regionalidade e adequação cultural, como no caso da Casa Errazuris no Chile de Le Corbusier, logo em 1930, um ano após a Villa Savoye e o II CIAM em Frankfurt. Ao longo das primeiras décadas do séc. XX encontram-se sinais de contaminação em ambas as partes, seja pela funcionalidade e depuração nas opções dos ditos ecléticos, seja pela inspiração e metamorfose de códigos construtivos tradicionais em arquitecturas modernas.

Na Carta de Atenas após o IV CIAM de 1933, e pela primeira vez, os resultados de um Congresso tocam nas duas temáticas Movimento Moderno/Conservação e Restauro, revelando a noção holística e abrangente do território de intervenção dos arquitectos. Ainda que sem a profundidade da Carta do ano anterior, revela que os seus subscritores deveriam conhecer a sua congénere do restauro. Mas prevalecia o higienismo (Aguiar, 2002: 83) e a textura histórica era admitida quando não houvesse insalubridade. O direito ao sol era uma nova exigência.

Se os arquitectos modernos foram contaminados pela história e o Team X começa a defender as retomas do passado que se tornariam mais evidentes no pós-modernismo, campos disciplinares da conservação e restauro foram igualmente contaminadas pela depuração, pelo platonismo das formas puras da ortodoxia racionalista, bem como pelo expressionismo dos materiais tradicionais da segunda geração de modernos. Os materiais tradicionais da pedra, madeira, tijoleiras, cal regressam às intervenções nos objectos existentes e aos monumentos históricos, caldeados pelo sentir moderno, com uma plástica que os utiliza em confronto com os existentes, sem os fingir antigos. Muitas vezes o mesmo material existente num determinado edifício passa a ser utilizado nos acrescentos, mas assumido como contemporâneo. Afinal o material é o mesmo, e não é antigo nem novo, é o de sempre, como diria Souto Moura.

O desenvolvimento intrínseco das culturas regionais contou muitas vezes com uma certa "fertilização" ou contaminação provinda de outras culturas, do ponto de vista

da teoria crítica. Certo de que nem tudo é válido para a contemporaneidade, o processo dialéctico é assistido pela crítica e pela liberdade criativa do autor, que elege, altera, adiciona ou purifica os aspectos da tradição que considera adequados na formulação da sua proposta contemporânea. Neste processo de regionalização, procura paradoxalmente atingir um manifesto crítico de valor global que constitua paradigma universal (Frampton in Jencks, 2006: 98).

A alteração dos materiais e das técnicas conduziu e promoveu o distanciamento que conduziu ao respeito, fazendo emergir uma nova classe de profissionais: o restaurador, não o artista que utiliza como base para uma nova criação, mas antes o técnico de formação científica e histórico-artística que se submete e respeita o objecto a restaurar, e cujo objectivo primordial é restituir um melhor estado de conservação e maior clareza de interpretação ao objecto.

O recurso à ciência de suporte foi crescendo ao longo de todo o séc. XX, com novos produtos da química, e novos testes e sistemas, tais como ultravioletas, ultra-sons, infravermelhos, medições apuradas de humidades, compactação, capacidades de carga; a fotografia generalizou-se a cores, tornou-se digital e finalmente com varrimentos 3D, digital e a cores, com reproduções da realidade a escalas milimétricas de edifícios inteiros.

Na actuação prática, a cientificidade nas intervenções foi crescendo em qualidade. Se no Portugal do séc. XIX até meados do séc. XX, o restauro de pintura e escultura já são realizados por artistas, os trabalhos de marcenaria, talha, serralharia, estuques, escaiolas, esgrafites, embrechados, azulejos continuam a ser executados por artífices especializados com base em conhecimentos empíricos adquiridos na obra e nas regras da boa arte (Custódio, 2011: 184). As novas empresas que se vão constituindo começam a ser lideradas e orientadas por conservadores-restauradores com um capital técnico e teórico adquirido academicamente, embora muitos dos executantes se mantenham no registo anterior. Talvez só no séc. XXI se encontre em Portugal uma empresa que trabalhe apenas com operários de formação académica superior em restauro, o que rapidamente se tornou relativamente corrente.

A especialização científica e o suporte técnico que ela significa, fundamentam os diagnósticos e orientam as opções de intervenção.

A defesa legítima por uma maior multidisciplinaridade abrangente, integrando nas equipas de intervenção especialistas de cada vez mais áreas científicas, coloca a ciência (sobretudo a química e a física laboratorial) em destaque na disciplina do restauro. Naturalmente complementares e determinantes em muitos contextos começa a pender para a preponderância da "cientificidade" do restauro, onde a metodologia que lhe deu suporte e que conduziu o desenvolvimento se torna tão, e

por vezes mais, importante como o resultado final. Atingimos um ponto onde a sacralização da Tecnologia científica se torna uma exigência que «[...] hoje não se entende um bom restauro sem que antes se tenham gasto dezenas de milhares de euros em estudos de laboratório e na utilização de modernas máquinas de limpeza ou análise, de maneira que o juízo, a eleição crítica [...] estão determinados pela técnica e não pela reflexão [...]»(Rivera Blanco, 2008: 222)¹⁰⁹.

Do mesmo modo em que o estudo da história do edifício se revela importante para lhe conhecer a dimensão histórica e a simbologia cultural acumulada, também a identificação da sua matéria física e química é particularmente relevante para evitar erros de compatibilidade de materiais. Mas será inequívoco que estas actividades se situam na esfera do diagnóstico, cada vez com mais ferramentas de precisão, mas que se limitam a fornecer dados para a decisão, que permanece uma prerrogativa do arquitecto ou do conservador, a quem cumpre decidir e executar.

Apesar da multiplicidade das referências doutrinárias, ou talvez por isso mesmo, a decisão sobre os modos de intervenção é paradoxalmente cada vez mais aberta. Emerge uma tendência pós-estruturalista de evitar paradigmas e procurar, ainda que respeitando bases éticas globalmente aceites, soluções experimentais inovadoras, cuja qualidade se vê apenas caso a caso (Fernandes in Custódio, 2010: 241). Sendo certo que a evolução surge inevitavelmente por pequenas rupturas na continuidade, e que certas obras abrem novas perspectivas nunca antes equacionadas, na verdade tal liberdade conceptual benéfica em contextos informados, pode resultar perigosa em soluções pouco esclarecidas.

Na verdade, com a redução do mercado de trabalho na arquitectura na construção de edifícios novos, e pela valorização que os edifícios antigos vão conhecendo, com valor histórico-artístico ou mesmo de construção corrente, muitos arquitectos que não operavam no mercado da reabilitação, começam a ser chamados a intervir. Quando se fundem os campos temáticos, temos arquitectos sem qualquer formação específica na área do restauro a fazer intervenções, desconhecendo a história das obras europeias, da evolução da problemática, da maturação doutrinária, e que intervêm com total liberdade segundo critérios arbitrários, sem enquadramento nem qualquer tipo de conceptualização fundamentada. No contexto espanhol, Rivera Blanco chama-lhe «a HETEROTROFIA DA RESTAURAÇÃO ESPANHOLA, ou a validade de

¹⁰⁹ «[...] de manera que hoy no se entiende una buena restauración si antes no se han gastado decenas de millares de euros en estudios de laboratorios y en la utilización de modernas máquinas de limpieza o análisis, de manera que el juicio, la elección crítica, [...] está determinada por la técnica y no por la reflexión [...]» (tradução livre).

qualquer caminho, método ou tendência com um notável excesso de inspiração em revistas ou livros mal entendidos ou pior assimilados.» (Rivera Blanco, 2008: 190) ¹¹⁰

Deste cenário já muito real e com vários exemplos entre arquitectos inclusivamente de nomeada, resultam soluções que também em Portugal vão do mau projecto, a propostas que podem abrir rasgos para novos caminhos. Contudo, as soluções fundamentadas tendem naturalmente a ser as mais interessantes, mesmo que irreverentes ou inesperadas. Quando se entendem diferentes conceitos ancorados na história da conservação, mas que num pormenor, num conceito ou numa atitude se posicionam de modo inovador, merecem-nos mais atenção e respeito. Porque mesmo mantendo as diversas tipologias e critérios do passado e da doutrina do presente, existe sempre espaço para uma nova articulação, com um novo lugar, um novo programa e uma nova personalidade projectista.

Sendo certo que a História resulta do que escreveram os vencedores como diria George Orwell, a verdade é que todo o escrito resulta de perspectivas individuais dos acontecimentos, baseadas em factos, fundamentadas em acontecimentos e documentos, mas inevitavelmente interpretados, encadeados e relacionados por alguém, que escolhe o que considera relevante e ignora o que vê como desprezável. Tal como quem escreve uma narrativa, um arquitecto também elege o que relevar e o que desprezar, o que restaurar e o que eliminar, o que alterar e acrescentar para o cumprimento funcional, tendo sempre como objectivo – numa teoria de valores – a síntese artística do conjunto, a coerência enquanto obra de arte que também é. Os valores formais e artísticos subordinam os requisitos práticos, respeitam-nos e respondem-lhes, ao mesmo tempo que decidem sobre o futuro dos elementos já existentes e para eles projectam um novo futuro integrado numa nova obra de arte.

¹¹⁰ «a HETEROTROFIA DE LA RESTAURACIÓN ESPAÑOLA o validez de cualquier camino, método o tendencia con un exceso notable de inspiración en revistas o libros mal entendidos o peor asimilados.»(tradução livre).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PALÁCIO DE BÉLEM

3.1. A emergência das quintas

Desde a antiguidade que a procura de segurança associada à cidade levou a desenvolver este fenómeno de aglomeração, considerado durante muito tempo como único sítio onde levar uma vida feliz (Morris, 1984: 101). A evolução da vida do homem em comunidade promoveu o desenvolvimento das socialidades entre grupos, a par com o aperfeiçoamento da arte da guerra e defesa (Morin, 2000: 184) ¹¹¹, e a invenção das artes do extermínio colectivo e da destruição organizada, impunha a necessidade de uma protecção física eficaz que só parecia possível na cidade. A muralha de cerca cidadina, para além de constituir fisicamente uma barreira de separação entre cidade e campo, demarcava os privilégios do residente no interior em relação ao residente no exterior: os residentes no campo aberto estavam sujeitos aos ataques de animais selvagens e pilhagens de assaltantes, populações nómadas ou de exércitos inimigos; os moradores da cidade, plenamente cercada e assim protegida, onde o controlo informal evitava os assaltos, onde se localizavam as facilidades administrativas e de comércio, e onde se vivia um quotidiano de segurança, mesmo em períodos de guerra (Mumford, 1961: 79), ainda que com piores condições sanitárias, consequência da concentração de população ¹¹².

Em oposição às condições insalubres dos contextos urbanos, o “subúrbio” começa a ser olhado a partir do Renascimento como antídoto ou contraponto de equilíbrio de salubridade. «A vida no campo parecia a melhor, e quanto mais se afastava da cidade, mais se ganhava em saúde, liberdade, independência» (Idem: 521). O efeito magnetizante dos pólos urbanos promoviam uma constelação de áreas circundantes que dependiam do centro para as suas actividades económicas, para comprar e vender, para lazer, para os actos religiosos, para segurança em caso de cerco, etc. Em troca, essas áreas circundantes serviam de contraponto ao espaço urbano, de reencontro com a ruralidade. A sua proximidade à área da cidade era estabelecida pela operacionalidade das deslocações a pé, ou com os meios de transporte disponíveis em cada época.

Desde os romanos que se cultivava a diferença social entre a *Villa Rústica*, dirigida à produção agrícola, e a *Villa Suburbana* que mantinha a função produtiva, mas

¹¹¹ «A coexistência estimula não só as trocas e as alianças, mas também as rivalidades e as hostilidades.[...] A guerra é muitíssimo mais do que agressão e conquista, é um levantamento geral dos controlos de comportamento[...]» (Morin, 2000: 184).

¹¹² «Durante milhares de anos, os moradores das cidades dispuseram de recursos sanitários deficientes[...], refocilando no lixo e na imundície [...]», (Mumford, 1961: 89).

acumulava com funções recreativas e representativas, com o cultivar dos prazeres da vida no campo ligada à Natureza, em complemento à vida na cidade (Pires, 2013: 25). O modo de habitar as Villas, «A *Vilegiatura*, como expressão do ideal cultural do habitar rural, é impulsionada por uma elite humanista que venerava e tentava pôr em prática os ideais da cultura clássica.» (Idem: 21).

O modelo era claramente inspirado em Roma. Não só cidade, mas tudo o que Roma significava de cultura, de poder, de influência, de moda e de modo de vida luxuoso e diletante. Gradualmente estas casas senhoriais começam a chamar-se “palácios”, nome que aludia às majestosas “Domus” da colina do Palatino¹¹³, no centro de Roma. Nesta colina tinham vivido Cícero, Lúvia e Augusto (Ferrero, 1997: 89). Da colunata do Palácio Imperial podiam os imperadores ver o circo Máximo de Roma, estar próximo do Coliseu e das Termas de Caracala. «*Todas as palavras subseqüentes, “palau”, “palace”, “palais”, “palazzo”, “palast”, até mesmo a cidade na Dalmácia [na Croácia] de Split, a antiga Spalato (es-palatium), são tributárias do Palatino Romano.*» (Ferrero, 1997: 89) ¹¹⁴. O esplendor do Império Romano desde Carlos Magno era retomado na figura dos novos imperadores e novos senhores do Renascimento, muito mais abertos à poética do jardim, do conto, da aventura, do gosto pelas artes, onde a flora dos jardins e dos campos de cultivo surgia como opção estética e de modo de vida. A casa senhorial era articulada com áreas de jardim para o recreio, bem como as áreas de cultivo com produção real, muitas vezes em largas escalas. O jardim desenhado como arquétipo da perfeição colocava poeticamente o Homem em contacto com a Natureza divina (Pires, 2013: 21).

Na Toscana, as casas senhoriais existentes nas grandes propriedades ao longo do vale do Arno, implantavam-se colateralmente às zonas de produção, das quais mantinham uma relativa independência, mas situavam-se estrategicamente em pontos sobre-elevados da propriedade para afirmar a sua posse (Idem: 31).

Tal como preconizado por Alberti, as villas situadas em encosta eram resolvidas em socalcos horizontais, geometricamente delineados, com degraus assumidos entre plataformas, que podiam encastrar casas de fresco e cascatas.

Vitrúvio defendia modelos específicos e disposições «[...] *mais convenientes das casas segundo a categoria social das pessoas*» (Vitrúvio, 1995: 243)¹¹⁵, de onde concluía que «[...] *quem possuísse um escasso património não precisava de vestibulos sumptuosos, nem de recepções, nem átrios magníficos, já que são eles que se vêm obrigados a*

¹¹³ Tal como Lisboa, Roma tem sete colinas: Quirinal, Viminal, Esquilino, Caelius, Aventino, Capitol e Palatino

¹¹⁴ «*Todas las voces subsiguientes, “palau”, “palace”, “palais”, “palazzo”, “palast”, incluso a actual cidade de na Dalmácia de Split, la antigua Spalato (es-palatium), son tributárias del Palatino romano.*», (tradução livre).

¹¹⁵ «[...] *más conveniente de las casas según la categoría social de las personas.*», (tradução livre).

visitar outras pessoas e ninguém os visita. Os que vivem dos produtos do campo devem dispor os seus estábulos e as suas lojas nos vestíbulos, e no interior da casa se situarão as adegas, celeiros e despensas, cuja finalidade é guardar os produtos, mais do que oferecer um aspecto elegante.» (Idem: Ibid) ¹¹⁶.

Sem contradizer Vitruvius, e já no contexto Renascentista, Palladio propunha descrição na imagem exterior da casa, evitando a ostentação, considerando que a «[...] aparência exterior da Villa deveria ser austera, de acordo com o ideal da “vita Sobria” e com a tradição das casas da Antiguidade [...] sendo a riqueza mostrada intencionalmente no seu interior- paredes decoradas com frescos que representavam a vida na Villa e outros elementos decorativos mais personalizados, reveladores do seu nível cultural.» (Pires, 2013: 73).

Pese embora o desfasamento geográfico e cultural relativamente a Itália, neste período começam lentamente a surgir casas senhoriais nos arredores Ocidentais de Lisboa. No séc. XVI essa tendência é já bem evidente, caracterizando o modo de ocupação do território. Mas as áreas de Alcântara a Algés junto ao rio já eram habitadas desde há muito tempo, tendo sido possível encontrar «[...] dezasseis estações arqueológicas (do Paleolítico à Idade do Bronze), mais ou menos espalhadas por toda a sua extensão, mas com uma área mais concentrada, situada desde as proximidades dos Montes Claros até à Tapada da Ajuda» (Néu, 1994: 13). A relativa fertilidade dos terrenos tornavam esta área agricultada, servindo o abastecimento da cidade, provavelmente desde a sua conquista aos mouros em 1147. A ocupação da povoação do Restelo, que mais tarde aparece designada como Belém, parece manter-se sem ocupação significativa, mesmo após o início da construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém por D. Manuel.

A carta do estuário do Tejo de Álvaro Seco de 1560 e uma carta holandesa de 1583 (Idem: 20) mostram que a situação se mantém em meados de Quinhentos, data do primeiro registo de construção no palácio de Belém. No séc. XVI os limites ribeirinhos da capital ficavam marcados pela Madre de Deus a Nascente e pelos Jerónimos a Poente (França, 1980: 22)

É neste contexto social e cultural que se regista a primeira construção no espaço que se viria a definir como o Palácio de Belém.

¹¹⁶ «[...]quien posea un escaso patrimonio no precisa de vestíbulos suntuosos, ni de recibidores, ni de atrios magníficos, ya que son ellos los que se ven obligados a visitar a otras personas y nadie acude a visitarlos. Los que vivem de los productos del campo deben disponer sus establos y sus tiendas en los vestíbulos, y en el interior de la vivienda se situarán las bodegas, granaderos y despensas, cuya finalidad es guardar los productos, más que ofrecer un aspecto elegante.» (tradução livre).

3.2. A casa inicial

A primeira edificação de que existe referência nesta área terá sido iniciada em 1559 por D. Manuel de Portugal, filho do 1º conde de Vimioso que, por aforamento aos frades Jerónimos de Santa Maria de Belém, possuía «[...] *propriedades - certamente com descontinuidades – desde a que deu origem ao palácio onde hoje se encontra a Presidência da República até aquela em que foi construído o Centro Cultural de Belém, durante séculos chamada Quinta da Praia.*» (Néu, 1994: 22) Só esta parte da propriedade comportava os “prazos de cima”, actual Jardim Tropical, e os “prazos de baixo”, actual perímetro do Palácio de Belém (Oliveira in Gaspar, 2005: 20).

Após o aforamento que recebe em 11 de Setembro de 1559, D. Manuel de Portugal, fidalgo poeta que terá vivido mais de oitenta anos (Saraiva, 1991: 36), faz alguns investimentos e introduz várias melhorias na sua quinta à beira rio plantada.

D. Manuel de Portugal terá erguido um casarão sólido e austero perpendicular ao rio, num cabeço rochoso existente no local, que corresponde sensivelmente à área da actual Residência da Arrábida, a actual Residência Oficial. O casarão poderá ter funcionado como convento (Idem: 35) para albergar os frades enquanto acompanhavam as obras do Mosteiro e aguardavam a execução do dormitório.

A Norte desenvolvia-se uma vinha, a Quinta do Outeiro das Vinhas, que o Rei D. Manuel I doara aos frades da Ordem de São Jerónimo, em simultâneo com os terrenos a Poente para a construção do seu Mosteiro, cuja construção se inicia neste ano da graça de 1499.

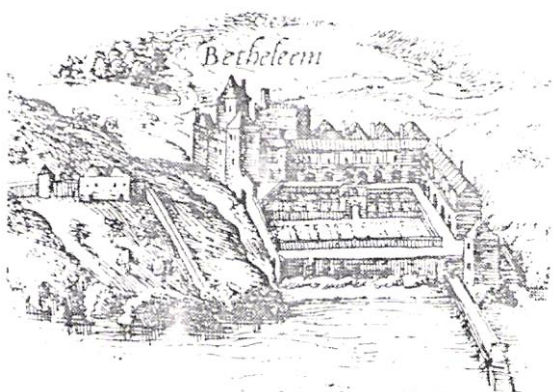


Fig.5. Casarão primitivo no início do séc. XVI. Autor desconhecido.

Nos registos de posse imobiliária destes territórios a Poente de Lisboa, começam a surgir nesta data referência a quintas de vigiliatura - de rendimento agrícola mas com funções também de recreio-, descritas por Damião de Góis «[...] *ao dizer que dos Jerónimos “até à primeira extremidade de Lisboa, corre a distância de três mil passos. Por todo este trajecto são dignas de ver-se muitas construções de quintas suburbanas*

de admirável elegância e aprazimento. Também há campos e pastios[...]» (Néu, 1994: 21). Da volumetria representada (Fig.5) percebe-se que a edificação mais alta se situava acima da cota da envolvente, desenhando um piso térreo amaciçado, sem utilização e por isso sem janelas, desenvolvendo-se o primeiro piso utilizável em primeiro andar relativamente ao terreno circundante. O edifício compunha-se de quatro salas principais modeladas num conjunto assimétrico em planta e volumetria, que congrega um núcleo à volta do cabeço rochoso. Paralelo ao rio Tejo desenvolvia-se um corpo estreito, que incluía certamente as escadas de pedra que acedem dos salões ao jardim e piso superior, na continuidade dos "Quatro caminhos". Este corpo dividia então o *Jardim de Cima*, o actual Jardim da Arrábida, e o *Jardim de Baixo* (Saraiva, 1991: 36), um "parterre" ou planalto natural a Sul que estabelecia já a cota do actual Jardim dos Buxos, com um ressalto topográfico que delimitava o fim da propriedade e antecedia o areal das margens fluviais e que daria lugar à Estrada de Belém.

A Nascente anunciava-se o aumento de volumetria a definir o futuro Pátio das Damas, num corpo perpendicular ao rio que se prolongava num ancoradouro de madeira que entrava na água, e que permitia o acesso fluvial, que seria determinante numa época em que os percursos terrestres se faziam principalmente a pé ou em mulas, ou cavalos para os muito mais abastados.

Acrescentam-se ainda cavaliariças e um picadeiro a Nascente, junto à Ribeira dos Gafos (actual Calçada da Ajuda), e mais uma rampa de acesso ao pátio que desenha a Nascente (local do actual pátio das Damas).

A Poente surgem pequenas edificações, que correspondem sensivelmente às actuais casas de função e carpintaria do palácio. Estas edificações definem um terreiro acedido por uma rampa perpendicular ao rio, cuja sedimentação resultou na actual Rampa de Honra e Pátio dos Bichos.

3.3. Salões e jardins

Seguem-se sucessivas trocas de propriedade e morgado até à posse por D. João da Silva Telo de Menezes, terceiro Conde de Aveiras, que em 1662 solicita que seja feito o "cordeamento" (Oliveira in Gaspar, 2005: 21), requerido para poder murar a propriedade. Autorizado em 1665, o limite perimetral dos dois "prazos" é fechado.

D. João da Silva Telo de Menezes e os seus sucessores, nomeadamente o seu filho D. João da Silva Telo acrescentam até 1726 uma sala de cada lado dos três pavilhões principais, terminando a fachada Sul do palácio tal como é hoje conhecida. O torreão quinhentista desaparece (Saraiva, 1991: 37) possivelmente em busca de uma simetria

clássica para o Alçado Sul, estratégia própria dos ecos do Renascimento que chegavam a Portugal.

O terreno utilizável de jardim em planalto que terminava abruptamente num declive de dois pisos de altura que tocava directamente o leito do rio no limite da propriedade, é ligeiramente aumentado. A topografia natural acabou por ser sedimentada pela definição posterior do degrau formado pelo Jardim das Laranjeiras, que antecede o Jardim dos Buxos. O limite é rematado com muros e estátuas, incluindo os três pavilhões sobre o alçado Sul. O pavilhão central considera uma pequena fonte no seu interior com uma pequena figura feminina de jaspe, que ainda existe.

Entre 1681, data da aquisição da quinta, até à sua venda ao rei em 1726, é edificada a varanda Sul junto à construção principal, com a “casa de fresco” por baixo, aberta sobre o Jardim dos Buxos, pontuada por uma estátua feminina em mármore de Itália. A edificação de uma escadaria de acesso ao piso nobre era um código de distinção de todas as casas senhoriais a partir do Renascimento. Para além de preservar o interior das humidades e animais rastejantes dos pisos térreos, construir a casa dos senhores no piso elevado permitia um «[...] *domínio visual sobre os terrenos agrícolas e destacava-a visualmente a partir do exterior, a maior distância [...] [afirmando] simbolicamente o controle absoluto do seu território de influência*». (Pires, 2013: 65)

Neste período, o Conde de Aveiras implanta a Poente da construção existente um pombal com a estátua da hidra das sete cabeças, no local dos Viveiros da Cascata. Nesta fase toda a construção evolui por adição, típico do contexto socioeconómico e cultural português, dentro de uma linguagem Maneirista muito comedida que George Kubler baptizou de “Arquitectura chã”.

Determinante na sustentabilidade da cobertura vegetal e alimentação das fontes do Paço eram as quatro linhas de água que serviam os “Prazos de cima e de baixo”, e que se encontram descritos ao pormenor na escritura de venda ao rei com as «[...] *nascentes, percursos, minas ou arcas de água e encanamentos, até desembocarem nos tanques, lagos e torneiras [...]*» (Oliveira in Gaspar, 2005: 24).

D. João da Silva Telo, «[...] *um homem activo, que como presidente do Senado da Câmara Municipal de Lisboa impulsionará a construção na capital, rompe com os hábitos da família e se muda com a mulher para a quinta de Belém[...]*» (Saraiva, 1991: 37), é também um cristão devoto que mantém a disponibilidade do casarão primitivo para habitação dos frades arrábidos, continuando a oferta iniciada por D. Mariana e D. Joana de Valadares aquando da perda por eles sofrida do hospício que tinham em Lisboa, após um incêndio que o destruíra. Deste facto reporta a *Chronica da Província de Santa Maria da Arrábida, Livro Quinto* de Frei José de Jesus Maria, em 1737, que registava o facto de que o conde «[...] *em um bem divertido bosque com um tanque*

de água no meio, que tinha quase no interior do seu palácio, mandou construir um Hospício, a que deu o título de Arrábida [...]. Constava este de uma Ermida de suficiente grandeza, singularmente adornada [...]; seis celas com todos os paramentos necessários para o seu bom cómodo, sem excederem os limites da pobreza [...] [e] um refeitório com todo o asseio [...]» (Oliveira in Gaspar, 2005: 26). José António Saraiva esclarece que os cómodos dos frades seriam efectivamente no corpo mais antigo do palácio, sendo que a Ermida que o conde construíra seria um pequeno edifício que supõe ainda existir, «e situa-se nos terrenos do Jardim Colonial, estando hoje transformada em Casa do Veado.» (Saraiva, 1991: 38).

A permanência dos frades baptizou o local de "Casa da Arrábida", e consequentemente o "Jardim da Arrábida", até aos dias de hoje.

Entre 1700 e 1701 o Conde de Aveiras muda-se para a Quinta do Correio-Mor em Loures, para emprestar o Paço de Belém a D. Catarina de Bragança, viúva de Carlos II de Inglaterra desde 1685, no seu regresso a Portugal, enquanto terminavam as obras do Paço que mandou construir no Campo Santana.

D. Catarina foi a primeira rainha a habitar o Paço de Belém.



Fig. 6. Vista de Belém, autor desconhecido séc. XVIII.

3.4. Propriedade da Coroa

Em 4 de Julho de 1726, D. João V adquire o Paço ao Conde de Aveiras que, falido, não conseguiu resistir à vaga de aquisições do rei, que se torna o grande proprietário de Alcântara a Algés, até Linda-a-Velha e Alfragide. «Nos princípios do séc. XVII era de bom-tom ter um palácio em Belém para passar o Verão. As praias enchiam-se de banhistas. E havia mesmo quem escrevesse que o lugar de Belém é tão salutífero e aprausível, que dos naturaes e estrangeiros é apetecido para habitação, e os que por falta de comodidade o não podem habitar, estão em continuo concurso frequentando aquelle sitio.» (Saraiva, 1991: 41). Ao longo dos seus 43 anos de reinado, e soberano desde 1707 com apenas 18 anos de idade, o mais rico rei de Portugal tinha boas razões para manter o longo período de insistências reais pela aquisição da

propriedade que termina com a compra fechada por 200 000 cruzados, sendo 130 000 pelo Morgado e 70 000 pelas benfeitorias efectuadas desde 1681. A estes valores acresciam 13 000 cruzados e um padrão pela perda de direito de atravessamento que os frades Jerónimos detinham desde o tempo de D. Manuel de Portugal (Oliveira in Gaspar, 2005: 24).

D. João V alarga a Ribeira dos Gafos abrindo a Calçada da Ajuda, com uma dimensão muito generosa à data, junto ao seu novo Palácio de Belém, que sempre aparece referido como "Quinta". O interior do Paço é beneficiado, decorado com pinturas e esculturas. Os Jardins recebem mais estátuas, e são rasgadas alamedas em quadrícula com diagonais, na área que hoje seria o Jardim Tropical, trocando as plantações por «[...] cevadilha, ginjeiras, laranjeiras, espargos, oliveiras, limoeiros, amendoeiras, tangerineiras: é o *Regius Hortus Suburbanos*.» (Saraiva, 2005: 42).

No documento de aquisição, que discrimina pormenorizadamente as dependências que constituíam a propriedade, não há referência ao picadeiro, que surge representado, pela primeira vez, em planta assinada por Carlos Mardel (por isso anterior a 1772, data do falecimento deste engenheiro militar. Ver Fig.7) (Mendonça in Gaspar, 2005: 13). Contudo Saraiva situa o primeiro picadeiro, provavelmente a céu aberto, no tempo de D. Manuel de Portugal, acrescentando que D. João V terá mandado construir novas cavalariças a Norte do velho edifício do picadeiro. Certo é que as novas cavalariças, onde está hoje o Corpo de Intervenção da PSP a Norte da Garagem Velha, foram construídas neste período e que em 1729 trabalhavam nestas cavalariças 136 homens, entre cocheiros, sota-cavalariços e moços (Saraiva, 1991: 42). Em 1748, D. João V funda a coudelaria de Alter do Chão, onde existem vestígios da presença de cavalos desde 5 000 a.C.. (Anexo 25: 17) O seu casamento com D. Maria Ana Josefa, princesa da Áustria, terá influenciado a formalização da coudelaria que um *Rei Magnânimo* deveria ter, e que foi mais tarde estruturada por D. José I (Idem: 2). Apesar de ser D. João V que deixa de disponibilizar os cómodos da Arrábida para os frades pernoitarem nas suas vindas a Lisboa, talvez para se mover com mais facilidade no seu Paço, e ter inclusivamente habitado entre 13 de Maio e finais de Novembro de 1717 na Quinta do Duque de Cadaval em Pedrouços (com várias saídas para visitas no reino, incluindo a Mafra para o lançamento da Primeira pedra do Convento) (Néu, 1994: 25), D. João V nunca habitou o Paço de Belém.

Na verdade, segundo os relatos da Gazeta de Lisboa, tirando o período de 1717 em que ali viveu, D. João V raramente se deslocava à zona Ocidental da cidade, embora tivesse adquirido meia dúzia de quintas, cinco palácios ou casas senhoriais (Idem: 31). Pelo contrário, o seu sucessor D. José I apreciava bastante esta zona, visitando frequentemente as suas quintas e fazendo caçadas na Tapada da Ajuda, onde se deslocava amiúde com a mãe e com a sua mulher.

No trono desde 8 de Setembro de 1750, D. José I prossegue as beneficiações no Palácio de Belém, onde despachava regularmente (Saraiva, 1991: 44).

No conjunto de obras incluem-se as jaulas dos animais a Norte do Pátio dos Bichos.

As jaulas inscreviam-se num programa completo de amostragem dos diversos animais do Império Português. A influência do Iluminismo europeu suscitava um interesse maior pelos produtos e recursos naturais das possessões ultramarinas, por curiosidade científica, por estratégia de potencialidade económica ou por puro diletantismo da Coroa. Os Governadores de cada uma das colónias tinham como incumbência a identificação, aprisionamento e envio para algumas instituições do Reino, incluindo o Palácio de Belém, de todos os espécimes raros ou simplesmente exemplares dos animais típicos de cada região, no sentido deste poder ser estudado pelas instituições científicas ou apreciado pelo soberano.

Junto ao pombal que já existia em Belém, mandou D. José I executar as jaulas entre 1751 e 1755 com as grades de ferro chumbadas na cantaria. Uma cortina dupla de grades evitava que uma mão inadvertida pudesse ficar ao alcance de um animal selvagem. No interior é possível encontrar o recorte nas cantarias do sistema de comportas entre os compartimentos da frente, confinantes com o Pátio dos Bichos e o compartimento interior, para onde os animais eram deslocados para a limpeza da jaula. Cada corredor de tratador permitia o acesso a quatro compartimentos, correspondentes a duas jaulas.

A serventia a cada corredor era assegurada por uma porta de acesso directo do exterior. No topo Poente desenvolve-se um corredor que não acede a nenhuma jaula e que passa por de trás das escadas que sobem para o *parterre* do Jardim Pequeno, hoje conhecido pelo Jardim dos Viveiros. O corredor desenrola-se até à base do edifício Poente dos Viveiros, sem ligação interior, sensivelmente no local onde existira o tanque longitudinal de remate do *parterre* original. Este *parterre* definia-se a Poente com um tanque longitudinal, em cota mais baixa, no local onde se implantam as escadas de pedra entre Jardim dos Viveiros e o Jardim das Tileiras, e os canteiros adossados ao muro.

A cobertura das jaulas é materializada em abóbadas de berço de pequeno vão, cobertas com lajedos de pedra cinza calcária, talvez anteriores ao pavimento axadrezado dos Viveiros, pelos remates da estereotomia que se desenhavam a Poente da construção. Nas costas das jaulas, onde a parede de fundo se encontraria com o aterro do *parterre*, típico foco de infiltrações e humidades, encontra-se um corredor a todo o comprimento das jaulas, paralelo ao rio, e que assegura que a terra não se encosta directamente à parede. Este corredor funciona ainda como aqueduto pluvial para as águas do Jardim da Arrábida, situado 4 metros acima da cota do *parterre* no

seu caminho para o esgoto que atravessa o jardim das Tileiras e conduz as águas pluviais para o Tejo.

O terramoto de 1755 encontra o rei D. José I com 36 anos de idade.

Quase todos os autores assumem que D. José se encontrava no Palácio de Belém no momento dos abalos sísmicos. Mas José Pedro Gramosa, no seu *Sucessos de Portugal*, «[...] livro publicado em 1882 mas escrito em 1803 (conforme indicação na sua página 59), portanto quase contemporâneo dos acontecimentos relatados, afirma outra coisa, concretamente que “El-rei e toda a Família achava-se no Palácio da Ajuda [isto é por certo na Quinta de Cima], e por felicidade não experimentarão damno algum”, acrescentando que “veio abarracar-se no mesmo dia em Tendas de Campanha na Quinta do Meio, onde permaneceu perto de um ano, até que foi habitar a Barraca da Ajuda.» (Néu, 1994: 34). Outros autores referem que o rei estava no “Paço Velho” e se mudou para as quintas de baixo, e Jácome Ratton, testemunha do acontecimento refere apenas que o rei se deslocou para barracas de campanha nas suas quintas de Belém (Idem: 35). Como os textos coetâneos se referiam às “quintas de Belém”, sem mais especificações, generalizou-se o pensamento de que se falava da quinta, agora palácio de Belém. O facto de os abalos sentidos não destruírem as casas concorreu para este mito, robustecendo também o valor icónico do Palácio de Belém. Seja como for, D. José nunca mais voltaria a dormir dentro do Palácio.

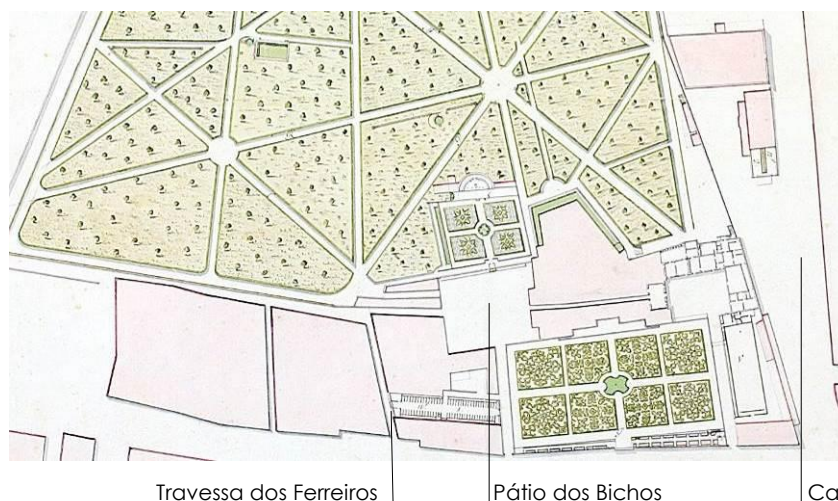


Fig.7.
Extracto de planta
anterior a 1772,
Levantamento de
Carlos Mardel e
Lauriano Joaquim de
Sousa.

Em paralelo com a construção da “Real Barraca”, procediam-se a reparações ligeiras no Paço de Belém, executadas por oficiais e serventes contratados pela Repartição da Casa das Obras, em carpintarias nas cavaliariças e nos telhados.

Entre 1758 e 1760, por determinação do arquitecto João Pedro Ludovice fazem-se a abertura, movimentação de terras e pavimentação de arruamentos da Quinta de Belém, em trabalhos que afinal se estendem até 1765. No Palácio são as janelas concertadas, canalizações substituídas e trabalhos de reparações várias. Na década

de 60 são trazidos do Palácio de Queluz os pés de buxo para plantar no Jardim Grande, a Sul das casas principais do Paço.

Em meados da década seguinte são feitas remodelações nos desenhos e pontuados os vértices dos canteiros com “pirâmides” de buxo, conferindo-lhe a forma e o nome de Jardim dos Buxos actual.

Entre 1762 e 1764 são adquiridas grandes quantidades de árvores de fruto «[...] a saber, limoeiros, laranjeiras, pereiras, árvores silvestres e de várias castas, cidreiras, damasqueiros, toranjas e vergamotas, e varas de pinho, canas e junco para as amparar» (Oliveira in Gaspar, 2005: 36) que substituíram integralmente a vinha predominante deste outeiro, alterando a paisagem.

Em planta de 1772 (Fig. 7, comparar com planta de 1790, Fig. 8) surgem claramente representadas as novas árvores de fruto nos canteiros do actual Jardim Tropical.

Em matéria edificada, existiam já as construções do edifício entre o Pátio das Equipagens e Pátio dos Bichos (antigo edifício da PSP), as áreas das residências de funcionários, toda a frente edificada desde a Rampa de Honra até à esquina da Travessa dos Ferreiros, e duas bandas estreitas a Poente do Pátio dos Bichos, onde se situam a actual carpintaria, lavandaria e algumas casas de função. No lado Nascente, uma construção de planta mais elementar situa-se no local do futuro Anexo do séc. XIX, dobrando na perpendicular ao rio para se ligar volumetricamente com picadeiro existente.

A volumetria de remate na fachada Sul do palácio surge já com a implantação actual. O Jardim dos Buxos é rematado com um degrau mais baixo com canteiros a Sul. O muro confinante com a via pública era rematado a Nascente com um edifício, possivelmente o actual, que rematava o picadeiro que existia. A Poente, o conjunto urbano de casas definia o alinhamento urbano actual, a dobrar para a Travessa dos Ferreiros. A Rampa de Honra e a rampa paralela, junto ao picadeiro, surgem perfeitamente definidas como espaços exteriores, acedendo ao Pátio dos Bichos e Pátio das Damas respectivamente.

Entre os pátios dos Bichos e das Damas representa-se um corredor que ainda existe e que atravessa o palácio por baixo, e que estabelecia a ligação possivelmente entre as cavalariças a Poente e o picadeiro a Nascente. Esta ligação seria muito relevante, pela importância conferida à representação das cavalariças e picadeiro edificadas por D. José.

Junto à Calçada da Ajuda encontramos já a edificação do futuro ginásio do Regimento de Cavalaria 7, onde se situa a actual Secretaria-Geral, e uma grande garagem deste regimento, actual Garagem Velha da Presidência.

Estas construções já existiram todas nesta data. O momento era de esforço económico e social na reconstrução da Baixa de Lisboa, e o palácio conhece momentos onde apenas as reparações pontuais têm lugar.

Algumas obras urbanas são também empreendidas. É aberto o resto da Calçada da Ajuda, desde o Pátio das Vacas até ao Palácio da Ajuda, com uma dimensão urbana muito menor, com quase metade da largura. A grandiosidade joanina dava lugar ao pragmatismo pombalino.

Mas na Quinta de Belém mantinham-se os animais do pombal e das jaulas naquela que começa a ser conhecida por *Quinta dos Bichos* ou *Quinta das Leoneyras* (Saraiva, 1991: 47). As zebras, elefantes, felinos vários e pássaros de múltiplas espécies que animavam então o conjunto de Belém, constituíam um zoológico que antecedeu cerca de um século o Jardim Zoológico de Lisboa.

Deste contexto relata o documentário datado de 1776 de Janet Schaw, que viajou à volta do mundo¹¹⁷ durante dois anos, deixando uma reportagem da sua passagem por Lisboa, onde descreve o ambiente do Palácio de Belém nesta data, que apelida de palácio de Inverno do rei e que reputa de casa humilde, sem interesse visitar, com excepção dos jardins, que considera dignos de curiosidade¹¹⁸.

Janet Schaw elogia a flora e refere não ser o único foco de interesse para um viajante; enquanto passeava e admirava as flores do jardim, foi surpreendida pela tromba de um enorme elefante¹¹⁹, que podia ser admirado em segurança a partir de uma casa de verão adjacente (poderá referir-se à casa de madeira existente a Norte dos Viveiros, no actual Jardim Tropical).

Mais à frente no jardim, refere Janet Schaw existir um Aviário contendo quinhentos pássaros cantantes, todos exóticos nas suas plumagens¹²⁰. Schaw conclui tratar-se de um tributo à Rainha do Brasil, da Madeira e de todos os domínios portugueses. Na sua descrição o aviário é largo e bem desenhado, com uma forma oval, grelhado por

¹¹⁷ *Journal of a Lady of Quality; Being a Narrative of a Journey from Scotland to the West Indies, North Carolina, and Portugal, in the Years 1774 to 1776*. Published in 1921, this collection of letters by the Scottish-born travel writer includes a travel account, diary, and literary opinions. Texto descoberto pelo Dr. José Vicente Bragança, e que gentilmente enviou para este trabalho e divulgação.

¹¹⁸ «The house is by no means fine, and did not the garden and other appurtenances atone for it, it would hardly be worth the trouble of going to see, but those indeed are well worthy of a traveller's Notice.» (Schaw, Janet, *Journal of a Lady of Quality*: 245).

¹¹⁹ «While we were admiring a row of cape jessamine [...] a huge elephant laid his proboscis over the wall against which it was planted.» (Idem: 246).

¹²⁰ «This is an Aviary which contains five hundred singing birds, all exquisite in their plumage [...]. These are a yearly tribute to the queen from Brazils, the Madeira, and indeed from all the dominions where they are to be had.» (Idem: Ibid).

cima. Rodeado por árvores, tem no centro um lago com água sempre fresca, com peixinhos dourados e prateados a brilhar na água¹²¹.

Janet Schaw reporta ter entrado num canto do jardim onde encontra uma rua repleta de pequenas casas (jaulas?) ocupadas por diversos animais estranhos, tais como doninhas e enormes ratazanas do Brasil¹²² (possivelmente o local onde se encontra hoje o Jardim das Tileiras, que daria entrada ao Pátio dos Bichos). Na sequência do passeio, Schaw refere-se à existência de um pátio com nobres alojamentos de feras onde se encontram leões, leopardos, panteras, ursos, lobos e tigres, alguns dos quais com crias pequenas¹²³. Apesar dos muitos tratadores existentes, Schaw lamenta a falta de limpeza e o facto de o cheiro ser intolerável.

Ao chegar junto das cavalariças reais, Janet Schaw elogia os cavalos que considera, sem dúvida, dos melhores do mundo, assumindo que a sua elegância ultrapassa qualquer descrição. E que de tanto os admirar, quase lhe passavam despercebidas treze zebras existentes no mesmo edifício¹²⁴.

O ambiente de Jardim zoológico descrito conduz a imaginar o Palácio de Belém como um local de recreação a partir da segunda metade do séc. XVIII, capaz de suscitar sentimentos românticos, de passeio pelos jardins e contacto com a natureza, também no seu estado mais selvagem, numa lógica de amostragem das excentricidades dos diferentes territórios do império português.

A suavidade dos estragos sísmicos nesta zona, a baixa densidade de construção do local e a deslocação da família real e do Governo de Pombal para Belém e Ajuda atraíram a nobreza que podia deslocar-se, o pessoal do paço e todo o comércio que vivia das relações com a Corte e o Governo.

¹²¹ «*Their apartment is large and well contrived, of an oval form and grated over the top. It is planted round with orange trees, Myrtles, and a variety of evergreens, and in the middle is a piece of water, which receives a constant supply from the bottom, so as to be always fresh, while a small grate prevents the little gold and silver fishes from being carried off, and they look very pretty frisking about in it.*» (Idem: 247).

¹²² «*We now enter a field, at the further end of which was a whole street of small houses, which we found were occupied by animals of the most noxious natures, such as pole cats, weasels etc. One in particular was inhabited by rats of Brazil, of a very large size. They all came peeping thro' their grates [...].*» Idem, Ibid.

¹²³ «*Behind this we found a very noble menagerie, in the form of a court. Here are lions, leopards, panthers, bears and wolves. Both the lioness and the panther have whelps. The last has the most beautiful kittens it is possible to conceive. I forgot the tiger, which as also a young family. Tho' there is a number of officers to attend this ferocious court, they are not kept neat, and the smell is intolerable.*» (Idem: 248).

¹²⁴ «*This was the manage and the royal stables. These contain above three score of the finest horses in the world. [...] The elegance of these creatures is past description, and I admired them so long, that I had scarcely time for the next sight, which is just behind them, and indeed makes part of the same buildings. This is no less than thirteen Zebras.*» (Idem: 248).

Por esta razão é, no reinado de D. José, oficializado administrativa e judicialmente o bairro de Belém, formalizando a sua integração na cidade de Lisboa (Néu, 1994: 37). Em menos de 40 anos a zona de Belém passava de 600 fogos, antes do terramoto, para 2 921 fogos no ano de 1792. O número de fogos quase quintuplicava, quintuplicando os moradores, aos quais se somavam os muitos comerciantes e trabalhadores que aqui faziam o seu trabalho diário. E mais teria crescido se a proposta de Manuel da Maia de deixar os escombros e reconstruir a cidade numa nova frente ribeirinha desde o Cais do Sodré até Pedrouços, tivesse sido escolhida pelo Marquês de Pombal.

Manuel da Maia fora regente da Aula de Fortificação e professor do jovem D. José antes de assumir o trono, mas não conseguiu passar a sua proposta radical.

Ainda assim Belém ganhava uma vida urbana e uma importância política no contexto da capital que nunca havia conhecido. Tal que «*Um estrangeiro que vá a Belém crera não ter ainda saído de Lisboa. Belém é uma vila considerável, onde a maior parte dos nobres e os homens de negócios das classes superiores têm as suas habitações.*» (Link in Néu, 1994: 38) ¹²⁵.

3.5. Nova campanha de obras

Após a subida ao trono em 1777, D. Maria I inicia uma campanha de obras com ligações e encanamentos dos lagos, a execução do tanque de água (conhecido por Tanque D. Maria I), trabalhos de cantarias e balaústres para valorização da varanda sul do Palácio, acrescidos da aplicação dos painéis com 902 azulejos nas paredes confinantes com a varanda. São igualmente executadas as «*armas reais de pedra e um ornato em uma bacia de pedra*» (Oliveira in Gaspar, 2005: 42) para a casa de fresco sob a varanda para enquadramento da estátua feminina de mármore italiano que já existia.

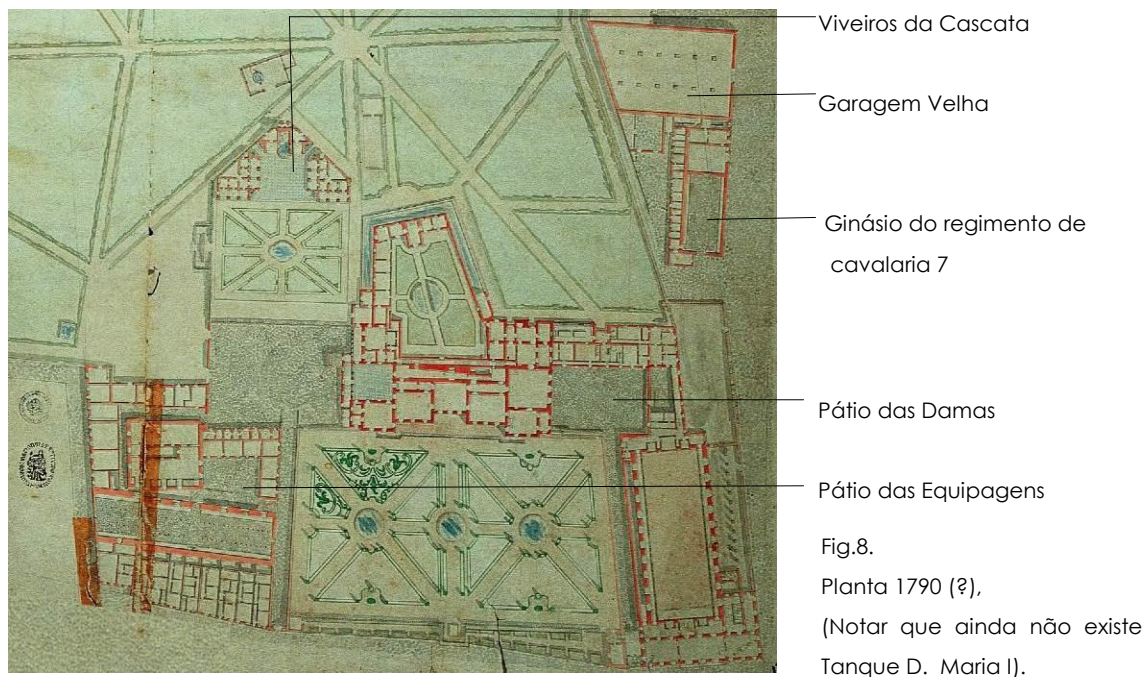
Das construções destacam-se os Viveiros de Pássaros (ou da Cascata) edificadas entre 1780 e 1785 no local do pombal existente a Norte do “Jardim Pequeno”.

A planta levantada por Carlos Mardel, pouco antes de 1772 (Fig.7), desenhava um semicírculo a encimar o Jardim Pequeno a Noroeste do Palácio (por oposição ao Jardim Grande, dos Buxos, localizado a Sul dos Salões). Segundo Marrafa de Oliveira existia nesta data um pombal «*em forma de teatro*» ao fundo do Jardim, que incluía «*um tanque e uma figura grande de mármore de Itália que faz de fonte*» e como tal

¹²⁵ «*Un étranger qui va à Belem croit n'avoir pas quitter Lisbonne. Belem est une bourgade considerable, où la plupart des nobles et des gents d'affaires de la classe supérieur, ont leurs habitations.*» (Tradução livre)

referido na prosa da *Carta de Padrão de Venda da Quinta de Belém* (Museu da Cidade) (Oliveira in Gaspar, 2005: 34).

A recriação do ambiente pela presença das aves e do seu cantar, conferira-lhe a denominação de “Bosque dos Passarinhos”, rematado a Oeste por um muro «[...] ornado tudo com vários meios corpos de mármore, e encostado ao muro deste Jardim um tanque posto ao comprimento dele [...]». (Idem, Ibid). No local das actuais escadas para o Jardim das Tileiras, reconhece-se na planta de Mardel o tanque longitudinal, implantado no sentido Norte-Sul.



Curiosamente, a mesma planta (Fig.8) sugere a recriação de um “fosso” periférico ao Jardim da Arrábida, materializado por uma mancha desenhada que se reconhece como um tanque de água, e que se desenvolve desde as escadas que acedem hoje à chefia de segurança, até ao gabinete do mordomo, envolvendo toda a base da edificação da Arrábida. Este espelho de água aparecia já na planta de 1772 (Fig.7).

A obra dos Viveiros de Pássaros, a mais importante obra de raiz executada no Palácio de Belém no período régio, teve início a 19 de Março de 1780 e terminou a 28 de Maio de 1785. Os pavilhões dos viveiros foram edificadas até 1784, sendo o pavimento axadrezado do “teatro” realizado em 1785. A cascata central, que recebeu a estátua do Hércules, e que pode ser a «figura grande de mármore de Itália que faz de fonte» que já existia no pombal, foi executada entre Novembro de 1782 e Setembro de 1783 (Oliveira in Gaspar, 2005: 46).

Como refere Oliveira, apesar da muita informação existente relativa aos materiais, utensílios, proveniência das cantarias da pedreira de Alcolena (a Nascente do actual

estádio do Belenenses) ou dos tufos calcários de Sintra ("pedra de salitre da Serra de Sintra") ou das rochas marítimas da orla costeira de Cascais (dos Oitavos e do "pé da Fortaleza da Guia"), as peças desenhadas do projecto não estão assinadas por nenhum arquitecto, sendo apenas certo que os operários pertenciam à Casa das Obras de Lisboa, do qual era sargento-mor e arquitecto do Infantado Mateus Vicente de Oliveira.

Com intervenção nos Palácios de Queluz, de Mafra ou no Mosteiro do Lorvão, e autor da planta da Basílica da Estrela, Mateus Vicente pode ter sido o autor dos Viveiros de Pássaros, obra que denuncia um desenho cuidado e intencional, cónscio do efeito cénico desejado, que cruzava o murmúrio da queda das águas da cascata e bebedouros com o cantar dos pássaros recolhidos.

A excentricidade botânica e zoológica tinha agora um espaço cénico de elevado valor arquitectónico, porventura a peça mais conseguida do Palácio de Belém, na sua articulação entre função, interior e exterior. «*Dos 18 empregados permanentes do Paço, 17 ocupam-se dos jardins e dos pássaros que os ornamentam: são 12 varredores, 4 jardineiros [...] e um moço que trata dos viveiros.*» (Saraiva, 1991: 49).

No decurso das obras dos Viveiros, em 1783, são executadas as escadas que desciam do então *jardim pequeno* (actual jardim dos Viveiros) para o que é hoje o jardim das Tileiras, estabelecendo a concordância entre o "*parterre*" e a restante área de jardim cuja pendente descia para o rio. Em 1784 é ladrilhado com cantaria a Casa de Fresco no *jardim grande* (actual Jardim dos Buxos) e feito o tecto de estuque pintado (Oliveira in Gaspar, 2005: 48).

Em 1790 há registo da execução de um pórtico em cantaria no Pátio dos Bichos, eventualmente o portão que estabelecia o equilíbrio simétrico no pátio implantando-se do lado oposto ao da entrada no palácio, e que centrava uma área que é hoje de serviço, onde se localiza actualmente a carpintaria.

Sinal de que Viollet-le-Duc tinha razão quando afirmava que os edifícios antigos também podiam apresentar erros e menoridades construtivas, em 1796 procede-se a nova campanha de obras para reparação da cobertura dos Viveiros, apenas 11 anos passados da sua construção. Efectivamente as coberturas são os pontos construtivos mais frágeis de toda a construção nacional pombalina e pós-pombalina. No caso concreto dos Viveiros, as coberturas apresentavam um subdimensionamento das caleiras periféricas que se desenhavam atrás das balaustradas das platibandas, a que se somavam insuficientes e diminutos tubos de queda. A solução estava condenada a ter problemas recorrentes, até à intervenção de restauro que sucedeu em 2009.

Como curiosidade, confirma o Dr. Luís Pereira Coutinho que em 1956, no mandato do Presidente Craveiro Lopes, os Viveiros voltaram a estar ocupados com muitos pássaros,

e que talvez fossem diminuindo até à extinção no mandato do Almirante Américo Thomaz. Talvez fossem os periquitos do antigo Mordomo João Casteleiro «Cheguei a ter 50 periquitos dentro dos Viveiros de Pássaros, nas casas do lado Poente.»(Anexo 15: 14).

Mas a obra mais imponente do reinado de D. Maria, que se prolonga pela regência e reinado de D. João VI é a reformulação do picadeiro Real, que foi erigido no mesmo local onde existira um picadeiro privado do Palácio de Belém, mandado construir por D. João V, sobre o terreno do picadeiro de D. Manuel de Portugal, no séc. XVI.

Inácio Vilhena de Barbosa, no *Archivo Pittoresco* de 1862, indica o reinado de D. José como o período da edificação do picadeiro e atribui a Jácome Azzolini, conhecido em Itália por Giovanni Giacomo Azzolini (Bolonha 1723-Lisboa 1791) o desenho do «palácio do picadeiro régio». (Mendonça in Gaspar, 2005: 21).

Efectivamente no reinado de D. José surgem já construídas as cavalariças reais junto à rampa Poente (actual Rampa de Honra) e reconhecem-se os circuitos interiores que permitiam à família deslocar-se até ao picadeiro.

O volume da entrada que hoje confina com a Praça Afonso de Albuquerque, e que aparece na planta representado como mancha terá sido construído nesta data com desenho de Azzolini, permanecendo depois das alterações executadas no reinado da sua filha D. Maria I.

Durante o seu reinado, esta monarca manda demolir e reconstruir a área do picadeiro, por este ser mais efémero ou por apresentar um mau estado de conservação, mas conserva o “palácio do picadeiro” a Sul e as construções que lhe davam acesso pelo lado Norte. As áreas confinantes a Nascente são demolidas e redesenhadas segundo um novo perfil da Calçada da Ajuda.

Para a edificação do salão do picadeiro terá Azzolini feito «*hum desenho para o Picadeiro Régio*», e como tal documentado por Cirilo Volkmar Machado na *Collecção de Memórias relativas às vidas dos pintores e escultores, architetos e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros que estiveram em Portugal*, publicada em 1823.

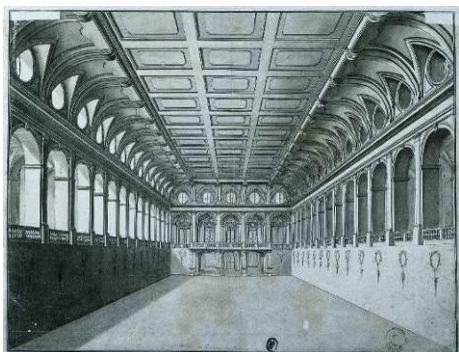


Fig.9. Desenho de Azzolini (para o picadeiro real?)

A obra do novo picadeiro terá sido iniciada em Maio de 1787, à qual não será estranha a influência do infante D. João, Príncipe Regente a partir de 1792, mas com maior permanência na Corte desde a morte do seu pai D. Pedro III em 1786. O seu gosto pela arte da picaria vale-lhe a dedicação do livro *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria* de Manuel Carlos de Andrade, *Picador da Picaria Real de Sua Majestade Fidelíssima*, elaborado com valias técnicas do 4º Marquês de Marialva, exímio cavaleiro cuja fama excedeu as fronteiras de Portugal. Este livro consigna um conjunto de regras a respeitar em picadeiros reais, e que foram seguidas na obra de Belém.

Deveriam respeitar a proporção em planta de um por três «*ter de comprimento duzentos e fetenta palmos, e noventa de largura*», «*para que nelle pofsão trabalhar ao mefmo tempo tres guias, huma na primeira, outra na fegunda e na terceira volta outra, e tambem para que hum Cavallo poffa dar huma boa carreira pelo comprimento do manejo.*» (Andrade, 1790: 5).

Na gravura d'A *ilustração* de 20 de Janeiro de 1886 pode reconhecer-se que não existiam arcos no piso térreo, e que a parede estaria protegida por uma teia (painéis em lambrim nas paredes) provavelmente de madeira «*para o Cavallo não experimentar tanta afpereza, quando fe chegar a ella, e tambem para não roçar o Cavalleiro pela parede de pedra, e cal, que he muito mais afpera [...]*» (Andrade, 1790: 8). Nesta gravura reconhece-se também que no tecto existem já gravuras nos medalhões centrais, mas não se encontram os candeeiros que se penduram o tecto do museu nos primeiros anos do seu funcionamento. Ao centro encontramos o estafermo, que Rosendo Carvalheira documenta ter retirado para o vestíbulo. Na cobertura, ao fundo, parecem estar representados três clarabóias para entrada de luz natural, mas o fundo do picadeiro não confere com a planta nem com a realidade actual. Em vez das paredes surge representado a continuação da colunata, o que se julga fantasiado. Igualmente se ignora a porta de entrada dos cavalos no picadeiro, que muito certamente se encontraria ao centro do fundo, regra base de todos os picadeiros, e cuja porta se reconhece fechada em fotografia do início do museu.

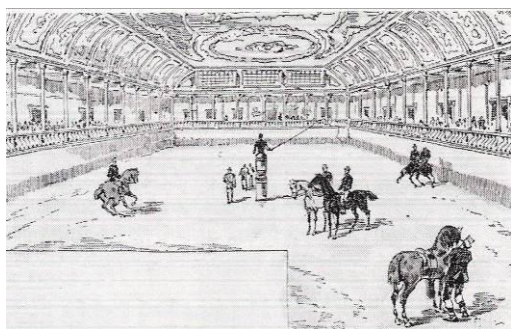


Fig.10. In *A ilustração*, 20 de Janeiro de 1886

Na planta de 1790 existiam no piso nobre três camarotes de honra, tal como definido por Andrade. «*Nos lados da tribuna Real devem haver duas tribunas mais ordinarias,*

huma para hospedes, e outra para os Fidalgos, e Camariftas de Suas Mageftades, e Altezas [...]». (Andrade, 1790: 5). O espaço de logradouro anexo ao picadeiro do lado da Calçada da Ajuda, (sala Nascente, fig. 2), permitia *«haver hum lugar cuberto para defembarcar das carruagens, e coches, e para os Cavallos efperarem a occaſião de entrar para o Picadeiro fem fe molharem quando chover, nem tão pouco efperarem ao Sol no tempo de verão.»* (Andrade, 1790: 8).

Na mesma planta surgem duas tribunas de honra em cada lado do picadeiro, uma vez que a família real deveria aceder normalmente pelos corredores a Norte. Os convidados tinham circuitos independentes, revelando que se pretendia poder receber visitantes, mesmo com os reis presentes. *«Pela parte de fóra do Picadeiro podem haver entradas com efçadas feparadas, afim para as Peffoas Reaes, como para os hospedes.»* *«[...] ifto fe póde também fazer, fe o Picadeiro tiver pela parte de dentro varandas em roda, pois no cafo de haver hum Viajante, ou Perfonagem que venha affittir, eftando Suas Mageftades na tribuna, poſſa ter a comodidade decente para ver, fem paſſar por onde eftão as Peffoas Reaes.»* (Andrade, 1790: 6).

As obras decorreram até 1816, embora logo em 1789 se tenham iniciados as primeiras pinturas que decorreram até 1799, mobilizando muitos pintores ao longo dos dez anos. Em 1793 já existia toda a balaustrada do salão principal.

Nesta data trabalhavam 160 pessoas na Picaria Real (Graciosa, 2004: 131).

«A partir de 1800 [...] os recibos das obras passam a estar incluídos indistintamente nas despesas gerais da Quinta de Belém, tornando-se difícil deſtrínçar os trabalhos eſpecíficos realizados no picadeiro.» (Mendonça, 2005: 48). Todavia, é legítimo considerar que a partir de 1804 o picadeiro retoma a sua actividade equestre, data da primeira aquisição de seis barcas de areia vermelha para o piso do picadeiro. Em 1816 esta areia era substituída por areia nova, indiciando o seu desgaste e sujidade pelo uso (Idem: ibid), apesar dos cuidados que certamente eram dispensados ao picadeiro. *«O moço do Picadeiro deve endireitar, limpar, e a apromptar o terreno da Picaria todos os dias, e também os traffes do ſerviço della, tomando fentido em que effejão concertados, e prontos para fervirem quando for precifo.»* (Andrade, 1790: 16).

Toda a actividade equestre terá sido retomada quando ainda decorreriam trabalhos de pintura de tectos e marmoreados em colunas e paredes, actividades não incompatíveis, na medida em que a picaria teria picos de utilização quando os reis estavam no palácio, mas com períodos de pousio quando estavam para fora.

Com a deslocação da família real para o Brasil em 1808, os acabamentos interiores terão conhecido um abrandamento, sendo sumariamente considerados terminados em 1816.

Contudo, as paredes abaixo da balaustrada da galeria não estavam pintadas, e Rosendo Carvalheira reporta o facto de em 1904, quando inicia as obras para a conversão em museu dos coches, as pinturas do tecto no lado Poente estarem ainda por concluir.

Apesar das beneficiações feitas em Belém, a rainha D. Maria I nunca habitou nem dormiu em Belém. Mesmo após o palácio de madeira construído pelo seu pai na Ajuda ter ardido em 1794, a primeira opção foi a deslocação para o Palácio de Queluz. Em 1796 iniciam-se as obras para construção de um palácio de pedra e cal na Ajuda, segundo projecto de tendência Barroca de Manuel Caetano de Sousa, arquitecto das Obras Públicas. Cinco anos depois o andamento da obra é suspenso para reorientação do projecto numa linha mais neoclássica, desta feita com projecto de dois arquitectos formados em Itália, Francisco Xavier Fabri e José da Costa e Silva. Belém não seria mais residência de Reis; mas apenas e por pouco tempo, de príncipes.

3.6. Invasões francesas e o regresso da Corte do Brasil

O incêndio em 1794 afastara a Corte de Belém e da Ajuda, contribuindo para aumentar a distância e consequentemente a atenção sobre a construção. Queluz oferecia os mesmos jardins românticos, maiores e igualmente charmosos, com outras valências lúdicas que não existiam em Belém.

Por outro lado, o investimento da Corte dirigia-se para a construção de um sumptuoso Palácio na Ajuda, uma pequena parte do qual era inaugurado em 1802 muito longe de estar concluído (Saraiva, 1991: 53).

Com a evolução dos acontecimentos em França, com a ordem napoleónica de bloqueio Continental que Portugal não cumpriu, com a Rainha D. Maria com sinais de incapacidade mental desde 1792 e com D. João sem capacidade de resposta perante o invasor francês, decide-se a deslocação da Corte para o Brasil.

O Palácio de Belém veria de novo a família Real, a 27 de Novembro de 1807, desta vez a embarcar no cais fronteiro nas «[...] *naus Príncipe Real, Rainha de Portugal, Medusa, D. João de Castro, Afonso de Albuquerque, Príncipe do Brasil, Conde D. Henrique e Martin de Freitas*, das fragatas *Golfinho, Minerva e Urânio*, dos briges *Voador, Vingança, Lebre e Curiosa* e da charrua *Thetis*, num total de dezassete navios sob o comando do vice-almirante *Manuel da Cunha Sotto Mayor*.» (Saraiva, 1991: 53).

O Paço fica “suspenso no tempo”, sem quaisquer obras ou intervenções. A somar ao ouro, prata, jóias, móveis, livros raros, coches e cavalos de Alter, que seguiram com a esquadra real, o Palácio de Belém é ainda mais despojado dos quadros que D. João V

havia adquirido, e que por ordem do príncipe regente são encaixotados para seguir para o Brasil (Idem: Ibid).

A modéstia do Palácio não terá interessado ao invasor francês.

Na verdade, a partir de 1811 o palácio volta a não interessar, agora ao “invasor” inglês que toma conta da regência do reino e durante anos invade o mercado com produtos manufacturados numa Inglaterra pujante industrialmente, ávida de novos mercados, e que asfixia toda a concorrência nacional. Dos quartéis ao redor do palácio, «[...] durante a Guerra Peninsular as tropas portuguesas tiveram de sair da Calçada da Ajuda, já para irem combater, já porque nos seus quartéis se instalaram tropas inglesas [...]» (Néu, 1994: 40).

Em 1820, aproveitando uma viagem do Marechal William Beresford ao Brasil, um pronunciamento militar nacional toma conta dos destinos do reino e exige o regresso de D. João VI. Logo após a sua chegada a Portugal, o monarca decide instalar-se no Palácio das Necessidades, onde é confrontado a 4 de Julho de 1821 com a jura das “Bases da Constituição” que estavam a ser preparadas pelas Cortes Gerais e Extraordinárias, e confrontado com a declaração de Independência do Brasil em Setembro de 1822 e com a obrigação de jurar solenemente a Constituição Liberal em Outubro do mesmo ano.

Portugal ficara independente expulsando os franceses, mas os ideais liberais haviam ficado no território para sempre.

Ainda assim em ambiente de festa, dava-se notícia na *Gazeta de Lisboa* de 8 de Dezembro de 1823 do baile ocorrido dentro do picadeiro real de Belém tal como a “Fête Impériale” que se realizava e ainda hoje se realiza todos os dias 29 de Junho no picadeiro imperial do Palácio de Hofburg em Viena.

A primeira comemoração oficial do final da Guerra Peninsular ocorria dentro do picadeiro, sendo convidada toda a elite política e militar e «as pessoas mais conspícuas da Capital, de todas as jerarquias.»

O baile durou até de madrugada, enquanto uma «lauta ceia» era servida em seis salas do Palácio de Belém.

«Escolhida pois com o consenso de S.M. a grande Sala d'Equitação anexa ao Real Palácio da Quinta debaixo em Belém, tratou-se do seu preparo, soalhando-se toda, elevando-se no topo della o Regio Throno, de hum e outro lado do qual subião lanços de escada até ás portas que se praticarão no fim das galerias, ou varanda geral, da direita e esquerda, e pelas quaes, por meio de hum passadiço e escada, feitos de novo, se fazia a comunicação com o Real Palácio; e em torno da Sala sefizerão tres largos degrãos como de estrado, para se collocarem tres ordens de cadeiras para as senhoras, ficando por detrás destas elevado hum como passeio para passar livremente quem quisesse ir pelo lado de cima buscar lugar. Todo este anfiteatro se cobrio de tapetes. [...] As preciosas pinturas que adornão aquella Sala, maior que todas as que

ha em Lisboa conhecidas como taes, pois que iluminada com perto de seiscentas luzes, em mais de cem lustres de vidro, ainda parecia precisar maior claridade para devidamente realçarem as pinturas dos formosos quadros do tecto, a fazião unica para este brilhantíssimo espectáculo. A entrada para esta Sala desde a porta exterior se enfeitou com grandes vasos de flores, e toda a rampa até á porta da propria Sala se forrou de verdura, dispondo-se por cima desta porta do lado de dentro o necessario Coreto para a grande Orquestra, praticando-se de cada hum dos lados sua escada que descia da varanda para a Sala, bem como se praticara no topo da mesma. Todo o espaço da varanda para baixo e mais parede não pintada, estavam forradas com muito bom gosto.»

(Gazeta de Lisboa, 8 de Dezembro de 1823, nº 290, p. 1790).

A festa que começou com cerca de mil e seiscentas pessoas juntou no final cerca de duas mil e quinhentas. Por volta da uma da manhã a família real subiu ao Palácio de Belém para cear, seguida por todos os convidados, regressando todos para o baile. O Rei D. João VI retirou-se por volta das quatro da manhã. *«Ainda continuou por algum tempo o divertimento; e foi sahindo o grande número de convidados, levando mais de tres horas a expedição das carruagens que os hião recebendo.»* (Idem, Ibid).

Do texto depreende-se que os tectos estavam pintados e que o piso estava coberto por areia para a prática equestre, necessitando de ser assoalhado.

O picadeiro servia de picadeiro e mantinha condições para a equitação.

Efectivamente, nas três décadas anteriores entre 1770 e 1800, no século que antecedeu as invasões, a coudelaria de Alter que alimentava a Corte de cavalos de raça lusitana, vivera o seu período de ouro.

Mas o Príncipe Regente levava os melhores cavalos e éguas para o Brasil. A seguir, com as invasões francesas e as pilhagens correspondentes durante os quatro anos que os invasores permaneceram em Portugal, o contingente de Alteres-reais fica depauperado, e *«quase extinguiram a coudelaria de Alter. Dos 825 cavalos que as tropas francesas encontraram, 518 foram roubados, ficando apenas poldros, os velhos e os estropiados. Nos reinados de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luís foram tentadas novas coudelarias, sem sucesso.»* (Graciosa, 2004: 27).

Entretanto, a influência das casas reais passa do centro-europeu para Inglaterra, e as coudelarias são concentradas em Mafra, Queluz, Vila Viçosa, onde as famílias reais preferiam passear a cavalo ou fazer caçadas.

3.7. A rainha e os príncipes em Belém

No reinado de D. Maria II (1826-53) retomam-se as campanhas de obras no Palácio de Belém, num período compreendido entre 1837 e 1840, por vontade de modernização (Barroso in Gaspar, 2005: 65) e para responder à utilização que dele se pretendia.

Os principais palácios reais são neste reinado Queluz e as Necessidades, onde existem os maiores quadros de pessoal afecto à Casa Real.

Em 1837 Belém apresentava oito empregados em quinta posição dos palácios, contra 37 nas Necessidades, 32 em Queluz, ou 15 na Ajuda. Mas em termos de despesas correntes dos almoxarifados, excluindo os ordenados dos funcionários, Belém tinha valores do dobro das Necessidades, ainda que metade de Queluz. Isto porque a rainha utilizava o Palácio de Belém amiúde para as festas e bailes, principalmente de Inverno (Saraiva, 10991: 61).

A família real sai das Necessidades em Maio de 1844 e regressa em Novembro de 1846, vivendo entre Belém e Sintra, Belém e Mafra, permanecendo as maiores temporadas em Belém, durante os dois anos enquanto decorrem as obras no Palácio das Necessidades, para onde decidiu viver.

A estadia da família real em Belém animava sempre a vida nas ruas, no comércio envolvente, nos pequenos ofícios satélites. Já em 28 de Dezembro de 1833 Santa Maria de Belém se tornara uma freguesia, com sede na igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Em 1837 calcetavam-se as ruas, concretamente a rua de Belém que passava junto ao palácio, e vendiam-se periódicos na rua, sinal de urbanidade a despontar lentamente (Néu, 1994: 52). Por decreto de 2 de Março de 1846 a Praça de Belém passa a chamar-se Praça D. Fernando II, em honra do ilustre monarca que em Novembro se mudaria para as Necessidades (Saraiva, 1991: 67).

As obras de manutenção e de melhorias executadas no Palácio permitiam alojar convidados estrangeiros durante o Verão, uma vez que as festas em Belém eram mais escolhidas no Inverno. Tal como acontecera com a rainha Catarina de Bragança em 1685, em 1839 o palácio recebe a rainha Adelaide Amélia, viúva de Guilherme IV de Inglaterra, que lá fica hospedada em Maio. Segue-se o Duque de Nemours vindo de França em Junho, e os seus irmãos em Outubro do mesmo ano.

Porém, a rainha voltava a Belém para mais pequenas festas, mas com alguma regularidade. Junto ao Pátio das Damas é mandada construir uma sala de baile para festas mais pequenas que a sucessão dos salões voltados à varanda Sul (Idem: Ibid) possivelmente na área do actual Gabinete do Presidente e suas secretárias, e Sala do Conselho de Estado. As festas tornavam-se mais íntimas. Em 1852 há «[...] *três bailes em Belém, a 14 e 21 de Fevereiro e a 8 de Julho. Em Junho tem lugar uma exposição nos Viveiros a que comparece a rainha.*» (Idem: 68).

Em Setembro do ano seguinte, falecia a rainha no seu décimo-primeiro parto. Mas, entre 1853 e 1857 morrem em Lisboa, vítimas da cólera e da febre-amarela, mais de oito mil pessoas. As epidemias acabariam por atingir a família real. D. Estefânia morre em Julho de 1858, e D. Pedro V segue-se-lhe em Novembro do mesmo ano. Dos três

infantes, filhos do casal, dois vão falecer no Palácio de Belém. D. Fernando a 6 de Novembro de 1861 e D. João a 27 de Dezembro desse ano. O povo chega a suspeitar de crime contra a Corte, e junta-se uma multidão na manhã de 25 em frente ao Palácio de Belém, dois dias antes da despedida a D. João.

Durante muitos anos que se seguiram seria o palácio conhecido por *palácio fatídico*.

Sobe ao trono D. Luís, irmão de D. Pedro V e que não pensava ser rei.

O Rei D. Luís I gostava de desenhar, de escrever, traduzir obras estrangeiras, e de música. Fazia colecção de violinos. «D. Luís ocupava o tempo traduzindo peças de teatro inglês, tocando violino e violoncelo, indiferente às desgraças do país que considerava da exclusiva função do Governo[...]» (Real, 2010: 93).

Não gostava muito de guitarras, nem fado, nem touradas, ao contrário do seu filho «[...] Sr. D. Carlos, que aprendeu a tocar guitarra e até criou touros bravos em Vendas Novas.» (Fontes, 1945: 18). Nas suas *Memórias Secretas*, a Rainha D. Amélia recorda a obrigação sentida pelo rei: «D. Luís, meu sogro, nunca quis governar, eram assim os reis de Portugal, assumiu a coroa por morte inesperada de seu irmão, D. Pedro V, nunca se presumira rei e desde a primeira hora sentia-se desobrigado dos cargos da governação, como o Carlos, ambos vocacionados para a arte, para a ciência, para o desporto» (Real, 2010: 118).

Durante muitos anos nada acontece no Palácio de Belém, que é mantido como que de quarentena, senão real, pelo menos psicológica. Nenhum elemento da família real quer habitar em Belém, local de má memória. Mas o Palácio continua a servir para alojar hóspedes estrangeiros, que desconhecem tais histórias.

Na verdade, Belém havia prosperado enquanto área de Lisboa Ocidental. Seja pelo surgimento dos pólos industriais e manufacturas, e pela fixação que D. José iniciara e cujos fluxos se mantiveram durante muito tempo, seja ainda pelos banhistas que vinham a Pedrouços às novas praias, hábitos emergentes de meados do séc. XIX, e que acabavam por procurar casa e se fixar na zona.

Em decreto de 11 de Setembro de 1852 tornava-se Concelho de Belém, sendo seu Presidente de Câmara Alexandre Herculano (Néu, 1994: 69).

A partir de 1860 surgem alguns transportes colectivos que se batem numa forte concorrência entre si na procura de servir os poucos funcionários que podiam equacionar a sua utilização.

O tipo de transporte eram umas carruagens puxadas por mulas ou muares, que em 1870 se passam a deslocar sobre carris para evitar a péssima qualidade das estradas, que eram todas em macadame e umas poucas em empedrado.

Contudo, em 1880 os esgotos de toda a Calçada da Ajuda e da Memória passavam a céu aberto na parte terminal da Calçada da Ajuda, para desaguar no rio (Idem: 73). Se o trajecto dos transportes públicos seguia junto ao rio em direcção à Baixa, certamente que as carruagens reais ou entravam pelo Pátio das Vacas a Norte, ou pelo Pátio dos Bichos pela actual Rampa de Honra. Os convidados fariam o mesmo percurso para lhes evitar o aspecto degradante da situação, que porventura teria impacte ao nível do odor.

Mas Belém era certamente uma zona de prestígio que se pretendia evoluída. No mesmo ano de 1880 inaugura-se o Teatro Luís de Camões, no início da Calçada, fronteiro ao Palácio de Belém, que deveria ter ainda o esgoto quase na sua porta de entrada. Em 1874 inaugura-se o hipódromo de Belém, desporto de elite do *Turf Clube*, ao lado dos campos pelados onde se jogava futebol, o que atraía uma crescente massa de espectadores.

Em 1886 as barreiras fiscais que existiam em Alcântara passam para Algés, assumindo definitivamente a inserção desta área na cidade de Lisboa, que contava em 1864 com 5 199 fogos que crescem cerca de 95% para 10 135 em 1900 (Idem: 86). No ano seguinte D. Luís vai a Alcântara lançar a primeira pedra do aterro desde esse caneiro até Pedrouços, que seria integralmente pago pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses para fazer a linha de combóio que se prolongaria até Cascais.

Entre as Necessidades e Belém, ambos relacionados com infortúnios recentes, o Rei D. Luís I decide habitar o Palácio da Ajuda.

O Palácio de Belém mantinha a sua vocação para receber hóspedes. Em Outubro de 1863 hospeda o príncipe italiano Amadeu, irmão da Rainha D. Maria Pia, com o seu primo Eugénio de Carignan. Dois anos depois fica o Conde de Eu, e em Maio os duques de Nemours e Aleçon, ambos franceses. Em Dezembro do ano de 1866 instala-se a Rainha Isabel II de Espanha. Em Junho do ano seguinte passam o Verão em Belém o duque Saxe Coburgo-Gotha e a sua mulher princesa Leopoldina do Brasil (Saraiva, 1991: 70).

Durante quase dez anos ninguém se instala em Belém, apesar de serem feitas várias obras de melhorias na comodidade do palácio, incluindo a iluminação a gás. Vital Fontes refere que na Ajuda, «[...] algumas vezes aparecia o Sr. D. Augusto, um militarão, muito alto e muito louro, vindo do Palácio de Belém, onde vivia.» (Fontes, 1945: 18) possivelmente neste período de defeso das visitas estrangeiras.

Em 1876 ainda volta a receber hóspedes, desta feita a comitiva do Príncipe de Gales, futuro Rei Eduardo VII de Inglaterra, e em 1882 o ex-Rei Amadeu de Espanha que já ali ficara quando tinha dezanove anos (Saraiva, 1991: 71).

Belém era assim um pequeno palácio relativamente confortável, com comodidades recentes, boas acessibilidades, vista simpática sobre o Tejo, com os apoios humanos talhados para o serviço. Com pouca utilização para a hospedagem de convidados, D. Luís determina por portaria régia de 28 de Abril de 1886 que o Palácio de Belém será entregue para habitação do futuro casal de príncipes herdeiros (Idem, Ibid).

Com data marcada para o casamento do príncipe herdeiro D. Carlos com D. Amélia de Orleães para 22 de Maio de 1886, e decididos a morar em Belém após o casamento, o Rei D. Luís I manda executar os preparativos. Para D. Amélia tinha sido o seu prometido: «[...]soube que o Carlos se afadigara em restaurar o palácio de Belém para me receber condignamente, o dinheiro da casa real portuguesa era pouco [...]» (Real, 2010: 75). Para as obras foi indigitado em 1886, ou talvez antes para ter tempo de as executar, o Arq. Rafael da Silva Castro do Ministério das Obras Públicas.

As áreas contíguas ao Pátio dos Bichos ficavam afectas às funções sociais e recepção de visitas. Esta era a área de chegada dos convidados e o lado Poente estava assim determinado para a Sala de Jantar, Sala de Bilhar e de Estar. Estas salas são redecoradas dentro do gosto neoclássico da época, carregando os espaços com decoração variada: na Sala de Jantar “lincrustas” (imitação de couro) nas paredes com pregaria dourada e tectos pintados por Cotrim, e cortinados novos; na Sala Dourada foram acrescentados sobreportas em espelho, sedas lavradas a forrar as paredes e lambrins de madeira com frisos dourados articulados com o acabamento do tecto; na Sala do Bilhar, actual Sala Império, as paredes foram acabadas com a mesma “lincrusta” com pregaria dourada, sobreportas com pinturas de João Vaz, com um lambrim em madeira a envolver a lareira, sobre a qual se aplica um busto de D. João V (Barroso in Gaspar, 2005: 85), que dava também nome à sala.

Para os cómodos pessoais dos príncipes foi escolhida a área Nascente, mais interior do ponto de vista dos acessos de convidados. Contígua à Sala do Bilhar ficava a Sala da Princesa, espaço de transição para os espaços mais privados do palácio. Esta sala foi engalanada com sobreportas *rocaille* a emoldurar pinturas de Columbano com telas alusivos às artes, com *boiseries rocaille* a terminar as paredes forradas com sedas estampadas. Os espelhos sobre a lareira e sobre a credência entre janelas eram envoltos em talha dentro da linguagem do restante. No tecto foram pintadas as armas ducais de D. Carlos e D. Amélia, uma vez que não eram ainda reis.

O quarto da Princesa, situado no actual Gabinete de Audiências foi decorado como os restantes espaços, acabadas as paredes com sedas, lambrins e sobreportas em talha Luís XV assinada, como as anteriores, por Leandro Braga. Na sala existia uma lareira em pedra Mármore Carrara (Idem: 76).



Fig. 11 e 12. Sala Dourada e Sala da Princesa no final de séc. XIX.

Fig 13 e 14. Armas de D. Carlos e D. Amélia na Sala da Princesa

D. Luís Filipe nasce neste quarto em 1887 e o seu irmão D. Manuel em 1889. Ambos são baptizados na capela do Palácio de Belém.

A Nascente do quarto era executada uma casa de banho para utilização da princesa (actual sanitário privativo do Gabinete do Presidente e de Audiências).

Os aposentos de D. Carlos resultavam da subdivisão da *Sala do Relógio* (Saraiva, 1991: 71) que seria talvez a sala de Baile de D. Maria II, em vestíbulos, Gabinete de Trabalho (actual sala das Secretárias), Biblioteca privada do príncipe em madeira de nogueira (que ainda existe), comunicantes com o seu quarto, a actual Sala de Conselho de Estado. A casa de banho privada do príncipe situava-se no gabinete contíguo, a Norte, depois transformado em salinha de estar e actual gabinete de trabalho.

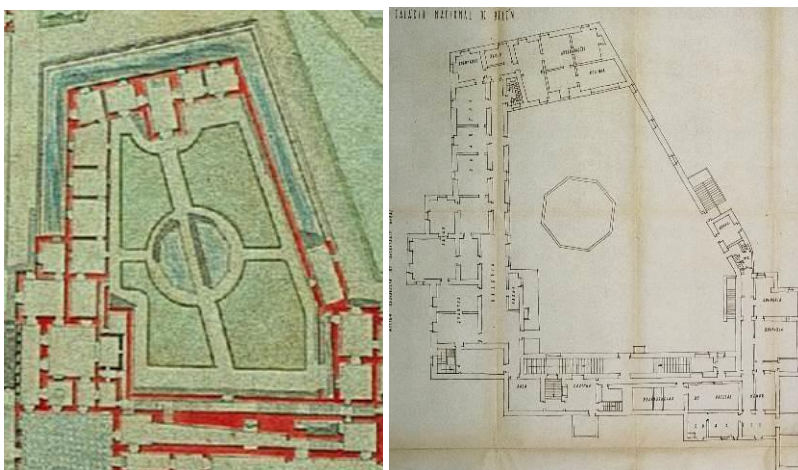


Fig.15 e 16.

Plantas comparativas dos interiores da Arrábida em 1790 e o levantamento do existente em 1952.

Silva Castro coordenou igualmente as intervenções nos aposentos da "Arrábida", destinados à criadagem (na área onde funcionou o Museu do General Eanes), e onde se dispuseram os quartos dos príncipes na área da actual residência oficial. Foi também na "Arrábida" que Silva Castro levantou mais um piso a Norte para criação do *atelier* dos príncipes, onde o futuro rei D. Carlos e D. Amélia pintavam. Uma sala

grande com uma grande janela a Norte assegurava uma luz constante; uma lareira fora de escala para a sala e de gosto ecléctico duvidoso serviria para aquecer nos dias mais frios.

«A coroa sobre a lareira é uma coroa ducal, porque D. Carlos era ainda Príncipe Herdeiro.» (L.P. Coutinho, Anexo 13A: 6).

Muito provavelmente nesta data, por ocasião da localização da escada de acesso ao novo *atelier* do primeiro andar, Silva Castro projecta a implantação de um corredor paralelo aos cômodos a Poente, permitindo que a circulação se processe por fora das salas. Esta opção de modernidade funcional, não implicou a destruição das portas de ligação entre espaços, que se mantiveram até aos dias de hoje.

No corpo a Norte, que recebia a ampliação do *atelier* em primeiro andar, Silva Castro decide alinhar a nova fachada exterior pelo alinhamento da sala central, que tinha o corpo mais comprido, duplicando a empena da construção.

O espaço exterior do jardim, marcado por uma geometria renascentista distorcida pelas esquadrias da construção, representava na primeira planta dois pequenos lagos meios-octogonais. Este lago surge unido no levantamento de 1952, pelo que poderá ter sido intervencionado nesta data. Todo o jardim terá sido mexido, uma vez a meia-lua existente a Norte perdia sentido porque já não marcava nenhum volume proeminente, e o caminho a Poente era absorvido na totalidade pelo corredor. A planta mais recente não representa os arranjos vegetais do jardim, não sendo possível saber como seriam antes da intervenção de Luís Benavente.



Fig. 17. Palácio no tempo do Rei D. Carlos, onde se reconhecem os andaimes no *atelier* da Arrábida.



Fig.18. "Anexo do séc. XIX", acabado de construir em 1903.

Talentoso e reconhecido, Silva Castro foi ainda incumbido de erguer o denominado "Anexo do séc. XIX", no lugar onde existia uma edificação a delimitar a Norte o Pátio das Damas, já bem evidente na planta de 1790 (Fig.8).

3.8. D. Carlos e D. Manuel II: o fim da monarquia

Com a subida ao trono a 19 de Outubro de 1889, D. Carlos vai morar para as Necessidades, e o Paço de Belém fica mais uma vez vocacionado para albergar convidados estrangeiros. E ainda no ano de 1889 ficam instalados em Belém o Duque de Paris e o seu filho Conde de Orleães, e dois anos depois o conde e a condessa em Abril e Dezembro.

Apesar da sua modesta dimensão, Belém era o único palácio disponível para receber convidados. Nas Necessidades morava o rei, na Ajuda habitava viúva D. Maria Pia, a rainha-mãe. Contudo, não servia para receber comitivas de chefes de Estado importantes. E a utilização pontual não evitava a degradação que se acentuava a ponto de deixar de funcionar a água quente de banho e o fogão da cozinha do palácio (Fontes, 1945: 169, 170).

Em 1898 o palácio está desactivado e funciona temporariamente como depósito utilizado para arrecadar mobília e tapetes pertencentes ao Ministério das Obras Públicas e Indústria que estavam na Cordoaria Nacional. Alguns candeeiros, estufas, esquentadores e fogões do palácio fundamentais para a sua utilização são retirados e enviados para as Necessidades (Barroso in Gaspar, 2005: 90), deixando-o sem condições de funcionamento. Em 1903 os salões são utilizados pelos oficiais da guarda que prestam serviço no palácio o que esclarece quanto ao abandono a que está já votado o palácio pela família real (Idem: Ibid).

O "Anexo do séc. XIX", que fora iniciado em 1887 vai sendo construído lentamente, em função das possibilidades orçamentais e do interesse Real. As restantes construções que fechavam o Pátio das Damas a Nascente e ligavam as construções ao picadeiro real são demolidas de modo a alargar o Pátio até ao muro de perímetro da propriedade.

Na área urbana envolvente continuavam as inovações. Em 1901 aparecem os carros eléctricos desde a Baixa a Algés. Em 1902 passa a haver um bom abastecimento de água na parte baixa da área ocidental alimentada pelo depósito do Restelo, existente em frente ao Estádio do Restelo. Por esta razão não servia a área da Ajuda onde continuava a ser necessário procurar águas nos chafarizes, situação que se manteve até 1937 (Néu, 1994: 90).

Mas o contexto sociocultural era pobre e desalentado. *«Em 1890, Portugal era um país morto, culturalmente falhado, recriando apenas – apenas e só – o que provinha do estrangeiro, principalmente de França, e economicamente dependente do mesmo estrangeiro, como a profunda crise orçamental do Estado do início da década o*

prova [...]» (Real, 2007: 103). O *Ultimato Inglês* tornara-se um enxovalho do rei no plano interno e um descrédito da importância de Portugal no plano externo.

Dentro da política diplomática de D. Carlos de estreitamento de laços com as monarquias europeias, o rei decide consagrar o Palácio de Belém para o uso exclusivo de acomodação de convidados do Chefe de Estado, para o que era necessário fazer novas obras e terminar o "Anexo" para conseguir receber as comitivas.

O Arq. Rosendo Carvalheira, colega de Castro e seu sucessor no Ministério das Obras Públicas, recebe a missão de terminar a obra inacabada do "Anexo", mantendo o projecto do seu colega, e de fazer as obras de remodelação para o fim pretendido. Renovam-se os pavimentos de madeira dos salões, introduzem-se guarda-ventos, renovam-se as loiças dos sanitários por outras mais recentes, e trocam-se as coberturas, aproveitando para refazer os madeiramentos estruturais dos telhados (Barroso in Gaspar, 2005: 92). Efectivamente nas fotografias da Sala da Princesa, tiradas certamente antes de 1903, são muito evidentes os escorrimentos nas paredes vindos da cobertura que manchavam muito significativamente as sedas a partir das sancas. O carácter aditivo da construção produzira várias pequenas coberturas com múltiplas águas dirigidas para caleiras que se moviam entre paredes de volumes de alturas diferentes, locais propícios a gerar problemas com infiltrações. Por certo que em Belém elas também existiam e a intervenção na cobertura terá tido este assunto como prioridade.

Caixilhos de todo o palácio foram reparados e pintados, incluindo na "Arrábida", onde se substituíram também parquetes de pavimento.

Muito relevante foi também a conclusão do "Anexo" que se desenvolvia em três pisos, de construção simples com desenho clássico, com requintes pontuais nos guarnecimentos de vãos e janela central do piso nobre. Rosendo Carvalheira incluiu esta área na campanha de substituição de pavimentos de madeira, reparação de carpintarias, introdução de guarda-ventos, e ainda reparações (ou conclusão) das coberturas. No volume saliente da fachada a Norte instalam-se as copas de apoio a cada piso servidas por uma escada de serviço paralela à escada nobre, sendo a cobertura destinada à criadagem, com acabamentos muito mais modestos. A partir de 1903 as salas são mobiladas com cadeiros alemães, e móveis, tecidos, relógios e outros objectos decorativos da Casa Maple de Londres, em contraponto com a área da "criadagem" que era mobilada pela "*Económica do Porto*" (Saraiva, anexo 18: 6). Os nomes revelavam as diferenças pretendidas.

Uma nova comodidade era oferecida aos hóspedes: em 1903 as Obras Públicas instalavam os primeiros telefones no Palácio.

Rosendo Carvalheira é pressionado para terminar o trabalho no início de 1903 para receber Eduardo VII de Inglaterra, que finalmente não consegue, mesmo recorrendo a sobrecustos de urgência. Apesar do esforço as obras não estão concluídas e o rei de Inglaterra acaba hospedado no Palácio das Necessidades. Para oferecer as comodidades que lhe são devidas, D. Carlos cede-lhe o seu quarto e vai dormir para outro improvisado no piso térreo. As obras no “Anexo” terminam apenas em 1908, já depois da inauguração do Museu Real dos Coches.

Afonso XIII de Espanha, esperado em Fevereiro de 1909 já pode ser hospedado em Belém no quarto que fora de D. Amélia, com jantares de gala na Ajuda (Saraiva, 1991: 78). Todavia, também neste caso Rosendo Carvalheira teve de recorrer a sobrecustos de urgência para cumprir os prazos, o que depois da Implantação da República lhe valeria suspensão disciplinar de seis meses. Em sua própria defesa Carvalheira argumentava que procurara responder à «[...] febre perturbadora das urgências na realização das régias phantasias», e que «o Paço mandava, os governos cediam, e os funcionários cada um na sua esfera de acção, obedeciam.» (Barroso in Gaspar, 2005: 92).

Mas a situação financeira do Estado implicava contenção, e os muros do perímetro do Palácio de Belém eram pintados apenas nos locais onde podia ser visto pelo visitante, e até onde a vista alcançava, conforme «D. Afonso XIII tinha de entrar para o Paço de Belém pela Calçada do Galvão; pois até onde sua Majestade podia descortinar o muro ele foi pintado de novo, o resto continua com a sua vetustez, no que se pouparam uns 50\$000 réis!» (Debates Parlamentares, 18-01-1904: 67).

A 17 de Setembro de 1906 assina-se o contrato «[...]com a casa Allgemeine Elektricitäts Gesellschaft. Por este contrato obrigou-se essa casa a fazer a instalação completa da iluminação eléctrica nos três palácios reais – Necessidades, Ajuda e Belém.» (Debates Parlamentares, 22-10-1906: 129).

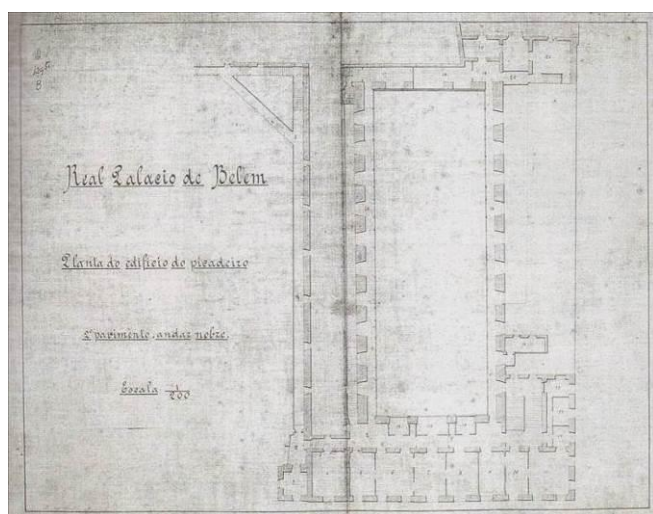


Fig.19.

Planta do Picadeiro de 1904? (anterior às obras de reconversão em museu), piso nobre.

Note-se o corredor de ligação ao Palácio, existente à esquerda da rampa Norte-Sul, localizada a Ponte do Picadeiro, e que se desenvolve por debaixo do Jardim dos Buxos.

Paralelamente às obras no paço, Rosendo Carvalheira é também acometido da responsabilidade de transformar o antigo picadeiro real em Museu.

D. Amélia tinha feito uma viagem a Paris, para ver a exposição universal de 1900 onde, pela primeira vez, estiveram em exposição viaturas hipomóveis. Os automóveis já existiam e os coches estavam em processo de transição para se tornar objectos de museu (Bessone, Anexo 23: 9).

O primeiro piso do corpo da entrada encontrava-se todo dividido em saletas repartidas por paredes de tabique (ver planta de 1790), local onde o Rei D. Carlos tinha encontros adúlteros. Segundo D. Amélia, «[...] a primeira vez que o Carlos me foi infiel não foi em Paris ou em Londres, como se diz, mas bem debaixo dos nossos aposentos, nas antigas cavaliças do picadeiro de Belém; com o meu desconhecimento, arrumara um gabinete íntimo, onde à tarde se divertia com umas criaditas externas, ajudantes de limpeza, provindas dos casebres do Calvário [...]» (Real, 2010: 67). Esta poderá ter sido outra das motivações para a Rainha D. Amélia se ter unido ao Padre dos Jerónimos na promoção do Museu dos Coches, impondo um fim público para aquela área do Palácio de Belém, cortando a moralmente condenável utilização privada que o rei dela fazia.

O acesso dos reis ao picadeiro passa a ser por um corredor que ainda existe, paralelo à rampa que ligava a Praça e o Pátio das Damas, e que unia o piso térreo do Palácio ao piso nobre do picadeiro, onde se ficava a Tribuna Real.

No reinado de D. Luís o picadeiro ainda funcionava enquanto tal; «Também o Sr. D. Luís gostava de ir alguma tarde ao picadeiro do Palácio de Belém, ver o coronel Victor Machado domar os poldros de Alter, que o rei havia de montar. E gostaria de ser uma boa mão de rédea.» (Fontes, 1945: 19). O Rei D. Carlos também gostava de equitação e de montar no picadeiro (Saraiva, 1991: 78). Com a dedicação do Palácio a convidados estrangeiros, com os coches mais sumptuosos a sair das ruas substituídos por landaus e por automóveis, começam a ser arrumados no interior do picadeiro, e «Segundo relatos da época, os coches encontravam-se bolorentos, sujos e sem nenhuma protecção. D. Carlos e D. Amélia encontram uma colecção espalhada por aquilo a que se chamavam os depósitos I, II e III, nos palácios de Alcântara, Calvário e Necessidades.» (Bessone, anexo 23: 7).

O picadeiro de Belém «[...] constituía o Depósito n.º1 da Repartição das Reais Cavaliças, [...] mesmo recolhidos e dispostos até com certa ordem os melhores carros, os arreios mais ricos e outros acessórios e atavios.» (Idem: Ibid). Por esta razão havia alguns viajantes que pediam autorização para as ver. «A Rainha D. Amélia, dando continuidade a estas visitas casuais, decidiu transformar o espaço em museu, mantendo todos os atributos de um picadeiro.» (Bessone, anexo 23: 9).

As decorações interiores do picadeiro real não estariam concluídas apesar do espaço ter estado a uso. Rosendo Carvalheira reporta o que estava ainda por concluir: na sua obra terminou as pinturas do tecto a Poente, e talvez tenha terminado a pintura das paredes sob a balaustrada da galeria. Mas foi sem dúvida uma obra de conversão funcional, que não careceu de grandes alterações por lhe ser naturalmente fácil a nova utilização, que no fundo pretendia usufruir do ambiente equestre que se mantinha presente. E a obra e as pinturas foram executadas com as viaturas dentro do picadeiro, onde colaborou José Malhoa. (Saraiva, 1991: 78).

A 23 de Maio de 1905 era inaugurado o Museu dos Coches Reais, apresentado como “sinal de civilização”. Entre 1905 e 1908 o museu completa-se e em 1909 passa a dispor “regulamento interno” (Custódio, 2011: 608).

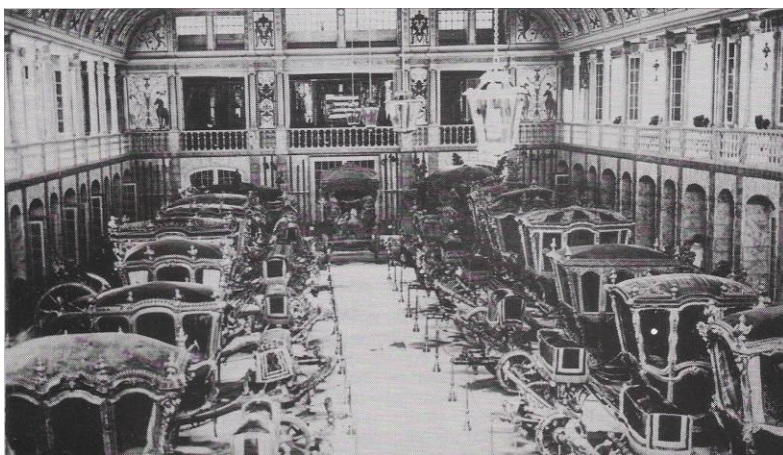


Fig.20. Museu dos Coches Reais. Note-se as portas de entrada no picadeiro ao fundo e os candeeiros pendentes do tecto.



Fig.21. Estafermo no museu



Fig.22. Projecto de ampliação do museu de Rosendo Carvalheira, atravessando em túnel por baixo do Pátio das Damas e do Anexo Séc. XIX, no local da actual Secretaria-geral da Presidência da República.

«No início o museu tinha apenas um director e um fiel de armazém, e sete guardas. Era um museu curioso. Quando alguma entidade vinha a Portugal, ou sempre que era

requisitado pela família real, os coches requeridos saíam do museu, serviam para os cortejos ou transporte de entidades, e depois voltavam, eram limpos e recolocados na exposição.» (Bessone, anexo 23: 9).

Com o apoio de Rosendo Carvalheira, os tabiques do primeiro piso foram removidos e os espaços transformados em salas maiores. As pinturas do tecto do lado Poente foram terminadas, e todas as restantes pinturas dos tectos retocadas.

«O pavimento de areia é rebaixado cerca de 1,50m e substituído por lajes de pedra; o Estafermo é removido para o vestíbulo, desaparecendo também o tapume de madeira localizado junto à tribuna real, a que se dava o nome de parapeito alto; rasgam-se amplas clarabóias junto à nova cobertura e as arcadas abertas longitudinalmente no piso térreo não só contribuem para o alargamento do salão como servirão ainda para albergar expositores de arreios.» (Bessone, 1995: 22).

Contudo, logo em 1905 se concluiu que o museu era insuficiente para as carruagens que existiam. Rosendo Carvalheira fez três propostas de ampliação do museu que a implantação da República não deixou concretizar. Todas apontavam para a execução de um túnel que deveria passar por debaixo do Pátio das Damas e por debaixo do Anexo do séc. XIX para se desenvolver numa grande sala desmultiplicada em vários espaços na zona da actual secretaria-geral e garagem velha. São conhecidos três Estudos Prévios elaborados, com variantes de pormenor (com pátio central, diferentes disposições das carruagens), sendo que todos propõem circulação em túnel, para libertar a entrada do Pátio das Damas para utilização do Palácio.

Outra abordagem de Rosendo Carvalheira está traduzida na planta que propunha uma ampliação do museu para os lados (Ver Fig.23), à cota do picadeiro. Talvez pela consciência da dificuldade de execução do túnel, ou por estarem ocupados os edifícios para onde Carvalheira propunha a ampliação, este arquitecto esboça uma alternativa que pronuncia a solução que Raul Lino veio a propor e a executar do lado Nascente.

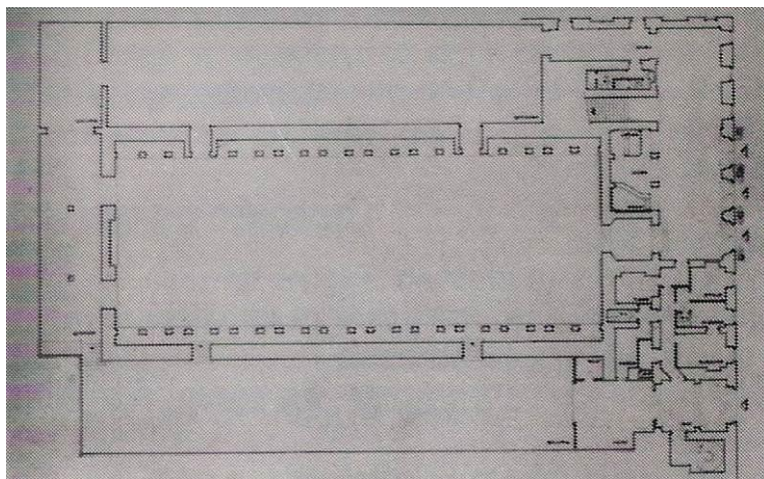


Fig. 23.
1º Projecto de ampliação do
Museu dos Coches, atribuído
a Rosendo Carvalheira, 1906.

Vital Fontes refere Alfredo de Albuquerque, o Tenente-coronel de Cavalaria que foi o seu director entre 1905 e 1910, como um impulsionador do Museu: «E foi ainda a energia deste oficial, a quem se deve o Museu dos Coches que está onde era o picadeiro do Palácio de Belém [...]» (Fontes, 1945: 57).

Mas se antes da intervenção de Rosendo Carvalheira o palácio estava quase abandonado, algumas obras decorriam para os oficiais que tomavam conta do Paço, e que chegaram a ocupar os salões vagos. A volumetria existente na frente urbana da Praça Afonso de Albuquerque corresponde a uma obra de remodelação decorrida neste período e terminada em 1902. A correnteza seiscentista que outrora definia a Noroeste a Praça de Belém, como se chamara, e que suportava um arco de entrada no início da Rampa de Honra, é intervencionada no início do século XX sob o reinado de D. Carlos, demolindo-se dois módulos do telhado em tesoura para acomodar um novo edifício gaioleiro, de fachada simétrica, com três janelas em dois pisos, mais uma mansarda com uma janela de trapeira ao centro da fachada, para a “Casa da Guarda”.



Fig.24. Gravura anterior a 1787. Não existe o Anexo do séc. XIX e as casas seiscentistas estão representadas
Fig.25. Fotomontagem planificada das fachadas com o “torreão” a substituir as casas seiscentistas.



O pavimento do primeiro piso é sobreelevado em relação à cota da Praça que já tinha o nome de D. Fernando II, com a soleira concordante com uma porta executada a meia fachada na Rampa de Honra. Desta opção resultava um piso térreo elevado em relação à via pública, com uma escala de edifício e vãos completamente dissonante com as portas dos edifícios confinantes. A decisão de concordar a cota de soleira com a Rampa prendia-se com a criação da “Casa do Sargento da Guarda” que ficava instalada neste piso, e cuja primeira função era a guarda da entrada da Rampa, removido o portão pelas obras de alteração da entrada e dos dois edifícios que tinham sido demolidos para dar lugar a este.

No piso superior e nas águas-furtadas era criada uma residência para funcionários da Presidência, as chamadas casas de função, que incluíam o chamado pessoal menor e as chefias, incluindo o Secretário-Geral.



Fig.26. Foto datada de 1900?, casas seiscentistas demolidas.

Fig.27. Foto de 1902 onde se vê o "torreão"

No cimo da rampa, se nos seus primórdios das jaulas do Pátio dos Bichos em meados do século anterior os espaços serviam para albergar feras, é provável que com a inauguração com Jardim Zoológico em 1884, e com a família real a viver no Palácio da Ajuda e com os príncipes D. Carlos e D. Amélia recém-casados a viverem em Belém a partir de 1886, que os animais que existissem fossem deslocados para um local com condições adequadas para o seu cativo. No virar do século estes espaços vagos facilmente se tornaram arrumos de lenha e utensílios de jardinagem.

Na Praça D. Fernando II era concluída a estátua a Afonso de Albuquerque a 2 de Agosto de 1901. Contudo, a situação envolvente na praça era de baldio. No debate Parlamentar em 5 de Maio de 1903 dos Pares do Reino, recomendava o Dr. Ricardo Jorge, a quem visitasse o monumento, que o fizesse de carruagem, por ser impossível a pé. *«S.Exa arriscar-se-hia a ficar lá enterrado, e isto havendo a prevenção de que este anno ainda temos visita regia, ou inquilino regio no palácio de Belém. O largo está perfeitamente vergonhoso e intransitável, a despeito de terem por lá espalhado muitas carradas de entulho, porque o preparo da inauguração da estátua foi perfeitamente primitivo [...]»* (Debates Parlamentares, 05-05-1903: 517).

O ajardinamento da Praça iria aguardar a inauguração do Museu dos Coches Reais.

Mas no plano político a situação era cada vez mais complexa. *«Apesar da inflação, a dotação de D. Carlos era igual à da sua avó, D. Maria II que subira ao trono em 1834. A Coroa foi recorrendo a expedientes [...] No tempo de D. Carlos tinham surgido os tais "adiantamentos", enquanto se esperava por uma solução no parlamento.»* (Pinto, 2010: 88). E no Parlamento, existia uma certa compreensão relativamente à atribuição da responsabilidade destes custos: *«São despesas de representação do país, as quaes não cabem propriamente na dotação da Família Real, que está computada para o seu viver, para o exercício augusto das suas funções, e não para despesas extraordinárias, como são as visitas de Soberanos estrangeiros e a sua consequente retribuição. Em toda a parte essas despesas pertencem ao Estado e não aos Soberanos.»* (Debates Parlamentares, 06-07-1908: 2).

A dificuldade de viver de orçamentos com cinquenta anos era evidente; o aumento dos custos não seria todo atribuível à família real, que levava uma vida incomparavelmente mais económica que a maioria dos seus homólogos europeus. «Raul Brandão[...] não deixaria de comentar: “ *A minha impressão é de que o rei e a rainha viviam uma vida modesta e insistentemente espionhada pelos criados e pelos cortesãos. As despesas com os palácios reais são agora maiores do que eram quando os usufruíam os Braganças, porque para ali se tem anichado um enxame de pessoal.*» (Idem: 89).

D. Carlos, impotente e um pouco desinteressado de pôr ordem no governo monárquico, aceita a sugestão de dissolução das Cortes e a instauração da ditadura de João Franco em 10 de Maio de 1907. Esta opção, ao invés de resolver, agudizava a situação e o rei acaba assassinado a tiro no Terreiro do Paço a 1 de Fevereiro de 1908, atentado que matava igualmente o príncipe herdeiro. Tal como o seu avô Luís, D. Manuel II subia ao trono forçadamente, com 18 anos. Com a ajuda da mãe, que reflectia perante a situação: «[...] *Manuel tornar-se-ia rei de Portugal, precisaria de mim[...]*» (Real, 2010: 194).

Na opinião da Rainha D. Amélia, ao contrário do seu avô, D. Manuel II iria genuinamente tentar fazer algo de positivo pelo país; «*Dos três reis portugueses que conheci, o que melhor governou, pressionado e orientado por mim, foi o Manuel, políticas assentes na melhoria de vida das classes trabalhadoras, copiámos o programa do Partido Socialista e prometemos a nós próprios erradicar a pobreza e o analfabetismo de Portugal numa década, fomos tarde de mais, o descontentamento com a monarquia tornara-se volumoso e os partidos monárquicos autênticos defuntos[...]*» (Idem: 118). Efectivamente o Rei D. Manuel II é referido nos debates parlamentares como tendo «[...] *honrados escrupulos do seu alevantado character[...]*» tendo-se comprometido a «[...] *deixar inteiramente livre a acção do parlamento, [e que] nobremente declarou o seu firme propósito de não utilizar recursos alguns que não fossem autorizados por lei [...]*»; os poderes do Estado «[...] *não quiseram ou não souberam responder à correctíssima attitude do joven Monarcha[...]*» (Debates Parlamentares, 29-07-1908: 13).

Por Carta de Lei de 3 de Setembro de 1908 o Museu dos Coches Reais sofria uma reestruturação estatutária passando a designar-se Museu Nacional dos Coches Reais, que ainda assim Alfredo de Albuquerque conseguia manter a cargo da Repartição das Reais Cavalariças, argumentando o seu uso para serviços fúnebres e cerimónias de gala. Isto porque os coches eram peças de museu, mas mantinham o seu valor operacional. «*De facto, estavam reservadas quatro carruagens de gala e três coches*

destinados às exéquias da família Real, Conselheiros de Estado, ministros de Estado efectivos e honorários, Embaixadores e Ministros estrangeiros, conforme previsto no artigo 3º do projecto de organização do Museu.» (Bessone, 1995: 28).

D. Manuel II continuava as reformas, revelando o seu desprendimento. Em 29 de Setembro de 1908 era apresentada e aprovada uma proposta de lei do Governo assinada pelo (Ministro da Fazenda) Manuel Affonso de Espregueira da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e datada de 23 de Maio de 1908. Entre vários pontos constava no:

«Art. 2º - Por cedência expressa de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II ficam pertencentes á Fazenda Nacional, e encorporados nos próprios d'ella, os Paços de Belem, Caxias e Queluz, casas, quintas e mais dependências d'elles, deixando de permanecer como até agora na posse e usufruto da Coroa.

§1º - O Palacio de Belem e suas dependencias será especialmente destinado a alojamento de chefes de Estado, Príncipes e missões estrangeiras que vierem em visita oficial a Lisboa, ficando para esse fim a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

§4º - O museu dos coches, estabelecido no antigo picadeiro do Palacio de Belem, é considerado museu nacional.» (Idem: Ibid).

Antes desta aprovação, tal doação mereceu ainda alguma contestação por parte dos Pares do Reino, com o argumento de que o rei procurava apenas aliviar as despesas da família real, entregando ao Estado um conjunto de palácios que necessariamente implicavam custos de manutenção. Contudo, tal não era correcto, uma vez que no §3º ficava o compromisso de custear as despesas de manutenção e reparação dos Paços Reais que se mantinham na dependência da família Real através do Ministério das Obras Públicas.

Em defesa do rei interpõe um deputado opinando que, por um lado, relativamente ao alojamento de convidados especiais no Palácio de Belém *«A pratica nos tem demonstrado a conveniência de ter essa aplicação este palácio»* e que *«Se esse palácio se encontrasse em boas condições, quando nos visitou El-Rei de Sião, não se veria o Estado obrigado às enormes despesas, que necessariamente acarretou o alojamento d'esse Monarcha no Hotel Bragança.»* e que por outro lado, quanto ao alívio da despesa *«Não é bem assim. Lendo-se o §3º ver-se-há que as obras de reparação e conservação dos Paços Reas focam a cargo do Ministerio das Obras Publicas: portanto nada perderia El-Rei em conservar esse Paço que, sem lhe causar despesa, seria uma regalia apreciável, tanto mais que, segundo creio, Sua Majestade nelle nasceu.»* (Debates Parlamentares, 08-08-1908: 14).

Em consequência da deliberação Real, em 1908 o Museu dos Coches recebe novas peças trazidas do Palácio de Queluz, e torna-se necessária a actualização dos registos dos espólios, sendo feita uma inventariação, que foi dada à estampa no primeiro e

único tomo do Prontuário Analítico dos Carros Nobres da Casa Real Portuguesa e das Carruagens de Gala, da autoria do cónego Pereira Bôto (Bessone, 1995: 29).

No cumprimento das suas renovadas e agora definitivas funções, o Palácio de Belém irá receber o Marechal Hermes da Fonseca, oitavo Presidente dos Estados Unidos do Brasil. O Jantar oferecido pelo Presidente do Brasil ao Rei de Portugal no Palácio onde estava hospedado, seguindo o protocolo:

«Começou-se servindo no meio de um silêncio que não havia de ser quebrado pelos convivas no decorrer do banquete. Raros comiam e todos pareciam esperar qualquer coisa de fora, ainda que a presença do Marechal fosse a garantia de que ali nada aconteceria. Os pratos eram retirados quasi sem lhes terem tocado, e os copos intactos iam alinhando sempre. O Sr. D. Manuel sorria com dificuldade quando tinha que ouvir alguma frase amável do Sr. Hermes da Fonseca, e demorava a resposta, com o espírito afastado dali, preocupado. [...]

A certa altura deram ordem para se servir mais depressa, o que causou certa desorientação na copa e na mesa. Os pratos chocavam-se e os talheres tilintavam, o que nunca acontecia nos banquetes do Paço. Entornou-se um copo de vinho e não houve quem se atrevesse a dizer que era alegria. O "champagne" espumou e foi entornado de algumas taças quando o sr. Marechal levantou a sua pelo rei e pela Monarquia portuguesa. Foi com alívio que todos abandonaram a mesa, ainda que alguns depois bebessem os licores do café como se quisessem tomar coragem.» (Fontes, 1945: 55).

«O Sr. D. Manuel pouco se demorou em Belém, e lá foi para as Necessidades com os seus familiares, pretextando que no dia seguinte, o da partida do Presidente, teria de ir em viagem a Trás-os-Montes [...]» (Idem: 56).

«O Sr. D. Manuel saíra de Belém pelo portão que dá para a Calçada dos Jerónimos, tomando pela Calçada do Galvão, direito à Memória e depois pela Calçada da Ajuda e pelo Cruzeiro, até às portas de Alcântara, entrando pelo Largo da Quinta. E fizera todo este percurso com a comitiva e o Sr. Alfredo de Albuquerque, oficial que, depois de deixar o rei a salvo, foi tratar da defesa do palácio das Necessidades, estabelecendo um cordão de forças, à volta.» (Idem: 57).

O jantar ocorria na noite de 3 de Outubro de 1910. Às nove e meia, Teixeira de Sousa, o chefe do Governo, apresentou cumprimentos e desculpou-se ao Presidente do Brasil e abandonou o palácio, para tentar ir controlar os acontecimentos na rua, uma vez que os rumores de uma revolução eminente corriam desde essa tarde (Pinto, 2010: 16). Na verdade, ao contrário das cerimónias habituais, «[...] as entidades portuguesas, alheias aos convidados estrangeiros e às mais elementares regras de cortesia, segredavam pelos cantos. Os generais e almirantes discutiam em pequenos grupos [...] D. Manuel, impaciente, rabiscou a lápis do menu um "Façam abreviar isto" que passou discretamente ao Chefe de Protocolo, Batalha de Freitas. Assim, perante o descontentamento dos brasileiros, saltaram-se alguns pratos e o banquete acabou mais cedo.» (Idem, Ibid).

No dia seguinte o Palácio das Necessidades é atingido com tiros de espingardas e canhão pelos revoltosos. O espelho de uma das salas (actual gabinete do Chefe do Protocolo de Estado) ainda tem hoje um buraco estilhaçado por um tiro disparado neste dia. O rei protege-se numa casa dentro da tapada (na Casa do Regalo?) mas é aconselhado a dirigir-se para Mafra.

Vinte e quatro horas depois, dirige-se para a Ericeira com a mãe D. Amélia e a avó D. Maria Pia para embarcar no iate *Amélia* para Gibraltar, para nunca mais voltar.

Nesse dia 5, a República era proclamada da varanda dos Paços do Concelho.

3.9. Instalação da Residência Oficial do Presidente da República

«A monarquia caíra quase sem luta. Um grupo audacioso dera um empurrão nas portas desconjuntadas da cidadela, corroídas pelo tempo e pela descrença, e arrombara-as. Tal como dissera João Franco ser a regra em Portugal, a conquista do poder acontecera mais pelo seu abandono por parte do Governo do que pela acção da oposição[...]» (Pinto, 2010: 139).

Após a Implantação da República, o Palácio de Belém é escolhido pelo Governo Provisório para instalação da Secretaria-Geral da Presidência da República onde Teófilo Braga, chefe do governo provisório, fazia despacho diário. Há dois anos entregue ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, num percurso cheio de interrupções na utilização pela Coroa, o Palácio de Belém estava já um pouco afastado da simbólica Real, e tinha obras recentes. Tinha telefone e era perto de S. Bento, ligado pelo eléctrico. A sua utilização era uma medida de pragmatismo e economia simples, se outras razões não houvesse.

Em Belém Teófilo Braga aguarda as primeiras eleições:

«Não teremos um Presidente com casa civil e militar, com pompas, com palácios. Será apenas um membro ponderado do Governo. Existirá um Palácio, a Casa Branca de República da América do Norte, e o presidente, que terá a sua residência particular, irá ali para dar recepções e para a assinatura – isto disse o sr. Dr. Teófilo Braga quando foi para Belém.

[...] Chegava a Belém, muito simples, sem nunca largar o seu guarda-chuva e por ali andava como por casa alheia. Foi um trabalho conseguir convencê-lo a que não viesse para Belém de carro eléctrico, ou no "Chora", como antes fazia.

-Transijo – disse por fim – mas só aceito vir numa carruagem sem aparato. E transijo porque assim me furto às saudações da rua, que são agradáveis, mas demoram. E não podemos perder tempo.

[...] Havia muito que fazer, e as visitas dos republicanos, e dos "adesivos", tomavam parte do dia. Alguns não podiam ser recebidos, até porque não tinham audiência marcada. Os ministros chegavam a Belém para assinatura e logo partiam para o Terreiro do Paço, onde também tinham sempre gente à espera, quando não eram manifestações.» (Fontes, 1945: 67, 68).

Para o final do seu cargo provisório, o cenário mudou. A agitação no palácio abrandava e as atenções afastavam-se de Belém. Teófilo Braga recebia poucas visitas e muito pouco despacho, e começava a andar cansado das esperas. *«Se ao menos tivesse aqui os meus livros! Se pudesse trabalhar nas minhas coisas! – ouvi-lhe dizer um dia, com um olhar nostálgico, saudosos da sua actividade.»* (Idem: 71).

Com a aprovação da Constituição em 21 Agosto de 1911, é o Congresso da República, um órgão recém-criado composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado que elege o primeiro Presidente, Manuel de Arriaga, no dia 24 desse mês (Serra in Costa Pinto, 2001: 38). Impunha-se a necessidade de um escritório para o seu trabalho e, mais uma vez o Palácio de Belém era o destino natural. Para tal, desmancharam-se os quartos para convidados estrangeiros, criando gabinetes de trabalho.

O novo Presidente é açoriano, não tem casa em Lisboa, nem dinheiro da República, nem protocolo. É uma figura de representação do Estado, quase destituída de poderes, ainda que com amplos poderes teóricos (Costa Pinto, 2001: 19). Manuel de Arriaga aluga o antigo palácio do Manteigueiro na Rua da Horta Seca e compra um automóvel para poder ir trabalhar para Belém.

A nova Constituição definia que o Presidente o seria apenas por quatro anos, não podia ser reeleito, deixaria as funções no dia em que expirasse o mandato e podia ser destituído pelas duas Câmaras reunida em Congresso. E no Art.º 45º era claro: *«§único – Nenhuma das propriedades da Nação, nem mesmo aquela em que funcionar a Secretaria da Presidência da República, pode ser utilizada para cómodo pessoal do Presidente ou de pessoas da sua família.»* (Constituição de 21-08-1911).

No dia 3 de Julho de 1911 a Assembleia Constituinte decretou e promulgou o Projecto de Lei n.º 4, onde se lê: *«Art.º 2º. A Secretaria da Presidência da República funcionará numa das dependências do Palacio Nacional de Belem. [...] Quando tenha que receber missões militares ou navaes estrangeiras, o Presidente da República far-se-ha acompanhar de um oficial ao exercito ou da armada, que os respectivos Ministérios nomearão, de ocasião, exclusivamente para esse fim. Art. 4º - As pessoas da família do Presidente da República não podem ter logar de preferênciã nos actos públicos.»* (Debates Parlamentares, 03-07-1911: 12). Era na mesma data definido o ordenado do Presidente, do secretário-geral da Presidência e do secretário particular do Presidente, quadro total da Presidência.

Pela Lei de 26 de Junho de 1912 era extinta a Superintendência dos Paços, e ficava promulgado *«Art.º 1º A guarda, conservação e administração dos móveis e imóveis dos extintos palacios reais, ficam a cargo do Ministério das Finanças, por intermédio da*

Direcção Geral da Fazenda Pública. [...] Ar.º 6º Ficam pertencendo à Fazenda Pública, e, portanto, abrangidos nas disposições do artigo 1º, os palácios da Ajuda, de Belém, de Cintra, de Mafra, das Necessidades, da Pena e de Queluz. [...] [Fica pertencendo] Ao Ministério do Interior, a parte do Palácio de Belém onde se acha instalado o Museu dos Coches [...]» (Decreto de 26-07-1912: 417).

Mas o artigo mais importante para Manuel da Arriaga viria a seguir, porque teria consequências no seu quotidiano: «Art.º 8º O Palácio de Belém será especialmente destinado ao alojamento da Secretaria Geral da República, ficando assim revogado o § 1º do artigo 2º do decreto de 3 de Setembro de 1908. § único. O Governo fica autorizado a arrendar para sua moradia ao Presidente da República o anexo do referido palácio.» Muito possivelmente Arriaga terá solicitado esta alteração da lei, que na verdade ia contra a Constituição de 1911, mas dava-lhe muito mais jeito. O aluguer de um palacete no Bairro Alto, provavelmente caro para o ordenado de Presidente, e as deslocações diárias para Belém tornavam-se penosas, e Manuel de Arriaga foi autorizado a instalar-se em Belém nesse Verão de 1912.

Vital Fontes recorda a chegada do novo Presidente «[...]sr. Dr. Manuel de Arriaga que, eleito presidente, passou a ocupar a parte moderna do Palácio de Belém. Depois de uma hora da tarde, aparecia na ala antiga. Recebia visitas, mas falava pouco. Eu entrava às onze da manhã, fardava-me e estava no Palácio até às seis da tarde.» (Fontes, 1945: 72). Por comodidade e segurança, o Presidente instala-se no piso nobre do Anexo séc. XIX. O seu filho, por ele nomeado seu secretário, vai viver para o piso de cima, nas águas furtadas do Anexo, o que já significava uma leitura alargada do texto da lei de 1912.

«O sr. Dr. Manuel de Arriaga, que para estar em Belém quis pagar do seu bolso a renda mensal de cem escudos – que então era dinheiro – instalou-se no primeiro andar do Palácio com suas filhas e genros. Seu filho o sr. Roque de Arriaga começou por viver no segundo andar e depois de casado, no rés-do-chão. Era uma vida familiar a que todos levavam, mas a esposa do sr. Roque de Arriaga, de quem o sr. Dr. Manuel de Arriaga muito gostava, nunca entrava nos aposentos do sr. Presidente sem pedir licença, o que me fazia lembrar antigos hábitos da Corte em que a confiança não excluía certa cerimónia.

O sr. Dr. Manuel de Arriaga que se queixava de ter iniciado o mandato sem casa, sem dinheiro, sem meios de transporte, sem secretário, sem protocolo, nem conselho de Estado, tivera de alugar um palacete na Horta Sêca para inicialmente se instalar, e de comprar um automóvel para iri para Belém e para os actos oficiais.» (Idem: Ibid).

Mas o decreto de 26 de Junho de 1912 tinha outros artigos interessantes: «Art.º 9º Os demais palácios, quintas, jardins, tapadas e cercas, a esta data sem aplicação especial ou enquanto não a tiverem, serão destinadas à visita do público mediante taxas e condições a regulamentar. § único. A taxa a cobrar nunca será inferior a 100 réis, excepto aos domingos e dias feriados, em que a entrada será gratuita. [...] São

isentos da taxa de entrada todos os alunos de quaisquer escolas que provem a sua identidade escolar.» (Decreto de 26-07-1912: 418).

Os jardins eram abertos a visitas de público, pagas, numa lógica de abertura ao usufruto do público dos palácios nacionais. E com regimes de isenção de pagamento aos domingos e às escolas, no âmbito do fomento da instrução, um dos cavalos de batalha da República. Os bastiões do antigo regime eram agora visitáveis pelo cidadão comum, porque afinal o palácio era da Nação, e por isso de todos. Por isso havia que regrear: «Art.º 13º A ninguém será facultada moradia ou qualquer usufruição gratuita nos palácios e seus anexos ou dependências, salvo àqueles empregados que superiormente forem julgados indispensáveis ou convenientes para a sua guarda e segurança. Art.º 14º É extinta a repartição das equipagens, passando para o palácio de Belém, em depósito, todos os automóveis, carruagens e animais que ao Estado ficarem pertencendo. § único. No parque do palácio de Belém será instalado o Jardim Colonial.» (Idem: Ibid).

Com a implantação da República extinguem-se as cerimónias de gala e as carruagens reais são mantidas sem utilização durante mais de dez anos. O Museu Nacional dos Coches é inscrito na 1ª circunscrição e dotado de novo regulamento. Com a Lei da Separação do Estado e das Igrejas, começavam a chegar Belém inúmeras peças dos conventos e casas religiosas, que são incorporadas no espólio. O seu novo director, Luciano Freire, cujas funções havia iniciado interinamente ainda antes do final da monarquia, fez crescer o acervo recuperando peças que estavam em reserva. Igualmente empreendeu campanhas de valorização dos acabamentos interiores do edifício, adjudicando a pintura das cinquenta e seis colunas do andar nobre e as paredes do Vestíbulo com fingimentos de mármore amarelo, e das quarenta pilastras da galeria com fingimentos de lioz vermelho (Bessone, 1995: 31).

Logo em 1912 se procurou disciplinar o acesso às casas de função. A tomada de consciência da situação das ocupações resultava de um levantamento reportado na Assembleia Nacional Constituinte (*Debates Parlamentares* de 02-08-1911: 3 e 14-08-1911: 3). O Decreto de 26 de Junho tentava associar o critério da atribuição das residências ao interesse da instituição. Mas lá se mantiveram certamente os que já ali habitavam, tal como entrou, por exemplo, o secretário do Presidente Manuel de Arriaga para o primeiro piso do Anexo do séc. XIX.

Pelo Art. 14º deste decreto as antigas cocheiras recebem várias carruagens que sobravam do Museu dos Coches e alguns dos automóveis mais velhos, que não tinham destino. No § único. do mesmo artigo vinca-se o facto de os jardins passarem a ser o

Jardim Colonial. Efectivamente sendo o presidente um homem comum, não precisava, ao contrário dos reis, de jardins nem quintas para passear. Nesta sequência, por despacho de 14 de Maio de 1912, os Jardins dos “prazos de cima” foram cedidos para o Jardim Colonial, que já existia enquanto entidade desde 25 de Janeiro de 1906, em terrenos do jardim Zoológico. A posse definitiva dos jardins ocorre apenas em 13 de Maio de 1915, depois de longa polémica sobre os seus limites (Saraiva, 1991: 91).

Em Dezembro de 1912, as antigas cozinhas do palácio, situadas a Nascente do Picadeiro, junto à Calçada da Ajuda, vão ser anexadas ao Museu dos Coches, para área de expansão do seu espaço expositivo, sendo por isso retiradas à tutela do palácio.

Mas outros limites estavam também em mutação. Pelo Decreto de 4 de Junho de 1913, que definia que a Secretaria Geral da Presidência da República seria constituída por um secretário-geral, um primeiro-oficial, um segundo oficial e dois correios, mais os “serventuários” que a Secretaria-geral indicasse, propunha no Art.º 5º, *«§único. O Govêrno fica autorizado a arrendar, para moradia do secretário-geral da Presidência, a parte do Palácio de Belém conhecida pelo nome de Arrábida.»* Esta prerrogativa manteve-se durante toda a Primeira República e Estado Novo, até 1951, data em que Craveiro Lopes é eleito Presidente.

Mas Manuel de Arriaga passa dias conturbados, porque *«[...] se o país não era monárquico[...] também estava longe de ser republicano. A vanguarda republicana actuara em Lisboa de surpresa, o Exército ficara prudentemente neutral e a minoria activa vencera a minoria passiva, com a adesão resignada ou expectante da maioria silenciosa. Longe de ter sido uma revolução popular, o 5 de Outubro fora um golpe político-militar [...]»* (Pinto, 2010: 139). Com a carestia de vida, as populações revoltam-se e seguem-se quedas de governos e instabilidade política e social.

«No dia 21 de Janeiro de 1915, com Martins de Lima à frente, bem fardados e ataviados, os oficiais de Lanceiros e de outras unidades descem a pé pela Calçada da Ajuda em direcção ao Palácio de Belém para entregar as espadas ao presidente da República. Interceptados no caminho pelo tenente-coronel Sousa Rosa, de Cavalaria 4, são detidos e colocados sob prisão [...]» (Idem: 192).

Manuel de Arriaga considera que está eminente um conflito entre o Governo Republicano e o Exército e recorre a um governo extrapartidário. *«Alarmados com um governo fora do controle dos democráticos, Victor Hugo e um dos seus “miseráveis”, o ministro do interior, Alexandre Braga, foram de madrugada a Belém. Arriaga recebe-os de roupão e despachou-os no seu habitual modo doce mas firme. Às suas inquietações sobre a “pátria e a república em perigo” respondeu-lhes que sossegassem, que ele estava ao leme [...]»* (Idem: 193).

No dia 14 de Maio há confrontos entre as forças da Marinha e do Exército contra o Governo, com 102 mortos e 600 feridos.

A 26 de Maio de 1915 Manuel de Arriaga demite-se e deixa o palácio.

«Quando foi eleito, o Sr. Dr. Bernardino Machado veio instalar-se em Belém, com a sua família. Levantava-se às 8 horas da manhã e vinha logo ler os jornais para a janela. Era muito dado, falava a todos, e nunca estava quieto, sempre a trabalhar, a telefonar, a escrever. Recebia muita gente, de todas as camadas sociais, e conversava muito com todos. - Marco horas de entrada para as visitas mas não marco horas de saída - dizia-nos.» (Fontes, 1945: 89). Ocupa o mesmo Anexo do Séc. XIX, no mesmo piso que Arriaga, pelo qual paga os mesmos cem escudos. Com a eclosão da I Guerra Mundial em Junho de 1914 reorganiza-se todo o quadro político e Portugal é pressionado pela Inglaterra para aprisionar os navios de guerra alemães fundeados em Lisboa, o que acaba por acontecer em 23 de Fevereiro de 1916. Dia 9 de Março, Portugal entrava oficialmente na Guerra. (Garcia, 1983: 240).

«Quando da Grande Guerra, [Bernardino Machado] presidiu em Belém a muitos conselhos.» (Fontes, 1945: 89). Forma-se um novo governo de convergência, chamado União Sagrada, à volta de Afonso Costa, que reforça a intervenção na Guerra, à custa de mais sacrifícios para as populações (Garcia, 1983: 240). A situação económica e social degradou-se a ponto de se registarem novas convulsões populares, e um golpe de Estado iria substituir o Presidente da República.

Em 10 de Maio de 1918, ainda durante a I Guerra Mundial, o quadro da Secretaria Geral era actualizado pelo Decreto n.º 4: 233, explicitado como sendo necessário reorganizar: *«Artigo 1.º A Secretaria da Presidência da República passa a ser constituída por um secretário-geral, como chefe, e pelos adjuntos que forem julgados necessários. Único. Para o serviço de expediente haverá dois terceiros oficiais destacados do quadro do pessoal dos Ministérios.»* Na verdade, o Golpe de Estado chefiado por Sidónio Pais demitia Bernardino Machado e deixava o país sem Presidente. *«Sidónio [...] mandou-lhe uma delegação de subalternos de peso [...] para lhe comunicarem que melhor seria deixar voluntariamente de ser presidente da República. Bernardino, ao seu modo intemerato e aliciador, ofereceu chá aos operacionais de uniformes marcados pela refrega e botas enlameadas, a quem respondeu afoito que continuava a ser Presidente e que não renunciaria e não cederia à força. Os emissários comunicaram-lhe então que se considerasse preso à ordem da Junta, ali mesmo, no Palácio de Belém.»* (Pinto, 2010: 272).

Sidónio Pais ocupa o lugar de Presidente da República interino em acumulação com o de Presidente do Ministério, até 9 de Maio. À semelhança de Louis-Napoléon, Sidónio

foi o primeiro, e o único, Presidente eleito por sufrágio universal na República Nova; tal como o imperador francês, Sidónio procurou governar em ditadura, preparando em 9 de Maio legislação para entrar em vigor sobre ele, no seu novo lugar, a 10 de Maio.

Sidónio Pais toma a peito todas as tarefas e tenta resolver tudo, como se dispensando todos os restantes elementos do Governo. Se no início vive no Hotel Avenida Palace, é por conselho dos amigos da revolução que se instala em Belém, onde o perímetro de segurança é possível de garantir.

«[...]o Palácio de Belém torna-se, pela primeira vez na sua história, o centro do país político – a sede do Poder supremo.» (Saraiva, 1991: 96).

As antecâmaras do Palácio de Belém enchiam-se de mulheres do povo, burguesas e nobres; Sidónio atraía corações femininos e choviam cartas no seu gabinete, o mesmo que D. Carlos usara, com pedidos, declarações, e denúncias de conspiração das mulheres, irmãs ou filhas dos supostos conspiradores (Pinto, 2010: 298), semelhante ao que iria a acontecer com Estaline na Rússia. A sua condição de solteiro tornava Sidónio num mito de força e seriedade. Sidónio Pais atinge uma popularidade “nacional” nunca antes alcançada (Costa Pinto, 2001: 79), reforçada pelas viagens pelo país, em inaugurações e visitas a hospitais, por exemplo. A via autoritária de direita de Sidónio «[...] mereceu a Mussolini a qualificação de primeira experiência fascista da Europa.» (Garcia, 1983: 240).

«O Sr. Dr. Sidónio Pais, esse mal dormiu durante todo o tempo que esteve em Belém. E raras noites se meteu na cama. Se ia ao teatro, logo voltava para trabalhar até altas horas, com a capa militar pelos ombros e um cobertor nos joelhos. [...] Vivia modestamente em Belém. Levantava-se às oito horas da manhã. Recebia o barbeiro, que era o do “Avenida Palace”. Saía do quarto de banho que tomava de pé.» (Fontes, 1945: 99).

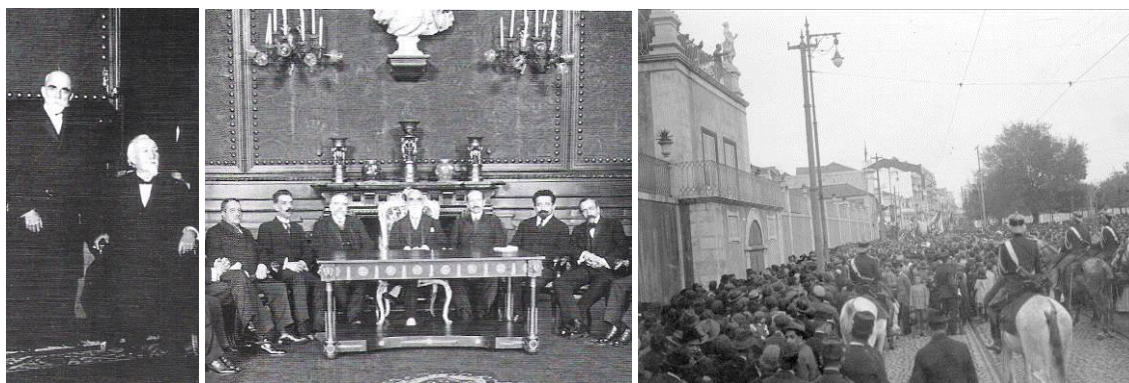


Fig.28 e 29. Machado e Arriaga, 1912, União Sagrada em 1914, ambas na Sala D. João V, actual Império.

Fig. 30. Anúncio do armistício no Jardim dos Buxos com Sidónio Pais a discursar junto à mesa de pedra.

Contudo, como sempre, com poder maior vêm problemas maiores, e Sidónio enfrenta vários episódios de contestação séria, com prisões e deportações de descontentes do

seu "absolutismo". O custo de vida aumentara exponencialmente, a inflação crescia, e com eles as medidas de Sidónio não resolviam os problemas.

O palco topográfico que o Jardim dos Buxos proporcionava mostra-se fundamental a Sidónio Pais no dia 11 de Novembro de 1918 no discurso para a multidão que celebra o armistício de Rethondes, conferindo-lhe um pódio seguro, bem avistado, e apresentado com naturalidade de quem não teme. Mas este Presidente tinha razões para temer.

«O Sr. Dr. Sidónio Pais foi um dia ao Porto e à volta só o vi depois de embalsamado, na sala Luís XV, cheia de gente a desfilar e muitos a chorar, "Era grande demais para ser para um país tão pequeno." - disse um ministro estrangeiro.» (Fontes, 1945: 106).

Após um atentado falhado em 5 de Dezembro, a 14 é assassinado na Estação do Rossio com tiros à queima-roupa (Costa Pinto, 2001: 82). Sidónio é trazido para o seu quarto no Palácio de Belém, embalsamado e colocado na Sala Luís XV, actual Sala dos Embaixadores, onde é velado por milhares de pessoas que se juntam na Rampa de Honra e Pátio dos Bichos para se despedir do Presidente-Rei. (Saraiva, 1991: 99).

O Almirante Canto e Castro é chamado a sustentar a instabilidade e a repor o país nos carris da República, ao mesmo tempo que afastava os monárquicos como ele, que o era convictamente, e que com a insatisfação contra Sidónio, viam uma nova possibilidade de ascensão ao poder. É retomada a Constituição de 1911, mantendo-se a Presidência com a nova estrutura orgânica mais flexível, ajustada pelo titular da pasta. *«O Governo reuniu-se em Belém sob a presidência do sr. Canto e Castro, intransigente na defesa do regime – e soubemos depois – o Palácio esteve para ser assaltado pelos monárquicos que queriam prender todos.»* (Fontes, 1945: 108). Canto e Castro sabe e quer que a sua intervenção em prol da República seja provisória pelo que não vai viver para Belém. Oriundo de Cascais, e por indicação do médico, chegou a habitar a Cidadela de Cascais, onde quis pagar a renda correspondente. *«Foi com o sr. Canto e Castro que em Belém conheci esse grande secretário-geral que ainda é o sr. Comandante Athias[...]»* (Idem: 109).

Nas novas eleições é escolhido António José de Almeida, símbolo da Revolução Republicana de 1910, mas agora muito mais cansado. O novo Presidente vai cumprir todo o seu mandato até 1923, o primeiro a consegui-lo desde 1910, mas num clima de muitos sobressaltos e enorme instabilidade governativa, com muita degradação de valores e das instituições.

«O sr. Dr. António José de Almeida, esse nunca abandonou a sua casa da Avenida António Augusto de Aguiar, e só vinha a Belém duas vezes por semana, para receber visitas.» (Fontes, 1945: 111).

As reuniões com os Ministros tinham lugar no Anexo do Séc. XIX, possivelmente na actual sala do Chefe da Casa Civil, a maior das salas do andar nobre. Mas a situação era instável. Entre os anos de 1920 e 21, Almeida nomeou 14 governos, um em cada dois meses (Ramos in Costa Pinto, 2001: 102), de alguma forma passiva, legitimando a vida do regime com uma manta de continuidade legal (Idem: 104).

O Congresso reúne e após três votações decide-se por Teixeira Gomes, embaixador de Portugal em Londres. Antes da sua partida para Portugal, é convidado pelo Rei Jorge V para passar uns dias em Balmoral, que revela o seu prestígio internacional. É recebido em Lisboa com entusiasmo; «*Vieram então a Belém mais de trinta mil pessoas, ovacionando o sr. Presidente que, da varanda, agradeceu [...]*» (Fontes, 1945: 130). Teixeira Gomes pensa que o facto de ter estado fora lhe facilitaria a reunião política entre opostos.

Procura consensos, mas «*[...] recusa todas as soluções fora da Constituição que havia jurado. Desdobra-se em actividades e iniciativas. Ouve os interesses económicos e sindicais.*» (Severiano Teixeira in Costa Pinto, 2001: 116).

«*Quando o sr. Teixeira Gomes esteve em Belém reinou grande ordem no Palácio, muita elegância e bom serviço.*» «*Chamava a Belém a sua “gaiola dourada”.*» (Fontes, 1945: 123). Em Belém fazia um quotidiano de qualidade, mobilizando de novo os requisitos de serventia à residência do Chefe de Estado, que cinco anos sem ocupante tinham desleixado. Mas a vida política e a degradação das condições sociais na rua agravavam-se. «*Em Julho, com o sr. António Maria da Silva no Governo, deu-se outro movimento revolucionário, consequência do de Abril. Saía o sr. Teixeira Gomes pelo Pátio das Damas, e estava eu a abrir-lhe a porta do automóvel, quando explodiu uma granada a pouca distância – na Calçada da Ajuda, soubemos depois. Sem se perturbar, com a calma habitual, limitou-se a dizer: - Se tivéssemos de morrer já estaríamos mortos.*» (Idem: 131).

Ao fim de três anos, percebendo a sua incapacidade em atingir soluções ou cansado de tanta luta e demagogia, com classe e elegância, limita-se a pedir demissão em Dezembro de 1925, e sem esperar a resposta do Congresso, faz as malas e deixa Belém, e uns dias depois, Portugal (Severiano Teixeira in Costa Pinto, 2001: 116).

Bernardino Machado, idoso e cansado, é indigitado para vir terminar o mandato de Teixeira Gomes. A situação política está descontrolada e no Parlamento os deputados não se respeitam nem se ouvem uns aos outros. Os militares estão impacientes e a 28 de Maio de 1926 há uma sublevação em Braga. Em Belém, Bernardino Machado fica quase 24 horas sem qualquer notícia, sem respostas do exército, sem saber o que fazer. Ali recebe a demissão do Governo e ele próprio se demite, «*Saio da Presidência sem que ninguém afrontasse o Chefe de Estado nem a República! – disse à saída.*» (Fontes,

1945: 136). Desistindo da luta política, entrega a totalidade dos poderes nas mãos do oficial da Marinha Mendes Cabeçadas.

«Com a renúncia de Bernardino Machado [a 31 de Maio], acabava também simbólica e juridicamente o regime e sumiam de cena os seus últimos protagonistas.[...]](Pinto, 2010: 485).

Mas a chefia do golpe militar está nas mãos do General Costa Gomes, que na província continua a arrebatar apoiantes, principalmente mais conservadores, que viam em Cabeçadas um continuador do regime falhado. Na descida sobre Lisboa Costa Gomes afirma por telegrama: «O Governo de Lisboa não merece a confiança e atraiçoa o espírito do movimento do exército. Recuso obedecer a ele.» (Castilho in Costa Pinto, 2001: 124). Mendes Cabeçadas, todo-poderoso a 1 de Junho, era despedido a 17 do mesmo mês por uma carta de Costa Gomes onde o general se dizia «dolorosamente coagido a desistir» da sua colaboração (Idem: 139).

«[...] o sr. General Gomes da Costa veio instalar-se em Belém com a sua família, ocupando os aposentos particulares que dão para o Pátio das Damas.» (Fontes, 1945: 136). O Palácio de Belém é de novo um centro de poder, desta feita transformado num grande acampamento militar, e Costa Gomes distribui cargos seguindo conselhos díspares. O palácio está descomposto, com copos espalhados pelas salas, «[...] cueiros a enxugar nos corrimãos das escadas interiores. A gravidade do palácio, essa, era quebrada pelo tumultuar irrespeitoso de numerosos oficiais.» (Saraiva, 1991: 110).

Mas o governo de Costa Gomes rapidamente se revela incapaz de traçar um rumo ao país, num imenso zigzaguear de opções, sem conseguir apoios explícitos de nenhuma das forças políticas, chegando a tentar imposição de censuras num esboço de Sidonismo.

Dia 9 de Julho «Pela manhã era o Palácio cercado por uma força de cavalaria 2. As senhoras da família do sr. General arranjaram as malas e foram para casa em automóvel da presidência. Ao sr. General veio busca-lo um general, mas ele disse que não ia, que tinha que vir outro general mais velho que ele. Depois apareceu o sr. General Camacho, já reformado, porque não havia outro mais velho. O sr. General Gomes da Costa, apesar de muito aborrecido, riu-se, e lá foi, sempre com aquele chicote de que raras vezes se separava, mesmo nas salas de Belém.» (Fontes, 1945: 140).

A Presidência é substituída por Óscar Carmona, um general de carreira administrativa integrado com os novos poderes políticos. O golpe militar de 26 de Maio não trazia um ditador em alternativa ao regime republicano, e tardava a encontrar-se num rumo. Uma vez no poder, em vez de optar por um presidencialismo ditatorial, Carmona decide entregar o poder Executivo ao General Vicente de Freitas,

"constitucionalizando" o regime e gradualmente entregando o poder na esfera civil (Costa Pinto, 2001: 147).

A 26 de Abril toma posse para Ministro das Finanças Oliveira Salazar, com poderes para controlar todos os ministérios no sentido de cumprir a promessa de endireitar as contas públicas no espaço de um ano. Mesmo que o «apregoador "milagre financeiro" [...] [que] esteve longe de o ser, [...] serviu efectivamente como bom pretexto para uma grande campanha publicitária das suas "prodigiosas" capacidades, que lhe prepararam o caminho para se tornar o "guia salvador" e "benfeitor da Pátria" que faltava à ditadura» (Garcia, 1983: 246).

Carmona não se instala em Belém, optando por residir na Cidadela de Cascais, desde 1911 atribuída à tutela da Presidência da República.

Carmona é o primeiro a fixar residência na Cidadela durante 17 anos, desde 1928 até à data em que, por aconselhamento médico, se mudou para um palacete do Lumiar, onde viveu mais 7 anos, até 18 de Abril de 1951. Foi o Chefe de Estado que mais anos deteve o cargo, habitando a Cidadela. Numa vida serena, Carmona reserva apenas alguns «[...] dias em que vai a Belém, às quartas-feiras [...]» (Fontes, 1945: 146).

Durante o tempo em que habita na Cidadela, os salões de Cascais estavam repletos de fotografias do Rei D. Luís e D. Maria Pia, D. Carlos e D. Amélia, em quadros e molduras sobre as mesas, como se fossem de família. Nos faqueiros utilizados, metade tinham a Coroa, metade o escudo da República. Quase todos os copos eram cunhados com a coroa, estando a uso com toda a naturalidade (Vaz, 2011: 24).

A palamenta dos paços nacionais era composta do possível, e as dificuldades existiam em vários sítios, incluindo em Belém.

«[...] depois da retirada da família real, se notaram grandes faltas, até em Belém. Nos primeiros tempos não havia possibilidade de alojar pessoas de circunstância.[...]

Agora está tudo melhor, e eu cuido bem da conservação do que se encontra nas arrecadações de Belém, roupa, louças, cristais e pratas. Nos grandes banquetes tem que vir reforço da Ajuda, onde há muita coisa rica. Antigamente toda a baixela era de prata, mas o sr. Custódio Vieira começou dizendo que os pratos se estragavam, e substituiu-os por outros de porcelana, muito pesados. Agora há outros mais finos. As ricas peças da baixela Germain, as grandes peças de serviço, açafates e figuras de guerreiros, estão no Museu das Janelas Verdes. [...] Quando da projectada vinda do rei de Espanha compraram-se mais roupas para o seu alojamento em Belém. Para outros hóspedes têm servido as que eram do Paço, de breitanha fina, com as coroas bordadas em relevo e uma cama D. João V, que vem da Ajuda. E o quarto tem sido o que era da senhora D. Amélia quando se casou, e que é hoje a sala amarela.

Para a sua função, e para esta de alojar hóspedes de grande qualidade, está bem o Palácio de Belém, mas para os grandes banquetes está melhor o da Ajuda, com salas capazes para mais de duzentas pessoas, próprias até para os bufetes das grandes recepções. [...] Em Belém tem de se recorrer ao serviço volante que é mais trabalhoso, mas disfarça melhor a impaciência de algumas pessoas que assaltam as mesas e não deixam que ninguém se aproxime, mal de todos os tempos.» (Fontes, 1945: 171).

Entretanto, em termos políticos, o cenário mudava em Portugal. As boas relações de Salazar «[...] mantidas com a burguesia conservadora, com os monárquicos e com as influentes dignidades do clero e do exército permitiram-lhe que em 5 de Julho de 1932 adquirisse o lugar (vitalício) de presidente do Conselho de Ministros [...]. Poucos dias antes, a 2 de Julho de 1932 morrera no exílio D. Manuel II e com ele a esperança de restabelecer a monarquia.» (Garcia, 1983: 246).

Em 21 de Junho de 1934 é reformulada a orgânica da Presidência pelo Decreto-lei n.º 24:044, passando a ficar adstritos à Presidência da República o Conselho de Estado, a Casa Civil e a Casa Militar do Presidente da República, a Secretaria da Presidência da República e a Chancelaria das Ordens Portuguesas. A Casa Civil era constituída pelo Secretário-geral, um Director do Protocolo e introdutor diplomático, um Adjunto do protocolo e um Secretário Particular do Presidente da República. A Casa Militar seria representada por um Chefe da Casa Militar, um ajudante de Campo e dois oficiais às ordens, todos da livre escolha do Presidente.

O Secretário-geral Jaime Athias habitava então na residência da Arrábida, destinada por Decreto-Lei a residência do Secretário da Presidência, antes das intervenções projectadas por Benavente para acomodar o General Craveiro Lopes. «Quando o Presidente [Carmona] estava na Cidadela, o secretário da Presidência [como se chamava então], o Jaime Athias, ia de Belém a Cascais para despacho.» (Casteleiro, Anexo 15: 3).

Depois de um período sem obras, fruto do contexto de escassez e instabilidade política do precoce regime republicano (Costa Pinto, 2001: 11), surge um novo impulso de obras em Belém ocasionado pela visita da família real espanhola agendada para 2 de Dezembro de 1929, em retorno de uma visita de Carmona a Madrid em Outubro. As intervenções são entregues ao Arq. F. L. Ramalho (Barroso in Gaspar, 2005: 119) ¹²⁶, do Ministério das Obras Públicas, possivelmente da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN) ¹²⁷, que decide depurar as adições apostas em 1886 nos salões do Palácio, designadamente removendo as sobreportas, lambrins e colunas laterais dos vãos, num sinal dos novos gostos republicanos e de algum desrespeito pelas aplicações da luxúria régia.

¹²⁶ Saraiva indica os arquitectos irmãos Rebello de Andrade, p. 114

¹²⁷ A AGEMN daria origem em 1929 ao nascimento da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), absorvendo os seus técnicos e continuando as suas obras (Custódio, 2010: 130).

Por um lado, pela Europa vivem-se as vanguardas Modernas, sob o estandarte do funcionalismo em resposta a necessidades urgentes de alojamento das populações. Le Corbusier está a construir a Villa Savoye neste ano. A estética vanguardista alterara-se profundamente, e mesmo num Portugal periférico, o tema não era desconhecido. Por outro lado, os elementos barrocos estiveram sempre sujeitos a maior descrédito, e foram sempre os primeiros e as maiores vítimas nos efeitos de remoção de adornos espúrios ao longo da história do Restauro. Belém não foi excepção.

Os lambrins de talha que se articulavam com as sobreportas são retirados e substituídos por rodapés lisos, simplificados. O quarto da Rainha D. Amélia é transformado na Sala Amarela. A casa de banho anexa é redesenhada e forrada a mármore negro, onde as loiças brancas se recortam com elegância, já suavemente modernista, e que ainda hoje se mantém, como o sanitário privado do Gabinete de Audiências e do gabinete de trabalho do Presidente.

Vicissitudes da vida em Espanha impedem Afonso XIII de vir a Portugal, mas as obras ficam feitas e servirão para futuras visitas.

No Museu dos Coches há mudanças de chefia. Pelo Decreto n.º 26.175 de 31 de Dezembro de 1935 o museu é funcionalmente anexado ao Museu das Janelas Verdes e passam a denominar-se Museus Nacionais de Arte Antiga. O seu novo director conjunto é João Couto, que passaria a contar com o conservador Luís Keil para os Coches a partir de 1938 (Bessone, 1995: 32).

Seguem-se anos de intervenções nos exteriores e nos arruamentos no interior do perímetro do Palácio de Belém. Em 1935, Leal Faria, Engenheiro-delegado da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, adjudicava a obra de pavimentação da Rampa de Honra. Na Memória Descritiva podia ler-se *«O estado geral do palácio é bom, mas a rampa tem o pavimento em macadame que está muito danificado por causa do declive. Propõe-se a execução em paralelepípedo ou saibro de granito com juntas tomadas com cimento assente em fundação de béton.»* (Forte Sacavém, REOM 0018/02: 8, 12,13).

No mesmo ano começa uma empreitada plurianual que se estenderia a muitos dos palácios nacionais: o reboco de cimento das fachadas exteriores. Nas informações assinadas por Raul Lino, insuspeito na sua competência técnica e respeito pela edificação com valor histórico, são discriminados os trabalhos de picagem de rebocos até ao osso e refazimento de rebocos com argamassa de cimento, *«rebocados e guarnecidos em áspero, pintados com tinta em impermeabilizante, tipo Tan-Tex.»* (Forte Sacavém, REOM 0018/02: 108).

A 30 de Julho são adjudicados a reparação das fachadas para o Pátio das Damas e Pátio dos Bichos, Rampa de Honra, Pátio das Cocheiras.

Na empreitada incluem-se também os trabalhos de reparação das carpintarias. As pinturas das carpintarias eram discriminadas como tendo a última demão em “esmalte inglês”.

O pau da Bandeira Nacional que estava no “Jardim dos Bichos” é mudado para a fachada sobre o Pátio dos Bichos.

A 19 de Novembro de 1935 e a 2 de Julho de 1936 são adjudicadas os rebocos das fachadas da Arrábida, *atelier* do Rei D. Carlos, fachadas dos salões para o Jardim dos Buxos, Muro da Rampa de Honra e outras fachadas no Pátio dos Bichos. Nesta empreitada é incluído o soco de lioz que reveste o muro Nascente da Rampa de Honra, do lado direito de quem sobe, e nas fachadas que confinam com o Pátio dos Bichos (Idem: 170).

As fachadas na Calçada da Ajuda, Praça “D. Fernando” (actual Afonso de Albuquerque) e Museu dos Coches são adjudicadas em 16 de Dezembro de 1936, mais uma vez, por ofício assinado por Raul Lino (Idem: 192).

Em 1937 é requerida a abertura de uma porta para a Travessa dos Ferreiros, denominada “Porta do Pessoal menor” (Idem: 215), e que volta a ser referida como executada em 1940, em paralelo com a substituição da canalização dos lagos no Jardim dos Buxos.

Em 27 de Março de 1938 uma nota oficiosa da Presidência do Conselho anunciava a intenção de realizar, dois anos depois, as Comemorações do Duplo Centenário da “Nação” que deveriam ser extensivas a toda a população. Os diferentes Ministérios são mobilizados nas suas actividades. A DGEMN teria um papel determinante, e o Palácio de Belém um papel central, face à sua conotação simbólica e geográfica. As fachadas estavam refeitas ou em curso, havia que olhar para pormenores do interior dos salões e para os pavimentos exteriores.

Em 1938 são solicitadas obras de reparação de estuques no interior. O requerente seria o Sr. Forbes Bessa (mordomo?) ou o secretário-geral comandante Jaime Athias da parte da Secretaria-geral.

Na mesma data é requerido o recalçamento do Pátio das Damas, sendo levantado o pavimento e reposto, mantendo o mesmo desenho, que será datado da conformação do pátio no final do séc. XIX, aquando da demolição dos edifícios que se conectavam com o Picadeiro Real. Cerca de quarenta anos depois seria necessário recompor o pavimento (na totalidade?). Contudo, em 1942, volta a surgir o mesmo pedido, pelo que se deduz não foi executado em 38, e não sabemos se o teria sido em 42.

Em paralelo é solicitado a substituição da calçada do Pátio dos Bichos por cubos de granito, na sequência do que se acabara de fazer na Rampa de Honra, que acaba por não ser executado. Os dois pavimentos diferentes chegam ao séc. XXI sem alterações.

No ano de 1939 existem vários pedidos de obras urgentes assinados por Jaime Athias, o Secretário-geral, de natureza variada: carpintarias, canalizações, reparações de electricidade. No mesmo ano é instalado um Posto de Transformação de média tensão para baixa tensão, consequência do natural incremento do consumo, que torna mais razoável e económico o consumo em média tensão. O Posto de Transformação é instalado junto às antigas cocheiras, no local onde era a enfermaria, sendo a obra executada às custas da Companhia de Electricidade.

Em simultâneo é orçamentado (e executado?) a instalação do quadro central de distribuição do palácio no corredor que fica por debaixo dos salões (Idem: 375). O quadro tinha e tem uma dimensão de quatro frigoríficos grandes e foi instalado a pensar no centro de cargas do palácio. O ponto encontrado foi o centro geométrico do edifício, onde a única possibilidade era no corredor "da cave". A proximidade ao solo fazia deste corredor um espaço húmido, cruzado por antigas linhas de águas pluviais encanadas (cenário que ainda existe) com vários problemas de salitre, e por isso, provavelmente num estado de conservação invariavelmente pouco apresentável para a circulação de pessoas. Neste contexto a localização do quadro não comprometia nenhum espaço que fizesse falta para outra função melhor. O problema era, como ainda hoje é, o risco de incêndio do quadro eléctrico localizado no centro dos pavimentos de madeira do palácio.

Também em 1939 desabou o pavimento de um dos sanitários do Anexo do Séc. XIX, caindo sobre a casa de banho do piso inferior, que implicaram as obras correspondentes para a reconstrução da laje de madeira e o refazimento dos sanitários.

O primeiro dia de Setembro de 1939 marca a invasão a Polónia pela Alemanha e o início da Segunda Guerra Mundial. Portugal vai manter-se numa suposta neutralidade, virando-se para dentro e para as colónias, alimentando-se dos seus valores internos.

Em 24 de Janeiro de 1940 surge na DGEMN um ofício a solicitar o retorno das quatro taças de mármore branco a Queluz, de onde eram provenientes, e que tinham sido colocadas a marcar as ombreiras das portas de entrada da Sala das Bicas no Pátio dos Bichos (Idem: 383).

A 30 de Janeiro, Raul Lino propõe que os bancos de pedra que haviam sido retirados do terreiro em frente ao Mosteiro dos Jerónimos sejam colocados no Jardim dos Buxos, onde ainda se encontram (Idem: 385).

A 7 de Junho escreve Raul Lino a informar que os vasos de mármore podem ficar em Belém porque já não são necessários em Queluz. Ainda hoje estão no mesmo local. Nas fotografias do Pátio das Damas anteriores a esta data também não existem vasos na entrada para o vestíbulo que acede aos quatro caminhos. Nas posteriores já aparecem dois vasos, idênticos, e que provavelmente aqui terão sido colocados na mesma data.

Nesta data aparece uma referência a trabalhos nas "Dependências das Antigas Ordens Militares, na Arrábida" (Idem: 475), o que permite conjecturar que nas salinhas da Arrábida tivesse funcionado a Chancelaria das Ordens, então maioritariamente militares, a ponto de a elas se referirem simplesmente como Ordens Militares.

A 10 de Abril de 1940, os técnicos da DGEMN propõem por escrito que as antigas cocheiras, então um espaço de arrumos indiscriminado, onde já havia carruagens e alguns automóveis velhos arrecadados, fosse transformado numa garagem de veículos automóveis para utilização diária. O Secretário-geral Jaime Athias levanta dificuldades a esta ideia, com o argumento de que a porta da garagem se abria sobre uma zona protocolar, e que haveria conflito entre as circulações particulares com a exigência de limpeza e aprumo das áreas de visitas. Raul Lino aceita a justificação, e o assunto aparenta não ter continuidade.

Em 1940 são adquiridas 12 guaritas de "casquinha com cobertura de zinco", iguais às do «*Palácio da Assembleia Nacional, [...] em conformidade com o projecto existente na Repartição de Estudos e Obras da Direcção Geral Edifícios e Monumentos Nacionais*» (Forte Sacavém, REOM 0019/01: 45), certamente para as festividades do "Duplo Centenário da Nacionalidade", da Fundação da Nacionalidade em 1140 e Restauração de 1640, que se desenrolam entre Junho e Dezembro, e onde Belém tem um papel central. Junto da entrada no Pátio das Damas existem duas pedras em lioz redondas de um metro de diâmetro, que seriam certamente as bases destas guaritas, e que foram deixadas à vista na reformulação da entrada, exactamente para preservar o testemunho da sua existência anterior.

Por ocasião das Comemorações de 1940, o Presidente Carmona recebe em Belém a D. Filipa Bragança, irmã do D. Duarte Nuno, filha de D. Miguel, a convite do Estado Português, numa primeira mostra de abertura e acolhimento da antiga família real, proibida de visitar o país. D. Filipa fica hospedada no Palácio de Queluz, mas a recepção ocorre «*[...]no Palácio de Belém e ambos se houveram no encontro como quem são, pessoas distintíssimas que sabem ocupar os seus lugares.*» (Fontes, 1945: 166). Pela mesma data é recebido o Duque de Kent, que fica hospedado no Palácio de Belém, onde ficara o seu irmão Duque de Windsor (Idem: 168).

Em 7 de Março de 1941 destinam-se 650.000\$00 para a ampliação do Museu dos Coches, cujo projecto de execução Raul Lino tinha em fase de conclusão. Desde 1938, data do início das funções de Luís Keil que o assunto estava em cima da mesa. A intenção era ampliar a área de exposição do picadeiro principal sobre o espaço “do quintal” que existia a Nascente, seguindo uma ideia que Rosendo Carvalheira deixara desenhada (Anexo 23: 12). Como opção de projecto, Raul Lino conceptualmente desloca a fachada do picadeiro para o “quintal” confinante com a Calçada da Ajuda, com as necessárias adaptações resultantes do declive desta rua (Bessone, 1995: 33). Raul Lino, que se mostrava um autor esclarecido na crítica à alteração documental dos monumentos por via dos restauros, ampliava e modificava com critérios de “restauro estilístico”, alterando o objecto original com preocupações de unidade de estilo, sem a procura de reconhecibilidade defendida por Boito em 1883, trazida para Portugal por Andrade e internacionalmente consagrada em 1931 em Atenas, e que Lino nunca adoptou.

No dia 27 de Março o valor é rectificado para 100.000\$00 para o início das obras, provavelmente para poder avançar dentro das disponibilidades entretanto apuradas. A 26 de Junho é adjudicado o aquecimento central à firma *Eugène Sabat*, Lda, a instalar no palácio e casa civil (Forte Sacavém, REOM 0019/01: 51).

Em Agosto deste ano de 1941, é feita uma obra de ampliação da garagem, que funcionava no lado Nascente, onde se localiza hoje o Núcleo de Informática. Mas os automóveis não puderam ser armazenados nas antigas cocheiras, tal como se chegou a pensar, porque lá dentro estavam armazenados temporariamente os cenários do Teatro Nacional de S. Carlos, que os transportes BRAGA lá tinham colocado (Idem: 106). A obra da garagem foi concluída em 16 de Janeiro de 1942, e entregue à Direcção Geral da Fazenda Pública, como era devido.

No mês de Julho de 1942 foi adquirido diverso material contra incêndio (“18 extintores de espuma de carga carbónica e 3 bombinhas Manuais- Defesa Civil”, pagos em 1943) denotando consciência do problema. Em cada época, os responsáveis pela gestão dos edifícios foram procurando soluções de se precaver e de se munir de respostas a episódios de incêndio.

Com o regresso das chuvas, surge a solicitação de substituição do telhado da casa de vestiário do pessoal, bem como a troca dos «paus de bandeira sobre o terraço» e no Anexo do Séc. XIX.

No mesmo ano é requerida a construção de um guarda-vento na escadaria igual ao que já existia na mesma escada. No início das escadas de pedra que sobem para o espaço do antigo museu Ramalho Eanes havia duas portas iguais às que existem ainda no patim inferior, antes das escadinhas que ligam à sala do sub-registo da NATO. «Da mesma cor e com a mesma janelinha.» (Casteleiro, Anexo 15: 18).

No Pátio das Damas é solicitado a reparação, com pintura, de uma «escada metálica com seis degraus em chapa de folha de oliveira sob o alpendre.» (Forte Sacavém, REOM 0019/01: 202). Esta escada, que hoje não existe, poderia ser a ligação ao Jardim dos Buxos, ou de acesso a alguma porta de entrada para o Museu dos Coches, únicos locais onde a diferença de cotas justificaria uma escada de seis degraus.

Em 1942 volta a ser requerido o levantamento da calçada toda do Pátio das Damas, e a substituição do Pátio dos Bichos por cubos de granito, sendo agora acrescentado “um passeio”.

Em 1943 é executada uma empreitada de arranjo das caixilharias do Museu dos Coches, bem como nos «marmoreados do tecto principal» (Idem: 376). No mesmo ano é instalado um depósito enterrado de gasolina, dentro do perímetro do palácio, junto às garagens, na esquina com a actual entrada para a Secretaria-Geral (Idem: 416).

É também solicitada a implantação de um alpendre para a porta (Sul) de entrada na «secretaria [...] para evitar que a chuva estrague o pavimento de madeira interior.» (Idem: 279). Este alpendre da porta da antiga esquadra da PSP, agora serviços do Museu da Presidência, foi adjudicado em 30 de Junho de 1943 e ainda existe no local.

Em 1943 o Museu dos Coches retoma a sua autonomia administrativa, dirigida por Luís Keil, e procede a restauros nas pinturas dos tectos do picadeiro principal e publica um novo catálogo da exposição, revelando um acervo de 69 viaturas com fotografias a preto e branco, 154 arreios e atavios de cavalaria, 150 fardamentos, indumentária civil e acessórios e 45 pinturas a óleo e gravuras (Bessone, 1995: 33). Em Janeiro do ano seguinte o salão lateral do Museu dos Coches estava concluído e era inaugurado pelo Presidente da República Marechal Carmona, revelando o espólio restaurado. Dois anos depois, Raul Lino assinaria uma ampliação do museu para Poente, nunca executada.

O Museu dos Coches trocava de director para o Historiador Augusto Cardoso Pires, que é confrontado com a solicitação do Presidente Marechal Carmona de retirar as carruagens (um landau, uma carruagem à Daumont e dois Brownes) que haviam pertencido à Casa Real e que foram transferidos para serviço da Presidência em 1910 e (Bessone, 1995: 44) que ainda existiam nas cocheiras do Palácio de Belém, bem como a oficina de restauro de viaturas que ali funcionara, possivelmente para a inauguração que tomara lugar em 1944, mas que ficava agora distante. Parte das carruagens é enviada para o Paço Ducal de Vila Viçosa, mas a oficina de restauro é deslocada para as Cocheiras do Infante, no Palácio das Necessidades, que são objecto de reabilitação para a instalação da oficina, obra que estaria concluída em 1957 (Idem: 35). Nesta data desaparecem as ligações funcionais do Palácio de Belém com o Museu dos Coches.

Em 2 de Setembro de 1945, com a rendição do Japão a somar à rendição alemã em Maio do mesmo ano, culminavam seis anos de guerra com 70 milhões de mortes em todo o mundo.

O Portugal do Estado Novo ficava numa posição incómoda, começando a sofrer as pressões da recém-criada ONU para conceder independência às “colónias”, que deixam de ser assim designadas, para passar a ser “províncias ultramarinas”.

O Secretário-geral Jaime Athias emite uma Ordem de Serviço a 17 de Dezembro de 1948 a proibir que «*“os galináceos” propriedade dos funcionários que habitam as dependências do palácio de Belém se encontrem fora das capoeiras*»¹²⁸, e outra a 27 de Junho de 1949 a proibir «*a venda de produtos hortícolas produzidos nos lotes para hortas dos jardins do Palácio de Belém cedidos ao pessoal menor da Secretaria no âmbito do lema “Produzir e Poupar” durante a Guerra*»¹²⁹. Na verdade, em 16 de Setembro sai uma nova Ordem de Serviço a exigir que as colheitas das culturas existentes sejam feitas até 31 de Outubro, «*data em que os terrenos voltam à posse plena da Presidência da República*»¹³⁰.

O Presidente Carmona, reeleito em 1949, como fora em 1935 e 1942, acabava por falecer em 1951 no cumprimento do mandato.

3.10. Palácio de Belém com novas comodidades para o Chefe de Estado

Em 21 de Julho de 1951, é escolhido para ocupar o cargo presidencial o General Francisco Craveiro Lopes. Defensor de contenção, mas apreciador das honras que lhe eram devidas, aceita a sugestão: «*Logo na reunião que tivera com Salazar [...] Craveiro Lopes fora informado pelo presidente do Conselho da conveniência da sua instalação no Palácio de Belém – já que não lhe parecia próprio que o chefe de Estado habitasse a sua residência particular, como sucedera nos últimos tempos de Carmona.*» (Saraiva, 1991: 118).

O local tradicional de alojamento das famílias presidenciais encontrava-se já tomado pelos quartos de cama da Casa Militar (Idem: Ibid), e muito possivelmente Craveiro Lopes apercebe-se da falta de privacidade que a localização do Anexo do Séc. XIX impõe e decide não seguir os caminhos dos presidentes da Primeira República.

Esta decisão permitia também instalar o seu filho e família no piso térreo da Ala Nascente do Anexo do séc. XIX. No lado Poente funcionava o gabinete do Secretário-

¹²⁸ Arquivo digital DSDA, Código de referência: PT/PR/AHPR/SG/AG/AG0204/1012/001.

¹²⁹ Arquivo digital DSDA, Código de referência: PT/PR/AHPR/SG/AG/AG0204/1003/002.

¹³⁰ Idem, Código de referência: PT/PR/AHPR/SG/AG/AG0204/1012/002.

geral (a secretaria-geral estava no Pátio dos Bichos), e a Sala da Chancelaria das Ordens. O mobiliário do edifício era ainda todo o original, existindo copas em todos os pisos (no volume meio-hexagonal a Norte).

«O piano que está no atelier do Rei D. Carlos era do Rei D. Manuel II e estava no salão do primeiro andar do Anexo do séc. XIX [actual gabinete do Chefe da Casa Civil].» (L.P.Coutinho, Anexo 13: 3) Este gabinete só foi transformado no gabinete do Chefe da Casa Militar a seguir ao 25 de Abril.

Por outro lado, Jaime Athias devia nesta data ter-se retirado, e a Residência do Secretário Geral estaria livre, num local topograficamente e geograficamente muito mais recatado dos circuitos protocolares do palácio. Assim é decidido que a Residência oficial do Chefe de Estado será na Arrábida, o corpo mais antigo do Palácio de Belém. Mas as condições espaciais existentes não tinham a apresentação considerada necessária, pelo que a DGEMN é indigitada a proceder ao projecto e obra, sendo acometidas ao Arquitecto Luís Benavente as alterações na Residência para criar condições de residência para o Presidente.

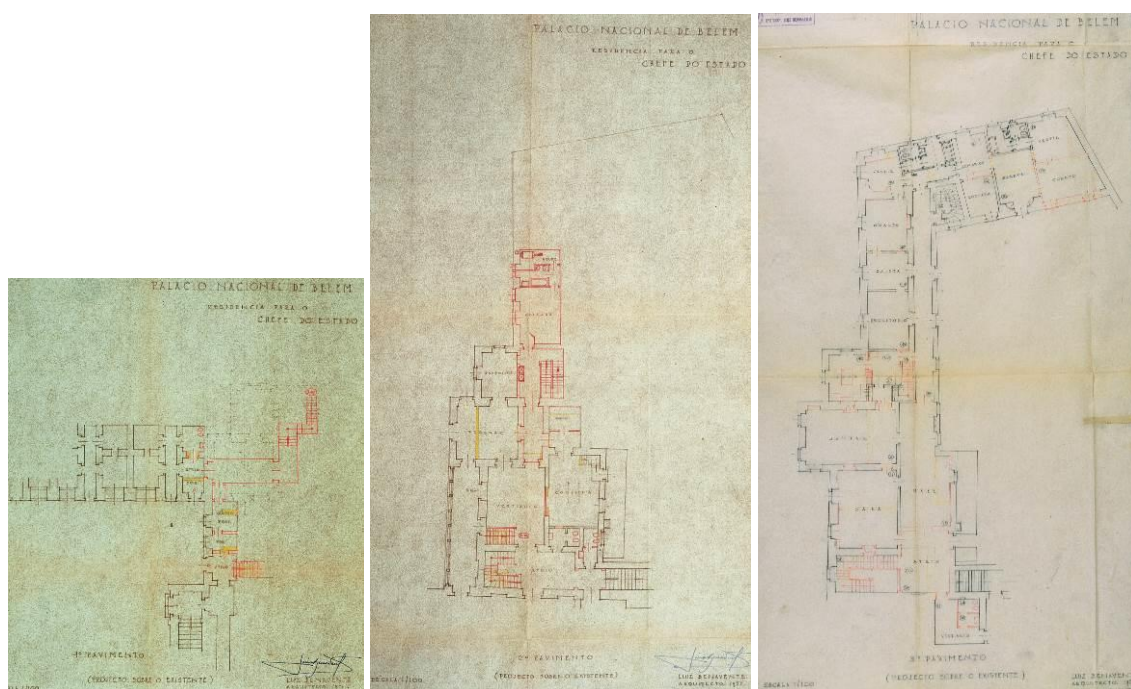


Fig. 31. Planta do piso -1, cota do Pátio dos Bichos. Fig.32. Planta do piso térreo de serviço e Fig.33. planta do piso da Residência da autoria de Luís Benavente

Luís Benavente entrou para o quadro permanente da DGEMN em Julho de 1941, sendo colocado na Direcção dos Monumentos Nacionais em Setembro de 1945, onde assume a chefia da 1ª Secção dois anos depois. Nestas funções toma em 1947 a responsabilidade do projecto de restauro e adaptação do Palácio Foz em Lisboa, em simultâneo com a reabilitação de edifício em Londres para a Embaixada de Portugal.

«Em 1949 vai, em missão oficial, a alguns países da Europa, entre os quais a Espanha, a França, a Itália e a Suíça, para estabelecer contacto com questões ligadas à conservação e restauro de monumentos.» (Neto, 2001: 226)

Na memória descritiva do projecto do Palácio de Belém de 1951, Benavente refere o estado de abandono a que estaria votada a antiga residência dos frades arrábidos e depois do Secretário-geral, e que o objectivo seria *«[...] uma beneficiação geral do aspecto interno, de forma a torná-lo compatível e à altura do Alto Magistrado da Nação que o vai habitar, substituindo assim o baixo nível do seu aspecto actual.»* (Fernandes, 1996: 31)

O projecto tem um objectivo duplo. Por um lado criar circuitos que permitam a segregação funcional da circulação do Presidente e seus convidados, devidamente separado da circulação de serviço, por sua vez ligada com as áreas de serviço que para o efeito são aumentadas ao nível do piso nobre (térreo para o Jardim dos Viveiros) e do piso confinante com o Pátio dos Bichos. Por outro lado, redecorar o espaço no sentido de lhe conferir uma imagem palaciana julgada necessária para a o alojamento do Presidente. Este entendimento colava com um certo modelo ancestral de “alindamentos” na intervenção em edifícios existentes, tradicionalmente acrescentados e “valorizados” por decorações de actualização estilística.

O objectivo da separação de circuitos, onde se reconhece a escola de Pardo Monteiro com quem Benavente trabalhou três anos no início de carreira, apresenta um teor mais funcionalista. Todo o discurso do Movimento Moderno, os CIAM, o *Team X*, e em Portugal, o Congresso de 1948 já haviam tido lugar e esta opção está em consonância com esse conhecimento. E na verdade, resultava mais de uma ideologia conservadora no sentido da separação dos caminhos da “criadagem”, mas que cumpria o seu papel, como ainda hoje o cumpre.

Para as áreas de serviço, Benavente amplia zonas de quartos e sanitários para criadas, escavando para Norte no maciço existente sobre a casa da Arrábida original (actual sala de refeições, sanitário e arrecadação de loiça), em local associadas às cozinhas e áreas de estar e comer de “pessoal menor”.

Da área vestibular de serviço neste piso projecta dois monta-pratos paralelos que asseguram o transporte “moderno” das travessas da cozinha para a sala de jantar dos senhores, bem como uma escada de serviço, ainda que com belos degraus de lioz, que conduz directamente da área de serviço no piso da Residência oficial. Para acesso a esta área de serviço vindo do Pátio dos Bichos, Benavente abre um corredor extra e uma escada estreita que desce até à antiga sala dos porteiros.



Fig.34. Escada principal para a Residência.
Fig.37. Desenhos da escada principal.

Fig.35. Sala de Jantar. Fig.36. Vestíbulo com colunas jónicas
Fig.38. Alçado da parede interior da sala de jantar, com lareira

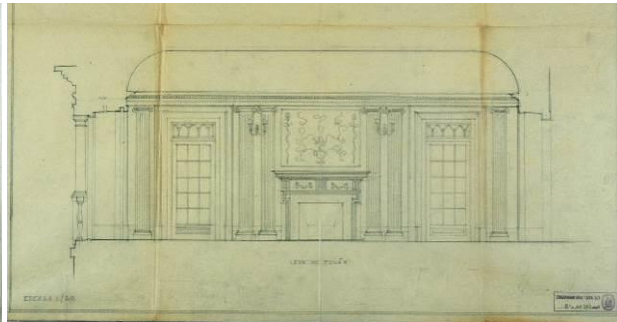
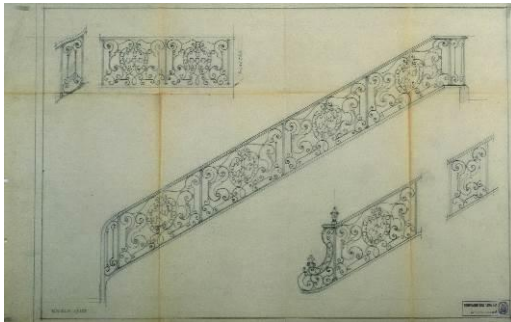


Fig.39. Sala de Jantar da Residência. Fig.40 e 41. Escada de serviço e vestíbulo piso zero com monta-pratos

Esta intervenção permitia ligar as jaulas e o palácio no local onde os vértices se tocam, conectando-a com a zona de serviço do piso de cima. Esta galeria de circulação ainda hoje é utilizada como vestiário para o pessoal do *catering*, sempre que existem cerimónias que requerem reforços deste tipo de serviços.

Nas áreas destinadas ao Chefe de Estado, no piso da Residência, Benavente reformula uma das salas que transforma numa copa junto à sala de jantar, com vestíbulos de serviço, no local onde acede a escada de serviço, e na prumada dos monta-pratos vindos do piso inferior. Os monta-pratos abrem para dentro da copa. Antes da sala de jantar Benavente cria um vestíbulo com um passa-pratos para assegurar que o caminho do serviço de mesa era o mais eficiente possível.

Os quartos a Sul são unidos para se transformar em espaço de sala. Os vestíbulos são decorados com pequenas colunas de pedra com capitéis de volutas jónicas, sem qualquer função estrutural, e os revestimentos de paredes e tectos das salas são “embelezados” com pilastras de pedra e pinturas de gosto classicizante com o intuito de lhe conferir a dignidade que se esperava¹³¹. Nestas novas salas principais, as antigas portas localizadas ao centro da nova geometria são transformadas em fogões de sala, aproveitando o negativo na parede a que correspondia o vão.

Durante os trabalhos, o Presidente Craveiro Lopes ia todos os dias à residência ver as obras. (Antunes, Anexo 16: 3).

Quando o Dr. Luís Pereira Coutinho entra para novo Secretário da Presidência em 1956, o Presidente Craveiro Lopes pergunta-lhe certo dia: «Sabe que eu sou seu inquilino!?» Perante a surpresa do Dr. Pereira Coutinho, o General esclareceu «É que por lei esta casa está atribuída ao Secretário-Geral e é o senhor que tem direito a morar aqui.»¹³²

A escada de acesso ao piso da Residência processava-se em três lanços estreitos e Benavente decide pela sua demolição e redesenho em dois lanços mais largos, com degraus em lioz com bom passo, para a qual pormenoriza uma guarda de ferro decorada com motivos vegetalistas onde insere o brasão nacional distorcido à diagonal da subida.

No jardim, Benavente projecta a pérgola em madeira com trepadeiras junto ao muro nascente, e une as duas metades do tanque central num só lago de oito faces, mantendo os dois cedros existentes. (Barroso in Gaspar, 2005: 132).

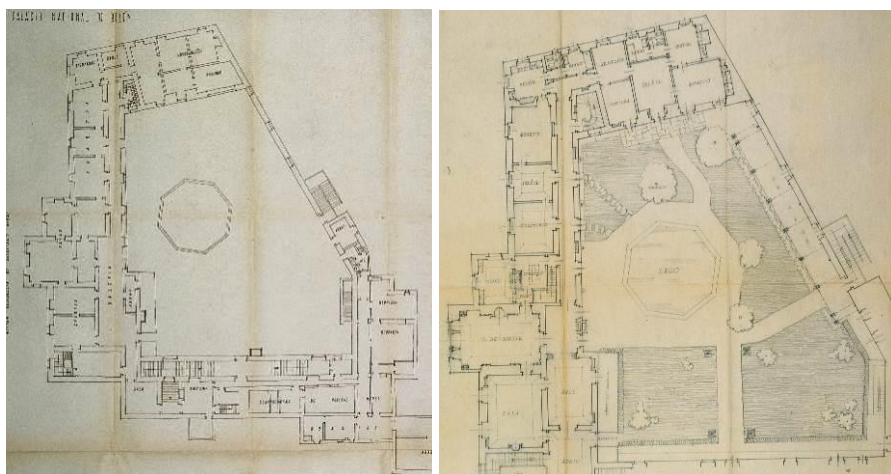


Fig. 42 e 43.
Plantas
comparativas do
levantamento
existente em 1952
e o projecto de
Luís Benavente.

Em 1952 Benavente ascende a Director do Serviço de Monumentos, cargo onde permanece durante seis anos, tomando a responsabilidade de obras de conservação e restauro (ou remodelação) no Palácio de Seteais. Maria João Neto refere que

¹³¹ A que não será alheia a alegada interferência da Primeira-Dama Bertha C. Lopes, (Barroso, 2004: 128).

¹³² Episódio relatado pelo Dr. Luís Pereira Coutinho, em conversa particular, Novembro de 2013.

Benavente é afastado pelo Director-geral da DGEMN para uma comissão de serviço em S. Tomé e Príncipe em Agosto de 1958, que duraria até à sua reforma com 70 anos, em Março de 1972 (Neto, 2001: 230). Efectivamente, na décadas de 60 e primeiros anos de 1970 é destacado para o Ministério do Ultramar, passando a operar em igrejas e fortalezas em São Tomé, Cabo Verde, Guiné e Índia.

Outras obras se efectuavam em Belém. A casa construída na frente urbana da Praça D. Fernando II, do lado Poente da Rampa de Honra, e referenciada como "Dependências do Palácio de Belém – Residência A", fora seguramente ocupada por uma família após a sua construção em 1902. Possivelmente um chefe de repartição ou director de serviços da Secretaria-Geral. Outra hipótese mais segura aponta para uma ocupação pelo "Tenente da Guarnição". De qualquer modo, a "Residência A" situava-se numa posição hierarquicamente superior às outras casas de função, uma vez que estava isolada das restantes e tinha janelas para a Praça Afonso de Albuquerque, que a distinguia das demais.

A partir de 1956 a "Residência A" é ocupada pelo Sr. Fernando Tomás Rosa Gouveia, então um técnico administrativo. Era uma casa grande, muito dividida¹³³, com os pavimentos e a escada de acesso às águas-furtadas em madeira, na construção típica dos gaioleiros do início do séc. XX. No piso de baixo (actual Loja do Museu) funcionava há muito tempo a casa da guarda, que de certa forma justificara a intervenção neste edifício, de modo a criar uma sentinela junto ao portão da Rampa da Honra.

Para o Pátio das Equipagens a "Residência A" só tinha uma porta e um muro. Não havia nenhuma janela. Atrás do muro era a marquise, uma área para estender e secar a roupa, mas que não se via do Pátio das Equipagens.

O Sr. Fernando Gouveia passa a Chefe de secção e a Director de Serviços Administrativos, fazendo uma vida de actividade na Presidência, actuando como braço direito do Dr. Luís Pereira Coutinho, que entra ao serviço de Belém alguns anos depois.

Para o Pátio das Equipagens, ou Largo das Cocheiras como lhe chama ainda o Dr. Luís Pereira Coutinho, abria porta, para além da "Residência A", as antigas cocheiras que funcionavam nesta data como armazém geral (actual espaço do museu) e a Secretaria-geral. Esta era uma área de apoio logístico do Palácio, tradicionalmente de serviço. No local onde viriam a ser as camaratas da GNR tinha o General Craveiro

¹³³ Segundo Susana Gouveia, secretária da Assessoria dos Assuntos Culturais da Casa Civil, nora do Sr. Fernando Gouveia, em entrevista em Belém.

Lopes os seus cavalos, para sua montada particular «O General e o filho gostavam de montan» ¹³⁴.

Neste mesmo espaço exterior existiam as antigas cavaleriças do Palácio que haviam sido edificadas por D. José e que se prolongavam por toda a área do Pátio das Equipagens até à Rampa de Honra, como se pode verificar na planta de 1790. Possivelmente no ano de 1902, aquando da intervenção da frente seiscentista da então Praça D. Fernando II, e que dera origem ao “torreão” da GNR (actual Loja) foi cortado o edifício e nasceu o pátio. As cavaleriças mantiveram as boxes para cavalos, agora em menor número.

No mandato do Presidente Craveiro Lopes fora designado o Sr. Joaquim Antunes, como impedido para tratar dos cavalos no cumprimento do serviço militar. Os cavalos eram da tropa e eram destacados para o serviço do Presidente, que era aviador, mas gostava de equitação, tal como o seu filho, que praticava hipismo de obstáculos. Quando o Presidente e o filho iam para a Cidadela de Cascais, levavam os cavalos. Ambos gostavam de ir passear para a Boca do Inferno e voltar.

«Em Belém havia seis ou sete cavalos. As boxes eram mais e algumas serviam de armazéns e estavam cheias de ração, feno, ou arreios, cobertos com capas para as proteger do pó.» (Antunes, Anexo 16: 1) ¹³⁵.

A saída da palha com estrume na renovação das camas dos cavalos processava-se pelo rebaixamento de chão que existe ao fundo do corredor exterior entre as cavaleriças e as antigas cocheiras, sob a actual escada metálica que sobe para as residências e Esquadra de Segurança Interna da PSP. Para a Travessa dos Ferreiros existia uma porta com um postigo para a saída da palha e estrume directamente para a rua. Hoje esta depressão foi aproveitada para esconder as unidades exteriores de VRV do Museu. *«Usei esse buraco muitas vezes. Atirávamos o estrume com a palha para aí e depois os homens da câmara vinham buscar. Abriam uma porta que existia à mesma altura da Travessa dos Ferreiros. A sala dos arreios ficava localizada na entrada das cavaleriças, do lado direito [actual gabinete do cabo de dia] e para mim, quando era impedido, foi arranjado um quarto do lado esquerdo da entrada para eu dormir.»* (Idem: 5).

Os funcionários que estavam ao serviço do Presidente, não tinham horário. Os carpinteiros, os jardineiros ou as lavadeiras saíam às cinco horas. Quando tocava o sino

¹³⁴ Dr. Luís Pereira Coutinho, conversa particular, Novembro de 2013.

¹³⁵ *«O capitão e “o pai”, como ele lhe chamava, eram muito miudinhos com os cavalos. Diziam-me sempre “são os meus meninos!”[...] Eu aparelhava cavalos todas as quartas e sextas-feiras. Subia a Calçada da Ajuda, e entrava para o quartel da GNR, o Quarto Esquadrão de Cavalaria no alto da Ajuda pela porta que fica em frente ao cemitério e trabalhava um pouco os cavalos. Um quarto de hora depois chegava o Presidente e o filho e montavam toda a manhã, a correr e a saltar obstáculos.»* (Idem: 2).

nos Viveiros o pessoal já estava com a roupa de saída. O jardineiro ia para lá perto da corrente um pouco antes e às cinco já estava a tocar. Depois dessa hora ficavam uns poucos a tomar conta do palácio. Independentemente das casas de função ao redor do palácio, durante a noite e dentro do palácio, ficava um funcionário a dormir na casa do porteiro [nas salinhas sob a sala da imprensa, junto ao Pátio dos Bichos] e ia dar a volta ao final do dia para ver se estava tudo desligado e fechado.

«Nos dias em que estava um pouco de vento, ouvia-se o sino a tocar sozinho e pensávamos: “Lá está o Sidónio a tocar o sino”. As madeiras rangiam e era um pouco assustador.» (Casteleiro, Anexo 15: 11).

Nesta altura, quando João Casteleiro teve 50 periquitos dentro das casas do lado Poente dos Viveiros de Pássaros, todas as salinhas dos Viveiros eram arrecadações de móveis velhos, lenha, telhas antigas, caixas e caixotes, resíduos vários, sem condições de limpeza e salubridade. O mesmo se passava com as Jaulas do Pátio dos Bichos, onde se juntava tudo o que não tinha local de arrumação. «As gatas metiam-se ali dentro e tinham lá as ninhadas. Houve uma vez uma visita de Estado em que as gatas estavam com pulgas e foi grave. Várias pessoas da comitiva ficaram com pulgas. Era uma vergonha.» (Idem: 12)

Portugal estava isolado na cena internacional e mesmo quando em 1957 a Rainha Isabel II visita Portugal, fica hospedada em Queluz, para o que se faz um importante investimento sendo tudo «[...] *arranjado para agradar o gosto da monarca [...] [e] para a receber condignamente.*» (Canas, Anexo 20: 3). Ainda Assim a Rainha visita o Palácio de Belém onde, no Pátio dos Bichos, lhe é oferecido um cavalo puro-sangue lusitano Alter Real, cujo nome de linhagem teve que ser mudado à pressa para Buçaco, porque o cavalo se chamava Windsor, o mesmo do sobrenome do Príncipe Filipe, Duque de Edimburgo e consorte de Isabel II, que adoptara em Inglaterra o nome de Moutbatten-Windsor.

O Gabinete do Presidente Craveiro Lopes era no antigo gabinete do Rei D. Carlos (actual sala das secretárias). Na sala contígua, onde fora o quarto do rei (actual Conselho de Estado) funcionava uma sala de trabalho com quatro mesas, para dois Ajudantes de Campo, o Chefe da Casa Militar e o Oficial às Ordens. A porta para o vestíbulo não existia. O Presidente «[...] *dava despacho às 14.00 horas e era muito rigoroso com as horas. Uns minutos antes estávamos todos em fila em pé com a mão na maçaneta da porta à espera do minuto certo. Quando chegava, batia-se à porta e entrávamos todos de seguida. O gabinete do Presidente foi nesta sala até ao General Eanes. Tinha armários e tapeçarias, e acesso a uma pequena biblioteca*

muito bonita [que ainda existe como apoio ao gabinete das secretárias do Presidente].» (L.P.Coutinho, Anexo 13A: 4)

O actual gabinete de trabalho criado posteriormente pelo Presidente Jorge Sampaio era uma sala de passagem, e não tinha utilização. Na actual Sala dos Embaixadores, já estava no pavimento o tapete dos pássaros, e o jogo de descobrir quantos pássaros estavam representados já era jogado no tempo do General Craveiro Lopes. (Idem: 4) A sala do Conselho de Estado, antigo quarto da Rainha D. Amélia e actual Gabinete de Audiências, era conhecido entre os funcionários pela "sala do alfaiate", por ter no seu interior uma estátua que parecia um alfaiate (Antunes, Anexo 16: 3)

O conhecido diferendo com Salazar terão impedido que o Presidente do Conselho proponha Craveiro Lopes para um segundo mandato, até porque a tensão entre ambos levava Salazar a temer que Craveiro Lopes, usando dos seus poderes constitucionais, o demitisse de Presidente do Conselho (Saraiva, 1991: 121). *«O capitão Santos Costa era um menino querido do Salazar e foi nomeado Ministro. Como a sua patente era baixa, aparecia sempre vestido à civil nas cerimónias, para não ficar mal colocado ao lado dos generais. Para resolver o problema, o Salazar quis nomeá-lo directamente de capitão para general e o Presidente opôs-se-lhe, tal como todos os outros generais: "Se ele quer ser general, que vá para os Altos Estudos militares, tal como todos fizemos." E aí começaram os problemas com o Salazar.» (Antunes, Anexo 16: 3)*

Outro episódio passado em Belém reflectia a atitude contestatária de Craveiro Lopes, que chegou a revelar simpatia pelos oposicionistas. No final do mandato do Presidente preparou-se uma medida extraordinária para aumentar pontualmente os funcionários públicos em 200 escudos. O Presidente contrariou Salazar, dizendo-lhe que o aumento se deveria manter nos meses seguintes e que deveria ir aumentando gradualmente. Salazar decidiu deixar o diploma em Belém e ignorá-lo. *«Quando trocou o Presidente, o Almirante Américo Thomaz disse logo que chegou: "Sei que o Chico (era assim que ele se referia ao Presidente Craveiro Lopes) tinha aqui isto parado, mas devemos assinar. E assinou e fomos todos aumentados. A ideia que passou foi que o Craveiro Lopes havia travado o aumento e que o novo Presidente tinha resolvido problema, mas não foi totalmente verdade.» (Idem: 4)*

Foi na Sala do Conselho de Estado (actual gabinete de audiências) que tomou lugar a reunião decisória da troca presidencial, para o Conselho dar o seu parecer sobre a eleição do novo Presidente. *«Eu tinha posto uma cadeira no topo da mesa para o Salazar presidir à reunião. Ele chegou e retirou a cadeira para o lado. Não queria presidir à reunião. Era para escolher o Almirante Américo Thomaz.» (L.P. Coutinho, Anexo 13A: 5)* No gabinete do Secretário-Geral existia um *maple individual grenat*, (no local da máquina de fotocópias) onde o General Craveiro Lopes se sentou

entristecido, depois de saber que iria ser trocado pelo Almirante Américo Thomaz, e se consolou na amizade do Dr. Luís Pereira Coutinho.

O ano de 1958 ficaria marcado pelo infortúnio de Craveiro Lopes. A 5 de Julho faleceu a sua esposa Bertha Craveiro Lopes na Residência da Arrábida (na actual sala de estar privada antes da sala de tratamentos e massagens), na companhia do marido, filhos e do próprio Dr. Luís Pereira Coutinho, com quem existia uma relação respeito e cordialidade que ultrapassava o plano profissional. Após o óbito, *«Lembro-me de ver o caixão sair, a descer as escadas da residência, e o Presidente a descer lentamente atrás do caixão. O caixão virou pela Sala das Bicas, descendo as escadas até ao Pátio dos Bichos. O Presidente seguiu todo o caminho atrás, perfilado, fardado de gala, muito marcado. Eles entendiam-se muito bem, e foi uma grande perda para ele.»* (Antunes, Anexo 16: 7)

Alguns dias depois, a 9 de Agosto, deixa o Palácio de Belém no carro de um filho (Saraiva, 1991: 121) ¹³⁶ terminando o seu mandato sem recondução, preterido pelo Presidente do Conselho, que o pretendeu “compensar” com uma proposta de promoção a Marechal.

Depois de 1958, os cavalos terão saído das cavaleriças e do Palácio de Belém com o General Craveiro Lopes, e as cavaleriças são ocupadas pelos guardas-republicanos, após um período a funcionar como arrumos. As antigas cocheiras são já conhecidas por arrecadação geral, onde o mobiliário que vai saindo de função ou se danifica por alguma razão se vai acumulando. Alguns dos moradores das casas de função aproveitam o espaço livre e estacionam os seus carros no interior do espaço. Dois funcionários, ainda solteiros à data, moravam em duas “residências” improvisadas no fundo deste espaço.

As eleições ocorrem a 8 de Julho e é vencedor o contra-almirante Américo Thomaz, contra Humberto Delgado que afirmara cabalmente à pergunta do que faria a Salazar se ganhasse as eleições: *«Obviamente, demito-o»* (Saraiva, 1991: 122).

O novo Presidente opta por não habitar em Belém nem na Cidadela, mantendo-se na sua casa de Cascais na Primavera e Verão, e do Restelo no Outono e Inverno. A Belém deslocava-se às segundas, quartas e sextas-feiras para despacho, ou para cerimónias e recepções oficiais. *«Nesse tempo não vinha ninguém ao Palácio de Belém. O Presidente vinha aqui três vezes por semana à tarde. O Almirante Américo Thomaz lanchava no terraço sobre o Jardim do Buxo. Eu ia buscar pastéis de Belém e fazíamos um chá na varanda. O Almirante só recebia os magnatas da altura, os Mello ou*

¹³⁶ *«O capitão Craveiro Lopes, [...] [tinha] um Mini Morris. Quando a senhora precisava de ir à baixa pedia um motorista para a guiar até ao local, mas ia no carro particular deles.»* (Antunes, Anexo 16: 7).

Tenreiro.» (Casteleiro, Anexo 15: 4). No Inverno o chá era tomado na salinha ao lado do gabinete dos Chefe da Casa Militar e ajudantes de Campo [actual Sala Dr.^a Ana Palha] numa mesa redonda que aqui existia (L.P.Coutinho, Anexo 13A: 3).

Algumas recepções oficiais eram também em Belém. Em 1959, o almoço com a Princesa Margarida de Inglaterra foi na actual Sala dos Embaixadores.

O Presidente recebia igualmente visitas de Salazar, que não deixavam de ser rodeadas de medidas de segurança, mesmo no interior do palácio¹³⁷.

Durante o mandato do Presidente Américo Thomaz deflagra um incêndio no armazém geral, onde se perdem algumas mobílias. *«No meio dos artigos retirados das chamas, meio chamuscado, encontrei um espelho D. João V e disse aos bombeiros para o deixarem ficar. Parecendo-me uma peça de valor, mandei restaurar a moldura de madeira dourada, mantendo o espelho com os sinais chamuscados, para preservar a memória do ocorrido. Este espelho foi colocado na sala onde reunia o Conselho das Ordens, sobre uma mesa» e onde ainda se encontra.»*¹³⁸.

Em 1960 o Eng. Henrique Gomes da Silva deixava o comando da DGEMN por aposentação ao fim de trinta e um anos como Director-geral. Algumas vezes saía em defesa dos seus técnicos e da qualidade do trabalho da casa. Algumas vezes necessitava de mudar os directores de serviço dos monumentos, quando a crítica sobre o seu trabalho tomava dimensões maiores ou lhe suscitava dúvidas. O Eng. José Pena Pereira da Silva tomava o lugar até 1976, mantendo os princípios que norteavam a instituição, onde se procurava manter algum contacto com a evolução da problemática da conservação ao nível internacional, participando nos trabalhos da Carta de Veneza em 1964 (Aguiar in Custódio, 2010: 220) fazendo-se acompanhar pelo Director do Serviço de Monumentos, o arquitecto João Vaz Martins.

Os trabalhos em Belém são poucos, não se reconhece grande necessidade uma vez que a actividade representativa é muito limitada. Alguns trabalhos de manutenção e pequenas reparações são o máximo de despesa, quando o conflito do ultramar se inicia em 1961 e dirige o esforço de Portugal para a máquina de guerra.

Afastado do centro de decisões políticas, Américo Thomaz assume uma estratégia de divulgador do regime, viajando pelo país em inúmeras inaugurações. Desde o início da Guerra Colonial que surgia um descontentamento crescente que o Presidente tentava amenizar. *«Foi o Presidente Américo Thomaz que começou as “Presidências Abertas”.»*

¹³⁷ *«Vi-o milhares de vezes em Belém e nunca o conheci. Ele não falava a ninguém nos corredores. Nem o casaco lhe podíamos tirar. Tinham que ser os homens da PIDE a ajudar e a ficar com o casaco.»* (Casteleiro, Anexo 15: 4).

¹³⁸ Dr. Luís Pereira Coutinho, conversa particular, Novembro de 2013.

(Casteleiro, Anexo 14: 4). Todo o chamado pessoal menor e chefias consideradas necessárias eram deslocados ¹³⁹ e ficavam hospedados no Paço dos Duques de Guimarães, juntamente com o Presidente. Roupas de cama, toalhas, loiças, tudo era transportado, como acontecia no tempo dos reis. O Paço Ducal, cuja inauguração das obras de “restauro” ocorrera em 1959, funcionava como a residência do Chefe de Estado no Norte do país, com a designação na imprensa de “Residência de Verão do Chefe de Estado nas suas deslocações ao Norte do país”, e era dali que se iniciavam todas as visitas aos locais, e onde se regressava no final de cada dia.

Após um mandato de defesa do património à sua guarda, principalmente opondo-se recorrentemente ao empréstimo das carruagens para diversas cerimónias de Estado cujos pedidos se tornaram vulgares na década de cinquenta, Cardoso Pinto é sucedido em 1962 por Maria José de Mendonça na direcção do Museu dos Coches. A nova directora opta por retirar cinco carruagens da exposição, numa estratégia mais selectiva, que são guardadas nas antigas cocheiras do Palácio de Belém, ao lado do móveis, em vez dos automóveis dos funcionários que já faziam daqui garagem, certamente com a anuência do Almirante Américo Thomaz. É também após uma visita do Presidente da República ao Museu dos Coches em 1963, onde afirmou aos Ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas que não se oporia à ocupação da rampa de acesso ao Pátio das Damas, que se reinicia o projecto de ampliação do museu para Poente. A DGEMN, dirigida desde 1960 pelo Eng. Pereira da Silva, retoma o projecto (Arq. Vaz Martins?) inicialmente desenvolvido por Carvalheira e depois Raul Lino, agora numa lógica contaminada pelo funcionalismo onde se previam «[...] novas galerias para a apresentação dos coches, salas para exposições temporárias e conferências, biblioteca, reservas e oficina.» (Bessone, 1995: 37)

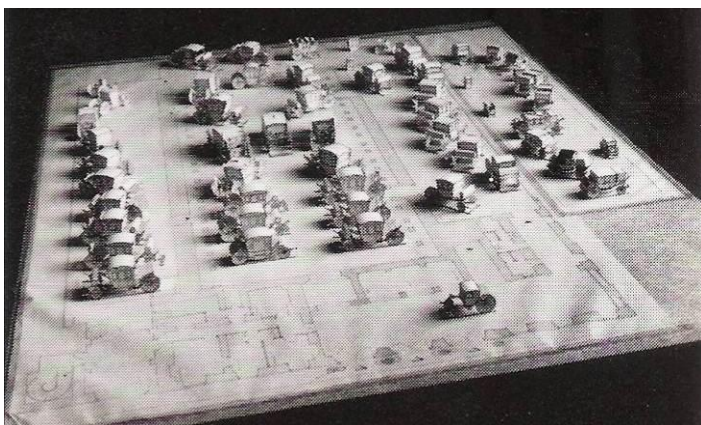


Fig.44.
Maquete com miniaturas dos coches.
Estudo para programa museológico,
1963.

¹³⁹ «Na primeira “Presidência Aberta”, o Sr. Gouveia, que era o Director de Serviços, mandou chamar-me – eu ainda era novo na casa – e disse-me: “João, tens que ir para Guimarães”. Respondi-lhe que tinha família e tinha a minha vida. “Aqui não há vidas” retorquiu, e eu tive que ir.» (Casteleiro, Anexo 15: 4).

Contudo, uma alteração da perspectiva da presidência condicionam os projectos de evolução do Museu a soluções «*que não interferissem com as instalações presidenciais.*» (Bessone, 1995: 38) pelo que as intervenções acabam por se concentrar nos interiores do museu já existentes. Vitrinas mais antigas são substituídas por nichos para manequins trajados à época e da galeria os vãos são entaipados para expor a colecção de 23 quadros a óleo da dinastia de Bragança. O projecto de ampliação para Poente fica de novo adiado.

Em Belém, o Mordomo do palácio era o Sr. Roseiro, ao qual se seguiu o Sr. José Dias Cardoso. As casas de função dentro do perímetro do palácio eram muito procuradas pela carestia de vida. Em 1963 ainda havia funcionários na Presidência que se recordavam de ter estado períodos de oito meses sem receber ordenado em 1918 e 1920, e a segurança da casa era primordial. «*Era um caso sério para conseguir uma casa aqui no Palácio. Sempre que havia uma arrecadação ou um espaço livre fazia-se uma pequena obra para acomodar mais alguém. Estava tudo muito cheio. Todos os que aqui trabalhavam queriam vir para cá morar. Sem ter a certeza, diria que havia aqui cerca de 16 casais.*» (Antunes, Anexo 15: 5). Mas havia inconvenientes. Não era possível receber nem amigos nem família, nem no Natal ou Ano Novo. As visitas durante o dia eram permitidas, mas não podiam pernoitar.

A dimensão da máquina administrativa crescera, principalmente ao nível da Chancelaria das Ordens. No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 44 943 de 29 de Março de 1963 lia-se que «*[...] recentemente publicada, a nova lei orgânica das ordens alarga as atribuições da Chancelaria e, por reflexo, a competência da Secretaria da Presidência da República.*» Aumentava-se o número, «*julgado estritamente indispensável*» de pessoal superior, de três para cinco dactilógrafos. Era eliminado o lugar de secretário da Assembleia Nacional, cujas funções eram assumidas pelo secretário-geral, sem mais formalidades.

Em Belém a vida era calma, apesar da evolução que se anunciava no exterior. As posses aos membros do Governo eram dadas na Sala do Conselho de Estado [actual gabinete de Audiências] à porta fechada. Oliveira Salazar também dera posses nesta sala, quando o Presidente não estava. «*A posse de Marcelo Caetano como Presidente do Conselho foi com o Presidente da República, comigo, e o próprio.*» (L.P.Coutinho, Anexo 12A: 5). A transferência do quadro atribuído ao atelier de Peter Paul Rubens que existe na Sala Dourada, vindo do Museu Nacional de Arte Antiga, foi tratada pelo então Secretário-geral. A sala tinha todo o mobiliário em tons de vermelhos, sendo tudo o resto igual ao existente.

«Trabalhavam na secretaria-geral 15 a 20 pessoas, 10 jardineiros, 5 motoristas. Com chefias, polícias e GNR éramos cerca de 80 pessoas. Às segundas, quartas e sextas havia movimento, nos outros dias não havia nada que fazer.» (Casteleiro, Anexo 14: 6) Mas a revolução do dia 25 de Abril iria alterar o quotidiano do palácio.

As ofertas ao Presidente, eram guardadas nas salas do Rés-do-Chão do Anexo do séc. XIX, do lado da Calçada da Ajuda [onde se encontra hoje a Casa Militar], onde estava tudo arrumado, exposto e registado. Quando se deu o 25 de Abril, o Almirante foi deportado para a Madeira e depois para o Brasil. Pediu às filhas que haviam ficado em Portugal para que cada funcionário ficasse com uma prenda à escolha. *«Naturalmente que elas foram as primeiras a fazer a escolha. O Secretário-geral, o Dr. Pereira Coutinho organizou tudo e foi entregando por partes, à medida que as pessoas apareciam. [...] O Almirante Américo Thomaz quis que cada funcionário ficasse com uma recordação. [...] Mas os modelos de barcos foram todos entregues ao Museu de Marinha.»* (Casteleiro, Anexo 14: 10).

3.11. Após a revolução democrática

Nos dias que se seguiram à revolução viveram-se momentos de expectativa em Belém. Durante vários dias o Palácio ficou fechado, sem ninguém aparecer, sem nenhum poder político no comando da Presidência da República. Os funcionários que habitavam nas casas de função mantiveram-se num quotidiano semelhante ao anterior, tal como os polícias e os guardas-republicanos. O Secretário da Presidência Dr. Luís Pereira Coutinho, que passara a noite de 25 para 26 no seu quarto de vestir ao lado do seu gabinete no Anexo do séc. XIX (Actual sala de Assessora de Cônjuge e Secretária do Gabinete, respectivamente), *«[...] sem saber se deveria ficar ou sair. [...] e com a pior expectativa, devo dizer. Temi pela minha segurança [...]*» (L.P.Coutinho, Anexo 12A: 2) vinha trabalhar, tal como todos os restantes funcionários que habitavam fora do palácio.

João Casteleiro, no papel de mordomo, serenava os mais inquietos. *«Nós não fazemos nada. Há-de aparecer alguém. E juntei todos os funcionários na Sala das Bicas e disse que “enquanto não aparecer ninguém vamos votar e eleger entre nós um Presidente”. “Boa ideia!” disseram todos, propondo que fosse eu o eleito. Eu aceitei e, como tal, sentei-me e tirei uma fotografia na Cadeira dos Leões.»* (Casteleiro, Anexo 14: 6) A Cadeira foi depois arrumada no Atelier do Rei D. Carlos e lá ficou uma década até ao mandato do Presidente Mário Soares.

Um dia apareceu em Belém um enviado do General Spínola com a missão de reconhecimento dos espaços disponíveis no Palácio de Belém, numa perspectiva meramente utilitária (L.P.Coutinho, Anexo 12A: 2).

A 15 de Maio o General António Spínola, que recebera o poder das mãos de Marcello Caetano, é designado Presidente da República pela Junta de Salvação Nacional a que presidia, toma posse em Queluz e decide instalar o gabinete de trabalho no Palácio de Belém. O novo Presidente não se instala oficialmente em Belém (Saraiva, 1991: 128) embora lá fique a dormir muitas vezes, dando a ideia de morar na residência da Arrábida (Antunes, Anexo 15: 4).

Pelo Decreto-Lei n.º 219/74 de 27 de Maio redesenha-se a orgânica em vigor da Presidência da República por esta se apresentar «[...] *insuficiente para responder às actuais exigências do desempenho das funções presidenciais.*» No Artigo 1º eram criados o Gabinete Civil e o Gabinete Militar, constituídos por um chefe e quatro adjuntos cada, da livre escolha do Presidente, e que poderiam escolher o ordenado de origem, caso fossem já servidores do Estado. Os serviços administrativos eram mantidos, embora o novo diploma permitisse a requisição de um máximo de seis escriturários-dactilógrafos de 2ª classe a outros serviços do Estado.

A entrada dos novos quadros dirigentes no palácio é carregada de atitude: «[...] *quando chegaram vinham bravos! [...] os capitães de Abril quando chegaram disseram-nos: “Vocês aqui não fazem nada! Agora é que vão ver o que é trabalhar!”*» (Casteleiro, Anexo 14: 6).

A Comissão de Saneamento do 25 de Abril preparou-se para afastar todos os dirigentes do Palácio de Belém, pelas suas alegadas ligações ao regime. Contudo, acabam por não sanear nenhum, por compreender que toda a instituição, chefes e “pessoal menor”, serviam «[...] *os Presidentes e a presidência, com humildade e respeito, sem nunca entrar em políticas.*» (Idem: Ibid).

Com os novos dirigentes políticos, inicia-se uma nova etapa mais intensa, mas o serviço prestado pelos funcionários e Secretário-Geral mantém a mesma dedicação. O palácio passa a estar sempre cheio de gente, com gabinetes de militares improvisados nos corredores do Anexo do séc. XIX (Antunes, Anexo 15: 4). A segurança no interior do Palácio e no Anexo era assegurada por pára-quedistas armados, alguns jovens demais e com menos calma que o necessário. «Uma dia um disse-me “Queres ver eu a dar um tiro?” Puxou a arma para cima e deu um tiro no tecto! Um disparate.» (Idem: 7)

O Conselho da Revolução estava sediado em Belém, junto ao Presidente, e havia reuniões que duravam toda a noite. «*Não tínhamos horas para nada, e nunca se sabia quando o dia acabava [...] e nós tínhamos que estar sempre disponíveis.*» (Idem: Ibid)

A Sala do Conselho de Estado [actual Gabinete de Audiências] que era forrada a tecido liso e cujos canapé e cadeiras eram estofadas de veludo cor-de-rosa, tinha uma mesa de tábuas, e sempre que havia Conselho de Estado era necessário colocar as várias tábuas para ficar comprida e posicionar todos os panos, o que estava sempre a acontecer. Na sala ao lado [actual gabinete das secretárias do Presidente] era o Conselho Militar, com os assessores da Marinha, do Exército e da Força Aérea. Entre as duas existia já um pequeno gabinete [actual gabinete de trabalho do Presidente] que antes não tinha utilização, mas que depois do 25 de Abril passou a servir para os chefes de gabinete. «O então Coronel, hoje General [José Rodrigues Tavares] Pimentel ficava nessa sala.» (L.P.Coutinho, Anexo 12A: 4). Desta data em diante as posses passam a ser feitas na Sala Azul, actual Sala dos Embaixadores. «Uma vez o General Spínola quis dar posse a um membro do Governo. Quando este terminou o juramento, o General mandou-o repetir o juramento porque não ficara convencido da convicção do senhor.» (Idem: Ibid)

Mas os tempos eram muito tensos. Na Calçada da Ajuda havia filas de pessoas que queriam falar com o Presidente António Spínola. Vinham contar tudo, sobre tudo. Submerso em histórias de tristezas, amarguras, injustiças, problemas pessoais e profissionais, o Presidente não conseguia tempo para tratar dos problemas de fundo. «Mal tinha tempo para almoçar. “Traz lá o almoço da saúde” dizia ele. Isto significava apenas arroz branco, e a “água da saúde”, que era água quente com um pingo de sal. Nunca comia mais nada.» (Casteleiro, Anexo 14: 10)

Um dia um grupo grande agarrou-se ao portão do Pátio das Damas que estava fechado, gritando “o povo é quem mais ordena!”. Abanavam o portão e queriam entrar à força. Para suster os ânimos, o comandante Jaime Neves foi à garagem das chaimites que existia na Calçada da Ajuda,[actual garagem velha], pegou em três chaimites, deu a volta ao Jardim Tropical, entrou pelo portão da Rampa de Honra, deu a volta pelo jardim e chegou ao Pátio das Damas onde disparou 2 ou 3 tiros verdadeiros para o ar. O “povo” que estava do lado de fora do portão atirou-se para o chão, e desatou a correr pela Calçada da Ajuda em debandada. O elemento da GNR que estava de serviço à porta enfiou-se na casa de banho que havia na portaria [actual salinha da correspondência] e não saiu mais.

Mas a instabilidade não existia só na rua. O General Spínola estava em rota de colisão com os capitães que haviam liderado o golpe de Estado, em especial sobre a independência das colónias. É marcada uma grande manifestação em apoio ao General em frente ao Palácio de Belém, que a esquerda impedirá com barricadas. Spínola é incapaz de fazer valer o direito de mostrar o apoio que pensa ter na rua.

Na manhã do dia seguinte, 30 de Setembro de 1974, em directo para a televisão da Sala do Conselho de Estado, o Presidente em funções anuncia a sua renúncia ao cargo (Saraiva, 1991: 130). No mandato de António Spínola não se juntaram prendas de Estado. O tempo fora curto e com outras preocupações. *«Quando deixou de ser Presidente distribuiu o último salário por todos os funcionários, o que soube muito bem.»* (Casteleiro, Anexo 14: 10)

A Junta de Salvação Nacional escolhe o General Francisco Costa Gomes para suceder a Spínola, que decide ir viver para a residência da Arrábida, com a mulher e um filho.

Pelo Decreto-Lei n.º 755/74 de 28 de Dezembro, e *«[...] considerando que, a partir de 30 de Setembro deste ano, o Presidente da República acumula as suas funções com as de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas [...] [torna-se] necessário reajustar a orgânica em vigor [...]»*, para o que o Artigo 1º criava um Gabinete do Presidente da República, um *«[...] órgão de apoio pessoal, constituído por um chefe e adjuntos, até dez, da livre escolha do Presidente da República [...]»*. Ao abrigo do Artigo 3º era ainda criado um grupo técnico auxiliar do Gabinete anterior com três técnicos de 2ª ou 3ª classe e três adjuntos de técnico de 1ª ou 2ª classe. Os quadros de pessoal da instituição iam crescendo de acordo com as necessidades crescentes.

Por Despacho da Presidência da República de 16 de Julho de 1975 o novo Presidente escolhe formalmente o Palácio de Belém e o forte de S. Julião da Barra para *«[...] Secretaria da Presidência e para sua residência e das pessoas da sua família.»* No ponto cinco desafecta *«[...] no tocante à utilização do Chefe de Estado, os Palácios da Cidadela de Cascais e de Queluz e o dos Duques, em Guimarães.»*

Se os problemas se mantinham ao nível social e político, no interior do palácio surgem novos problemas relacionados com a convivência da Primeira-dama com o pessoal. *«A D. Estela era muito nervosa e refilava com muita gente. Descia da Residência e interrompia as reuniões do marido.»* Durante o curto mandato, despediu duas funcionárias e proibiu o mordomo João Casteleiro de entrar na residência (Casteleiro, Anexo 14: 8), embora no final tenham ficado com uma relação de amizade. Na Sala das Bicas existia um grande tapete do tamanho da sala, mas que estava muito desgastado pelo tempo e pelo uso. A D. Estela Costa Gomes mandou retirá-la, para a entregar a um museu e a sala ficou com o chão em pedra até aos dias de hoje.

«O Presidente Costa Gomes era boa pessoa, mas a família não teve muita sorte, os tempos eram muito conturbados.» (Idem: Ibid)

O Presidente recebia pouco a família, que só pontualmente era convidada a almoçar em Belém na sala de jantar da residência, onde Costa Gomes mal se sentava para comer, saindo sempre a correr. (Grilo, Anexo 19: 4)



Fig.45. Escavação e parede com fundação descalça. Fig. 46 e 47. Imagens da derrocada de Maio de 1975

O Museu dos Coches conhece em 1975 uma derrocada da parede Poente. Com uma nova directora Madalena Cagigal e Silva desde 1969, e conseguidas as autorizações por parte da Presidência da República obtidas em 1973 para a execução do projecto de ampliação projectado por Raul Lino, desaterrara-se toda a rampa para ali criar a sala prevista. Ao longo do ano de 1974 e 1975 descobriu-se um lençol de água que por ali tinha caminho em direcção do rio e que lentamente deslavava os finos do terreno e obrigava a escoramentos das paredes existentes.

Provavelmente o andamento das obras conheceu um período de estagnação durante os meses seguintes à revolução, ficando demasiado tempo numa situação precária. O certo é que a estrutura não resistiu ao abalo sísmico da manhã do dia 26 de Maio de 1975, pelas 9.12h com a actividade da Falha da Glória e o sismo correspondente, de grau 7.8 da escala de Richter, que atingiu a máxima intensidade na Madeira, mas que se sentiu em toda a costa Norte litoral e Lisboa. Com a fundação da parede descalça, os pilares da galeria do primeiro piso começou a desmantelar-se. A instabilidade da estrutura fez colapsar o tecto e várias telas torceram e rasgaram, perdendo-se motivos decorativos, principalmente do tecto da galeria (Anexo 22: 13). Apesar das convulsões políticas, no espaço de um ano estavam concluídas as obras de restauro da galeria e o museu reabria as suas portas a 29 de Julho de 1976.

O Palácio de Belém apresentava neste período características de quartel para acomodar os muitos militares que aqui pernoitavam.

No piso térreo do edifício que se desenvolve atrás das antigas cocheiras, e que as separa da Travessa dos Ferreiros [actual sala das reservas do Museu], estavam instalados os paraquedistas até ao dia 25 de Novembro de 1975. Logo a seguir à tentativa frustrada do 25 de Novembro, também os Fuzileiros dormiram em Belém, numa área de planta livre sobre o espaço do Museu, com entrada pelas escadinhas que descem do Pátio dos Bichos para Travessa dos Ferreiros [actual área de circulação de acesso à esquadra da PSP] ¹⁴⁰.

O dormitório dos paraquedistas funcionou depois como refeitório para os militares, onde comiam também os muitos jardineiros que então havia no Palácio.

Costa Gomes conduz o país até às eleições democráticas de 27 de Julho de 1976 e sai cansado, desgastado pela gestão de compromissos a que fora sujeito, recusando candidatar-se a Presidente, mas «[...] *satisfeito e com o sentimento do dever cumprido, pois havia alcançado o objectivo final da institucionalização de um regime democrático.*» (Medeiros Ferreira in Costa Pinto, 2004: 236).

3.12. A construção da Democracia

Sob comando do Presidente Costa Gomes, o Tenente-coronel Ramalho Eanes fora o coordenador da acção militar que contivera tentativa de golpe de Estado no 25 de Novembro ¹⁴¹ e «[...] *torna-se o rosto do “profissionalismo militar” que orienta os “oficiais operacionais” que neutralizaram as unidades dominadas pelas facções gonçalvistas e populista (em particular a COPCON, o RALIS e a Polícia Militar)* [...]» (Rato in Costa Pinto, 2004: 242) assumindo em seguida o lugar de Chefe do Estado-Maior do Exército, interino a 27 de Novembro e definitivo a 5 de Dezembro, comprometendo-se a transformar o exército numa instituição “apartidária” e servidora do poder político.

Nas eleições de 1976 o já General Ramalho Eanes foi eleito Presidente da República pela primeira vez em sufrágio universal e directo, montando gabinete de trabalho em Belém, mas conservando a sua habitação na sua Casa do Bairro Madre de Deus. A intenção seria de continuar a habitar na sua casa particular, até porque a Residência da Arrábida estava degradada e não oferecia condições.

¹⁴⁰ Segundo o Luís Boto, Funcionário da Secretaria-Geral da Presidência da República. O Luís Boto cresceu desde que nasceu no Palácio de Belém, vivendo no primeiro andar do edifício da então Secretaria-Geral, e depois ao lado da Esquadra de Segurança Interna da PSP. Os seus pais mantiveram-se nesta residência até 2009 [actuais serviços do Museu da Presidência].

¹⁴¹ «[...] *no 25 de Novembro evitou-se uma guerra civil em Portugal. Nessa madrugada, quando se levantou e saiu de casa, eu não sabia se ia voltar.*» (Manuela Eanes, Anexo 9: 4).

«Só conhecia a parte de baixo do palácio, onde tinha estado com o General Costa Gomes. Quando cheguei lá acima [Arrábida] fiquei decepcionado. Estava tudo muito degradado. Sabia das obras executadas para o Presidente Craveiro Lopes quando este se mudara para Belém por sugestão de Salazar. Mas, depois disso, nunca mais havia sido utilizada. Estava como que abandonada. Os tempos eram difíceis e havia outras preocupações.» (R. Eanes, Anexo 08: 2). Este estado de desatenção sobre o edificado era generalizado, o que não era difícil de entender face ao contexto, onde a mais pequena obra de consolidação ou manutenção eram problemas que colidiam com outros assuntos muito mais urgentes e delicados para o País.

Na opinião da então Primeira-dama os salões apresentavam-se «austeros, mas capazes, apresentáveis [...]» (M.Eanes, Anexo 9: 5), ao contrário da Residência Oficial, que parecia mais abandonada. Mas a prioridade foi para as casas das pessoas que se sabia habitavam dentro do perímetro do palácio. «Nos primeiros dias fizemos uma visita às casas de função existentes, para conhecer as condições de habitação das pessoas. E como as casas estavam um pouco degradadas e havia uma verba disponível na altura para obras no palácio, foi aplicada para melhorar essas residências, onde era necessário.» (Idem: 6).

Perante a nova conjuntura política, torna-se necessário novo reajuste da orgânica dos serviços de apoio ao Presidente da República. Pelo Decreto-Lei n.º 675/76 de 31 de Agosto, e em resposta «[...] às novas exigências que lhe são cometidas pela Constituição [...]» era criado pelo Artigo 1º um gabinete para lhe prestar «[...] apoio directo e pessoal, que será constituído por um chefe de gabinete, um adjunto e três secretários, da sua livre escolha.» Iguamente era criado no Artigo 2º a Casa Civil para apoio técnico e instrumental, constituída por um Chefe da Casa Civil e oito assessores, um dos quais dirigido para chefiar o Centro de Apoio, que se surgia para administrar a intendência da casa. A Casa Civil ficava também livre de adicionar um conjunto de consultores especialistas em cada área temática considerada necessária. No Artigo 5º era criada a Casa Militar constituída por um Chefe da Casa Militar, quatro assessores e três ajudantes de campo da livre escolha do Presidente.

Para criar as condições de habitabilidade para a nova equipa fazem-se obras sob o impulso do novo Chefe da Casa Militar, o Eng. General Garcia dos Santos, que assume a seu cargo a instalação condigna¹⁴² dos locais de trabalho do Presidente e de todo o corpo de assessores e consultores. «Depois do PREC o Secretário-geral da Presidência era o Dr. Luis Pereira Coutinho, que já detinha o cargo há 30 anos, razão pela qual

¹⁴² «E eu lembro que à data, o Palácio de Belém era uma autêntica pocilga. Percevejos, baratas e lixo, era tudo execrável. Estava entregue às moscas, ao puro abandono. Era impossível de habitar.» (G. Santos, Anexo 09: 1)

nasceu alguma desconfiança, por causa da alteração do poder. Por isso foi criado o Centro de Apoio, que passava a ter à sua responsabilidade a área administrativa, “congelando” as atribuições ao Secretário-geral.» (G. Santos, Anexo 10: 2). O Centro de Apoio funcionou no segundo andar do Anexo do séc. XIX, em difíceis condições de salubridade e desconforto térmico. No primeiro andar estava instalado o Chefe da Casa Militar (actual sala do Chefe da Casa Civil), três assessores militares e os ajudantes de campo. Para o Centro de Apoio entra o Sr. Francisco Oliveira e Silva, que assumia a responsabilidade da gestão diária dos problemas das obras e das intervenções em curso no palácio. Rapidamente reconhecida a integridade do Secretário-Geral, as suas funções são gradualmente retomadas, construindo-se uma relação de respeito e admiração¹⁴³.

Para o desenvolvimento e acompanhamento das obras retoma-se os contactos com a DGEMN. A experiência na Secretaria-de-Estado entre 1974 e 1976 permitira a Garcia dos Santos conhecer a DGEMN, (G. Santos, Anexo 10: 1) e apesar do Eng. José Pena Pereira da Silva, Director-geral da DGEMN ter mantido funções até 1977, sendo depois substituído pelo Eng. João Miguel Caldeira de Castro Freire, a DGEMN afirmara-se no plano técnico e uma nova relação de trabalho com a nova Presidência foi constituída.

Para as intervenções em Belém, o Director de Serviços era o Arq. Nuno Beirão, «[...]que nunca abriu mão de Belém. Tudo o que era necessário gostava de ser ele a fazer.» (Neves, Anexo 17: 1). Contudo, dividia muito trabalho com o Arq. Pedro Quirino da Fonseca, arquitecto da DGEMN com muita experiência em restauro e conhecedor das tecnologias ancestrais, sendo o arquitecto que mais projectou em Belém nos mandatos do Presidente Eanes e Soares, até porque era muito amigo do Dr. Luís Pereira Coutinho (Idem: Ibid). A equipa completava-se nas especialidades com o Eng. Civil Manuel Neves e o Eng. Electrotécnico Passos de Almeida.

O Presidente escolheu como seu futuro gabinete a anterior Sala do Conselho da Revolução, pela sua dimensão e localização. «Aquela sala era um pardieiro. Hoje ninguém nota, porque deixámos tudo arranjado.» (G. Santos, Anexo 10: 2).

¹⁴³ O Ex-Presidente Ramalho Eanes recorda o então Secretário-geral como «um exemplo de grande servidor do Estado, homem que nunca dava a sua opinião sem que lhe pedissem, mas quando se lhe solicitava o parecer, transmitia sempre a sua perspectiva pessoal e o respectivo enquadramento legal, a existir. Executava as decisões tomadas com o mesmo empenhamento, rigor e brio, quer correspondessem elas à sua opinião, quer lhe fossem contrárias.» (R. Eanes, Anexo 07: 3). O Chefe da Casa Militar lembra que depois de afastado durante a vigência do Centro de Apoio, «[...] o Dr. Pereira Coutinho aguentou a situação firmemente e portou-se impecavelmente. E voltou a ser o Secretário-geral, com quem tivemos depois um relacionamento fora de série. Era um homem excepcional.» (G. Santos, Anexo 10: 2).

Os tecidos das paredes (hoje a sala tem as paredes pintadas) estavam todos podres e manchados pela humidade, e tiveram que ser integralmente renovados.

«Os embaixadores deveriam ser recebidos no gabinete, o que contribuía para conferir uma certa intimidade ao encontro. E não fazia sentido obrigá-los a subir e descer escadas [existentes nos quatro caminhos] no acesso ao anterior gabinete [actual sala do Conselho de Estado], e, por isso, mudei-o.» (R. Eanes, Anexo 07: 2) O gabinete passou a ser utilizado para o trabalho e para as audiências, onde as visitas eram recebidas «com mais intimidade» (Idem: Ibid), depois de percorrerem os salões desde a Sala das Bicas até ao gabinete da audiência. Por outro lado, este gabinete era servido pelo sanitário privativo que se mostrava útil não só para a utilização diária do Presidente, como para as visitas ¹⁴⁴.

Também no início do primeiro mandato, o Presidente Eanes indagou o Secretário-geral sobre a razão da ausência dos fogões originais de sala do palácio, que haviam sido substituídos por um novo sistema de aquecimento. Dentro da filosofia que defendia «Quem utiliza o palácio deve preservá-lo» (R. Eanes, Anexo 07: 3), a eliminação dos fogões parecia-lhe uma mutilação gratuita, pelo que o Presidente solicitou que fossem reconstruídos e repostos na sua função original.

O Arq. Nuno Beirão, analisando a lacuna das cantarias da lareira de parede na Sala Azul, actual Sala dos Embaixadores, e dentro do que era a prática comum da época, foi procurar «[...] uma cantaria de lareira no depósito do Palácio de Queluz¹⁴⁵, onde havia várias peças, e encontrou uma que lhe pareceu perfeita para o local. E decidiu colocá-la na sala por entender que ficava bem. O curioso é que anos mais tarde encontrou uma fotografia antiga da sala, onde estava a mesma lareira que ele tinha decidido colocar na sala. Por intuição e sorte, acabou por repor um fogão de sala no seu lugar original, sem ter tido consciência disso ao fazê-lo.» (Canas, Anexo 19: 2)

Porém, o casal presidencial não conseguirá manter a residência fora do perímetro do palácio por muito tempo. «Logo a seguir à eleição [...] tínhamos – todos os dias – pessoas à porta de nossa casa para porem os seus problemas. Se o Presidente

¹⁴⁴ «O ex-presidente recordou a visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II, que foi recebido por uma grande comitiva nos salões de aparato, terminando no gabinete já só com o Presidente e com alguns elementos das Casas Civil e Militar. As primeiras palavras do Presidente Ramalho Eanes foram para indicar ao Papa a localização da instalação sanitária privada do Presidente, contígua ao gabinete. O episódio deixou os presentes incrédulos, ao que o Presidente terá lembrado que um homem de certa idade certamente precisaria de ir ao sanitário depois de tanto tempo em "acção oficial"» (R. Eanes, Anexo 08: 3).

¹⁴⁵ Noémia Barroso refere outra localização «Na ocasião da remodelação da Sala Azul, foi restaurado o fogão em mármore de Carrara, depositado no Palácio da Pena, mas que pertencera ao Palácio de Belém.» (Barroso in Gaspar, 2005: 134).

chegasse a casa às 21.00h ou às 3.00h da manhã, havia sempre pessoas que lhe queriam falar e exporem os seus problemas. É preciso lembrar que vivíamos ainda num clima de grande tensão política e que até tivemos ameaça de rapto do nosso filho mais velho (era o único nascido). De modo que decidimos por segurança ir viver para Belém.» (M. Eanes, Anexo 09: 4).

Mas a mudança carecia de passos intermédios, designadamente obras de conservação na Residência Oficial que «[...] estava uma completa desgraça. Eram necessárias intervenções em todas as salas.» (G. Santos, Anexo 10: 2). «É só depois, quando decidimos ir viver para Belém, que começamos a tratar da residência da Arrábida.» (M. Eanes, Anexo 09: 5). Apesar das dificuldades da conjuntura social e económica havia que melhorar a qualidade dos espaços da residência, mas também do Palácio, trazendo alguns móveis do Palácio Nacional da Ajuda, da Cidadela de Cascais e quadros de museus escolhidos, oficialmente por Manuela Eanes, para conferir à residência oficial o aspecto de um lar de família e dignificar o novo gabinete de Trabalho do Presidente. O casal Eanes traz obras de arte próprias, e reúne outras de diferentes museus, como o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu de Arte Contemporânea e a Galeria de Arte Moderna de Belém. Por coincidência, esta última galeria foi a seguir destruída por um incêndio, sendo que os quadros que se encontravam em Belém por empréstimo foram salvos, entre eles um Botelho e ainda outros de Almada Negreiros, Cargaleiro e Vieira da Silva. Nesta prospecção a Primeira-dama foi ajudada pelo então Secretário-Geral da Presidência da República, Dr. Luís Pereira Coutinho, e pelo Secretário de Estado da Cultura, Prof. David Mourão-Ferreira. As peças encontradas eram dispostas nos locais adequados, articuladas com arranjos de flores que a Primeira-dama se esforçava por manter. Mobília e peças de arte eram arrumadas nos locais de representação do palácio e na área social da Residência Oficial, que na verdade «[...] era também uma área de recepções. Apesar de naquele tempo o Presidente ganhar menos do que o seu Ajudante de Campo, o meu marido recebia empresários, dirigentes públicos, políticos ou pessoas da cultura em almoços ou jantares de trabalho mas éramos nós que os pagávamos. O que nos fez passar por alguns momentos difíceis, não escondo.» (M. Eanes, Anexo 09: 8). A actual sala de jantar do Palácio não estava vocacionada para tal, sendo apenas uma sala de estar indiferenciada. O gabinete do Mordomo ficava ao lado, «[...] com vista de rio através do jardim» (Casteleiro, Anexo 15: 2) onde depois se executou a copa para a apoio ao serviço de mesa. Todos os almoços e jantares de recepção ou de trabalho que o General Eanes fazia amiúde eram oferecidos na sala de Jantar da Residência, considerada desde sempre como pequena para tal função. Na opinião do ex-Presidente «toda a residência é relativamente pequena. As divisões dão umas com as outras, todo o espaço é austero e pouco funcional.» (R. Eanes, Anexo 08: 4).



Fig.48 e 49. Fotografias do jardim anterior com o lago ao centro.

Fig.50. Imagens da Obra, no grupo de três pessoas reconhece-se o Arq. Quirino da Fonseca, o Secretário-Geral Dr. Pereira Coutinho e o Eng. Manuel Neves da DGEMN.

A intervenção da Residência é estendida ao Jardim da Arrábida. Nos primeiros tempos o jardim «*Estava muito maltratado. Havia um lago central e uma grande figueira antiga. Eu soubera que as figueiras queriam muita água, na época estival, e por isso mandei pôr uma rega especial sobre as raízes. Infelizmente as raízes eram muito superficiais e a terra abateu entre elas. Sem suporte, a figueira tombou num certo dia. Foi o exemplo de uma boa intenção que acabou com um desfecho indesejado*». (Idem: Ibid). Por ocasião deste infortúnio decide-se pela remodelação do pequeno jardim junto da residência, com desenho de Quirino da Fonseca, com a ajuda dos Viveiros Falcão e do Eng. Sousa Lara. «*Um espaço que era feio, com paredes à volta, com aspecto degradado, e quase sem flores e plantas, estava, no final do mandato, coberto com trepadeiras, buganvílias, heras, vinha virgem, e outras plantas*» e uma pequena piscina, que ainda hoje existe.» (R. Eanes, Anexo 08: 4).

Novas árvores e arbustos são plantados, algumas estatuetas existentes recolocadas, uma delas sobre a bordadura da nova piscina, executada com 1,20m de profundidade, em reboco pintado com membrana azul. As máquinas de tratamento da água são integradas no espaço do corpo de escadas que existia no canto Nascente do jardim. O vazio da escada é coberto por lajeado azulino de Cascais e integrado no desenho do jardim.

A localização da piscina ficava assim próxima da casa das máquinas, ao mesmo tempo que anulava essa ligação indesejada, e libertava relvado para área de solário e jogos das crianças.

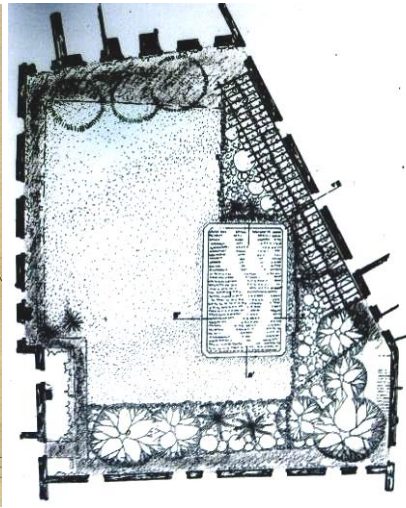
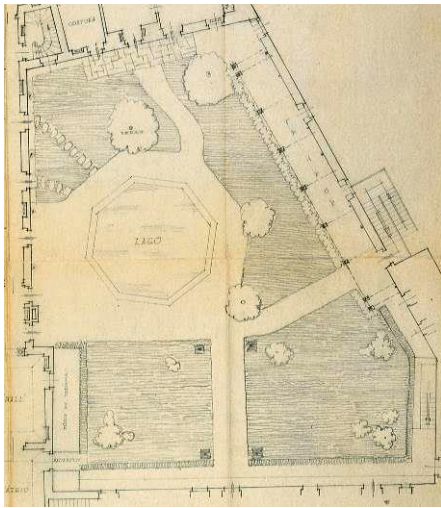


Fig.51 e 52.
Plantas comparativas
do jardim de Luís
Benavente 1952, e do
projecto de Quirino da
Fonseca 1977-78.



Fig.53 e 54.
O Jardim em 1980

Na verdade, esta ligação existia em desenho mas estaria já interdita desde o tempo de Craveiro Lopes, porque era nesse vazio que estava instalado «[...] o gerador que produzia luz eléctrica quando faltava a luz em Belém. Ali estava um gerador que púnhamos a trabalhar se faltasse a luz, e o Palácio ficava com luz outra vez. O resto da Presidência ficava às escuras mas no Palácio havia sempre electricidade, mesmo que faltasse na rede.» (Casteleiro, Anexo 15: 4). De facto, «[...] para nós a transformação do jardim foi muito importante, porque durante os anos que estivemos em Belém quase nunca saímos de férias, sendo aquele o nosso refúgio, onde podíamos ter um ambiente de família.» (M. Eanes, Anexo 09: 12). A Sul do jardim, onde este confina com as escadas de pedra que se iniciam nos quatro caminhos, ou seja áreas do palácio onde poderiam circular funcionários ou convidados da Presidência mas que não afectos à Residência Oficial, Quirino da Fonseca concentra uma cortina de vegetação que assegurava a privacidade da família no jardim.

O desenho é moderno, neoplástico, com uma geometria de rectângulos e alinhamentos em ângulos rectos a disciplinar as laterais fora de esquadria, que são camufladas por maciços verdes. A qualidade do projecto revela-se no facto de que nunca foi alterado, e ainda hoje assegura os requisitos que lhe estiveram na origem.

É numa das salas do corpo Poente da Residência que a Primeira-dama instala um gabinete de trabalho «[...] para poder ter um papel activo na Presidência da

República, ajudar os muitos que se dirigiam ao Presidente, à Presidência ou a mim com questões de carácter pessoal ou social, a que procurava dar todo o apoio possível. [...] Em Belém não havia qualquer estrutura para a mulher do Presidente, até porque as anteriores mulheres de presidentes correspondiam a um modelo mais tradicional, da senhora em casa, a dar apoio ao marido sem participar na vida política deles.» (Idem: 9). O gabinete é uma criação da Primeira-dama e não existia consagrado na orgânica da instituição, o que não significa que não tenha sido muito activo, principalmente no período histórico que cruzou, criando um novo modelo que seria seguido. «Rapidamente se começou a perceber que a mulher do Presidente existia, que o acompanhava, lhe dava apoio e procurava ser útil socialmente, e nas visitas pelo país, o meu marido tinha a sua agenda mais de carácter político e empresarial e eu tinha um programa mais nas áreas social e cultural.» (Idem: 10).



Fig.55. Gabinete do Presidente [actual Gabinete de Audiências] e Fig.56. Gabinete da primeira-dama na Residência, ambos em 1980

Em 1979 a relação de trabalho com Dr. Luís Pereira Coutinho é já de total confiança, pelo que se prepara novo diploma para formalizar a orgânica da Secretaria-geral. O novo Decreto-Lei n.º 513-B/79 de 24 de Dezembro redefinia que o secretário-geral era por inerência o secretário-geral das Ordens, competindo-lhe imprimir continuidade a todos os serviços, despachar todos os assuntos administrativos, promover o expediente relativo a posses, superintender os serviços de gestão patrimonial e de economato, promover o trabalho administrativo e secretariar sem voto as reuniões dos Conselhos das Ordens. O novo diploma cria igualmente a Direcção de Serviços Administrativos com quatro secções, mobilizando já um quadro com 176 pessoas, 35 dos quais escriturários-dactilógrafos, 24 motoristas, 36 contínuos, 18 serventes e 11 jardineiros. Adicionando o corpo de assessores, adjuntos, e consultores, mais uma centena de agentes da PSP e da GNR, as dimensões humanas da instituição requeriam muitos espaços de instalação e trabalho.

O diploma seguinte, o Decreto-Lei n.º 513-C/79 da mesma data criava o Centro de Documentação e Informação, uma nova Direcção de Serviços na Dependência

directa do Chefe da Casa Civil, e cujos conteúdos funcionais de detecção, tratamento e difusão documental, identificação de espécies bibliográficas e organização de arquivo, se mantiveram até aos dias de hoje.

Na sua posição de Chefe da Casa Militar, formação de engenheiro, e animado pelo poder que o Presidente representava então, o General Garcia dos Santos promoveu múltiplos trabalhos de deslocações de serviços e obras de apetrechamento para a instalação dos novos serviços. As obras em Belém foram decorrendo ao longo de vários anos, em função da evolução das necessidades, por sua vez resultantes do crescimento da actividade e do aparelho político e técnico.

Na entrada do Pátio das Damas só havia duas guaritas, ambas com a mesma dimensão da guarita do lado Sul onde funciona a correspondência. «Foi o arquitecto [Nuno] Beirão que projectou o espaço da portaria até ao corpo da lavandaria. No canto entre o volume projectado e a lavandaria existente ficava um pátio descoberto para estendal. Tinha paredes mas não tinha cobertura. *«Estas obras decorreram logo a seguir ao 25 de Abril, no primeiro mandato do General Eanes. Primeiro foi a portaria, logo seguida da Casa Civil, hoje secretaria-geral.»* (Neves, Anexo 17: 2).

O ginásio de Cavalaria 7 (actual Secretaria-geral) era o local onde a banda da PSP ensaiava. A sul morava uma viúva de um militar de Cavalaria 7, a Norte vivia um sargento da GNR que nunca aceitou sair dali. Ambas as casas abriam porta para a Calçada da Ajuda e nada tinham a ver com a Presidência. Na continuidade para Poente, entrando para o perímetro da Presidência ficava um corpo de garagens da Presidência (actual núcleo de informática). No canto mais próximo da Calçada da Ajuda ficava a lavagens dos veículos, e umas bombas de gasolina que tinham os tanques enterrados no chão, perto da actual porta de entrada da Secretaria-geral. Da lavagem para Poente ficavam as garagens para as quatro viaturas que existiam antes na Presidência: o carro do Presidente, do Secretário-geral, dos Chefes da Casa Civil e do Chefe da Casa Militar. Os vãos dos antigos portões ainda existem na fachada.

O general Garcia dos Santos promoveu a saída da polícia do edifício do ginásio (actual Secretaria-geral) com o objectivo de ocupar o edifício com a Casa Civil do Presidente. Para tal solicitou a execução do projecto à DGEMN, que contemplasse a introdução de uma laje de betão que abrisse janelas nas paredes que quase não tinham, e que dividisse o pé-direito em dois pisos. *«Em cada piso foi executada apenas uma instalação sanitária porque o Eng. Garcia dos Santos insistiu em que elas seriam mistas. O Quirino da Fonseca fez o projecto de Arquitectura, de modo a rebaixar a cota do piso térreo e a incluir uma segunda linha de janelas para os gabinetes do piso de baixo.»* (Idem: Ibid). No decurso desta obra foram removidas as bombas de gasolina e os depósitos enterrados existentes no exterior.

Em seguida, para arrumar a frota automóvel crescente, foi anexada a garagem das chaimites do quartel de Cavalaria 7, de onde haviam saído os três Chaimites que poucos anos antes haviam espantado a multidão no portão do Pátio das Damas. A única porta que existia para esta garagem abria sobre a Calçada da Ajuda. *«A porta de entrada para o interior da Presidência fui eu que a abri. A parede era tão espessa em alvenarias pobres, que ninguém quis orçamentar, e acabou por ser uma obra feita à despesa.»* (Idem: Ibid). O pavimento actual da garagem, que já era o pavimento militar, tem 50cm de betão com cubos de granito, para comportar as viaturas militares. Na entrada, à esquerda, havia uma bomba de gasolina antiga, com garrafa e alavanca de galão que servia os militares. À direita da entrada havia um depósito enterrado para alimentar os Chaimites. Quando a Presidência ficou com a garagem foi decidido retirar os depósitos enterrados do interior do edifício por segurança. A empreitada foi adjudicada a uma firma da especialidade, mas que colocou um operário inexperiente a fazer o trabalho sem supervisão. *«Após o almoço do pessoal, quando os responsáveis tinham ido almoçar, o homem decidiu picar as argamassas envolventes com martelo compressor e fez explodir o tanque. Ele voou até bater na cobertura [a cerca de 10 metros de altura] e voltou a cair, falecendo de imediato.»* (Idem: Ibid). Como a filosofia de então era ter as gasolinehas próprias, o Eng. Manuel Neves instalou duas bombas de gasolina para repor as deslocadas do canto da secretaria-geral, agora com dois depósitos, um para gasolina e outro para gasóleo no lado esquerdo da nova porta de entrada para a garagem, por baixo da actual escada para a sala de formação.

«Os anjos que se encontram no Pátio das Damas vieram do Palácio da Ajuda, e estavam antes no Convento das Trinas, em Lisboa. No jardim a Norte do palácio da Ajuda havia muitas estátuas e pedras liozes. Em 1974 houve um incêndio de origem desconhecida, mas que pode ter ajudado a fazer desaparecer alguns quadros, e o Arq. Quirino levou as estátuas para Belém. Quando o transporte chegou, o secretário-geral sugeriu: “deixe aqui para as ver do meu gabinete”; ali ficaram até hoje.» (Idem:3). No Anexo do séc. XIX funcionava inicialmente o Centro de Apoio no terceiro piso, a Casa Militar no segundo piso e a Secretaria-geral no piso térreo, sendo a Sala da Chancelaria das Ordens no mesmo local onde era no tempo do Estado Novo e onde ainda hoje se encontra. Os gabinetes da Casa Civil encontravam-se espalhados nas salinhas a Sul junto ao jardim da Arrábida, cujo acesso se fazia pelas escadas de pedra que continuam dos quatro caminhos. Logo que o novo edifício da Casa Civil (ex-ginásio de Cavalaria 7) ficou pronto, a Casa Civil instalou-se nesses gabinetes. Na qualidade de engenheiro civil, o General Garcia dos Santos sabia que as fundações do Anexo do séc. XIX deveriam ser descontínuas, e por isso, decidiu «[...]

desaterrar a cave para criar o Centro de Documentação e Informação (CDI). Durante a obra saíram dali milhares de metros cúbicos de entulho. O espaço ficou amplo, só com os arcos em tijolo-burro à vista, e algumas divisórias em madeira. O espaço ficou lindíssimo.» (G. Santos, Anexo 10: 2).

É também da sua autoria a criação do Centro de Comunicações, que considerava vital para assegurar a posse da informação permanente ao Presidente, mantendo-o igualmente acessível e com possibilidade de comunicar com qualquer elemento da sociedade civil ou militar ¹⁴⁶.

Como algumas das residências dos funcionários estavam muito mal tratadas, ainda com sanitários fora de casa, em soluções precárias, o Chefe da Casa Militar fez uma cooperativa com todos os residentes do palácio, encontrou um terreno camarário na encosta da Ajuda cedido com o auxílio do presidente da Câmara, o Eng. Cruz Abecassis, e desenvolveu um projecto completo, com o apoio da DGEMN, para o qual encontrou também financiamento. Infelizmente um Assessor começou a levantar suspeitas, argumentando conseguir valores mais baratos, e o General entregou-lhe o processo completo. Nada mais aconteceu e o processo perdeu-se (Idem: 4).

Mas outras obras para os funcionários foram bem sucedidas.

Ao lado do espaço que fora dormitório dos paraquedistas e que depois funcionou como refeitório para os militares (no actual edifício da GNR), ficava no topo Poente uma área de estar com umas mesas de jogo para o pessoal. Desta vocação transforma-se numa cantina para a Cooperativa da Casa de Pessoal da Presidência da República, com a saída dos paraquedistas de Belém. *«A sala tinha um bar, uma mercearia com produtos da manutenção militar e no fundo mantinha a sala de jogos, com televisão. Só depois se transforma em carpintaria.»* ¹⁴⁷ O espaço mantinha um pé-direito elevado, quase duplo, com um piso de residências de “casas de função” por cima.

A reformulação da cafetaria fora uma iniciativa de João Casteleiro. Já existia o espaço amplo com a cafetaria na data da inauguração do Museu Ramalho Eanes, na qual esteve presente o seu amigo Dr. Azeredo Perdigão. Aproveitando a presença do ilustre convidado, Casteleiro solicitou ao casal Azeredo Perdigão o obséquio de descer ao local da cafetaria, explicando-lhes que gostaria muito de ali fazer uma biblioteca para o pessoal. O Dr. Azeredo Perdigão concordou, e enviou a madeira para se fazer o espaço e as estantes, e a seguir mandou os livros. *«E eu pedi*

¹⁴⁶ *«Eu era de Transmissões, e por isso considerava que era fundamental o Presidente ter um Centro de Comunicações com pessoal militar. E com todo o equipamento do melhor que havia. O Presidente, em qualquer ponto do mundo, estava sempre em contacto com Belém. Para estar sempre contactável, para saber sempre de tudo o que se passava pelo mundo.» (G. Santos, Anexo 09: 2).*

¹⁴⁷ Segundo Luís Boto, Idem.

autorização e fui buscar a mesa de ping-pong que estava na Cidadela de Cascais e trouxe-a para aqui. Ficou muito bom. Todos usavam este espaço, incluindo os PSP e os GNR.» (Casteleiro, Anexo 15: 14)

No exterior existem uns pentágonos de pedra cravados nas paredes que estão forradas a azulejo cor sangue-de-boi. Localizados a 1,80m do pavimento, estes pentágonos com 20cm têm sinal de ter tido cravados um espigão ao centro *«Quando havia cavalos, era aqui que eram escovados e lavados. Havia umas argolas de cobre [talvez com 10cm de diâmetro] com dimensão para prender as rédeas.»* (Idem: 15) O mesmo modelo de argolas podem ainda encontrar-se na rampa que sobe ao lado do picadeiro real até ao Pátio das Damas.

Nesta data são também executadas obras na Casa da Guarda, o piso térreo que abria porta para a Rampa de Honra, sob a Residência “A”. O espaço já estava atribuído à *«[...] GNR, mas era uma espelunca.»* (Neves, Anexo 17: 3) As obras eram certamente necessárias, uma vez que o espaço ficava junto ao pavimento da rua, sobre caleiras de esgotos (que ainda existem) e só tinha aberturas para Nascente e Sul, o que impedia a ventilação transversal. Ali funcionava uma caserna com beliches e *«[...] os guardas pediam-nos emprestados os maçaricos para matar os percevejos que cresciam nas suas camas. Fazia aflição.»* (Casteleiro, Anexo 15: 14)

Apesar do Decreto de 26 de Junho de 1912 legislar sobre a possibilidade de abertura do palácio ao público, na verdade não havia notícia desta prática, e seguramente não existira durante o Estado Novo. *«Foi uma medida do meu tempo a abertura do palácio ao público. No terceiro domingo de cada mês, dia em que revezavam a guarda da GNR, ao Palácio de Belém, era possível visitar o palácio.»* (R. Eanes, Anexo 08: 5) O Mordomo João Casteleiro recorda que antes do 25 de Abril o palácio estava vedado e quase nunca se recebiam visitas de público. Apenas visitas escolares, muito raramente, e tudo devidamente marcado com antecedência. E por isso os primeiros tempos foram complicados. *«Não tínhamos prática e era necessário estar com muita atenção nos dias das visitas. As senhoras com os saltos altos, os carrinhos de bebés a rolar em cima dos tapetes e a bater na mobília, pessoas que entravam a fumar, era tudo um problema. E foi necessário criar regras depressa, principalmente para os cigarros, por causa do risco de incêndio.»* (Casteleiro, Anexo 15: 3)

Em 1980 é decidido expor publicamente o conjunto de ofertas de Estado que o Presidente Ramalho Eanes recebera, numa estratégia de respeito pela reunião em sede pública dos valores oferecidos ao Chefe de Estado em funções.

Nas palavras do Chefe da Casa Militar, *«não existia uma única peça que tivesse sido oferecida aos anteriores Presidentes [quando o Presidente Eanes iniciou o seu primeiro mandato]. Para o General Eanes, todas as peças que lhe ofereciam eram do país, e*

por isso as deixou em Belém. Em dez anos de dois mandatos, as quantidades de presentes tornaram-se astronómicas.» (G. Santos, Anexo 10: 3) ¹⁴⁸. A Dr.ª Manuela Eanes esclarece que esta posição do Ex-Presidente Eanes resulta do facto do General entender, nas palavras do próprio, que «quando um Presidente oferece uma prenda de Estado a uma entidade de outro país, não é ele que a compra. Logo, quando recebe uma prenda de Estado, ela também não lhe pertence.» (M.Eanes, Anexo 09:6). Com a acumulação, tornou-se necessário criar um espaço para expor as peças reunidas. A opção recaiu sobre o salão ao lado da Sala das Bicas (actual sala de jantar do Palácio), bem localizada na estrutura do palácio e que não era muito utilizada. A organização do espaço e o desenho das vitrinas ficaram a cargo do Arq. José Sommer Ribeiro, à data Director do Serviço de Exposições e Museografia da Fundação Gulbenkian. Foram executadas umas vitrinas com estrutura de bronze sobre caixas de madeira nas paredes periféricas e no centro da sala ¹⁴⁹, com uma passadeira em alcatifa castanha a desenhar um rectângulo à volta da sala. As paredes eram lisas, em cor clara igual ao tecto abobadado.

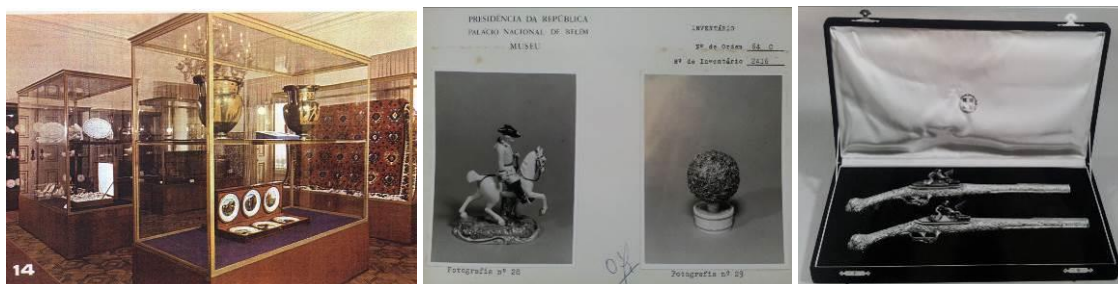


Fig.57. Primeiro espaço do Museu. Fig.58 e 59. Fichas individuais de inventário, com fotografia a descrição

«A sala estava com muita dignidade e havia mesmo visitas organizadas de escolas, em dias marcados.» (Idem: Ibid) (Ver Fig. 57).

Das peças recolhidas era feito uma ficha de inventário associada a fotografia por Oliveira e Silva (Fig. 58 e 59), de modo a arrolar o espólio acumulado, numa atitude muito consciente de sistematização do acervo que se reunia «para memória futura»¹⁵⁰.

¹⁴⁸ A este propósito, o General Garcia dos Santos recordou o momento em que a Rainha de Inglaterra Isabel II, sabendo do gosto do Presidente Eanes pela caça e pelas armas, lhe ofereceu uma espingarda cravejada de pedras preciosas. O Presidente entregou-a para juntar à colecção das oferendas do museu. «A Rainha de Inglaterra, quando soube do gesto, mandou outra espingarda igual com uma carta a oferecer-lhe a ele, pessoalmente, e a pedir que fizesse o favor de ficar com ela, o que evidentemente o Presidente Eanes fez.» (G. Santos, Anexo 09: 3).

¹⁴⁹ Possivelmente já existiram e foram reutilizadas ou adaptadas. «As vitrinas vieram da Gulbenkian, através da amizade do Presidente com o Dr. Azeredo Perdigão.» (Casteleiro, Anexo 14: 11).

¹⁵⁰ Francisco Oliveira Silva, em conversa a propósito deste trabalho, Novembro de 2013. «Como fazia todas as viagens com o Presidente Eanes, guardava as peças e trazia-as para Belém, onde as fotografava com a minha máquina fotográfica, catalogava e descrevia sumariamente. Até porque o General Eanes exigia que as peças estivessem inventariadas.» Idem

Com a acumulação ao longo do primeiro mandato, a sala do museu (Fig.57) começava a mostrar-se exígua para acomodar a colecção crescente, mesmo que as peças a expor resultassem desde logo que uma selecção. Por outro lado, permanecia por resolver um problema relativamente à exposição dos quadros dos Presidentes, que estavam afixados nas paredes da Sala Império, também conhecida por Sala dos Presidentes ou Sala dos Retratos. Quando os quadros dos três últimos Presidentes foram ultimados, não havia lugar para eles. O quadro do ex-Presidente Costa Gomes ficou pousado no pavimento da Capela, por não existir espaço para o colocar na parede. Estava nesse sítio há anos e nunca tinha sido desembulhado (Neves, Anexo 17: 4) ¹⁵¹. Tornava-se urgente encontrar uma solução com dimensão para todos e com espaço para garantir a continuidade.

No final do primeiro mandato do Presidente Eanes, a DGEMN faz a obra de correcção de geometria do corredor do piso dos salões com cobertura de estrutura em betão armado. Sobre a laje de cobertura deste corredor abria-se o espaço do futuro museu no primeiro andar, que correspondia à planta do corredor no piso inferior. O novo museu não tinha janelas para o exterior e ocupava uma área de antigos espaços de serviços do palácio, à data semidevolutos. *«Tudo isto foi feito com o Presidente Eanes a morar em Belém.»* (Neves, Anexo 17: 4) ¹⁵².

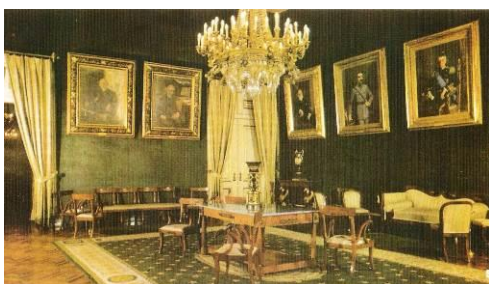


Fig.60.Sala Império com os retratos

Fig.61. Galeria dos retratos inicial

A enfermaria que se encontrava neste primeiro andar foi deslocada para uma salinha interior num corredor de ligação ao nível do piso térreo entre o Palácio e o Anexo do séc. XIX. O espaço do primeiro andar era tudo salinhas e foi todo esventrado para criar um só espaço, com tamanho e geometria igual ao corredor que ficava por baixo.

Na nova galeria (Fig.61) é assente uma régua junto ao tecto para suspensão dos quadros, para se poder sempre afinar a distância entre eles e poder sempre caber outro. Com a conclusão dos trabalhos da obra, os quadros dos presidentes são

¹⁵¹ «Na verdade achava-se que o quadro estava mal e que seria melhor fazer outro, mas que nunca se fez e acabou por ficar aquele.» (Neves, Anexo 16: 4).

¹⁵² «Um dia o Presidente passou pelo interior da obra do corredor, ou durante o fim-de-semana, ou num final de tarde, ou mesmo para passar do gabinete de trabalho para a residência sem ter que passar pelos salões, e bateu com a cabeça num andaime e fez uma ferida.» (Neves, Anexo 16: 4).

transportados para o novo corredor baptizado de "Galeria dos Retratos" e aqui permanecem até 2004, final do mandato do Presidente Jorge Sampaio, com telas até ao Presidente Mário Soares.

As vitrinas expositivas que estavam colocadas na Sala de Jantar sobem para o novo espaço do Museu no primeiro andar, sendo pintadas a esmalte creme, na cor das carpintarias da sala (Fig.61), para se integrarem no ambiente definido para o novo espaço de museu.



Fig.62 e 63. Inauguração do novo espaço do Museu, Janeiro de 1986. Fig.64. Corredor dos retratos em 1996

Mais uma vez é o Arq. Sommer Ribeiro, desde 1981 Director do Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, o autor da organização do novo espaço. Uma pequena placa de vidro acrílico transparente evocativa da iniciativa na parede assinalava a então parceria da Fundação Calouste Gulbenkian (Fig.63).

O mordomo João Casteleiro era o fiel depositário da chave do espaço do Museu e das peças expostas. Havia quem considerasse que as peças oferecidas deveriam ser distribuídas pelos gabinetes, para os decorar, em vez de estarem todos reunidos num mesmo espaço. Mas as ordens eram claras e o acervo era para se manter unido. *«Também havia quem apoiasse o Presidente, mas a maior parte diziam "É mal empregue isto aqui", mas quando me pediam alguma coisa, mandava-os falar com o Presidente, e ficava assim.»* (Casteleiro, Anexo 15: 10)

Por ocasião desta intervenção remodelam-se também a Sala onde estavam previamente as vitrinas, para se transformar em Sala de Jantar, cuja falta já era sentida pelo Presidente Eanes, uma vez que a Sala de Jantar da Arrábida era manifestamente pequena para recepções (R. Eanes, Anexo 08: 4), mesmo as mais pequenas ¹⁵³.

Neste período operam-se várias remodelações de infra-estruturas e das áreas de serviço, muitos anos sem actualização. Remodela-se a cozinha do palácio e as duas

¹⁵³ Segundo João Casteleiro, o mordomo da altura, não havia condições para banquetes. *«Para fazer uma mesa para um jantar para as grandes figuras, ou para convidados estrangeiros, não tínhamos sequer pratos. Tínhamos 12 marcadores, mas mais nada. Em cerimónias de Estado ou outras eu ia ao Palácio da Ajuda. Saía daqui com uma nota escrita do Secretário-geral e ia lá acima buscar o que era necessário. Fazíamos as mesas com o que não era nosso.»* (Anexo 15: 9).

caldeiras contíguas, com mobiliário de inox adequado às exigências de segurança e higiene da altura, bem como a rede de gás, águas e esgotos da residência. *«Foram montadas torres de andaime pelo exterior para poder ir fazendo a obra faseadamente, toda com acesso por fora. Foi intervencionada uma instalação sanitária de cada vez para permitir ao Presidente e sua família utilizar as restantes. Toda a residência foi melhorada na altura: pintada, caixilhos trocados por novos, em madeira. Não houve alterações nas divisões.»* (Neves, Anexo 17: 5) O espaço manteve-se genericamente o mesmo que o Arq. Luís Benavente desenhou para o General Craveiro Lopes, depois com os sanitários e as redes de infra-estruturas renovadas.

A linha da rede de adução de água que sobe a Rampa de Honra pelo lado direito da subida, ao lado dos actuais degraus de pedra, foi projectada em anel de modo a garantir redundância no abastecimento da água e permitir fechar a alimentação por um lado para reparar alguma avaria, deixando a alimentação das áreas restantes vinda pelo lado oposto. Na realidade, este anel não foi concluído terminando entre as costas dos Viveiros de Pássaros de um lado, e junto à fachada Norte do Anexo de séc. XIX, do outro lado.

O piano do Rei D. Manuel II, que havia permanecido na sala principal do primeiro piso do Anexo de séc. XIX foi deslocado para o vestíbulo junto à Sala das Bicas e galeria onde se encontra a imprensa. Aí aguardou até ser levado para o *atelier* do Rei D. Carlos, onde se encontra ainda hoje.

No actual gabinete dos ajudantes de campo, no volume saliente na fachada Norte do piso térreo do Anexo de séc. XIX, funcionava um minibar para o pessoal, tirando partido das infra-estruturas de copa que existiam do antigamente. Este minibar era uma espécie de concessão à casa de pessoal da Presidência.

O gabinete do Secretário-geral e a Chancelaria das Ordens funcionava nessa altura no piso zero do Anexo do séc. XIX. *«Nos gabinetes virados para o Pátio das Damas [onde se localiza a Adjunta, secretária e Cônjuge respectivamente] sentava-se o Oliveira e Silva, a Dona Rute e o Dr. Luís Pereira Coutinho.»* (Neves, Anexo 17: 5).

No segundo mandato, a vida do Presidente terá sido mais calma, estando a situação política do país a caminhar para a estabilidade. O Director-Geral da DGEMN havia mudado em 1977 para o Eng. João Castro Freire, que se manteria até 1989, mas sem alterações na condução da casa nem na relação com Belém. E se entre 1976 e 1980 a duração média de cada governo era de nove meses, de 1980 a 1986 subiu para quinze meses (Saraiva, 1991: 135). Em 1982 é alterada a Constituição, reduzindo poderes ao Presidente. Dois anos depois, pela Lei n.º 31/84 de 6 de Setembro é estabelecida a constituição do Conselho de Estado, definido como *«[...]órgão político de consulta do Presidente da República»*, por ele presidido, e cujas reuniões devem,

de acordo com o Art.º 6º, ter «[...] lugar em instalações da Presidência da República ou no local que for designado pelo Presidente da República.»

Para responder a este novo requisito, a sala do Conselho de Estado é definida no antigo quarto do Rei D. Carlos, e que servira de gabinete do Chefe da Casa Militar, adjuntos e oficiais às ordens dos presidentes Craveiro Lopes e Américo Thomaz. O Arq. Quirino da Fonseca manda colocar os frisos na sala para lhe conferir uma imagem mais estatal. Nos espaços adjacentes Poente funcionava a barbearia do Palácio de Belém que foi remetida para uma sala interior sob o Gabinete do Presidente, actual sala da Segurança Pessoal. «Os átrios e as casas de banho da Sala do Conselho de Estado foram desenhados pelo Arq. Nuno Beirão [...] sendo todo o espaço remodelado, ligando os espaços entre si. Como a área era apertada, o Arq. Beirão desenhou as paredes dos sanitários em termolaminado, para serem ultrafinas, mas os azulejos descolavam.» (Neves, Anexo 17: 3).

Na mesma data é criado o gabinete para o Sub-Registo da NATO no corredor que ligava ao interior do Anexo, onde se localizava o posto médico depois de ter saído da área reformulada para o museu Ramalho Eanes.

Por ocasião do incêndio na Galeria de Arte Moderna de Belém, em que foram salvos os quadros que estavam emprestados no Palácio de Belém decide-se pela segurança, e analisam-se os acessos de combate ao fogo. No Pátio dos Bichos havia um muro que o separava do Jardim dos Buxos com um portão central, como existe ainda para o Pátio das Damas, portão que tinha uma porta de homem onde era preciso levantar a perna para passar, de madeira opaco, e que foi desmantelado. (Neves, Anexo 16: 3) A estátua do Santo António que estava em cima das Jaulas, ao lado da guarita da GNR foi nesta altura deslocada para um plinto no cimo da Rampa de Honra, na charneira para o Jardim dos Buxos. Sobre as Jaulas, do «[...] outro lado estava a estátua da Santa Teresa d'Ávila [agora na entrada do auditório no CDI].» (Casteleiro, Anexo 14: 13).

O espaço do actual Jardim das Tileiras era um local de serviço, fechado por um muro com um portão ¹⁵⁴ para o Pátio dos Bichos, e onde se escondiam área com galinheiros, garagens, arrecadações diversas do pessoal da casa. «Era inarrável! Era em terra batida com barracas em chapa de zinco! E quando se tentou tirar aquilo dali recebemos imensa resistência por parte dos funcionários que ali tinham quintais e criação.» (Canas, Anexo 19: 3). Das cerimónias no Pátio dos Bichos não se via nada para dentro do muro com o portão fechado.

¹⁵⁴ Que foi depois deslocado para o centro do mesmo muro, a fechar a entrada para as residências, lavandaria e carpintaria.



Fig.65.

Escada de pedra Junto aos Viveiros, com portão de ferro. Na fotografia é possível perceber que os últimos degraus que hoje existem, antes não existiam, porque a cota do pavimento estava junto à cota do patim de pedra onde se implanta o portão de ferro.

O espaço era contudo rodeado de ciprestes, que se perfilavam ao longo do muro que dividia para o Jardim Colonial. «O General Ramalho Eanes já tinha iniciado as obras para tirar as barracas que havia aqui, mas foi já no tempo do Presidente Soares que se fez este jardim.» (Casteleiro, Anexo 14: 13).

Junto ao ponto mais a Norte deste muro existia uma estufa para as flores da Presidência. No muro para o Jardim Colonial, que era baixo e opaco, existia uma porta por onde o Presidente Eanes saía e fazia jogging todos os dias à tarde, depois do jardim fechar. «Eu corria no Jardim do Ultramar, até porque é muito bonito, e utilizava-o ao fim-de-semana, quando estava encerrado, com a família. O jardim é um lugar onde a interacção entre um pai e os filhos pequenos é mais fácil. Os miúdos estavam na idade dos triciclos e carrinhos. Em Belém havia pouco espaço.» (R. Eanes, Anexo 07: 6) ¹⁵⁵.

As telefonistas do Palácio de Belém estavam instaladas num espaço que existe sobre a porta central do Pátio das Equipagens, que conduz à Travessa dos Ferreiros, ao lado da antiga "Casa da D. Maria", uma inquilina que morava no final do corredor, no espaço ocupado hoje pela camarata masculina da Esquadra da PSP. Quando o Centro de Comunicações ocupou o espaço da cave do Anexo do séc. XIX deixado livre pela deslocação do Centro de Documentação e Informação para o novo

¹⁵⁵ Segundo João Casteleiro, «Um dia [o Presidente Eanes] cruzou-se com um casal que passeava, e a senhora estava muito aflita para ir à casa de banho e abordou o General: "desculpe, o senhor sabe onde posso encontrar uma casa de banho?" O General Eanes, sem estranhar a pergunta, chamou o segurança e pediu-lhe que abrisse o portão de ligação ao palácio e levasse a senhora aos sanitários do Palácio de Belém. É claro que a senhora quando voltou, já tinha percebido ou perguntado a quem tinha feito semelhante pergunta e desfez-se em desculpas, explicando que nunca imaginou ver o Presidente ali em fato de treino.» (Anexo 15: 8). «Quando queria, deixava os seguranças a guardar o portão e saía pela porta Norte do Jardim Tropical para a Calçada do Galvão, onde tinha estacionado um Renault 19. Um dia passou por mim na segunda circular, e ia sozinho no seu carro.» (Neves, Anexo 17: 3).

edifício terminado em 2003, vagou o edifício da antiga lavandaria, que foi finalmente ocupado pelas telefonistas, onde hoje se encontram.

Com os Monumentos Nacionais foi igualmente desenvolvido um projecto, até à fase de execução, para transformação da actual Garagem Velha num grande edifício de gabinetes para ampliação da Casa Civil, que funcionava então no edifício contíguo, actual Secretaria-geral. O espaço existente era subdividido em vários pisos criando gabinetes para assessores. Contudo a obra nunca chegou a avançar, com a chegada do final do segundo mandato deixou de fazer sentido iniciar uma obra de tal envergadura.

Com a eleição do Presidente Mário Soares em 1986, o primeiro Presidente civil após sessenta anos de militares (Saraiva, 1991: 137) o seu novo Chefe da Casa Civil mandou trocar a Casa Civil com a Secretaria-Geral (SGPR), deixando no Anexo do séc. XIX apenas o Secretário-geral e a Chancelaria das Ordens. A Casa Civil e Militar passam a instalar-se no Anexo, edifício de maior aparato para o desenvolvimento das suas funções de representação. O Gabinete principal, antes ocupado pelo Chefe da Casa Militar, é agora ocupado pelo Chefe da Casa Civil. O Gabinete do Presidente mantém-se no mesmo que General Eanes escolhera, tal como as secretárias e a Sala do Conselho de Estado. Os salões de aparato não sofrem alterações. *«Mas recordo-me que em todos os retratos oficiais, os Presidentes apareciam sentados na Cadeira dos Leões. E não se sabia onde estava a cadeira [...] e eu coloquei-a no meu gabinete[...].»* (Soares, Anexo 05: 2). Na verdade a cadeira estava há uma década no Atelier do Rei D. Carlos, e João Casteleiro, antes de trazê-la para o gabinete contou ao Presidente que havia sido seu antecessor por se ter sentado na cadeira dos Leões, ao que o Presidente retorquiu *“Muito bem, muito bem, mas agora vá buscar a cadeira e coloque-a no meu gabinete.»* (Casteleiro, Anexo 15: 6).

O novo Presidente tinha como regra utilizar os palácios públicos apenas para o desenvolvimento das funções de trabalho. Por isso, *«[...]nunca usei Belém para viver, e quando fui Primeiro-ministro, também não usei São Bento.»* (Soares, Anexo 06: 1) ¹⁵⁶. Porém, recordava-se de ter ido muitas vezes ao Palácio de Belém, antes de ser Chefe de Estado, e principalmente durante a ditadura, para entregar abaixo-assinados contra a ditadura. *«Depois da Democracia, todos iam para lá. Era no Palácio de Belém que tudo acontecia, no tempo do Spínola e do Costa Gomes.»* (Idem: Ibid). Por isso, das muitas visitas tinha uma *«ideia muito sólida do que era o Palácio de Belém, quando entrei como Presidente. Não conhecia os quartos da residência nem o piso de cima. Não sabia que havia uma piscina [no Jardim da Arrábida] que aliás nunca*

¹⁵⁶ Na opinião da Ex-primeira-dama Maria Barroso *«Era necessário alguma privacidade.»* (Anexo 07: 3).

utilizei.» (Idem: Ibid) Segundo o Sr. Fernando Loivos, o jardineiro do palácio, estimou-se nesta data aterrar a piscina e plantar rosas. Talvez por se ter executado um grande roseiral no Jardim das Tileiras se tenha deixado cair esta ideia.

A primeira e porventura a mais famosa obra deste mandato foi a exactamente a intervenção no *Jardim das Tileiras*. Apesar de iniciada a “limpeza” no mandato do Presidente Eanes, o espaço mantinha-se indigno. *«Aquilo era um espaço incrível, com casas de madeira e chapas nas coberturas, com capoeiras e galinheiros onde os motoristas tinham oficinas e garagens ‘particulares’. O Presidente chegou ao varandim de pedra dos Viveiros e disse que queria que aquilo desaparecesse.»* (Bragança, Anexo 12: 1)

O muro que separava este espaço do Pátio dos Bichos foi demolido e reconstruído em frente às casas de função, cuja “rua” abria sobre o Pátio. Não havia a actual carpintaria que foi construída provisoriamente em 2001, por ocasião das obras do Museu: o espaço da carpintaria anterior iria ser necessário para executar a Sala Ogival do museu, e os gabinetes de trabalho que lhe ficavam por debaixo. O muro que hoje fecha a área das residências do Pátio dos Bichos, com os dois portões verdes a Poente do Pátio, foi desenhado pelo Arq. Quirino da Fonseca (Neves, Anexo 17: 3). O portão e as colunas em pedra que estão no gradeamento das Tileiras para o Jardim Tropical estavam na separação entre o Pátio dos Bichos e a área de serviço das residências e lavandaria, e foi deslocado pedra por pedra. O espaço das Tileiras tinha um muro com um portão que foi deslocado para o local onde estava o portão de grade, permitindo a demolição desse muro para a abertura do jardim das Tileiras. *«A abertura do muro tornava o espaço fluido permitindo a circulação de viaturas ao redor do palácio, pelo interior do jardim. A obra foi feita pela firma do Anselmo Costa, que tinha um canteiro que desmanchou o portão e o voltou a montar. O Jardim com as roseiras e o lago central foi projectado pelo Eng. Agrónomo Sousa Lara, que superintendia nos jardins desde o mandato do Presidente General Ramalho Eanes.»* (Bragança, Anexo 12: 1).

Desde o início que o Presidente Soares considera a hipótese de abrir o Jardim Colonial para o Palácio de Belém, o que acaba por ficar anunciado com a abertura do Portão de grade. Apreciador de jardins e espaços exteriores, cedo descobre os encantos da Varanda Sul do Palácio, onde o Presidente gosta de passear e meditar, com os convidados ou amigos. No quotidiano, o Presidente Soares opta por entrar todos os dias pela Rampa de Honra, saindo do automóvel no Pátio dos Bichos, percorrendo o cerimonial dos salões, tal como o fazem os convidados. Em 1911, *«[...] o Teófilo Braga ia para Belém de eléctrico. Um dia fiz isso, por graça.»* (Soares, Anexo 05: 4).

A acompanhar o sinal dos tempos, publica-se em 2 de Junho o Anexo I da Portaria n.º 416/87, que define o novo quadro de pessoal com 211 funcionários, que considera

31 motoristas e 30 técnicos para o Centro de Documentação. A estes números acrescem as forças da segurança da PSP e GNR.

Por necessidade de agilidade nos procedimentos, pelo Decreto-Lei n.º 47/88 de 12 de Fevereiro atribuíam-se ao Chefe da Casa Civil a coordenação administrativa e financeira dos serviços de apoio ao Presidente da República, «[...]gozando da competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, incluindo a dispensa de concurso e contrato escrito [...]» No mesmo ano, deixava o lugar de Secretário-geral o Dr. Luís Pereira Coutinho ¹⁵⁷, a que sucedia o Dr. José Vicente Bragança, que se manteria no lugar por dezoito anos.

Durante os mandatos do Presidente Soares são operadas diversas intervenções estruturais e principalmente de renovação de infra-estruturas. As coberturas sobre os salões do Palácio foram levantadas, colocadas chapas metálicas e recolocados os telhados com telha nova. Este trabalho incluiu reforços estruturais nas asnas e nas suas entregas, em especial na cobertura da Sala Império, cuja estrutura de pinho estava podre, e onde se optou por demolir e refazer em estrutura metálica e suspender o tecto falso à nova estrutura. A nova estrutura assenta num coroamento metálico em anel que cinta a estrutura do telhado e a faz trabalhar em conjunto, projectada e fiscalizada pelo Eng. Manuel Dias Neves da DGEMN. Na Sala das Bicas a parede virada ao Pátio dos Bichos, que tem os arcos sobre a escadaria, apresentava um desaprumo considerável. «Para a reforçar fiz uns furos verticais em profundidade para chumbar uns varões de aço com betão para unificar a parede, unidos num lintel de coroamento, para assegurar a sua estabilidade de conjunto. O restauro do tecto interior foi depois feito pelo Instituto José de Figueiredo.» (Neves, Anexo 17: 6).

Este trabalho é um exemplo do trabalho conjunto, decorrido entre Janeiro e Março de 1992 desenvolvido pela DGEMN nas áreas estruturais e arquitectónicas, com o IJF nesta data já IPCR (Instituto Português de Conservação e Restauro) no restauro do património integrado¹⁵⁸. Na mesma data, entre Fevereiro de 1992 e Março de 2003 são intervencionados os dez bustos e as bicas em pedra pelo mesmo IPCR¹⁵⁹.

Nesta data é também aberta a porta dupla que está ao centro da Sala do Conselho de Estado e que abre para o vestíbulo. «[...] o pavimento de madeira que existia em frente à sala de Conselho de Estado cresceu a largura de 2 tábuas, fazendo uma

¹⁵⁷ Ao fim de 32 anos à frente da intendência da casa, onde «[...] participou em 308 "Autos de Posse", que abrangeram 1324 Posses individuais, entre governantes, e altos funcionários do Estado.» (Anexo 13: 1).

¹⁵⁸ Do IPCR terão trabalhado neste tecto, Maria Luísa Jesus Santos, Maria Cândida Dâmaso da Silveira, Maria Teresa Noronha varandas, Maria Constança Pinheiro da Fonseca, Maria Joana Barbieri, Maria Dulce Delgado, Teresa D'Orey Homem de Melo, José Manuel Guerreiro, Carlos Alberto Ferreira, Fernando Louro, Filomena Rodrigues, Alberto Borges e por fim Raúl Ferreira Leite, que providenciou esta informação.

¹⁵⁹ Segundo Raúl Leite, trabalharam nas Bicas; Arménio Fontes, Elsa Murta e Alexandrina Barreiro.

“onda” no chão. A madeira foi substituída por pedra lioz.» (Cortesão, Anexo 19: 2). Neste vestíbulo existia um fogão de sala que foi removido sob ordem do então secretário do Conselho de Estado, Dr. Alberto Laplaine Guimarães. Também por sua indicação, foi aberta a porta dupla que não existia, e que passou a permitir a entrada na sala sem passar pelo gabinetes confinante a Norte, nem pela sala das secretárias do Presidente, a Sul da Sala do Conselho de Estado (Idem: Ibid).

No Pátio das Cocheiras, nos dois anos que medeiam desde que o casal Gouveia liberta a “Residência A” até 1988, data em que a Guarda Nacional Republicana ocupa a restante parte do edifício, são executadas obras de reformulação profunda. Os pavimentos e a escada do primeiro piso às águas-furtadas eram de madeira, na construção típica dos gaioleiros do início do séc. XX. A situação espúria de ter GNR em baixo e uma residência de funcionários por cima tinha perigos. *«Um dia uma espingarda “disparou-se” acidentalmente e furou o chão desde o primeiro andar até às águas-furtadas. Por sorte não atingiu ninguém.»*¹⁶⁰

No projecto de reformulação as paredes exteriores são mantidas, mas os interiores são integralmente demolidos e é executada uma nova estrutura de betão armado, com pilares e lajes vigadas. O corpo de escadas é localizado no centro geométrico do edifício e percorre agora desde o piso inferior até às águas-furtadas. Todo o perímetro da casa é ocupado com construção. A marquise que se situava virada para o Pátio das Cocheiras desaparece e é absorvida pela casa. No muro que confina com este pátio, abrem-se duas janelas e a porta é alteada para a cota do piso superior. No exterior é criado um corpo de escadas encostado à fachada, que sobe paralelamente à parede de Nascente para a Rampa de Honra, e pára num patim ainda exterior onde existe a porta de entrada para o piso superior da GNR. A organização interior projecta a secretaria com serviços administrativos no piso inferior e um refeitório e sala de estar para os elementos da GNR no piso superior. No projecto, para as águas furtadas são deslocados o gabinete do comandante do Esquadrão e o seu quarto de serviço. O edifício fica integralmente ocupado pela guarda, ganhando o cognome de “Torreão” da GNR a propósito da sua altura inusitada face à frente seiscentista onde se insere.

O projecto de intervenção, que havia sido iniciado com o Arq. Quirino da Fonseca, passou para a responsabilidade do Arq. Trindade Chagas no mandato do Presidente Soares, com projecto de estabilidade do Eng. Manuel Neves. Como novidade, o projecto previa a execução de uma estrutura em betão armado que subiria a altura do pé-direito interior do último piso, mantendo a linha do beirado, mas subindo a

¹⁶⁰ Segundo Susana Gouveia, actual secretária da Assessoria dos Assuntos Culturais, da Casa Civil, nora do Sr. Gouveia.

cumieira e o telhado cerca de um metro. Quando já estava destelhado o edifício e com a armadura de ferro pronta e painéis de cofragem prontos, o Presidente Soares mandou parar com tudo.

Alguns particulares da vizinhança tinham tentado fazer o mesmo aumento de cêrcea, mas as suas pretensões tinham sido chumbados pelo então Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Quando se tornou evidente que o “torreão” ainda ia subir mais, chegaram cartas a Belém com a reclamação de que a Presidência tinha tratamento diferente. Certo dia, o Presidente -que devia vir munido da informação- chegou a Belém, e sem subir a Rampa de Honra, saiu do carro e mandou parar os trabalhos. Chegando ao gabinete telefonou para o Director-geral da DGEMN (a outra instituição do Património, que prestava apoio à presidência) e disse-lhe que não queria aquele aumento. Apesar do Presidente Soares conhecer o projecto, o problema era que o IPPC tinha outra posição e estava a indeferir pedidos semelhantes. «O Presidente chegou a dizer: “Não podemos fazer uma coisa que está a ser reprovada aos particulares.”» (Neves, Anexo 17: 6). A estrutura das águas inclinadas do telhado foi terminada em placa de betão, porque já estava começada, mas com o mesmo perfil próximo ao que existia, mantendo a volumetria do edifício. A água do telhado virada a Norte, confinante com o Pátio das Cocheiras, cresceu na direcção deste pátio, alargando o espaço do sótão.

Em simultâneo foram encetadas obras nas antigas cavalarias para melhor alojar os elementos do Esquadrão. «*Nas obras [das camaratas da GNR] descobriram-se as valas e caneiros de esgoto das antigas cavalariças, e o espaço ainda tinha o duplo pé direito. O Trindade Chagas dividiu o espaço com uma placa para fazer dois pisos. A GNR precisava de camaratas para os elementos que pernoitam diariamente, e para os homens que entravam e saíam de serviço durante a noite e precisavam de descansar de dia.*» (Neves, Anexo 17: 5) ¹⁶¹.

Com a reforma do Arq. Pedro Quirino da Fonseca, regressa o Arq. José Fernando Canas da DGEMN, que nesta data toma posse como Director de Serviços, e termina a obra do Pátio das Equipagens, onde implantou quatro laranjeiras de laranja amarga. Por esta razão o Pátio ganha o cognome de Pátio das Laranjeiras, a par com o nome Pátio das Equipagens, ou ainda mais raramente Pátio das Cocheiras, e assim fica durante uma década.

Em 1989 também o Eng. Castro Freire, Director-geral da DGEMN se reforma e é sucedido pelo Eng. Vasco Martins Costa que se manteria nesta função até 2007, data da extinção da instituição. As equipas em Belém prosseguem o seu trabalho.

¹⁶¹ O Arq. Trindade Chagas ficou incomodado com o desfecho do processo do “Torreão” e depois de terminar este trabalho, não voltou a projectar para Belém, chegando mesmo a solicitar a transferência para o Património de Estado.

No mesmo ano, o Arq. Francisco Pimenta da Gama entrou para o quadro da Presidência, onde se dedica à organização das cerimónias. Todavia, faz ainda o projecto do novo bar do pessoal no portão Poente das antigas garagens (actual Núcleo de Informática), e que funcionava já como arrumos gerais. A supressão das copas no Anexo do Séc. XIX é executada nesta data, transformando as copas em mais gabinetes de trabalho, respondendo à demanda crescente por gabinetes.

No primeiro dia do segundo mandato do Presidente Soares houve mudanças. «O Dr. Alfredo Barroso mandou trocar a Casa Civil com a secretaria-geral a 9 de Março de 1991. Só ficou o meu gabinete e Chancelaria foi acomodada nos gabinetes contíguos ao gabinete do secretário-geral.» (Bragança, Anexo 13: 3). A Secretaria-geral funcionava no segundo piso do Anexo de séc. XIX, e o Centro de Comunicações ocupava a cave aberta pelo General Garcia dos Santos e três salas do último piso.

A lavandaria (actuais telefonistas) passara para o pátio das residências logo que o tio da mulher do Mordomo João Casteleiro se reformou vagando a casa de função onde habitava. A DGEMN fez a obra que transformou a casa em lavandaria. O edifício junto ao Pátio das Damas ficou devoluto durante uns tempos até que os técnicos da DGEMN fizeram uma obra para acomodar ali o Centro de Comunicações para libertar os gabinetes do último piso.

Ainda em 1991, e após a insistência do comando da GNR, fazem-se novas obras de reformulação do edifício confrontado à Praça Afonso de Albuquerque para dotar a sala de convívio e refeitório com balcões em aço inox no piso superior, supostamente para servir os praças nos seus almoços diários, o que raramente se terá verificado. (Bragança, Anexo 13: 2).

Para assegurar as condições de trabalho dos gabinetes no Anexo do séc. XIX, foi preciso instalar ar-condicionado nas salas. As copas que existiam em cada piso foram transformadas em gabinetes. Nas extremidades do edifício existiam quatro sanitários por piso com áreas generosas e que não faziam falta para os serviços. Em cada piso, os dois sanitários confinantes com o Pátio das Damas, no alçado Sul, foram também transformadas em gabinetes, para acomodar um corpo administrativo crescente.

«Para a execução dos trabalhos eu falava directamente com o Eng. Vasco Costa, e procurava programar com ele os trabalhos a efectuar. O PIDDAC [o orçamento de investimento] era da DGEMN e tinham que ser eles a cabimentar as nossas necessidades ¹⁶². É claro, no meio de outras necessidades dos outros trabalhos que

¹⁶² «Quando ficou secretário-geral, o Dr. Bragança queria que o PIDDAC destinado a Belém, que era inscrito no PIDDAC da DGEMN, fosse transferido para a secretaria-geral gerir. O Director Geral não aceitava isso.» (Neves, Anexo 17: 7)

tinham em mãos. Depois os técnicos desenvolviam os projectos e lançavam e acompanhavam as obras. No início era Director de Serviços o arquitecto Fernando Canas, e a equipa a arquitecta Cortesão, o engenheiro Manuel Neves e o [engenheiro electrotécnico] Passos de Almeida.» (Bragança, Anexo 13: 2).

O primeiro projecto da Arq. Luísa Cortesão da DGEMN foi, em 1995, o canto a Norte da já Secretaria-geral, «[...]destinado ao Centro de Documentação e Informação (CDI) [...]. A ideia era ampliar a Secretaria-geral e depois continuar os mezaninos para o CDI.» (Cortesão, Anexo 18: 1). A falta de espaço para acomodar as assessorias crescentes obrigavam a encontrar locais para a instalação de gabinetes. O antigo museu Ramalho Eanes, localizado sobre a galeria dos retratos foi em seguida compartimentado com paredes em placas de gesso cartonado, desenhado dois pequenos gabinetes para o efeito. Seguiu-se a obra para a Chefia do Serviço de Segurança que «[...]foi uma solução simples e ligeira, um retoque nos acabamentos e iluminação.» (Idem: 2).

O quadro do Centro de Documentação e Informação cresce para 32 técnicos pela Portaria n.º 556/93 de 31 de Maio. Mas continua a não existir Gabinete de Cônjuge. A Dr.ª Maria Barroso tinha gabinete na Residência da Arrábida, nas três salinhas que confinam com o Jardim dos Viveiros de Pássaros, onde trabalhavam também três secretárias que lhe davam apoio, identificadas como Consultoras da Casa Civil. «Eu trabalhava lá, na parte privada do Palácio [residência da Arrábida]. Não havia gabinete. Não tinha direito a ter gabinete.[...] Havia uma grande separação entre os serviços do Presidente e os da Primeira-dama. As ajudas às funções da Primeira-dama eram quase privadas. Mas a Primeira-dama recebia muita correspondência de todo o país e precisava de ser coadjuvada. As cartas não podiam ficar simplesmente sem resposta.» (Barroso, Anexo 06: 1).



Fig.66. Gabinete da Primeira-dama Maria Barroso, o mesmo da sua antecessora.



Fig.67. Atelier do Rei D. Carlos remodelado

Os monta-pratos na copa da residência são motorizados e moderniza-se o espaço da cozinha do palácio, que tinha mobiliário de madeira e portinhas de rede. Foi adquirido novo equipamento de inox, mais adequado à função.

No segundo mandato, as obras dirigem-se mais para a decoração dos espaços de representação ¹⁶³, alterando-se o primado da reparação e manutenção. Encetam-se novas decorações nos salões, inicialmente com a decoradora Dadinha Ribeiro da Cunha ¹⁶⁴. Em simultâneo remodela-se o *atelier* do Rei D. Carlos. A DGEMN fez a obra das redes técnicas, com reparação e tratamento das madeiras e ferragens, mas o projecto de decoração foi feito pelo arquitecto de interiores João de Almeida ¹⁶⁵.

Em 1994, a Secretaria de Estado da Cultura adquire o prédio militar onde estavam instaladas as Oficinas Gerais de Engenharia, e que haviam sido as antigas Cavalariças Reais de Belém, para aí instalar um futuro Museu dos Coches e a escola Portuguesa de Arte Equestre, cujo desejo de utilizar o Picadeiro Real se tornava conhecido nos meios hípicos e nos jornais. Silvana Bessone, a nova directora do Museu dos Coches desde 1990, organizava em 1995 uma exposição dos 90 anos da fundação do Museu, com um ciclo de recitais de Concertos, espectáculos ao Ar Livre de Arte Equestre e Jogos Equestres do séc. XVIII e uma exposição intitulada “*De Picadeiro a Museu, de Museu a Picadeiro*” de 23 de Maio a 31 de Dezembro de 1995, objecto de um catálogo.

Simonetta Luz Afonso, então directora do Instituto Português de Museus terminava a sua apresentação no catálogo da exposição com a afirmação de que ao chegar aos 90 anos, o Museu dos Coches chegara a «[...] *uma fase de renovação de objectivos, a que a futura reinstalação em espaços expressamente concebidos, conferirá a dinâmica necessária a um museu do nosso tempo. Simultaneamente, o regresso da Escola Portuguesa de Arte Equestre ao Picadeiro Régio consagrará a perenidade das tradições áulicas e lúdicas de arte picaresca, com a projecção que justamente merece uma das mais genuínas criações nacionais.*» (L. Afonso in Bessone, 1995: 5).

«O Dr. Mário Soares guardava as prendas nas salas que ficam para lá do espaço do museu do General Eanes [actuais salas dos fotógrafos]. Quando terminou o segundo mandato levou todas as prendas para o museu em Cortes, perto de Leiria, que era a

¹⁶³ «O dinheiro gastava-se em decoração, cortinados e não no que era importante. Tecidos em paredes, sofás e apliques, tudo à margem dos procedimentos. E o dinheiro que se gastava nisso era para fazer obras de conservação, de conservação!» (Neves, Anexo 17: 7).

¹⁶⁴ «[...] que fez uma proposta de uns cortinados para a Sala dos Embaixadores ou para a Sala Império. Mas ninguém gostou e acabou logo ali a sua colaboração.» (Canas, Anexo 20: 2).

¹⁶⁵ «O João de Almeida é um grande amigo e um grande arquitecto. Foi ele que fez a decoração do Mosteiro dos Jerónimos quando Portugal assinou o Tratado de adesão à Comunidade Económica Europeia.» (Soares, Anexo 06:4).

terra do seu pai. Para homenagear o pai deixou as prendas no museu da cidade.» (Casteleiro, Anexo 14: 11).

Fruto dos esforços desenvolvidos ¹⁶⁶, a Presidência da República ganha autonomia administrativa, financeira e patrimonial no final do mandato do Presidente Mário Soares através do Decreto-Lei n.º 7/96 de 29 de Fevereiro.

3.13. Autonomia administrativa, financeira e patrimonial

Logo após a tomada de posse do Presidente Jorge Sampaio publica-se o Decreto-Lei n.º 28-A/96 de 4 de Abril, que regulamenta o modelo de gestão da Presidência da República e lhe permite gerir o orçamento em função das necessidades conhecidas e detectadas pela instituição, deixando assim de depender do PIDDAC da DGEMN para o capítulo dos investimentos em obras e conservação. O novo diploma definia a constituição da Casa Civil ¹⁶⁷, da Casa Militar ¹⁶⁸, do novo Gabinete de apoio directo ao Presidente ¹⁶⁹, do Serviço de Segurança ¹⁷⁰, do Centro de Comunicações ¹⁷¹, do Serviço de Apoio Médico ¹⁷², e o novo Gabinete de Apoio ao Cônjuge ¹⁷³, *«a fim de prestar apoio ao cônjuge do Presidente da República no exercício das actividades oficiais que normalmente desenvolve[...]»*. Oficializava-se o que de facto já acontecia. O novo Presidente decide separar a área de trabalho das audiências. O gabinete de passagem entre as secretárias e o gabinete dos seus antecessores é transformado em gabinete de trabalho privado do Presidente, ficando o primeiro como Gabinete de Audiência. Uma vez que o mobiliário original do gabinete presidencial ficava no

¹⁶⁶ As divergências eram entendidas em todas as perspectivas. *«A DGEMN controlava as verbas inscritas no PIDDAC para as obras na Presidência, tal como o fazia para outras entidades. O que acontecia todos os anos é que os valores inscritos nunca eram respeitados, e havia sempre cortes e o dinheiro era todos os anos escasso. E na Presidência nem sempre entendiam que os valores não podiam ser todos gastos em Belém. Na verdade, eles tinham outros meios para conseguir disponibilidade orçamental, que nós não tínhamos. Mas o PIDDAC era da DGEMN e tínhamos de gerir o pouco disponível com justiça e crivo técnico, em função das necessidades de cada entidade.»* (V. Costa, Anexo 14: 2).

¹⁶⁷ Com um Chefe da Casa Civil, 12 assessores, 4 adjuntos e 15 secretários a que se podiam somar o número de consultores considerado necessário, mais um núcleo de apoio administrativo.

¹⁶⁸ Com um Chefe da Casa Militar, 3 assessores, e ajudantes de campo, todos oficiais das Forças Armadas, mais um pequeno núcleo de apoio administrativo.

¹⁶⁹ Com um Chefe de Gabinete, 2 adjuntos e 4 secretários pessoais.

¹⁷⁰ Com um Chefe do Serviço de Segurança e um adjunto.

¹⁷¹ Com técnicos, civis ou militares, entre os quais será designado um chefe.

¹⁷² Com 2 médicos e 3 enfermeiros.

¹⁷³ Com 2 adjuntos e um secretário do quadro da Casa Civil.

gabinete protocolar, o Presidente Sampaio pede ao Prof. Daciano Costa para lhe desenhar o mobiliário exclusivo do gabinete de trabalho, que o Presidente decide deixar como oferta pessoal ao seu sucessor ¹⁷⁴.

Nas primeiras reuniões com o Primeiro-ministro Durão Barroso, o Presidente Sampaio reunia nos sofás do gabinete de audiências, mas ambos sentiam que precisavam de uma mesa para trabalhar. «*Há falta de mesas de reuniões.*» (Sampaio, Anexo 03: 3) Por isso passaram a reunir na sala do Conselho de Estado, apesar da incomodidade das cadeiras ¹⁷⁵.

A Primeira-dama Maria José Ritta entrou em Belém sem conhecer o palácio, mas foi «[...] *presenteada com a inovação de ter um gabinete próprio.*» (Ritta, Anexo 05: 1) ¹⁷⁶.

Da consagração das funções da Primeira-dama formalizava-se a instalação do Gabinete de Cônjuge no Anexo do séc. XIX, nas salas onde se encontrava o Secretário-geral, entretanto deslocado para o edifício da Secretaria-geral para o gabinete actual. A Primeira-dama era instalada numa área de serviços, administrativa, junto com os assessores do Presidente. «*É um local menos “ostracizante” que o gabinete na Arrábida. Passou a estar inserido numa área de trabalho, mais adequada à função. Tal foi graças ao meu marido, que me conhece bem e sabe que precisaria de uma área de trabalho correspondente. O novo local é de facto mais prático e tem mais sentido. Penso que a Presidência ganhou com essa alteração.*» (Idem: 2).

Apesar de considerar a Residência da Arrábida acolhedora, o Presidente Sampaio nunca habita em Belém. «*A residência [da Arrábida] parece-me difícil para uma família. É claro que pode ser utilizada quotidianamente para mensagens ou uma sesta. Os espaços parecem-me bem, são simpáticos, mas insuficientes. O Jardim da Arrábida é extremamente agradável, com a piscina, muito útil para fazer exercício. O espaço é muito cozy, ideal para descomprimir em funções com muitas reuniões, pressão e responsabilidade. E serve bem para receber algumas visitas mais chegadas. O Jardim é muito agradável e bem desenhado.*» (Sampaio, Anexo 04: 4).

¹⁷⁴ «[Para o meu gabinete de trabalho] pedi ao Professor Daciano Costa para desenhar o mobiliário da sala, e que deixei ao meu sucessor. Uma visita não tem que ver os dossiers e os papéis que estejam em cima da mesa de trabalho. Vejo que o actual Presidente continua com os mesmos móveis, e com mais uns, desenhados por si, e penso que muito bem. Deixei os móveis como oferta pessoal.» (Sampaio, Anexo 04: 3).

¹⁷⁵ «O mobiliário da Sala do Conselho de Estado é de uma incomodidade indescritível. Duvido que as cadeiras sejam bonitas, mas são muito incómodas. [...] as cadeiras são péssimas. Não acredito que não seja possível encontrar cadeiras melhores.» (Sampaio, Anexo 04: 3).

¹⁷⁶ «Aterrei sobre o lugar de Primeira-dama, sem saber exactamente quais os seus conteúdos funcionais, que não estão propriamente definidos. E logo pensei: Como minorar esta minha dificuldade? [...] E eu gosto de ter funcionalidades atribuídas e de responder por elas.» (Ritta, Anexo 05: 2).

Contudo, o casal presidencial nunca sentiu o Palácio como seu, sabendo ser um espaço de representação do Estado. «O que não significa que não seja sensível à responsabilidade que temos de o preservar, e se possível melhorar.» (Ritta, Anexo 05: 2).

No contexto do novo mandato, por iniciativa do Presidente Sampaio, é decidido criar uma nova estrutura museológica com autonomia funcional, devidamente consagrada na Lei Orgânica da instituição, com dimensão de museu nacional, bem como um novo Centro de Documentação e Informação (CDI), que funcionava então na cave do Anexo do séc. XIX, actual Centro de Comunicações.

O momento da decisão de implantar o núcleo museológico da Presidência da República nas antigas cocheiras do Palácio de Belém, transformadas em armazém geral, depois de terem servido de garagem para coches antigos e múltiplas viaturas automóveis no tempo do Marechal Carmona e General Craveiro Lopes, resultava de um encontro quase fortuito com o local: «Uma vez ia a subir a Rampa de Honra [...] e vi um portão grande, fechado, na esquina [com o edifício da antiga PSP]. “O que é aquilo?”, perguntei. O Dr. Bragança mandou buscar a chave e fomos lá dentro ver. Descobrimos ali um armazém de coisas não utilizadas. Estava repleto até ao tecto de cadeiras e móveis, uma fonte de incêndio muito apreciável.» (Sampaio, Anexo 03: 1).

Mobilizando a sua experiência como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sem hesitações afirmou «temos que tirar isto daqui, e localizamos neste espaço o Museu da Presidência. E foi exactamente assim a decisão.» (Idem: 2). Da opção nasceu a discussão e o concurso de projecto do Museu, que decorreria em simultâneo com o concurso do Centro de Documentação e Informação (CDI). «Decidi juntar um novo CDI, porque achei que o serviço merecia umas instalações melhores [...] [e] deveria ter umas instalações condignas face ao crescimento que havia conhecido.» (Idem: Ibid).

Para analisar opções do projecto do CDI é marcada uma reunião preparatória no Jardim onde se previa a intervenção, para a qual são convocados o Director-geral da DGEMN e vários assessores do novo Presidente ¹⁷⁷. Vasco Costa propõe que o CDI seja instalado nos edifícios semidevolutos existentes a Norte no Corpo de Intervenção da PSP, considerando que o jardim, apesar de modesto «[...] era o que era.», e podia ser evitada a destruição do que era também património à luz da Carta de Florença, evitando ainda a colocação de novas construções em confronto com o palácio ¹⁷⁸.

¹⁷⁷ «[...]e é possível que estivesse alguém do IPPAR, talvez o arquitecto Filipe [Mário] Lopes não sei precisar.» (V. Costa, Anexo 14: 3).

¹⁷⁸ «Mas então o Presidente respondeu-me: “Sabe, eu também gosto de meter a mão na massa. Fui Presidente da Câmara e gosto de obra.” E eu perante aquela resposta percebi que a Presidência tinha passado para outro plano. Com a autonomia financeira e disponibilidade orçamental, tinham passado para uma vontade de autonomia de intervenção no património.» (V. Costa, Anexo 14: 3).

Mas o projecto prossegue e o concurso para três novos equipamentos (um Centro de Documentação e Informação, um Ginásio e um espaço Museológico) é lançado sob o título "Convite para apresentação de proposta para a elaboração de projecto(s) descritos de programa preliminar anexo", sendo dirigido a dez arquitectos portugueses por convite ¹⁷⁹.

A consulta tinha um carácter aberto, como um concurso de ideias, com um programa orientador mas com alguma liberdade para a evolução da solução em todos os casos. A área disponibilizada no caderno do concurso para o Museu são as antigas cocheiras. Ao lado do projecto do Museu previa-se o Ginásio, que o procedimento propunha que fosse implantado na área da antiga carpintaria, um piso térreo com pé-direito alto que existia num edifício confinante com a Travessa dos Ferreiros. Para o CDI é apontado uma mancha a Norte do Jardim, na continuidade volumétrica das mais antigas garagens, eventualmente até ao muro limite a Norte.

Para a execução do novo Museu da Presidência da República foi vencedor o projecto do Professor Doutor Arq. Rui Barreiros Duarte e Arq.^a Ana Paula Pinheiro (RBD.APP), e para o CDI o projecto do Arq. João Luís Carrilho da Graça, sendo dignos de menção honrosa do júri os projectos de Guedes Cruz, Manuel Salgado e Vasco Massapina.

Durante a elaboração da sua proposta, os arquitectos do Museu visitam as arrecadações gerais, cuja imagem não era dignificante. *«A arrecadação estava cheia de tralha, muito degradada, com esgotos à vista, com infiltrações de águas ou esgotos a pingar do tecto. Na publicação que fizemos sobre o museu escolhemos as fotografias do existente [antes da intervenção] com menos tralha para não assustar, porque o que encontrámos era um pavor.»* (APPinheiro, Anexo 21: 2) *«[...] mas principalmente não tinha qualidade, faltava-lhe uma dimensão institucional para o que se pretendia.»* (RBDuarte, Anexo 21: 3) Como não existia um programa museológico, e *«Para perceber o que seria necessário, fomos ver o espaço do Museu do General Eanes, que era uma sala interior no primeiro piso do Palácio. Fizemos o levantamento das vitrinas que deveriam servir de base para o projecto.»* (Idem: Ibid).

As visitas ao local sugerem que o espaço é curto e que as casas de função que ficam sobre as arrecadações gerais deviam sair, o que lhes é referido como impossível. Para melhorar a espacialidade, propõem rebaixar o pavimento, para conseguir dois pisos e duplos pés-direitos. O rebaixo está marcado pela base de pedra sob os pilares

¹⁷⁹ Fernando Távora, Eduardo Souto Moura, Manuel Salgado, Gonçalo Byrne, João Luís Carrilho da Graça, Rui Barreiros Duarte, Vasco Massapina (onde tivemos o privilégio de participar), Miguel Guedes, Paula Santos, José Guedes Cruz, seleccionados pelo Presidente Jorge Sampaio e pelos Membros do Júri, constituído pelos arquitectos Nuno Teotónio Pereira, Pedro Brandão, Alcino Soutinho, e da Presidência, o Secretário-Geral Dr. José Vicente Bragança e o Arq. Francisco Pimenta da Gama.

metálicos que existem no museu. O tecto de gesso ficou apenas sobre a galeria, ficando o tecto aberto na área restante, de modo a verem-se as vigas estruturais e a usufruir do máximo de pé-direito possível, para conseguir a dimensão de espaço que confere a dignidade pretendida.

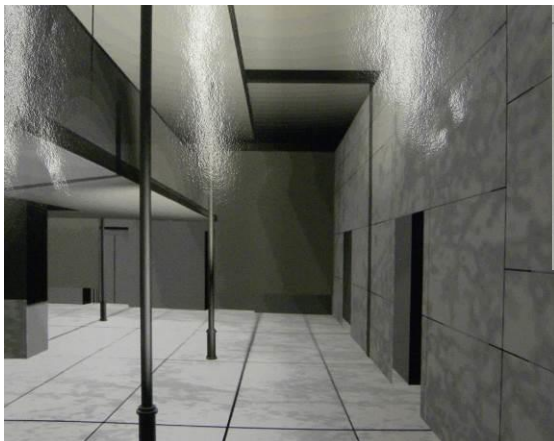


Fig.68. 3D conceptual no concurso

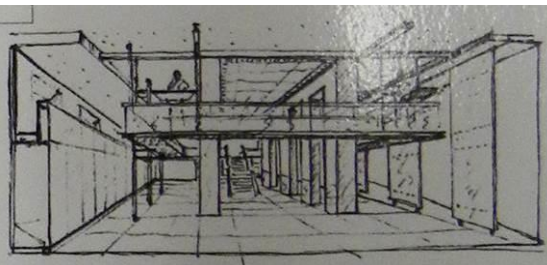


Fig. 69 e 70. Esquissos apresentados ao concurso

«No saguão que existia ao centro, propusemos a demolição das paredes de topo e a abertura das janelas; foi a condição de abertura e aumento do espaço interior levado ao limite do que já existia.» (RBDuarte, Anexo 21: 7)

Depois de vencerem o concurso do Museu e adjudicado o trabalho, as reuniões de acerto do projecto com os representantes da Presidência (Secretário-Geral, Dr. António Costa Pinto, Arq. Pimenta da Gama) e com os museólogos contactados (Dr. Vaz Serra e Dr. Paulo Henriques Duarte) decorrem no ano de 1998. Por vontade do Dono de Obra, o ginásio -que se previa na carpintaria, tinha sido deslocado do local previsto no concurso para ser incluído no projecto do novo edifício do CDI. Com a maturação dos programas, entendeu-se que, para ser acessível à Casa Civil e Militar, o ginásio teria que se localizar na proximidade destes serviços. *«O programa museológico foi mudando durante muito tempo. Com a eliminação do ginásio da antiga carpintaria propusemos ampliar o espaço do museu e criar a Sala Oval, transformando o espaço existente em dois pisos. Rebaixámos o piso até à cota da Travessa dos Ferreiros e soltámos a laje do piso 1 das paredes para deixar entrar a luz das janelas para o piso inferior.»* (RBDuarte, Anexo 21: 7)

«O nosso interlocutor na Presidência foi sempre o Dr. Bragança e o Arq. Pimenta da Gama – só na fase de concurso. Depois, durante a obra, foi mais com a Fiscalização da DGEMN. Tivemos várias equipas de museólogos, mas não estabilizavam o programa. E nós íamos sempre evoluindo no projecto, uma vez que tínhamos datas para o desenvolvimento e conclusão do trabalho, cuja entrega estava definida para Julho de 1998. Fomos a várias reuniões com diferentes equipas de museologia que não

concordavam entre si. Por isso continuámos sempre com a ideia da caixa branca onde poderia ser organizada qualquer exposição.» (APPinheiro, Anexo 21: 5)

Completo o projecto de execução e lançada a empreitada, a obra desenrola-se até ao ano 2000, com a Fiscalização dos engenheiros da DGEMN, que são unânimes na afirmação de que o projecto de RBD/APP era excepcionalmente bem informado, sendo que as respostas às dúvidas colocadas pelo empreiteiro eram sempre imediatamente localizadas (já estavam no projecto) pela Arquitecta Ana Paula Pinheiro, "que conhecia de cor o projecto todo".

Sem conteúdos museológicos, os arquitectos imaginaram que o espaço pudesse funcionar, tal como veio de facto a acontecer entre 2000 até 2002, como sala para eventos em ocasiões especiais. Mas sabiam que o processo iria continuar. *«Para nos prepararmos fomos a Londres ver o Victoria and Albert Museum, o Natural History Museum, a Paris ver o Musée d'Orsay. O museu de História Natural fez-nos pensar no multimédia. Tomámos contacto na altura com o potencial dos audiovisuais como futuro para exposição de conteúdos. Os dois níveis que estávamos a criar dentro do museu permitiam ver projecções multimédia de duas perspectivas.» (RBD, Anexo 21: 5)*

Para a execução do CDI, o Arq. Carrilho da Graça abordou o programa funcional com uma perspectiva holística dos problemas que encontrou. Não se limitou ao programa nem ao local de implantação proposto, olhando com os seus olhos de "organizador do caos". *«Na visita ao local encontrei um jardim um pouco desorganizado, com um ar muito bucólico, com vários carros estacionados livremente ao longo dos caminhos sob as árvores.[...] Na minha leitura do sítio, sempre me pareceu que construir mais um edifício, um volume solto, seria criar mais perturbação. Era preferível fazer um plano verde horizontal, que terminasse numa face vertical, e que fosse rematado a Norte por um plano que contivesse o jardim. Atrás deste plano localizei o refeitório, com janelas abertas sobre a estufa, onde queria as plantas mais expressivas. [...] Sempre pensei em fazer uma estrutura metálica para que as plantas assumissem uma certa espacialidade.» (C. Graça, Anexo 20: 2).*

Na memória descritiva do projecto, Carrilho da Graça refere que arquitecto francês Henri Ciriani propusera que o arquitecto do CDI procurava sempre definir um plano horizontal que se constituía como referência territorial a partir do qual se organizava o projecto volumetricamente, acima e abaixo do mesmo (C. Graça in Gaspar, 2005: 157). O plano recortava a inclinação do jardim existente, provocando uma fractura Norte-Sul onde se abriam os vãos dos gabinetes que se localizavam sob o novo jardim projectado, agora em plano horizontal. *«A ideia da plataforma já existe em Belém, nas jaulas que confrontam o Pátio dos Bichos. A solução dos gabinetes utiliza a mesma*

lógica» (Idem: Ibid). A Norte, o plano verde era rematado por um plano vertical, branco, descolado do chão, suspenso sobre um espelho de água. «A solução nasceu do local, olhando para as cotas do existente. Apercebi-me que a cota de um portão que existia no muro de fronteira com o Jardim Colonial era sensivelmente a mesma que a porta de entrada no edifício [porta para a Sala do Conselho de Estado] e que esta cota podia definir o plano horizontal projectado. Fez-me pensar que se introduzisse um plano horizontal na pendente do jardim faria surgir um gap de seis metros onde se podia construir, retomando a lógica das jaulas [...]» (Idem: 4).

Vencedor do projecto do CDI, o Dono de Obra solicita que o ginásio seja integrado no seu edifício e que passe a contemplar uma cave de estacionamento.

O projecto não considerava garagem, nem era pedida em concurso. Mas o Secretário-Geral Dr. Bragança comentou com o Presidente sobre a possibilidade de fazer uma garagem em cave, que respondeu ser uma óptima ideia. Para responder a este desiderato, o projecto passa a contemplar um estacionamento automóvel em cave. Por sorte, a métrica estrutural proposta servia perfeitamente a modelação da garagem. *«A estrutura resulta naturalmente da dimensão dos gabinetes, que têm a mesma dimensão das salas no Anexo [do séc. XIX][...] São salas muito simpáticas. Gostei muito da sua escala quando as visitei, ou ali estive numa reunião, já não sei precisar.» (Idem: 2) «Fiquei muito contente de ter ganho o concurso, e sempre fiz questão de fazer aqui uma obra de excelência, com materiais que não se degradassem, com uma execução perfeita, escolhendo soluções seguras», terminando com uma expressão que já usara três dias antes na visita, «à “prova de bala”! O melhor para um cliente singular.» «Aprecio muito o ar bucólico do palácio. Tem uma escala muito humana, com os animais, as pessoas a circular, um contexto muito simpático. E eu queria manter essa dimensão e escala quase familiar. Queria criar uma certa continuidade nesse ambiente. E pensava que as pessoas que iriam ocupar o edifício, que estavam instaladas numa cave [no Anexo do séc. XIX], ficariam contentes com a mudança. Sempre imaginei que as pessoas iriam ficar muito felizes. Os novos gabinetes tinham uma óptima dimensão, com janelas abertas a Nascente para o plano do jardim que ficava mais baixo. Sabendo que é um quadrante agradável, não tinha problemas com a incidência solar, até porque existiam umas árvores sombreadoras e se houvesse alguma dificuldade existia sempre a climatização para temperar o espaço.» (Idem: 3) «No CDI procurei fazer um edifício “à prova de bala” em termos de qualidade, com equipamentos de marca de referência, com materiais naturais portugueses tais como a madeira de castanho e a pedra lioz.»*

(Idem: 5) ¹⁸⁰. A liberdade de não respeitar a implantação sugerida e o desejo de organizar permitia ao projecto garantir a ligação interna ao palácio, que não era sugerida no concurso, e que se revelava uma mais-valia funcional para os serviços. Como referido por Carrilho da Graça, o contraste duma espacialidade palaciana para um ambiente de contemporaneidade enfatiza «[...] a sensação de redução da escala e do espaço, e da simplificação do espaço.» (Idem: Ibid). «Penso que o CDI se insere no conjunto de forma respeitosa sem mimetizar nada do que existe. Cria novo espaço no perímetro da presidência, com uma presença discreta em relação ao contexto, mas com total autonomia linguística.»(Idem: 6) ¹⁸¹.

Concomitantemente continuam as obras com a DGEMN, sobretudo de infra-estruturas. É renovada a central de detecção de incêndios centralizada nos novos Serviços de Segurança, a operar 24 horas por dia, sendo substituídos todos os detectores obsoletos e instalados novos detectores no Palácio, no Anexo do séc. XIX, na Residência, no esquadrão da GNR e na PSP. Modernizam-se os equipamentos do Centro de Comunicações, designadamente a Central de Rádio, equipamentos audiovisuais, terminal Lusa, diversos instrumentos de telecomunicações e informática, incluindo uma nova central telefónica adaptada às necessidades da Presidência. Criou-se também uma sala de imprensa junto à Sala das Bicas. No exterior é substituída toda a rede de água que circunda o Palácio e a rede de gás dentro do perímetro desde a Praça Afonso de Albuquerque, subindo a Rampa de Honra, até ao palácio e das casas de função, seguindo as novas exigências de segurança. Os depósitos de gasóleo são afastados das caldeiras e enterrados nos jardins, por medida de segurança. «Outra obra importante foi a climatização dos espaços, desde o Gabinete de Audiências do Presidente¹⁸², da Sala do Conselho de Estado, dos salões do palácio¹⁸³ e dos gabinetes no Anexo do séc. XIX.» (Bragança, Anexo 11: 5).

¹⁸⁰ «Por vezes há projectos onde não fazemos tanta questão em que tudo fique perfeito. Em Belém queria juntar à estética um funcionamento de qualidade. Que proporcionasse um bom ambiente de trabalho, com os gabinetes a sair directamente para o exterior. E preocupei-me muito com a performance do edifício, e quero continuar a acompanhar o assunto.» (C. Graça, Anexo 21: 6).

¹⁸¹ «Querida um ambiente que mantivesse as qualidades do palácio. Onde nenhum visitante é esmagado por opulência ou escala desmedida. Só em Portugal é que os visitantes de um palácio presidencial são recebidos num espaço tão compatível, tão à escala humana.» (Idem: Ibid).

¹⁸² «O projecto foi feito com o Moniz e abrimos o mínimo possível para caber o equipamento. A seguir reforcei as paredes da caixa com uma armadura de ferro de 6 / 8 mm rebocada contra as paredes originais, para repor a consistência do que tínhamos tirado.» (Neves, Anexo 17: 8).

¹⁸³ «[...] aplicaram as unidades nas vergas das portas dos salões e as tubagens dos VRVs, mais o isolamento, foram encaminhados pelas paredes exteriores, cortando os cunhais do edifício. Eu vi aquilo e escrevi imediatamente um fax para Belém dizendo que o que estava a ser feito punha a segurança do edifício em

A equipa da DGEMN que operava em Belém era a Direcção dos Monumentos de Lisboa. Em 1998 o Secretário-Geral pede ao Eng. Vasco Costa para trocar a equipa ¹⁸⁴ e iniciar uma nova relação entre a DGEMN e a Secretaria-geral ¹⁸⁵. A equipa passa a ser coordenada pelo subdirector-geral da DGEMN, o Eng. Correia Abrantes, com o Eng. Civil Alcides Colaço para as estruturas, águas e esgotos, o Eng. Electrotécnico José Patriarca para a electricidade e telecomunicações e o Eng. Mecânico José Moniz para o AVAC. A nova equipa começa por colaborar no lançamento do concurso de empreitada para a execução das obras.

O mobiliário e outro equipamento que estava depositado no armazém geral do Pátio das Equipagens são deslocados para novo armazém na Calçada da Ajuda e na Cidadela de Cascais.

As obras decorrem ficando concluídos o Museu em 2000 e o CDI em 2003.



Fig.71. Museu da Presidência da República, em 2000 antes da Museografia



Fig.72. Centro Documentação e Informação

A concretização legal surge com o Decreto-Lei 288/2000 de 13 de Novembro, que aprovava a nova lei orgânica da instituição, revendo a de 1979, unificando os serviços pela integração do Centro de Documentação na dependência da Secretaria-geral, racionalizando recursos humanos e formalizando os procedimentos visando a cabal autonomia financeira. Mas sobretudo, o novo diploma criava a orgânica do Museu da

perigo. O Secretário-geral pediu uma reunião urgente. [...] O Presidente Sampaio ficou preocupado e quis estar presente na reunião, onde se acertou o que fazer para compor, mas eu deixei claro que qualquer trabalho que se fizesse nunca reporia as condições originais.» (Neves, Anexo 17: 7).

¹⁸⁴ «Mas na realidade, o Dr. Bragança ficou sem apoio técnico porque não tinha meios humanos para fazer projectos e obras, nem lançar concursos de empreitada nem fiscalizá-las. Logo que se consciencializou, o Dr. Bragança pediu ao Director Geral que enviasse de novo uma equipa para apoiar a Presidência [...]» (Neves, Anexo 17: 8).

¹⁸⁵ «Eu sabia que tinha havido um conflito pessoal entre os técnicos dos Monumentos de Lisboa e a equipa de Belém. [...] Quando o Dr. Bragança pediu para mudar a equipa, não quis passar o assunto para outra direcção de serviços, porque poderia parecer um atestado de incapacidade aos Monumentos de Lisboa, o que não era verdade. Então pareceu-me que o melhor era propor o Eng. Abrantes, que era o elemento mais polivalente dentro da DGEMN, deixando-lhe a autonomia de escolher a equipa, de diferentes engenheiros provenientes cada qual da sua direcção de serviços.» (V. Costa, Anexo 14: 2).

Presidência da República, estabelecendo como sua a atribuição de «*integrar todos os objectos de arte e espécies documentais e bibliográficas respeitantes à história da Presidência [...]; Assegurar o planeamento, gestão e investigação museológica e museográfica [...]; Gerir, conservar e organizar o espólio museológico [...] e manter actualizado o inventário; Promover o estudo, valorização e divulgação das colecções que lhe estejam afectas, designadamente através da promoção, organização e montagem de exposições.*» Simultaneamente era criado também o lugar de Director do Museu e um pequeno quadro funcional, inserido no novo contingente de 243 funcionários da Secretaria-geral, ao qual se somava a Casa Civil e a Casa Militar, bem como as forças de segurança da PSP e GNR.

Neste período em que decorrem as obras do Museu e do CDI, sendo a Secretaria-geral o dono-de-obra e a fiscalização da DGEMN, solicita-se ainda à equipa RBD.APP o projecto para os balneários femininos e os masculinos, resultantes de intervenções em antigas Casas de função entretanto vagadas. À equipa de Carrilho da Graça foi adjudicado a reabilitação da Garagem Velha, para passar a incluir espaços de armazém, resolvidos em *mezaninos* interiores. Na verdade, este projecto torna-se prioritário sobre o CDI, e a obra avança primeiro. «*A intervenção na Garagem Velha foi a primeira obra. Era necessário criar condições para armazenar os arquivos enquanto decorreu a obra do CDI, executada logo de seguida, e em continuidade.*» (C. Graça, Anexo 20: 6) Os arquivos histórico e intermédio da Secretaria-geral que se encontravam no corredor sob a varanda do Presidente são acomodados em novos espaços devidamente protegidos contra incêndios e respeitando as regras de conservação de documentação.

Os técnicos da DGEMN procedem a várias obras de melhoria estrutural e renovação de infra-estruturas nas casas de função, sobretudo nas que ficavam sobre o espaço do futuro Museu. Em todos os blocos de águas se aplicam telas nos pavimentos para conter um qualquer derrame accidental.

Após as obras do Museu, inicia-se a constituição da direcção e dos conteúdos. O novo director do Museu Dr. Diogo Gaspar define o novo projecto de museu, elabora o programa e coloca a concurso a museografia em 2002.

De novo os arquitectos RBD.APP concorrem e são de novo vencedores. «*O programa apresentava os núcleos todos definidos e pedia que a entrega fosse feita com um CD interactivo com a explicação do projecto.*» (APPinheiro, Anexo 21: 7). Era igualmente requerido aos concorrentes que apresentassem as soluções audiovisuais e as empresas que as executassem.

Contudo, depois acabaram por ser realizados concursos específicos para cada um dos produtos ¹⁸⁶.

A Secretaria-geral solicita ainda ao Arq. Carrilho da Graça o projecto de reformulação do espaço de ligação do CDI ao Palácio, que o seu projecto propusera e que era uma manifesta mais-valia, sendo a obra executada de seguida.

3.14. A DGEMN de novo como projectista

Com o final das obras da garagem velha, do Museu e do CDI, assiste-se a uma redução de disponibilidade financeira da Presidência, e os projectos e fiscalização passam a ser (de novo) da responsabilidade da DGEMN, agora com o Arq. Pedro Vaz, chamada a projectar a nova loja ¹⁸⁷ que se pretendia instalada no edifício ocupado pelo comando da GNR, o ponto de contacto directo com a Praça Afonso de Albuquerque, de modo a garantir a entrada da rua até ao Museu.

Na primeira reunião em Belém, presidida pelo então Chefe da Casa Civil, o Embaixador Moraes Cabral, a estratégia é traçada. O comando da GNR deve libertar os dois primeiros pisos do "Torreão", podendo manter o gabinete e o quarto do comandante no último piso. Para permitir esta redução de espaço, o edifício das camaratas utilizado pela GNR, as antigas cavalaria, devem ser intervencionadas para receber a secretaria e a sala de convívio de praças.

Neste contexto, a DGEMN fica incumbida de resolver os dois projectos.

De imediato se propõe uma solução que se articula com o Dr. Diogo Gaspar, na óptica do futuro explorador da loja, para ingressos e venda de artigos relacionados com a temática museológica. Com o comandante da GNR avaliam-se as opções de desenho para garantir o acesso ao seu último piso que deve conviver no edifício, bem como a acomodação dos serviços deslocados para o bloco das antigas cavalaria. Com a chefia do Serviço de Segurança estudam-se modelos de arrumação da

¹⁸⁶ «Na proposta do concurso tínhamos que propor o custo dos filmes, das máquinas de multimédia, do merchandising, das chávenas de café ou dos pins. De tudo, e em valores separados. Estava tudo exigido no concurso, e nós investimos bastante, mas depois de ganharmos, apenas foi adjudicado o projecto museográfico.» (RBDuarte, Anexo 22: 8).

¹⁸⁷ «Já depois da obra do Museu e do CDI, quando foi necessário fazer a loja e a entrada, o Engº Correia Abrantes perguntou-me se queria experimentar um arquitecto dos serviços para fazer o projecto. Eu disse-lhe que sim e foi aí que tu apareces a fazer tudo o que já sabes. Vi logo na obra da loja do museu que tínhamos uma DGEMN com nova lógica, com projectos completos, desenhos e pormenores para tudo, com domínio do projecto.» (Bragança, Anexo 12: 6).

unidade da PSP que fará o controlo de entradas e verificações de segurança de todos os visitantes que entrarem pela nova porta.

De acordo com a sua lei orgânica, a DGEMN tinha competência para a elaboração de projectos e obras em edifícios patrimoniais, pelo que estava dispensada de parecer do então Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR), sucedâneo do IPPC. Desta autonomia resultava uma responsabilidade acrescida, e os projectos para serem executados careciam de consenso entre as chefias da DGEMN, e naturalmente do Director-geral, Eng. Vasco Costa. A ocupação do "Torreão" com a loja do museu reunia consenso, mas a abertura das portas na Praça Afonso de Albuquerque introduzia uma perturbação na imagem existente que não parecia pacífica.

A entrada autónoma projectada materializava-se pela transformação das janelas do piso térreo (elevado) em portas confinantes com o passeio da Praça Afonso de Albuquerque. As cantarias das janelas inferiores eram lisas, sem qualquer modelação ou friso, diferentes das existentes no piso superior, que apresentavam um modesto desenho de cantaria. Para atenuar o impacte da intervenção sobre a fachada e desligá-la da continuidade do muro do palácio desde o Museu Nacional dos Coches até à Rampa de Honra, propôs o Director-geral a deslocação em arco do portão existente, sobressaindo do plano para autonomizar a fachada da loja projectada.

Estas questões e a tomada de decisão tomaram alguns meses, e as dificuldades levantadas ganharam dimensão. Quase um ano depois, é marcada nova reunião no gabinete do Chefe da Casa Civil e conclui-se que os problemas da opção da loja no "Torreão" podem fazer perigar a conclusão do museu em Outubro de 2004, pelo que se decide que a entrada será então efectuada pela portaria de funcionários existente na Travessa dos Ferreiros, criada em 1940 para entrada e saída "do pessoal menor"¹⁸⁸. Contudo, por vontade expressa do Presidente Jorge Sampaio a entrada foi imediatamente reposta na Praça Afonso de Albuquerque, e evitou-se uma opção temerosa e desinteressante, assumindo-se a criação de algo de novo com a dimensão e dignidade que se impunha¹⁸⁹.

¹⁸⁸ Esta entrada, ainda que acabada de reformular pelo projecto do Museu da autoria do Professor Arq. Rui Barreiros Duarte e Arq.ª Ana Paula Pinheiro, e que se encontrava com desenho elegante e materiais distintos, não tinha dimensão para o efeito de entrada de museu e loja, e confinava com uma travessa manifestamente secundária, escondida e sem categoria para um museu da Presidência da República.

¹⁸⁹ Ainda os técnicos da DGEMN não tinham entrado no carro que estava estacionado no Pátio das Damas, e telefona o Secretário-Geral ao arquitecto: «O Chefe da Casa Civil cruzou-se com o Senhor Presidente no corredor e deu-lhe nota da decisão de passar a entrada para a Travessa dos Ferreiros, mas o Presidente disse logo que não concordava com a opção e que queria a solução da Praça Afonso de Albuquerque que o arquitecto fez. A opção da Travessa dos Ferreiros fica assim sem efeito e retoma-se o projecto que já elaborou. Vamos avançar.»

Na sequência do projecto da loja, propõe o Arq. Pedro Vaz que se redesenhasse o passeio em frente à porta do futuro museu, desde a entrada do antigo picadeiro até à esquadra da PSP de Belém¹⁹⁰, de modo a disponibilizar uma área de aglomeração de grupos à porta do Museu, de afastamento à fachada, e de renovação da imagem na entrada da Rampa de Honra. O Secretário-geral anuiu¹⁹¹, alargando-se a dimensão do passeio, sem redução do número de vias ou sentidos de marcha na estrada, mas somente à custa da redução do excesso de betuminoso que existia.



Fig.73. Fachada anterior da GNR Fig.74. Obra de alargamento do passeio. Fig.75. Frente urbana actual

Implicada nesta operação ficou a reformulação funcional do edifício das casernas da GNR, para passar a incluir o comando que era desalojado do “torreão da GNR”, e ao mesmo tempo incluir novos balneários, camaratas e vestiários. Foi também incluído um novo corpo de escadas em posição diametralmente oposta ao único bloco de escadas que existia, para resolver o problema de segurança contra risco de incêndio. Segue-se a criação dos bancos de pedra no Pátio das Equipagens com a adição de um portão para confinar o movimento do público ao pátio. Em simultâneo é restaurada a Casa de Fresco do Jardim dos Buxos integrada com o levantamento do chão e impermeabilização da Varanda do Palácio, com aplicação de novo pavimento em pedra encastrando uma iluminação em fitas de Leds. Mais uma vez as

¹⁹⁰ «O passeio tinha uma largura insuficiente, em contraponto com uma enorme superfície de betuminoso, com locais de obstrução parcial, como a zona da paragem dos autocarros da CARRIS (que praticamente se encostava ao muro do Palácio) e de obstrução total, na área das guaritas da GNR que marginam a entrada da “Rampa de Honra”. Esta situação impedia a passagem dos peões neste local, e obrigava os transeuntes a descer do passeio para a estrada nesta zona. Como os estandartes das guaritas excediam o lancil do passeio e se projectavam sobre o alcatrão, este estrangulamento impunha também a manter permanentemente pinos de balizamento na estrada, para evitar que os autocarros tocassem acidentalmente nos estandartes. Acrescia a este insólito o facto de, em cada mudança de hora durante o dia, um agente da PSP se deslocar para o meio da estrada para mandar parar o trânsito, de modo a que se efectuasse o render das sentinelas. Isto porque o figurino desta rendição obrigava os guardas-republicanos a deslocarem-se cerca de 9 metros a partir do portão da “Rampa de Honra”, inevitavelmente invadindo a estrada.» (Vaz, 2011: 22).

¹⁹¹ Na verdade convencido de que não iria ser possível, como chegou a dizer, face ao pouco tempo disponível até à data marcada da inauguração, bem como à existência de uma paragem da CARRIS no passeio, que sabia ser difícil de mudar.

intervenções de impermeabilização e execução de novos acabamentos de construção civil estão a cargo da DGEMN, sendo os trabalhos de restauro contratados à parte a uma empresa da especialidade (OCRE), após consulta apenas a empresas de Conservação e Restauro. Os trabalhos de restauro ficam sob a orientação científica da Dr.ª Nazaré Tojal, com resultado estético discutido com o Arq. Pedro Vaz. Ainda para a data da inauguração do museu, procede-se à reabilitação do espaço das Jaulas no Pátio dos Bichos para espaço de exposições temporárias, conectando as diferentes jaulas entre si de modo a criar um circuito possível, mas mantendo na essência a rudeza do espaço. Esta obra, pensada e solicitada pelo Director do Museu, tinha apenas uma semana disponível para o trabalho de projecto, o que acabou por se mostrar suficiente, face à singeleza da solução e ao empenhamento nele colocado.

Também para a mesma data se decidiu a implantação de um mastro com treze metros de altura para envergar a bandeira nacional. Para determinar a posição do mastro foi solicitado ao Arq. Pedro Vaz uma solução com fotomontagem, para se perceber o impacto sobre a fachada do palácio. Aceitando a já existente assimetria da frente urbana do palácio, e para evitar o conflito com a fachada do palácio e o mastro do pavilhão presidencial, foi aceite a posição lateral, a pontuar a entrada na Rampa de Honra. A execução implicou naturalmente a criação de um maciço de fundação de um metro cúbico de betão e quatro projectores para manter o símbolo nacional permanentemente iluminado, de acordo com a lei.

A nova colaboração deu origem a novas necessidades. O novo museu requeria espaços de serviços para os seus técnicos. No início de 2005 a nova equipa da DGEMN retoma a elaboração dos projectos, lançamento das empreitadas e fiscalização das mesmas. Neste contexto fazem-se intervenções na antiga lavandaria, que depois de ter ficado devoluta, servira para arrumos das comunicações. As telefonistas que estavam numa sala existente sobre o portão verde no Pátio das Equipagens, que abria sobre um corredor entre a GNR e o novo espaço do museu, passavam para estes arrumos das comunicações, que ficavam com a totalidade da cave libertada pelo Centro de Documentação que se instalara em 2003 no CDI.

Nas salas ao lado das telefonistas acomodam-se áreas de arquivo histórico para o museu, e salas de técnicos arquivistas. Nas antigas garagens, ao lado do projecto de ampliação da Arq. Luísa Cortesão, fazia-se uma reformulação de um módulo de garagem de dois portões para espaço de técnicos do museu. Os portões eram reformulados para lhes integrar janelas, sem lhes retirar uma imagem de portão verde-escuro; criava-se um mezanino que ocupava a parte mais alta da sala, mantendo o

espaço unitário, dentro de uma lógica semelhante à escolhida pela arquitecta Cortesão. Isto permitia também utilizar a luz das janelas para responder regulamentarmente às áreas de trabalho dos dois pisos, sem abrir janelas no telhado.

Ao lado deste núcleo do museu, no espaço do bar que ficara desactivado com a abertura do refeitório no CDI, projectam-se áreas para o núcleo da informática, com um bastidor em compartimento fechado, climatizado, com níveis de segurança no acesso, zonas de oficina para reparações de equipamentos e gabinetes de trabalho. Tal como no núcleo do museu contíguo cria-se um pequeno sanitário, associados entre si para partilha das redes de águas e esgotos. Aproveitando o desvão do duplo pé-direito, projecta-se uma oficina para o electricista, com espaço de armazém para economato eléctrico.

Em seguida realiza-se outro núcleo de armazéns para o economato da secretaria-geral, duplicando o espaço à custa de mais um mezanino, articulado com um gabinete na única janela existente para a D. Aurora Ferreira, a chefe de secção do Património.

Em Março de 2005 é solicitado pelo secretário-geral a troca das janelas de madeira do corredor que liga o Conselho de Estado ao Anexo séc. XIX, por caixilhos de PVC ou algo mais isolante, porque o Presidente Sampaio sofria com o frio permanente desse corredor e o havia requerido. Sem querer deixar de atender à legítima reivindicação de conforto, pediu o Arq. Pedro Vaz que fosse estudado o problema no conjunto dos elementos da construção, que não apenas dos caixilhos. E como princípio propôs que fosse evitado a substituição dos caixilhos por materiais industriais, de natureza diversa do que era a realidade em Belém, com a promessa de encontrar uma solução mantendo os valores materiais em presença. Efectivamente este corredor virado a Norte era construído com paredes de alvenaria portante com 32cm de espessura, sem caixas-de-ar ou isolamento de qualquer tipo, estando sempre geladas. A solução encontrada foi forrar integralmente as paredes com telas isolantes de bolhas de ar, e forrar os interiores com placas de gesso cartonado, retirando 5cm de espessura ao corredor de cada lado, rematando depois com o mesmo rodapé e com um bite de guarnição ao redor dos caixilhos existentes. Os caixilhos foram mantidos, abrindo-se ligeiramente a caixa para receberem vidros duplos com corte térmico. A intervenção tornou-se imperceptível à vista, mas as paredes passaram a estar à temperatura do ambiente interior, melhorando decisivamente o conforto térmico.

Graças à confiança do Dr. Bragança na capacidade técnica da equipa da DGEMN e à ponderação do Presidente Sampaio que aceitou que não se fizesse o que havia pedido, evitou-se um precedente que, como todos os precedentes, se tornam no tempo em avulsas adulterações da materialidade original.

No contexto da legislação vigente, e com a aproximação do final do mandato do Presidente Sampaio, inicia-se nesta data um novo projecto de reabilitação da Casa do Regalo na Tapada das Necessidades para instalação do futuro gabinete de Ex-Presidente. Colocado perante a opção de escolher o arquitecto, o Presidente Sampaio opta por aceitar o Arq. Pedro Vaz que lhe era proposto pelo secretário-geral, seguindo o critério de utilizar os recursos disponíveis na estrutura do Estado.

Em paralelo com o desenvolvimento do projecto e da obra na Casa do Regalo, continuam em Belém projectos e obras que se prolongam até ao final do mandato. Pretendia-se agrupar as forças de segurança no mesmo edifício. Para concretizar esta intenção, havia que ocupar o espaço de duas casas de função devolutas e algum espaço no desvão do telhado sobre os dois pisos da GNR, as antigas cavaleriças que haviam estabulado os cavalos do Presidente Craveiro Lopes. Mas o espaço era exíguo para o programa que se pretendia com condições melhoradas para os agentes da PSP. Para conseguir a acomodação do contingente sem alterar a imagem da fachada do palácio para Sul, propôs o arquitecto a substituição da estrutura do telhado por asnas de madeiras lameladas coladas assimétricas, com pernas diferentes. As pernas confinantes com o alçado sul teriam o mesmo desenvolvimento das anteriores, sendo que as pernas a Norte (viradas contra outros edifícios da Presidência) abrir-se-iam para permitir a execução de um corredor e a abertura de janelas de sacada a todo o comprimento.



Fig.76 e 77. Estruturas em madeiras lameladas coladas com as asnas assimétricas para criação de corredor
Fig. 78. Corredor com as janelas laterais em resultado da subida da perna da asna

Ao conjunto acrescentou-se também a casa de função que confinava a Nascente com o Pátio das Equipagens, onde morava a D. Maria (ao lado da antiga sala das telefonistas) e que pela sua reforma libertava a casa. A obra decorreu até ao início de 2006, sobrepondo-se ao novo mandato presidencial a conclusão dos armários dos vestiários e dos beliches das camaratas.

Com a previsão da libertação do edifício onde estava a PSP, e que já fora a secretaria-geral, fazem-se várias propostas de ocupação para serviços do museu, sendo a Sala de Exposições temporárias o programa mais repetido, valência sempre

necessária em espaços de museu contemporâneos, onde se procura oferecer sempre algo de novo ao visitante, de modo a fazê-lo regressar regularmente.

Outro espaço que há muito carecia de revisão era a Portaria do Pátio das Damas, que se desenrolava numa sala estreita, projectada pelo Arq. Nuno Beirão no primeiro mandato do Presidente Ramalho Eanes, e que mantinha o ar austero da década de setenta. Foi desenhado mobiliário para integrar todo o equipamento de segurança de pórtico de armas e tapete de raio-X, bem como sanitários para visitantes que aguardam a entrada, e um pequeno gabinete que se destinava a receber casos problemáticos¹⁹², retirando-os da entrada. Uma parede nova em gesso cartonado corrigiu as faltas de esquadria e incorporou as unidades de climatização e os integrou os novos estores das janelas existentes que se mantiveram.

No final do mandato do Presidente Sampaio, e com o anúncio da extinção da DGEMN no âmbito do PRACE em Agosto de 2005, o Arq. Pedro Vaz é transferido para o quadro da Secretaria-geral da Presidência, de certo modo formalizando a exclusividade que já se firmara há alguns anos.

3.15. O Palácio de Belém com arquitecto residente

Com um novo mandato, trocam-se as equipas em Belém.

Na manhã do dia 9 de Março de 2007, Belém parece um pouco deserta. A equipa presidencial cessante que já deixara os gabinetes vazios vai almoçar a um banquete oferecido pelo novo Presidente e quase ¹⁹³ toda a sua equipa no Palácio Nacional de Queluz. No dia anterior ao final da tarde, já o Anexo do séc. XIX tinha os gabinetes vazios, sem quadros nas paredes, a pedido do Dr. Nunes Liberato, o novo Chefe da Casa Civil. Com o então futuro Secretário-geral, e munidos de plantas do edifício, haviam feito uma distribuição funcional das assessorias pelos pisos, em posições estratégicas relativamente ao gabinete do Chefe da Casa Civil. Após o almoço começa a azáfama das arrumações.

No dia 10 de Março, o novo Presidente, a nova Primeira-Dama, o Chefe da Casa Civil e o Secretário-Geral, acompanhados pelo anterior mordomo Jorge Lopes, que mantinha as suas funções, foram visitar todas as partes mais privadas do Palácio de Belém que nenhum deles conhecia (A.P. Coutinho, Anexo 10: 4).

¹⁹² De acordo com o Serviço de Segurança, destinava-se a “sentar os que aqui chegam e dizem que querem falar com o Presidente”. A ideia era sentar as pessoas e deixá-las serenar e aguardar que, cansadas de esperar, se fossem simplesmente embora.

¹⁹³ Só o novo Secretário-geral vem para Belém. Na ebulição dos últimos preparativos para a mudança integral da instituição, o novo Chefe da Casa Civil tinha-se esquecido de lhe referir este pormenor.

O novo casal presidencial jantara por duas vezes na Sala de Jantar da Residência. A primeira a convite do Casal Soares, quando o Professor Cavaco Silva era Primeiro-Ministro. A segunda vez a convite do casal Sampaio, já na qualidade de presidente eleito e futura Primeira-dama. *«Nessa noite fomos visitar tudo. A presidência estava vazia. Circulámos pelos corredores, fomos visitar o meu futuro gabinete no edifício do Anexo de séc. XIX. Visitámos o atelier de pintura [do rei D. Carlos] que estava repleto de quadros, com centenas de pinturas retratando o Presidente [Sampaio].»* (M. Cavaco Silva, Anexo 02: 1). A estas duas excepções pontuais, somavam dez anos de visitas semanais aos salões protocolares e gabinete de audiências do Presidente Soares, onde o então Primeiro-ministro Cavaco Silva vinha todas as semanas (Cavaco Silva, Anexo 01:1).

No contexto da primeira volta aos espaços do Palácio que não conheciam, no primeiro dia do seu primeiro mandato, o grupo deteve-se junto aos Viveiros da Cascata onde o novo Presidente verificou a sua decadência.

«Era deprimente, estava a desfazer-se e em risco de se perder para sempre. Não era próprio de um Palácio aberto ao público. De imediato dei indicações ao Senhor Chefe da Casa Civil para se mobilizarem recursos para que se pudesse restituir esse ex-libris ao Palácio de Belém.» (Idem: 1).

A determinação é passada directamente ao Secretário-Geral que toma nota para accionar os meios.

Perante um novo contexto de DGEMN em processo de extinção e com dois arquitectos no quadro da Secretaria-geral, o Dr. Arnaldo Pereira Coutinho procura organizar a equipa da qual foi incumbido. Tendo como princípio rentabilizar os meios humanos disponíveis na instituição, decide o Secretário-Geral dividir as tarefas de arquitecto, sendo que *« [...] o Pedro Vaz ficava com as "Obras externas e as novas obras" e o Pimenta da Gama com as obras interiores.»* (A. Pereira Coutinho, Anexo 10: 5) ¹⁹⁴. Na verdade, nos primeiros dias do novo mandato, o Arq. Pedro Vaz passava os dias na obra da Casa do Regalo, na Tapada das Necessidades, que se encontrava em fase de acabamentos e carpintarias de mobiliário fixo, requerendo muito acompanhamento. A obra começara com seis meses de atraso depois do concurso de obra concluído, por impossibilidade de entrar no edifício. Quando em Belém, era nas obras em curso da portaria das Damas e da nova esquadra da PSP que o arquitecto residente de Belém estava, pelo que o encontro com o seu novo dirigente

¹⁹⁴ *«Nesta data o Pimenta da Gama estava a tentar programar as pinturas dos diferentes gabinetes da Casa Civil, enquanto nós terminávamos algumas obras do final do mandato que não tinham ficado cabalmente concluídas, pelo que esta divisão parecia ir ao encontro da prática. Na realidade foi uma casualidade conjuntural, e acabámos por tomar conta dessa operação de pinturas de toda a Casa Civil com as pessoas já instaladas.»* Comentário do autor em A. Pereira Coutinho, Anexo 11: 5.

ocorre apenas no dia 20 desse mês. Ainda contrariado pelas condições pouco interessantes da Secretaria-geral, e concretamente do seu novo gabinete¹⁹⁵, o Dr. Arnaldo Pereira Coutinho faz referência a que na sua opinião, o melhor gabinete da Presidência era o do director do museu (Idem: Ibid), que Pedro Vaz desenhara do espaço ao mobiliário. Em seguida marcou uma primeira visita técnica às obras em curso em Belém para dia 22, para se inteirar desta área do seu pelouro.

A obra da portaria das Damas estava com a obra concluída, a fazer montagem de equipamentos de segurança, tais como o pórtico de armas e um tapete de raio X.

As obras da Esquadra de Segurança Interna da PSP, nascida do aproveitamento do sótão sobre o Esquadrão da GNR, decorriam a bom ritmo, terminando pouco depois. Faltava a empreitada de todo o equipamento fixo e móvel, tais como beliches, armários e roupeiros, cacifos para agentes e armário da copa/sala de estar, cujos projectos estavam feitos. Ainda durante o ano de 2006 seguiram-se as consultas para a execução e montagem nos respectivos locais.

Na sequência do que havia estado pensado, em termos de unificação das forças de segurança e do seu comando, conclui-se o projecto de execução que previa a deslocação da Chefia de Segurança para os espaços que confinavam com a esquadra da PSP, com janelas sobre o Pátio das Equipagens. Contudo vários problemas técnicos de deslocação das centrais de CCTV, Incêndios, telefones, entre outras, tornavam a operação complexa e cara, sendo que se decide pelo congelamento da ideia.

Mantendo a preocupação de terminar os projectos em curso, o secretário-geral solicita ao Arq. Pedro Vaz que inicie o projecto de reabilitação dos Viveiros da Cascata, dando cumprimento à determinação do Presidente. Apesar de estar agora fora da esfera institucional da DGEMN, o arquitecto reúne a mesma equipa¹⁹⁶ com quem trabalhara durante dez anos e que se mantinha em funções na DGEMN. O projecto é iniciado com o levantamento de anomalias, estudo de patologias e desenho gráfico dos pormenores inexistentes.

Em Dezembro de 2006, durante uma trovoadas, regista-se uma descarga atmosférica sobre Belém, perto da Presidência, que atinge alguns dos equipamentos eléctricos e informáticos. De imediato se faz o levantamento dos pára-raios existentes, da sua

¹⁹⁵ «Mas quando entrei neste edifício da Secretaria-geral a impressão que tive foi muito má. Primeiro que tudo a situação de entrar e descer para uma semicave, com janelas para o chão da rua, e depois, pior que tudo, o corredor executado com painéis de divisórias em madeira escura.» (Idem: 2).

¹⁹⁶ O Eng. Alcides Colaço para as Estruturas e fundações, águas e esgotos, e o Eng. José Moniz para Ar-condicionado e ventilação. A electricidade e telecomunicações é adjudicada ao Eng. José Patriarca, que entretanto se reformara, e já não pertencia aos quadros da DGEMN, embora mantivesse todos os trabalhos que iniciara nos Monumentos Nacionais.

eficácia e actualização regulamentar. Do estudo concluiu-se que uma pequena parte do Anexo de séc. XIX, da Secretaria-geral, núcleo de informática e garagem não estavam protegidas, pelo que se dimensiona e instala um novo pára-raios no mastro que já existia no topo Poente da garagem velha. Todos os outros dois são actualizados quanto aos componentes, ligações e verificadas as terras. Garantida a segurança das pessoas, fez-se o diagnóstico e a instalação de descarregadores de sobretensão em vários quadros, para protecção dos equipamentos.

Outra prioridade emerge no início do ano de 2007. O pavimento do Pátio dos Bichos, que sempre se apresentara com textura difícil, com irregularidades de plano e pedras a saltar, ficara particularmente danificado pela agressividade dos últimos meses do Inverno de 2006, com áreas abatidas pela deslavagem dos finos que ocorria numa linha desenhada do Jardim Tropical para a Rampa de Honra. Em certas áreas do perímetro do pátio existia uma moldura em calçada de vidraço à portuguesa, com calçada miúda, sem lancil de remate. Toda a base das calçadas era macia, instável, de terrenos com assentamentos recorrentes, motivados por diversas infra-estruturas existentes no subsolo. Sendo uma área de recepções protocolares, o pavimento tinha contornos desprovidos de regra ou desenho, e uma textura muito desadequada, onde por vezes os saltos das senhoras ficavam presos¹⁹⁷. No início de 2007 é decidida uma intervenção de reformulação do desenho do pátio, reorganizando os seus limites e recalçetando o pavimento de basalto. Como continuidade natural da intervenção, propõe-se o prolongamento da operação para a Rampa de Honra, que padecia do mesmo mal de falta de desenho, tinha inclinações acentuadas e fazia concavidades onde os autocarros batiam com o chassi. Em consequência da diferença de cotas a vencer, a inclinação da rampa era da ordem dos 16%, superior ao confortável e inseguro contra escorregamentos, agravados com o pavimento molhado sempre que chovia. Tal facto era inconveniente no quotidiano do Palácio, principalmente nos dias das visitas de público aos Jardins e Salões no âmbito das visitas guiadas promovidas pelo Museu da Presidência da República, onde grupos de visitantes sobem a Rampa para visitar as exposições patentes nas Jaulas e nos Viveiros da Cascata, ou os salões protocolares do Palácio.

O projecto é elaborado de modo a integrar as novas calçadas na semântica do pavimento que já existia na Praça Afonso de Albuquerque, introduzir degraus na

¹⁹⁷ A Primeira-dama recordou que certa vez, uma alta individualidade feminina estrangeira de um país árabe, logo ao sair do automóvel ficou com o salto preso nas juntas da calçada, perdendo de imediato um sapato. *«Eu que a estava a receber, e que não a conhecia, acabei por aproveitar para iniciar a conversa pelo episódio, lançando o tema das calçadas à portuguesa, da sua história e características.»* (M.Cavaco Silva, Anexo 03: 4).

rampa, corrigir o seu perfil transversal e longitudinal e criar uma moldura de pavimento liso, na continuidade formal dos degraus, que desenhasse o pátio e permitisse um caminho confortável para as senhoras. Para o centro do pátio previa o projecto a manutenção da calçada de basalto, recolocada e apertada, mas mantendo o material e a textura. O basalto sobran­te da introdução da “moldura” no Pátio seria utilizada para substituir os cubos de granito na Rampa, integrando o conjunto dos dois pavimentos. Porém surgiram dúvidas com propostas de intervenientes da Casa Civil que apontavam para trocar o pavimento por betuminoso por conforto de circulação. Felizmente o Presidente faz uma viagem ao Brasil onde visita uma aldeia histórica em Búzios e onde aprecia as calçadas irregulares portuguesas; *«eu achei bem, porque preservava a história»* (Cavaco Silva, Anexo 01: 1) A dúvida cessou e o pavimento ficou definitivamente com a calçada original que *«preserva a característica do local»* (Idem: 2).

A obra é programada para decorrer em apenas um mês e meio em Agosto, iniciando-se em Junho logo que a agenda do Presidente o permitisse, até 15 de Setembro, cumprindo-se o prazo apesar de todas as dificuldades que os movimentos de terras e renovações de infra-estruturas com datas desconhecidas significam.



Fig.79 e 80. Pátio dos Bichos com o tapete de calçada, e ligação dos degraus à moldura de pedra.

Fig.81. Rampa de Honra com os passeios e os novos degraus

Por segurança são deixados 850 metros de tubagem vazia cruzando o pátio e descendo a rampa, antevendo futuros atravessamentos de infra-estruturas. Na entrada para a Sala das Bicas é desenhado um tapete em calçada. Para a sua execução contactou o arquitecto a Escola de Calceteiros da Câmara Municipal de Lisboa, para que o trabalho fosse executado por eles, numa perspectiva de divulgação do seu trabalho e da arte de calceteiro, mas que problemas processuais não permitiram.

Ainda assim, e nesse contexto, Pedro Vaz solicitou à Câmara a oferta da pedra para esse tapete, que se foi buscar ao Depósito Municipal de Xabregas. A pedra oferecida pelo município era a que havia sido recentemente retirada da Praça do Rossio, e que ali estava desde 1849, data da inauguração da estátua de D. Pedro IV.

No regresso de férias, o Presidente é confrontado com a requalificação do pátio e da rampa, e aprecia o resultado sendo da opinião de que «[...] *melhorou muito toda a zona do cerimonial, onde são recebidos os Chefes de Estado e de Governo, e a guarda da GNR fica melhor, colocada sobre o novo pavimento de pedra.*» «*A grande melhoria na rampa foram os degraus na subida junto às paredes. A rampa antigamente servia mais para veículos, e agora tem sempre gente a circular.*» (Cavaco Silva, Anexo 01: 1).

A conclusão do Pátio fez ressaltar uma dificuldade que sempre existira: o acesso livre de obstáculos até à Sala das Bicas, entrada de todos os convidados do Presidente. Para entrar existem dois lanços de escadas que sobem um piso. No decurso do primeiro mandato presidencial a Primeira-dama, que desde o primeiro dia notara a falta de um acesso adequado a pessoas com mobilidade reduzida aos salões protocolares, promoveu um encontro com diversas pessoas que por várias e diferentes razões tinham de se deslocar em cadeira de rodas, revelando a falha funcional (M. Cavaco Silva, Anexo 02: 5). De imediato o Secretário-geral solicita ao Arq. Pedro Vaz que se encontre uma solução, que se desenha suprimindo uma pequena parte da área da copa da sala de jantar no piso nobre e transformando a área de estar dos elementos do corpo de Segurança Pessoal, no piso térreo, numa área de recepção e entrada. No canto da copa confinante com a Sala das Bicas é instalado uma plataforma elevatória cumprindo os requisitos da legislação. A sala protocolar não sofre qualquer alteração, passando todo o piso dos salões a ficar acessível, livre de barreiras arquitectónicas, a partir do Pátio dos Bichos. A Primeira-dama conclui: «*Para mim, foi talvez o momento mais feliz do mandato, quando foi possível instalar o elevador e permitir a correcção desta insuficiência do palácio.*» (Idem: Ibid)

Conjugado com esta operação, é deslocada a sala de estar do Corpo de Segurança Pessoal do Presidente para um pequeno espaço sob o Gabinete de Audiências do palácio, onde funcionara o gabinete médico antes da sua deslocação para o novo gabinete no CDI. Esta deslocação implica obras modestas, mas com abertura de paredes e vãos de acesso ao exterior, para assegurar uma ventilação adequada à estadia de vários elementos policiais. Ao mesmo tempo, arrumava melhor os serviços e colocava a segurança mais próxima dos gabinetes do Presidente.

Em 2007 em resposta a um repto presidencial, impulsionado pelo seu então consultor para a Ciência, Ambiente e Energia, Eng. Jorge Moreira da Silva, realizou-se uma auditoria energética pelo consórcio INETI, EDP e GALP, que montou uma equipa de diagnóstico pluridisciplinar que produziu um extenso e aprofundado relatório e que detectou diversas ineficiências na instalação eléctrica, com irregularidades técnicas e

regulamentares, de urgentes a aconselháveis¹⁹⁸. Caracterizaram-se os comportamentos dos equipamentos térmicos, detectando-se disfunções, incorrecções nos circuitos e baixos rendimentos¹⁹⁹. Analisaram-se os comportamentos térmicos dos edifícios através da sua caracterização construtiva, referindo-se as falhas gerais nos isolamentos, onde aplicável²⁰⁰.

Acompanhadas todas as operações pelo arquitecto residente, foram tomadas de imediato todas as medidas correctivas urgentes, programadas as necessárias e projectadas as aconselháveis. Em resultado da Auditoria Energética foram feitas 15 adjudicações em 2007 e 35 adjudicações em 2008, e várias dezenas de intervenções e reparações pelo electricista do Palácio, Raimundo Badalo ²⁰¹.

Neste âmbito, lançaram-se duas empreitadas de isolamentos térmicos, de poliuretano projectado na cobertura da carpintaria que funcionava provisoriamente desde 2001 junto à lavandaria, e todas as paredes da mansarda do segundo piso Anexo do

¹⁹⁸ Entre outros, a existência de candeeiros de iluminação, lâmpadas e máquinas de AVAC de baixa eficiência, consumos residuais nocturnos, tarifário desadequado, máquinas de desenfumagem da garagem ligadas 24/24h, tubagens de água contaminadas, alguns problemas de falha de terra e protecção contra contactos directos, quadros com etiquetagem incompleta e falta de telas finais da instalação eléctrica.

¹⁹⁹ Relativamente aos consumos de combustíveis e aos equipamentos térmicos, caracterizaram-se os comportamentos das três caldeiras a gasóleo existentes, detectou-se a falta de inspecção bianual à rede de gás, irregularidades nas tubagens, contadores em locais desadequados, baixo rendimento das caldeiras a gás existentes, termoacumuladores sempre ligados e diversas tubagens de equipamentos térmicos sem isolamento.

²⁰⁰ A caracterização do comportamento térmico dos edifícios referiu a falta de isolamento das coberturas e mansarda, a falta de sombreamento dos vãos nascentes do CDI, a falta de cobertura da piscina da Residência Oficial, a avaria dos painéis solar térmicos existentes, propondo finalmente novas áreas de solar térmico e uma aposta em 5Kws de solar fotovoltaico.

²⁰¹ Adquiriram-se e substituíram-se cerca de 2000 lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas, retiraram-se 35 apliques com lâmpadas de halogéneo substituídos por apliques com fluorescentes compactas, e suprimiram-se 45 candeeiros com lâmpadas de halogéneo, sendo montadas sanças com régua tipo T5. Reviu-se o tarifário de acordo com instruções da EDP, afinaram-se consumos residuais, introduziu-se relógios na desenfumagem da garagem e nos termoacumuladores, afinaram-se as caldeiras a gás, converteram-se todas as caldeiras a gasóleo para queimadores a gás, executou-se nova rede de gás com inspecção final e com planeamento para futuras inspecções bianuais, retiraram-se depósitos de gasóleo desactivados, executou-se a correcções de todas as tubagens de gás irregulares e isolou-se todas as tubagens dos equipamentos térmicos.

Foi corrigido o problema dos painéis solares existentes, criou-se plano de choques térmicos para a rede de águas sanitárias e instalaram-se três injectores de cloro em locais apropriados. Efectuaram-se análises e contra-análises às águas sanitárias e à água da piscina e adquiriu-se cobertura térmica para a piscina.

Etiquetaram-se os quadros. Instalou-se um pára-raios novo na Garagem Velha e foram revistas as terras dos pára-raios existentes. Instalaram-se descarregadores de sobretensão nos quadros principais.

séc. XIX, existentes em tabuado forrado a soletos de telha no exterior e tabique no interior. Esta intervenção, decorrida nas férias do Verão, implicou abrir buracos no tabique da parede exterior de todos os gabinetes, de modo a conseguir fazer correctamente a projecção do poliuretano contra a face interior do tabuado exterior, fechando em seguida o buraco e pintando todo o gabinete ou só essa parede, decisão tomada caso a caso. Necessariamente obrigou a programar o andamento dos trabalhos em função das diferentes férias de cada assessoria, numa coexistência difícil entre obras e trabalho administrativo, sempre mediado pelo arquitecto residente, como gestor das prioridades e relações públicas com o corpo de secretárias e assessores.



Fig.82. Instalação de 126 painéis solar fotovoltaicos na cobertura da garagem velha.

Fig.83 e 84. Dez painéis solar térmicos na cobertura do CDI

Às múltiplas intervenções correctivas somaram-se dois exemplos de microgeração. O Relatório da Auditoria propunha a instalação de 5KWp, para injectar na rede e vender a energia ao fornecedor, numa perspectiva da maior rentabilidade económica. Em alternativa, propôs o Arq. Pedro Vaz que a opção fosse de produzir uma potência com mais significado para os consumos do Palácio de Belém (cerca de 10%), e que tal energia fosse consumida localmente, optando mais pela pedagogia que pela economia. Apesar do retorno mais lento no investimento, a opção seria mais significativa do ponto de vista energético. O Secretário-geral aderiu de imediato a esta perspectiva, tendo sido instalados 126 painéis fotovoltaicos produtores de 20 KWp, ligadas ao ondulador a injectar potência directamente no Posto de Transformação existente. Cinco anos depois, com a queda das bonificações e o aumento do custo da electricidade, a opção mostrou-se afinal, também muito melhor em termos económicos.

Igualmente propôs o Relatório a instalação de solar térmico, que se concretizou em dez painéis de solar térmico CPC para Água Quente Solar, escondidos nos poços da cobertura do CDI para os balneários do ginásio e cozinha do refeitório.

A consistência de todo o trabalho acabou por merecer uma distinção no 1º Prémio Energia e Ambiente, na categoria correspondente.

Com a conclusão do projecto de reabilitação e restauro dos Viveiros de Pássaros em Dezembro de 2007, é lançado o concurso público da empreitada e iniciam-se as obras em Setembro de 2008. O edifício encontrava-se muito degradado, sendo desconhecida a data da última operação de conservação. A aplicação de tinta rosa nas fachadas sugeria uma intervenção no período do Estado Novo, na campanha dos rebocos de cimento, onde se registavam manchas de destacamentos importantes. A degradação das coberturas atingia a sua estrutura primária, com infiltrações importantes, que implicavam paredes interiores cobertas de fungos e escorrimentos. Também no interior, os lambris de azulejos mostravam algumas faltas, áreas completadas com azulejos brancos lisos e eflorescências de sais nas juntas. As carpintarias estavam genericamente bem, com algumas portas e janelas apodrecidas. As cantarias e estatuária encontravam-se muito recobertas de colonização biológica e crosta negra, e depósitos terrosos incrustados. Os embrechados dos nichos estavam desfeitos, as redes de águas inoperativas, com circuitos a descarregar directamente no esgoto pluvial, implicando consumo e desperdício de água para o seu funcionamento.



Fig.85 e 86. Viveiros de pássaros, alçados Sul e Norte com escorrências e fungos.

Fig. 87. Coberturas com abatimentos e telha desarticulada, ultrapassada no período de vida útil

A intervenção refez as coberturas, incluindo a estrutura primária, com aplicação de isolamento térmico, subtelha e telha de capa e canal grampeada. As novas caleiras largas permitem o acesso para limpeza. Os rebocos exteriores foram picados nas áreas onde a aderência à base se perdera, e onde havia eflorescências de sais solúveis sobre a superfície da tinta em destacamento, devido à presença de cimento ou cal hidráulica com sais, que se removeu. Foi efectuada uma estratigrafia numa amostra de reboco exterior, para saber qual o original. O resultado revelou como primeiro revestimento um reboco de cal estanhado (um barramento a pasta de cal) sem pintura, de cor branca. Perante a confiança da análise, foi natural a opção por um reboco de cal estanhado, apertado à colher de plástico, para evitar o riscar e queimar do reboco. Das fachadas retiraram-se candeeiros e projectores espúrios, bem como cabos eléctricos e material de segurança obsoleto e desactivado.

O interior foi climatizado para permitir a utilização como sala de exposições temporárias, escondendo as unidades de ar-condicionado. Os azulejos foram restaurados no local sempre que possível, e recompostos os padrões com cópias executadas com as mesmas técnicas onde necessário. As cantarias foram limpas de depósitos terrosos, crosta negra, fungos, por métodos não abrasivos, substituindo os elementos de ferro por inox e ligadores em fibra de vidro, com as juntas tomadas com cal e pó de pedra. A pedra lioz utilizada para os remendos das peças quebradas e desaparecidas, de excelente qualidade, foi a descoberta na abertura dos vãos de passagem no interior. Na demolição surgiram blocos de pedra lioz retirados do interior das paredes, da mesma idade da restante, possivelmente da mesma pedreira, e que foi utilizada para esculpir, no local, as peças de recomposição dos bebedouros. À mais-valia técnica e histórica (utilização de material absolutamente equivalente), juntou-se a mais-valia ética e a ecológica (menos consumo de novas pedras), e da reciclagem dos “entulhos” da obra.



Fig.88 e 89. Viveiros da Cascata restaurados, com rebocos de cal em branco no alçado Norte.

Fig. 90. Nichos com os embrechados recompostos

Os embrechados foram completados com pedras e cerâmicas das mesmas proveniências, seguindo os desenhos que se conheciam nas argamassas de assentamento. O circuito de água dos bebedouros, carrancas e cascata foi redireccionado para um depósito filtrado, com bombas para reenviar a água para o depósito superior, alimentadas por painéis de solar fotovoltaico escondidos na cobertura.

A intervenção específica de restauro, acompanhada cientificamente pela Dr. ^a Fátima Llera (IN SITU), susteve a degradação com metodologias análogas às originais. O edifício tornou-se apto a receber pequenas exposições temáticas integradas no programa anual do Museu da Presidência da República, defensável à luz da atribuição de uma função específica compatível com a estrutura existente. No caso concreto de um edifício que se encontrava ao abandono, foi também uma garantia de resiliência, criando a necessidade da sua conservação futura. A obra termina um mês antes do prazo, exactamente pelo valor contratado, deixando uma ideia de

eficácia nos serviços da Secretaria-geral, sendo do agrado da Primeira-dama e do Presidente, que considera ter ficado «*muito bem recuperado [...] permitido fazer cerimónias públicas, com apreço por quem tem usado.*» (Cavaco Silva, Anexo 01: 2)

A inauguração da reabilitação em Outubro de 2009 é assinalada com cinco récitas abertas ao público da ópera *Dido and Eneas* de Henry Purcell no relvado sobre a cobertura do CDI. À récita inaugural assiste o Professor António Lamas que se congratula do restauro e da reabilitação ter ficado «*um trabalho muito bom*».

Durante o ano de 2008 está em desenvolvimento o projecto de execução da reabilitação do Palácio da Cidadela de Cascais, ao cuidado do arquitecto residente na SGPR. Afinado o programa com o então Presidente da Câmara de Cascais Dr. António Capucho, uma vez que seriam parte interessada na utilização do espaço depois de reabilitado para o que comparticipariam em quase metade das despesas da obra por via dos fundos do jogo do Casino do Estoril, o investimento da Presidência concentra-se na obra da Cidadela. Em Julho é lançado o concurso público de empreitada enquanto decorrem as empreitadas de remoção do amianto e da desinfestação de xilófagos. De meados de 2009 a Novembro de 2011, as obras em Belém mantêm-se em registo mínimo, numa lógica de manutenção do necessário, sem empreendimentos de monta.

Porém, um dia são reportadas infiltrações no gabinete do sub-registo da NATO, um compartimento de duas salas existente no piso térreo do Palácio, sem janela. Na visita o Arq. Pedro Vaz depara-se com condições de insalubridade insuspeitadas. Esta área era apresentada como de alta segurança, sendo verificados os requisitos de controlo directamente pela NATO. Por isso funcionava como uma cave, localizada em cota inferior ao Jardim da Arrábida, para onde algumas infiltrações subterrâneas haviam encontrado caminho. Os castelos de fungos numa das paredes e os pavimentos forrados a alcatifa com 40 anos tornavam o ar desta sala irrespirável.

Perante o facto de o espaço servir como gabinete de trabalho para um militar que ali passava os dias, foram mobilizados meios para garantir a salubridade do espaço, criando paredes duplas com caixa-de-ar ligada ao esgoto, ventilada directamente ao telhado. O único ponto de contacto com o exterior era uma parede do fundo confinante com um pequeno saguão, onde se abriu uma janela gradeada para manter os níveis de segurança. Para que esta janela funcionasse para todo o espaço, a parede divisória que cortava em dois foi removida. Os barrotes de madeira do pavimento que ficava por cima tiveram que ser reforçados com perfis metálicos acrescentados por baixo, para sustentar também as paredes que ficavam por cima.

Um mês depois da inauguração da obra na Cidadela de Cascais inaugurava-se o novo espaço do sub-registo da NATO. Um trabalho complexo e melindroso pelo local e

pelos acessos à obra, e onde no final, se tornou de novo inacessível, fechando-se a porta para não se voltar a entrar, por força das suas condições de segurança impostas pela NATO²⁰².

Também em 2008, procedem-se a obras de intervenção na copa da Residência Oficial na Arrábida, cujos armários em madeira de pinho se encontravam num estado de desgaste incompatível com a função que desempenhavam. Os armários foram substituídos por novas bancadas desenhadas em função de cada espaço e cada utilização, a hotte de inox e o fogão desmesurado que existia foram removidos e os equipamentos de frigoríficos foram considerados no desenho, de modo a resultarem integrados. Este trabalho previa a futura intervenção na cozinha do palácio, no piso inferior, que deveria ser executada quando estivesse terminada a copa de cima, para a poder substituir durante as obras.

Em 2009, o Secretário-geral Dr. Pereira Coutinho toma a iniciativa de contactar o Laboratório Nacional de Engenharia Civil para a elaboração da análise do comportamento ao sismo dos edifícios do Palácio de Belém (A. Pereira Coutinho, Anexo 10: 9), trabalho estruturante para as garantias de segurança e integridade do edificado que aloja o primeiro órgão de soberania do Estado. Os contactos desenrolam-se com grandes espaçamentos, avaliando-se os processos possíveis para a recolha de dados para a construção dos modelos virtuais, denominados “modelos numéricos”. O objectivo era caracterizar mecânica e fisicamente cada parede, de modo a informar o modelo com tais características, para em seguida verificar virtualmente o comportamento do conjunto perante um episódio sísmico. Excluídos os ensaios destrutivos, opta-se por uma campanha de sondagens de “caracterização dinâmica *in situ*, aplicados a três módulos fundamentais: Palácio, Residência oficial e Anexo do séc. XIX. O processo consiste em colocar acelerómetros em cada pano de alvenaria e medidores de vibrações, para perceber a propagação ao longo da sua estrutura, nas quatro paredes de cada sala, sala a sala. Determinada a solução, iniciam-se as 52 campanhas de medição de vibrações entre Agosto de 2012 e Fevereiro de 2013, devidamente articuladas entre os condicionamentos e disponibilidade dos investigadores do LNEC e as restrições impostas pelo funcionamento regular da instituição Presidencial. Findo o levantamento, foi possível identificar as anomalias estruturais e os factores de vulnerabilidade sísmica, que alertaram para as potenciais fragilidades dos corpos principais da Presidência, compilados num Relatório profusamente fundamentado nos valores recolhidos *in loco*.

²⁰² Todavia a monitorização passou a fazer-se por via indirecta. Regularmente o arquitecto residente passou a questionar o militar de serviço, sempre que o encontra, sobre as condições de salubridade da sua sala, sendo a resposta geral: «*Tudo óptimo. Nem se compara!*».

Sem motivos para alarmes, surgiram pontos que merecem especial atenção e que se tornaram focos de estudo mais detalhado, com vista a projectar possíveis reforços estruturais.

No ano de 2010, depois de programada e iniciadas as produções em oficina de armários em inox, arcas congeladoras verticais em inox e todos os equipamentos decididos para a instalação da cozinha do palácio, o funcionamento da cozinha é interrompido no Verão para se proceder à intervenção. A actualização dos requisitos de higiene e saúde era um imperativo sanitário moral e legal, e que não podia ser desconsiderado na cozinha que servia o Chefe de Estado e seus convidados particulares. Os circuitos da cozinha foram ordenados, separadas as copas suja e limpa, reordenados os balções mantendo apenas os que se adequavam às exigências contemporâneas, sendo desenhados e executadas várias peças de remate e integração em inox, introduzidas a separação de resíduos, lava-mãos, equipamentos de segurança contra incêndio e toda a sorte de gavetas e armazenamento de equipamentos em condições de segurança e limpeza.

No Verão de 2012 iniciam-se os procedimentos para a substituição da cobertura do Anexo do Séc. XIX. A reabilitação da cobertura do Anexo do séc. XIX era desde 2008 uma prioridade, detectada também pela Auditoria Energética, exactamente porque este edifício alberga serviços vitais da Presidência, que funcionam cerca de 12 horas diárias, muitos dias de feriados e fins-de-semana. Por isso o comportamento energético da sua envolvente era uma preocupação. Tal como em muitos edifícios do séc. XIX, as paredes apresentam inércias térmicas interessantes mas as coberturas são muito permeáveis às trocas térmicas.



Fig.91. Telhado antes da intervenção. Fig.92 e 93. Aplicação de isolamento térmico, subtelha, linha de vida.

Fig.94. Telhado e mansarda acabados

O telhado era constituído por telha vã em marseilha, sem qualquer tipo de isolamento térmico, e encontrava-se muito ultrapassada no seu período de vida útil, existindo exemplos de pulverulência avançada onde as telhas se esfarelavam em pó à passagem da mão. Pelo exterior, a contaminação biológica de líquenes e fungos tinha tornado irrecuperável o telhado existente.

O telhado em telha marselha resultava pouco coerente com as mansardas executadas em soletos cerâmicos pintados a cinza, que claramente procuravam uma imagem de influência francesa para este bloco iniciado em 1887 por Silva Castro, o arquiteto do Ministério das Obras Públicas, que o acompanhou até 1892, data do seu falecimento.

A composição do Anexo de séc. XIX sugeria um gosto francês, incoerente com uma cobertura em telha marselha, uma opção de telha corrente, abaixo do nível de desenho e requinte deste edifício.

Ponderados todos estes elementos, parecia razoável considerar que o revestimento que vinculava a intenção de projecto eram os soletos cinzas. Assumida esta premissa, pretendeu-se propagar esta “vontade” de projecto para a cobertura, conseguindo a coerência global que faltava. A telha Plasma, pela sua forma plana e lisa, era a opção mais adequada para se apresentar como uma opção contemporânea, que não pretendia fingir ser antiga, mas assegurava uma continuidade natural dos soletos nos planos da cobertura. Sendo os soletos curvos, o desenho rectangular da telha Plasma mantinha a necessária diferença entre o que a nossa obra estava a reabilitar (os soletos) e o que estava a alterar (a cobertura). Na execução dos soletos por medida igual aos existentes foram introduzidas subtis melhorias invisíveis. Os soletos foram tornados um pouco mais compridos para melhorar a sobreposição dos mesmos, sendo o pigmento engobado no cerâmico, cozido com a telha e por isso muito mais duradouro que a pintura sobre o cerâmico.

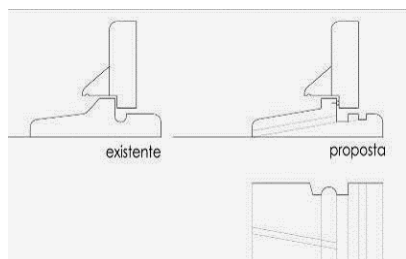


Fig. 95. Pormenor do peitoril existente e do proposto

Em simultâneo procura-se uma solução para resolver o problema das janelas do alçado Sul do Anexo do séc. XIX. Sempre que havia dias de chuva com vento de Sudoeste, todos os peitoris desta fachada deixavam entrar água, encharcando os pavimentos em todos os pisos. Por esta razão, de todos os elementos dos caixilhos, eram também os peitoris de madeira as peças mais degradadas e a carecer de substituição. Dentro do critério de evoluir na continuidade material, corrigindo apenas o mínimo necessário para atingir o pretendido, desenhou-se uma solução de peitoril que mantinha todas as folhas de abrir e as borrachas existentes. Os peitoris existentes foram removidos sem tirar mais nenhum elemento dos caixilhos, e substituídos por peças novas, compostas por duas metades que se uniam sob os caixilhos fechados,

local onde ocorria a transição do verde-escuro exterior para o peitoril branco ou em madeira envernizada interior. Os novos peitoris tinham uma mocheta mais elevada, com uma vazia para receber um cordão de borracha comprimido, e com dois invernais seguidos, interligados com tubos de inox de pingadeiras para o exterior. Sem se trocar um único caixilho, apenas os peitoris, resolveu-se um problema que parecia insolúvel sem recorrer a caixilharias de PVC ou alumínio.

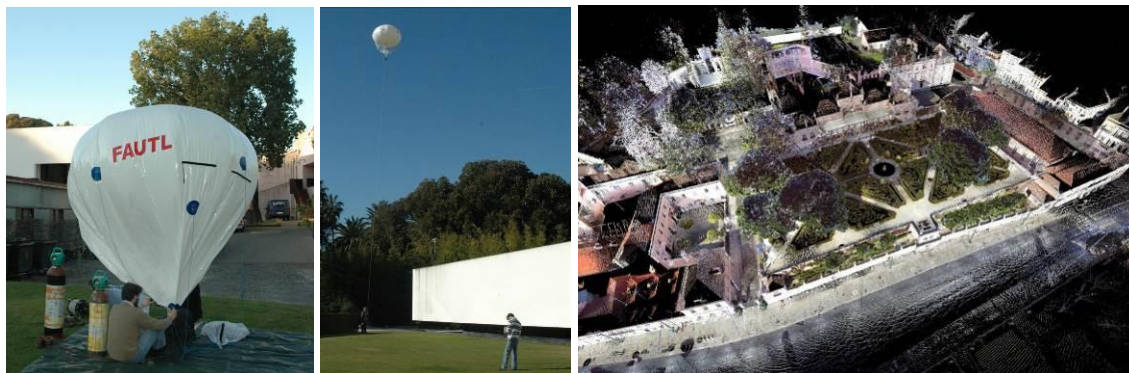


Fig.96 e 97. Balão de hélio para a execução das fotos das coberturas.

Fig.98. Resultado final de todos os pontos desejados

Atentos à evolução dos meios de diagnóstico e levantamento de edifícios de carácter excepcional, cujas tecnologias têm conhecido uma evolução de grande relevo, foi apresentado à Secretaria-Geral a equipa da Faculdade de Arquitectura “ArchC_3D Research Group”²⁰³, e a sua capacidade de elaborar levantamentos fotográficos tridimensionais de captura integral dos edifícios, conhecida por “Varrimento Laser 3D”. A sobreposição de múltiplas fotografias de alta resolução permite configurar um documento digital de extrema fidelidade representado em tridimensionalidade. A decisão de contratar este serviço permitiu armazenar uma base de informação de rigor milimétrico sobre todos os edifícios do Palácio de Belém, revelando-lhe cores, texturas, estereotomias, estados de conservação e definição volumétrica de ornamentos e estatuária, constituindo-se como ponto de partida para as tomadas de decisão para operações de manutenção e conservação futuras. Se em 1990 o levantamento gráfico dos edifícios da Presidência foi feito à fita, à escala 1/100, em desenho vectorial de AutoCAD, em 2012 o levantamento foi tridimensional, a uma escala que se aproxima do tamanho natural.

Em Julho de 2013 foram introduzidas melhorias na cobertura da lavandaria, que funciona num edifício adaptado para o efeito na década de setenta, situado junto da carpintaria e composto por dois pisos ligados entre si por uma escada.

²⁰³ Coordenada pelos Professores José Aguiar, Luís Mateus e Vitor Ferreira. Trabalho executado por Luís Mateus, Vitor Ferreira e a doutoranda Margarida Barbosa.

O piso térreo comporta as máquinas de lavar e secar, apresentando um tecto com altura regular. O Piso superior é utilizado para a roupa seca, para a engomadoria e tem um tecto muito baixo, com cerca de 2.10m. Acresce que esta cobertura é executada com uma placa de betão fina e placas de fibrocimento, com uma pendente mínima, de cerca de 2%, sem qualquer isolamento térmico. Face à distribuição dos equipamentos, todo o calor e humidade produzidos no piso inferior sobem para o piso de cima, onde se somam o calor dos ferros e cilindros de engomar. No tempo quente, somava-se ainda o calor radiante do tecto, tornando o ambiente muito difícil de suportar. Por esta razão, e uma vez que as placas de fibrocimento se apresentavam sem sinais de degradação, decidiu-se pelo seu encarceramento, isolando com poliestireno expandido de alta densidade, subtelha a telha, fechando os topos com chapas quinadas. O piso superior foi dotado de ventilação forçada para assegurar a renovação de ar.

Pela mesma razão de calor, e face a circunstâncias idênticas relativamente à cobertura, se procedeu ao isolamento térmico e ao encarceramento das chapas de fibrocimento da carpintaria, executada em 2001 com carácter provisório, mas cujas condições de trabalho se mantinham muito desconfortáveis desde então.

Nesta operação sobre as áreas de serviço foi introduzida uma pequena valência há muito tempo necessária. Alguns serviços do Museu, da esquadra da PSP e do Esquadrão da GNR, tal como a Lavandaria e a Carpintaria situam-se ao lado do Pátio dos Bichos, local onde ocorrem as cerimónias de recepção com honras da GNR aos convidados de Sua Excelência o Presidente da República.

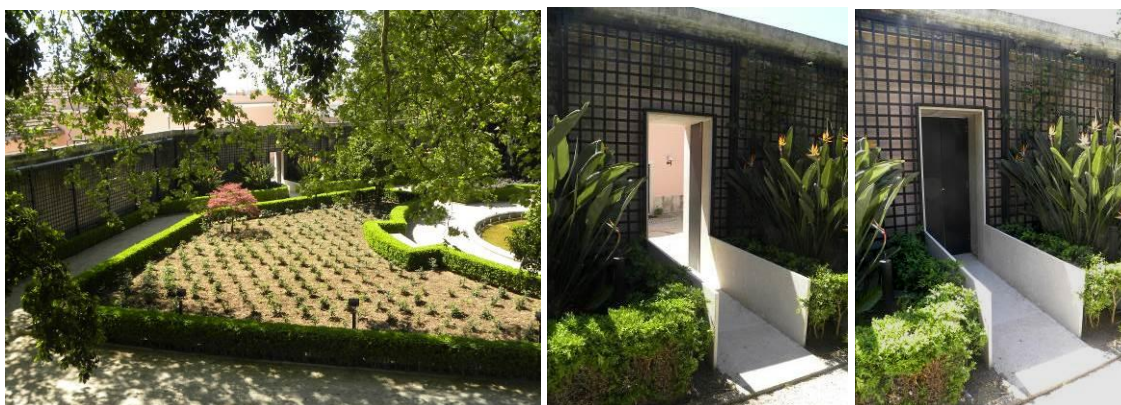


Fig.99,100 e 101. Implantação da porta, aberta no Jardim das Tileiras. Situação da porta aberta ou fechada

Para aceder à Secretaria-Geral, Refeitório, Casa Civil e Militar, garagem, etc., era necessário atravessar o pátio. Esta situação conduzia a que muitas vezes, no decurso de uma cerimónia que se pretende com a mais alta dignidade, passassem sorrateiramente funcionários, agentes da PSP ou da GNR, por vezes em calções ou com bicicletas às costas para "ir fazer um pequeno treino matinal".

Para evitar esta situação inconveniente, executou-se a abertura de uma porta estreita para o espaço de serviço junto da lavandaria, que pode agora servir todos os serviços referidos, sem esforço, por se encontrar no caminho natural entre os percursos a efectuar. Uma pequena intervenção, imperceptível no conjunto, mas que colabora na dignidade da função representativa do Palácio de Belém.

Com a proximidade de Outubro de 2014 e a celebração dos 10 anos de vida do Museu da Presidência, pleno de actividades no âmbito da recolha e inventariação²⁰⁴, nas exposições temporárias alargadas a todo o país²⁰⁵, na gestão de espólios de ex-presidentes entregues pelos próprios ou familiares ²⁰⁶, propõe o seu Director a comemoração da efeméride com uma intervenção de renovação da imagem pontual do museu, antevendo o futuro, designadamente na área dos quadros dos Presidentes. A Galeria dos Retratos foi separada nos quadros dos Presidentes anteriores à Democracia numa parede e os Presidentes após a Democracia noutra parede, ganhando espaço para a continuidade que se espera, adicionados com postos multimédia que permitem conhecer a biografia de cada um dos Estadistas. No Pátio das Equipagens propôs o Director a substituição das quatro laranjeiras por três árvores estilizadas, iluminadas pelo interior, com uma geometria que permitisse a sombra no Verão e uma protecção contra a chuva ao caminho entre a loja e a porta do museu, e uma quarta no exterior do Palácio, em frente à porta da entrada, como elemento de chamada do público (não construída). O projecto foi naturalmente encomendado à equipa projectista do museu, Prof. Rui Barreiros Duarte e Arq.ª Ana Paula Pinheiro, desenvolvendo-se a obra de modo a ser inaugurada no dia 5 de Outubro de 2014, data da celebração do décimo aniversário da sua inauguração.



Fig.102 e 103. Inauguração do 10º aniversário do Museu da Presidência

Fig. 104. Pala e soleira no CDI

²⁰⁴ O Museu acomoda 213 828 documentos dos quais estão 123 440 descritos e inventariados na base de dados do museu. Foram publicados 7 livros ou catálogos em 2004, 9 em 2005, 23 em 2006, 7 em 2007, 1 em 2008, 12 em 2009, 9 em 2010, 9 em 2011, 5 em 2012, 3 em 2013 e 4 em 2014.

²⁰⁵ Foram feitas 3 exposições temporárias em 2004, 13 em 2005, 16 em 2006, 14 em 2007, 14 em 2008, 17 em 2009, 19 em 2010, 10 em 2011, 11 em 2012, 11 em 2013 e 9 em 2014, algumas itinerantes.

²⁰⁶ Incluem-se na colecção do Museu 1052 Presentes de Estado, 160 objectos pessoais, 211 condecorações, 40 retratos 34 bustos 16 carros de presidentes e 13 outras peças. O espólio total é de cerca de 4500 peças.

No mesmo ano de 2014, o Arq. Carrilho da Graça procurou uma solução para o sombreamento exterior da fachada Nascente do Centro de Documentação e Informação, para ir ao encontro de algumas observações no relatório da Auditoria Energética. O projecto, já entregue e aguardando oportunidade de execução, propõe a substituição dos vidros existentes por outros mais eficientes e a criação de uma linha de estores enroláveis à frente da fachada cortina guiados por tirantes de aço presos na pala (em cima) e na soleira (em baixo).

Com a intervenção da plataforma elevatória de acesso do Pátio dos Bichos para a Sala das Bicas no início do mandato do actual Presidente, cumpriu-se a totalidade da área de público acessível de acordo com a regulamentação. Mas não fora possível à data realizar o sanitário acessível a pessoas que se desloquem em cadeira de rodas, o que se mantinha como deficitário em 2013.

Igualmente permanecia com obstáculos à mobilidade a área da Residência Oficial, que não sendo de acesso público, deveria estar acessível, seja para um convidado seja para os utilizadores habituais, de acordo com a legislação e sobretudo a dignidade e exigência requerida ao local.

No sentido da resolução de ambas as insuficiências, e para atingir a totalidade do cumprimento regulamentar das acessibilidades no palácio, estudou-se a execução de um sanitário acessível a mobilidade reduzida no local onde existia o único sanitário do palácio, com a introdução de uma plataforma com as medidas regulamentares ao lado, implantado no canto Sudoeste do Jardim da Arrábida, sacrificando uma simples arrecadação do material da piscina. Esta opção que se executou em 2014 implicou a emergência de um volume neste canto, em posição muito discreta e inócua. Para minimizar o impacte visual, o volume exterior foi revestido a zinco com junta agrafada, pré-patinado, com cruzetas de arame para cobrir com as heras que ali já existem, e que com o tempo o cobrirão por completo.



Fig.105 e 106. Jardim da Arrábida, local onde emerge o "cubo" verde, no canto direito. Antes e depois.

Em pouco tempo, teremos um cubo verde. Projectou-se igualmente uma janela para poder dar luz à cabine, que se recortará no meio do verde das heras. A plataforma ficou assim encaixada em recantos sem valor espacial, não conflituando com a harmonia ou graciosidade dos espaços e salas nobres. A ligação do acesso do elevador ao vestíbulo desenhado pelo Arq. Luís Benavente processa-se por uma porta que já existia para um sanitário único no piso superior. A porta de ligação é assim a mesma, e o espaço desenhado pelo arquitecto em 1951 permaneceu intocado.

O sanitário existente foi transformado em dois sanitários divididos por género, de modo a acomodar o acesso ao elevador com a elegância e sobriedade que a Residência Oficial implica e que o espaço disponível permitiu.

Nesta intervenção procurou-se corrigir a resposta sanitária do Palácio para os dias de eventos e cerimónias, que dispunha apenas de um único sanitário, absolutamente insuficiente e que provocava filas de espera inusitadas. No mesmo projecto propôs-se a execução de um bloco de sanitários no local onde existia uma copa de apoio à cozinha, com dois sanitários femininos e um sanitário e dois urinóis masculinos. Os conteúdos da copa foram transferidos para armários nos corredores de serviço do piso que fica sob a Residência Oficial, sendo desenhados novos armários em aço inox e despenseiros em contraplacado lacado a branco, distribuídos pelas salas e corredores disponíveis. Os arrumos do fundo, onde se arrumam loiças, talheres e copos, foram dotados que novas estantes e modernas paletes de armazenagem de copos e pratos, rodados, para facilitar todo o manuseamento da palamenta.

Fruto da sua origem como casa senhorial e das sucessivas adições ao longo do tempo, os serviços da presidência encontram-se sedeados em vários edifícios separados, onde se organizam os diferentes departamentos, também eles evolutivos.

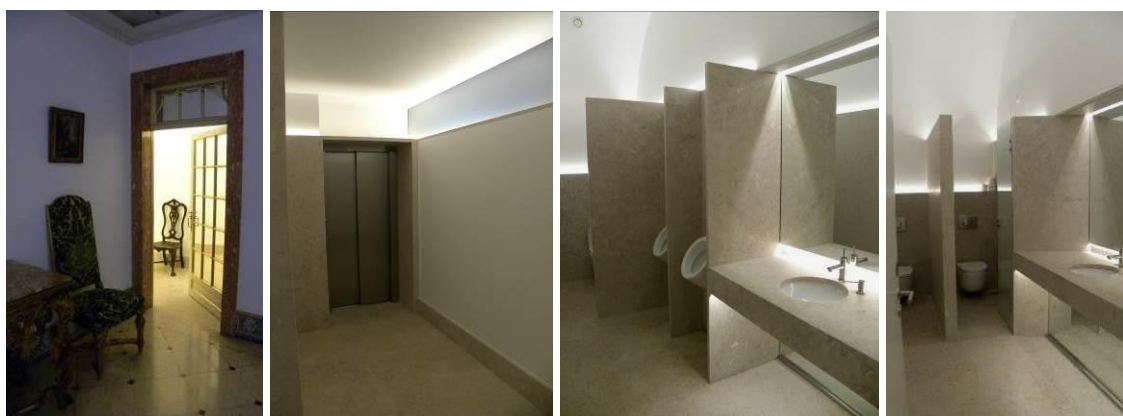


Fig. 107 e 108. Porta no vestíbulo existente e novo acesso ao elevador .

Fig. 109 e 110. Sanitários do piso superior e inferior, masculino e feminino

As ligações entre estes edifícios processam-se pelo exterior, pelos pavimentos em calçadas de vidro, de basalto e de cubos de granito. As diferentes texturas do

chão, especialmente agressivas para os saltos altos, são agravadas pelo estado instável destes materiais, em especial as calçadas de basalto e granito, por causa da circulação dos automóveis, tendo motivado alguns acidentes em serviço de funcionários que forceram pés com gravidade.

No âmbito da garantia de acessibilidades e de segurança nas instalações, executou-se uma passadeira em pedra, semelhante à projectada e executada no Pátio das Damas, de modo a criar um tapete horizontal e liso para a deslocação segura de funcionários entre os vários edifícios que compõem os serviços.

Sob todos os troços de pedra foram criadas galerias técnicas para comunicação de redes de informática e electricidade entre os diferentes edifícios, preparando o futuro.



Fig. 111 e 112. Passadeiras lisas entre edifícios, respeitando o material existente. Fig. 113. Corrimãos em latão

As opções relativas à segurança das circulações podendo parecer um preciosismo, reveste-se de extrema importância num local onde se recebem altas entidades, com as mais variadas idades e capacidades motoras. Na visita do Papa Bento XVI, foi evidente a hesitação do Santo Padre a descer a escadaria da Sala das Bicas para o Pátio dos Bichos. No dia seguinte, a Primeira-dama requeria uma solução para introduzir um corrimão nesta escada, para evitar a possibilidade de um dia haver um acidente, e oferecer a todos os convidados de Estado o direito de se deslocarem em segurança e sem receios.

Apesar da idade vetusta do palácio, as funções desempenhadas são de completa actualidade e obrigam-se a uma exigência de segurança e dignidade, que resultam de um desejo de competência.

Quando passam 100 anos da instalação da Presidência em Belém, o palácio procura manter viva a sua contemporaneidade, misto de passado com promessa de futuro, na consciência do seu valor/dever/desejo de exemplo.

4. REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

4. 1. Imaterialidade e legibilidade

A representação dos órgãos de soberania de uma nação é uma tarefa complexa, sensível ao espírito do tempo, aos costumes e aos lugares, conferindo um cenário que enquadra e adjectiva o cerimonial protocolar das práticas que regulam a “cortesia” entre pessoas e/ou representantes de entidades, nacionais ou estrangeiras. A responsabilidade desta representação é máxima quando se trata da sede do mais alto cargo na hierarquia do Estado, espaço referencial para o seu país e palco de encontros ao mais alto nível de formalidade institucional portuguesa ou internacional. A sua importância efectiva destaca-se da cortesia e boas maneiras em geral, através das regras formais e escritas do Protocolo de Estado, «[...] *pelo objecto e conteúdo, dado o valor obrigatório das suas regras e a estabilidade fundada numa legislação que o enquadra.*» (Serrano, 2011: 29)

O espaço físico onde a representação se desenrola assume uma importância de modelo conotado com a cultura do país, principalmente quando tal ocorre num edifício histórico. Sendo um espaço ancorado no passado acumula a sua história específica, ao mesmo tempo material e imaterial, de obras somadas sob contextos e histórias que as explicaram. Estes valores tangíveis e intangíveis constroem um conjunto de atributos que por vezes explicam a escolha de um determinado edifício para uma determinada função em contextos de mudança, como foi o caso do momento da mutação política da Monarquia para a República, valores esses que fazem parte integrante da herança que o edifício transporta para o presente e futuro. Contudo, certas decisões são tomadas no tempo e corrigidas no tempo seguinte, quando o desalinho às necessidades funcionais se agrava, ou quando novas exigências implicam a mudança. Ou podem manter-se fiéis à estrutura que sempre as abrigou, se a articulação se mantiver ou aumentar.

O Palácio de Belém resulta de uma construção aditivada ao longo do tempo, sucessivamente alterada e transformada ao longo de sete séculos. Não surge como obra-prima de autor, não corresponde a um paradigma nem a um caso extraordinário de arquitectura. Não foi particularmente desejado nem procurado no passado régio. Não foi construído como monumento para assinalar no tempo determinado acontecimento ou indivíduo. E contudo torna-se um monumento pela sua singularidade e sobreposição histórica, por valor adquirido, não-intencional como classificaria Riegl, muito mais imaterial que tangível, e que acaba por se materializar em consequência do reconhecimento desse valor.

Após a revolução republicana, o valor rememorativo do edifício é incrementado pela acumulação de factos que o vinculam de forma indelével à História do país e da República. O seu valor simbólico cresce ao longo de um século, robustecendo a sua importância no contexto nacional, tornando-se num atributo muito relevante, hoje indissociável do edifício.

Naturalmente que a função de Estado representada no Palácio de Belém se poderia desenvolver noutro edifício. Poderia ter mudado no passado e pode mudar no futuro. Mas também é certo que hoje nenhum outro edifício poderia mobilizar toda a história da República, o passado e o presente unificados no “sentido” estruturante do edifício. Nenhum outro poderia ou poderá oferecer a totalidade da história da Presidência da República, num edifício fundado em valores dos arquétipos da arquitectura chã portuguesa.

Contudo, subsiste por definir a razão de ter sido escolhido em 1910 o Palácio de Belém e não outro. Ainda hoje nos interrogamos sobre a razão que terá conduzido à opção de Belém, quais os fundamentos que a mantêm e quais os atributos que tornam este palácio único e actual. Que características apresentou em 1911, e que se mantiveram ao longo de cem anos, sendo ainda hoje consideradas adequadas, «reiterando a promessa de espanto, de êxtase, de comoção, oferecendo-se de novo para o encontro» (Abreu, 2007: 103) em cada novo mandato, em cada nova visita, e que os Presidentes reconhecem e onde se revêem?

4.1.1. O “Chefe de Estado”

A figura presidencial resulta da Constituição de 1911, que lhe definiu os poderes, direitos e deveres, pessoal de apoio e instalações para o desempenho das funções. À data, os deputados da Assembleia Constituinte estavam receosos com a experiência ditatorial de João Franco, e com os “gastos excessivos” da Casa Real. Apesar das divergências entre as diferentes sensibilidades quanto à estrutura do poder no Regime Republicano, a opinião da Assembleia foi unânime de que o Presidente da República «[...] deve ter funções meramente simbólicas, subordinado ao poder legislativo, ao contrário do que acontecia na Monarquia; devem ser reduzidos ao mínimo os seus meios de exercer o poder ou de o ostentar, e deve adoptar um estilo de vida modesto, sem honras especiais e sem uma casa numerosa.» (Telo in Pinto, 2001: 17) O deputado José de Castro sintetizou que o Presidente que convém à nova República deveria ser «*simples e modesto, e ao mesmo tempo, barato.*» (Idem: Ibidem)

É neste contexto que se define a pesquisa de um espaço para alojar a figura presidencial. Um lugar eleito pelos deputados, com uma equipa máxima de duas pessoas (um secretário-geral e um secretário particular), com um ordenado inferior ao

governador de Moçambique, a qualquer ministro ou general, com uma equipa inferior ao director dos Correios. Outro dos constituintes, João Nunes da Mata, propunha mesmo que o Presidente desempenhasse a sua função a partir da sua casa particular, com meios materiais muito reduzidos, para não se habituar a mordomias.

Na versão final da Constituição, menos restritiva, fica estabelecido o papel simbólico do Chefe de Estado, que apesar de deter poderes coarctados pelo parlamento, «*representa a Nação nas relações gerais do Estado, tanto internas como externas*» (art.º 37 da Constituição) e deve «*promover o bem geral da Nação [...] [bem como] manter e cumprir com lealdade e fidelidade a Constituição da República*» (art.º 43 da Constituição) (Idem: 18).

4.1.2. Particularidades físicas e circunstanciais do Palácio de Belém

Resultando da apropriação de um edifício existente, as “Intenções” que poderiam encontrar-se subjacentes à obra, e eventualmente explanadas numa Memória Descritiva, que nos conduzissem na experiência da obra esperada (Abreu, 2007: 284) não estão disponíveis. Do mesmo modo não foi o palácio desenhado ou pensado para qualquer função de representação do Estado.

Contudo, as suas características físicas e simbólicas, que não se encontravam facilmente presente noutro edifício ou palácio disponível no período revolucionário, assim como alguns detalhes circunstanciais, poderão ter sido determinantes para a escolha definitiva de Belém em 1911, a saber:

1. O Palácio de Belém estava apartado da Coroa desde 1908. Pertencia ao Estado e gozava de um certo distanciamento à utilização régia, na medida em que nos últimos vinte anos servira para alojamento de convidados estrangeiros em visita a Portugal. Tinha inclusivamente uma subtil fama de ser nefasto para a família real, o *palácio fatídico*, resultado dos acontecimentos de 1861.

2. Apresentava a sobriedade e a modéstia construtiva exterior que parecia bem aos deputados do Parlamento, condignamente instalados em S. Bento, que certamente consideravam mais “vistoso” e imponente que o Palácio de Belém, materializando simbolicamente a hierarquia de poder entre os Constituintes e o Presidente, os que o elegiam e que o podiam destituir.

3. Belém já tinha telefone instalado, o que à data era um atributo assinalável, com valor operacional. Se a Monarquia caíra de fraqueza e cansaço, a República era também frágil e havia que manter contacto fácil entre os novos dirigentes para evitar retrocessos.

4. Era desde 1901 acessível por carro eléctrico, facilidade utilizada por Teófilo Braga, durante o Governo Provisório, o que conectava Belém com a Baixa de Lisboa, e por conseguinte, com S. Bento e o largo de Santos. O Palácio de Belém era

suficientemente próximo, mas suficientemente longe, virtude que ainda hoje parece conveniente.

5. A Secretaria-geral da Presidência instalara-se em Belém para apoio ao despacho do Chefe do Governo Provisório. Depois da aprovação da Constituição, os serviços já aí tinham funcionado, e era natural a continuidade.

6. O edifício do “Anexo do séc. XIX” estava acabado de construir. Era recente e bem equipado, e permitia receber e trabalhar. Durante o Governo Provisório os quartos dos aposentos dos convidados não tinham sido utilizados porque de qualquer modo, não tinham sido necessários. Apesar da Constituição de 1911 proibir a instalação do Presidente da República em qualquer “uma das propriedades da Nação”, Manuel de Arriaga terá movido as suas influências para alterar esta disposição. As Presidências americana ou francesa previam acomodação para os seus Presidentes, e Arriaga citara a Casa Branca como exemplo. Em 1912 instalava-se no Anexo, que tinha as dependências a estrear.



Fig. 114. Eléctrico em Belém em 1901 publicada na *Ilustração Portuguesa*



Fig.115. Teófilo Braga no Eléctrico para Belém, durante o Governo Provisório, publicada na *Ilustração Portuguesa*

7. As alternativas apresentavam dificuldades diversas. O Palácio da Ajuda ostentava uma indesejada ambição do rei absolutista; estava por terminar e faltavam-lhe todos os espaços anexos para instalar os serviços de intendência ou garagens.

Queluz era excessivamente majestoso e longínquo, totalmente contrário ao contexto pretendido. Tal como eram distantes os Palácios de Sintra, de Caxias e o de Cascais, tomados como locais de veraneio da Coroa, e o momento político impunha seriedade. Nas Necessidades estava já instalada a Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e os bombardeamentos do Adamastor não convidavam a novos usos num período ainda tão politicamente quente. A sua afectação aos dois últimos reis conotava o palácio do Largo do Rilvas com a realeza que se repudiava. Mafra era desmesurado e definitivamente fora da Capital.

8. Os outros palácios reais estavam indisponíveis. O Palácio de Alcântara (ou do Calvário) fora vendido pela Casa Real em 1876 para abertura de novos arruamentos e construção de novos edifícios, dando origem ao bairro do Calvário. O Palácio do Alfeite, antiga casa de Caça da Coroa fora entregue aos Marinheiros da Armada em 1851. O Palácio da Bemposta (ou Paço da Rainha) fora doado por D. Maria II à Escola do Exército em 1850, tal como o Palácio de Vendas Novas, entregue à Escola Prática de Artilharia em 1861 pela mesma rainha. O Palácio de Salvaterra fora consumido pelo fogo em 1817 e 1818.

9. O Palácio de Belém tinha um perímetro murado que permitia um certo controlo de segurança. Tinha também as salas de recepção encadeadas, com área onde podiam ocorrer as cerimónias atribuídas ao Presidente da República, bem como construções periféricas que facilitavam a instalação dos poucos serviços e serviços que era necessário considerar.

Não se conhecendo uma razão por escrito da escolha de Belém, certo será que alguma ou algumas das razões apontadas, ou o seu somatório, poderão ter estado na origem da decisão dos Constituintes como argumentos de preferência.

4.1.3. O vínculo à simbólica presidencial

O comedimento do Palácio de Belém simbolizava a contenção desejada para o lugar do Chefe de Estado. O “sentido do ser” do edifício resultava da sua adequação, da sua pertinência não propriamente funcional, mas sobretudo simbólica, poética (Abreu, 2007: 221). Resultava da clareza com que veiculava e promovia os valores republicanos que se desejavam, que se procuravam transmitir. Neste contexto, o Palácio de Belém parecia oferecer, no contexto das disponibilidades existentes, as melhores condições de representação do papel que se pretendiam do edifício da Residência Oficial do Presidente da República. Sobriedade, depuração e modéstia ornamental, mas distinto e com presença, com espaços para as recepções de representação do Estado que estavam acometidas ao cargo da «figura decorativa», com poderes praticamente nulos, que o Parlamento pretendia (Telo in Pinto, 2001: 19).

Sendo o presidente um homem comum, não precisava, ao contrário dos reis, de jardins nem quintas para passear, pelo que os Jardins dos “prazos de cima” são cedidos ao então Jardim Colonial, em 1912, e o novo perímetro do Palácio de Belém é determinado no ano seguinte, mantendo-se na essência até aos dias de hoje.

O palácio é apropriado por uma nova e importante função e toda a esfera presidencial se passa a definir nestes espaços. Ao longo de um século os diferentes presidentes vão estabelecendo diferentes relações com o edifício, moldando os actos protocolares e as regras de apropriação à realidade física do espaço, que lhes responde com a naturalidade e evidência da *re-presentificação* do passado (Abreu, 2007: 93), da segurança dos mesmos referenciais de estabilidade que sempre conduziram nas incertezas da vida política.

O “sentido do ser” ancora-se na simbólica Presidencial, numa Legibilidade que molda essa mesma simbólica num contínuo de causa-efeito, vinculando todos os espaços e acessos a esse imaginário. Imaginário cuja actualidade, diferente do original, prova o percurso de moldagem e capacidade de adaptação do espaço à função, ou da função ao espaço, refeita em cada novo mandato, nova em cada nova personalidade de cada novo Presidente, mas onde sempre se reconhecem as permanências fulcrais à intemporalidade da “poética” presidencial.

Estas invariantes desenham os signos da Presidência da República e acabam por conotar o edificado ao cargo político, o Palácio de Belém ao Órgão de Soberania, tornando-se complementares e designados como sinónimos.

4.2. “Intersubjectividade”

4.2.1. O sentir dos Presidentes

Tal como os deputados da Assembleia Constituinte, os primeiros presidentes estão imbuídos do espírito da época, da necessária contenção e da imperiosa representação de seriedade do Chefe de Estado, da sua moderação e comedimento, face às dificuldades que o país atravessava.

Contudo, é ao Governo que cabe a decisão da escolha de Belém.

Ainda assim, pressente-se o agrado dos presidentes pelos atributos de representação disponibilizados pelo Palácio de Belém. Os seus salões para as recepções de Estado, as áreas de trabalho e as condições de conforto do “Anexo do séc. XIX” para habitação, onde quase todos os presidentes da I República habitaram, e principalmente a Varanda do Palácio, onde muitos se faziam fotografar com os convidados. E se tal ocorria no passado, igual estima a esses lugares e espaços se reconhece actualmente.

«A fachada do palácio para o rio é harmoniosa. Tal como o terraço, com a vista sobre o Tejo, com o Jardim do Buxo, sempre bonito e estimado. Não há visitante a quem não mostre a vista do terraço, tal como faziam os anteriores Presidentes. Há uma boa relação com o rio, todos gostam de ver.» (C. Silva, Anexo 01: 2) Também o primeiro Presidente Civil da Democracia isola a varanda do palácio como um local singular, por causa da sua exposição sobre o rio Tejo que sempre admirou, bem como a vista sobre o jardim dos Buxos, igualmente do seu agrado. «O que eu usava muito e de que tenho verdadeiramente saudades era a varanda. Era um dos meus locais preferidos; quando estava bom tempo, gostava de ali conversar com os convidados e com os meus amigos, percorrendo a varanda, de um lado para o outro, a olhar para o Tejo, que me ajudava a meditar.» (Soares, Anexo 05: 1)



Fig.116. Manuel de Arriaga com o Vice-presidente da Câmara de Lisboa, in *Ilustração Portuguesa*.

Fig.117. Teixeira Gomes com António José de Almeida.

Fig.118. António José de Almeida com oficiais celebrando a 1ª travessia aérea do Atlântico.



Fig.119.

Os quatro Presidentes da Democracia. 25 de Abril de 2010.

O primeiro Presidente eleito da Democracia, Ramalho Eanes, e o actual Presidente expressaram formalmente o seu gosto pelo palácio, considerando-o austero, sem ostentação, mas digno, o que ambos consideram ser virtudes. «As salas do palácio não apresentam luxo, ostentação, mas têm muita dignidade. Considero que têm a dignidade adequada para a função.» (C. Silva, Anexo 01: 3)

Para o ex-presidente Eanes, «o edifício, como palácio, é pobre e austero», resultado de adições no tempo ²⁰⁷ (R. Eanes, Anexo 07: 1) Todavia considera os salões espaços dignos e adequados à função, na medida em que defende que o poder deve manifestar-se com competência, eficácia e ética para realizar o bem comum, mas que deve também manter um certo distanciamento em relação aos cidadãos. E que, nessa perspectiva, é útil a dignidade arquitectónica dos espaços onde o poder é exercido, assim como o é o uso dos seus símbolos, como por exemplo o pavilhão presidencial, que enfatizam a afirmação distintiva.

«Concordo com o Presidente Cavaco Silva e General Eanes porque também penso que Belém se adequa ao estado do País, tem mais a ver com as nossas possibilidades, e não a Ajuda, com aquela monstruosidade.» (Sampaio, Anexo 03: 1)



Fig.120. A. José de Almeida assistindo a parada militar. Fig.121. Sidónio Pais anuncia armistício de Rethondes



Fig.122 e 123. Salazar e Craveiro Lopes na varanda do jardim do Buxo aclamando o cortejo automóvel no regresso do Presidente de viagem ao Brasil.

²⁰⁷ «Os resultados serão até provavelmente interessantes, mas não racionais, e mesmo, talvez até disfuncionais. É, aliás, um modelo muito frequente entre nós procedermos assim. Diz-se que o fazemos por genética cultural. Eu penso que tem mais a ver com o facto de termos sido sempre um povo pobre e ameaçado. Com uma terra pouco fértil, em contexto de escassez permanente, e historicamente ameaçado por Castela.» E acrescenta que um povo pobre e ameaçado não faz grandes projectos de futuro, e não investe em empreendimentos de grande envergadura. (R. Eanes, Anexo 08: 2).

Igualmente se reconhece o valor de protecção e salvaguarda da integridade física proporcionada pelo “palco” natural materializado pela varanda do Jardim do Buxo a Sul, sobre a Praça Afonso de Albuquerque, de onde comunicavam com o “povo”. Do mesmo modo que oferecia um “pedestal” à figura presidencial, para receber e cumprimentar as manifestações e desfiles em sua honra, ou em datas comemorativas, oferecendo o distanciamento entre o governante e os governados, referido pelo Presidente Ramalho Eanes. Bernardino Machado, Sidónio Pais, Craveiro Lopes com Salazar, Spínola e Costa Gomes, principalmente durante os períodos quentes após a Revolução democrática tiraram partido da proximidade visual à via pública que a tribuna natural permitia, aliada à evidente segurança conferida pela acessibilidade barrada ao cidadão anónimo.

A mesma posição foi escolhida pelo Presidente Jorge Sampaio no último dia do seu mandato para despedida da população que se encontrava na Praça Afonso de Albuquerque, tal como o Presidente Cavaco Silva ali se dirigiu no mesmo dia, o primeiro do seu mandato, para acenar às pessoas que o saudavam da rua.

Pela repetida afirmação dos valores simbólicos, pela sobreposição dos momentos históricos, o Palácio de Belém será um “monumento”, um sinal presente do passado que evoca e perpetua a memória (Abreu, 1996: 84). E será certamente uma arquitectura construída expressamente para perdurar, para se manter sempre presente e evitar que alguma vez se torne uma realidade passada. Mas capaz de absorver as marcas do tempo, para acompanhar a história do homem, deixando-se marcar pela passagem do tempo.

O conjunto de razões que estiveram presentes na origem da edificação e cujas virtudes determinaram a sua agregação à simbólica presidencial provou a sua legitimidade pela manutenção da sua actualidade nos dias de hoje, a sua pertinência e eficácia, apesar das alterações funcionais e de responsabilidade que o próprio cargo vai conhecendo ao longo da história. Tais atributos do passado e do presente são tidos como simultaneamente operativos, para os Presidentes que sempre utilizaram o mesmo circuito para a recepção de audiências, como para os convidados, que sempre pressentem ao longo do circuito a aproximação ao anfitrião, sendo conduzidos a visitar as salas mais representativas do palácio, tomando a vista sobre os jardins, a praça e rio.

O actual Presidente, apesar de reconhecer a majestade do Palácio da Ajuda, fundamental para todo o cerimonial dos banquetes de Estado (Anexo 28: 8) congratula-se com o facto de a República ter afectado Belém aos Presidentes. E relembra que quando esteve no Palácio de Queluz como presidente eleito, antes de tomar posse no primeiro mandato, gostava do espaço, mas que prefere Belém.

4.2.2. O sentir das Primeiras-damas

Com responsabilidades na representação do Estado, encontra-se a missão da Primeira-dama, cuja actividade se desenvolveu do quase anonimato para uma actividade cívica e humanitária de destaque. Sendo um lugar não elegível, sem poder político formal, cabe ao cônjuge (até à data, sempre feminino) uma actividade de acompanhamento nas deslocações do Presidente, ficando naturalmente mais atenta para as preocupações sociais e culturais, ganhando uma importância conquistada ao longo de vários mandatos.

Após as primeiras eleições democráticas, a Dr.^a Manuela Eanes cria um novo modelo que iria florescer e ganhar uma dimensão equivalente a congéneres europeias. A Primeira-dama passava a ter importância na actividade presidencial, que não apenas de acompanhante, conquistando uma posição que se materializaria fisicamente no Palácio de Belém. «*A mulher do Presidente não é eleita mas tem que ali trabalhar. E tem que ter um espaço.*» (Barroso, Anexo 06: 1) À actividade em defesa dos valores cívicos e sociais, que se tornam o estandarte da Primeira-dama, somava-se a prosaica mas muito relevante resposta a muitas cartas, legítimas e sentidas, hoje transformadas em “e-mails”, que se torna uma das competências dos múltiplos serviços que a instituição presidencial tem acometida. Cartas a que Sidónio Pais tinha de responder pela sua condição de solteiro, mas que tendeu a deslocar-se para esfera da Primeira-dama pela acção competente e incansável da Dr.^a Manuela Eanes.

A Dr.^a Maria Barroso imprime uma continuidade consolidante, vencendo a estranheza de quem continua a rasgar um caminho ainda pioneiro; no seu tempo de Primeira-dama era apoiada por uma amiga, que não auferia qualquer vencimento. Fora colocada no cargo por um diplomata. Também a filha do Dr. Almeida Santos «*uma trabalhadora incansável*», lhe dera assessoria quando ainda estudava Direito. «*Mas não havia condições.*» «*É o Dr. Jorge Sampaio que cria o gabinete [de cônjuge]. [...] É ele que cria o gabinete e muito bem.*» (Idem: Ibid)

A constituição do Gabinete de Cônjuge é uma formalização do caminho percorrido nas duas décadas anteriores, num gesto de lucidez do novo Presidente Sampaio, que não hesita em legalmente assumir a colaboração efectiva da sua “assessora número um”, como Maria José Ritta gosta de se intitular. O que se adaptara inicialmente numa salinha da Residência da Arrábida, tornava-se um gabinete no Anexo do séc. XIX, ao lado dos Assessores militares e junto dos Assessores Cívicos, fisicamente aceite na sua dimensão de representação. Todavia, a primeira Primeira-dama com gabinete na Casa Civil não o ocupava em permanência. Pelo contrário; «*Na verdade, vivi 10 anos fora do Palácio de Belém. Sou uma pessoa do terreno. Não tenho feitio para ficar sentada no gabinete. O Palácio de Belém é um local de trabalho onde organizava a*

minha agenda, onde fazia contactos e programava a minha actividade. Onde decidia o que fazer no terreno, onde ir e onde actuar.» (Ritta, Anexo 04: 2) Afirmava-se um local de trabalho de pleno direito no cumprimento de funções inerentes ao cargo de Primeira-dama, ainda que sem conteúdos funcionais propriamente definidos ²⁰⁸.

Também na opinião da actual Primeira-dama o dimensionamento e funcionalidade do gabinete de cônjuge é considerado muito razoável. *«A conquista do gabinete foi fantástica.»* A Dr.^a Maria Cavaco Silva entende que antes dessa disponibilidade, quando o gabinete de cônjuge era nas salas da residência, o desempenho das funções de Primeira-dama seria muito mais complicado. *«Principalmente para a Dr.^a Manuela Eanes, que por razões de segurança morava nos espaços contíguos da residência.»* Contudo, tem uma "queixa arquitectónica" e que se prende com o facto de o *«gabinete ser muito sombrio, o que implica que muitas vezes, mesmo durante o dia, necessite de luz artificial para iluminar o espaço.»* Efectivamente, a sala tem uma janela sempre protegida por umas cortinas que garantem a privacidade do interior situado em piso térreo, e é acabada com um lambrim elevado em madeira escura em todas as paredes, que absorve a luminosidade que entra no gabinete.

4.2.3. Áreas privadas da Residência Oficial do Chefe de Estado

O Palácio de Belém não se esgota nas áreas protocolares. A multiplicidade das suas funções não termina nas cerimónias ou nas recepções de Estado. Existem diversas outras funções igualmente acometidas ao edifício e que são exigências do quotidiano, e para as quais a mesma massa edificada deve responder com igual elegância, descrição e competência.

Um dos locais privilegiados do Palácio é a Residência Oficial. A função de acomodar a habitação do Chefe de Estado aceite em 1912, mediante uma renda ao Estado, provavelmente em consequência de solicitação do Presidente Manuel de Arriaga, conheceu duas localizações.

Primeiro o Anexo de séc. XIX, actual Casa Civil e Militar, acabado de construir aquando da implantação da República e condignamente mobilado pela Casa *Maple* de Londres (Saraiva, anexo 17: 6), onde se instalaram, como regra, os Presidentes da Primeira República e suas famílias. Durante o Estado Novo, o Marechal Carmona inflecte o hábito habitando 17 anos na Cidadela de Cascais.

O Presidente Craveiro Lopes encontra o Anexo do séc. XIX já ocupado por diversos serviços administrativos da Presidência, e opta por se instalar no ponto mais alto,

²⁰⁸ Apesar da indefinição formal, Maria José Ritta sabia por intuição que *«A Primeira-dama deve ter uma grande articulação com o Presidente. Se depois se dá bem com os assessores, com o Chefe da Casa Civil ou com o Chefe da Casa Militar, isso é outra conversa. Mas o fundamental é manter esta atitude perante o Presidente.»* (Ritta, Anexo 05: 2).

protegido e privativo do palácio, solicitando obras de "valorização" nos aposentos da Arrábida (zona mais antiga do palácio, actual Residência Oficial) para lhe conferir uma melhoria das condições de alojamento. As obras são determinantes para a transformação do espaço, que volta a ser utilizado pelo General Spínola e Costa Gomes, mandatos consumidos por preocupações políticas de monta que os impede de olhar ao construído. É na construção da Democracia que o General Eanes decide por uma nova intervenção para habitar a Arrábida.

Mas a segurança dos tempos num «[...] período muito fracturante [...]» (M. Eanes, Anexo 09: 12) que impusera a mudança do casal presidencial para Belém, convidava a procurar no Jardim da Arrábida, a área ajardinada confinante com a Residência Oficial, o refúgio para a família. Desta feita projecta-se uma intervenção para criação de condições de conforto seguindo um desenho contemporâneo, funcionalista, com a valência da piscina apreciada por quase todos.

«O jardim da Arrábida ficou muito simpático e acolhedor. [...] Ainda hoje a Dr.^a Maria Cavaco Silva chama às plantas "as buganvílias de Manuela Eanes".» (M. Eanes, Anexo 09: 9) O conforto era importante, porque associado a uma ideia de segurança que períodos de tensão política tornam mais relevantes. Quando o casal presidencial saía, os filhos ficavam em Belém, ao cuidado da estrutura, que era institucional, mas também amiga. «Sempre que saía de Lisboa, pelo país ou em viagens de Estado ao estrangeiro, sabia que os meus filhos ficavam bem entregues, com todo o carinho, isto porque em Belém havia um ambiente de família com as pessoas que ali trabalhavam e viviam. Ao longo de 10 anos criam-se cumplicidades e amizades.» (Idem: 10)

O espaço do jardim promovia a segurança e era local de diversão para os filhos e amigos, muitos deles filhos dos funcionários de Belém. Neste conjunto, a piscina cumpria a sua função de equipamento lúdico para a família Eanes, apesar de nunca utilizada pelo Presidente Soares, mas muito útil para fazer exercício na perspectiva do Presidente Sampaio.

Actualmente, o espaço do Jardim da Residência da Arrábida é muito apreciado pelo actual casal presidencial. «Gosto muito do jardim. A Dr.^a Manuela Eanes tinha um conjunto de fotos do jardim como ele era antes. Tinha um tanque hexagonal no centro, e era triste. A transformação foi importante. O Jardim é extraordinariamente simpático. Tanto eu como o meu marido o apreciamos.» (M. Cavaco Silva, Anexo 03: 2). A actual Primeira-dama aprecia as tardes passadas com os netos no jardim. «Em vez do gabinete, gosto mais de trabalhar com os meus netos nesta mesa [no jardim]. E agradeço ao General Eanes ter transformado o tanque em piscina. Uma piscina que é pequena mas simpática, e que os meus netos gostam de usar, quando o tempo está bom.» (Idem: 2). O actual Presidente, apesar de apreciar a sala de estar e a de jantar,

considera-se incapaz de morar na Residência Oficial, que lhe parece pequena e difícil de personalizar. Ainda assim concorda que para o tipo de utilização que, enquanto Presidente, faz da Arrábida, a residência actual serve e «*não faz falta mais*» (C. Silva, Anexo 02: 4)

Através dos tempos, as múltiplas valências disponíveis vão cumprindo os seus papéis, apropriadas de diferentes modos pelos diferentes utilizadores, revelando a sua constante actualidade e capacidade de resposta a renovadas necessidades.

4.3. Elementos formais responsáveis pelo “sentido”

Em cada diferente interpretação sobre o Palácio de Belém encontram-se atributos de qualidade intrínseca da arquitectura comuns a todas as leituras, que lhe asseguram destaque como objecto e definição na envolvente urbana, e que assinalam a sua singularidade. Ao mesmo tempo, garantem-lhe a “referencialidade do monumento”, independentemente do valor histórico e definem a sua essência poética e o seu carácter peculiar e insubstituível.



- 1. Casa da Arrábida, Residência Oficial; 2. Palácio;
- 3. Anexo séc. XIX, Casa Civil e Militar; 4. Museu;
- 5. Picadeiro Real, Museu dos Coches; 6. GNR e PSP;
- 7. Loja do Museu; 8. Secreataria-Geral; 9. CDI;
- 10. Garagem Velha.

Fig. 124 e 125. Planta e levantamento laser 3D

O Palácio conhece um corpo fundador no alto do cabeço que se baptizaria de Arrábida, e que em seguida se organiza segundo um eixo contemplador do rio, num alçado simétrico e equilibrado, modulado por adições evidentes em planta e volumetria (Fig. 124 e 125. Ver também plantas da Evolução da Construção). Ao seu redor foi crescendo um conjunto de construções pós-pombalinas, sucessivamente adicionadas e alteradas, de construção corrente sem valor específico, que não o

resultante da integração no conjunto. Os jardins operam como aglutinadores da unidade, formalizada pelo perímetro do muro limítrofe.

Contudo, a relevância cultural do Palácio de Belém acaba catapultada em 1910 pela instalação da Presidência da República neste local. Com investimentos muito insignificantes durante a primeira metade do séc. XX, assinala-se no início da segunda metade do século as obras do arquitecto Benavente, ainda que em local discreto e privado. Mas seria o Almirante Américo Thomaz, que não habitava o palácio, a promover a sua primeira classificação patrimonial. Os atributos físicos de representação do Estado, comumente reconhecidos, e com eventual apoio da DGEMN, conduziram à redacção do Decreto n.º 47508, de 24 de Janeiro de 1967, que classificou o Palácio de Belém como imóvel de interesse público. Esta classificação denotava a relevância do conjunto edificado no contexto nacional, mas revela também o entendimento do seu relativo valor arquitectónico, que lhe mereceu apenas uma classificação intermédia.

É após as intervenções arquitectónicas de 2003 que o valor arquitectónico adicionado ao conjunto patrimonial existente o engloba num novo total merecedor de uma nova avaliação que reequaciona a classificação atribuída.

A importância crescente do Palácio de Belém no «[...] *panorama construído da cidade de Lisboa [que se foi] modelando, por sucessivas intervenções que o tem valorizado*», com destaque para a «*recente construção do Centro de Documentação e Informação e a abertura do Museu da Presidência da República, [que] vieram realçar de forma explícita, a componente patrimonial que valoriza sobremaneira todo o conjunto*» conduziram à reclassificação Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 19/2007 de 3 de Agosto.

A relevância da simbólica Presidencial, apesar de confinada no espaço do perímetro guarnecido, alarga a esfera de influência do Palácio de Belém como espaço e como realidade à dimensão nacional, transformando-o «numa referência cultural para a generalidade da população portuguesa, identificável como lugar cimeiro do poder republicano» (DL n.º 19/2007 de 3/08)

Nesta mobilização simbólica, o lugar de Belém, que toma o nome da Igreja de Santa Maria de Belém cuja escala invulgar evocava e celebrava a missão lusa de dar novos mundos à Cristandade, assume pelo baptismo a sua simbólica nos Descobrimentos, “análogo” à terra de onde nascera a fé cristã, o lugar santo de onde tudo partira: o Palácio de Belém, assente sobranceiro sobre aquela que foi a Praça de Belém, como que assumia politicamente o controlo desse destino, tal como um timoneiro vigia do alto da gávea a derrota (traçado previsto) rumo aos territórios ultramarinos.

Se o passado herdado valeu ao palácio uma classificação de interesse público em 1967, revelando a parcimónia classificativa resultado da moderada relevância arquitectónica do conjunto, a actualidade reconhece que ao valor histórico e cultural do passado se adicionaram em 2003 valores estéticos relevantes, que reforçam esse capital cultural do conjunto e lhe merecem a estima pública e uma classificação formal de objecto signficante para o País, merecedor de preservação do “sentido do ser”, de conservação dos valores que assumem esta distintividade.

4.4. Percurso para as recepções com o Chefe de Estado

Este “sentido do ser”, este “ser presidencial” encontra-se hoje simbolicamente afirmado na “referencialidade” da situação sobrelevada do Palácio sobre o espaço urbano envolvente, a definição da porta na entrada da Rampa de Honra, acessível apenas por convidados do Chefe de Estado, celebrada por (1) cortesias de guardas-republicanos com trajes de gala; (2) a ascensão pela Rampa de Honra ao (3) Pátio dos Bichos onde os veículos param e são esperados por oficiais do palácio; a entrada na (4) Sala das Bicas, onde a imprensa espera o visitante à saída; a sucessão da (5) Sala Dourada, (6) Sala Império, (7) Sala dos Embaixadores até à (8) Sala de Audiências, onde o Presidente espera o seu convidado: há como que um percurso iniciático, simbólico, que anuncia a aproximação ao Chefe de Estado.



Fig.126. Entrada da Rampa de Honra (1)



Fig.127. Subida da Rampa de Honra (2)

Fig.128. Pátio dos Bichos, entrada no palácio (3)



Fig.129. Sala das Bicas, com a Imprensa à saída (4)





Fig.130. Sala Dourada (5)



Fig.131. Sala Império (6)

Fig.132. Sala dos Embaixadores (7)



Fig.133. Gabinete de Audiências (8)



A acumulação de anos no exercício destas regras protocolares, resultado somado de encenação e comportamentos conduzidos pelos "actores" residentes no palácio que explicam e auxiliam quem chega, torna estas regras parte do património do edifício, intrinsecamente com ele relacionadas.

A entidade arquitectónica que resulta do conjunto dos salões, e que veicula esta "aura de presença", comporta os espaços adequados à sua função. Em dimensão suficiente para albergar um conjunto apreciável de pessoas, em escala relativa entre salas e espaços de circulação, em aparato de representação e volumetria institucional, em encadeamento de implantação entre espaços que se organizam num circuito singular, funcional e codificado com os requisitos protocolares.

A própria polaridade Nascente-Poente entre pátio público (Pátios dos Bichos), destinado às recepções oficiais e visitas ao Chefe de Estado, o pátio privado (Pátio das Damas) por onde entra diariamente o Presidente e se processa a vida dos restantes funcionários da Presidência, materializa a resposta às necessidades funcionais do quotidiano.

A forma dos salões de aparato de concha a Sul, assumindo formalmente a receptividade republicana sobre o domínio estratégico do território envolvente, é vinculada pela primazia do volume central que acentua o efeito de aconchego, de onde emerge a flâmula presidencial, que elevado valor simbólico.

A varanda do palácio a Sul, em oposição aos volumes reentrantes, apresenta-se afirmativa, proeminente, mas numa situação de menor impacte volumétrico, colocando o observador num pódio de contemplação sobre o Jardim do Buxo, sobre a Praça Afonso de Albuquerque, Campo das Missas e sobre o rio Tejo, faceando a outra margem.

O conjunto de volumes e espaços definem o cenário que assume a distinção, ainda que austeros, mas com a dignidade exigida. Nesta atitude de afirmação, ainda que de sobriedade, encontra o primeiro Presidente da Democracia os argumentos para entender que os salões conformam a área “masculina” do palácio, em contraponto com a delicadeza dos Viveiros de Pássaros, os quais reconhece conferirem um “toque feminino” ao conjunto palaciano (R. Eanes, Anexo 08: 4).

4.5. Dever/desejo de Exemplaridade

O conceito do “Dever de Exemplaridade” não é certamente uma exigência legal do Palácio de Belém; resulta antes de uma tomada de consciência do valor de exemplo que dele emana, por parte dos responsáveis pela sua conservação, onde o primeiro decisor é sempre o próprio Presidente em cada mandato. O “Dever” é assim construído por um “Desejo de Exemplaridade”, que de tão relevante e irrecusável se confunde com uma obrigação. Um conceito subjectivo, misto de conhecimento, critérios e vontades, em constante mutação e aperfeiçoamento.

Outros princípios presidiram à edificação do paço. O edifício original nasce de uma vontade individual de um privado, que o passa a herdeiros, que vendem o edifício, que acrescentam e alteram ao sabor de vontades pessoais e possibilidades técnicas e financeiras de cada momento.

Com a aquisição do complexo de jardins e edificações para a Casa Real, o conjunto ganha uma dimensão e importância de Paço Real, integrando um património da Coroa que será amiúde intervencionado, aumentado sempre numa lógica de valorização do que existe por acréscimo, seja de volumetria, seja de carga decorativa. A intenção subjacente é sempre de beneficiar valorando o objecto, aumentando o seu valor para que espelhe a morada de “pessoas reais”, actualizando o gosto da decoração seguindo as modas europeias e as tendências do poder real coetâneo.

O registo individual e privado ganha contornos mais latos, que resultam da especialização das artes e ofícios, pelo que os arquitectos e artífices chamados à tarefa de intervir acabam por deixar também a sua marca, o testemunho da sua passagem pelo edifício. Ao fazer ao gosto da época, eles são também os obreiros desse gosto, que modelam e condicionam, e que suavemente vão “amaneirando”

em cada obra impondo um permanente descaimento para o Maneirismo em todas as épocas.

Da intervenção directa do dono da casa senhorial, o crescimento do paço começa a resultar do misto de vontade dos reis e da sua materialização pela mão de executantes com capacidade autoral. Acresce que o facto de os reis pouco habitarem o Paço de Belém os desligava afectivamente das suas transformações, que ficavam acometidas aos serviços do Ministério das Obras Públicas.

Em 1908 o edifício é oferecido por D. Manuel II ao Estado, passando a tutela das decisões definitivamente para a esfera pública. O conjunto edificado passa a responder a um serviço público e a sua conservação e manutenção tornam-se uma obrigação do colectivo, ainda com uma perspectiva puramente funcionalista e utilitária. O Palácio de Belém cumpre uma função de representação do Estado, útil e necessária, albergando os seus convidados ilustres.

Com a Implantação da República, surge a necessidade de instalar um novo órgão de soberania que provavelmente se pretendeu na capital, próxima de S. Bento, com áreas para acomodação, áreas de serviços e de recepção para acolhimento das cerimónias que o Presidente será chamado a cumprir enquanto representante do Estado e da nação. A modéstia do Palácio de Belém e a sua diversidade de espaços protegidas pelo perímetro murado servia os desígnios dos deputados. O edifício passa a ser um departamento do poder do Estado, mantendo-se o modelo de gestão e conservação das instalações na responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, mantidas num registo de intervenção mínima muito contida face a contextos de enorme carestia de vida em todos os sectores da sociedade. O próprio Sidónio Pais não olhou para o seu conforto nem teve tempo para personalizar as escolhas no palácio onde decidiu habitar.

Com a instauração da ditadura em 1926, o novo Presidente da República decide instalar na Cidadela de Cascais, onde residirá 17 anos. O Palácio de Belém torna-se uma sala de visitas do Estado, num local de representação e cerimónias com uma utilização muito esporádica. Por essa razão se decide em 1929 fazer novas intervenções para acomodar de novo chefes de Estado em visita a Portugal. Pela primeira vez desde 1886 as intervenções ultrapassam o registo da mera manutenção. Pelo contrário, o novo projecto altera os espaços protocolares aplicando-lhe uma certa censura estética que repudia a exuberância decorativa das aposições barrocas, dentro de uma atitude intervencionista de actualização estética própria do final do séc. XIX, mas que se mantinha em vigor em muitos países, apesar da reflexão emergente. O edifício é intervencionado pelos arquitectos dos serviços responsáveis do Estado, no intuito de preparar o conjunto para uma nova missão de Estado,

corrigindo anomalias e sinais de degradação sem perder a oportunidade de actualizar o edifício quanto ao gosto reinante e tomado como adequado. A postura não é de desrespeito para com o objecto em presença. Ao invés resulta do reconhecimento do valor do conjunto, que se considera merecedor de correcção do que se entende desfear a matéria original.

Na década de cinquenta do séc. XX o Palácio de Belém é de novo intervencionado, desta feita na Residência da Arrábida, no sentido de a valorizar com uma reorganização funcional modernista e um programa decorativo neoclássico conotado com um gosto palaciano, moderado e de escala doméstica. Ao desejo do novo Chefe de Estado, somava-se a sensibilidade do arquitecto dos serviços públicos responsáveis e eventualmente alguma participação da Primeira-dama Bertha Craveiro Lopes. O Palácio era de novo habitado e personalizado. Ao serviço público misturavam-se sentimentos individuais de quem neles exercia o poder de decidir.

Com o fim do mandato, o palácio retorna aos cuidados exclusivos dos serviços estatais, uma vez que Américo Thomaz decide manter a sua habitação privada, retomando o Palácio de Belém as funções de sala de visitas para os chás com visitas nacionais ou as cerimónias com as visitas internacionais. É em 1967 que o palácio conhece a primeira classificação enquanto património cultural, posicionando a sua singularidade no espectro dos bens de relevância cultural do país, reconhecida mais pela função albergada que pelos valores intrínsecos da sua arquitectura. Mas o entendimento do edifício enquanto signficante para o colectivo afirmava-se formalmente, impondo legalmente uma nova atitude de respeito e protecção institucional ao objecto e à sua materialidade.

Tal como ocorrera no final da monarquia, a irrelevância política do Palácio de Belém no final da ditadura facilitava a implantação do poder político no seu perímetro após a Revolução Democrática. Durante os dois anos seguintes dois Presidentes habitam em Belém (António Spínola durante meses, Costa Gomes ano e meio) sem notícia de quaisquer intervenções ou operações de manutenção relevantes, porque se concentraram em segurar a frágil estabilidade política e militar do país.

Em 1976, o primeiro Presidente eleito da Democracia inicia uma campanha de modernização institucional da estrutura administrativa do conjunto do palácio. As primeiras intervenções dirigem-se às residências dos funcionários que ali prestam serviço. Seguem-se obras na Residência Oficial para conferir condições de habitabilidade e em seguida reformulações em diversas áreas administrativas e garagens para acomodação dos quadros crescentes e das novas funcionalidades que surgiam no apoio ao órgão de soberania.

As intervenções são articuladas pelo novo Chefe da Casa Militar que conduz as obras por parte do Dono de Obra, com os serviços competentes do Estado para a intervenção no património, a DGEMN, a única que existia então. As opções são naturalmente acertadas com o Presidente, mas as decisões já passam pelo diálogo de uma instituição –a Presidência- com a instituição do Património. São agora duas entidades do Estado, que em colaboração trabalham para a conservação e manutenção do conjunto edificado e jardins do Palácio que afinal as representa a ambas enquanto servidoras públicas.

As verbas para custear as intervenções são inscritas nos orçamentos da DGEMN, mantendo clara a responsabilidade pública de tais intervenções. São ampliadas as áreas de serviços, criadas condições de instalação dos polícias e militares, criados arrumos e garagens. Apesar da competência dos arquitectos chamados aos projectos, a perspectiva é anónima e institucional: dois serviços do Estado a trabalhar para servir o Estado, preparando a instituição para o melhor desempenho das suas funções. Neste contexto de consciencialização das responsabilidades do poder político enquanto promotor do exemplo comportamental, decide o Presidente Eanes abrir as portas do palácio ao público e reunir todo o legado de ofertas ao Presidente da República sob a égide da instituição, expondo-as numa colecção que assume ser não sua mas sim do Estado português. O Gen. Ramalho Eanes não só inicia um acervo que teria consequências determinantes na própria arquitectura do Palácio de Belém, como nessa decisão vinca uma postura de extrema honradez de serviço público, reforçando a ideia da Presidência enquanto lugar de um organismo totalmente dirigido ao país, consciente do seu papel de representação ao serviço do Estado.

Este modelo atravessa todos os mandatos dos dois primeiros Presidentes da Democracia (de 1976-1986 e de 1986-1996), com algumas interferências pontuais externas no final deste período num registo mais identificado com a decoração.

Conseguida a autonomia financeira da instituição presidencial em 1996, a DGEMN passa a desempenhar um papel de fiscalizador, prestando apoio às intenções de actuação do novo Presidente Sampaio e da instituição presidencial. São lançados concursos e empreitadas, depois de aprovadas nas tutelas respectivas, seguindo uma tramitação semelhante a um particular. A DGEMN é agora uma entidade da obra, que colabora na materialização de algo já decidido pelo Dono de Obra. A determinação do Presidente é agora mais marcada e vai deixar resultados no terreno. Pretendem-se valores autorais, arquitecturas com assinatura para executar o Museu da Presidência e o Centro de Documentação e Informação. A estratégia é equipar os serviços da Presidência com novos equipamentos de qualidade, a colecção de presentes com uma instituição organizada e estruturada como um museu ajustado à

responsabilidade que lhe está acometida. O desejo é de fazer bem, com qualidade assinalável para deixar obra. Exemplaridade pela qualidade do executado.

Atingidas estas metas e reconciliadas as instituições presidencial e patrimonial (DGEMN) na medida em que volta a prestar apoio nos projectos, a colaboração vai retomar-se num registo próximo ao das décadas anteriores, sendo agora a gestão financeira assegurada pela Presidência. Fazem-se as peças de cozimento das pontas deixadas em aberto, retomam-se as obras pequenas e mais anónimas, mas necessárias ao funcionamento da instituição presidencial.

Em 2006, na transição para o mandato do Presidente Cavaco Silva, à autonomia financeira da Presidência soma-se a autonomia de projecto, resultante também da eminência da extinção da DGEMN. As decisões do Presidente e da instituição presidencial passam a ser de imediato projectadas e concebidas internamente, sendo o processo submetido a aprovação aos serviços competentes, neste caso o IPPAR. A responsabilidade das opções passa a ser interna, incrementando a exigência nas decisões. Se a responsabilidade técnica e cultural dos critérios das intervenções se situava antes na instituição do património (DGEMN) ou nos projectistas externos e as tutelas que aprovaram os seus projectos, a partir de 2006 a responsabilidade concentra-se na instituição presidencial.

O sentimento do Dever da Exemplaridade mantém-se, materializando-se no desejo de correcção na actuação, na clareza dos critérios adoptados, na adequação dos procedimentos no acesso ao trabalho, na execução das boas práticas, técnicas e materiais ajustados, numa linguagem que se procura dialogante e esclarecida. E que ao mesmo tempo responde às exigências regulamentares e aos desideratos das pessoas, funcionários e público em geral.

4.6. Exigência/desejo de cumprimento regulamentar

4. 6. 1. Regulamentação aplicável e a aplicabilidade da regulamentação

Sendo Portugal membro da União Europeia, os valores contextualizam-se numa cultura comunitária, onde o estado de conservação por um lado, e actualização por outro, em que se mantêm os edifícios e os processos utilizados revelam a preocupação nos valores defendidos e o grau de esclarecimento face ao debate internacional sobre os critérios de intervenção globalmente aceites. Também é de realçar que todos os decretos que implicam actualização regulamentar salvaguardam um capítulo de exclusões para contextos de edifícios com valor histórico e arquitectónico.

São exemplos paradigmáticos o n.º 5 do Art.º 3º do Decreto-Lei 220/2008 de 12 de Novembro, o "Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios" (SCIE) lê-se

que «Quando o cumprimento das normas de segurança contra incêndios nos imóveis classificados se revele lesivo dos mesmos ou sejam de concretização manifestamente desproporcionada são adoptadas as medidas de autoprotecção adequadas, após parecer da Autoridade Nacional de Protecção Civil [...]».

Também no Art.º 10º, "Excepções" do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto que aprova o "Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais", pode ler-se no n.º 1, «[...] o cumprimento das normas técnicas de acessibilidade constantes do anexo ao presente decreto-lei não é exigível quando as obras necessárias à sua execução[...] afectem sensivelmente o património cultural ou histórico, cujas características morfológicas, arquitectónicas e ambientais se pretende preservar.» e no n.º 8 «A aplicação das normas técnicas aprovadas por este decreto-lei a edifícios e respectivos espaços circundantes que revistam especial interesse histórico e arquitectónico, designadamente os imóveis classificados ou em vias de classificação, é avaliada caso a caso e adaptada às características específicas do edifício em causa, ficando a sua aprovação dependente do parecer favorável do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.»

Quanto aos problemas da térmica e da eficiência energética dos edifícios, esclarece-nos a alínea e) do n.º 2 do Art.º 1º, Capítulo I "Objecto e Âmbito de aplicação" do Decreto-Lei n.º 79/2006 de 4 de Abril, que determina estarem isentos do cumprimento das exigências do RSECE – Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização nos Edifícios, os «Edifícios em zonas históricas ou edifícios classificados, sempre que se verifiquem incompatibilidades com as exigências do presente Regulamento;». O mesmo ocorre na alínea c) do n.º 9 do Art.º 2º, Capítulo I "Objecto e Âmbito de aplicação" do Decreto-Lei n.º 80/2006 de 4 de Abril determina estarem isentos do cumprimento das exigências do RCCTE – Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, «As intervenções de remodelação, recuperação e ampliação de edifícios em zonas históricas ou em edifícios classificados, sempre que se verifiquem incompatibilidades com as exigências deste Regulamento;»

Pese embora a exigência em alguns casos questionável da legislação aplicável ²⁰⁹, o articulado dos diplomas liberta do cumprimento cabal os contextos de edifícios com

²⁰⁹ Referimo-nos concretamente ao caso das exigências relativas à climatização e renovações de ar por hora exigidas para alguns edifícios como escolas ou auditórios (Decreto-Lei 79/2006), cujos requisitos obrigam à instalação de equipamentos de mecânicos desproporcionados à capacidade de gestão das instituições. Agravam brutalmente os custos da construção e depois não podem funcionar por implicarem gastos energéticos incontroláveis e não terem qualquer manutenção.

valor histórico ou arquitectónico, entregando à competência técnica e criatividade dos intervenientes a tarefa de julgar a conveniência da intervenção.

A dificuldade da exemplaridade no cumprimento regulamentar reside na delicadeza da actividade da reabilitação funcional, na medida em que implica opções de projecto, o que acarreta a eleição valorativa dos elementos de maior valor a preservar e defender e os de menor valor a sacrificar, substituir ou alterar, em caso de necessidade, para acolher as novas exigências regulamentares, ou as áreas de requisitos específicos, ou um acesso ou caminho de fuga. Esta valorização não é estática, mas sim ajustável a cada contexto, tornando-se mais fina e exigente à medida que a pressão do novo é menor sobre o antigo, obrigando a menos sacrifícios. Tal ocorre também quando se articula e readequa o desenho dos programas e dos usos às características específicas dos espaços disponíveis, evitando alterações traumáticas.

Neste enquadramento de contornos ajustáveis, subjectivos mas não arbitrários, o desejo de exemplaridade no cumprimento regulamentar encontra-se na procura pela aproximação regulamentar; pela confluência entre medidas próximas aos requisitos, por soluções compensatórias que destrincem os objectivos fundamentais contidos no espírito da lei e que encontrem os mecanismos que os sirvam, pela cuidadosa ponderação das possibilidades de usos e a sua adequação aos espaços existentes.

No tema emergente da Sustentabilidade, da exigência da eficiência energética e a importância da introdução de energias renováveis lança novos desafios, associando o conjunto patrimonial do Palácio de Belém, com profundas responsabilidades sociais e culturais a um projecto universal de respeito pelo ambiente.

4. 6. 2. As convenções e regulamentos internacionais sobre o ambiente

Desde a década de noventa que o efeito de estufa e o aquecimento global deixaram de ser um tema de discussão científico para se tornar uma questão central da política e da economia da Europa, e como tal uma questão social. Fontes energéticas que não esgotem os recursos e não agredam o ambiente tornam-se necessárias e urgentes, promessa de um mundo mais ecológico e de novos mercados de trabalho. Para além das energias endógenas e renováveis, a comunidade científica mundial mais tecnicista deposita grandes expectativas na fusão nuclear que se encontra ainda em fase experimental²¹⁰. Iniciou-se inclusivamente a construção da primeira central de fusão no Sul de França, sendo um projecto internacional co-financiado pelos EUA, Rússia, China, Alemanha, Japão, e a França, entre outros países, em face dos custos envolvidos serem excessivos para um só país. Outras experiências ou modelos teóricos

²¹⁰ Até hoje não tem sido possível manter o processo de fusão, que se inicia e tende a apagar-se.

exploram alternativas na fusão a frio²¹¹, e na antimatéria²¹², ou no campo de transporte da energia, os supercondutores²¹³, como forma de evitar perdas por atrito e por efeito térmico.

Neste contexto, com novas formas de energia em estado de experimentalidade ou no ainda campo dos modelos teóricos, o mundo tem que operar com as fontes de energia disponíveis nos anos mais próximos, procurando optar por escolhas eticamente acertadas, que respondam ao hoje, mas que assegurem o amanhã. No sentido de garantir uma estratégia conjunta entre todos os países, diversas iniciativas, entre congressos, grupos de trabalho, comissões, procuraram estabelecer compromissos comportamentais. Entre eles destacam-se a Conferência de Estocolmo, em 1972²¹⁴, de onde resultou a Declaração sobre o Ambiente Humano (ou Declaração de Estocolmo) e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Comissão Brundtland²¹⁵ em 1983, que produziram quatro anos mais tarde o relatório "Nosso Futuro Comum" (Relatório Brundtland), A Cimeira da Terra ou Cimeira do Rio em 1992²¹⁶, de onde resultou cinco anos depois a primeira versão da "Carta da Terra" (Cimeira Rio+5). A Conferência de Quioto²¹⁷ em Dezembro de 1997, onde se estabeleceu o Protocolo de Quioto com entrada em vigor a 16 de Fevereiro de 2005, e a Cimeira de Joanesburgo de 2002²¹⁸, assinalando o 10º aniversário da Cimeira da Terra.

Em paralelo criaram-se diversas comissões e programas estratégicos, tais como o *International Panel for Climate Change*, o Conselho Internacional para as iniciativas

²¹¹ Atingindo a fusão dos átomos por vibração das partículas que lhes induzam o fenómeno de aglutinação, recolhendo-se a energia libertada.

²¹² Explorando a energia diferencial entre os sinais positivos dos prótons e os negativos dos electrões na matéria, e no seu espelho, os sinais negativos dos prótons e os positivos dos electrões na anti-matéria, já possível de isolar em campos electromagnéticos, com grandes quantidades de energia potencial.

²¹³ Meios ou matérias de transporte da energia com atrito a tender para zero, actualmente conseguidos apenas a muito baixas temperaturas, em que a energia de entrada é praticamente igual à de saída, independentemente da distância percorrida.

²¹⁴ Primeira reunião ambiental global organizada pela Organização das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, que reuniu 113 países na Suécia.

²¹⁵ Comissão criada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

²¹⁶ No Rio de Janeiro, organizado pela ONU, reunindo 170 países.

²¹⁷ Terceira Convenção Quadro da ONU sobre Alterações Climáticas, no Japão. Dos 160 países participantes, 39 países industrializados comprometeram-se a limitar as suas emissões de GEE. Neste conjunto de 39 não se incluíam os EUA nem a Austrália. Portugal aprovou o Protocolo de Quioto pelo Decreto n.º 7/2002, de 25 de Março.

²¹⁸ Foi reafirmado o compromisso de manter políticas tendentes ao equilíbrio mundial, definindo-se os 3 pilares do Desenvolvimento Sustentável: económico, social e ambiental.

Ambientais Locais, a *World Commission on Environment and Development*, ou a Comissão para *Cidades europeias sustentáveis*, entre outras, que produziram o Livro Branco sobre a Política Energética da União Europeia em 1996, a Carta de Aalborg em 1994, o Programa Europeu para as Alterações Climáticas (ECCP) de 2000. Produziram-se diversas directivas onde ressalta a Directiva da Eficiência Energética nos Edifícios de 16 de Dezembro de 2002, que impõem limites às emissões de poluentes e promovem a utilização de energias renováveis, a aplicar em edifícios novos e existentes.

A Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em 15 de Dezembro de 2007 em Bali, Indonésia, foi a última conferência antes de Copenhaga, a decorrer na capital da Dinamarca em Dezembro de 2009. Bali teve como objectivo fundamental assegurar a continuidade do processo negocial, para manter após 2012, as reduções das emissões carbónicas (os Gases com Efeito de Estufa, GEE) para os países desenvolvidos. Pretendeu-se a consolidação de um conjunto de medidas complementares, tais como a transferência de tecnologia, a capacitação institucional, para apoio de adaptação às alterações climáticas por parte os países em desenvolvimento. Foi negociado o financiamento de incentivo às medidas de reduções de GEE e de defesa da florestação e combate à desflorestação.

Os resultados da decisão da Conferência de Bali ficaram aquém das expectativas iniciais. Os números presentes nas metas no texto apontavam para a redução de emissões no longo prazo superior a 50% das emissões entre 2000 e 2050. Referiam a necessidade de no espaço de 10 a 15 anos tais metas atingirem o máximo seguido de um declínio e a redução entre 25 a 40% das emissões dos países industrializados entre 1990 e 2020. O texto final, os números foram remetidos para as conclusões do Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas.

Positivos foram os resultados da adaptação e transferência de tecnologia. Positivo foi também o estabelecer da distinção entre as emissões de GEE e as questões relacionadas com a desflorestação e degradação da floresta, e da alteração do uso do solo e floresta. Sendo assunto complementar e estrutural do planeta, tem mecanismos e estratégias próprias que devem ser tratadas com especificidade.

As novas preocupações ambientais convergiram para a preservação do património, fomentando entendimentos de conservação das estruturas existentes, para o apreço pela reabilitação ao invés da demolição, promovendo-se a reutilização mais que a alteração, a melhoria do comportamento térmico das soluções ineficientes, a renovada estima pelas técnicas antigas e regionais ajustadas pelo tempo às condições climáticas de cada região, pela escolha dos materiais locais em alternativa aos importados de locais longínquos implicando deslocações poluentes. Em paralelo, estudos diversos concluíram com fundamentação quantificada que construir um edifício novo implica dispendir muito mais energia do que reutilizar um existente

(Green Vitruvius, 2001: 22)²¹⁹. «Na Suécia, calculou-se que a construção de um edifício de dez andares produz o lixo equivalente a um andar completo.» (Idem: 41). O Parlamento Alemão encomendou um estudo que concluiu que cada edifício novo era por cada unidade de habitação ou escritório quatro vezes mais prejudicial em termos ecológicos que a reconversão de um edifício existente (Lobo de Carvalho, 2007: 324). Neste contexto, a ligação entre o tema da reabilitação e conservação do Património e o tema da sustentabilidade actuam de modo conjugado e concorrem para fins compatíveis e complementares. Por esta razão os relatórios anuais da English Heritage, «[...] aludem com inteligência à dupla importância social e económica do património histórico: “Heritage Counts” (o património importa, o património conta, o património faz diferença)» (Idem: 323)

4. 3. 3. As iniciativas nacionais para o ambiente

O compromisso assumido em Quioto implicou a consideração de medidas internas em cada país com vista ao cumprimento das metas propostas. Sendo inicialmente de adesão voluntária, a partir de Fevereiro de 2005 passou a ser vinculativo para os países que assinaram o compromisso.

Dentro da União Europeia, os valores de referência foram estabelecidos de acordo com os índices poluidores existentes, sendo que Portugal poderia individualmente aumentar as suas emissões de GEE em 27% uma vez que o total nacional, já considerado esse aumento, correspondia à mais baixa taxa de emissões *per capita* da União Europeia.

Para garantir este objectivo nacional, criaram-se grupos de trabalhos e produziram-se diversos programas e diplomas. São exemplo a ADENE – Agência para a Energia, instituída em 1984 sob a designação de CCE – Centro para a Conservação da Energia, reestruturada em 2000 e rebaptizada Agência para a Energia – AGEN, adoptando em Dezembro de 2001 a sigla final de ADENE. Também o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), de 2001, que estabeleceu as medidas a adoptar com o objectivo específico da redução de emissões de GEE. Ainda o Programa E4 – Eficiência Energética e Energias Endógenas, lançado em 2001 pelo Ministério da Economia, visando a promoção e desenvolvimento da produção eléctrica a partir de fontes renováveis através de incentivos financeiro no âmbito do Programa de Incentivo à Modernização da Economia – PRIME. O Programa Água Quente Solar para Portugal – AQSpP, foi promovido pela Direcção-Geral de Geologia e Energia (DGGE)

²¹⁹ À redução de consumo energético para a construção, acresce a redução da produção de resíduos, que começa logo por se evitar o entulho da demolição. Poupa-se também os resíduos da própria construção.

com o objectivo de instalar 1 000 000 m² de colectores solares até 2010 (equivalente a 1% de emissões de nacionais de GEE). O P3E – Programa para a Eficiência Energética em Edifícios – foi promovido pela DGGE em 2001 com o objectivo de melhorar a eficiência energética dos edifícios em Portugal.

O P3E definiu um conjunto de actividades estratégicas a desenvolver a curto prazo para inverter a tendência crescente para o aumento dos consumos energéticos dos edifícios. O RSECE – Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização nos Edifícios²²⁰ e o RCCTE – Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios²²¹, incluindo a aprovação do Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios²²², que verifica o sucesso das disposições anteriores com a criação de um certificado que acompanha o edifício e caracteriza o seu consumo energético, à semelhança do que acontece com os electrodomésticos.

Associado a esta causa nacional, o Presidente da República lançou um repto a três instituições nacionais de referência (consórcio INETI, EDP e GALP) na área da eficiência energética no sentido de se instaurar uma Auditoria Energética ao Palácio de Belém iniciada em 2007. Não só foi executado um diagnóstico multidisciplinar, como se executaram todas as correcções necessárias, todas as actualizações propostas e se empenhou em investimentos de microgeração de água quente e solar fotovoltaico.

A consciência do valor do exemplo resultou neste caso da melhoria real dos sistemas e da evolução da eficiência dos equipamentos, sendo em seguida assegurada a divulgação do trabalho nos meios de comunicação social, de modo a torná-lo num modelo replicável nos diferentes contextos.

4.7. Análise quantitativa no Palácio de Belém

O Palácio de Belém foi edificado, adicionado e alterado ao longo de 450 anos. Das diferentes edificações e das múltiplas intervenções, resultam espaços com qualidades estéticas e construtivas, bem como estados de conservação, muito diferenciados e que importa destrinçar para melhor compreender. Importa igualmente quantificar as diferentes características para reconhecer as faltas e as tendências do edificado, as identificar as percentagens de cada característica face ao conjunto, pressentir a dimensão real de cada problema, ocorrência ou potencialidade. Perceber afinal o

²²⁰ Decreto-Lei n.º 79/2006 de 4 de Abril, publicado no DR n.º 67, I-A Série

²²¹ Decreto-Lei n.º 80/2006 de 4 de Abril, publicado no DR n.º 67, I-A Série

Estado da Arte em relação a vários capítulos que se elegeram como significantes e que se consideraram pertinentes. Com base nas plantas do Palácio de Belém (Ver as plantas da “Evolução da Construção” organizadas por pisos), elaboraram-se duas tabelas de análise (Ver tabelas “Caracterização da Construção” e “Caracterização Funcional”) para cruzar informação qualitativa e quantitativa, para cada sala ou corpo edificado, referente à caracterização a construção e à sua adequação funcional, no sentido de sistematizar estatisticamente estas duas perspectivas para conseguir uma noção de grandeza dos estados actuais do conjunto.

Por operacionalidade comparativa, as variáveis qualitativas foram enquadradas em colunas de resposta fechada, aceitando variações dentro de bom, razoável ou mau, ou conjugadas, para os estados de conservação, e opinião segura e opinião contestável para as variantes mais subjectivas.

As variáveis quantitativas referentes às áreas, apesar de naturalmente “Contínuas”, foram transformadas em “Discretas” ²²³, com intervalos mínimos de 5m², por simplificação das contas.

4.7.1. Caracterização da construção

A tabela de caracterização da construção pretende identificar, para cada edifício, piso a piso, as datas de construção original, o tipo de estrutura portante, o número de intervenções, as datas e tipo de intervenção, as facilidades de acesso a cada espaço, passivas ou mecânicas, a detecção e extinção automáticas, caminhos de fuga contra risco de incêndio, comportamento térmico em isolamentos, sombreamentos e qualidades dos vidros, os sistemas de climatização. Para cada área aponta-se uma avaliação sumária do estado de conservação para os grandes temas das coberturas, paramentos, pavimentos, carpintarias e caixilharias.

Termina-se com a determinação da área de cada edifício, dividida por piso, de modo a encontrar a sua parcela percentual no conjunto.

Da leitura da tabela verifica-se que 80% do perímetro do edificado apresenta paredes exteriores em alvenarias portantes (excepção única para o Centro de Documentação e Informação- CDI)(evidente nas plantas), sendo que as paredes interiores de tabique já só restam no palácio, Anexo séc. XIX e pontualmente na PSP, correspondendo a apenas a cerca de 30, 3%. Todo o restante 50% já apresenta paredes interiores em

²²² Decreto-Lei n.º 78/2006 de 4 de Abril, publicado no DR n.º 67, I-A Série. Transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/91/CE do Parlamento Europeu,

²²³ O valor da área de cada compartimento, sendo números seguidos numa escala de zero a infinito, foi arrumado em intervalos de 5 m² por aproximação, para arrumação em categorias de área.

tijolo, de burro ou furado. Este valor cresce a par com as lajes de betão de remodelações interiores que se revelam na loja do museu, na GNR, na Secretaria-Geral (SGPR), na garagem velha (executadas entre 1986 e 2003) e que perfazem aproximadamente 26,2%, aos quais se somam as do CDI, totalizando uma permanência das lajes de betão da ordem dos 46,6% do perímetro de Belém.

Das percentagens referentes às acessibilidades, determina-se que 48,0% da área construída tem acessibilidade natural, valor que decresce para 46,5% quando analisada a disponibilidade de meios mecânicos. As garantias de acessibilidades resultam da conjugação dos meios mecânicos, instalados complementarmente aos meios naturais, cobrindo 69,5% do edificado, e 100% das áreas com utilização pelo público ou pelos convidados do Chefe de Estado. O elevador do Anexo séc. XIX está excluído das percentagens, porque não verifica as medidas mínimas necessárias da cabine, definidas pelo DL n.º 163/2006 de 8 de Agosto (V. plantas).

Os caminhos de fuga a garantir à luz da Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro, referente à Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE), por força do Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro, verificam-se em 99% do edificado, com excepção para o *atelier* do rei D. Carlos, no segundo piso da Arrábida. A detecção cobre a totalidade do palácio, existindo extinção automática apenas no túnel sob o palácio e na garagem velha, no Posto de Transformação e Grupo Gerador, e junto às três caldeiras a gás, todos executados por extintores com bolbos térmicos.

No comportamento térmico de coberturas, apenas 18,4% do edificado apresentam o isolamento específico do novo RCCTE, o DL n.º 80/2006 de 4 de Abril, designadamente no Anexo de séc. XIX, nos Viveiros, na PSP e na loja do museu, ao qual se somam os 20% do CDI, coberto com uma camada de 20cm de terra, garante do mesmo comportamento térmico. Contudo, cerca de 41,5% da área não está isolada, numa área de cerca de 3500m² de coberturas, constituindo uma frente de oportunidade.

Os estores interiores de pano são a opção de 31,4% da área construída, mais 20,4% dos estores em lâminas de madeira do CDI. As portadas apresentam-se principalmente nos edifícios palacianos, representadas em cerca de 35,4% do total.

A climatização opera em três sistemas, com *chiller* nos pisos úteis do CDI, correspondentes a 12,6% da área do perímetro de Belém, com VRVs a quatro tubos (frio e quente) em 41% da área total, e com *Split* e/ou *Multisplit* em 21,6% da área. A garagem velha, a garagem do CDI e as casas de função não dispõem de climatização.

O estado de conservação geral das coberturas é bom, sendo que 14,5% do edificado apresenta coberturas antigas, com telha pulverulenta ultrapassada que está no seu período de vida útil, numa área de cobertura de cerca de 1000m². Os paramentos suscitam cuidados no último piso do Anexo séc. XIX, acabado a soletos cerâmicos

pintados a tinta cinzenta, também eles pulverulentos, e a SGPR, cujas fundações parecem estar ter assentamentos diferenciados. Cerca de 15% dos caixilhos, todos em madeira, precisam de conservação e reabilitação. Elemento mais frágil da construção, a caixilharia carece de um programa permanente de intervenção, pelo que se procede regularmente a novas intervenções de manutenção, sendo por vezes de substituição de peças degradadas.

4.7.2. Adequação funcional

Esta tabela pretende reconhecer, para cada edifício, piso a piso, a função original da sua construção, as diferentes alterações registadas ao longo dos tempos, e a sua função actual. Em seguida estabelece-se um critério de valor para a adequação do espaço à sua utilização e propõe-se um gradiente de admissibilidade a eventuais alterações e potencial de mudança em cada um destes capítulos.

Termina-se igualmente com a determinação da área de cada edifício, de modo a perceber a parcela funcional na percentagem do conjunto.

Sem surpresa, verifica-se que os salões e a Arrábida são os espaços mais alterados, sendo a Arrábida o espaço que mais utilizações tem registadas. Contudo os espaços de apoio ao palácio, menos nobres desde a sua fundação, poderão ter sofridos mais alterações do que as descritas, mas que por serem áreas anónimas, não ficaram registadas.

Considera-se consensual a afirmação de que cerca de 71,20% dos edifícios de Belém cumprem muito satisfatoriamente o seu papel, e que apenas 4% dos espaços são ou estão considerados desadequados à sua função. Este valor centra-se nas áreas dos serviços de apoio, mutantes por natureza, e naturalmente com menor capacidade de mobilização de cuidados.

A admissibilidade à mudança propõe um coeficiente de intervenção de mínima a máxima, baseada num juízo de valor que pretende equacionar o testemunho histórico, simbólico, artístico, estético, estado de conservação e adequabilidade.

Da ponderação destes factores resulta como propenso à conservação estrita os espaços palacianos, cerca de 27% do total do edificado, o que não impede alterações ao nível da decoração e alguns acabamentos interiores, profundamente alterados, e por isso sem enquadramento nas categorias referidas.

Admitindo alterações interiores contemplam-se cerca de 65,5% da área construída, o que não significa a sua apologia. São objectos que se sedimentaram, cujas volumetrias são encaradas como património, e nas quais se admite alterações cautelosas, pautadas pela sobriedade e respeito pelos valores pontuais de cada espaço, mas que

se revelem significativas para acompanhamento da evolução regulamentar ou alterações dos serviços. São exemplos paradigmáticos o espaço do Museu e o CDI, (ou da Loja e das Calçadas da Frente Urbana, Rampa de Honra e Pátio dos Bichos) onde o valor histórico, não sendo predominante face à sua pouca idade (ou por terem sido acabados de reabilitar), é largamente compensado pelo valor estético.

As áreas consideradas nesta proposta como passíveis de ampliação consensual atingem cerca de 6,1% da área edificada, concentrando-se nas zonas de serviço de apoio localizadas a Poente do perímetro, instaladas em arquitecturas sem valor especial no contexto em apreço.

Os restantes 21,4% de área apontada como ampliável referem-se a dois tipos essenciais. Um primeiro grupo relacionado com a área térrea do palácio, onde ocorrem circulações e onde se encontram alguns espaços perdidos, desaproveitados com sentidos obstruídos e que mereceriam um estudo de reaproveitamento para benefício do palácio. São exemplos os corredores existentes sob os salões do palácio, que poderiam contribuir para encontrar circulações de serviço interiores para conectar os serviços instalados nos dois extremos do conjunto edificado. O mesmo acontece com a área da residência, cuja limitação maior se prende com a inexistência de acessibilidade mecânica (perante a impossibilidade de acesso natural) na chegada ao piso do *atelier* do rei D. Carlos.

A quantificação permite identificar a escala dos desenvolvimentos efectuados e as janelas de oportunidade que permanecem.

4.9. Quadro comparativo e analógico com congéneres internacionais

O percurso adaptativo do Palácio de Belém, de casa senhorial a paço régio transformado depois em sede da Presidência da República portuguesa, encontra analogias várias com outras presidências europeias, onde os actuais Chefes de Estado e respectivos serviços se encontram instalados em palácios que atravessaram histórias semelhantes. No intuito de as conhecer efectuaram-se missões de estudo ao Palácio de Hofburg em Viena, Castelo de Praga, Palácio do Quirinal em Roma, Palácio e Museus do Kremlin em Moscovo, Palácio Bellevue em Berlin e Palácio do Eliseu em Paris, bem como múltiplos outros palácios, castelos e museus nas diferentes cidades visitadas. Estas missões destinaram-se a entrevistar os responsáveis pela manutenção e conservação de cada conjunto, ou os arquitectos responsáveis pela intervenção de reabilitação, ou ambos. As visitas foram marcadas em Portugal por diversos meios com a ajuda de diferentes pessoas, e foram preparadas com recolha de informação sobre os palácios a visitar no sentido de melhor usufruir da entrevista e preparar conjuntos de

perguntas relevantes e pertinentes. Tal como no contexto das entrevistas nacionais, o curso da entrevista seguiu um caminho com alguma liberdade, permitindo ao entrevistado expor e alargar-se sobre os temas que preferiu. Em cada palácio analisaram-se, dentro das possibilidades e dos locais onde se admitiu a entrada, as funcionalidades e circuitos de protocolo, de representação, de serviço e de segurança. Conheceram-se e discutiram-se modelos de gestão, de intervenção, de aprovação de projectos e submissão a entidades licenciadoras. Procurou-se saber os modos de contratação de projecto e de execução dos trabalhos. Saber da existência e constituição das equipas de manutenção, conservação ou mesmo jardinagem. Visitaram-se escritórios de serviços estatais, de responsáveis dentro das instituições presidencial, gabinetes de secretários-gerais, ateliers de arquitectura privados, fábricas e ateliers de restauro variado, obras concluídas com os arquitectos responsáveis, telhados, caves, salas de segurança, cozinhas e toda a espécie de áreas de serviço, garagens, incluindo visitas a estaleiros de obras em curso.

Aproveitando a oportunidade, os conhecimentos pessoais e as analogias passíveis de se estabelecer, foi também visitado o Palácio do El Pardo, em Madrid, que apesar de não se enquadrar dentro de uma estrutura republicana, tem proximidades óbvias e afinidades culturais e geracionais determinantes com os períodos políticos e socioeconómicos em Portugal.

Conhecer as histórias e distintos percursos de palácios presidenciais e compreender os seus modelos de conservação e gestão da mudança permite comparar e situar qualitativamente o palácio português num contexto europeu, percebendo-lhe o seu posicionamento relativo face às congéneres em cada uma das perspectivas tratadas nos subcapítulos seguintes. Complementarmente conduziu a que o trabalho de conservação e reabilitação desenvolvido no Palácio de Belém e na Presidência fosse divulgado nestes países através da partilha dos livros com as intervenções executadas e com apresentações em dois Congressos da especialidade no Hofburg em Viena, o que se considera positivo numa perspectiva de marcação do posicionamento português num contexto comunitário²²⁴.

²²⁴ Em sinal de apreço pelo trabalho mostrado foi o arq. Pedro Vaz convidado pelo *Burghauptmannschaft Österreich* (entidade responsável pela conservação do Palácio de Hofburg, Viena) a integrar um grupo de investigação internacional que se constituiu em Setembro 2014, com financiamento do Programa ERASMUS+ (Projecto n.º 2014-1T-01KA200-001034) da UE. O grupo de trabalho intitula-se *MODI-FY (Maintaining Historic Buildings and Objects through Developing and Up-grading Individual Skills of Project Managers: Fostering European Heritage and Culture for Years to come)* e envolve sete países; para além de Portugal, a Áustria, Reino Unido, Hungria, Eslováquia, Itália e Bélgica. O objectivo é criar os conteúdos para um curso de "Heritage Site Manager" com certificação pela União Europeia.

4.9.1. Da origem senhorial e/ou real dos conjuntos edificados

À escala da vida da maior parte dos palácios que albergam as presidências europeias, as Repúblicas em si, enquanto sistema político, são fenómenos relativamente recentes. Em alguns casos, os próprios países enquanto nação independente são igualmente recentes. Os palácios onde se instalam as sedes, os Presidentes e os seus serviços de apoio, são geralmente muito mais antigos e têm origens na nobreza ou realza de cada nação, ou de outras nações.



Fig. 134. Palácio de Hofburg, assinalando a Ala Presidencial. Fig.135. A Ala Presidencial vista do pátio

Na Áustria, o palácio de Hofburg foi iniciado no séc. XIII por Ottakar II da Boémia, compreendendo a área do Pátio Suíço, onde se localiza a porta Suíça. A construção foi sendo adicionada ao longo de quatro séculos, a Ala de Leopoldo I (onde se localiza a Presidência), *Stallburg* (onde se localizam os estábulos dos cavalos), *Amalienburg* (ao lado do Museu Albertina). A partir do séc. XV torna-se a residência de Inverno dos Sacro Imperadores Romanos, e a partir de 1806 dos Imperadores da Áustria, até 1918. No séc. XVIII são edificados o Picadeiro Imperial, os blocos envolventes da *Josephplatz* e o fecho da praça interna. No séc. XIX remata-se a *Michaelerplatz* e ergue-se a Biblioteca Imperial, metade da configuração da *Heldenplatz* desenhada por Gottfried Semper. O palácio evoluiu sempre por adição, sem noção do conjunto. «Assim como algumas partes nunca se terminaram, outras houve que foram logo alteradas. Os Habsburgo construíram sem noção do conjunto, deixando partes incompletas, próprio desta casa real. No séc. XIX, muitas destas áreas perderam as suas funções originais e foram pensadas alternativas, dando prioridade a objectivos culturais tais como museus, por serem os mais importantes.» (Welzig, Anexo 30: 16) A República chegaria após a Primeira Guerra Mundial e o fim do Império Austro-Húngaro, sendo a Presidência instalada numa das alas mais antigas do complexo, mediante várias campanhas de obras de adaptação fundamentalmente interiores.

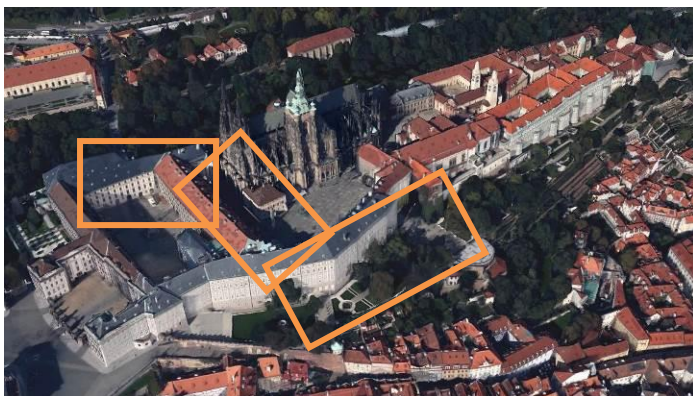


Fig. 136. Castelo de Praga, assinalando a Ala Presidencial.



Fig.137. Pátio com as alas protocolares

Na República Checa, as primeiras construções do Castelo de Praga foram erguidas na dinastia Premyslidas no séc. IX destinadas à Igreja da Virgem Maria, que foi substituída pela Basílica de St. George no séc. X. A Igreja de St. Vitus é iniciada na mesma data. Durante o séc. XII é construído o primeiro convento da Boémia, ao lado da igreja de St. George.

Durante o séc. XIV, no reinado de Charles IV, o palácio foi intervencionado e reconstruído em estilo gótico, e inicia-se a transformação da Igreja de St. Vitus numa basílica gótica de grande dimensão que duraria seis séculos a completar, terminando já na segunda década do séc. XX.

Com as Guerras Hussitas do séc. XV o castelo sofre várias destruições e fica desocupado durante décadas. No reinado de Vladislav Jagellonský, o castelo conhece grandes reformas e acrescentos à construção original, parte das que são destruídas por um grande em 1541.

No séc. XVII, sob o domínio dos Habsburgos da Áustria, é construída a Ala Norte onde se localiza o Salão Espanhol. Após a guerra dos Trinta Anos, o castelo é delapidado pelas tropas Suecas. No séc. XVIII a Imperatriz Maria Theresa manda reconstruir o castelo que, em compensação, é esvaziado dos seus tesouros e obras de arte que são enviados para Viena, a capital do Império.

Com o fim do Império Austro-Húngaro em 1918, e a fundação da nação Checoslovaca, o castelo de Praga torna-se a sede do governo do novo país. A pedido do Presidente Masaryk o novo Palácio e os jardins são reformulados. Durante a ocupação nazi, o castelo de Praga foi a sede do protector do Reich da Boémia e Morávia. Com a libertação da Checoslováquia o castelo volta a sede do governo, e o novo Presidente Václav Havel inicia nova campanha de obras neobarrocas, numa atitude considerada pela última Directora do Departamento de Conservação como «pós-moderna e fora de contexto» (Kyzourová, Anexo 31: 40).

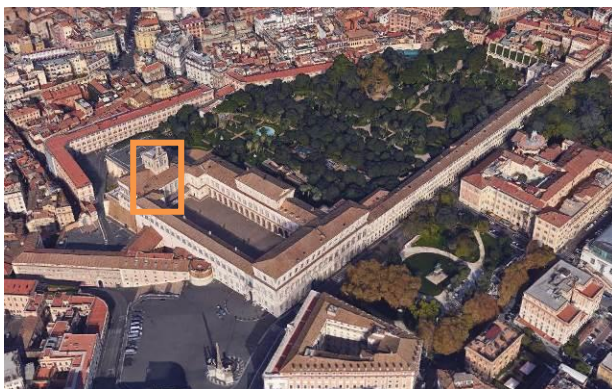


Fig. 138. Palácio do Quirinal, assinalando a área do gabinete presidencial. Fig.139. A entrada no palácio

Na Itália, o Palácio do Quirinal em Roma nasce de uma residência construída pelo cardeal Oliviero Carafa, alterada pelo Papa Gregório XIII que manda construir uma elegante *villa* particular, pontuada por uma torre central, que ainda hoje coroa a *palazzina*.

O Papa Sisto V adquire o *Palazzo del Quirinale* e o Monte Cavallo para residência estival do Pontificado e manda acrescentar duas alas paralelas à Via do Quirinal, desenhando um pátio interno. A configuração fundamental do palácio foi terminada pelo Papa Paulo V fechando o cortile central, a grande Scalone d'Onore, a *Sala del Consistore* (hoje o salão de Festas), e a *Cappellina dell'Annunziata*, e toda a ala confinante com a Via do Quirinal onde se encontra a Sala Regia (hoje o *Salone dei Corazzieri*), a *Cappella Paolina* e os apartamentos papais. O Papa Urbano VIII Barberini inicia a construção da *Manica Lunga*, e acrescenta fontes no jardim.

No início de oitocentos as tropas de Napoleão ocupam Roma. Uma vasta equipa de artistas é enviada para executar as alterações necessárias e transformar as salas de acordo com o gosto neoclássico francês. Com o recuo de Napoleão em Maio de 1814 Pio VII retoma a posse do Quirinal e procura rapidamente apagar os traços da ocupação napoleónica, terminando os frescos da *Cappella Paolina*. Os Papas sucedem-se ao longo do séc. XIX, sendo Pio IX o último Papa a habitar o Quirinal.

Em 1870 o Quirinal torna-se residência de Vittorio Emanuele II e da família real, resultado de um acordo imposto ao Vaticano. «Em 1870 o exército italiano estava contra Pio IX e entraram pela Porta Pia e tomaram de assalto o Quirinal. Foi ousado, atacar o Papa. [...] Toda a mobília vai com Pio IX para o Vaticano. O Palácio fica vazio. A administração Sabóia vai buscar todo o mobiliário para decorar o Quirinal aos palácios dos Medici [de Florença], Borboni [de Nápoles] e Gonzaga [de Mântua].» (Lattanzi, Anexo 33: 6) Constroem-se cavalariças para 200 cavalos. A *Manica Lunga* é ampliada com mais um piso. Até 1913, a *Palazzina* mantém-se a residência oficial do rei. Em 1915 o Quirinal sofre um abalo sísmico que obriga a obras de consolidação.

O palácio mantém-se residência real durante as duas Guerras Mundiais e é convertido na residência do Presidente da República com o fim da monarquia em 1946. Os espaços do palácio e a decoração são mantidos sem alterações nos primeiros anos da República, com pequenas actualizações interiores mais recentes.

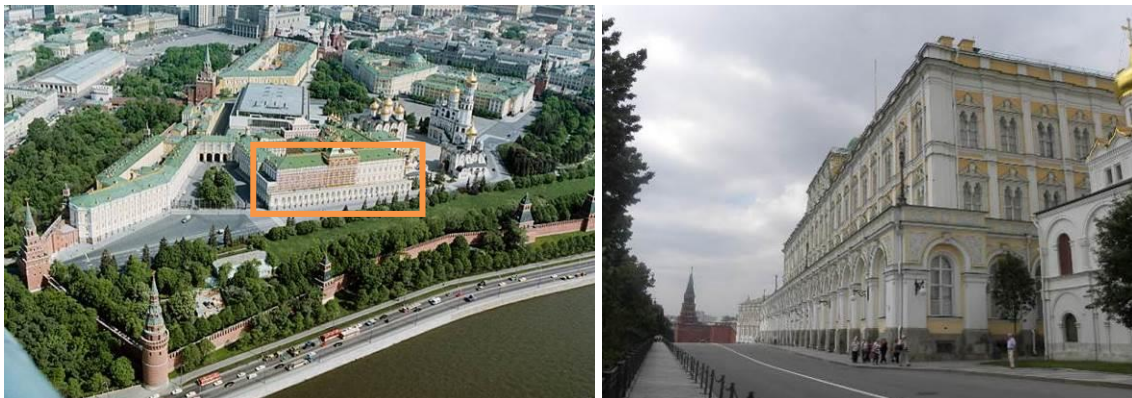


Fig. 140. Palácio do Kremlin, assinalando a Ala Presidencial. Fig.141. Palácio presidencial visto da rua interior

Na capital da Rússia, a configuração actual do Kremlin estabilizou no final do séc. XVIII, mas desde o séc. XII que se conhecem construções fortificadas em madeira neste local, sendo os incêndios recorrentes. Em 1487 inicia-se a construção do primeiro edifício em alvenaria, o Palácio das Facetas, o mais antigo edifício secular de Moscovo.

Ao lado é construído durante 200 anos o Palácio de *Terems* sendo concluído em 1637. Nos cinco pisos deste palácio funcionou a residência do Czar até que a capital do país foi deslocada para São Petersburgo no final do séc. XVII, pelo Czar Pedro I, o Grande. O Kremlin transforma-se numa área de serviços administrativos do Estado, e deixa de ser utilizado como aposentos imperiais.

Apenas em 1749 a Imperatriz Isabel manda demolir uma parte das antigas câmaras dos czares para construir um novo palácio para residência imperial em Moscovo, que é destruído pelas invasões francesas em 1812 sendo refeito em 1817. Contudo, acabaria por ser demolido na década de 1830, sob ordem de Nicolau I, para construir um novo palácio neoclássico para residência do Czar com uma fachada de 125m de comprimento confrontada a Sul com o Rio Moscova. A sua construção decorreu entre 1838 e 1849, tendo-se tornado na principal residência dos monarcas russos na segunda capital do Império, onde se instalavam sempre que vinham a Moscovo.

A revolução de 1917 traz a capital de volta para Moscovo, e o Kremlin volta a ser a sede das principais entidades estatais. Em 1961 é construído o Palácio de Congressos do Kremlin numa linguagem austera, rigorosa, de uma arquitectura "democrática" contra o luxo palaciano Czarino.

Após o fim da União Soviética em 1991, o complexo do Kremlin passa a servir para a administração do Presidente da Rússia, presidente executivo e chefe do Governo. Mas a dimensão cultural está igualmente presente. «O Kremlin é Património Mundial da Unesco, e por isso o processo é complexo e o pessoal da Unesco acompanha o processo.» (Krasheninnikova, Anexo 34: 8)



Fig. 142. *Schloss Bellevue*, assinalando a área protocolar. Fig.143. Palácio presidencial visto da via pública

Na Alemanha (RFA), o *Schloss Bellevue*, o palácio presidencial em Berlim foi edificado em 1786 para residência de Verão do Príncipe Augustus Ferdinand da Prússia, o irmão mais novo do Rei Frederick II. Sendo o primeiro edifício Neoclássico da Alemanha, apesar de manter elementos barrocos no interior, a implantação desenha um pátio de recepção, com duas alas perpendiculares ao corpo principal. A entrada é encimada por um frontão com pilastras coríntias, sóbrio, sem maneirismos.

O Rei Frederick William IV adquire o palácio e entre 1844 e 1865 funciona como o primeiro museu de Arte Contemporânea da Prússia. Executa-se a “*Vaterländische Galerie*” (Galeria Patriótica) que exhibe telas coevas e os jardins são abertos ao público. Em 1865 o palácio é entregue para residência da sobrinha do rei, mantendo-se na família até 1928 sem alterações. Nesta data o palácio é absorvido pelo Estado e transformado no Grande Centro de Arte de Berlim.

Em 1935, em contexto de nacional-socialismo crescente, o palácio torna-se o Museu Alemão de Arte Popular, apenas por três anos, após o que se converte em residência para convidados do *III Reich*. A nova dimensão representativa provoca alterações e beneficiações em ostentação no edifício.

Porém, durante a II Guerra Mundial o palácio é atingido por bombardeamento aéreo, sendo praticamente destruído na Batalha de Berlim. Os jardins foram transformados em áreas de cultivo para minorar a fome das populações nos anos que se seguiram.

Na década de cinquenta o palácio é eleito para segunda Residência Oficial do Presidente da República Federal, a residência em Berlim. Executam-se alterações com bons materiais e bom desenho coetâneo, perdendo-se o «[...] ambiente clássico que existira, e por isso, em 1970 foi refeito num gosto classicizante, em busca do desenho

"original".» (Pitz, Anexo 35: 4) Em 1994, após a reunificação da Alemanha, o Presidente Weizsäcker decide transformar o palácio na sua Residência Oficial, e encomenda um projecto que apague a década de cinquenta e conduza tudo "à feição clássica". «Como a encomenda era política, foi preciso coragem e determinação para lutar contra esta opção, e conseguir passar a ideia de deixar o testemunho de algo que tinha qualidade.» (Idem: Ibid) Em 1998 foi edificado um novo corpo no jardim para a instalação dos serviços administrativos do Gabinete Federal do Presidente.

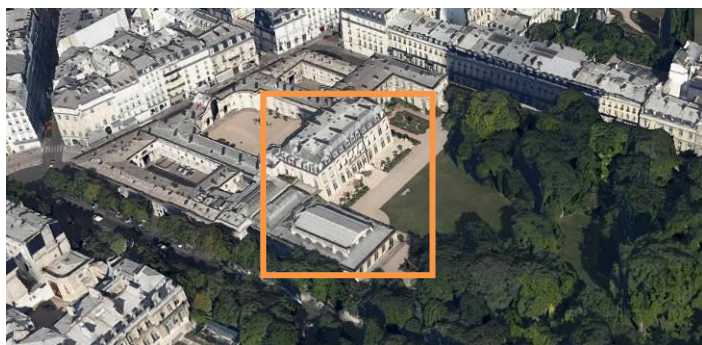


Fig. 144. Palais d'Élysée, assinalando a área protocolar.



Fig.145. O Pátio de Honra e protocolar

O palácio da Presidência Francesa foi concluído em 1722 numa propriedade confinante com o novo Jardim dos Campos Elísios. A localização e a dimensão equilibrada, com alguns salões de festas generosos, tornavam o *Hôtel d'Évreux* muito apreciado em Paris. O palacete é adquirido pela Marquesa de Pompadour em Dezembro de 1753, a amante principal de Louis XV. Sem descendência, Madame Pompadour deixa o palácio ao rei de França, que o vocaciona para alojamento de embaixadores extraordinários em visita a Paris.

Após 1765 instala-se no palácio o Guarda-móveis da Coroa. Oito anos depois, o edifício era vendido a um rico comerciante Nicolas Beaujon que altera os jardins "à francesa" para jardins "à inglesa". A revolução de 1789 encontra a duquesa de Bourbon como proprietária do palácio. Feita prisioneira, o palácio é utilizado para guardar móveis, começando a ser referido como o *Palais d'Élysée* pela sua localização. Libertada em 1797, a duquesa vende o palácio a um comerciante que o transforma numa casa de diversão, com mesas de jogo, café, salões de festas, bailes de máscaras e pantominas várias.

Joachim Murat, marechal do Império e cunhado de Napoleão, adquire o *Palais d'Élysée-Bourbon* em 1805 para sua residência, imprimindo um conjunto de obras de beneficiação no palácio para as festas de alta sociedade onde Napoleão comparecia frequentemente. Em 1812 é o próprio que vem habitar o palácio, acompanhado da nova imperatriz Marie-Louise e o filho de ambos de um ano de

idade. Napoleão faz do *Palais d'Élysée-Napoleon* sua residência principal. É no *Salon d'Argent* que abdica para sempre em 22 de Junho de 1815.

Durante 26 anos o *Palais d'Élysée* é deixado sem função precisa. Louis XVIII e Charles X utilizam o antigo *Hôtel d'Évreux* para alojamento de Chefes de Estado e Príncipes estrangeiros em visita a Paris.

Em 1848, após nova revolução republicana, instala-se a II República, desta vez com um Presidente eleito por sufrágio universal, sendo determinado que o *Palais d'Élysée-National* será a residência do Presidente da República.

O novo presidente *Louis-Napoléon* quer ser imperador; no *Salon d'Argent*, onde o seu tio abdicara, congemma um golpe de Estado que o colocaria em 1851 como Imperador Napoleão III. O *Palais d'Élysée-Napoléon* fica entregue a obras de renovação e ampliação destinadas a receber Chefes de Estado estrangeiros para a Exposição Universal de 1867. Nesta data, o palácio acolheu o Czar Alexandre II, o Sultão Abdul-Aziz e o Imperador da Áustria François-Joseph.

Com a proclamação da III República em 1870, o *Palais d'Élysée* volta a ser destinado a residência do Chefe de Estado. Para melhor adequar o palácio à sua função presidencial, é lançada nova campanha de obras que edifica a *Salle des Fêtes*.

De Napoleão III a 1940 passam 14 Presidentes pelo *Palais d'Élysée*, data em que ali se realiza o último Conselho de Ministros que decide a retirada do Governo de Paris, face à ameaça eminente da ocupação nazi. Durante a ocupação alemã o palácio está sem funções, entregue aos caseiros.

Após a libertação da França, o Presidente Vicent Auriol manda executar novas algumas obras de renovação do palácio, mas apenas após a Constituição da V.ª República de 1958, Charles de Gaulle se instala no *Palais d'Élysée* e inicia uma história de continuidade Presidencial neste edifício histórico de Paris, que apesar das muitas alterações e crescimentos ao longo dos tempos, conserva uma certa unidade morfológica.

Os diferentes palácios com funções presidenciais descritos apresentam histórias compostas de descontinuidades, de crescimento em volumetria e capacidade, com alterações de conteúdo e função que acompanham a História de cada país. Reconhece-se a efemeridade de cada ocupação, onde a presença do Presidente da República é sempre a mais curta em termos cronológicos. Igualmente se encontram razões que orientam a escolha destes edifícios para a sede das Presidências de cada nação. A sua representatividade institucional, a sua identificação com um poder político e/ou administrativo, algum afastamento ao poder monárquico: desde o séc. XIX que o Hofburg se dirige à população com edificação da Biblioteca Imperial e os museus; o castelo de Praga, centro do poder real boémio é esvaziado no séc. XIX pelo

Império Austro-Húngaro, o que o torna num símbolo da retoma da soberania em 1918, sede do novo poder republicano da nova Checoslováquia; o Quirinal nasce como residência Papal, seguida de ocupação Real do unificador da Itália, ligando o edificado à História da nação enquanto tal; o *Schloss Bellevue* em Berlim é transformado em museu de Arte em meados do séc. XIX e no princípio do séc. XX, tendo servido depois para acomodação de visitas de Estado antes da República o transformar em residência do Chefe de Estado; O Palácio do Eliseu teve múltiplas funções antes do primeiro Chefe de Estado republicano da Europa o ter escolhido para residência oficial, seguindo-se utilizações para acomodações de visitas de Estado, de novo para o Presidente *Louis-Napoléon*, de novo para visitas, finalmente para os Presidentes actuais.

O tipo de representatividade institucional republicana procurada não ocorre em Espanha, uma vez que essa função se encontra adstrita ao Rei. O Palácio do El Pardo, apesar dos seus 500 anos de vida, está hoje conotado com a residência do General Franco e com a «[...] *Guerra Civil [que] deixou muitas marcas em Espanha*[...]» (Hernández, Anexo 32: 2). Tal como se fez em Berlim, Paris ou em Belém, o edifício está dirigido para acomodar visitas de Estado. Passadas as gerações que se recordam a Guerra Civil, o Pardo poderá ser reabilitado para outra função, ou manter a actual.

4.9.2. Caracterização funcional e descrição quantitativa

Os espaços ocupados pelos diferentes palácios presidenciais distribuem-se de modo muito diverso. Alguns ocupam alas ou edifícios num complexo, outros abraçam o perímetro completo de uma antiga estrutura. Tendem a não ser muito grandes quando comparados com outros palácios existentes em cada país, possivelmente para vincar a dimensão não-Real da sua função republicana.

O Palácio de Hofburg, o maior complexo projectado de raiz para funções governativas na Europa, apresenta cerca de 2 600 salas, com uma área total aproximada de 170 000m² sem considerar os museus. A presidência austríaca funciona na Ala de Leopoldo I, os antigos espaços imperiais do Hofburg, desenvolvendo-se no piso nobre e em algumas áreas de serviço no piso inferior, cobrindo uma área de apenas 7 200m². Nele trabalham cerca de 80 pessoas, de seguranças a administrativos.

A entrada processa-se pelo topo Sudeste, por uma antecâmara de planta semi-hexagonal com dois portões, possivelmente acrescentada durante o séc. XX, por onde entram e por onde saem os veículos. Entre portas fica o espaço para três carros, onde

se encontra a força de segurança que controla as entradas. Este é acesso de visitas e do Presidente da República.

Os acessos são generosos, os degraus bem dimensionados, mas as paredes são de estuque liso com frisos pintados sem relevo. Directamente do corpo de escadas entramos para as salas utilizadas apenas pelo Presidente da República. As salas são todas comunicantes e apresentam as portas todas no mesmo enfiamento, resultando num efeito cénico e perspectico interessante, que vinca a distância de aproximação ao Chefe do Estado. Estas salas são destinadas à utilização presidencial, para audiências e reuniões. As grandes cerimónias ocorrem nos Salões de Baile ou Sala de Congressos, ou mesmo no picadeiro real, que para o efeito é fechado, mas que não são de uso exclusivo da Presidência.



Fig. 146. Entrada na Presidência Fig.147, 148 e 149. Sucessão de salas, salas protocolares e salão de baile

Existem fogos habitacionais privados no Hofburg. Começaram por ser casas de função de funcionários e mantêm-se na sucessão dos herdeiros, apesar de serem casas alugadas. São muito procuradas, e não se pensa em acabar com esses apartamentos. Na intervenção operada no Quarteirão dos Museus, integrando nova arquitectura para dois novos Museus de Arte Contemporânea e Arte Clássica, foram considerados diversos apartamentos para jovens, para garantia da miscigenação funcional. A presença de habitação alugada é desejada e projectada.

A importância singular do Castelo de Praga resulta de ser considerado o maior castelo antigo do mundo, com cerca de 570m de comprimento e 130 de largura, com mais de 72 000m² e uma área próxima a 45ha.

A Presidência da República Checa ocupa no Castelo uma área de cerca de 16 000m², com os salões protocolares para as cerimónias e banquetes de Estado, bem como os gabinetes políticos e administrativos. Em paralelo existem no Castelo outras funções: catedral e igrejas existentes no interior do perímetro, espaços museológicos diversos, bilheteiras, áreas de apoio ao turista, lojas, restaurantes. O castelo tem portões que abrem e fechem durante a noite, mas que durante o dia permanecem

abertos, tornando o castelo num “casco ou cidadela histórica” onde é possível passear ou atravessar a pé sem visitar nenhuma das ofertas culturais disponibilizadas.



Fig. 150 e 151. Sala Espanhola e Salão Rodolfo: salas protocolares Fig.152. Largada de altos funcionários

Os acessos aos serviços e gabinetes da Presidência são controlados nas portas de entradas nos edifícios, existindo controlo de acessos com cartões magnéticos em todos os pisos e nos acessos aos corredores, para gerir as deslocações de pessoas e funcionários dentro dos edifícios. Os automóveis autorizados circulam dentro dos pátios até às portas para deixar ou receber os altos funcionários e responsáveis da Presidência, e saem logo de seguida, sem estacionar dentro do castelo. Várias formações de militares e de polícias circulam pelos pátios por entre os turistas, sem nenhuma dificuldade.

Em caso de cerimónias oficiais, os circuitos necessários são encerrados aos turistas e os pátios passam a cumprir uma função de representação.

O *Palazzo del Quirinale* é integralmente ocupado pela Presidência de Itália, com áreas museológicas sob a dependência da Presidência da República, tal como ocorre em Belém. A área da propriedade é de aproximadamente oito hectares, com cerca de 75 000m² de área construída.



Fig.153. *Salone dei Corazzieri*.

Fig.154 e 155. *Salone delle Feste* e galeria de serviço confinante

Muitos dos salões são utilizados apenas em cerimónias, recepções e actos solenes, como o juramento da Constituição pelo Governo perante o Presidente da República; muitos são áreas musealizadas que correspondem a circuitos de visitas, quando não

estão em usos protocolares. Algumas funções de serviço menos cerimoniais são improvisadas em salões ou galerias nobres, por falta de outras. As diferentes campanhas de construções do Quirinal deixaram-lhe muitos salões contíguos, onde todos os espaços são ricamente decorados e foram objecto de múltiplas intervenções, por vezes a somar, outras vezes a substituir o existente.

A falta das áreas e corredores de serviço que normalmente acompanhavam os salões de cerimónias obrigaram à edificação de uma galeria suspensa durante o reinado Sabóia, uma varanda encerrada confinante com os salões de festas principais, de apoio ao serviço. A necessidade desta distribuição preservou a galeria até aos dias de hoje, sendo agora climatizada uma vez que serve de copa de apoio ao *catering*, apesar da penumbra que provoca nos salões principais.

A Norte do complexo existem múltiplas áreas de serviço, garagens e zonas de arrecadação e espaços de exposição de 15 coches do período Sabóia. As unidades expostas no Quirinal estão impecavelmente restauradas. Apesar das idades aproximadas de 150 anos, os coches de aparato terão tido pouco uso e apresentam-se operacionais para as cerimónias cuja dignidade o exija.

Em Moscovo, o Palácio Presidencial onde ocorrem as recepções, actos oficiais e banquetes de Estado, os aposentos do Presidente, as forças de segurança, os Gabinetes políticos e administrativos e todos os serviços de apoio governamental ocupam uma área de cerca de 90 000m² do total de 142 000m² edificadas no perímetro muralhado do Kremlin. A muralha que dá nome ao conjunto circunda uma propriedade de 30ha, com praças e jardins no seu interior, para além dos edifícios.

Tal como no Palácio de Hofburg ou no Castelo de Praga, a presidência ocupa uma parte do complexo, que tem outras tutelas, designadamente os Museus do Kremlin, responsável pela gestão e conservação dos edifícios religiosos e museológicos. Os portões abrem e fecham mediante um horário, mas a circulação no interior é claramente condicionada. A convivência entre turistas e as funções de Estado no interior do Kremlin resolve-se pacificamente, de modo ordeiro, mas com liberdades muito cerceadas.

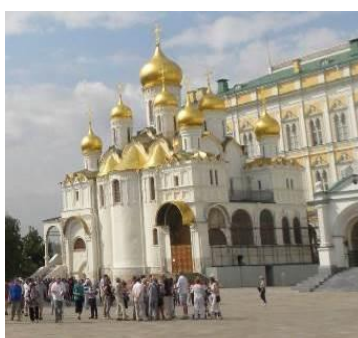


Fig.156. Condicionamento do público. Fig. 157 e 158. Visitantes aos Museus do Kremlin e honras equestres

Na Praça das Catedrais, nas áreas de exposições, nos acessos das entradas, no caminho para a *Armoury Chamber* e nos jardins confinados para o efeito, os turistas gozam de liberdade vigiada. Nos restantes espaços não é sequer permitido circular. Em cada ponto dos passeios, das praças ou das estradas estão militares a controlar os movimentos, não sendo permitido sair dos perímetros definidos. Os visitantes circulam nos passeios demarcados e as travessias efectuam-se apenas nas passadeiras, apesar de não haver qualquer movimento automóvel.

Todo o perímetro do Kremlin é um espaço multifuncional e multi-animado. «Aos sábados, no Verão, existem apresentações de cavalos nos Jardins do Kremlin, com cerca de 30 cavalos da guarda de honra presidencial. Os cavalos vivem no arsenal, e saem para as apresentações na praça. A cerimónia equestre demora cerca de vinte minutos e já existe desde há 10 anos.» (Krasheninnikova, Anexo 34: 24) Os cavaleiros revivem um passado repescado para aumentar a conotação histórica do perímetro do Kremlin dirigido à actividade turístico-cultural.

O *Schloss Bellevue* em Berlim implanta-se numa propriedade com 20ha nos campos de caça de *Tiergarten*, ao lado do rio *Spree*. Tal como o Quirinal, o Eliseu e Belém, os seus 15 000m² de área construída são totalmente ocupados pela Presidência da República, sendo que o Presidente também não habita o palácio. O presidente alemão também não é o chefe do governo, pelo que a sua estrutura política e administrativa é diferente da russa e da francesa, assemelhando-se à encontrada em Viena, Praga ou Lisboa.

O palácio reprimado é fundamentalmente utilizado como salão de cerimónias, recepções, actos oficiais, banquetes de Estado e reuniões pelo Presidente no bloco central, sendo as alas laterais destinadas a serviços de cozinhas, arrumos, sanitários, elevador, salas de videoconferência, gabinetes administrativos e de segurança. Os gabinetes da Casa Civil e Militar funcionam no bloco elíptico novo edificado nos jardins em 1998.

No confronto com a via pública era necessário uma vedação que não prejudicasse a imagem consolidada do relvado anterior. A solução foi encontrada na modelação do relvado público, que foi rampeado a descer para o gradeamento, ao encontro de

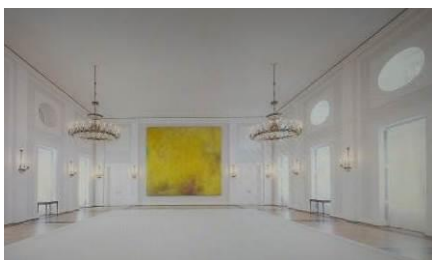
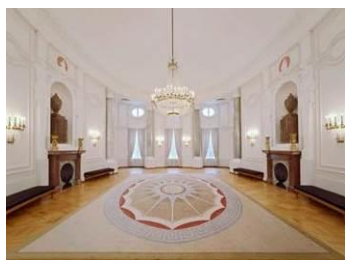


Fig.159 e 160. *Langhanssaal*, ou Sala Oval e *Großer Saal*, o Grande Salão.

Fig. 161. Recepção oficial tipo

uma parede de pedra com 1,80m de altura, acima do qual se ergue um gradeamento transparente. A base do gradeamento mantém-se à cota original do relvado, mas veículo algum o consegue vencer. As entradas ficam assim concentradas nos caminhos previstos devidamente protegidos por pinos retrácteis.

Os veículos oficiais entram no pátio e param no local onde saem os convidados, abrigados pelos jornalistas que são colocados num estrado que facilita a vista para os convidados, ao mesmo tempo que funcionam como escudo humano que assegura a protecção física desses convidados.

«Nas traseiras do palácio é possível aterrar um helicóptero, o que constitui uma vantagem operacional.» (Pitz, Anexo 35: 11)

O *Palais d'Élysée* ocupa cerca de 13 500m² de área construída, numa relativamente pequena propriedade de 27 000m², confinada por muros guardados por polícia em cada esquina. Apesar do Presidente ser o chefe do governo, a sede da Presidência tem uma área que se pode considerar diminuta, mas que se explica pelo facto da maioria dos elementos da equipa governamental não estar no Eliseu. Seguindo a tradição francesa, o Pátio de Honra é um pátio mineral, por oposição aos jardins vegetais das traseiras.



Fig.162, 163 e 164. *Salon Napoléon III* e *Salon des Fêtes*. Continuidade de salões confinantes com o jardim sul

Os salões mais antigos e os edificadas no séc. XIX, que correspondem ao piso térreo do bloco central e às salas construídos a Poente são dedicados a cerimónias e actos de representação, onde se realizam os banquetes de Estado, comunicações do Presidente ao país ou a própria investidura e tomada de posse do novo Presidente. A continuidade dos salões é uma característica palaciana que também se encontra no Eliseu e que permite a gestão dos espaços em função da dimensão do acontecimento. Sob o salão de festas foi construído em 1972 uma sala de cinema privada para o Presidente, familiares e amigos, um requinte de lazer disponibilizado ao Chefe de Estado.

A residência do Presidente confina uma área mais privada e restrita do palácio a Nascente, do lado oposto aos salões de gala. O gabinete de trabalho está instalado no piso nobre do corpo central, entendido como um dos espaços de representação. Os gabinetes políticos e administrativos estão também instalados do lado Nascente, com acesso directo do pátio de Honra, mas sem comunicação directa à residência. As áreas são contidas, mas apresentam todas as valências necessárias ao cumprimento da sua função. «Em 1960 o palácio parou de crescer, e não houve mais aumento de construção. A partir dessa data, só o *Palais Marigny*, onde passaram a ser instalados os convidados do Presidente, continuou a receber nova construção.» (Goutal, Anexo 36: 7)

	Belém	Hofburg	Castelo Praga	Quirinal	Kremlin	Bellevue	Eliseu
Propriedade	3,3ha	20ha	45ha	8ha	30ha	20ha	2,7ha
Área Total	19 500m ²	170 000m ²	72 000m ²	75 000m ²	145 000m ²	15 000m ²	13 500m ²
Área Ocupada	19 500m ²	7 200m ²	16 000m ²	75 000m ²	90 000m ²	15 000m ²	13 500m ²
Início construção	1559	Séc. XIII	Séc. IX	Séc. XIII	Séc. XII	1786	1722
Início Presidência	1911	1918	1918, 1989	1946	1917	1950	1812,1848, 1870,1958
Uso Papal				X			
Uso Real	X	X	X	X	X		
Uso Imperial		X	X				X
Uso Nobiliárquico	X	X	X			X	X
Uso Presidencial anterior			X				X
Alojamento de Visitas de Estado	X					X	X
Casa de diversão							X

Tabela 3. "Dimensões, Origens, Usos comparativos dos palácios"

Em síntese podem agrupar-se os valores encontrados numa tabela que permite uma análise comparativa das escalas de cada um dos exemplos visitados.

O Palácio de Belém apresenta um perímetro dos mais pequenos, apesar de maior que o Eliseu. Ocupa a totalidade da área do palácio onde se insere, tal como o Quirinal, Bellevue e o Eliseu, desenvolvendo os seus serviços políticos, técnicos e administrativos

numa área cerca de 20 e 25% maior que as congéneres Checa e Alemã, sendo cerca de 30% maior que o Eliseu e quase três vezes a área actual da ala presidencial do Hofburg.

Os primeiros registos da sua construção datam do séc. XVI, quando decorriam já alguns séculos de vida de construções no Castelo de Praga, Kremlin, Hofburg e Quirinal. Porém, faltavam ainda cerca de dois séculos para se conhecerem as primeiras edificações do Eliseu e do Bellevue.

Todos os palácios tiveram utilizações anteriores à actual, revelando a sua condição de “contentor” funcional, versátil e adaptativa. Casas senhoriais, residências de príncipes, residências Papais, residências Reais, residências Imperiais, mas também residências para acomodação de visitas de Estado, casas de altos funcionários do Estado, ou amantes de Rei, casas de diversão, os diferentes palácios tiveram ocupações distintas antes de albergar a Presidência da República. O Castelo de Praga foi a sede da Presidência de duas nações. O Eliseu já foi a sede da Presidência por três vezes na história da França, sendo que já decorre a quarta vez correspondente à V República. Tal como o Hofburg, o Kremlin, o Bellevue e o Quirinal, o Palácio de Belém é a sede da Presidência desde que existe República no país, sendo a mais antiga dos exemplos referidos.

4.9.3. Gestão e manutenção

As estruturas existentes em cada palácio visitado variam em função dos enquadramentos legais e tutelas a que se encontram subordinados. Varia também em função dos níveis de segurança considerados necessários, da exclusividade ou não no controle do perímetro onde se inserem, da sua dimensão relativa ou mesmo de albergar ou não um Presidente com funções governativas.

A Ala Presidencial do Hofburg não dispõe de qualquer tipo de equipas de manutenção, na medida em que tudo está entregue ao *Burghauptmannschaft* (entidade que superintende todo o Hofburg) e ao *Bundesdenkmalamt* (BDA - Instituto do Património Cultural) «Até para trocar uma lâmpada são eles que tratam.» (Anexo 30: 25)

Todo o Hofburg é gerido pelo *Burghauptmannschaft Österreich* «Conta com 30 eventos e 40 000 visitantes por ano. O seu modelo de gestão é único. É público mas funciona com uma estrutura autónoma de modelo privado desde 1989, com total autonomia financeira, revelando-se um sucesso. O principal financiamento resulta dos projectos desenvolvidos e da exploração dos espaços disponíveis. [...] Temos também os restaurantes e as lojas. Disponibilizamos as salas para baptizados. O *Burghauptmannschaft* funciona como um organismo que trabalha na sombra, como

protector e gestor dos edifícios da República da Áustria. Temos Museus, Teatros, a Spanische Hofreitschule [Alta Escola Equestre Espanhola]. Temos edifícios públicos e residências. [...] Funcionamos e responsabilizamo-nos como donos dos edifícios, mas temos a possibilidade de os explorar economicamente. Uma utilidade dá oportunidade a outra. Um privado pode alugar os espaços. Alguns alugam durante o ano todo. Noutros espaços ou edifícios, somos apenas donos, e a gestão do espaço é feito pelos “inquilinos”. Mas o Burghauptmannschaft não é apenas utilizador ou dono. Temos administradores, construtores, pessoal técnico e administrativo. Somos um departamento do Estado. Não somos privados. Temos dinheiro público e temos que o usar bem.

Somos um departamento subordinado. Não temos estratégia económica. [...] Não queremos proveitos. Sabemos que um edifício histórico tem que ser pensado em termos macroeconómicos, em termos políticos e culturais, nas suas repercussões no turismo. Não pode ser pensado como uma empresa pública. Muitos estrangeiros vêm a Viena por causa dos edifícios históricos. Nós pensamos no melhor para o Estado, para o valor cultural acrescentado.» (Sahl, Anexo 30: 7 e 8)



Fig.165, 166, 167 e 168. Salão de Congressos, salas vestibulares para catering, salões para alugueres diversos

No Burghauptmannschaft trabalham cerca de 140 pessoas para o controle financeiro, gestão e acompanhamento das obras como “donos de obra”. Dependem do Ministério da Economia, como antigamente Obras Públicas em Portugal dependiam da Fazenda Pública. Os projectos são encomendados a projectistas privados, e a fiscalização é feita por empresas da especialidade. Para cada edifício existe pelo menos um responsável do Burghauptmannschaft que acompanha os processos todos, para os conhecer bem. Só o Hofburg tem três destes responsáveis, com áreas genericamente divididas pelo Antigo Hofburg (área de Congressos – zona mais antiga, Ala Presidencial, Alta Escola Equestre, BDA, Museu da Sissi e dos Tesouros Reais, do séc. XVIII), o Novo Hofburg (toda a área da Biblioteca Nacional, do séc. XIX, princípios do séc. XX) e a zona dos Museus, na Maria-Theresien-Platz e Museumsplatz (Museu de

História Natural, Museu de Arte Antiga, e os quarteiros dos Museus de arte contemporânea e arte clássica).



Fig.169, 170 e 171. Gabinete de Audiências do Presidente da Áustria. Oficinas-restauro do HofMobiliendepot

Todo o mobiliário existente no Palácio Presidencial pertence ao HofMobiliendepot, a um grande organismo estatal que tutela, distribui, e assegura a manutenção do mobiliário da República da Áustria. Cada peça tem nas costas um número de inventário e está “ao cuidado” de cada instituição, sem lhe pertencer. Sempre que seja necessário qualquer outro tipo de peças para uma cerimónia, é só requisitar.

O HofMobiliendepot está sediado em Viena, embora tenha armazéns fora da cidade, no Möbel Museum, o Museu do Mobiliário. As peças mais antigas e de melhor qualidade estão retiradas do uso e expostas neste Museu do Mobiliário. Todas as restantes estão a uso, adequado a cada local. O HofMobiliendepot tem algumas oficinas de restauro e manutenção das peças (de madeiras, cadeiras, pintura, douramentos, mobiliário) onde trabalham cerca de 40 pessoas.

As intervenções no Castelo de Praga são definidas no Departamento de Património Monumental, que contrata projectistas para a execução dos projectos. «Fazemos concursos para a intervenção. Não é importante a origem da equipa de projectistas, desde que tenham experiência comprovada de intervenções em edifícios históricos. Nós definimos o conceito, os projectistas em concurso fazem propostas e estudos baseados no conceito e nós escolhemos. Depois contratamos o trabalho de projecto que nos pareceu melhor e, quando está pronto, enviamos para a Administração do Castelo de Praga, que é por sua vez responsável por organizar os processos para os concursos e trabalhos para a execução dos projectos. Nós fazemos a supervisão do processo e da obra, mas contratamos fora a Fiscalização.» (Kyzourová, Anexo 31: 45).

O Departamento de Património Monumental tem autoridade sobre o Castelo, com total autonomia. No caso de surgir algum problema com a Administração do Castelo de Praga terá o assunto que ser levado ao Ministro da Cultura para decisão. Porém,

ambos os departamentos, do Património e a Administração, dependem directamente do Gabinete do Presidente. Para todas as decisões tomadas não existe qualquer filtro que assegure a bondade das opções tomadas. A responsabilidade das intervenções no Castelo de Praga vai ficando nas mãos de cada novo director nomeado por cada novo Presidente, que não tem que as fazer aprovar em nenhum instituto do Património independente do poder político do Presidente.



Fig.172, 173 e 174. Gabinete da Directora do Departamento, os torniquetes na Catedral e na Golden Lane

Do quadro de pessoal só têm jardineiros para os jardins e alguns elementos da manutenção. «*Tudo o que são trabalhos de conservação é externo.*» (Idem: 47).

Nas áreas do Castelo não afectas à Presidência encontra-se o primado da exploração turístico-cultural; tudo é pago, sendo o controlo de acessos efectuado com torniquetes semelhantes aos encontrados no metropolitano, seja nos museus, seja na entrada da *Golden Lane*, a antiga rua do castelo dos serviçais onde habitou Kafka (totalmente esvaziada de vida real, transformada numa livraria e num cenário para turistas), seja ainda no interior da Catedral neogótica, mais de metade construída no séc. XX.

A importância histórica do *Palazzo del Quirinale* justificaria por si só a mobilização de meios e dotação orçamental específica, ao que acresce a sua função operativa de representatividade de Estado; ao valor museológico do edifício soma-se o valor funcional que convive e conduz muitas das opções tomadas.

«*Somos quatro historiadores de arte encarregados da conservação do palácio, mais ou menos divididos por áreas de especialidade. Temos um apoio de quatro técnicos administrativos. Há alguns anos, os técnicos de restauro eram do ICR [Istituto Centrale del Restauro], mas agora provêm essencialmente das escolas desta especialidade [onde se inclui o ICR].*» (Lattanzi, Anexo 33: 18) A conservação do Quirinal é uma actividade diária que se evidencia nas reuniões técnicas semanais com os chefes de equipa das empresas de restauro que estão em obra, e que convivem com o quotidiano do palácio. Todas as questões de princípio, dos critérios e metodologias a adoptar são matéria de acerto entre os chefes de equipa privados com os técnicos responsáveis do Estado. «*No Quirinal temos pessoal interno para a manutenção do*

mobiliário. Temos um laboratório de tapeçarias com quatro funcionários que nasceu da *Officine Firenze*. Para o restauro de frescos e construção civil recorremos a concursos de empreitada, alguns públicos, como previsto na lei. Apesar de ser a Residência do Presidente, não temos autonomia, mesmo sendo verbas do nosso orçamento. Os projectos de intervenção e restauro têm que ser autorizados pelo Ministério para os Bens Culturais, [Ministério dos bens e da actividade cultural e do turismo²²⁵, nome completo] que trata e acompanha todos os institutos de Itália. Depois durante a obra mandam um responsável para controlar o desenvolvimento dos trabalhos.» (Idem: 14)



Fig.175, 176 e 177. Reuniões com conservadores-restauradores. Estaleiro no circuito de visitas. Em trabalhos.

Em matéria de tutela cultural, os técnicos do Quirinal estão sujeitos à aprovação do projecto por uma entidade externa ao palácio presidencial, o que contribui para aumentar o consenso sobre as opções tomadas em projecto.

Para garantia dos melhores resultados finais na obra, o *Ministério para os Bens Culturais*, envia um fiscal para acompanhar os trabalhos, apesar da competência reconhecida aos quatro responsáveis pela conservação do *Palazzo del Quirinale*.

«Este modelo existe desde o Presidente [Oscar Luigi] Scalfano [início de mandato em 1992], e penso que é um bom modelo. Garante a participação de vários intervenientes nas decisões. [...] É claro que sendo o Quirinale existem sempre amplas verbas disponíveis, mesmo em contextos de crise como o actual, embora mais contidos do que já foram.» (Idem: 12)

A conservação do recinto do Kremlin divide-se em duas grandes tutelas: a Presidência da República e os Museus do Kremlin. Mas ambas devem reportar e fazer aprovar as suas intervenções aos Ministérios da Cultura. «O Kremlin é Património Mundial da Unesco, e por isso o processo é complexo e o pessoal da Unesco acompanha o processo.» (Batalov, Anexo 34: 8)

²²⁵ *Ministero Per I Beni Culturali*, [Ministero dei beni e delle attività culturali i del turismo]. (tradução livre).



Fig.178, 179 e 180. Sala de reuniões com vista para o Kremlin. Estaleiro de obra na Annunciation Cathedral

No palácio presidencial existem arquitectos que só trabalham para a Presidência. Fazem os projectos e acompanham as obras e só ocasionalmente contactam arquitectos exteriores, reconhecidos no país, para alguns trabalhos de restauro mais específicos. Os níveis de segurança são muito elevados e mesmo os colegas dos Museus do Kremlin não estão autorizados a entrar no Palácio presidencial. Nas áreas restritas do Presidente, só mesmo a segurança pessoal pode entrar. Qualquer pessoa ou trabalhador tem que ir sempre acompanhado de elementos da segurança pessoal. *«Nos Museus do Kremlin também temos que elaborar os mesmos relatórios de projecto e de acompanhamento dos trabalhos. Somos seis arquitectos neste departamento para tomar conta de todos os edifícios que estão à nossa guarda [Um edifício para cada]. Nós temos que trabalhar nos arquivos, saber o que já foi feito em cada edifício antes de uma nova intervenção, o que se torna pior porque a informação existe muito dispersa. Depois de sabermos o que necessitamos, colocamos em concurso o projecto e a obra. Convidamos empresas que oferecem o serviço integral. Têm arquitectos nos quadros que fazem o projecto, que nós elegemos e depois fazem a obra, e o arquitecto projectista deve continuar a acompanhar os trabalhos. É com ele que falamos.»* (Idem: 9). *«Nós dependemos do Ministério da Cultura, somos como uma dependência especializada só para os edifícios não políticos no interior do Kremlin. Mas o Departamento Presidencial também tem que pedir autorização ao Ministério da Cultura para tudo o que pretenda fazer no Palácio.»* *«Existe um Conselho Federal para discutir as intervenções mais pesadas e as soluções mais complicadas.»* (Krashennnikova, Anexo 34: 9).

Os Museus do Kremlin são uma instituição estruturada, com meios próprios de intervenção em algumas áreas mais específicas. *«Na área de madeiras temos especialistas muito credenciados, altamente especializados nas técnicas construtivas tradicionais com madeira, tal como na conservação dos edifícios e monumentos antigos com soluções de madeira.»* *«No nosso serviço não temos conservadores para a arquitectura, apenas para o mobiliário e peças de museu, tapeçarias, joalharia e arte*

sacra em ouro e prata. Temos alguns restauradores de pintura de quadros e de pintura mural» «Na antiga União Soviética existia e ainda existem grandes organizações estatais a estudar os métodos e processos de intervenção nos diferentes materiais, apoiados em metodologias de base científica. E estudam os materiais de um modo muito especializado, sectorial, separados por rebocos, paredes, pinturas, estrutura.» (Idem: 10).

Todavia, para as obras de intervenção respeitam regras semelhantes às portuguesas. «Nós somos obrigados a fazer concursos públicos para as intervenções do restauro em edifícios que são património mundial. E por vezes ganham empresas com preços mais baixos, que desconhecem a complexidade do trabalho e depois não conseguem fazer a obra.»

Ao contrário do edifício do Arsenal, do Congresso e do Palácio Presidencial, o valor funcional dos edifícios a cargo dos Museus do Kremlin foi ultrapassado pela sua dimensão estética e histórica, tornando-os museus de si próprios. O efeito de musealização define o primado da sua existência actual, conduzindo as opções de restauro para uma perspectiva museológica.

A gestão do palácio de Bellevue em Berlim é assegurada por técnicos que acompanham a obra na qualidade de representantes do Dono de Obra, encomendando os projectos e as intervenções necessárias a projectistas externos à Presidência. A salvaguarda dos valores patrimoniais está tutelada pelo *Bundesdenkmalamt*, o BDA Alemão, com quem é possível discutir os projectos logo na definição dos princípios que haveriam de guiar a solução, que aprovam o projecto e depois acompanham a sua execução. Este modelo assegura que a execução corresponde a opções amadurecidas e consensuais, produto do encontro de opiniões de conhecedores do edifício e da doutrina acumulada.

Todavia, as áreas palacianas de Bellevue são hoje um repristino de algo que existiu, de construções originais desaparecidas e refeitas em 1970, numa suposta “feição original”, um discurso que não parece já dessa década.



Fig.181, 182 e 183. Sala oval em 1935, sala oval repristinada, exemplo de sala da década de 1950 mantida

Tal intervenção desfez as obras efectuadas nos anos cinquenta para conduzir o edifício a ambientes do passado clássico. Mas em 1994, volta a colocar-se a questão a pedido do então Presidente *Richard von Weizsäcker*, que decide transformar o *Schloss Bellevue* na sua Primeira Residência Oficial, e que encomenda «[...] o projecto de alteração funcional do conjunto da ala central e das laterais, conduzindo tudo à feição clássica, apagando as salas da década de cinquenta.» (Pitz, Anexo 35: 4). A questão prende-se com o facto de que, apesar da existência dos organismos estatais de protecção do Património, «[...] o Presidente pode alterar as decisões se não concordar, tal como a mulher do Presidente, que neste caso assumiu a decoração a seu gosto.» (Idem: 11).

Esta possibilidade, assumida como um direito político, parece própria de países ditatoriais. O modelo onde o Presidente ou a instituição presidencial propõe e submete ao crivo da cultura parece mais adequado à salvaguarda dos edifícios do que o modelo onde os responsáveis da área discutem e depois o Presidente ou alguém da família pode alterar a decisão. É certo que o Bellevue é mais um cenário que um Bem Cultural, mas tal modelo entrega-o à arbitrariedade de cada novo governante.

Em França, a protecção patrimonial assenta na responsabilidade de um Arquitecto Chefe dos Monumentos Históricos ²²⁶ (ACMH), internacionalmente designado por *Architecte en Chef*, um modelo institucional nascido na Monarquia de Julho (de 1830 a 1848) (Anexo 01: 48), contando hoje com pouco mais de 50 profissionais para o país inteiro.

O corpo dos *Architecte en Chef* é organizado por um decreto de 1913 que atribui uma determinada região de trabalho a cada um, definido ainda que devem ser secundados por um ou mais arquitectos que acompanhem os trabalhos na obra. Em 1946, perante a devastação pós Segunda Guerra Mundial, é criado um novo organismo vocacionado para a manutenção, os *Architectes des bâtiments de France*, que se destinava a fornecer interlocutores aos *Architecte en Chef* no terreno. A departamentalização e descentralização do sistema levaria a transformar este organismo nas *Directions Régionales des Affaires Culturelles* (DRACs) em 1991. A 12 de Dezembro de 2005 foi acrescentada a palavra “Nationaux” ao título dos *Architectes en Chef*, passando a ACMHN.

Neste contexto, a estrutura administrativa e de manutenção existente no *Palais d'Élysée* é auxiliada, para os trabalhos de intervenção significantes pelo *Architecte en Chef* Michel Goutal, assim nomeado para o efeito, que actua como um consultor e/ou projectista que trabalha em regime liberal a partir do seu gabinete próprio, e que

²²⁶ *Architecte en Chef des Monuments Historiques*. (tradução livre).

representa a vigilância do Estado sobre os valores imateriais, históricos e arquitectónicos do Eliseu. Avaliado cada problema, o *Architecte en Chef* dialoga directamente com o Secretário-Geral que propõe a execução do projecto e dos trabalhos, e para o qual conta também com os seus técnicos da manutenção, sem deixar de consultar os arquitectos do *Centre des Monuments Nationaux*, que também têm tutela sobre o edifício. «Quando trabalhamos num monumento pertencente ao Estado somos indicados pelo Ministério da Cultura. Mas não temos salário. Temos um trabalho. Mas pode ser de um particular. A presença de um *Architecte en Chef* surge quando existem subvenções do Estado para as obras. E todos pedem dinheiro, mesmo os ricos, ou as instituições abastadas.» (Goutal, Anexo 36: 19)



Fig.184, 185 e 186. Michel Goutal em obra de restauro da fachada e interior. Vistoria à cobertura do Eliseu

Segundo Michel Goutal, «o recrutamento processa-se por concurso, com teste escrito, orais e uma prova de desenho durante duas horas, fazendo o estudo de um dado monumento. No concurso são escolhidos um ou dois, e normalmente é uma profissão para o resto da vida. Agora somos cerca de 50, mas há 7 anos que não há nenhum concurso novo. As provas são muito difíceis, levam três anos a preparar para seriamente se concorrer.»

«Mas as coisas estão diferentes agora. As intervenções nos monumentos já podem ser feitas por outros arquitectos que não *Architecte en Chef*, desde que diplomados pela escola de Chailot ou titulares de um *DAS Patrimoine*, ou equivalente. O sistema de regiões era muito rígido. Mas agora é muito solto.» (Idem: 20)

Este processo complexo com diversas tutelas e com aparentes sobreposições de responsabilidades acaba por funcionar pela disponibilidade orçamental e pela boa relação pessoal entre os vários intervenientes. «Sendo a Presidência, e sempre que é necessário para alguma obra, os serviços pedem dinheiro e o seu orçamento é dotado com o valor correspondente.» (Idem: 18)

Tal como na Áustria, o património móvel está ao cuidado do *Mobilier National*, uma instituição autónoma, estatal, com os meios para restaurar, conservar, gerir e no caso francês, produzir novo mobiliário ou tapeçarias.

«O Mobilier National conserva, repara e mantém cerca de 80 000 objectos móveis e têxteis. É uma instituição antiga²²⁷, que agora depende do Ministério da Cultura, e trabalhamos em conjunto com os órgãos do Estado que utilizam os nossos móveis e obras de arte. No Palais d'Élysée, por exemplo, o Mr. Normand [Secretário-Geral] tem uma grande equipa e uma pessoa que só colabora na manutenção do edifício e faz a ponte connosco.

Mas temos cerca de 6000 edifícios com património móvel que nos pertence. Temos 14 pessoas a fazer o controlo do património espalhado por esses edifícios.

Em operação temos 7 ateliers de restauro e criação. Temos um para o restauro de cadeiras, outro para tapeçarias, outro para têxteis, outro de móveis, outro de pintura, outro para candeeiros, e o ARC, para a execução de mobiliário contemporâneo novo.

Temos uma colecção das melhores peças que não estão em uso; estão expostas em museus de Compiègne, Versailles e La Fontaine. Depois existem os móveis do tempo de Napoleão III que ficam de fora porque são muito pesados e ninguém os quer. Estão por isso nas reservas.

De resto fornecemos móveis, quadros, tapeçarias, cadeiras, candeeiros, têxteis, relógios, peças de arte decorativa para Ministérios, para o Primeiro-Ministro e para o Presidente, mas também para palácios e castelos históricos como Versailles, por exemplo.» (Lajaz, anexo 36: 55)



Fig.187, 188 e 189. Mobilier National de Perret. Exemplo das oficinas de restauro de têxteis e mobiliário

Todo o património é inventariado e revisitado de cinco em cinco anos pelos técnicos do Mobilier National. Sempre que algo está em mau estado ou avariado, é transportado às oficinas para reparação ou restauro, sendo os custos imputados à

²²⁷ O Mobilier National é o sucessor do Garde-Meuble de la Couronne. A Coroa tinha vários palácios e castelos, e só os principais estavam devidamente mobilados. Os serviços da intendência real faziam deslocar uma grande parte das obras de arte, mobília, tapeçarias, loiças e têxteis uns dias antes da chegada do soberano, mobilando tudo a gosto para receber o Rei, a sua família ou a Corte. Para o efeito, tinham já um inventário dos bens, que articulavam com as novas aquisições. (Anexo 36: 55).

Curiosamente o Guarda-móveis da Coroa habitou o Eliseu em 1765 e durante oito anos.

instituição que tinha a peça. Quem decide da necessidade e do grau da intervenção é o *Mobilier National*.

Trabalham nesta instituição cerca de 360 pessoas em Paris. Cerca de 50 conservadores e administrativos, 110 pessoas nos ateliers de restauro, e os restantes fora da cidade.

A casa sempre teve uma política de aquisições de novas peças. Em 1954 André Malraux cria o ARC, *Atelier de Pesquisa e Criação*²²⁸, onde se encomendam projectos e se executam novas peças de mobiliário, tapeçaria ou outra, destinadas a equipar os palácios e serviços do Estado ao cuidado do *Mobilier National* (Anexo 36: 64).

	Belém	Hofburg	Castelo Praga	Quirinal	Kremlin	Bellevue	Eliseu
Serviço Administrativo de obras interno	X		X	X	X		X
Serviço Administrativo de obras externo		X			X a)	X	
Executa os projectos internamente	X				X		
Encomenda os projectos no privado		X	X	X	X a)	X	X
Encomenda obras no privado	X	X	X	X	X	X	X
Submete os projectos a apreciação	X	X		X	X	X	X
Tem Serviços de Manutenção	X		X	X	X		X
Apoio por Instituto para Património Móvel		X					X

a) Válido para os Museus do Kremlin

Tabela 4. "Meios e modelos de gestão comparativos dos palácios"

Os modelos de gestão resultam da história e da estruturação da salvaguarda do património de cada país. Tal como Belém, o Castelo de praga, o Quirinal e o Eliseu têm serviços administrativos internos na estrutura da Presidência para preparar e acompanhar as intervenções e as manutenções nos seus palácios. No Hofburg, no Bellevue e também no Kremlin, para os edifícios não-políticos, encontramos serviços do Estado paralelos à Presidência que asseguram a conservação diária, que avaliam as necessidades, encomendam os projectos e as obras e prestam o apoio e acompanhamento ao desenvolvimento das obras.

²²⁸ ARC, *Atelier de Recherche et de Création* (tradução livre).

Apenas os serviços da Presidência Russa fazem os projectos internamente, lançam os concursos e acompanham as obras, como acontece em Belém. Todas as outras presidências encomendam os projectos a privados no exterior, definindo com maior ou menor detalhe o que pretendem executado; os projectos do Eliseu são executados pelo *Architecte en Chef* Michel Goutal, que não sendo funcionário da Presidência, é uma situação especial de arquitecto privado, exclusivo, pré-avalizado pelo Estado. Em todos os casos, com excepção do Castelo de Praga, os projectos são submetidos a apreciação de uma entidade do Estado, instituto do Património ou Ministério da Cultura, independente do poder político do Presidente.

O modelo checo onde as intervenções são decididas dentro da estrutura da Presidência acarreta alguma arbitrariedade, uma vez que a qualidade das opções e das obras resulta apenas da qualidade de quem as decide e da liberdade que tem de poder fazer o que entende por correcto, já que depende apenas de uma chefia política que pode ser insensível e desconhecadora dos critérios globalmente defendidos sobre o património, e que pode até exigir vontades pessoais sem perguntar opiniões nem as passar pelo crivo de outros responsáveis. Este tipo de cenários são próximos dos contextos personalizados que ocorrem em Espanha com os palácios do Rei, e cuja realidade podemos conhecer: «*Nos Palácios Reais sempre se cometeram verdadeiros crimes contra o património. O mobiliário e a decoração sempre foram alterados e modificados por proposta de decoradores amigos, um arquitecto conhecido, trocando tudo com pouco respeito pela herança, como se uma casa particular e de simples “móveis” se tratassem.*» (Hernández, Anexo 31: 19) E que podem mesmo criar dificuldades sérias para os responsáveis do Estado que estão à frente das empreitadas. «*Temos obras consignadas e em desenvolvimento. Se um Rei chega e quer mudar, nós temos que resolver a mudança, chocando com responsabilidades processuais que ninguém quer saber, e ninguém quer autorizar. E depois se o Rei quer para amanhã, esquecemos o tempo necessário para executar e a impossibilidade de alterar o preço contratado que é sempre apenas para os trabalhos definidos, e onde não há dinheiro para alterações.* [...] *Na Zarzuela atinge-se o limite. Por vezes os reis podem ser muito caprichosos. Querem e pronto.*» (Idem: 28)

Hoje, na Presidência portuguesa existe um carpinteiro e um electricista, para algum apoio na manutenção mais básica. Em Praga e no Eliseu será semelhante ao contexto nacional, com jardineiros e equipas mínimas de manutenção. No Quirinal e Kremlin, também pela sua relevância cultural e dimensão relativa, já existem equipas para trabalhos específicos de conservação em madeiras ou têxteis. Contudo, todos contratam as obras de restauro ou as maiores obras de conservação no privado, seguindo as regras de contratação pública em cada nação.

Apenas a Áustria e a França apresentam instituições especializadas na gestão, inventariação, conservação e tratamento do património móvel. Sendo estruturas muito semelhantes em cada país, com instalações e escalas muito semelhantes, curiosamente os seus técnicos não se conhecem, não conhecem a congénere nem se visitam²²⁹.

4.9.4. O Património Nacional em Espanha

Apesar de Espanha não ser uma República, a titularidade de todos os palácios reais é pública. Como tal, a responsabilidade da sua conservação é uma atribuição do Estado definida na Constituição. Em 1982 foi promulgada a lei do Património Nacional, referindo cada Palácio Real e cada Jardim Real pelo nome como sendo de titularidade pública, tendo que cumprir obrigatoriamente dois objectivos: a) Primeiro, o serviço à Coroa. Todos os Palácios reais estão por lei ao serviço da Coroa. Na Zarzuela para viver, no Palácio Real de Madrid para actos oficiais, no El Pardo para receber Chefes de Estado estrangeiros; b) Segundo, sempre que tal seja compatível com o primeiro objectivo, os palácios devem estar ao serviço da cultura, das universidades, concertos, colectividades.

«Os objectivos são por esta ordem. Primeiro servir a Coroa e a seguir a Cultura, se não colidir com o primeiro objectivo.» (Hernández, Anexo 31: 27)

Carlos IV foi o primeiro rei, no início do séc. XIX, a entregar ao Estado a utilização pública todos os edifícios que não eram utilizados pela família real. A distinção definitiva foi elaborada em 1865 pela Rainha Isabel II, que entregou também os imóveis utilizados pela Coroa ao Estado, com a condição de continuarem a ser utilizados para o cumprimento da sua função de representação da monarquia. Apenas os bens considerados privados da família ficaram sua propriedade.



Fig.190, 191 e 192. Rainha Isabel II de Espanha. Palácio do El Pardo e de Aranjuez, dois exemplos visitados

²²⁹ Por ocasião das missões efectuadas em ambos os países, e graças às visitas efectuadas a ambos as instituições, que incluíram a entrada em praticamente todas as oficinas de restauro de móveis, têxteis, pintura, talha ou candeeiros, aproveitámos para fazer a troca de contactos entre os directores dos departamentos de ambas as instituições, e trocar fotografias e links de divulgação dos trabalhos, como por exemplo: www.youtube.com/embed/Whe81ci5fdk?feature=playerembedded&frameborder=0&allowfullscreen=1

O *Patrimonio Nacional* administra hoje oito palácios reais, seis pequenos palácios, dez mosteiros e conventos de fundação real e tem cerca de 20 500 ha de floresta e 589 parques e jardins históricos ao seu cuidado. Os imóveis guardam cerca de 200 000 obras de arte, listados em base de dados.

Com 3 200 000 visitantes por ano, são a maior empresa de turismo de Espanha. «O charme especial resulta exactamente do facto de as pessoas visitarem o espaço real, não o museu.» (Javier T. Gutiérrez in Farina, 2003: 297)

«Os meios financeiros do Património Nacional são provenientes da Administração Central. Como temos regiões, temos a Administração Central, as Administrações Autonómicas e Municipais, três níveis que geram um artefacto monstruoso de três milhões de funcionários públicos só para manter a “máquina”. Os meios financeiros são entregues ao Ministério da Presidência, do qual depende o Património Nacional. Como gera receitas de bilheteira, de alugueres de edifícios a seu cargo, o Património Nacional pede por exemplo cinco, sabendo que vai necessitar de sete, porque dois são receita própria. Estes dois são sempre utilizados em obras de conservação, num total anual de cerca de 300 milhões de euros. Os valores de receita nunca são entregues ao Estado, são sempre para a conservação do Património que gera tais receitas.» (Hernández, Anexo 31: 27)

«Para a conservação existem os planos quinquenais que depois são executados quando é possível. Em princípio está tudo previsto, mas na prática faz-se quando se pode. Temos programações para tratar das carpintarias de cinco em cinco anos, que nunca se cumpre.» (Idem: Ibidem)

«O Património Nacional tem canalizadores, electricistas, pintores, restauradores de madeiras, tecidos; não estamos mal, temos muitos restauradores de móveis ou quadros, gente da casa. Somos um total de cerca de 2000 pessoas. Mesmo assim, nos 30 anos de chefia do Departamento de Arquitectura e Jardins sempre tivemos de contratar as obras fora.» (Idem: 28)

Apesar das especificidades, a estrutura do *Patrimonio Nacional* garante a manutenção dos palácios no cumprimento das suas funções de representação do Estado, enquanto edifícios vivos e em actividade.

4.9.5 Congéneres Nacionais: Palácio de S. Bento e da Ajuda

A Assembleia da República é outro exemplo de um palimpsesto. Tal como Belém, nasce de um Mosteiro Beneditino, passa por várias utilizações e após 1834 é transformado em Palácio das Cortes por Ordem de D. Pedro IV. As diferentes denominações do Parlamento foram alterando o nome do palácio que o albergava: Palácio das Cortes até 1911, Palácio do Congresso de 1911 a 1933, Palácio da

Assembleia Nacional de 1933 até 1974, tomando depois desta data o nome de Assembleia da República. Desde meados do séc. XX, começou a vulgarizar-se a denominação Palácio de S. Bento, em memória do antigo Mosteiro, coexistindo com as designações oficiais.

Em 2002, foi classificado como Monumento Nacional.

O Palácio de S. Bento mantém a tripla função operativa-executiva, a função de representação e a actividade de divulgação.

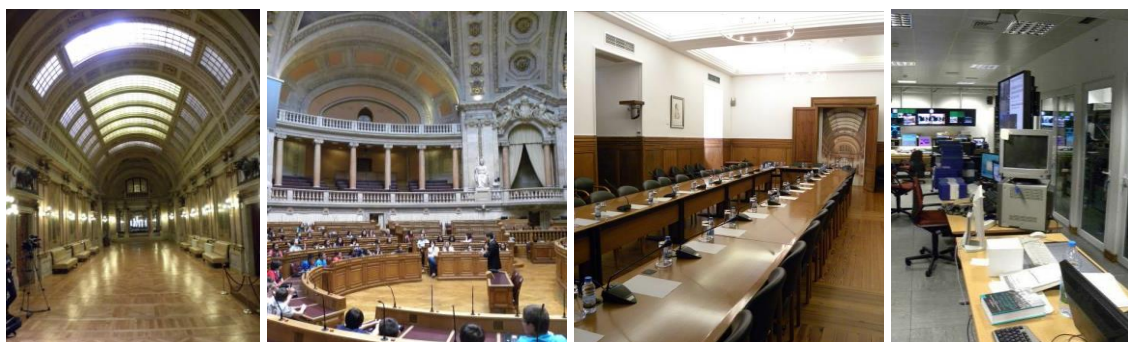


Fig.193, 194, 195 e 196. Sala Passos Perdidos, Hemiciclo, Salas de comissões parlamentares e TV Parlamento

O Palácio da Ajuda resulta da decisão de construir um palácio em terrenos de baixa sismicidade, após o terramoto de 1755 e ao incêndio que destruiu por completo a Real Barraca em 1794. Com as obras iniciadas em 1796, suspensas em 1802, interrompidas durante as invasões francesas, apresentava condições de habitabilidade em 1826. Com D. Luis I desenvolve-se nova campanha de obras, modernizando as condições de vida do palácio nos pisos habitados pela família real. Os salões do primeiro piso passam a ser utilizados apenas para as cerimónias oficiais, banquetes e bailes de gala. Com a implantação da República, o palácio é encerrado e transformado em guardamóveis de todos os palácios reais, acumulando um espólio ímpar, a partir do qual seriam depois distribuído património móvel para decorar os diferentes palácios numa perspectiva museológica. A partir de 1968, começa a ser visitável pelo público.

Hoje, o Palácio da Ajuda alberga uma área museológica no piso nobre da Ala Sul, a Direcção Geral do Património Cultural e banquetes e actividade protocolar de Estado.



Fig.197, 198 e 199. Salas musealizadas (Ala Sul), sala onde se processa a posse do Governo e Sala da Ceia

4.10. Programas de manutenção e inspecção

Em 1854 Viollet-le-Duc defendia que a melhor solução para evitar alterações e a degradação dos edifícios era encontrar-lhes um destino útil, que sintetizava a problemática da função aplicada com extrema actualidade (Anexo 01: 61). Oito décadas depois, o mesmo princípio era reiterado na Carta de Atenas para os Monumentos Históricos de 1931, do organismo Internacional de Museus criado em 1926, onde se acordou na utilidade da ocupação funcional dos edifícios, referido nos Princípios Gerais (Anexo 01: 116). Todavia, desde logo se salvaguarda a adequação dessa função ao respeito pelas características históricas e artísticas, às quais poderíamos acrescentar as físicas, químicas e simbólicas, numa amálgama ecléctica de planos de leitura, cada qual com a sua importância, mas nenhum negligenciável. Na Carta de Veneza em 1964 retoma-se o tema da *utilitas*, defendendo-se a utilização mas definindo-lhe limites de não os alterar na disposição ou decoração, numa postura legítima que procurava evitar a pressão funcional que agride o edificado na sua inevitável necessidade de actualização e mudança.

A pertinência de atribuir uma função aos conjuntos edificados resulta da consequente manutenção do mesmo; i.e., pressupõe-se que quem utiliza um edifício assegura uma conservação mínima das suas estruturas e infra-estruturas, no mínimo para permitir a continuação do uso. Se os edifícios são máquinas, como sugeriu Le Corbusier, ainda que não se movam, carecem de manutenção e de verificação sobre entradas de águas pluviais, canalizações, redes eléctricas, fissuração, estado de conservação de carpintarias e serralharias, etc. (Hernández in Farina, 2003: 290). «A mera inspecção visual, frequente e atenta, é a chave para dirigir os esforços e trabalhos de conservação para os objectivos que em cada momento se queiram.» (Idem: Ibid) ²³⁰

Efectivamente os mais elementares procedimentos de vigilância podem fazer a diferença. A conservação como operação mais básica e salutar para o edificado surge pela primeira vez afirmada por Didron em 1839 (Anexo 01: 51), ao que Viollet-le-Duc acrescenta nas *Instruções para a Conservação* de 1843 poder a manutenção obviar ao restauro, sempre evitável por melhor que ele possa ser (Anexo 01: 61).

Também na primeira metade do séc. XIX, entre os contestatários da prática intervencionista em Inglaterra destacou-se inicialmente John Carter (1748-1817), que esclarecia no seu ponto de vista: «Quando o restauro chega – porque tem o original que desaparecer? Por mim, sou contra o restauro de um edifício. Estou contente com ele como está. Com reparações, de facto, sou capaz de concordar; tais como

²³⁰ «La mera inspección visual, frecuente y atenta, es la clave para dirigir los esfuerzos y las labores de conservación hacia los objetivos que en cada momento se requieran.»(tradução livre).

preenchimento de juntas, substituição de batentes de janela, colocando vidros novos nas janelas, mas não iria mais longe.» (in Jokilehto, 1986: 237) ²³¹. O discurso propunha uma atitude conservativa em oposição aos restauros reinantes protagonizada por James Wyatt e depois Gilbert Scott. O grupo dos anti restauradores defendia que cada edifício tinha uma filiação histórica e que pertencia a um determinado tempo, sendo impossível refazer esse significado histórico. Naturalmente que Carter e os seus amigos, entre os quais John Milner (1752-1826) (Choay, 1982: 130), colhiam poucos apoios entre as massas, que reconheciam nas intervenções de restauro um esplendor renovado que justificava o esforço e o investimento.

Nesta linha de raciocínio contra a estratégia de «[...] *primeiro negligenciar os edifícios para a seguir os restaurar*» (Ruskin, 1849: 205) ²³² celebrou-se John Ruskin na *Lâmpadas da Memória*²³³ de 1849, cujo pensamento parecia encontrar a síntese na expressão: «*Cuidem bem os vossos monumentos e não terão que os restaurar.*» (Idem: Ibid)²³⁴. Ainda que o discurso de Ruskin fosse toldado pela poética romântica inspirada na literatura inglesa do séc. XIX, o autor precisava de uma saída para conter a natural deterioração dos monumentos que não poderia ser simplesmente abandoná-los à natural degradação, uma vez que cada edifício monumental correspondia a um testemunho patrimonial, onde a multiplicidade revelava a identidade histórica e cultural do povo que lhe dera vida. E tal valor era necessário preservar, mas apenas por via de trabalhos de manutenção e conservação, salvaguardando todos os edifícios com valor cultural, «[...] *a qualquer custo, de toda a influência de degradação.*» (Idem: *ibid*).

Numa nova perspectiva, no início da segunda metade do séc. XX, Cesare Brandi propunha o conceito do “restauro preventivo” (1963) designando o conjunto de medidas tomadas no sentido de evitar a degradação da obra de arte, opção a que deveria ser dada prioridade, ao invés do modelo de acorrer apenas aos restauros urgentes. «*O restauro preventivo é mesmo mais imperativo, se não mais necessário, do que o de extrema urgência, porque se destina, de facto, a impedir este último, que*

²³¹ «“When restoration comes- why then the original will be no more. For my part, I am for no restoration of the building; I am content with it even as it is. For repair, indeed, I am ready enough to agree to that; such as carefully stopping open joints, making good some of the mullions of the windows, putting the glazing of the windows in proper conditions; but no further would I go.» (tradução livre).

²³² «[...] *to neglect buildings first, and restaure them afterwards.*» (The Lamp of Memory)(tradução livre).

²³³ *The Lamp of Memory, in The Seven Lamps of Architecture*(tradução livre).

²³⁴ «*Take proper care of your monuments, and you will not need to restored them.*» (The Lamp of Memory)(tradução livre). O autor continua «*A few sheets of lead put in time upon the roof, a few dead leaves and sticks swept in time out a water-course, will save both roof and walls from ruin. Wacth an old building with anxious care; guard it as best you may, and any cost, from every influence of dilapidation.*» (Idem, *Ibid*).

difficilmente poderá resultar num salvamento completo da obra de arte.» (Brandi, 2006: 74). Contudo Brandi reconhecia que seria um “erro” acreditar que fosse possível encontrar uma “profilaxia” que pudesse «[...] *imunizar a obra de arte no seu percurso do tempo*» (Idem: 71); toda a obra de arte, tal como a máquina mais perfeita, uma vez completa e operacional, têm um ciclo que tende para a obsolescência, ao contrário da Natureza, onde os seres vivos atravessam um período generativo, que comporta a capacidade de se desenvolverem e até aumentar de complexidade (Morin, 2000: 23). O “restauro preventivo” pretendia retardar essa evolução, tomando medidas que poderiam no limite conflitar «[...] *no todo ou em parte [...] [com as características] que são reconhecidas para a sua fruição como obra de arte*» (Brandi, 2006: 71). Brandi não excluía a hipótese de recolhimento da obra de arte para melhor preservar a sua matéria, caso fosse determinante para evitar a sua degradação.

Na mesma linha de raciocínio, Gaël de Guichen defendia em meados da década de sessenta os princípios da “conservação preventiva” na área da museologia estabelecendo o paralelo com a prática da higiene ou vacinação na medicina, fundamentais na prevenção de doenças (Lobo de Carvalho, 2007: 325).

Na “Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura” da UNESCO, na sua décima sétima sessão reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, redigiu-se a “Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”, propondo um novo paradigma de actuação para o legado de valor universal excepcional assente numa «[...] *assistência colectiva que sem se substituir à acção do Estado interessado, a complete de forma eficaz [...]»*, defendendo que se «[...] *torna indispensável a adopção, para tal efeito, de novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de protecção colectiva do património cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos*». Propunha a UNESCO que os diferentes Estados membros procurassem medidas políticas de previsão e prevenção, invertendo o modelo simplesmente reactivo que imperava.

Em Itália, Giovanni Urbani²³⁵ desenvolveu em 1976 o *Plano-piloto para a conservação programada dos bens culturais na Umbria*²³⁶ onde aperfeiçoa o conceito de “conservação programada”²³⁷, que pretendia avaliar riscos previsíveis para anular eventuais danos, ou determinar as causas da degradação, para as controlar e retardar o máximo possível o processo de deterioração, ao mesmo tempo que

²³⁵ No *Istituto Centrale per il Restauro* (ICR), onde Giovanni Urbani foi Director entre 1973 e 1983 «[...] *percorre tutti i possibili gradini: da restauratore, a funzionario storico dell'arte, fino a rivestire, dal 1973, la carica di direttore*» (Urbani, 2000: 8). Em 1983, Urbani demite-se do lugar por divergências com a tutela.

²³⁶ «*Piano-pilota per la conservazione programmata dei beni culturali in Umbria.*» (tradução livre).

²³⁷ «*conservazione programmata*» (tradução livre).

aceitava a necessidade de tratamentos de manutenção sobre os materiais constituintes da obra (Urbani, 2000: 104). O Plano-piloto apresentava uma abordagem de perspectiva territorial, mais abrangente que apenas os monumentos visados, definindo claramente os objectivos programáticos em diagnóstico e proposta de intervenção: «por um lado, um maior conhecimento do património (estado de conservação, causas da degradação, padrão territorial, etc.) e a existência de parâmetros normalizados para a monitorização contínua do seu estado de conservação; por outro lado, a definição de metodologias de levantamento e programação das intervenções [...]» (Lobo de Carvalho, 2007: 335).

Em 1981, Urbani coordena no ICR um grupo de trabalho de avaliação das condições de risco ao sismo do património monumental, largamente divulgado por uma exposição e um catálogo de 1983 intitulado *Protecção do património monumental ao risco sísmico*²³⁸. Nos seus trabalhos, Urbani tal como Brandi, salientava a necessidade de considerar o ambiente envolvente à obra de arte como parte integrante do problema conservativo.

Em 1987 o ICR produzia um primeiro documento chamado *Carta de Risco do Património Cultural*²³⁹, que viria a servir de base programática à futura *Carta de Risco Italiana*²⁴⁰ de 1997. Durante esta década, o conceito de “conservação programada”

²³⁸ *Protezione del patrimonio monumentale dal rischio sismico* (tradução livre), texto de Donatella Cavezzali, Istituto Superiore per la Conservazione ed il Restauro (ISCR).

²³⁹ *Carta del Rischio del Patrimonio Culturale* (tradução livre).

²⁴⁰ *Carta del Rischio Italiana*, ICR, 1997 (tradução livre). Em França desenvolveu-se em 1975 o *Bilan Sanitaire du patrimoine* através de um conjunto de fichas individuais sobre o estado de conservação de cada edifício organizadas numa base de dados intitulada *Fichier des Monuments Historiques*, que pretendia listar as situações mais urgentes de intervenção e mobilizar recursos financeiros para a intervenção (Lobo de Carvalho, 2007: 328), ainda numa perspectiva mais reactiva que preventiva. Dez anos depois, em Inglaterra procurava o English Heritage sistematizar o *Building's at Risk Register* (nome completo: *Historic building at risk through neglect and decay*) alargando à escala nacional uma iniciativa iniciada em 1970 por algumas autoridades locais e associações do património, com o objectivo de diagnosticar de modo sumário e expedito a dimensão e o estado de conservação, e como isso orientar recursos financeiros e humanos para neles intervir (Idem: 329), que pode passar pela tentativa de venda a um novo proprietário que possa tratar da sua manutenção. De acordo com o arch. Graham Bell (do *National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty*, e do grupo MODI-FY), o *National Trust* adquire alguns destes edifícios, por vezes não por aquilo que são, mas por aquilo que podem vir a ser, nomeadamente pela capacidade de albergar novos equipamentos geradores de vida nas comunidades onde se inserem. Em Portugal, desenvolve-se em 1997 com José Maria Lobo de Carvalho, e no âmbito do Inventário do Património Arquitectónico da DGEMN, a *Carta de Risco do Património Arquitectónico*, que pretendia «[...] constituir-se como uma ferramenta central de planeamento das intervenções, através da hierarquização dos imóveis considerados prioritários, encaminhando informação técnica (levantamentos gráficos e fotográficos, descrição dos materiais, tipo de estrutura, patologias, etc.), classificada segundo o grau de degradação e respectiva prioridade de intervenção.» (Idem: 331) Com a extinção da DGEMN, extinguiu-se o projecto.

«[...] sofreu um amadurecimento conceptual significativo, nomeadamente a passagem de uma percepção estática dos bens culturais face aos agentes de degradação [...]»(Lobo de Carvalho, 2007: 338), para uma estratégia actuante, antecipatória e preventiva, baseada na manutenção e conservação regular.

E se tal consciência emergiu na última década, com evidência na preservação do bem cultural e na gestão económica dos recursos para a sua conservação, onde a falta de manutenção se avalia sempre dez vezes mais custosa²⁴¹, na verdade, a manutenção mantém-se ainda das actividades mais negligenciadas²⁴², menos atractivas para o mecenato e menos reconhecida que as intervenções restauradoras. No caso de património imóvel do Estado, esta problemática explica-se tanto por razões psicológicas como institucionais: por um lado, sendo de todos, um edifício do Estado não é de ninguém. Ninguém deseja a sua posse e a sua conservação com fins económicos. Daqui resulta que a manutenção é sempre um encargo a fundo perdido onde se investem dinheiros públicos, sem retorno, com orçamentos quase sempre mais curtos do que deviam. Por outro lado, sendo do Estado, não pertence a um privado que o olha como um bem: «Falta o “olho do patrão”» (Kirsten Piacenti in Farina, 2003: 100) ²⁴³, tantas vezes providencial.

Ainda assim, o paradigma revela-se em mutação. «De facto, quando se adquire uma viatura ou um electrodoméstico estes invariavelmente vêm acompanhados de um Manual de Utilização que descreve, com adequada minúcia, as necessidades da sua manutenção no sentido de lhe garantir, em adequadas condições de utilização, um período de vida útil suficientemente longo. É paradoxal que raramente se verifique a mesma prática quanto à utilização de edifícios habitacionais, cujo custo é muito mais elevado do que o destes equipamentos.» (Vasconcelos Paiva e al., 2006: 739) ²⁴⁴.

²⁴¹ «Si l'on estime à une valeur X un Budget annuel d'obligations d'entretien, l'abandon pendant dix ans de cette obligation ne se traduira pas $X \times 10$ mais par $X \times N$, N étant beaucoup plus grand que 10. Dans un monument, cette aggravation des désordres [...] conduit alors à des opérations dont l'ampleur va généralement au-delà d'une simple réparation.» (Michel Jantzen in Farina, 2003: 299).

²⁴² «Dans tous les cas, on constate que le strict entretien, dont tout le monde s'accorde à souligner l'importance, est l'action de sauvegarde du patrimoine la plus négligée.» (Idem: Ibid).

²⁴³ «Un palazzo pubblico, in quanto pubblico, è di tutti, ma sembra spesso che sia di nessuno[...] Manca "l'occhio del patrone".» (Kirsten Piacenti in Farina, 2003: 100)(tradução livre).

²⁴⁴ No "Guia Técnico de Reabilitação Urbana" é citado um exemplo pioneiro do "Manual do Morador" da Câmara Municipal de Setúbal que procura envolver os futuros utilizadores nos cuidados de manutenção básicos a ter com as novas habitações. Esta perspectiva é tanto mais importante em contextos de reabilitação: após as intervenções, os particulares ou arrendatários tendem a deslocar a responsabilidade da toda a futura manutenção para a obra e a negligenciar as «[...] necessidades específicas que os antigos edifícios têm, e que dantes eram ciclicamente resolvidas pelos próprios utentes. Por exemplo, diariamente arejar os compartimentos, abrindo as janelas e permitindo a ventilação/insolação do interior das casas, e de tempos a tempos "caiar a casa" e limpar o telhado.»(Vasconcelos Paiva e al., 2006: 739).

Desta consciência global emerge o desejo de manter o objecto privado ou ao cuidado da instituição, evitando o assistir passivo à degradação, sustentado numa programação de trabalhos regulares e/ou cíclicos, de carácter preventivo, mantendo uma disponibilidade rápida para as operações de feição mais correctiva. Políticas e procedimentos desta natureza apresentam diversos benefícios a curto prazo, e que se revelam a médio e longo prazo, evitando os incómodos das avarias inesperadas e inconvenientes, bem como os custos imprevistos de grandes reparações, prolongando o tempo de vida útil das construções e dos seus equipamentos instalados, ao mesmo tempo que garante as condições de utilização em segurança e conforto para os utilizadores (Idem: 737). Mas que implicam a capacidade de actuar compreendendo que a visibilidade do trabalho e do investimento na manutenção se revelam através da sua negação: «[...] *nada é menos visível que uma boa manutenção. E nada é mais visível que uma deficiente manutenção.*» (Kirsten Piacenti in Farina, 2003: 103) ²⁴⁵.

Para garantir os resultados satisfatórios, a operacionalidade de um plano de manutenção deve ser adaptada à realidade concreta de cada edifício ou conjunto patrimonial, de cada instituição, bem como aos recursos financeiros e humanos disponíveis, preferencialmente dividido em três tipos, tal como proposto pelo “Guia Técnico da reabilitação Habitacional”:

«1) *manutenção preventiva, se actua de forma sistemática através de acções de controlo, de ajuste ou de substituição de componentes com prazo de vida conhecido;*
2) *manutenção condicionada, quando se desenvolve mediante a resolução de sintomas pré-anomalia, dando resposta a situações de alteração física de materiais ou a pequenos desajustamento que se manifestam em ciclos progressivamente mais próximos;*

3) *manutenção correctiva, quando actua resolvendo anomalias já claramente manifestadas, podendo estas ser de carácter pontual ou urgente.*» (Vasconcelos Paiva e al., 2006: 737)

A estratégia de escalonamento permite a mobilização faseada e gradual, na resposta adequada a cada caso, dimensionado na frequência acertada de acordo com as necessidades reveladas pelos ciclos de inspecção ou detectados nas operações de intervenção.

Igualmente determinante é ter presente que esta actividade carece de conhecimento concreto da realidade material do edificado a intervir e uma vontade de inspeccionar de modo empenhado como refere Juan Hernández (in Farina, 2003: 290) para planificar actividades cíclicas.

²⁴⁵ «[...] *niente è meno visibile che una buona manutenzione. E niente è più visibile che una cattiva manutenzione.*» (Kirsten Piacenti in Farina, 2003: 103)(tradução livre)

Contudo, a exigência em contexto de edifícios que cumprem funções de representação dos Estados, reveste-se de outros contornos, aumentando a responsabilidade do operador. A inspecção "frequente e atenta" significa também informada e interessada. Deve ser «[...] *um momento de uma reflexão mais geral sobre como foi construído, como se mantém o que foi construído, e não só como se constrói mas também como se pode melhorar o que se construiu.*» (Farina, 2003: 119)²⁴⁶.

Uma simples operação de manutenção ou conservação pode conter decisões nada simples, e comportar opções sérias que impliquem conhecer e perceber o que se vai executar. A ideia de "melhorar o que se construiu", que pode ocorrer num contexto positivo e benéfico para o objecto intervencionado, pressupõe perceber como foi feito, o que são as boas práticas e o comportamento dos materiais, conhecer a pormenorização correcta e ser capaz de a adequar às especificidades do local, em função da presença de outros materiais ou outras dificuldades geométricas ou construtivas. E conseguir fazê-lo com elegância, respeitando a "instância estética" e o que o existente tinha de interessante ou culturalmente distintivo, se fosse o caso, assumindo que o técnico era capaz de reconhecer tal qualidade. E não um desejo de mudar por opções "mais bonitas" ou que "ficam melhor".

Implica pois alguma preparação teórica e desejo de fazer bem. Implica um técnico, seja interno à instituição ou externo, mas entrosado com a causa, que «[...] *seja uma pessoa culta e que conheça a literatura para fortalecer a sua memória com explicações; convém que domine a arte do desenho, com o fim de que, por meio de reproduções gráficas, seja possível formar uma imagem da obra que se pretende realizar; também a geometria oferece múltiplas ajudas [...]*» (Vitruvius, 1997: 59) ²⁴⁷.

Apona-se portanto para um técnico com uma formação próxima dos conteúdos da arquitectura, que reconheça o palácio histórico como uma unidade feita de diversidade, com as várias valências diferentes interligadas, vários tempos e várias qualidades, que ainda assim constituem um todo que deve ser mantido como organismo vivo, nas suas funções articuladas. Que perceba a necessidade de assegurar o equilíbrio entre a conservação da memória e a adequabilidade dos espaços e dos equipamentos ao desempenho da função.

²⁴⁶ «[...] *deve essere un momento di una più generale e continua riflessione su come si è costruito, e come si mantiene ciò che si è costruito, non meno che su come si costruite, e come si può migliorare ciò che si costruisce.*» (tradução livre).

²⁴⁷ «[...] *sea una persona culta y conozca la literatura para fortalecer su memoria con sus explicaciones; conviene que domine el arte del dibujo, con el fin de que, por medio de reproducciones gráficas, le sea posible formarse una imagen de la obra que quiere realizar; también la geometría ofrece múltiples ayudas [...]*» (tradução livre)

Os novos modelos retomam o discurso de Viollet-le-Duc, propondo uma manutenção activa, que inverta a dificuldade de programar e deixar de fazer por outras necessidades se sobreporem, de saber necessário e acabar por deixar que seja a degradação a tornar improrrogável. Optar por um modelo simples e eficaz proposto por Urbani em 1979 para a manutenção: «para salvar os nossos monumentos basta começar a fazê-lo e nunca mais parar.» (Farina, 2003: 250) ²⁴⁸.

Contudo, uma nova manutenção já não assente apenas na repetição dos trabalhos tradicionalmente executados, mas cuja competência deve agora apresentar substrato técnico e científico, teórico e projectual, crítico e criativo, sem esquecer esse conhecimento empírico e o saber da experiência feito.

4.11. Novos cenários de transformação e evolução do Palácio de Belém

4.11.1. Novos cenários

Os actuais limites do Palácio de Belém resultam das decisões tomadas pelos republicanos após 1910 e as alienações das partes que formavam a propriedade que que D. João V adquiriu em 1726. O despacho de 14 de Maio de 1912, entregava os "Prazos de cima" do Palácio de Belém para o Jardim Colonial, que já existia enquanto entidade desde 25 de Janeiro de 1906, porque o Presidente, "não sendo pessoa real" não necessitava dos Jardins para "passear". Na verdade, continua a não precisar.

Todavia, no topo Norte do Jardim existe um palacete austero, na linha do Palácio de Belém, de nome Palácio dos Condes da Calheta, que pertencera a D. João Gonçalves da Câmara, o quarto Conde da Calheta, e que foi adquirido por D. João V na mesma data do Palácio presidencial. Com a determinação do perímetro de divisão do jardim após a revolução republicana, instala-se no palácio dos Condes o Museu Agrícola Colonial, que sofreu obras de renovação interior por ocasião da Exposição do Mundo Português. Nos anos sessenta conhece nova campanha de renovação interior, transformando-se no Jardim-Museu Agrícola Tropical após a revolução de Abril.

Actualmente discute-se um novo destino para este conjunto edificado com cerca de 1500m² de área de construção. Destino difícil, num contexto de alienação do património com características específicas, inserido numa propriedade com uma certa dimensão, de utilização pública, confinante com o perímetro do Palácio de Belém, o que implica vários condicionamentos.

²⁴⁸ «"per salvare i nostri monumenti basta cominciare a farlo e non smettere mai"» (tradução livre)

Contudo, estas circunstâncias poderiam ser vantagens se fosse equacionada a entrega da gestão do palacete à Secretaria-Geral da Presidência da República, dotando o orçamento da instituição para poder acomodar esta nova unidade edificada. O edifício tem condições naturais para poder albergar uma muito necessária Grande Sala de Banquetes e cerimónias no primeiro piso do corpo implantado mais a Sul com cerca de 400m², desenvolvendo as áreas de recepção, vestíbulos, salas de imprensa, cozinhas e áreas de serviço no piso térreo. A posição sobranceira sobre o jardim e as vistas sobre o Rio Tejo ofereciam condições interessantes para esta função, cuja necessidade é referida por todos os Presidentes, Primeiras-damas e altos dirigentes da Presidência. A ligação interior pelo jardim ao Palácio de Belém permitiria fazer o caminho directo pelo interior, a pé pelos jardins ou em carros eléctricos sem emissões de monóxido de carbono, num trajecto transformável num ritual protocolar.

O Jardim Tropical poderia tornar-se uma direcção de Serviços da Secretaria-geral, vocacionada para a divulgação e a abertura ao público diária, ganhando uma tutela com outra capacidade financeira e consequentemente capacidade de realização das obras necessárias e de manutenção. A manutenção seria garantida em elevados níveis de qualidade necessários às exigências do uso dirigido às cerimónias de Estado, mantendo cuidadas as espécies vegetais, os caminhos, os lagos e a sinalética, garantindo um elevado nível de usufruto por todos os visitantes durante o ano.

As áreas de baldios existentes a Norte do refeitório da Presidência poderiam ser utilizadas como Hortas Urbanas. O sentido da “utilidade” no tratamento dos espaços verdes surge hoje como um vector ultramoderno, conducente à sustentabilidade. A estratégia que visa a recuperação da agricultura dentro dos perímetros urbanos apresenta todas as vantagens inerentes à multiplicação da vegetação e da biodiversidade dentro do espaço urbano²⁴⁹, à qual acresce a utilidade como fonte de produção de alimentos frescos, fonte de lazer e passatempo urbanita²⁵⁰, com o valor pedagógico de reencontro com a realidade dos ciclos de vida vegetal e origem dos

²⁴⁹ Nos Estados Unidos, as áreas metropolitanas fornecem 25% da produção agrícola, razão porque e/ou consequência de duas universidades já leccionarem licenciaturas em agricultura urbana.

²⁵⁰ Na Europa central e setentrional, 30% das pessoas que praticam a agricultura em espaços urbanos, são reformados, ou têm outras profissões, e não se consideram agricultores. A estratégia de sustentabilidade das hortas urbanas foi considerada pela ONU, em 1996, através do UNDP- United Nations Development Programme – Publications Series for Habitat, como acção urbanística prioritária face ao proveito de ordem económica e benefícios sociais para cada indivíduo.

alimentos. As hortas poderiam tornar-se espaços visitáveis por escolas no circuito de visitas de público, tornando-se num fornecedor da própria Residência Oficial²⁵¹.

O actual perímetro entre os jardins Tropical e da Presidência poderia ser redesenhado numa marcação subtil, discreta (vigiada por guardas-republicanos como hoje ocorre), repondo uma dimensão aos jardins do Palácio de Belém com o desfogo adequado às funções de representação acometidas à Presidência e ao Palácio de Belém.

Sempre que a agenda Presidencial o requeresse, os limites de segurança ampliavam-se sobre o Jardim Tropical, que teria de fechar ao público, de modo a que dois Chefes de Estado pudessem circular no Jardim para falar de assuntos sensíveis, ou que um conjunto de pessoas integrados numa cerimónia pudessem visitar o Jardim ou encaminhar-se para o salão de banquetes no Palácio dos Condes de Calhetas ao final da tarde.

Encontrava-se assim um destino útil ao palacete, de dignidade estatal, que tiraria proveito das suas condições naturais e da sua desenvoltura volumétrica e espacial, na sua localização privilegiada junto à Presidência, na sua implantação paralela ao rio Tejo e exposta a Sul, na sua ligação pelos jardins e pela sua ancoragem histórica à história do Palácio de Belém. Um episódio de regresso ao perímetro da quinta régia do passado, em novos contornos, mas repondo uma unidade perdida e que volta a fazer sentido, perante uma nova utilidade à Nação.

Fruto de evoluções diferentes, o antigo Picadeiro Real está actualmente com o futuro também equacionável. Com a deslocação do espólio principal para o novo edifício do Museu dos Coches, projecta-se que o espaço do picadeiro funcione como o Museu dos Coches B: o seu núcleo histórico (Anexo 22: 18). Quando na década de oitenta se iniciaram as primeiras intensões de criar um novo museu, coerentemente se elevou a pretensão da Escola Portuguesa de Arte Equestre de “regressar” ao Picadeiro Real, retomando um espaço que nascera para trabalho e apresentações da nobre arte da cavalaria.

Propôs-se a realização de apresentações de Alta Escola Equestre no melhor picadeiro nacional, exibindo os cavalos de raça portuguesa, criados em coudelaria da Coroa e depois do Estado português desde 1748 (António Saraiva, Anexo 23: 2), actualmente criado em 30 países, com 70 000 cavalos estimados no mundo inteiro, 58 000 com registos de ADN nas arcas frigoríficas do Laboratório de Genética Molecular (LGM) da Coudelaria de Alter²⁵².

²⁵¹ Na verdade, o mesmo que já ocorreu no Palácio de Belém durante os períodos de maior carestia de vida durante e após as Guerras Mundiais. Hoje seria uma opção diletante mas não menos útil.

²⁵² O registo de Éguas Reprodutoras iniciado com a República, está hoje aperfeiçoado; para garantir a fidedignidade da admissão dos equinos nos “Stud books”, passou a ser exigido o controlo de filiação

À semelhança da *Spanischen Hofreitschule* de Viena, propunham-se espectáculos de bailado equestre, onde cada cavalo é trabalhado de modo a desenvolver os seus talentos naturais, promovendo a Alta-Escola equestre nacional, catalisadora de património nacional intangível²⁵³, com vasta história publicada desde o século XVIII (Anexo 24: 2), pelo Estribeiro-Mor da Picaria da Casa Real, sediado neste picadeiro durante um século.

Em sinal contrário, requereu o Instituto Português de Museus (IPM) pareceres a entidades estrangeiras e nacionais, no sentido de reunir esforços contra essa intenção, alegando a previsível degradação do edifício²⁵⁴.

laboratorial por meio de hemótipo desde 1992, evoluindo para o genótipo, com tecnologia ADN em 1998, realizado no LGM da coudelaria (Anexo 25: 8).

²⁵³ Estatísticas de Março de 2012 revelam existir 4000 postos de trabalho directos e 1500 indirectos relacionados com o cavalo em Portugal, num volume anual de receitas de 38 milhões de euros; 0,0007% da população activa gera 2,22% do PIB, sendo 80% destinada a exportação. As prestações do cavalo Lusitano nos Jogos Olímpicos de 2012 são as melhores de sempre, competindo com outros cavalos 125 vezes mais caros.

²⁵⁴ Um dos pareceres foi elaborado pelo *Istituto Centrale del Restauro (ICR)* de Roma que alertou para a precaridade das telas nas galerias e desaconselhava o restabelecimento do picadeiro, argumentando que os espectáculos de cavalos iria aumentar o número de visitantes no edifício.

Em paralelo, o parecer ao LNEC concluiu que a readaptação «[...] será lesiva do edifício no seu conjunto construtivo e decorativo quer pelas transformações que nele haverá que operar quer pelo comportamento que dele será de esperar perante as acções que sobre ele incidirão durante o seu uso como local de espectáculos com frequência semanal.»

O parecer do ICR foi correcto quando afirmou que as pinturas se encontravam num estado muito precário, e que as telas careciam de fixações em múltiplas zonas. Tal ainda hoje se verifica, e são vários os locais onde o destacamento da camada pictórica já fez perder os motivos desenhados. Contudo, esta situação não de prende com cavalos, que ainda não existem, e a urgência do restauro é independente da sua futura utilização. O mesmo parecer incorporou dados pouco exactos quando referiu que os espectáculos de Arte Equestre iriam atrair um público certamente em número maior que o Museu, uma vez que este foi o museu mais visitado de Portugal, com cerca de 300 000 visitantes anuais, número jamais atingível por espectáculos que apontam um público-alvo mais exigente e esporádico.

O parecer do ICR foi infundado quando se refere às substâncias orgânicas dos animais, ao pó e aos insectos, uma vez que os animais entram «num condicionalismo psíquico que os impede de defecar e urinar, são limpos com produtos repelentes dos insectos, pelo que não os levam atrás, [sendo] o piso higroscópico [e por isso sem] pó» (Ferreira, 1997: 3) A experiência de Viena e as apresentações que decorrem em Queluz mostram que as substâncias orgânicas são muito ocasionais, e que uma limpeza imediata não tem consequências. (Anexo 30: 61 e 62)

O parecer do LNEC foi inconclusivo ao referir-se às transformações necessárias para funcionar como picadeiro e ao desgaste produzido pelos visitantes. Pensa-se, pelo contrário, que nenhum outro programa pode ser mais natural e necessitar de menores alterações a um antigo picadeiro que ser um novo picadeiro, pois as modificações seriam mínimas. Para conseguir menos modificações só deixando tudo como se encontra hoje, aceitando a transformação de Picadeiro a Museu em 1905. A problemática do desgaste parece ainda menos relevante, pela evidente redução da utilização relativamente à actual.

Efectivamente o Picadeiro Real carece de intervenção de restauro e reabilitação urgente, no sentido de conservar e restaurar os elementos artísticos, e dotar o edifício de percursos de fuga contra risco de incêndio, de lhe garantir acessibilidades a todos os espaços de circulação de público, sanitários adequados, ventilação e controlo de temperatura e humidades relativas interiores, monitorização do estado de conservação de todos os elementos decorativos. Todos estes requisitos são necessidades que existem em qualquer utilização do edifício, mesmo como museu ou como salão de festas e cerimónias. E num cenário de “apenas” salão, seria mais uma sala, em concorrência com outras que já existem para utilizações esporádicas.

Também é verdade que se coloca pela primeira vez a oportunidade de, passado um século, devolver um edifício à sua função original, assegurando o usufruto público do Património para a prática equestre. Devolver o edifício a picadeiro, torná-lo-ia num picadeiro de relevo internacional, num regresso ao passado, integrado numa estratégia de Futuro com a substância, força e evidência da História nacional.

Esta ideia teria uma dupla utilidade na representação do Estado. Por um lado, passar a integrar apresentações de Alta-Escola Equestre do Barroco Português nas visitas de Estado, em local genuíno, histórico e simbólico, por exemplo desenrolados ao som de Fado (Património Imaterial da Humanidade UNESCO desde 2011) com a possibilidade de somar apresentações de falcoaria (Património Imaterial da Humanidade UNESCO 2010) (Anexo 24: 14), enquanto decorreria a candidatura da Alta-Escola ao mesmo galardão, seguindo o modelo da Escola de Saumur (que o adquiriu em 2011)(Anexo 25: 7). Por outro, e seguindo o modelo Vienense para os bailes dos dias 29 de Junho de cada ano para a “*Fête Imperiale*”, seria possível compatibilizar esta função com a utilização esporádica, mas útil, como salão de festas para cerimónias ou banquetes de Estado, quando necessário. Bastaria desenhar um sistema de pavimento removível como sucede no palácio de Hofburg.

A proximidade de cavalos ao Palácio de Belém é hoje uma realidade incontornável, seja porque já se encontram no picadeiro Henrique Calado (antigo picadeiro da Rainha), seja no Picadeiro Real (antigo picadeiro do Rei), seja no Pátio da Nora²⁵⁵ ou nos Render da Guarda Solene²⁵⁶, o que resulta numa mais-valia cultural e turística pelas

²⁵⁵ Vivem 25 cavalos diariamente no Pátio da Nora a 220m do gabinete presidencial de Belém. Não existe cheiro incómodo, dado o asseio adequado, sendo a morada dos cavalos desconhecida da maioria dos utilizadores da Presidência. O Regimento de Lanceiros II realizou no dia 19 de Junho o seu XII Concurso de Equitação que consistiu numa Prova Pequena e uma Prova Média (Derby) onde participaram cerca de 90 cavalos. Todos os anos ocorre sem que haja notícia em Belém.

²⁵⁶ Todos os terceiros domingos de cada mês ocorre o Render Solene da Guarda que desloca 44 cavalos na Praça Afonso de Albuquerque durante 45 minutos, atraindo números da ordem dos dois milhares de turistas no Verão. E não há notícia de existirem odores ou mais moscas nas segundas-feiras seguintes que nas outras semanas.

sinergias inevitáveis com o novo Museu dos Coches. De certo modo, esta evolução poderia corresponder à cronologia inversa da estratégia da *Fundación Real Escuela Andaluza Del Arte Ecuestre* de Jerez de la Frontera, que implantou um museu de carruagens junto ao pavilhão de apresentações equestres (Anexo 26: 2 e 3). Ao efeito dinamizador urbano e económico proveniente da articulação do eixo Coches-Picadeiro e Jerónimos, de onde o Museu da Presidência sairia beneficiado, soma-se a dinamização social pelos efeitos em cascata em todo o mundo equestre nacional responsável por 4000 empregos directos e 1500 indirectos²⁵⁷.

A problemática do desgaste ou da necessidade de actualização regulamentar de um antigo picadeiro para um novo picadeiro não parecem impeditivos e são até sinal de vigor e evolução nas exigências humanas. A exigência de actualização regulamentar dentro da função nunca poderia ser argumento para deixar de tocar ópera no S. Carlos ou ter missa nos Jerónimos. Esse seria um caminho para o que Françoise Choay (2009: 49) chamou de “esterilização funcional” ou incapacidade de constituir uma alternativa, ou ainda epidemia museológica, cuja abordagem se deve manter num registo muito reservado e pontual.

A articulação da reintegração conjunta do Jardim Tropical no perímetro tutelado pelo Palácio de Belém numa gestão que sirva o público e também os interesses da instituição Presidência da República na sua missão de representar o Estado, incluindo a ocupação do Palácio dos Condes da Calheta para as cerimónias mais alargadas, sem deixar de o disponibilizar para alugueres a privados para actividades socioculturais mediante aprovação, e finalmente do Picadeiro Real destinado à promoção da Alta-Escola Equestre nacional sem perder a possibilidade de utilizar o salão para cerimónias ou eventos, sempre que requeridas pelo Chefe de Estado, parecem uma oportunidade de retomar a escala morfológica do palácio original, de recompor as peças separadas por divisões administrativas, retomando os seus limites históricos. Configura-se uma oportunidade de reabilitação morfológica e arquitectónica de elevado valor revitalizador económico e social. Nesta intervenção de Reabilitação e refuncionalização do Património Material, conseguia-se ganhar respostas para necessidades sentidas e catapultar um Património Imaterial equestre numa operação conjunta única e irrepetível.

²⁵⁷ Fonte: “Apostas Mútuas Hípicas – uma aposta variável para Portugal” Trabalho efectuado pela Agropes, para a Liga dos Cavalos e a Federação Equestre Portuguesa.

4.11.2. Continuidades naturais

A actividade do Palácio de Belém enquanto sede da Presidência da República e de representação do Estado tem condições de prosseguir a demanda pela Exemplaridade. Assumida como objectivo, esta procura é um processo sem fim. As áreas de actuação vão sendo alteradas mantendo o princípio guia da procura de correcção e virtude, que se orienta tanto para a conservação, como para a adição, para a renovação, para a alteração ou para a actualização regulamentar, sempre evolutiva.

Pela natural acumulação de espólio e crescimento do acervo, o Museu da Presidência terá uma propensão para crescer na sua área expositiva, nas áreas de arquivos e de áreas de serviço para pessoal investigador. As intervenções no perímetro do Museu e espaços contíguos devem ser pensadas e projectadas pelos arquitectos do museu original, seguindo o princípio praticado em 2014: a reformulação do museu na celebração dos seus dez anos, executada pelos autores originais. A correcção deontológica de permitir a cada autor a possibilidade de continuar a sua obra é um exemplo de ética arquitectónica que se enquadra na perspectiva geral. Princípio válido para todas as arquitecturas existentes com arquitectos vivos e em funções.

Por razões análogas se coloca o mesmo problema de ampliação do espaço de reservas à Direcção de Serviços de Documentação e Arquivo, que se vê obrigada a conservar todos os Diários da República desde a Constituição de 1821, e que diariamente soma volume ao seu espólio. A estes quantitativos somam-se as publicações sobre a República e sobre os Presidentes. As disponibilidades de espaço no edifício projectado por Carrilho da Graça estão a atingir o limite da sua capacidade.

Em 2013, retomou-se a intenção de intervir no edifício da Secretaria-Geral, que se apresentava com os mesmos acabamentos desde 1975: gabinetes em divisórias de madeiras escuras, tinta de areia nas paredes de tijolo, gabinetes do piso inferior enterrados em relação às janelas, insalubres, com muitas janelas que nunca se abrem, sem qualquer imagem, já que através do vidro apenas passa a luz do dia. Sendo público e recebendo público, não é acessível a pessoas de mobilidade reduzida, sendo necessário subir ou descer escadas para aceder a qualquer gabinete. A existência de um único acesso de escadas coloca este edifício anti-regulamentar em matéria de Segurança Contra Risco de Incêndio. Foi então delineado um Estudo Prévio com resposta para os múltiplos problemas, mas ainda sem concretização. A reformulação deste edifício é uma frente de oportunidade para resolver problemas regulamentares, de segurança e de qualidade.

Em continuidade com os trabalhos da Análise do comportamento estrutural perante a ocorrência de sismo dos edifícios do Palácio de Belém, e o Relatório dirigido sobre o Palácio, Residência oficial e Anexo do séc. XIX, e estando em curso as diligências para a execução dos projectos de consolidação das anomalias estruturais e correcção dos factores de vulnerabilidade sísmica, será determinante dar-lhes consequência material, executando os reforços determinados pelos cálculos, trabalho necessariamente acompanhado por uma arquitectura consciente do seu papel de protectora dos valores patrimoniais relevantes e da sua obrigação de gestora do resultado estético final, em harmonia com os ambientes anteriores e posteriores à intervenção.

As dificuldades detectadas por todos os Presidentes e todas as Primeiras-damas e altos dirigentes entrevistados são novas frentes de oportunidade para qualquer novo mandato. Resultam da compilação de experiências dos antecessores, e reúne naturais condições para se definirem como novos imperativos para qualquer novo Presidente. Releva-se a necessidade de uma Sala de Jantar protocolar no Palácio de Belém, maior que a existente, que comporta apenas um máximo de 50 pessoas em condições de significativo aperto, cuja capacidade é insuficiente para as necessidades da Presidência da República, levantando problemas protocolares. A pretensão de ter uma sala maior em Belém resulta do desejo de evitar ter sempre que sair do Palácio para Cascais, Queluz ou para a Ajuda, sempre que o número excede a capacidade das salas disponíveis em Belém. Nas tentativas para resolver os banquetes em Belém, já foi possível sentar na Sala das Bicas 100 pessoas. Existe naturalmente a possibilidade de repartir o conjunto dos convidados em várias salas, de modo a somar as diferentes capacidades de cada sala até atingir o número necessário, mas perde-se o efeito de conjunto que é determinante quando se tratam de banquetes de Estado, com a presença dos Chefes de Estado, que acabariam por ficar numa das salas, remetendo as outras para salas secundárias, inconveniente do ponto de vista funcional e protocolar.

Apesar de muito episódicos e esporádicos, os banquetes são uma preocupação da instituição e o Palácio de Belém deve ter resposta para esta necessidade. Não sendo possível o cenário hipotético de instalar esta sala no Palácio do Conde de Calhetas, seria importante encontrar a solução no interior do perímetro actual. Esta é outra janela de oportunidade de futuro.

5. CONCLUSÕES

Um conjunto histórico como o Palácio de Belém edificado ao longo de mais de quatro séculos e que desempenha hoje funções de representação do Estado apresenta condições naturais para se destacar enquanto modelo de referência do património deste país. A articulação encontrada entre a História e a Actualidade forçadas a coexistir no mesmo objecto, revela o grau de respeito e estima pública sentida pela matéria antiga existente, por um lado, e a capacidade de a actualizar, por outro; espelha o grau de desenvolvimento cultural dessa sociedade e o nível de esclarecimento dos seus operadores.

Tratando-se sempre de acção humana sobre um território, ou já sobre uma massa edificada existente, é sempre a cristalização e a idealização do Humano na sua vivência do mundo, como refere Maria João Rodrigues (2002: 9). E como tal, inevitavelmente sempre contaminada de ideologia, de intencionalidade, de desejo e revelação de capacidade técnica. Do facto de ser obra humana advém a sempre possível reflexão e análise crítica do resultado final.

A definição de Poussin, segundo a qual a finalidade da obra de arte é o deleite estético, torna-se insuficiente para a arquitectura, onde ressalta a necessidade da Função, da componente inseparável da Utilidade. A síntese do Belo e do Útil tornada forma, encontra na Estética a possibilidade de ser pensada e reflectida, como diz António Pedro Pita (1999: 292, 295). Quando este silogismo é cruzado com a bondade dos princípios que o informam, estamos a meditar sobre a Ética. E são esses critérios éticos que transformam a corrente de vulgaridade das acções humanas em acções que recebem a aprovação moral de actos voluntários que estamos deliberadamente dispostos a aceitar e a seguir, conforme ensinou Charles Sanders Peirce (2006: 166) no final do séc. XIX.

Uma boa acção pressupõe uma noção de virtude, de correcção nas intenções e nos procedimentos, na bondade dos princípios que a informam. Pressupõe uma vontade de fazer Bem, melhor que apenas adequado. Antevê uma intenção de exceder a simples resposta ao problema enunciado, para apresentar uma solução significativa. Toda a Arquitectura, mesmo a que não foi pensada com tal desígnio, apresenta um potencial enquanto criadora de modelos, com condições para ser tornar num exemplo a repetir. Objectos que nascem muitas vezes com fins utilitários, mas porque atingem graus de perfeição na elaboração das respostas ou porque permitem estabelecer interpretações simbólicas relevantes, tendem a tornar-se em testemunhos sociais. As intervenções sobre edifícios de valor artístico, ou que se tornam pela

idade e acumulação de acontecimentos em referências civilizacionais, apresentam uma capacidade mobilizadora superior de onde advém uma acrescida responsabilidade social e cultural.

Sendo certo que as especificidades da Presidência da República são únicas no país pela condição inerente à singularidade do cargo que acomoda, e por isso dificilmente extrapoláveis fora do contexto de Belém, na verdade o efeito multiplicador do exemplo produz-se por analogia, catalisado pela relevância do modelo. Por este facto, maior deve ser a reflexão e mais alargados os consensos sobre as intervenções operadas: porque representam algo para mais pessoas e porque, se a História não pode ser mexida sem que seja alterada com refere Giedion (1941: 5), devemos ser cautelosos com as alterações que lhe produzimos.

Ser cauteloso não significa inevitavelmente evitar a mudança. Significa evitar o desnecessário e a destruição ou alteração grosseira e desinformada. Destruir por ignorância não tem o mesmo peso social que demolir por opção consciente quando sabemos dos valores presentes, como alerta José Aguiar (2002: 28).

Os objectos com um qualquer tipo de classificação correspondem sempre a objectos que o colectivo enumerou numa lista de peças significantes, que importam para a identidade do grupo, e que devem por isso ser estimadas e intervencionadas de acordo com os princípios que o mesmo colectivo vem produzindo na reflexão conjunta, elaborada tanto pela evolução do pensamento na matéria como pelos resultados da *praxis*.

Os valores e critérios defendidos na doutrina de conservação no Património, nascidos enquanto disciplina no séc. XIX, conheceram evolução ao longo da história e dos seus operadores. Os valores de hoje serão certamente actualizados e poderão conhecer diferenças no futuro. Isto porque estes valores dependem do reconhecimento dos objectos e reflectem as culturas e as estimas fundamentais das sociedades. Não são independentes do tempo nem das circunstâncias, actualizam-se de geração para geração como sublinha Saramago (2010: 73). Podem por isso mudar, e mudarão certamente. Intervir com consciência, por analogia aos critérios da “ciência com consciência” de Morin (1983), significa então actuar de modo fundamentado e conhecedor do pensamento acumulado sobre a matéria, operando dentro dos critérios esclarecidos do seu tempo, sem receios inibidores nem excessivas audácias movidas pelo desejo de protagonismo.

a) O dever/desejo de Exemplaridade sempre renovado

Passado, Presente e Futuro estão interligados numa cadeia aparentemente linear, existindo em vários registos paralelos, nas múltiplas tradições simultâneas que escrevem

a História como refere Popper, nas múltiplas verdades que descrevem a realidade que nos rodeia. Reconhecer a idade de um objecto arquitectónico, significa não só quantificar os anos que o edifício já atravessou, mas também a sua posição relativa no Devir da História, a sua implantação numa sequência de factos que constroem a verdade que envolve as razões da sua construção e/ou transformação e explicam as opções tomadas e as soluções encontradas em cada momento.

Ao longo dos tempos, o arquitecto enquanto profissional entende a História não somente porque contribuiu para a sua realização e a estudou, mas também porque ela o influenciou e o informou, modelando a sua maneira de a entender. Mas por melhor que conheça a História e pense compreender os motivos que fundamentam tudo o que encontra executado, todo o operador está condenado a viver no seu Presente, na sua Actualidade, nesse lapso de tempo entre o Passado e o Futuro como o apelida George Kubler (2004: 31), tão pequeno e por ventura tão real como nenhum dos outros. Por esta razão a sua intervenção não pode ser senão coetânea com o seu tempo, e veicular a linguagem do seu tempo, assumindo o momento do seu contributo para a forma global de cada edifício ou conjunto edificado. E se tal ancoragem temporal é inevitável, o caminho da honestidade semântica é o da procura de um diálogo integrado com o que existe, evitando cenários e falsos históricos.

Todavia, os critérios operados nas intervenções do Palácio de Belém conheceram diversos paradigmas ao longo do tempo.

Apesar das medidas episódicas em defesa da conservação do património a que se reconhecia um valor especial no Renascimento e do lento amadurecimento nos séc. XVII e XVIII na valorização histórica e estética dos objectos do passado, até ao início do séc. XX, o Património construído significava na generalidade um bem disponível, reaproveitável. À data das primeiras construções executadas em Belém, e ao longo das sucessivas ampliações executadas nos três séculos que antecedem o séc. XX, as técnicas construtivas mantinham-se na sua essência, não fazendo sentido demolir para construir segundo as mesmas técnicas e com os mesmos materiais. O primeiro diploma de protecção Patrimonial do mundo, promulgado em 1721 por D. João V, o rei que adquire o Palácio de Belém, não tem qualquer aplicação prática neste palácio. Em Portugal e no mundo, mesmo os edifícios singulares, reconhecidos como objectos de culto, eram ampliados, transformados, ou simplesmente continuados sempre na linguagem arquitectónica do tempo da intervenção. A reutilização ou continuação era a *praxis*, resultando melhor ou menos bem em função da capacidade de diálogo estabelecida com o existente e/ou do sentido de conjunto do interventor.

O conceito de restauro durante séculos foi sinónimo de intervenção requalificadora, de reposição da capacidade de uso ou de renovação ou substituição de acabamentos ou elementos degradados. Pressupunha deixar em funcionamento ou “como novo”, conferindo ao responsável o direito de “melhorar” o que entendesse, sempre visto como um benefício para a obra. E quando posteriormente o gosto se alterava, como sempre ocorre, competia ao bom “restaurador” actualizar a obra, retocando-a de novo, retirando ou acrescentando o necessário para atingir tal desiderato.

Em Belém os corpos edificados crescem por adição ao longo dos diferentes proprietários, indiferente aos tumultos na filosofia de intervenção do património.

Em França, os excessos destrutivos cometidos na Revolução de 1789 catapultaram a meditação sobre a importância de conservar a memória, sobre a necessidade de olhar o passado como identitário de um povo e raiz de uma determinada nação, transversal a conjunturas políticas, cujos ícones merecem ser preservados a bem do futuro. A monarquia de Julho em França, empenhada em ressuscitar os valores perdidos, vai dedicar-se pela primeira vez de modo estruturado e suportado por filosofia e doutrina na preservação e restauro do seu património. Como lembra Helena Maia, se em 1840 se inicia um discurso doutrinário com regras definidas, seria apenas após 1870 que se começam a levantar vozes contra a excessiva liberdade com que as intervenções correntes operavam sobre os testemunhos históricos.

Nesta data, Portugal estava a sarar as feridas de uma guerra civil que se seguira às invasões francesas e à perda do Brasil. Com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, um enorme e grandemente desconhecido património é colocado sob a responsabilidade do Estado, que procura soluções e opera amplas adaptações para converter os conventos e mosteiros em novas funções úteis e necessárias ao país. Os novos contextos provocavam novas problemáticas que vão promover o surgimento de associações, sociedades e comissões de salvaguarda, a actividade fundamental dos correspondentes em todo o país, “inventando o património” nas palavras de André Chastel (Custódio, 2010: 57), mas sem consequências nos palácios reais que se encontravam apartados destas mudanças.

O Palácio de Belém recebe D. Maria II e D. Fernando II durante umas temporadas no intervalo dos dois anos em que decorrem as obras nas Necessidades. Os reis dispensam alguns cuidados a Belém, sempre na óptica de o valorizar, acrescentando espaços para bailes, permitindo que o palácio aloje convidados estrangeiros, sugerindo uma vocação de Belém para recepções e cerimónias. Em 1886, uma nova campanha de obras de valorização decorativa destinava-se a albergar os príncipes herdeiros. Os “cómodos” de D. Carlos e D. Amélia ficavam na área Nascente do palácio, uma vez

que os convidados costumavam entrar pelo Pátio dos Bichos, desenhando um circuito de público/privado cuja lógica se manteve até aos dias de hoje.

Depois do quase abandono durante uma década, D. Carlos decide consagrar definitivamente Belém para acomodar convidados do Chefe de Estado, terminando o Anexo do séc. XIX para alojar as comitivas, ideia prosseguida pelo seu filho D. Manuel II que oferece o palácio ao Estado em 1908. A responsabilidade de manutenção e usufruto eram agora inteiramente do Estado português, ainda que o utilizador principal fosse ainda o rei e os seus convidados.

Com a implantação da República, o Palácio de Belém é escolhido para sedear a Presidência por um conjunto alargado de razões conjunturais que melhor sintetizavam a perspectiva pretendida para o novo Chefe de Estado, porventura com analogias ao Palácio do Eliseu, cuja história encontrava vários pontos em comum com Belém.

O modelo de gestão e razão de ser do edifício ganha novos contornos. É agora um edifício do Estado utilizado para albergar uma função política e administrativa e acomodar cerimónias e recepções de representação desse Estado. Os momentos são socialmente conturbados e a Presidência deve dar o exemplo de seriedade, contenção e recusa do fausto real. Terminam as cerimónias de gala com os coches, separa-se o Jardim Colonial, é legalmente aberto o palácio a visitas de público, as áreas sem utilização são entregues para expansão do Museu dos Coches, afirmando a prioridade à cultura e educação das populações.

Sidónio Pais tinha um perfil de missão e não teve tempo de olhar para o seu refúgio de segurança. O pós-sidonismo transforma o palácio numa caserna, ajudando Carmona a deixar Belém apenas para as cerimónias, preferindo habitar na Cidadela de Cascais. Também a vocação do Palácio de Belém para acomodar visitas de Estado era de novo requisitada em 1929, e Carmona facilitava essa utilização. A nova campanha de obras operava dentro do registo típico da época, censurando as aposições barrocas consideradas degenerações da extravagância régia, actualizando o gosto nos interiores a caminho de uma depuração classicista que se sucedia ao expressionismo. No período republicano as bases teóricas existiam e era conhecido o debate internacional, mas faltavam os meios para a sua execução, só ultrapassados no Estado Novo como refere Custódio (2011: 154).

Sem as destruições das guerras mundiais nem as carências habitacionais em grande escala daí resultantes, a modernidade em Portugal só muito pontualmente radicalizou o discurso de corte com a tradição e de perspectivação do conhecimento vindo de dentro, abstractizado, sem referenciais na história, de linguagem máquina, cubista, desenhada a partir de uma interpretação da função a desenvolver. Mas a contaminação funcionalista sentia-se na alteração do gosto e na falta de

reconhecimento enquanto testemunho de outras épocas; o critério aplicável era o correctivo, visto como princípio actualizador.

Em 1935 começam os preparativos para a exposição do Mundo Português. Em Belém, os tratamentos fundamentais incidem sobre as fachadas, rebocadas a cimento, de acordo com os padrões considerados correctos. Se em Atenas se defendia em 1931 a aplicação de betão armado em monumentos, maior legitimidade havia para o fazer em Belém, um edifício de cariz utilitário sem qualquer consideração de valor patrimonial. Executam-se várias operações de valorização do edificado, também nos jardins, para exhibir aos nacionais e estrangeiros que nos iriam visitar. Belém seguia uma linha definida na DGEMN para o conjunto dos Monumentos Pátrios, uma estratégia ideologicamente orientada de purificação e valorização estilística, que consolidava a noção de unidade projectual e facilitava a "correcta" interpretação histórica dos objectos, evitando entropias e arbitrariedades.

A exposição de 1940 ajudou a esclarecer o papel dos referenciais ideológicos do Estado Novo, pelo que Salazar pede a Craveiro Lopes que ocupe o seu lugar no Palácio de Belém. Havia que estimular o culto dos símbolos do Poder e da Identidade nacional, materializando os valores históricos de continuidade e estabilidade, tanto mais que a vitória das democracias na Segunda Guerra Mundial gerava novos incómodos ao regime. A Presidência da República era uma referência para o povo que devia ser ancorada na História e num lugar inequívoco: o Palácio de Belém. Os serviços do Estado empenham-se em criar condições condignas para alojar o Chefe de Estado, mas sem deixar de ter uma dimensão doméstica que se impunha na perspectiva do Portugal de então: a prioridade do palácio mantém-se nas funções de representação do Estado, e não no alojamento do Presidente.

Durante décadas seguintes nada de assinalável se executa em Belém.

Depois da exposição de 1948 que afirmara a convicção do seu trabalho, a DGEMN enviava na década seguintes os seus técnicos para acções de formação no exterior, abrindo novos horizontes, ao contrário de Espanha que se mantinha os mesmos critérios até à morte de Franco, como lembra Rivera Blanco. Portugal participa com a DGEMN nos trabalhos e subscreve a Carta de Veneza em 1964. Os modelos de intervenção no património tornam-se menos unitários e mais alinhados com a problematização da temática internacional, embora quase sempre pautados pelos princípios da intervenção mínima face à crónica escassez agravada pela guerra colonial.

Em 1967 o Palácio de Belém é classificado como Imóvel de Interesse Público, em resultado da consciência de que o edificado reunia um passado singular e se organizava de um modo condigno.

A revolução democrática em 1974 gera períodos de instabilidade política e social. Belém é de novo o centro político, desta feita também militar e executivo. A tensão nas ruas ressalta a segurança oferecida pelo perímetro do Palácio de Belém, que acaba por ser necessária aos Presidentes António Spínola e Costa Gomes, mas também ao primeiro Presidente eleito da Democracia, Ramalho Eanes.

Face a novo contexto pós-revolucionário, como fora em 1910, volta a impor-se o primado do exemplo da seriedade e contenção, características que são naturais ao edifício e ao novo Presidente Eanes. No Palácio inicia-se nova campanha de obras que se dirigem para a dignidade dos alojamentos dos funcionários, para a segurança do Presidente, para a acomodação dos serviços administrativos em condições adequadas de trabalho. Mais uma vez são os serviços do Estado, através da DGEMN, chamados a servir as funções e a representação do Estado. Mais uma vez a austeridade e sobriedade do Palácio, aliado a um posicionamento afirmativo no território sobre o Jardim dos Buxos e sobre a Praça Afonso de Albuquerque, cumprem a promessa de rigor e dignidade que se espera do cargo que aloja.

A reforçar esta posição acrescia a personalidade do Presidente Ramalho Eanes, que decide reabrir as visitas de público ao palácio prometidas em 1912 e impossibilitadas durante décadas, renovando a missão pública do cargo de soberania. No mesmo sentido, decide juntar em sede pública os presentes oferecidos nas visitas de Estado ou por visitantes estrangeiros a Portugal ao Chefe de Estado em funções, inventariando-os e reunindo na instituição um espólio considerável, colocado em exibição pública dentro do próprio palácio. Inicia com este acervo uma nova atitude que vinca a postura pública e de servidor do Estado do mais alto cargo de magistratura.

A somar a esta alteração de paradigma na atitude de Estado, surge nestes mandatos a postura da Dr.^a Manuela Eanes, a primeira Primeira-dama a participar activamente na vida política da Presidência, no âmbito concreto de um apoio directo aos serviços sociais do país, atitude que se tornou no modelo de intervenção do cônjuge do Presidente da República desde esta data.

O Presidente Mário Soares em 1986, o primeiro Presidente civil da Democracia e após sessenta anos de Presidentes militares, vai inflectir as estruturas administrativas e políticas do palácio para a supremacia civil, reduzindo a dimensão das assessorias militares, sinal dos novos tempos e consequência do contexto da sociedade. A Casa Civil é deslocada para o Anexo do séc. XIX, assumindo o seu lugar de representação política. O Jardim das Tileiras toma o lugar dos galinheiros que subsistiam junto ao pátio protocolar da Presidência, dignificando a área de recepções da instituição. Uma operação de conservação muito importante é decidida no restauro das coberturas do palácio, reforçadas estruturalmente e assegurada a sua estanquicidade pela introdução de folhas de zinco sob as telhas. Uma operação de reabilitação do

existente, executada com o apoio da DGEMN, estrutural para assegurar o cumprimento das tarefas de representação do Estado, garantindo a protecção de pessoas e convidados, preservando o tecido edificado.

O Presidente Jorge Sampaio em 1996 define uma nova estratégia. Propõe-se criar um Museu da Presidência com estrutura formal e lei orgânica, criar um centro de documentação e informação com condições adequadas, e com ambos elevar o nível de incorporação arquitectónica contemporânea no Palácio de Belém. Possibilitado por uma nova autonomia administrativa e financeira, são elaborados dois concursos por convites para a execução dos projectos e dotada a lei orgânica da Presidência da República dos meios para a concretização do ambicioso desiderato. Os serviços do Estado são utilizados na fiscalização das obras; os tempos são de prosperidade e a aposta dirige-se para uma arquitectura de nomeada.

A gestão do espólio dos presentes, bem como a História da Presidência e dos Presidentes passam a ser estudadas de modo sistemático e estruturado. O Museu da Presidência da República torna-se numa unidade de produção cultural, com consequências na fachada do palácio sobre a Praça Afonso de Albuquerque, desde a loja ao passeio até ao Museu dos Coches, de novo com projecto da DGEMN, incrementando a imagem institucional do Palácio.

A valorização operada é agora menos anónima e assumidamente contemporânea, com arquitectura de autor. Em consequência deste investimento arquitectónico, o Palácio de Belém é reclassificado em 2007 como Monumento Nacional, já no decurso do primeiro mandato do Presidente Cavaco Silva.

O actual Presidente encontra em 2006 um palácio muito intervencionado, mas os seus objectivos de contribuir para a máxima adequação do palácio à sua função são mantidos e até reforçados. Todavia, as circunstâncias estão em mudança; a DGEMN, que dera apoio técnico praticamente toda a vida da instituição está em vias de extinção, e a Presidência tem pela primeira vez um arquitecto projectista nos seus quadros de pessoal. No primeiro dia o Presidente determina a conservação, restauro e reabilitação dos Viveiros de Pássaros, ao que se segue a reabilitação do Pátio dos Bichos e da Rampa de Honra, integrando-se com a intervenção no passeio exterior. Surgem mais objectivos a visar a segurança e a eficiência: uma intervenção na protecção contra descargas atmosféricas de pessoas e bens; a Auditoria Energética e a actualização do comportamento térmico de vários edifícios, sinal das novas preocupações globais; a Auditoria Sísmica, determinante num organismo da máxima responsabilidade do Estado; a actualização regulamentar nas acessibilidades, na democratização dos direitos.

No cumprimento do seu desejo de garantir a dignidade institucional dos conjuntos edificados à sua guarda, o Presidente dirige uma nova atenção sobre a Cidadela de Cascais, desde 1910 sob a tutela da Secretaria-Geral da Presidência da República e que se encontrava em semiabandono desde a sua utilização pelo Presidente Craveiro Lopes. A Cidadela é objecto de uma intervenção de restauro e reabilitação global, seguida do seu recheio até à sua reanimação funcional completa.

O objectivo de garantir a dignidade no estado de conservação do edificado, a par com a eficiência funcional e regulamentar surge exercitado em cada mandato de cada novo Presidente. Pese embora as variantes verificadas, resultado dos contextos socioeconómicos e culturais, e das instituições disponíveis para o apoio de projecto e fiscalização, a estratégia procurada visa sempre a consolidação de uma linha que se procura cada vez mais nítida em actuar na conservação, restauro e reabilitação das estruturas edificadas a cargo da instituição, desejando respeitar e reflectir nos projectos e obras um sentimento de Dever - que é na verdade um Desejo de tal modo estrutural que se confunde com uma obrigação - de Exemplaridade na gestão da conservação e actualização do objecto patrimonial ao cuidado da Presidência.

b) Clarificação conceptual

Fruto do percurso decorrido, o Palácio de Belém transforma-se num exemplo paradigmático de um objecto que por acumulação histórica atinge o patamar mais elevado da estima pública quando (e talvez porque) adicionado pela arquitectura contemporânea. O valor conjugado torna o conjunto duplamente relevante. Sendo útil à função presidencial e ao Estado, é triplamente relevante.

A utilização de um edifício com estes valores patrimoniais não deve ser tida apenas como um fim em si mesmo, mas como um meio importante para a sua preservação. A consagração de Património edificado a funções de Estado resulta de uma opção, de um acto cultural coerente - atribuir funções públicas de representação a edifícios classificados faz todo o sentido-, do reconhecimento da sua capacidade de se transmutarem para receber os Usos, tal como da imaginação de transmutar o Uso para se integrar harmoniosamente no edifício. O Uso é assim tido como o resultado desejável, mas não como o objectivo estrito de uma intervenção. E a perspectiva de intervenção mínima, teorema sempre válido em termos conceptuais, projectuais e económicos, não define por si só a dimensão ou profundidade da intervenção. A intervenção mínima "*necessária*" pode ser uma intervenção com alguma expressão, mas que se deve manter na dimensão suficiente e justa, sem ultrapassar o manifestamente exigido para o estabelecimento da vida orgânica do edificado.

Em muitos exemplos, quando se extingue o valor de uso do edifício com valor histórico e arquitectónico, o ciclo funcional tende a dar lugar ao ciclo cultural. Ciclo cultural

que não é necessariamente mais importante que o funcional, pelo que o desejo de extinguir a função para musealizar deve ser ponderado, para evitar a esterilização funcional e a acumulação museológica do edificado, desinteressante sempre que o valor de uso possa permanecer e usufruir da mais-valia resultante do contexto histórico e simbólico original. O congelamento na musealização do património deve manter-se num registo de clara excepção, pelo custo que implica e pelo valor de singularidade a que deve remeter. Contudo, a passagem para o ciclo cultural permanece como opção quando uma função desadequada seja a causa da perda patrimonial.

Esta reflexão de princípios torna-se mais complexa quando o "vínculo à função" pode ser entendido em si, como uma expressão de património imaterial. No caso do Palácio de Belém, podemos afirmar que o ciclo funcional se mantém e que o ciclo cultural já está presente; e que propor por hipótese a supressão da função Presidencial para melhor preservar o edificado, musealizando-o, seria totalmente desprovido de sentido, na medida em que a função alojada, neste caso concreto, é o mais relevante valor patrimonial do Palácio de Belém.

O principal significado cultural deste conjunto é exactamente ter sido e ser a sede da Presidência da República desde a revolução de 1910; é o seu vínculo à simbólica Presidencial, transportando em si os principais episódios da sua história. Este é o *Valor Primordial* deste objecto arquitectónico, o último reduto de significado deste conjunto edificado sem o qual seria totalmente diferente a sua dimensão cultural para Portugal. A sua ligação é de tal modo intrínseca à simbólica presidencial que a designação Palácio de Belém é usada como sinónimo de Presidência da República.

Se a afectação funcional é vital, então não apenas deve permanecer, como deve ser protegida e exercitada em plenitude. A conservação de valores intangíveis pratica-se pela multiplicidade dos actos inerentes, pelo dinamismo cultural que a função apresenta, pela legibilidade com que se projecta e se exhibe. No âmbito concreto da arquitectura e da actividade patrimonial, a "simbólica Presidencial" evidencia-se pela estimulação da competência, dignidade e correcção doutrinal nas operações de intervenção ou conservação, bem como na justeza e seriedade com que defende e responde às exigências de representação do Estado, na satisfação das actividades políticas e administrativas, mantendo a actualidade da sua prestação.

O valor de contemporaneidade de um monumento reside no facto do objecto histórico ter muitas vezes a capacidade de cumprir ou servir as funções actuais, como se de um edifício contemporâneo, projectado para o efeito, se tratasse. É cumprir a função actual com eficiência, ao mesmo tempo integrando a História passada numa moldura de enquadramento sobre a qual projecta dialecticamente as suas necessidades do momento, ressaltando as continuidades e afinidades entre o passado

e o presente. Um Habitar e Ser o passado, “re-presentificar” os valores da sua identidade como designou Pedro Abreu (2007: 93) olhar e utilizar os conteúdos familiares, sempre presentes, que moldaram a história e contextualizam o presente.

No caso do Palácio de Belém, as diferentes áreas do palácio cumprem muito bem, na opinião do Presidente, e cumpriram muito bem na opinião de todos os Ex-Presidentes, as diferentes funções que estão previstas no protocolo das audiências e recepções, cerimónias e eventos da função presidencial. A ligação intrínseca da função ao lugar torna-o perfeito para o cumprimento das funções representativas, simbólicas e diplomáticas necessárias. O espaço encontra-se adequado às funções, até porque a cenografia das funções sempre se adequou ao espaço numa relação de reciprocidade indissociável.

A estratégia comunicativa do Património precisa de clareza e facilidade de leitura. Alguns significados são geralmente talhados de acordo com os padrões morais actuais, e escritos pela versão dos vencedores, sendo os próprios valores das sociedades evolutivos e actualizados em função das sempre renovadas sensibilidades da sociedade.

Da mesma maneira, o Palácio de Belém veiculou a imagem de sobriedade que se pretende da nova e triunfante revolta republicana, sempre renovada ao longo de um século, celebrando a vitória e viabilidade da República em cada acto que representa este Estado.

O presente não é assim apenas o herdeiro do Património passado, é o seu parceiro, é o seu cultor e activador, como lembra David Lowenthal (1998: 139), rejuvenescendo o que pretende utilizar, apagando o que pretende esquecer, sempre de acordo com as necessidades do presente. O apelo ao Passado, e a selecção dos elementos convocados, é sempre um acto contemporâneo: são as acções do presente que dão significado e enquadramento ao passado, são as acções do presente que fazem o passado ser relevante. É o presente que preserva o passado e que, de certa maneira, permanentemente o (re)constrói à medida dos requisitos da contemporaneidade.

No caso de Belém, é o presente que elege os elementos determinantes que conduzem à revelação do *Valor Primordial* na afectação à simbólica Presidencial e à sua demanda pelo Dever da Exemplaridade.

c) Chave operativa

O Dever/desejo de Exemplaridade resultante da Simbólica Presidencial, no sentido em que um Chefe de Estado necessariamente representa os mais altos desígnios desse Estado, pressupõe a virtude nos critérios da conservação do Património, por definição reactivos à mudança, à transformação que actua sobre a matéria autêntica e original que se pretende preservar, tal como pressupõe a virtude na elegância e correcção

com que trata a permanente (re)atualização regulamentar e garantia de desempenho e de eficiência da função desempenhada.

A polarização de opostos entre tendências conservativas versus procura de actualidade funcional pode ser resolvida com a determinação e a adequada ponderação do *Valor Primordial* do Palácio de Belém. Defini-lo é evitar a divisão fracturante, é clarificar a orientação estruturante, a vocação estratégica do objecto que conduz a dialéctica que transforma cada operação de conservação ou de intervenção alteradora num acto subjugado ao primado do conceito.

Ainda que subjectivo por definição, é o conceito subjacente às acções que estrutura os fundamentos e que lhes dá suporte, enquadramento e razão de ser. Que condiciona e orienta as opções tomadas entre as muitas soluções tecnicamente possíveis, que elege os atributos que contam a história do edifício, ou as necessidades de alteração sentidas como inadiáveis.

Sendo um acto intelectual, deve antever a aceitação da total relatividade da realidade que propõe Paul Watzlawick (in Cardoso, 2013: 44), para escapar à tentação de acreditar na realidade da versão contada e aceitar a vida na relatividade da verdade. Aceitar que cabe à disciplina da História e à historiografia, tal como ao nosso cérebro, o arrumar da História numa história coerente e factual, encadeada, livre de paradoxos. No Restauro e Reabilitação, ao trabalhar sobre uma base edificada existente para a qual se "determina" uma história e um fundamento, o novo projecto, enquanto resultado múltiplo de uma existência e duma intervenção modificadora, passada pelo crivo cultural dos critérios e das potencialidades e limitações teóricas e materiais dos operadores, será sempre um produto híbrido, misto de múltiplas influências e circunstâncias que tornam cada acto criador num acto único e irrepetível como refere Siza Vieira (1998: 35).

O projecto consegue ser em simultâneo uma proposta, uma ideia debatida sobre o existente, ao mesmo tempo que já é uma proposta de alteração concreta, real, um juízo inevitável sobre o valor do existente, um destino proposto que joga momentos imaginados sobre as partes construídas, antevendo o seu diálogo com o futuro.

Cada acto de transformação sobre um edificio descobre um passado e uma potencialidade de futuro latente, entre múltiplas leituras do passado e incontáveis possibilidades de futuro. Descobre um "antes" e um "depois" ao edifício, sabendo que nenhum dos dois momentos é estático, nem o antes nem o depois, ambos passíveis de ser reinterpretados e transformados por novos parâmetros críticos. Como assegura Moreno y Navarro, nas obras de reabilitação reconstruímos sempre (2007: 1), não um momento do Passado, mas sempre um momento do Futuro. Depois de definido o

caminho conceptual, as questões passam de facto a ser um problema de arquitectura, desejavelmente boa, com tudo o que isso implica e mobiliza.

As operações podem ser subtractivas ou aditivas, transformativas ou conservativas, de mudar quase nada à mudança radical. Enquanto as obras novas estão relacionadas com a originalidade da gestão da função e da forma do *novo*, em reabilitação a originalidade resulta dos diálogos estabelecidos como lembra Lisa Diedrich (in Cardoso, 2013: 97), da sua boa fundamentação e do cabal esclarecimento dos seus propósitos. O existente é o impulsionador e o projecto um acto hermenêutico de interpretação, de comunicação dinâmica, de eliminação do ruído e de re-acentuação legítima e produtiva, conduzindo o conjunto do existente mais projecto a novos significados. A importância do contexto, da obra, do seu enquadramento histórico, social, condição física e qualidade estética aumenta a responsabilidade das opções.

Como diria Cesare Brandi ou Paul Philippot, a opção proposta será sempre uma “hipótese crítica” que todo o restaurador assume. Igualmente acreditavam que, sendo o restauro um acto cultural com profundas implicações técnicas, só uma cooperação transdisciplinar entre o historiador de arte, o restaurador e o cientista (engenheiro químico, por exemplo) poderiam garantir um restauro adequado. Esta posição é muito importante pela globalidade da perspectiva com que os diferentes problemas são abordados, evitando que uma operação correcta de um ponto de vista se torne nefasta noutro ponto. Contudo alerta Martínez Justicia (2008: 326), deve ser evitada a tendência cada mais generalizada para considerar o restauro como um mero problema científico ou técnico, quando o é acima de tudo um problema de natureza cultural. De facto, nos contextos de cientificidade das sociedades contemporâneas, a carga científica e técnica tornou-se numa fonte de credibilidade, uma âncora segura que confere estabilidade às opções de intervenção. Todavia, as componentes técnicas e científicas serão sempre dependentes e conduzidas pela estratégia filosófica e conceptual, regidas pelo consciente acto crítico em campos disciplinares muito menos unificadores, plenos de opções e sensibilidades subtis, de exigência de sínteses conjunturais e contextuais, mesmo quando enquadradas no pensamento doutrinário, obrigando finalmente ao projecto, síntese de todo o processo.

Embora o discurso que tudo relativiza possa parecer inconclusivo e inseguro, sem na verdade orientar opções nem conduzir a actuação prática, na verdade a doutrina actual passa pela definição de um conjunto de valores consagrados, que devem ser observados, mas devidamente ponderados em cada momento e face a cada contexto específico, raramente com paralelos directos. E é dessa multiplicidade permanente que nascem as *nuances* que riscam a fronteira entre as boas e as menos boas opções, sendo que as más são vulgarmente mais fáceis de detectar.

A análise cultural e a construção da filosofia de intervenção devem ser ponderadas em referência aos critérios definidos nas "Cartas", nas Declarações, nas Resoluções e nas conclusões de seminários ou congressos e que de certo modo vão deixando escrito o percurso do pensamento sobre a temática e que constituem uma base de conhecimento, plataforma de entendimento que permite relacionar factos e enquadrar os conceitos, estabelecendo critérios de valor a partir da comparação com referenciais considerados exemplares.

Contudo, estes documentos referenciais são por definição abertos, definindo princípios e atitudes, que carecem de interpretação e adaptação a cada contexto específico, sendo muitas vezes objectivados em outras cartas de âmbito mais concreto, mas sem colidir com os valores fundamentais das cartas mais gerais.

Um dos princípios recorrentes neste âmbito prende-se com a condenação da actividade purificadora das obras de arte e a remoção das adições posteriores, vistas como degenerações ao longo da história. Na nova doutrina os acrescentos passam a ser entendidas como partes do percurso da vida do objecto, escapando à pretensão simplista de sempre os remover de modo a conduzir o edifício ao "seu estado inicial", assumindo na síntese de Brandi (2006: 46), a conservação das adições como o acto normal e a sua remoção como o caso excepcional.

É hoje consensual que dificilmente uma intervenção de restauro pode conduzir um objecto ao seu estado pristino e inicial. O momento da construção é sempre um momento do passado, e como tal ultrapassado cronologicamente. Nas palavras de Brandi (2006: 33) é ilegítimo pretender o tempo como reversível ou aceitar a obra de arte como reproduzível. É inevitável aceitar o distanciamento histórico que remete a obra para o seu tempo. E contudo, essa obra está sempre presente. A memória original do executado no passado permanece na obra, disponibilizando os testemunhos que a actualidade quiser eleger e exhibir, a partir do tempo contemporâneo. Reconduzir um edifício com uma longa história ao estado original é, na maior parte dos casos, uma demagogia. O que poderá ser conseguido é apresentar o melhor estado actual dos materiais originais e por vezes com necessidades de preenchimentos de lacunas, correcções de estrutura, tonalizações de acabamentos para atingir uma possível harmonia, sempre filtrada pelos olhos e conceitos actuais, do que seria a possível reapresentação da obra original. A Unidade potencial da obra de arte, utilizando a conhecida acepção de Brandi (2006:16), é sempre inevitavelmente proposta pela actualidade, por muito fidedignas que sejam as fontes históricas. Por esta razão não tem sentido debater a data a qual regressar num trabalho de restauro ou de reabilitação. Os edifícios não têm senão uma data: o

presente. Como defendia St. Agostinho no seu Livro 11 das Confissões, só existem três tempos: o presente do passado e o presente do presente e o presente do futuro.

O momento presente do Palácio de Belém, cronológico e simbólico, é definido pela sua ligação ao Chefe de Estado português, e esse é o seu *Valor Primordial*, o valor cultural determinante, o seu contributo para a identidade do País, que se reflecte em cada mandato, sendo sempre e eternamente actual, renovado, rerepresentado ou re-presentificado em cada novo responsável pela pasta e sua equipa.

d) Critérios de intervenção

Assumida a premissa de que o passado mais relevante de Belém se condensa nessa “simbólica presidencial”, questiona-se o “como” actuar para cumprir o desiderato de respeitar esta orientação.

A intervenção física sobre um edifício está condenada a ser actuante e actualizada, normalmente destinada a melhorar o desempenho da sua resposta funcional, sendo também muitas vezes uma oportunidade de actualização estética, motivada por vontades criativas não utilitárias, como diz Miguel Tomé (2002: 15). E mesmo quando movida exclusivamente por intenções conservativas ou de actualização funcional, uma intervenção pode sempre incluir um lado destrutivo e reconstrutivo – e por isso actuante - e implica sempre o que Roberto Pane apelidava de “solução estética” (Carbonara, 2004: 9), fundamentada em uma análise crítica e enquadrada num critério global.

A problemática das adições do tempo é sempre motivo de controvérsia, tanto mais que a arquitectura tende a ser o resultado de múltiplos agentes, com diversas interpretações autorais ao longo de algumas gerações, produto conjugado de actos e refazimentos filtrados por contextos evolutivos. Os acrescentos podem ter valor ou não e ser de qualidade variável, pelo que a sua preservação carece de cuidadosa ponderação. Quando se prove a condição de espúrios ou afectem o equilíbrio do conjunto pode considerar-se a sua remoção, analisando o que fica depois da remoção. Quando exista valor histórico ou artístico, a manutenção dos acrescentos deve ser observada, avaliando o impacte da adição sobre a unidade potencial da obra de arte.

Estes valores são de ordem sensitiva, impossíveis de codificar ou graduar com toda a exactidão, remetendo tais decisões para um foro de subjectividade que nunca será igual para todos os observadores. É reconhecido que a remoção é a mais delicada das operações, porque remove a evidência histórica, negando-lhe o futuro, mas pode ser a opção correcta em determinados casos. Competirá ao coordenador do projecto

de reabilitação a sua avaliação e fundamentação - a "eleição" que decide entre as múltiplas possibilidades, por vezes com ténues diferenças-, discutido com os seus pares da Direcção Geral do Património Cultural, no sentido de reunir consensos e encontrar as opções que pareçam, num dado momento, numa dada conjuntura, as melhores soluções disponíveis.

Em toda a operação que exceda o restauro introduz-se a necessidade de discutir questões de linguagem. Quando o restauro termina, inicia-se uma adição, alteração, uma introdução de um implante que se pretende regenerador, como referiu Françoise Choay (1982: 190), que necessariamente veicula um tempo e a sua linguagem arquitectónica. Em projectos desta natureza é pacífico que a linguagem de opção possa incluir o recurso à essencialização na continuidade, e à depuração na adição, com materialidades que garantam as compatibilidades com a categoria dos materiais existentes.

A preservação dos acrescentos do tempo passa a ser um objectivo, devendo-se garantir a diferenciação das novas adições executadas com novos materiais reconhecíveis. A estratégia de adição por contraste, mais marcante, tende a revelar-se mais em contextos de menor importância histórica e artística, como se pode encontrar nas áreas de serviços administrativos da Presidência em Belém, nas garagens, edifícios da PSP ou GNR. Nas áreas do Palácio ou dos Viveiros da Cascata, a abordagem tende a ser mais analógica, mais integrada volumétrica e materialmente, ainda que apresente um desenho manifestamente contemporâneo quando olhado com a devida atenção por olhar conhecedor.

As opções que trabalham com autenticidade material e estilística apontam sempre em não falsear o documento com falsos históricos, mentindo ao presente e ludibriando o futuro. Igualmente se vinca a prioridade da conservação estrita de partes em detrimento dos restauros integrais, como ressaltado nos princípios da referida Carta de Atenas: o restauro termina onde começa a hipótese (Art.º 9º). O restauro é opção enquanto se trabalhar com evidências e certezas. Em caso de dúvida a estratégia pode passar pela evocação, a metáfora que sugere e assegura a continuidade, que repõe a ambiência, mas sem inventar património, que não seja o contemporâneo. Porque, onde começa a hipótese, começa o projecto e termina o restauro.

Sempre que necessária, a adaptação a novos usos deve resultar da análise da capacidade tipológica do tecido construído para receber a nova função, mantendo como perspectiva fundamental a conservação dos valores significantes da arquitectura do edifício original, assumidos como o objectivo principal da intervenção. A regulamentação que procura o estabelecimento da equidade legal de direitos ao espaço e à arquitectura, traduz-se em normas e exigências essencialmente

construídas para projectos contemporâneos. Na verdade, os requisitos estão sistematicamente dispensados em contextos patrimoniais, conduzindo a um vazio legal consciente que devolve aos arquitectos dos projectos a responsabilidade de cumprir o possível e o adequado. Estas exigências regulamentares, tais como as sociais e funcionais, devem ser ponderadas e filtradas pelo conhecimento da obra, do seu passado, dos seus valores históricos e artísticos no sentido de melhor fundamentar as opções tomadas. São requisitos de projecto que podem ser entendidos como desafios programáticos que o projecto deve resolver, procurando, ensaiando, acompanhando a sua execução para poder antever em cada passo o caminho escolhido.

Na verdade, é sempre uma vantagem ir verificando a cada fase da execução se o projecto está a ficar correctamente executado (para detectar os erros com a maior antecedência possível de modo a pouco corrigir) bem como a verificar se o projectado é de facto o melhor para cada local; como afirma Siza Vieira (2009: 30), não se perdem, mas sim ganham-se muitas horas nas obras a alterar pormenores. Isto porque em quase todas as obras acompanhadas é possível encontrar soluções em execução melhores do que as inicialmente projectadas, opções mais oportunas, mais fáceis de executar, mais consentâneas com as circunstâncias específicas do local e do pormenor em causa. Mas isto só é possível mediante um projecto rigoroso, bem pormenorizado, onde as variações são controladas e flutuam dentro de parâmetros globais do projecto, de modo a conseguir critérios transversais sólidos com aplicações adaptativas a cada detalhe, sem cair numa soma de pormenores arbitrária. A ordem deve existir antes de ser quebrada pontualmente como lembra Robert Venturi (1995: 44), exactamente para que qualquer pequeno desvio da regra se sinta como um intencional variante que acentua a regra prevalecente.

A reabilitação funcional é assim um capítulo delicado, que implica opções de projecto que revelam a eleição valorativa dos elementos que jogam um papel mais significativo nos atributos que se pretendem preservar e defender, tal como os de menor valor que se decide sacrificar, substituir ou alterar em caso de necessidade, para acolher as novas exigências regulamentares ou áreas de requisitos específicos. Esta valorização não é estática, mas sim ajustável a cada contexto, tornando-se mais fina e exigente à medida que a pressão do novo é menor sobre o antigo, obrigando a menos sacrifícios. Daqui resulta a importância de procurar a maior afinidade do novo uso com a estrutura do existente, bem como a maleabilidade de gestão do programa em se adaptar à compartimentação existente, exigindo o mínimo justo de alterações, sem perder de vista a relevância do cumprimento das missões essenciais da arquitectura.

Nos nossos dias, a delicadeza da intervenção é cada vez mais dialéctica. A estratégia de projecto é cada vez mais sensível aos valores da construção existente, mais

informada pelos seus dados históricos, simbólicos, físicos e geométricos, e depois cada vez mais desenhada no projecto novo, mais determinada em adicionar novos valores. Vivemos a simultaneidade de ter mais respeito pelo antigo ao mesmo tempo que exigimos mais arquitectura contemporânea. Porque intervir com a linguagem de cada tempo permite ao futuro construir e acompanhar evolução da história do edifício, valorizado pela dialéctica que inevitavelmente se estabelece entre o passado e o presente. O que parece antigo é-o de facto, porque o novo é identificável. E neste diálogo de autenticidade ganha-se maior responsabilidade de desenho, na procura do equilíbrio estético entre as partes que se adiciona às partes que existem, com a obrigação de as valorizar. O cumprimento deste objectivo é em si um acto de reflexão e decisão, na medida em que a revelação e a conservação dos valores expressivos da obra resultam de um acto crítico, que implica depois um acto criativo, na síntese de Renato Bonelli (Rivera Blanco, 2008: 221). Este diálogo de autenticidade emerge não apenas no que se vai fazendo na prática, mas o que se vai pensando ao fazer. E não só o que se vai pensando mas antes o que se vai “sendo” na prática como na teoria, como lembra Agostinho da Silva (1996: 107).

A criatividade, num primeiro momento, trabalha com elementos existentes, com matéria disponível, articulada de uma nova maneira, reutilizada e recomposta numa síntese tentada pela primeira vez. Um projecto que utiliza os materiais da indústria ou artesanato que sempre existiram ou que estão à data disponíveis, numa configuração nova; uma música que compõe notas provenientes de instrumentos sempre existentes ou mesas de mistura electrónicas com novas possibilidades, mas já disponíveis no momento do acto criador. Muitas vezes, pode ser a obra ou a composição que divulga e celebra a novidade técnica que já tinha de existir antes da novidade artística. Depois, num processo de articulação com o conhecimento técnico e histórico do edifício, o autor articula as partes numa assemblagem complexa, num processo de síntese contagiado de valores estéticos intencionais.

Seguindo o raciocínio de Christopher Alexander (in Rodrigues, 2010: 504), ao contrário das culturas não conscientes de si mesmas que reproduzem soluções intemporais sem reflexão teórica, as culturas conscientes de si mesmas procuram novas respostas para novos propósitos ou para problemas antigos colocados de nova maneira. Neste processo mesclado de contaminações filosóficas, estéticas, históricas, de influências e idiossincrasias pessoais, a probabilidade de uma nova solução falhar na resposta a alguns pormenores do problema, ou mesmo não responder quase na totalidade, é sempre possível de acontecer, ainda que se pretenda evitar ou minimizar. Mas a ambição da procura do novo, inata ao ser humano, torna esta procura pela descoberta e pelo conhecimento inevitável.

A vontade de articular de novo ou lidar com a novidade requer o projecto, cujo acto nunca é simplesmente a disposição dos espaços e dos elementos construtivos em resposta a um lugar e uma função esperada. Como esclarece Umberto Eco (2006: 146), depois de respondidos os requisitos técnicos e funcionais, a forma como se responde é sempre uma maneira própria e especial de dar forma e de estabelecer o diálogo com o objecto existente. Conotam uma vontade estética, ética e simbólica, um modo de orientar e reunir o material inerte. Ao fazer e reflectir, o autor é normalmente o juiz do acto de produzir, o mais severo dos juízes para consigo mesmo como diria Benedetto Croce (2008: 76), a quem não escapa os principais erros e falhas da execução ou do projecto, mesmo os que mais ninguém detecta, numa lucidez quase cruel.

Se os condicionantes do edifício existente podem ser inspiradores para o estabelecimento de novos jogos estéticos que explorem eclecticamente a ponte temporal entre o passado o presente, as exigências regulamentares e o seu impacto sobre a liberdade compositiva devem ser vistas não só como exigências mas também como oportunidades de projecto, dificuldades que aguçam o engenho e catalisam a procura de novas soluções não complicadas, mas mais complexas, resultantes de compromissos assumidos, potencialmente novas por se obrigarem a gerir novos condicionalismos com novos confrontos de programa, materiais e linguagens dialogantes com a realidade já presente.

O gosto pela contraposição de arquitecturas contemporâneas sobre edifícios históricos resulta do amadurecimento estético das contaminações. Pode considerar-se como um estágio mais tolerante e pluralista na procura por uma Unidade Formal potencial que sempre existiu e que sempre se procurou. Na verdade, em toda a História da Arquitectura muitos projectistas chamados a actuar sobre edifícios existentes procuraram essa Unidade Formal do seu novo trabalho com a matéria existente, procuraram cerzir para resolver com coerência as novas necessidades do novo programa, os desejos do novo cliente, a estética do novo tempo com a matéria existente. O que foi evoluindo foram os critérios para se encontrar essa Unidade. Nos séculos dos academismos a solução passou por adições nos estilos da época com adições ou “faceamentos” para obter homogeneidade, ou continuidade formal renovada, com ou sem eliminações de impurezas ou desvios de tempos posteriores. A partir de meados do séc. XIX o cansaço dos academismos leva à procura de novas fontes de inspiração. Se na primeira metade de oitocentos as cenografias das óperas e as exposições mundiais ainda definem o imaginário do fantástico, na segunda metade o orgulho no progresso do seu tempo leva o homem romântico à procura de novas influências. Acelera-se o que Jacinto Rodrigues (2006: 169) chama a cosmovisão maquinista do processo civilizacional urbano-industrial. A industrialização multiplicou as

possibilidades e retirou à decoração o seu valor de manualidade, implicando a exploração de outras sensibilidades.

O liberalismo que Napoleão espalhou pela Europa é crítico com os excessos e atende a novas exigências cívicas que considera essenciais. A modernidade da música revela-se com dissonâncias na “*Eróica*” de Beethoven em 1805, com cadências nas sonatas de piano com dinâmicas e acentuações insuspeitadas que já não se dirigem ao entretenimento das classes dominantes. Monet inicia o impressionismo com o quadro que baptiza o movimento em 1872. Degas distorce a realidade para se concentrar na expressão do movimento essencial no ano seguinte. Picasso pinta as “*Demoiselles d’Avignon*” num ano antes do regicídio de D. Carlos I. A pintura inicia a essencialização das formas, o expressar do mundo através da depuração. Coco Chanel abre a sua primeira loja em Paris em 1910, revelando que a elegância pode ser sóbria, recusando a “arlequinada” ridicularizada por Adolf Loos (in Rodrigues, 2010: 89). No início do séc. XX, Adolf Loos e Alöis Riegl são pioneiros nas suas teorizações atentas aos sinais do seu tempo. A vontade de depuração minimalista cresce; a Primeira Guerra Mundial vem acelerar a pesquisa e criar condições objectivas para a tornar inevitável. Materializava-se a era da máquina. O Movimento Moderno promoveu a esquematização e a “diagramatização” de todos os “problemas” relacionados com a arquitectura. Na construção deste processo, não só encontrou soluções para muitas das questões que o momento histórico colocava, como alterou a sensibilidade estética da Arquitectura para a depuração funcionalista que cortou com a sucessão dos “neos” e que estimulou o apreço pelo “simples” e adequado, pelos melhores resultados obtidos com menos, em vez de mais. E quando estas exigências se enraizaram, e em certos casos se excederam, seguiu-se o retorno aos regionalismos e materiais tradicionais sem nunca mais deixar de se ser moderno, permitindo dar continuidade aos edifícios históricos utilizando os mesmos materiais em semânticas contemporâneas, como afinal sempre se fizera. E de novo em busca da Unidade, da coerência do conjunto final, agora mais plural e heterogénea, mais tolerante e inclusiva, como sucedeu com toda a sociedade.

Na verdade, também o regionalismo teve pronúncios muito anteriores à pós-Segunda Guerra Mundial. Nos primeiros anos de 1880 Alfredo d’Andrade, a par com o seu trabalho pioneiro em Itália, reconhece nos seus estudos sobre as “Vilas Velhas” as raízes da sua identidade portuguesa. Na mesma década Rimsky-Korsakov escreve a “*Scheherazade*” que se inspira em músicas tradicionais da Rússia. Em 1891 Gauguin vai para o Taiti em busca das aldeias genuínas; Dvorjak estreia a sua “*sinfonia do Novo Mundo*” durante os 3 anos que vive nos Estados Unidos da América influenciada pela música nativa americana. Em 1918 Raul Lino escreve a “A Minha Casa”, e em 1929 “A

Casa Portuguesa". No auge da ortodoxia Modernista, um ano depois de concluir a Villa Savoye, Le Corbusier inaugura em 1930 no Chile a Casa Errazuris, com telhados de telha tradicional, estrutura de telhado em barrotes de madeira e paredes interiores em pedra aparelhada, totalmente integrada na linguagem vernacular. Giovannoni apela ao respeito pela *arquitectura povera*. A doutrina do Moderno no Brasil é imediatamente "tropicalizada" na década de 30 do séc. XX e quando regressa à Europa, através da exposição "*Brazil builds*" no MoMA de Nova Iorque de 1943, cujo catálogo se difundiu em 126 países, contamina o imaginário da arquitectura. Frank Lloyd Wright, que sendo sempre moderno nunca deixou de ser regionalista, projecta em 1944 a "*solar house*", abrindo o caminho para as preocupações do comportamento solar passivo da construção, tema que as décadas de oitenta e noventa iriam explorar.

Quando o bairro de Pruitt-Igoe em St. Louis, EUA, é implodido em 1972 e Charles Jencks o afirma como dia e hora da morte da "arquitectura moderna", já há muito que estava contaminada, ou fertilizada, por inspirações vernaculares e regionais. Esta aceitação da pedra, da madeira, do tijolo-burro, expandiu-se às estruturas tradicionais, às argamassas, rebocos de cal, aos pigmentos, aos sistemas e comportamentos da construção vernacular. Fundamentalmente, ao seu reconhecimento e respeito, assimilando-se enquanto materiais nobres e permitindo a reconciliação dos cultores da Conservação e Restauro com os defensores da "arquitectura moderna", agora muito mais regional e adaptada.

O conhecimento da evolução da doutrina de intervenção no património, a par com o desenvolvimento das linhas vanguardistas e exploratórias da arquitectura, que afinal sempre retomaram a história da qual sempre fizeram parte, concedem a confiança de reflexões amadurecidas, herdeiras de um acumular de erudição e esclarecimento de critérios que dão ao homem contemporâneo uma sensação de domínio dos problemas. Todavia, a teoria não nos apresenta soluções directas nem nos garante todas as respostas para os novos problemas que emergem permanentemente. Constituem antes uma rede, uma grelha de exemplos que colaboram no entendimento do contexto em que se opera, e permitem uma consciência e fundamento essenciais às decisões dos coordenadores de projecto de restauro e de intervenção em edifícios com valor cultural.

e) Manutenção como estratégia

O sentimento de pertença gera o desejo de protecção de um património que se acredita relevante para o colectivo e oferece um fundamento racional e argumentos de necessidade para a protecção de bens materiais que acreditamos significantes. Esta dedicação é válida para as peças originais, não para as cópias por mais perfeitas

que possam ser. Mesmo que os estímulos sensoriais possam ser exactamente os mesmos perante uma cópia fidedigna, falta a todas as cópias a "aura", o aqui e agora do original como referia Walter Benjamin (1992: 77), e que nos oferece uma experiência de autenticidade, de valor sagrado de singularidade única que nenhuma réplica pode proporcionar.

É por analogia com este sentimento que a preservação da matéria original é tomada como um critério de autenticidade nas culturas Ocidentais. Como lembra Muñoz Viñas (2005: 84), a experiência estética nunca será tão intensa nem completa como perante o objecto original.

Esta consciência e sensibilidade ocidental conduziu os critérios de conservação do património em direcção à autenticidade material, promovendo a escolha da manutenção das partes originais em vez da sua substituição, mesmo quando mais onerosa e imperceptível. A estratégia passa sempre que possível por revelar a verdade dos materiais e do trabalho artístico histórico, trabalho este que tem que verdadeiramente existir para poder ser revelado. E se a conservação "revela" história, igualmente está eticamente obrigada a não mentir nem inventar valores nem materialidades que não existiam, e que mesmo se tente fingir produzindo falsos históricos, continuam a não existir, passando a poluir o objecto real que passa a ser uma mistura de valores autênticos com falsificações.

A missão da conservação dirige-se para a preservação do bem cultural, de onde se retoma cada vez com mais empenho o discurso da manutenção.

Todavia, existe uma ideia incorrecta de que uma obra de restauro ou reabilitação profunda resolve para todo o sempre os problemas de um edifício. O que antigamente se fazia de modo continuado, numa estratégia de corrigir os problemas que iam surgindo, e igualmente renovando as camadas de sacrifício tradicionais (tintas, rebocos), hoje procuram-se soluções que nos evitem a necessidade de manutenção. Pretendem-se, e por vezes acredita-se, em intervenções que resolvem os problemas cabalmente e para sempre, o que não é possível. Acresce que os materiais estão a mudar (as madeiras, o seu corte e secagem, os tipos de vernizes e de produtos para tratamento contra xilófagos) e o conhecimento acumulado pode ser enganado por inesperados comportamentos de envelhecimento ou reacções químicas não esperadas. Também é verdade que o respeito pela peça individual cria um receio de perda, onde a lógica da aprendizagem pelo erro e correcção que caracterizava o trabalho do artífice, não é hoje bem aceite. Assim, a simples tradição da manutenção corrente tende a ser substituída pela especialização em Conservação e Restauro que deve, no entanto, aprender com a tradição para fazer a ponte entre o saber milenar e as novas técnicas e os novos materiais.

Por um lado a conservação é politicamente menos interessante que uma intervenção de restauro porque não oferece uma inauguração. Encerra um paradoxo que a torna desinteressante: nada é menos notório que uma boa manutenção, como esclarece Kirsten Piacenti (in Farina, 2003: 103). Um grande restauro ou reabilitação é sempre mediático, mesmo se desnecessário para o objecto cultural.

Na manutenção o dinheiro desaparece gradualmente, dando a sensação que não se fez nada, sendo tanto melhor o trabalho quanto efectivamente não haja alteração da matéria. E a lógica preventiva implica uma alteração da visão estratégica, porque os custos de manutenção devem ser inscritos em rubricas destinados a edifícios que parecem não precisar de nada por estarem em bom estado de conservação.

Ao contrário dos projectos de reabilitação que podem ser feitos por equipas externas à instituição a cuidar, a conservação tem que ser feita por dentro, tem que ser feita por quem trabalha na instituição, que a conhece por dentro e ali vive todos os dias.

Por outro lado, a intervenção de restauro obriga a intervenção de arquitecto, e de aprovação do projecto junto de entidade competente, assegurando um mínimo de controlo sobre a mudança e a transformação.

A conservação, se incorrecta, pode ir mudando gradualmente a verdade material do objecto conservado, sem que haja disso notícia. O trabalho feito por curiosos, sendo os mais perigosos aqueles que consideram saber do assunto sem nunca ter aprofundado as matérias em causa e serem desconhecedores da evolução da problemática, pode revelar-se da maior nocividade. Sob a capa da manutenção, alteram acabamentos, acrescentam pequenos detalhes por gosto de decoração, para ficar “lindo”, segundo o lema “parece mesmo antigo”, descansados na sua opção pelo facto de “não se notar nada”; neste processo mascaram a realidade estética e o documento histórico, sem qualquer registo da transformação operada, obrigando a um trabalho maior de decodificação da matéria original e do emplastro para as gerações futuras.

É neste contexto que toda a manutenção tem uma fronteira muito ténue para a modificação; os seus limites, apesar de perfeitamente definidos, são próximos e podem facilmente ser iludidos e extravasados. Por isso, deve ser acautelada a competência dos operadores e o consenso e o esclarecimento das opções tomadas para evitar tais desvios. Prática muito difícil, porque como alerta Paolo Farina (2003: 105), a manutenção é algo de que se fala muito e se sabe pouco, praticando sempre menos do que seria necessário.

A atribuição de uma função de Estado a um edifício com valor patrimonial seja intencional ou adquirido é assim um Risco e uma Oportunidade.

Um Risco pela ameaça à integridade material do bem cultural resultante dos requisitos funcionais que um serviço de Estado apresenta, que serão determinantes para o cumprimento competente da sua missão de servir e representar o País, com

necessidades específicas muito relevantes que devem ter resposta culta e esclarecida. Uma Oportunidade porque ganham uma função útil, com valor simbólico para sociedade onde se insere, de onde decorre *A priori* uma disponibilidade orçamental que deveria ser capaz de atender às necessidade de conservação e actualização subjugadas ao primado da Exemplaridade, do dever de correcção e virtude.

O exemplo do Palácio de Belém é um paradigma cimeiro desta problemática, onde a pressão funcional – o Risco, é também a razão da sua importância cultural, que deve ser acolhida e espelhada na actuação conservativa – a Oportunidade. Os vários edifícios do conjunto são máquinas complexas, com muitas valências interligadas, um organismo vivo com vários pulsares. O tecido edificado que o compõe não é simplesmente um arquivo da memória, fonte de identidade, mas é também um motor muito real e concreto, activo e actual. A conservação da matéria é fundamental para a manutenção da fruição histórica, da preservação da memória baseada em suportes originais e autênticos, únicos que podem preservar em si a sua história, ao mesmo tempo que a actualidade da função assegura a sua eficácia e razão de ser.

Por conseguir este equilíbrio dinâmico, o Palácio de Belém mantém-se vivo e operacional, conservando o seu valor patrimonial a par com a adequabilidade funcional, acompanhando a evolução regulamentar como lhe compete por inerência institucional.

f) Novos instrumentos de gestão patrimonial

A história da evolução e das transformações ocorridas no património do Palácio de Belém, da totalidade da antiga quinta régia às actuais tutelas divididas entre a Presidência da República (antigos Prazos de Baixo), Jardim Tropical (antigos Prazos de Cima, actualmente integrado na Universidade de Lisboa), Corpo de Intervenção da PSP (antigas Estábulo e Cocheiras da Rainha) e Museu Nacional dos Coches (antigo Picadeiro Real), corresponde a um número muito impressivo de operações de transformação que se desenvolveram ao longo de séculos. E apesar das diferentes autonomias e os distintos caminhos percorridos, guardam memórias do passado, ou como refere Edgar Morin (1996: 76), transportam em si as heranças e tradições de sobrevivências que encontramos ainda na sua estrutura e no seu edificado. Na verdade, estes diferentes passados contêm a explicação do presente e podem ser a base de emergência de futuros possíveis.

Desta realidade resulta a pertinência da sua integração em objectivos não necessariamente comuns, mas certamente articulados, geridos e bem documentados desejavelmente de acordo com bases e protocolos comuns. Idealmente, vertidos para um sistema de gestão conjunto deste património que possa incluir as previsíveis

alterações e variabilidade no uso, assegurando, também neste contexto, a exemplaridade processual e no registo e documentação (do antes, do durante e do depois). A visão isolada do monumento é hoje preferida por sistemas integrados com as suas envolventes próximas e contextos históricos, duplamente significativa no caso do Palácio de Belém pelo passado comum.

O esboço de um processo de normalização documental já foi iniciado no Palácio de Belém, a par com uma recolha dos seus passados históricos: compilando levantamentos de todos os edifícios existentes em base vectorial, a reunião em bases informáticas das telas finais das intervenções produzidas e conhecidas e mais recentemente, a execução do levantamento 3D (por varrimento de laser) do perímetro exterior. Contudo, a informação existe ainda em bases desiguais (porque produzidas ao longo das múltiplas e distintas intervenções) que é necessário colocar em bases comuns, para que exista um levantamento sistemático e operativo que permita a rápida resolução de necessidades de alteração/adaptação. Como propõe José Aguiar (in Custódio, 2010: 234), aceitar o paradoxo de que a estrita conservação - utopia impossível-, é sempre gerir a mudança, numa base complexa de consenso e conflito, caminhando nas "quatro patas independentes" propostas por Edgar Morin (1996: 105): a racionalidade, o empirismo, a imaginação e a empirização. Neste processo dialéctico, com múltiplas entradas e condicionantes, a partir das quais se abrem inúmeras possibilidades, decididas e executadas por diferentes agentes, é estruturante uma base de dados, de articulação das diferentes operações, que pode coligir e integrar universos distintos: um programa de controlo de intervenções, de caducidade de manutenções e inspecções, de agenda protocolar, de exigências funcionais e regulamentares, de gestão de limpezas, periodicidade, produtos, locais de exigências específicas, acessos de visitantes e/ou funcionários, controlo de temperaturas e humidades. E tudo isto cruzado com uma informação de natureza histórico-artística, que contenha associado a cada espaço os seus valores tangíveis (materialidades, configuração e/ou autores) e intangíveis (factos históricos e tradições), e que permita equacionar em cada momento o valor cultural dessa parte em relação ao conjunto. Que possa incluir registos e informação da Memória Viva de quem vai passando pelos locais e que presencia os acontecimentos.

Tomando de empréstimo o paralelo de Umberto Eco (1962: 167) - depois de Beethoven as exigências face às sinfonias passaram a ser outras - um Plano de Manutenção actual deverá ter uma base informática, digital, desejavelmente em plataforma electrónica sempre actualizável, interactiva, de acesso condicionado (por razões de segurança interna) aos operadores envolvidos nas decisões e execuções. Uma base de operações comum (dentro do universo da Presidência) que a cada local tenha associado um conjunto de recomendações, estruturado como um Manual de

Utilização, e que resulte do conhecimento articulado das bases técnicas e históricas referidas, utilizando uma prosa que possa ser compreensível por todos os eventuais intervenientes, com *links* para textos mais técnico-científicos para especialistas, sempre que o conteúdo assim o justifique.

Uma nova via que agora se abre deriva do estabelecimento de novas normas internacionais de organização da informação para projecto, as quais serão implementadas a relativamente curto prazo, onde se incluem os sistemas de gestão de informação de planeamento e projecto em bases BIM (*Building Information Modeling*) das quais ainda não se discute em Portugal as consequências específicas sobre projectos com o valor cultural. Dando cumprimento ao desiderato da execução do Plano de Manutenção e Inspeções Periódicas, desenha-se a oportunidade de desenvolver um estudo conjunto (incluindo parcerias com a DGPC e Universidades), eventualmente dando origem a uma proposta de investigação enquadrável em programas da Fundação para a Ciência e Tecnologia, que aproveite a complexidade resultante da dualidade entre a perspectiva de conservação dos valores culturais e exigência do organismo vivo pleno de necessidades funcionais e protocolares do Palácio de Belém, para ensaiar e testar a aplicação das novas normas internacionais em bases BIM ao contexto da Conservação e Reabilitação do Património. Uma oportunidade de criação de uma ferramenta versátil e actualizável que permita registar as decisões, tanto quanto fundamentar as opções, tornando-se um instrumento que assegure a utilização da “cabeça antes das mãos”, como sempre defendeu Cesare Brandi (2006: xii), e fomente a prudência, principal virtude do arquitecto na opinião de Françoise Choay (1985: 115), muito relevante em contextos de intervenção sobre património cultural.

A pertinência de unir estratégias práticas com processos de reflexão teórica permite o amadurecimento mútuo: a verificação dos conceitos no terreno, na construção de uma hermenêutica prática, como lhe chama José Aguiar (in Custódio, 2010: 220), ao mesmo tempo que fomenta o enriquecimento conceptual da *praxis*, elevando o desenvolvimento do trabalho a um nível de esclarecimento consciencioso, de exigência organizativa, rigor projectual e meticulosa condução interna, os únicos adequados às operações de conservação e reabilitação de conjuntos patrimoniais com o valor cultural do Palácio de Belém.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem da Capa

Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República

Fig.1. Almeida Garrett.....37

http://pt.wikipedia.org/wiki/Almeida_Garrett

Fig.2. Alexandre Herculano.....37

<https://www.sitiodolivro.pt/pt/autor/alexandre-herculano/134/>

Fig.3. Ramalho Ortigão.....37

http://en.wikipedia.org/wiki/Ramalho_Ortig%C3%A3o

Fig.4. Possidónio da Silva.....37

http://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Possid%C3%B3nio_Narciso_da_Silva

Fig.5. Casarão primitivo no início do séc. XVI. Autor desconhecido.....129

Saraiva, 1991: 36

Fig.6. Vista de Lisboa, autor desconhecido do séc. XVIII.....132

Museu da Cidade, cedida pelo Museu da Presidência da República

Fig.7. Extracto planta anterior a 1772, Carlos Mardel, Laureano Joaquim de Sousa....135

Arquivo Histórico MOP, cedida pelo Museu da Presidência da República

Fig.8. Planta de 1790? (notar que ainda não existe tanque D. Maria I).....140

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República

Fig.9. Interior de Picadeiro, Desenho de Azzolini.....143

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República

Fig.10. Interior do picadeiro, *A Ilustração*, 20 de Janeiro de 1886.....144

A Ilustração, 20 de Janeiro de 1886, in Bessone, 1995: 13

Fig.11. Sala Dourada no final do séc. XIX.....153

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais in Gaspar, 2005: 87

Fig.12. Sala da Princesa no final do séc. XIX.....	153
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais in Gaspar, 2005: 75	
Fig.13. Armas de D. Carlos na Sala da Princesa.....	153
Foto de José Manuel in Gaspar, 2005: 73	
Fig.14. Armas da D. Amélia na Sala da Princesa.....	153
Foto de José Manuel in Gaspar, 2005: 73	
Fig.15. Excerto dos interiores da Arrábida da Planta de 1790.....	153
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.16. Excerto dos interiores da Arrábida da Planta de 1952.....	153
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.17. Palácio no temo do Rei D. Carlos, onde reconhecem andaimes no atelier.....	154
Saraiva, 1991: 75	
Fig.18. Anexo do séc. XIX, acabado de construir em 1903.....	154
Saraiva, 1991: 75	
Fig.19. Planta do Picadeiro em 1904?, piso nobre.....	157
Arquivo Histórico do Ministério Obras Públicas, cedida pelo Museu da Presidência	
Fig.20. Museu dos Coches Reais.....	159
Museu Nacional dos Coches in Bessone, 1995: 29	
Fig.21. Estafermo no Museu.....	159
Foto do autor	
Fig.22. Projecto de ampliação do museu atravessando (túnel) o Pátio das Damas.....	159
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.23. 1º Projecto de ampliação do museu do Coches, Rosendo Carvalheira.....	160
Direcção-Geral Edifícios e Monumentos Nacionais, cedida pelo Museu da Presidência	
Fig.24. Gravura anterior a 1787, sem Anexo séc. XIX nem edifício da loja do museu....	161
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	

Fig.25. Fotomontagem planificada das fachadas como "torreão" da loja.....	161
Fotos e fotomontagem do autor	
Fig.26. Fotografia datada de 1900? Com as casas seiscentistas demolidas.....	161
Arquivo Municipal de Lisboa, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.27. Fotografia datada de 1902 onde se vê o "torreão"	161
Arquivo Municipal de Lisboa, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.28. Bernardino Machado e Manuel de Arriaga.....	172
Guimarães, 2011: 212	
Fig.29. União Sagrada em Belém, 1914.....	172
Guimarães, 2011: 215	
Fig.30. Anúncio do armistício a partir do Jardim dos Buxos com Sidónio Pais.....	172
Arquivo Municipal de Lisboa, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.31. Planta do piso -1, cota do Pátio dos Bichos.....	185
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.32. Planta do piso térreo de serviço.....	185
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.33. Planta do piso da Residência da Arrábida.....	185
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.34. Escada principal de acesso à Residência.....	186
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.35. Sal de Estar na Residência.....	186
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.36. Vestíbulo da entrada com colunas jónicas.....	186
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.37. Desenhos de pormenor da escada principal.....	186
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	

Fig.38. Alçado da parede interior da Sala de Jantar, com lareira.....	186
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.39. Sala de Jantar da Residência.....	187
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.40. Escada de serviço para a Residência.....	187
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.41. Vestíbulo do piso térreo de serviço com monta-pratos.....	187
José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.42. Planta do levantamento existente em 1952.....	188
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.43. Planta do projecto de Luís Benavente.....	188
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.44. Maquete de miniaturas dos coches. Estudo de programa museológico,1963...195	
Museu Nacional dos Coches in Bessone, 1995: 75	
Fig.45. Escavação e parede com a fundação descalça.....	200
Museu Nacional dos Coches, cedido pela Dr.ª Silvana Bessone	
Fig.46. Imagem da derrocada de Maio de 1975.....	200
Museu Nacional dos Coches, cedido pela Dr.ª Silvana Bessone	
Fig.47. Imagem da derrocada de Maio de 1975.....	200
Museu Nacional dos Coches, cedido pela Dr.ª Silvana Bessone	
Fig.48. Fotografia do Jardim interior da Arrábida com o lago ao centro.....	206
Fotografia pessoal Dr.ª Manuela Eanes	
Fig.49. Fotografia do Jardim interior da Arrábida com o lago ao centro.....	206
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais in Gaspar, 2005: 121	
Fig.50. Imagem da Obra com um grupo de 3 pessoas.....	206
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais in Gaspar, 2005: 133	

Fig.51. Planta do projecto do Jardim de Luís Benavente.....	207
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.52. Planta do projecto do Jardim de Quirino da Fonseca.....	207
Colecção particular Manuel Sousa da Câmara, in Gaspar, 2005: 187	
Fig.53. O Jardim interior da Arrábida em 1980.....	207
Fotografia pessoal Dr.ª Manuela Eanes	
Fig.54. O Jardim interior da Arrábida em 1980.....	207
Fotografia pessoal Dr. Manuela Eanes	
Fig.55. Gabinete do Presidente (actual Gabinete de Audiências).....	209
Revista Casa & Jardim, Separata n.º 33, Dezembro de 1980, p. 43	
Fig.56. Gabinete da Primeira-dama na Residência.....	209
Revista Casa & Jardim, Separata n.º 33, Dezembro de 1980, p. 50	
Fig.57. O primeiro espaço do Museu.....	214
Revista Casa & Jardim, Separata n.º 33, Dezembro de 1980, p. 41	
Fig.58. Fichas Individuais de Inventário.....	214
Foto do autor	
Fig.59. Fichas Individuais de Inventário (foto das pistolas).....	214
Foto do autor	
Fig.60. Sala Império com os retratos.....	215
Revista Casa & Jardim, Separata n.º 33, Dezembro de 1980, p. 40	
Fig.61. Galeria dos retratos inicial.....	215
DGEMN, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.62. Inauguração do novo espaço do Museu em Janeiro de 1986.....	216
Fotografia pessoal Dr.ª Manuela Eanes	
Fig.63. Placa alusiva à inauguração do espaço do museu em 1986.....	216
Foto do autor	

Fig.64. Galeria dos retratos em 1996.....	216
DGEMN, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.65. Escada de pedra junto aos Viveiros, com portão de ferro.....	218
Fotografia pessoal do Sr. João Casteleiro	
Fig.66. Gabinete da Primeira-dama Maria Barroso.....	226
Revista Casa & Jardim, 1994	
Fig.67. <i>Atelier</i> do Rei D. Carlos remodelado.....	226
Revista Casa & Jardim, 1994	
Fig.68. Modelação 3D do projecto de remodelação do Museu.....	231
Imagens de Rui Barreiros Duarte e Ana Paula Pinheiro, cedidas pelos próprios	
Fig.69. Esquisso do projecto de remodelação do Museu apresentado ao concurso....	231
Imagens de Rui Barreiros Duarte e Ana Paula Pinheiro, cedidas pelos próprios	
Fig.70. Esquisso do projecto de remodelação do Museu apresentado ao concurso....	231
Imagens de Rui Barreiros Duarte e Ana Paula Pinheiro, cedidas pelos próprios	
Fig.71. Museu da Presidência da República em 2000 antes da Museografia.....	236
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.71. CDI, Centro de Documentação e Informação.....	236
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.72. Fachada anterior da GNR.....	240
Foto do autor	
Fig.73. Obra de alargamento do passeio.....	240
Foto do autor	
Fig.74. Frente Urbana actual.....	240
Plano Focal, Joaquim Justo (Siemens)	
Fig.75. Estruturas de madeiras lameladas coladas com asnas assimétricas.....	243
Foto do autor	

Fig.76. Estruturas de madeiras lameladas coladas com asnas assimétricas.....	243
Foto do autor	
Fig.77. Asna assimétrica para criação de corredor	243
Foto do autor	
Fig.78. Criação de corredor e janelas na PSPapós a subida da perna da asna.....	243
Foto do autor	
Fig.79. Pátio dos Bichos com tapete de calçada.....	248
Foto de Luís Catarino	
Fig.80. Ligação dos degraus à moldura de pedra.....	248
Foto de Luís Catarino	
Fig.81. Rampa de Honra com os passeios e os novos degraus.....	248
Foto de Luís Catarino	
Fig.82. Instalação de 126 painéis solar fotovoltaicos na cobertura da garagem.....	250
Foto de Luís Catarino	
Fig.83. Dez painéis solar térmicos na cobertura do CDI.....	250
Foto do autor	
Fig.84. Dez painéis solar térmico na cobertura do CDI.....	250
Foto do autor	
Fig.85. Viveiros de pássaros, alçado Sul com escorrências e fungos.....	252
Foto do autor	
Fig.86. Viveiros de pássaros, alçado Norte com escorrências e fungos.....	252
Foto do autor	
87. Cobertura com abatimentos e telha desarticulada.....	252
Foto do autor	
88. Viveiros da Cascata restaurados.....	253
Foto de Luís Catarino	

89. Viveiros da Cascata restaurados, com rebocos de cal em branco.....	253
Foto de Luís Catarino	
90. Nihos com os embrechados recompostos.....	253
Foto de Luís Catarino	
Fig.91. Telhado antes da intervenção.....	256
Foto do autor	
Fig.92. Isolamento térmico e subtelha	256
Foto do autor	
Fig.93. Isolamento térmico e subtelha, linha de vida.....	256
Foto do autor	
Fig.94. Telhado e mansarda acabados.....	256
Foto do autor	
Fig.95. Pormenor do peitoril existente e proposto.....	257
Desenho do autor	
Fig.96. Balão de hélio para a execução das fotos das coberturas.....	257
Foto do autor	
Fig.97. Balão de hélio para a execução das fotos das coberturas.....	257
Foto do autor	
Fig.98. Resultado final de todos os pontos desejados.....	257
Levantamento por “varrimento Laser 3D”, “ArcHC_3D Research Group”, FA UTL.	
Fig.99. Implantação da porta do Jardim das Tileiras.....	259
Foto do autor	
Fig.100. Implantação da porta do Jardim das Tileiras.....	259
Foto do autor	
Fig.101. Implantação da porta do Jardim das Tileiras.....	259
Foto do autor	

Fig.102. Comemorações do 10º aniversário do Museu.....	260
Foto de Luís Catarino	
Fig.103. Sessão comemorativa do 10º aniversário do Museu.....	260
Foto de Luís Catarino	
Fig.104. Pala e soleira no CDI, Alçado Nascente.....	260
Foto do autor	
Fig.105. Jardim da Arrábida onde emerge o “cubo” verde, antes da intervenção.....	261
Foto do autor	
Fig.106. Jardim da Arrábida onde emerge o “cubo” verde, depois da intervenção.....	261
Foto do autor	
Fig.107. Porta do vestíbulo existente, projecto de Luís Benavente.....	262
Foto do autor	
Fig.108. Acesso ao elevador e sanitários.....	262
Foto do autor	
Fig.109. Sanitários masculinos do piso inferior.....	262
Foto do autor	
Fig.110. Sanitários femininos do piso inferior.....	262
Foto do autor	
Fig.111. Passadeiras entre edifícios, respeitando a coloração e material existente.....	263
Foto do autor	
Fig.112. Passadeiras entre edifícios, respeitando a coloração e material existente.....	263
Foto do autor	
Fig.113. Corrimão em latão na Sala das Bicas.....	263
Foto do autor	
Fig.114. Eléctrico em Belém em 1901.....	266
<i>A Ilustração Portuguesa</i> in Saraiva, 1991: 79	

Fig.115. Teófilo Braga Eléctrico para Belém durante o Governo Provisório.....	266
<i>A Ilustração Portuguesa</i> in Saraiva, 1991: 87	
Fig.116. Manuel de Arriaga com o Vice-presidente da Câmara de Lisboa.....	269
<i>A Ilustração Portuguesa</i> in Saraiva, 1991: 89	
Fig.117. Teixeira Gomes com António José de Almeida.....	269
Saraiva, 1991: 106	
Fig.118. António José de Almeida celebrando a 1ª Travessia do Atlântico.....	269
Saraiva, 1991: 102	
Fig.119. Os quatro Presidentes da Democracia. 25 de Abril de 2010.....	269
Foto de Luís Catarino	
Fig.120. António José de Almeida assistindo a parada militar.....	270
Saraiva, 1991: 106	
Fig.121. Sidónio Pais anunciando o armistício de Rethondes, em 1918.....	270
Saraiva, 1991: 97	
Fig.122. Salazar e Craveiro Lopes na varanda do Jardim do Buxo	270
Saraiva, 1991: 120	
Fig.123. Salazar e Craveiro Lopes na varanda do Jardim do Buxo	270
Saraiva, 1991: 120	
Fig.124. Planta do Palácio de Belém	276
Imagem guardada do GoogleEarth em Julho de 2015	
Fig.125. Perspectiva do conjunto, demarcando a altimetria da Casa da Arrábida.....	276
Imagem do Levantamento Laser 3D, "ArcHC_3D Research Group", da FA/UL.	
Fig.126. Entrada na Rampa de Honra (1).....	278
Foto de Luís Catarino	

Fig.127. Subida pela Rampa de Honra (2)	278
Foto de Luís Catarino	
Fig.128. Pátio dos Bichos, entrada no Palácio (3)	278
Foto de Luís Catarino	
Fig.129. Sala das Bicas, local de comunicados à Imprensa à saída (4)	278
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.130. Sala Dourada (5)	279
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.131. Sala do Império (6)	279
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.132. Sala dos Embaixadores (7)	279
Foto de José Manuel, cedida pelo Museu da Presidência da República	
Fig.133. Gabinete de Audiências (8)	279
Foto de Luís Catarino	
Fig.134. Palácio de Hofburg, assinalando a Ala Presidencial	296
Imagem guardada do GoogleEarth em Julho de 2015	
Fig.135. A Ala Presidencial vista do pátio.....	296
Foto de autor	
Fig.136. Castelo de Praga, assinalando a Ala Presidencial	297
Imagem guardada do GoogleEarth em Julho de 2015.	
Fig.137. Pátio com as alas protocolares	297
Foto de autor	
Fig.138. Palácio do Quirinal, assinalando a área do gabinete presidencial.....	298
Imagem guardada do GoogleEarth em Julho de 2015.	
Fig.139. A entrada no palácio.....	298
Foto de autor	

Fig.140. Palácio do Kremlin, assinalando a Ala Presidencial.....	299
Imagem guardada do GoogleEarth em Julho de 2015.	
Fig.141. Palácio presidencial visto da rua interior.....	299
Foto de autor	
Fig.142. <i>Schloss Bellevue</i> , assinalando a área protocolar.....	300
Imagem guardada do GoogleEarth em Julho de 2015.	
Fig.143. Palácio presidencial visto da via pública.....	300
Foto de autor	
Fig.144. <i>Palais d'Élysée</i> , assinalando a área protocolar.....	301
Imagem guardada do GoogleEarth em Julho de 2015.	
Fig.145. O Pátio de Honra e protocolar.....	301
Foto de autor	
Fig.146. Entrada na Presidência.....	304
Foto de autor	
Fig.147. Sucessão de salas.....	304
Foto de autor	
Fig.148. Salas protocolares.....	304
Foto de autor	
Fig.149. Salão de Baile.....	304
Foto de autor	
Fig.150. Sala Espanhola.....	305
Foto de autor	
Fig.151. Salão Rodolfo.....	305
Foto de autor	
Fig.152. Largada de Altos funcionários e saída das viaturas.....	305
Foto de autor	

Fig.153. <i>Salone dei Corazzieri</i>	305
Foto de autor	
Fig.154. <i>Salone delle Feste</i>	305
Foto de autor	
Fig.155. Galeria de serviço confinante ao <i>Salone delle Feste</i>	305
Foto de autor	
Fig.156. Condicionamento do Público.....	306
Foto de autor	
Fig.157. Visitantes aos Museus do Kremlin.....	306
Foto de autor	
Fig.158. Honras equestres no Kremlin.....	306
Foto de autor	
Fig.159. <i>Langhanssaal</i> , ou Sala Oval.....	307
Foto de autor	
Fig.160. <i>Großer Saal</i> , o Grande Salão.....	307
Foto de autor	
Fig.161. Recepção oficial tipo (chegada de viaturas oficiais).....	307
Foto cedida pelo arquitecto Helge Pitz	
Fig.162. <i>Salon Napoléon III</i>	308
Foto de autor	
Fig.163. <i>Salon des Fêtes</i>	308
Foto de autor	
Fig.164. Continuidade de salões confinantes com o jardim sul.....	308
Foto de autor	
Fig.165. Uma das Sala de Congressos no Palácio de Hofburg.....	311
Foto de autor	

Fig.166. Salas vestibulares onde decorrem os <i>coffee breaks</i>	311
Foto de autor	
Fig.167. Salão recuperado recentemente de um incêndio, para aluguer.....	311
Foto de autor	
Fig.168. Salão recuperado recentemente de um incêndio, para aluguer.....	311
Foto de autor	
Fig.169. Gabinete de Audiências do Presidente da Áustria.....	312
Foto de autor	
Fig.170. Oficina de restauro de mobiliário no <i>HofMobilienDepot</i>	312
Foto de autor	
Fig.171. Oficina de restauro de talha e douramento no <i>HofMobilienDepot</i>	312
Foto de autor	
Fig.172. Gabinete da Directora de Departamento do Património.....	313
Foto de autor	
Fig.173. Torniquetes para controle de acessos no interior da Catedral.....	313
Foto de autor	
Fig.174. <i>Golden Lane</i> no interior do Castelo, depois de passar outros torniquete.....	313
Foto de autor	
Fig.175. Reuniões com Conservadores-restauradores privados.....	314
Foto de autor	
Fig.176. Estaleiro no circuito de visitas protegido por telas.....	314
Foto de autor	
Fig.177. Trabalhos de restauro em tecto do corredor.....	314
Foto de autor	
Fig.178. Sala de reuniões dos “Museus do Kremlin” com vista para o Kremlin.....	315
Foto de autor	

Fig.179. Estaleiro da obra na <i>Annunciation Cathedral</i> dentro do Kremlin.....	315
Foto de autor	
Fig.180. Estaleiro da obra na <i>Annunciation Cathedral</i> dentro do Kremlin.....	315
Foto de autor	
Fig.181. Sala Oval em 1935, antes da destruição da Segunda Guerra Mundial.....	316
Foto de autor	
Fig.182. Sala Oval reprimada, imagem actual.....	316
Foto de autor	
Fig.183. Exemplo de sala no piso térreo mantida com a intervenção de 1950.....	316
Foto de autor	
Fig.184. Michel Goutal em obra no restauro das fachadas e pátio de honra.....	318
Foto cedida pelo <i>Architecte en Chef</i> Michel Goutal	
Fig.185. Sala dos Embaixadores, substituindo o pavimento.....	318
Foto cedida pelo <i>Architecte en Chef</i> Michel Goutal	
Fig.186. Vistoria à cobertura do Eliseu com o <i>Architecte en Chef</i>	318
Foto de autor	
Fig.187. <i>Mobilier National</i> , fachada principal projectada por Auguste Perret.....	319
Foto de autor	
Fig.188. Oficina de restauro de têxteis (neste caso tapeçarias).....	319
Foto de autor	
Fig.189. Oficina de restauro de mobiliário (nesta caso cadeiras).....	319
Foto de autor	
Fig.190. Rainha Isabel II de Espanha.....	322
https://www.google.pt/search?q=rainha+isabel+ii+de+espanha&newwindow=1&fbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CDkQsARqFQoTCJPh6ln8mccCFQG7FAodYhgAqQ&biw=1393&bih=936&dpr=0.9#imgsrc=5JEH1Jgqxa69SM%3A	

Fig.191. Alçado principal do Palácio de El Pardo.....	322
Foto de autor	
Fig.192. Pátio de Honra do Palácio de Aranjuez.....	322
Foto de autor	
Fig.193. Sala dos Passos Perdidos, antecâmara do Hemiciclo.....	324
Foto de autor	
Fig.194. Sala do Hemiciclo.....	324
Foto de autor	
Fig.195. Uma das salas das comissões parlamentares.....	324
Foto de autor	
Fig.196. Áreas técnicas da TV Parlamento.....	324
Foto de autor	
Fig.197. Áreas musealizadas do Palácio Nacional da Ajuda na Ala Sul.....	324
Foto de autor	
Fig.198. Sala Oval onde se processam as tomasdas de posse do Governo.....	324
Foto de autor	
Fig.199. Sala da Ceia, a sala dos Banquetes de Estado.....	324
Foto de autor	

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: “Caracterização da Construção” (formato A3)

Tabela 2: “Caracterização Funcional” (formato A3)

Tabela 3: “Dimensões, Origens, Usos comparativos dos palácios”

Tabela 4: “Meios e modelos de gestão comparativos dos palácios”

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AGEMN - Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
ARCL – Academia Real de Ciências de Lisboa
BDA – Bundesdenkmalamt (Instituto do Património da Áustria)
BHO – Burghauptmannschaft (Responsáveis por palácios em Viena, Áustria)
DGEMN- Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DSDA – Direcção de Serviços de Documentação e Arquivo
EUA – Estados Unidos da América
GNR – Guarda Nacional Republicana
ICCROM – Conselho Internacional para Preservação e Restauro da Propriedade Cultural
ICOM – Conselho Internacional de Museus
ICOM CC– Conselho Internacional de Museus, Comité da Conservação
ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
Igespar – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IPA – Inventário do Património Arquitectónico
IPHAN – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional
LC – Le Corbusier
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MOP – Ministério das Obras Públicas
PDM - Plano Director Municipal
PSML – Parques de Sintra – Monte da Lua
PSP – Polícia de Segurança Pública
RAACAP – Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses
RBDAPP – Rui Barreiros Duarte, Ana Paula Pinheiro
SFHM – Serviço Francês dos Monumentos Históricos
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
SPAB – Society for the Protection of Ancient Buildings
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

BIBLIOGRAFIA

ABEL, Chris. *Architecture & Identity, Responses to Cultural and Technological Change*, Architectural Press, London, 2003.

AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. FAUP Publicações, Porto 2005 (edição original de 2002)

. *A Green Vitruvius, Princípios e Práticas de Projecto para uma Arquitectura Sustentável*, Comissão das Comunidades Europeias, publicação Ordem dos Arquitectos, 2001.

. *A Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação*, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Porto, 2002.

ALEXANDER, Christopher. *The Timeless Way of Building*, Center for Environmental Structure Series, Oxford, 1979.

AL GORE, *A Terra à procura de Equilíbrio, Um Manifesto Ecologista*, Editorial Presença, Lisboa, 1993.

ALLÈGRE, Claude. *Ecologia das Cidades Ecologia dos Campos*.
col. «Perspectivas Ecológicas», Edições Instituto Piaget, 1996.
(edição original 1993)

ALMEIDA, Pedro Vieira de. *A Arquitectura no Estado Novo, uma leitura Crítica*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

ALVES, Alice Nogueira, *Ramalho Ortigão e o Culto Dos Monumentos Nacionais no Século XIX*, Doutoramento em História na Especialidade de Arte, Património e Restauro, (orientada pela Professora Doutora Maria João Baptista Neto), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Instituto de História da Arte, 2009.

AMSONEIT, Wolfgang. *Contemporary European Architects*, Benedikt Taschen, Köln, Alemanha, 1991.

ANDO, Tadao. *Conversas com Micheal Auping*, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2003.

ANDRADE, Manoel Carlos de, *Picador da Picaria Real de Sua Magestade Fidelissima, Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria, Oferecida ao Senhor D. João Príncipe do Brazil*, Lisboa, Por Ordem de Sua Magestade na Regia Officina Typografica, anno MDCCXCANDREOLI, Elisabetta e Adrian Forty. *Brazil's Modern Architecture*, Edições Phaidon, UK 1995.

ANDREOTTI, Dr. Giulia. *Past and Future of Double-Skin Façades*, in *Glass Processing Days*, 2005.

ANDREOTTI, Dr. Giulia. *The Development of Double-Skin Façade Systems*, in *Glass Processing Days*, 2003.

. *Ambiente Construído, Clima Urbano, Utilização Racional de energia nos edifícios da cidade de Lisboa*, ed. Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, Departamento de Energias Renováveis, 2004.

. *Arquitectura Ecológica, 29 ejemplos europeos*, Editorial Gustavo Gili, S.A., textos de Dominique Gauzin-Muller, 2002.

. *Arquitectura high-tech y sostenibilidad, Eco-Tech*, Editorial Gustavo Gili, S.A., textos de Catherine Slessor, 1997.

. *Arquitectura Popular em Portugal*, ed. Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. (edição original 1961).

. *Arquitetura Sustentável, Hightech housing*, Instituto Monsa de Ediciones, S.A., 2003

ASENSIO, Paco. *Eco~ecture, Tendências bioclimáticas y arquitectura del paisaje en el año 2.000*, LOFT publications, Barcelona, 1999.

ASCHER, François. *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*, col. «Geografias», Celta Editora, Oeiras, 1998.

ATHENITIS, A. K. e M. Santamouris. *Thermal Analysis and Design of Passive Solar Buildings*, James & James (Science Publishers) Ltd, London, 2002.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. col. «Últimas Letras», Bertrand Editora, Venda Nova, 1998.

. *Avaliação ambiental dos edifícios. Workshop*. Comissão das comunidades europeias, Direcção-Geral de Energia, 1993.

AZEVEDO, A. *Factores climáticos: a sua influência na saúde*. In ARAÚJO, T. (ed.) *Ambiente Urbano e Saúde, Vol. II*. Sociedade Portuguesa de Pneumologia, Lisboa, 1988.

BABELON, J.-P. e André Chastel, *La notion de Patrimoine*, Éditions Liana Levi, 1994.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*, edições Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1989. (edição original 1957).

BAEZA, Alberto Campo. *A ideia construída*, col. «Pensar Arquitectura», Editorial Caleidoscópio, Lisboa, 2004.

BAKER, Nick e Koen Steemers, *Daylight Design of Buildings*, James & James (Science Publishers) Ltd, London, 2002.

BARAQUIN, Noëlla / Jacqueline Laffitte. *Dicionário de Filósofos*, col. «LEXIS», Edições 70, Lda, Lisboa, 2007.

BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal*, edições Instituto de Ciências Sociais, 1997.

BATTLE, G e C. McCarthy. *Sustainable ecosystems and the built environment*. Wiley-Academy, John Wiley & Sons, West Sussex, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. *As estratégias fatais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

BECKER, Annette, Ana Tostões e Wilfried Wang (organização), *Arquitectura do Século XX, Portugal*, Deutsches Architektur – Museum Prestel, Centro Cultral de Belém, Portugal – Frankfurt, 1997.

BEHLING, Sophia and Stefan. *Sol Power, The evolution of solar Architecture*, READ GROUP (Renewable Energies in Architecture and Design) Prestel, Munich-New York, 1996.

- BEYTON, John. *Fontes. Espaços para Aprender*, ed. Unesco, 1992.
- BENEVOLO, Leonardo. *As Origens da Urbanística Moderna*. «Colecção Dimensões», Editorial Presença, Lisboa, 1987.
- BENEVOLO, Leonardo. *História de la Arquitectura Moderna*. 8ª edición revisada y ampliada, Editorial Gustavo Gili, SA.
- BENEVOLO, Leonardo. *Projectar a Cidade Moderna*. «Colecção Dimensões», Editorial Presença, Lisboa, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Relógio D'Água Editores, Antropos, Lisboa, 1992.
- BESSONE, Silvana - *De Picadeiro a Museu, de Museu a Picadeiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1995.
- BETTINI, V. *Elementos de ecologia urbana*. col.«série médio ambiente», Edición de LORCA, M.P., Editorial Trotta, Madrid, 1998.
- BELLET C. e J.M. Llop (eds), *Ciudades Intermedias. Urbanización y sostenibilidad*. Editorial Milenio, Lleida, 2001.
- BERCÉ. Françoise, *Viollet-le-Duc*. Editions du Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, Paris, 2013.
- BLOT, Bernard, Pierre Ferant e Louis Porcher, *Pedagogia do meio ambiente*, col.«Biblioteca de Pedagogia», ed. Socicultur, 1975.
- BOTTA, Mario. *Ética do Construir*. col. «Arte & Comunicação», Edições 70, Lisboa, 1996.
- BOESIGER, Willy. *Le Corbusier*. Martins Fontes, São Paulo, 1994.
- BRAAT, L. *The predictive meaning of sustainability indicators*. In Verbruggen & Kuik (ed.s), *Search of indicators of sustainable development*. Kluwer Academic Publication, Dordrecht, 1991.

BRANDI, Cesare. *Teoria do Restauro*, col. «Arquitectura/Perspectivas», Edições Orion, Amadora, 2006. (edição original 1977)

BRAGANÇA, Luis e outros. *Sustainability of Construction. Integrated Approach to life-term Structural Engineering*, European Cooperation in the field of Scientific and Technical Research (COST) Action 25, Portugal, 2007.

BROADBENT, Geoffrey. *Diseño arquitectónico, Arquitectura y Ciencias Humanas*, col. «Arquitectura/Perspectivas», Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982. (edição original 1974)

CABRAL, J. e Marques. *Do planeamento estratégico ao desenvolvimento sustentável. Experiência em Portugal*. Inforgeo, n.º 11, 1996.

CABRITA, António Reis. *O Homem e casa*, col. «Edifícios», ed. LNEC, 1995.

CABRITA, António Reis, José Aguiar, João Appleton. *Manual de Apoio à reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, Câmara Municipal de Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1993.

CALDAS, João Vieira (comissário). *Caminhos do Património*, Edições da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

. *Caminhos do Património*, Catálogo da Exposição, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Livros Horizonte, 1999.

CANIATO, Rodolpho. *Com ciência na Educação*. Pápius Editora, 1989.

CANS, Roger. “Verdes” *A encenação ecológica*. Bertrand Editora, 1993.

CARNEIRO, Alberto, Elvira Leite e Manuela Malpique. *O Espaço Pedagógico 1. A casa /o caminho casa-escola/ A escola.*, col. «Ser Professor», edições Afrontamento, Porto, 1983.

CARNEIRO, Alberto, Elvira Leite e Manuela Malpique. *O Espaço Pedagógico 2. Corpo/espço/comunicação*, col.«Ser Professor», edições Afrontamento, Porto, 1983.

CARDIM, Rui, *Ambiente da Arquitectura*, Serviços Gráficos da Aliança, Lisboa 1980.

CARDOSO, Isabel Lopes (coord.), *Paisagem Património*, «Equações de Arquitectura» DAFNE Editora e CHAIA Universidade de Évora, Porto, 2013.

CARVALHO, Benjamin. *Ecologia e arquitectura: onde vive o homem*, ed. Globo, Rio de Janeiro, s.d..

CARVALHO, Licínio Cantarino de, *Iluminação Natural e Radiação Solar no Projecto da Fenestração*, Teses e Programas de Investigação do LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2000.

CARVALHO, José Maria Lobo de, *Conservação do Património. Políticas de Sustentabilidade económica*.

“Doutoramento em Arquitectura. Conservação do Património, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2007.

CARVALHO, José Lobo de. *The Castle Hill in Lisbon*,

“M. A. in Conservation Studies”, York, 1983.

CASTRO, Armando. *Teoria do Conhecimento Científico*.

col. «Epistemologia e Sociedade», Edições Instituto Piaget, 2001.

CAUTELA, Afonso, Costeau, Nigel Hawkes, Michel Bousquet, Pierre Clermont, Charles Noel Martin. *O suicídio nuclear português*, «Ágora», Socicultur, Lisboa, 1977.

CAVALCANTI, Lauro. *Quando o Brasil era Moderno*.

Guia de Arquitectura 1928-1960. Paço Imperial/ MinC IPHAN património contemporâneo, Aeroplano editora, 2001.

CEIA, Carlos. *Normas para apresentação de trabalhos científicos*,

col. «ensinar e aprender», Editorial Presença, 1995.

CHASTEL, André , *Architecture & Patrimoine*, Éditions du Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, Paris, 2012.

CHING, Francis, D. K. , *Arquitectura, Forma, Espacio y Orden*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2000. (edição original de 1982)

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Património*, col. «Arte & Comunicação», Edições 70 Lda., Lisboa, 1999. (edição original de 1982)

CHOAY, Françoise. *As questões do Património, Antologia para um combate*, col. «Arte & Comunicação», Edições 70 Lda., Lisboa, 2011. (edição original de 2009)

CHOAY, Françoise. *A Regra e o Modelo*, col. «estudos», Editora Perspectiva, S. A. , São Paulo, 1985.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e realidades, Uma antologia* «estudos», Editora Perspectiva, São Paulo 2000. (edição original 1965)

. *Cidades europeias sustentáveis, Relatório*. Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, Comissão europeia, Direcção-Geral Ambiente, Segurança Nuclear e Protecção Civil, Bruxelas, 1998.

COFAIGH, Eoin O., John A. Olley, Owen Lewis, *The Climatic Dwelling, An introduction to climate-responsive residential architecture*, James & James (Science Publishers)Ltd, London, 1996.

COLLARES-PEREIRA, Manuel. *Energias Renováveis, A opção inadiável*. Edição SPES, Sociedade Portuguesa de energia Solar, 2000.

COLQUHOUN, Alan. *La arquitectura moderna, una historia desapasionada*, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2005.

COLTON, Norman. *Solar Heated Houses*, Tutor Press, Toronto-Canada, 1978.

. *Conhecer, Inovar, Conservar, Informar*, Catálogo da Exposição dos 75 anos, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Secretaria de Estado da Habitação, 1997.

CONSIGLIERI, Victor, Ribeiro Viana e Chotalal Babulai. *O uso dos espaços em equipamentos para a infância*, ed. DGATG, 1991.

CONSIGLIERI, Victor. *As Metáforas da Arquitectura Contemporânea*, Editorial Estampa, Lisboa, 2007.

CONSIGLIERI, Victor. *A Morfologia da Arquitectura*, Dissertação para Doutoramento, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 1992.

CONSIGLIERI, Victor. *A Morfologia da Arquitectura 1920-1970, Volume I*, Referência, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

CONSIGLIERI, Victor. *A Morfologia da Arquitectura 1920-1970, Volume II*, Referência, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

CONSIGLIERI, Victor. *As significações da Arquitectura 1920-1990*, Editorial Estampa, Lisboa, 2000.

CONTI, Flavio. *Como reconhecer a Arte Barroca*, col. «Como Reconhecer a Arte», Edições 70, Lisboa, 1991.

CONSIGLIERI, Victor. *A Morfologia da Arquitectura 1920-1970, Volume I*, Referência, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

CONSIGLIERI, Victor. *A Morfologia da Arquitectura 1920-1970, Volume II*, Referência, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

CONSIGLIERI, Victor. *As significações da Arquitectura 1920-1990*, Editorial Estampa, Lisboa, 2000.

CONTI, Flavio. *Como reconhecer a Arte Barroca*, col. «Como Reconhecer a Arte», Edições 70, Lisboa, 1991.

CONTI, Flavio. *Como reconhecer a Arte Grega*, col. «Como Reconhecer a Arte», Edições 70, Lisboa, 1991.

CORBUSIER, Le. *Conversa com os estudantes das escolas de arquitectura*, col. «Arte », Edições Cotovia, Lisboa, Fevereiro 2003.

CORBUSIER, Le & P. Jeanneret, *Œuvre complète 1934-1938*, Les Editions d'Architecture, (Artemis), Zurich , 1964.

CORBUSIER, Le & P. Jeanneret, *Œuvre complète 1946-1952*, Les Editions d'Architecture, (Artemis), Zurich , 1953.

CORBUSIER, Le & P. Jeanneret, *Œuvre complète 1965-1969*, Les Editions d'Architecture, (Artemis), Zurich , 1964.

CORBUSIER, Le, *O Urbanismo*, ed. Livraria Martins Fontes, São Paulo, 2000.
(edição original 1965)

CORREA, Charles. *Housing and urbanisation*, Thames & Hudson, Londres, 2000.

CORREIA, José Eduardo Horta. *Arquitectura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Editorial Presença, Barcarena, 2002.

CROCE, Benedetto, *Breviário de Estética*. «Arte & Comunicação», Edições 70, Lda, Lisboa, 2008.

CUSTÓDIO, Jorge (coord). *100 anos de património*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., 2010

CUSTÓDIO, Jorge. "Renascença" artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República. *Fundamentos e antecedentes*, «Tese e Dissertações», Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da república, Caleidoscópio- Edições e Artes Gráficas, S.A., Lisboa, 2011.

DANA, Jacqueline e Anne Denner. *A Criança e o meio ambiente*, Publicações Europa-América, 1975.

DAUBOIS, Jeanne. *A Ecologia na escola*, col. «Técnicas de Educação», Editorial Estampa, 1974. (edição original 1973)

DAVDSON, Françoise e Paulette Maguin. *As creches. Abordagem ao processo de produção de habitação*, col.«Ciências da Educação», Publicações Europa América, 1983.

DEMO, Pedro. *Educação e Qualidade*. Papyrus Editora, 1994.

DÉOUX, Pierre e Suzanne. *Ecologia e a Saúde. O impacte da deterioração do ambiente na saúde*, col.«Medicina e Saúde», Edições Instituto Piaget, 1996.

. *Double-Skin Facades, Integrated Planning, Building Physics, Construction, Aerophysies, Air-Conditioning, Economic Viability*, Editora Prestel, Munich, London, New York, 2003.

DOXIADIS, A. Constantinos. *Arquitectura em Transição*, Editor Arménio Amado, 1963, Ceira – Coimbra.

DUBY, Georges. *Para uma História das Mentalidades*. col. «Ideais & Factos», Edições Terramar, 1999. (edição original 1971)

DUVIGNEAUD, Paul. *A Síntese Ecológica*. col. «Perspectivas Ecológicas», Edições Instituto Piaget, 1996. (edição original 1980)

DUARTE, Carlos (comissário geral). *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Catálogo de exposição itinerante, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, Julho de 1986.

DUARTE, Rui Barreiros, Ana Paula Pinheiro. *O Poder da Ideia*. Insidecity, Lisboa, 2009.

DUARTE, Rui Barreiros. *O Voo da Fénix*. Papiro Editora, Porto 2008.

ECO, Umberto. *A definição da Arte*, col. «Arte&Comunicação», edições 70, Lisboa, Fevereiro 2006.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*, col. «debates, debates, debates», editora Perspectiva, São Paulo, 1970.

ECO, Umberto. *Obra aberta*, Difel, Difusão Editorial, Lisboa, 1989. (edição original 1962)

. *Edifícios Solares Passivos em Portugal*, INETI, 1997.

. *Environmental Health, Guidelines for Healthy Housing*. Organização Mundial de Saúde, Copenhagen, 1988.

. *European Passive Solar Handbook, Preliminary edition. Basic principles and concepts for passive solar architecture*. Commission of the European Communities, Directorate-General XII for Science, Research and Development, Brussels 1986.

FADIGAS, Leonel S.. *A Natureza na Cidade: Uma perspectiva para a sua integração no tecido urbano*. Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 1993.

FARINA, Paolo Maria (coord), *Dal restauro alla Manutenzione, Dimore Reali in Europa, Atti del Convegno Internazionale di Studi, Monza, Milano, 12 – 15 ottobre 2000*. «Associazione Giovanni Secco Suardo, Casa Editrice il Prato, Dezembro de 2003.

FATHY, Hassan. *Arquitectura para os Pobres, Uma experiência no Egipto Rural*. Argumentum, Editora Dinalivro, Lisboa, 2009. (edição original 1973)

FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura Moderna em Portugal*, Edições Gradiva, 1993.

FERNANDES (b), José Manuel. *Arquitectura Portuguesa*, Temas Actuais Edições Cotovia, Lda, Lisboa, 1993.

FERNANDES, Manuel Correia. *A Estrutura de Suporte*, col. «seis lições», Publicações Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995.

FERRAZ, Francisco Luis dos Santos. *Arquitectura e Clima*, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, 1995.

FERREIRA, António Fonseca. *Livro Branco sobre a Política da Habitação em Portugal*, E.N.H., 1993.

FERREIRA, João Costa, "Instalação da EPAE em Belém, Memorandum", Parecer do Serviço Nacional Coudélico, 17 de Março de 1997.

FERRERO, Juan Hernández. *Palacios Reales del Patrimonio Nacional*, Lunwerg Editores y Patrimonio Nacional, 1997.

FERRY, L. *A Nova Ordem Ecológica*. Edições ASA, Porto. 1993.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa. *Da Função Social do Arquitecto. Para uma Teoria da responsabilidade numa Época de encruzilhadas*, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P. «Textos Teóricos», Porto, 1985.

FITZGERALD, Eileen and J. Owen Lewis (editors). *European solar architecture, proceedings of a solar house contractor's meeting*. Barcelona, 1995, Energy Research Group, University College Dublin.

FLORENSA, Rafael Serra e Helena Coch Roura. *Arquitectura y energia natural*, Edicion Universitat Politècnica de Catalunya, 1995.

FORMAN, R.T.T. e M. Godron. *Landscape Ecology*, John Willey Sons, New York, 1986.

FOUCAULT, Alain. *O Clima, História e devir do meio terrestre*. col. «Perspectivas Ecológicas», Edições Instituto Piaget, 1996. (edição original 1993)

FRAGOSO, Maria João. *A antropometria na infância*, ed. Faculdades de Motricidade Humana e APEI, 1990.

FRAISSE, Paul e Jean Piaget. *Tratado de Psicologia Experimental. A percepção*, editor Forense, Rio de Janeiro, 1969.

FRAMPTON, Kenneth. *Historia Crítica de la Arquitectura Moderna*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1993. (edição original de 1981)

FRAMPTON, Kenneth. *Introdução ao Estudo da Cultura Tectónica*. Col. «Cadernos de Arquitectura», Associação dos Arquitectos Portugueses e Contemporânea Editora, Lisboa, 1998.

FRAMPTON, Kenneth. *Le Corbusier*. Col «World of art», Thames & Hudson London, 2001.

FRANÇA, José-Augusto. *A Arte e a Sociedade Portuguesa no século XX*, col. «Série Artes Visuais», Editorial Biblioteca Breve, 1972.

FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, col. «Série Artes Visuais», Editorial Biblioteca Breve, 1989. (edição original de 1980)

FREITAS, Lima de, Centeno, Yvette Kace. *A Simbólica do espaço. Cidades, Ilhas, Jardins*, Editorial Estampa, 1991.

FREY, H. *Designing the City. Towards a more Sustainable Urban Form*, E & FN Spon, London, 1999.

GARCIA, José Manuel. *História de Portugal, Uma Visão Global*, Editorial Presença, Lisboa, 1983 (edição original de 1981)

GARRETT, Almeida, *Viagens na minha Terra*, Civilização editora, Porto, 2013

GASPAR, Diogo (coord.), *Arquitectura do Palácio de Belém*, Novembro de 2005, separata do catálogo da exposição, Museu da Presidência da República

GAUZIN-MÜLLER, Dominique. *Arquitectura Ecológica*, Editorial Gustavo Gili, S.A., 1902-2002.

GELERNTER, Mark. *Sources of architectural form, A critical history of Western design theory*, Manchester University Press, UK 1995.

GIEDION, Sigfried. *Space, Time and Architecture, The Growth of a New Tradition*, Cambridge, Massachusettes, Harvard University Press, (original de 1941; 50.ª ed. revista e alargada), 1997.

GILBERT, O. L., *The Ecology of Urban Habitats*. Chapman and Hall, London, 1991.

GIRARDET, H. *The Gaia Atla of Cities. The directions for sustainable urban living*. Anchor Books, Doubleday, New York, 1993.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve História do Urbanismo*. «Colecção Dimensões», Editorial Presença, Lisboa, 1989.

GOLDBLATT, David. *Teoria Social e Ambiente*. col. «Perspectivas Ecológicas», Edições Instituto Piaget, 1998. (edição original 1996)

GOLDSMITH, Édouard. *O Desafio Ecológico*. col. «Perspectivas Ecológicas», Edições Instituto Piaget, 1995.

GOMES, Rogério. *Ambiente urbano: conceito e estratégia*. Urbe, 2000.

GONZALEZ, Xavier. *Envoltura versus fachada: el concepto epidérmico*, in "capas, layers", a+t ediciones, Vitoria-Gasteiz, España, 1998.

GOULDING, John R., J. Owen Lewis e Theo Steemers. *Energy Conscious Design*, Comission os the European Communities, Luxembourg, 1994.

GOZZOLI, Maria Cristina. *Como reconhecer a Arte Gótica*, col. «Como Reconhecer a Arte», Edições 70, Lisboa, 1990.

GRACIA, Francisco de. *Construir en lo Construido*, Editorial Nerea, S.A., 2001.

GUIMARÃIS, Alberto Laplaine, *Os Governos da República 1910-2010*, Edição de Autor, Lisboa, 2011.

GREGOTTI, Vittorio. *Tre forme di architettura mancata*, Giulio Einaudi Editore, Roma, 2010.

. *Habiter la Ville outre-mer. Living in the french tropics, Europandom*, Concours International d'architecture, International architectural competition, European, 2000.

HALL, Edward T. *A Dimensão Oculta*, col. «Antropos», Relógio D'Água, 1986.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã. Estudos de Urbanismo*. Editora Perspectiva, São Paulo, Brasil, 1995.

HANNINGAN, John A. *Sociologia Ambiental*. col. «Perspectivas Ecológicas», Edições Instituto Piaget, 2000. (edição original 1995)

HEGGER, Manfred, Hans Drexler e Martin Zeumer. *Materials*, col. «Basics», Birkhäuser-Publishers for Architecture, Basel, 2007.

- HERZOG, Jacques, *Una conversación entre Jacques Herzog y Jeff Wall*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2006.
- HERZOG, Thomas, *Solar Energy in Architecture and Urban Planning*, editorial Prestel, Munich, London, New York, 1997.
- HOPKINSON, Petherbridge e P. Lingmore. *Iluminação natural*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.
- HOUGH, Michael. *Proyectar con la Naturaleza, Planificación urbana y Procesos ecológicos*, Ed. Gustavo Gili, AS, Barcelona, 1998.
(edição original 1995).
- HSIN, R. *Guidelines and Principles for Sustainable Community Design*. Florida A & M University, School of Architecture, USA, 1996.
- HUISMAN, Denis, *A Estética*, col. «Arte & Comunicação», Edições 70, Lisboa 1994.
- ITO, Toyo, *Conversas com estudantes*, Editorial Gustavo Gili, S.L., Barcelona, 2007.
- JANSON, H. W. *História da Arte, Panorama das Artes Plásticas e da Arquitectura Da Pré-História à Actualidade*, Edições Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1977.
- JENCKS, Charles. *Movimentos Modernos em Arquitectura*, Edições 70, Lisboa, 1985.
(edição original de 1973)
- JENCKS, Charles e Karl Kropf (edited by). *Theories and Manifestoes of Contemporary Architecture*, Wiley-Academy, West Sussex, England, 2006.
- JENGER, Jean. *Le Corbusier, l'architecture pour émouvoir*. Découvertes Gallimard Architecture, 1993.
- JENKS, M., Burton, E., Williams, K. (Eds.). *The Compact City: a sustainable urban form?*. E&FN Spon, London, 1996.
- JODIDIO, Philip. *Contemporary American Architects*, Benedikt Taschen, Köln, Alemanha, 1994.

JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation. A Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property*. D. Phil Thesis, The University of York, England. Institute of Advanced Architectural Studies, September, 1986, PDF format in February 2005.

JORDAN, Furneaux R. *História da Arquitectura no Ocidente*. Editorial Verbo, 1985.

JUSTICIA, M.^a José Martínez, Domingo e Leonardo Sánchez-Mesa Martínez. *Historia y Teoría de la Conservación y Restauración Artística*. Editorial Tecnos, Madrid, 2008.

KAHN, Louis I.. *Conversa com Estudantes*, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2002.

KANDINSKY, Wassily. *Ponto, Linha, Plano*, col. «Arte&Comunicação», Edições 70, Lisboa, 1970.

KAPLAN, R., Kaplan, S., *The Experience of Nature: the psychological perspective*. Cambridge University Press, 1989.

KNAACK, Ulrich, Tillmann Klein, Marcel Bilow, Thomas Auer. *Façades, Principles of Construction*, Birkhäuser- Publishers for Architecture, Verlag AG, 2007.

KOOLHAAS, Rem. *Conversations with students, Rice University School of Architecture*. Princeton Architectural Press, New York, 1996.

KOOP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*, Nobel, S.A., Editora da Universidade de S. Paulo, 1990.

KROLL, Lucien. *Buildings and Projects*, Thames and Hudson, 1998.

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, «Artes / História» Nova Veja e Herdeiros do Autor, Lisboa, 2005.

KUBLER, George, *A Forma do Tempo*. «Coleção Arte/Ensaio», Nova Veja Edições, Lda, Lisboa, 2004.

KUHN, Thomas, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Editora Guerra & Paz, Lisboa, 2009 (edição original 1962).

KULLER, Rikard. *Architectural Psychology. Proceedings of Lund Conference*, ed. Dowden, Hutchinson & Ross, Inc., Lund, Sweden, 1973.

LAIKE, Thorbjorn, *The impact of home enviroment and daycare environment on children's emotional behavior*, Lund, Sweden, 1995.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, col. «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LAUWE, P.-H.- Chombart de, *Des hommes et des villes*, ed. Petit Bibliothèque Payot, n° 154, Paris, 1963.

LEACH, Neil. *A anestética da arquitectura*, Antígona, Editores Refractários, Lisboa, 2005.

LEITÃO, Luiz Augusto, *Construções*, Imprensa Nacional, 1896

LENIAUD, Jean-Michel e Philippe Plagnieux, *La Basilique Saint-Denis*. Editions du Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, Paris, 2012.

LEOZ, Rafael. *Redes y Ritmos Espaciales*, Fundación Rafael Leoz para la Investigación y Promoción de la Arquitectura Social, Editorial BLUME, Madrid-Barcelona, 1969

LÉVÊQUE, Christian. *Ecologia, Do Ecosistema à Biosfera*. col. «Perspectivas Ecológicas», Edições Instituto Piaget, 2002.
(edição original 2001)

LINO, Raúl, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o Bom Gôsto na construção das casa simples*. Edição OTTOSGRAFICA, Lisboa, Quarta edição (1923).

LINO, Raúl, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*. Academia Nacional de Belas Artes, Edição de Valentim de Carvalho, Lisboa, MCMXXXIII (1933).

Livro Verde sobre o Ambiente Urbano: Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas. 1992.

LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, *Ambiente em edifícios Urbanos*, Seminário, Lisboa, 2000, Coordenação de Jorge Patrício e António Santos.

LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, *Caracterização da Irradiação dos vãos envidraçados pela radiação solar directa*, Volume I, Metodologia, Dados Climáticos Reais a Lisboa, Dezembro de 1985.

LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, *Ventilação Natural em Edifícios de Habitação*, Relatório 320/94, Lisboa, Dezembro de 1994.

LYLE, J.T., *Design for Human Ecosystems: Landscape, land use and natural resources*, Van Nostrand, New York. 1985.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-moderno explicado às crianças*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1993.

LOFFLER, P., Payne, A. (Eds.). *An initial evaluation on the European sustainable cities and town campaign: summary.* European Commission, City of Aalborg and City of Hanover, Brussels. 1999.

LOWENTHAL, David. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge University Press, 2010 (edição original de 1998).

LUCIANI, R., *Il restauro. Storia. Teoria. Tecnica*. Fratelli Palombi Editori, Roma, 1988.

MACY, Christine and Sarah Bonnemaison. *Architecture and Nature, Creating the American landscape*, Architectural Press, London, 2003.

MAIA, Maria Helena, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. «Coleção Teses», Edições Colibri- IHA/ Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007.

MAGALHÃES, Manuela Raposo, *Importância dos Espaços Exteriores e dos Equipamentos na Qualidade da Habitação*, in "Forum Habitação",

"II Encontro: Qualificação/ Requalificação de Áreas Habitacionais", Instituto Nacional de Habitação, 1997.

MANDEL, Gabriele. *Como reconhecer a Arte Islâmica*, col. «Como Reconhecer a Arte», Edições 70, Lisboa, 1989.

MARRAS, Amerigo (ed). *ECO-TEC Architecture of the In-Between*, Princeton Architectural Press, New York, 1999.

MARSH, G.P., *Man and Nature*. Lowenthal, Harvard University Press, Cambridge. 1995.

MASCARÓ, Lucía, *Luz, Clima e Arquitectura*, Livraria Nobel, São Paulo, 1989.

MEADOWS, D.H., Meadows,D.L., Randers, J., *Além dos Limites: da catástrofe total ao futuro sustentável*. Difusão Cultural. Lisboa. 1993.

MELA, Alfredo, Maria Carmen Belloni e Luca Davico, *A sociologia do ambiente*, col. «Temas de Sociologia», Editorial Estampa, Lisboa 2001.

MELA, Alfredo. *A sociologia das cidades*, col. «Temas de Sociologia», Editorial Estampa, Lisboa 1999.

MELO, João Joanaz e Carlos Pimenta, *Ecologia*, col. «O que é», Difusão Cultural, Lisboa, Março de 1993.

MENDES, Maria Clara. *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia, Evolução e Tendências*, col. «Universidade Moderna», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Edições Martins Fontes, 1999. (edição original 1945)

MINDLIN, Enrique E. *Modern Architecture in Brazil*, Reinhold Publishing corporation, New York, 1939.

MOITA, Francisco. *Energia Solar Passiva*. Vol. I, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1987.

MOITA, Francisco. *Energia Solar Passiva*. Vol. II, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988.

MONTANER, Josep Maria. *As formas do século XX*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2002.

MONTANER, Josep Maria. *A modernidade Superada, Arquitectura, arte e pensamento do século XX*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1997.

MONTANER, Josep Maria. *Arquitectura e Crítica*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2007.

MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno, Arquitectura da segunda metade do século XX*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2001.

MONTEIRO, A. Pardal. *Estudos de Ambiente I. Acústica dos Edifícios*. Apontamentos Académicos, ESBAL, 1976.

MONTEYS, Xavier. *Le Corbusier Obras e Projectos*.
Editorial Gustavo Gili, 2005.

MOORE, Charles e Gerard Allen. *Dimensiones de la arquitectura. Espacio, forma y escala*. Col.«Arquitectura y crítica», Editorial Gustavo Gili, 1981.

MOORE, Charles, Gerard Allen e Donlyn Lyndon. *La casa. forma y diseno*. Col.«Arquitectura/perspectivas», Editorial Gustavo Gili, 1985.

MORIN, Edgar. *O Paradigma Perdido, A natureza humana*,
col. «Biblioteca Universitária», Publicações Europa-América, Lisboa, 2000. (original 1973)

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*, col. «Biblioteca Universitária», Publicações Europa-América, Lisboa, 1994. (edição original 1982)

MORIN, Edgar e outros. *O Problema Epistemológico da Complexidade*, col. «Biblioteca Universitária», Publicações Europa-América, Lisboa, 1996.

MORIN, Edgar/ Ilya Prigogine. *A Sociedade em Busca de Valores*. col. «Epistemologia e Sociedade», Edições Instituto Piaget, 1998.
(edição original 1996)

MORIN, Edgar. *Os sete saberes para a educação do futuro*. col. «Horizontes Pedagógicos», Edições Instituto Piaget, 2002.
(edição original 1999)

MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana, desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. col. «Arquitectura/Perspectivas», Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1998.
(edição original 1984)

MOSTAEDI, Arian, *arquitectura sostenible, lowtech houses*, Instituto Monsa de Ediciones, S.A., Barcelona, 2002.

MOURA, Eduardo Souto, *Santa Maria do Bouro*, White & Blue, Edições de Arquitectura e Urbanismo, Lda, Lisboa, 2001.

MOUTINHO, Mário. *A Arquitectura Popular Portuguesa*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa, 1979.

MULLENDER, Jacques. *Environnement et petite enfance*. Centre George Pompidou, 1978.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História, Suas origens, transformações e perspectivas*. Livraria Martins Fontes Editorial, São Paulo, 1998. (edição original 1961)

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Contemporary Theory of Conservation*. Elsevier Butterworth-Heinemann, Burlington, 2005.

MUNTAÑOLA, Josep. *A arquitectura como lugar. Aspectos preliminares de una epistemologia de la arquitectura*. Editorial Gustavo Gili, 2000.

NARANJO, Sergio Becerril, *Del Sol a la Arquitectura*, Editorial Gustavo Gili, Mexico, 1987.

NERDINGER, Winfried, Editor. *Frei Otto, Complete Works, Lightweight Construction Natural Design*, Birkhäuser-Publishers for Architecture, Basel, Boston, Berlin, 2008.

NETO, Maria João, *James Murphy e o Restauo do Mosterio de Santa Maria da Vitória no Séc. XIX*, col. «Teoria da Arte», Editorial Estampa, 1997.

NETO, Maria João, *Memória, Propaganda e Poder, O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP Publicações, 2001.

NESBIT, Kate, Editor. *Theorizing a new agenda for Architecture, An Anthology of Architectural Theory, 1965-1995*, Princeton Architectural Press, New York, 1996.

NIEMEYER, Oscar. *Conversa de Arquitecto*, col. «Campo da Literatura», Campo das Letras- Editores, S.A., Porto, 1998.

NIEMEYER, Oscar. *As Curvas do tempo, Memórias*, col. «Fora de Coleção», Campo das Letras- Editores, S.A., Porto, 1997.

NORA, Pierre. *Présent, nation, mémoire*, col. «Bibliothèque des Histoires». Editions Gallimard, 2011.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *A la Recherche d'un langage Contemporain de l'Architecture*, References VIII, Institut Supérieur d'Architecture Saint-Luc, Bruxelles. 1988.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Intenciones en arquitectura*, «GG Reprints», Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1998. (edição original 1967).

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci : Towards a Phenomenology of Architecture*, Editora Rizzoli New York. 1991 (edição original 1979).

OESTERLE, Lieb, Lutz Hueusler. *Double-Skin Facades, Integrated Planning*, Prestel Verlag, Munich. London. New York, 2001.

ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*. António Maria Pereira, Livreiros - Editor, Rua Augusta, Lisboa, 1896 (Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa).

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando Galhano, *Arquitectura Traicional Portuguesa*, col. «Portugal de Perto», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando Galhano e Benjamin Pereira, *Construções Primitivas em Portugal*, col. «Portugal de Perto», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988.

OLGYAY, Victor, *Arquitectura y Clima, Manual de Diseño Bioclimático para Arquitectos y Urbanistas*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona 2006.
(edição original 1963).

PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. *Pretérito Presente (Para uma teoria da preservação do Património Histórico-Artístico)*, Lisboa, 1975.

PANERO, Julius e Martin Zelnik. *Las dimensiones humanas en los espacios interiores*, Ed. Gustavo Gili/ Mexico, S.A. de C.V., México, 1989.

PAPADAKIS, Andreas, Catherine Cooke e Andrew Benjamin (ed.). *Deconstruction, Omnibus Volume*, Academy Editions, Londn, 1989.

PARAREDA, Guillermo Yañez. *Arquitectura solar*. MOPU, 1988.

PARICIO, Ignacio. *La protección solar*. Ed. Bisagra, Barcelona, 1997.

PEIXOTO, José Pinto. *O sistema climático e as bases físicas do clima*, O col. «O Ambiente e o Homem», Ministério do Plano e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Lisboa, Fevereiro de 1987.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*, col. «estudos, estudos, estudos», Editora Perspectiva, S.A. São Paulo, Brasil, 2005. (original de 1977, textos de 1890)

PETIT, Jean. *Niemeyer, Poeta da arquitectura*, Fidia Edizioni d'arte Lugano

PEREIRA, Nuno Teotónio. *Escritos (1947-1996, selecção)*, Publicações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

PEREIRA, Paulo. *Arte Portuguesa, História Essencial*, «Temas e Debates», Círculo de Leitores, Lisboa 2011.

PEREIRA, Paulo. *Património edificado, Pedras angulares*, «Ensaaios», Editora Aura, 2004.

PIANO, Renzo. *Sustainable architectures arquitecturas sostenibles*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1998.

PIEIDADE, A. *Canha da Construir no Presente, Preservando o Futuro*, Comunicação integrada no Curso de Formação *Construção Sustentável e Inovação Tecnológica*, Volume I, Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico, Lisboa, Junho 2000.

PIANO, Renzo. *Sustainable architectures arquitecturas sostenibles*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1998.

PIANO, Renzo. *Un regard construit*, Éditions du Centre Pompidou, Paris, 2000.

PIÑÓN, Helio, *Teoría del proyecto*, ETSAB Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Edicions UPC Universitat Politècnica de Catalunya, 2006.

PINTO, António Costa (coordenador), *Os Presidentes da República Portuguesa*, Temas e Debates- Actividades Editoriais, 2001.

PINTO, Jorge Filipe da Cruz, *La caja El espacio-limite. La idea de caja en momentos de la arquitectura Portuguesa*, Universidad Politecnica de Madrid, Escuela Tecnica Superior de Arquitectura. Tesis Doctoral, 1998.

PIRES, Amílcar Gil. *A Quinta de Recreio em Portugal, Vilegiatura, Lugar e Arquitectura*, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas S.A. Casal de Cambra, 2013.

PITA, António Pedro. *A Experiência Estética como Experiência do Mundo*, col. «Campo da Filosofia», Campo das Letras –Editores S.A. Porto, 1999.

PORTAS, Nuno. *Arquitectura(s), História e Crítica, Ensino e Profissão*, Publicações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2005.

PORTAS, Nuno. *Evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008. (texto original de 1973)

PORTAS, Nuno e Manuel Mendes, *Portugal Architecture 1965-1990*, col. «Tendences de l'architecture contemporaine», Editions du Moniteur, Paris, 1992.

PORTOGHESI, Paolo. *Depois da Arquitectura Moderna*, col. «Arte&Comunicação», Edições 70, Lisboa, 1985.

PURCHLA, Jacek, *Heritage and Transformation*, International Cultural Center, Cracow, 2005.

CAUQUELIN, Anne, *A Invenção da Paisagem*, Edições 70, Lda «Arte&Comunicação», Lisboa, 2008.

REAL, Miguel, *A Morte de Portugal*, Campo das Letras, Editores, S.A. «Campo da Actualidade», Porto, 2007.

REAL, Miguel, *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, Publicações Dom Quixote, Alfragide, 2010.

RAGOT, Gilles, Direction Scientifique avec Thierry Jeanmonod et Nicolas Nogue. "L'invention d'une Ville" Royan années 50, col. «Cahiers du Patrimoine» Monum, Éditions du patrimoine.

RAPOPORT, Amos. *Vivienda y Cultura*, col. «Arquitectura y Crítica». Ed. Gustavo Gili, AS, Barcelona, 1972.

REBOUL, Oliver. *A Filosofia da Educação*. col. «Nova Biblioteca 70», Edições 70, 2000.

. *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*, col. «Construção Civil», nº2 e 5, editora Rei dos Livros 6ª edição, Outubro de 1997.

. *Regulamento de Execução da Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE)*, Portaria n.º198/2001 de 13 de Março, Ministério das Finanças, da Economia e do Planeamento.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005 de 24 de Outubro. Diário da República – I Série- B

RETBI, Miguel. *Architecture Ambiances et Energie. Mission Architecture et Art Urbain*, Techniques & Architectures, 1989.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*, col. «Nova Universidade», ed. Livraria Sá da Costa, (5ª edição), Lisboa, 1987.

RICORDEAU, Christian. *La port ouvert. Unite pedagogique d'architecture*. L'institut de l'environnement, 1973.

RIEGL, Alöis, *El culto moderno a los monumentos*. «Caracteres y origen», La Balsa de la Medusa, A. Machado Libros, S.A., Madrid, 2008 (original de 1903).

RIVERA BLANCO, Javier, *De varia restauratione, Teoría e Historia de la Restauración Arquitectónica*. «Lecturas de Arquitectura», ABADA Editores, S.L., Madrid, 2008.

ROAF, Sue e outros. *Ecohouse 2, A design guide*.
Ed. Architectural Press, 2003.

RODRIGUES, António Jacinto. *A Bauhaus e o Ensino Artístico*, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

RODRIGUES, António Jacinto. *Teoria da Arquitectura*, «seis lições», Publicações Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995.

RODRIGUES, António Jacinto. *Urbanismo e Revolução*, col. «cidade em questão», ed. Afrontamento, Porto, 1973.

RODRIGUES, António Jacinto. *Pedagogia para uma Sustentabilidade*, «Cadernos de Arquitecturas», Publicações ISMAT, Porto, 2007.

RODRIGUES, António Jacinto. *Sociedade e Território, Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado*, Profedições, Lda, Jornal a Página da Educação, Porto, 2006.

RODRIGUES, José Manuel (coord.), *Teoria e Crítica de Arquitectura Século XX*. Edição da Ordem dos Arquitectos e Caleidoscópio- Edição e Artes Gráficas, S.A., Lisboa, Outubro de 2010.

RODRIGUES, Maria João Madeira. *Arquitectura- O que é*, Editorial Quimera, Lisboa, 2002.

RODRIGUES, Maria João Madeira, Pedro Fialho de Sousa e Horácio Bonifácio. *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Editorial Quimera, Lisboa, 1990.

RODRIGUES, José Degado. *De Viollet-le-Dic à Carta de Veneza, Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano, Livro de Actas*, Editorial LNEC, Lisboa, 2014.

ROHE, Mies van der. *Conversas com....*, Editorial Gustavo Gili, S.L., Barcelona, 2006.

ROGERS, Richard. *Ciudades para un pequeño planeta*, col. «arquitectura y Diseño + Ecología», Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 2000.

ROGERS, Richard. *Architecture: A modern View*, Thames and Hudson, Singapore, 1991.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Arquitectura Bioclimática do Espaço Público.*, col. «arquitectura urbanismo», Ed. Universidade de Brasília, 2001.

ROSA, João. *Observação e registo do desenvolvimento da criança. Em jardim de infância*, Ministério da Educação – Núcleo de educação pré-escolar, 1994.

ROSAS, Lúcia. *Monumentos Pátrios: a arquitectura religiosa medieval: património e restauro, 1835-1928*, Porto, Edição de Autor, 1995.

ROSSI, Aldo. *A Arquitectura da Cidade.*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001.

ROSSELL, Jean. *O risco nuclear, «Ágora»*, Socicultur, Lisboa, 1977.

RUANO, Miguel. *Eco-Urbanismo, Entornos humanos sostenibles: 60 proyectos*. Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1999.

RUSKIN, John, *Seven Lamps of Architecture*, Kessinger Publishing, LLC, USA, 1849.

RYN, Sim Van der, and Stuart Cowan. *Ecological Design*, Island Press, Washington, D.C. 1996.

SALAZAR, António Oliveira. *Era da Restauração. Era do Engrandecimento*, in *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra Editora, 1935-1937

SANTOS, Boaventura Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*, col. «Biblioteca das ciências do homem», Ed. Afrontamento, Porto, 1989.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice, O social e o político na pós-modernidade*, col. «Biblioteca das ciências do homem», Edições Afrontamento, Porto, 1994.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Um Discurso sobre as Ciências*, col. «Histórias e Ideias», 3ª edição, Ed. Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura Sousa. *A Crítica da razão indolente, Contra o desperdício da experiência*, col. «Biblioteca das ciências do homem», Ed. Afrontamento, Porto, 2000.

SARAMAGO, José, José Carlos Vasconcelos (coord.), *Conversas com Saramago, Os livros, a escrita, a política, o país, a vida*. Edição Jornal de Letras Artes e Ideias, Lisboa, 2010.

SAURA, Carles / Carulla. *Arquitectura y medio ambiente*, col. «Arquitectonics, Mind, Land & Society», Edições Universitat Politècnica de Catalunya, 2003.

SCHAFFER, H. Rodolph. *Desenvolvimento social da criança*. col. «Epigénese e Desenvolvimento», Edições Instituto Piaget, 1999.
(edição original 1996)

SCHITTICH, Christian (direction), *Architecture Solaire, Stratégies, Visions, Concepts*, col. «en Detail», Edition Detail, Birkhäuser, Institut für internationale Architektur – Dokumentation Gmb&Co.kG, Munich, 2003.

SCHITTICH, Christian (direction), *Enveloppes, Concepts, Peaux, Matériaux*, col. «en Detail», Edition Detail, Birkhäuser, Institut für internationale Architektur – Dokumentation Gmb&Co.kG, Munich, 2003.

SCHITTICH, Christian (direction), *Habitat collectif, Concepts. Projects. Réalisations*, col. «en Detail», Edition Detail, Birkhäuser, Institut für internationale Architektur – Dokumentation Gmb&Co.kG, Munich, 2005.

SCHULZ, Christian Norberg. *Existência, Espaço y Arquitectura*, col.«Nuevos caminos de la arquitectura» , ed. Blume, 1975.

SEMPER, Gottfried. *The four elements of Architecture and other Writings*, Cambridge University Press, 1989.

SERPA, Luis (coord). *Depois do Modernismo*, Catálogo de exposição Lisboa, 1983.

SERRA, Rafael. *Arquitectura y climas.*, col. «GG Básicos», Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1999.

SERRANO, José de Bouza. *Livro do Protocolo.*, Editorial A Esfera dos Livros, Lisboa 2011.

SILVA, Agostinho da, *Reflexão*. «Filosofia & Ensaios», Guimarães Editores, Lda, Lisboa, 1996.

. *Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios, Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios, Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios*, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa 2006.

SIZA, Álvaro, *Uma questão de medida*. Editora Caleidoscópio_ Edição e Artes Gráficas, SA, Lisboa, 2009 (edição original de 2008).

SIZA, Álvaro, *Imaginar a Evidência*. Edições 70, Lda, Lisboa, 1998.

SILVANO, Filomena. *Antropologia do Espaço*. Edições CELTA, 2001.

SMITH, Mark J.. *Manual de Ecologismo, Rumo à cidadania ecológica*. col. «Perspectivas Ecológicas», Edições Instituto Piaget, 2001.
(edição original 1998)

SMITH, Peter. *Architecture in a Climate of Change, A guide to sustainable design*. Ed. Architectural Press, 2001.

SOARES, José Alexandre, *A reforma do ensino de arquitectura*, *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes*. Sociedade dos Architectos Portuguezes, ano IV, Lisboa, 1908

STACCIOLI, Romolo. *Como reconhecer a Arte Etrusca*, col. «Como Reconhecer a Arte», Edições 70, Lisboa, 1986.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Presente y Futuros. La arquitectura en las Ciudades*, XIX Congreso de la Unión Internacional de Arquitectos, Col·legi d'Arquitectes de Catalunya, Actar publishers, Barcelona, 1996.

TAFURI, Manfredo. *Projecto e Utopia*, col. «Colecção Dimensões», Editorial Presença, 1985.

TARELLA, Alda. *Como reconhecer a Arte Romana*, col. «Como Reconhecer a Arte», Edições 70, Lisboa, 1988.

TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Publicações Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 1999.

TEIXEIRA, Artur Pedro. *Energia Solar Passiva*, col. «Formação profissional», ed. Plátano, Lisboa, 1984.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano Verde de Lisboa*, Componente do Plano Director de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

TERRY, Faw. *Psicologia do desenvolvimento: Infância e Adolescência*. col. «Schaum», McGraw-Hill, São Paulo, 1980.

TIRONE, Livia e Ken Nunes. *Construção Sustentável, Soluções eficientes hoje, a nossa riqueza de amanhã*, Editora Tirone Nunes, SA, Lisboa, 2007.

TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, FAUP, publicações, Porto, 2002.

TOSTÕES, Ana, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, Tese Doutoramento, UTL, 2000.

TOUSSAINT, Michel, *Da Arquitectura à Teoria. Teoria da Arquitectura na Primeira metade do século XX*. Edição Caleidoscópio- Edição e Artes Gráficas, S.A., Lisboa, 2012.

TZONIS, Alexander, Liane Lefraivre and Bruno Stagno. *Tropical Architecture Critical Regionalism in the age of Globalization*. Wiley-Academy, Great Britain, 2001.

- URBANI, Giovanni, *Intorno al restauro*, a cura di Bruno Zanardi, Skira, Milano, 2000
- URSPRUNG, Philip (moderador). *Une conversación entre Jacques Herzog y Jeff Hall*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2006.
- VALADIER, Paul. *A Anarquia dos Valores*. col. «Epistemologia e Sociedade», Edições Instituto Piaget, 1998. (edição original 1997)
- VAN DER RYN, Sim, & Peter Calthorpe. *Sustainable Communities, a New Design Synthesis for Cities, Suburbs and Towns*, Sierra club books San Francisco, 1991.
- VASCONCELOS PAIVA, José Aguiar, Ana Pinho, *Guia Técnico da Reabilitação Habitacional*, Instituto nacional de Habitação e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2006.
- VASCONCELLOS, Rita Roquette de, *A Relação entre o Particular e a Administração Local, Operações Urbanísticas do RJUE*, Tese de Mestrado FA UTL, 2013, Orientador Prof. Rui Barreiros Duarte.
- VAYER, Pierre e Dennis Trudelle. *Como aprende a criança*. col. «Horizontes Pedagógicos», Edições Instituto Piaget, 1999.
- VAYER, Pierre e Charles Roncin. *Psicologia actual e desenvolvimento da criança*. col. «Epigénese e Desenvolvimento», Edições Instituto Piaget, 1994. (edição original 1988)
- VENTURI, Robert, *Complexidade e Contradição em Arquitectura*, Editora Martins Fontes, São Paulo, 1995 (Edição original de 1966).
- VERB, *Verb Natures*, Editora ACTAR, Barcelona 2006.
- VERDELHO DA COSTA, Lucília, *Ernesto Korrodi, 1889-1944, arquitectura, ensino e restauro do património*, col. «Teoria da Arte», Editorial Estampa, Lisboa 1997
- VERGERONT, Jeanne. *Places and spaces for preschool and primary (indoors)*, NAEYC, USA, 1992.

VITRÚVIO, Marco Lúcio Polion. *Los diez libros de Arquitectura*, Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1995, SODILIVROS Distribuição.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. *Description du châteaux de Pierrefonds* (Éd. 1857), Hachette Livre, BnF, 2014.

WILD, Friedeman. *Construcciones para la infancia. Guarderías. Jardins de infancia, Centros pre-escolares*, col.«Projecto y Planificación», Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1974.

WINES, James, *l'Architecture Verte*, Taschen, Köln, 2000.

YEANG, Ken. *Proyectar con la Naturaleza, Bases ecológicas para el proyecto arquitectónico*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1999.
(edição original, 1995).

ZABALBEASCOA, Anaxu e Javier Rodríguez Marcos. *Minimalismos*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 2001.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A Crise da Razão Histórica*. Papirus Editora, 1989.

ZEVI, Bruno. *A Linguagem Moderna em Arquitectura*. Col. «Arte e Sociedade», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1984. (Edição original de 1973)

ZEVI, Bruno. *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia, Lisboa, 1970 (edição original de 1950)

ZEVI, Bruno. *Saber ver a Arquitectura*. Livraria Martins Fontes editora LTDA, São Paulo, 1989

ZUMTHOR, Peter. *Atmosferas, Entornos arquitectónicos – as coisas que me rodeiam.*, Editorial Gustavo Gili, 2006.

ZUMTHOR, Peter. *Thinking Architecture*, Birkhäuser Publishers for Architecture, Boston, 1999.

PARECERES

Parecer do Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Istituto Centrale del Restauro, Roma, 26 Novembre 1996.

Parecer do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Relatório 287/96 NPC "Parecer Preliminar sobre a readaptação do edifício do Museu Nacional dos Coches a Picadeiro", Departamento de Edifícios, Núcleo de Processos de Construção, Proc. 082/72/11055.

REVISTAS

ALARCÃO, Adília. *O Património como um todo*, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do património, Porto 2014.

CARBONARA, Giovanni, *Antico e nuovo a confronto*, Artigo em Revista, 2004.

MAGALHÃES, Isabel Raposo, *O Instituto José de Figueiredo /IPCR e a formação*, Revista Conservação & Restauro, Cadernos, Instituto Museus e Conservação, 2007.

MAGALHÃES, Isabel Raposo, *Conservação do Património: estratégias e oportunidades. Uma reflexão a partir do caso português*, Revista Conservar Património, ARP, Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, n.º12, 2010.

MORENO Y NAVARRO, Antoni González, *Restaurar es reconstruir. A propósito del nuevo monasterio de Sant Llorenç de Guardiola de Berguedà (Barcelona)*, Intervención/experiencias in Revista Semestral e-rph, Diciembre 2007.

. AD, *Architectural Design. Deconstruction in Architecture*, Academy Editions, London, 1988.

. AD, *Architectural Design, Emergence: Morphogenetic Design Strategies*, Wiley-Academy, Volume 74, London, May/June 2004.

. *Architectural Design*, London, Wiley-Academy, September 1969.

- . *Arquitectura e Vida*, "Isabel Cruz de Almeida, Cidadania, Formação e Património", n.º 44, Lisboa, Dezembro, 2003.
- . *Arquitectura e Vida*, "Helena Roseta, Por uma política de arquitectura", n.º 45, Lisboa, Janeiro, 2004.
- . *Arquitectura e Vida*, "Jorge Mario Jauregui, Construir a partir do conflito", n.º 46, Lisboa, Fevereiro, 2004.
- . *Arquitectura e Vida*, "Maurici Pla, O lugar do lugar", n.º 48, Lisboa, Abril, 2004.
- . *Arquitectura e Vida*, "Josep Lluís Mateo, Construir um pensamento", n.º 52, Lisboa, Setembro, 2004.
- . *Arquitectura e Vida*, "José Forjaz, Um percurso africano", n.º 56, Lisboa, Janeiro, 2005.
- . *Arquitectura e Vida*, "Mário Krüger, A forma construída", n.º 60, Lisboa, Maio, 2005.

- . *Arquitectura Viva*, *Etiqueta Verde*, #105, Barcelona, 2005.
- . *Arquitectura Viva*, *Vivienda normal*, #114, Barcelona, 2007.
- . *Arquitectura Viva*, *Ladrillo visto*, #116, Barcelona, 2007.

- . *Aretusa I*, n.º 1, Neri Pozza, Venezia, 1944.

- . *Climatização, Edifícios. Aquecimento. Ventilação. Ar Condicionado. Energia. Energias Renováveis*, "SCE Uma nova fase e algumas incertezas" N.º 60, Lisboa, Novembro / Dezembro, 2008.
- . *Climatização, Edifícios. Aquecimento. Ventilação. Ar Condicionado. Energia. Energias Renováveis*, "Novos projectos para os edifícios", N.º 61, Lisboa, Janeiro / Fevereiro, 2009.
- . *Climatização, Edifícios. Aquecimento. Ventilação. Ar Condicionado. Energia. Energias Renováveis*, "Um subsídio envenenado?", N.º 62, Lisboa, Março / Abril, 2009.

- . *Monumentos*, Setembro de 1994. N.º 1, Edições DGEMN
- . *Monumentos*, Setembro de 1994. N.º 4, Edições DGEMN